

TERRITÓRIOS MIGRANTES

Transterritorialização e identidades
em Francisco Beltrão/PR



MARCOS LEANDRO MONDARDO



2012

Universidade Federal da Grande Dourados

COED:

Editora UFGD

Coordenador Editorial : Edvaldo Cesar Moretti

Técnico de apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

Redatora: Raquel Correia de Oliveira

Programadora Visual: Marise Massen Frainer

e-mail: editora@ufgd.edu.br

Conselho Editorial - 2009/2010

Edvaldo Cesar Moretti | Presidente

Wedson Desidério Fernandes | Vice-Reitor

Paulo Roberto Cimó Queiroz

Guilherme Augusto Biscaro

Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti

Rozanna Marques Muzzi

Fábio Edir dos Santos Costa

Impressão: Gráfica e Editora De Liz | Várzea Grande | MT

Capa: Foto Prof. Marcos Mondardo

(Monumento ao pioneiro, Francisco Beltrão/PR, 2008)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD

304.8398162
M741p

Mondardo, Marcos Leandro. Territórios Migrantes: transfer
ritualização e identidades em Francisco Beltrão/
PR. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2012.
348 p.

Originalmente apresentada como Dissertação de
Mestrado em Geografia, junto a Universidade Federal da
Grande Dourados-UFGD.

ISBN - 978-85-61228-81-1

1. Migrações. 2. Espaço-Tempo. 3. Território-rede. 4. Identi-
dade. 5. Francisco Beltrão/PR.

Agradecimentos

Este livro corresponde a uma versão sintetizada de dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal da Grande Dourados em 2009. Por isso, é importante agradecer: à orientação cuidadosa, provocativa e inspiradora do professor Jones Dari Goettert (UFGD), às críticas, às sugestões e ao estímulo dos professores Adauto de Oliveira Souza (UFGD) e Eda Maria Góes (UNESP–Presidente Prudente) durante o exame de qualificação e na defesa, aos professores de Geografia da UFGD pelos diálogos profícuos, dentro e fora de sala de aula, Lisandra, Márcia, Flaviana, Maria José, Edvaldo, Charlei e aos professores de História da UFGD Protasio e Paulo Cimó, aos professores da UNIOESTE de Francisco Beltrão, Alexandre, Luiz Carlos, Marcos Saquet, às amizades que foram sendo construídas no mestrado em Dourados: José Roberto (Zê), Antonio Carlos (ACM), Débora, Maria Amábili, Eliseu, João Vanderley, Thiago, Elias, Aldo, Robinson, Roberson, Alexandre, Valéria, Ângelo, Hamilton, Júlio, Adriano Cosma, Adriano Arcari, aos amigos de Francisco Beltrão, Fernando Farias, Jairo, Agnaldo, Marcelo, Evandro, Roberson, Leonir, Marcelo Zamarch e Adilson, à amiga Odete Castelli, que além de se aventurar a “andar” de moto comigo durante a realização das entrevistas, foi fundamental na indicação de migrantes, ao Adalberto pela indicação e companhia durante uma entrevista chave para a pesquisa, ao Jacson Gosman pela companhia e ajuda durante a realização das entrevistas no bairro Padre Ulrico, a meus pais (Amauri Mondardo e Ivanir Picoloto) e meu ir-

mão (Fernando) pelo carinho, força e incentivo – na ausência e na presença – no Paraná, e fundamentalmente, aos migrantes gaúchos, catarinenses e paranaenses de Francisco Beltrão que são a vida e a alma desse trabalho; sou grato a todos aqueles homens e mulheres de Francisco Beltrão que nos receberam em suas casas e que concederam as entrevistas, uma tarefa, aliás, tão agradável quanto esclarecedora.

(...) a população humana é um fenômeno em marcha.

Vidal de La Blache
Princípios de Geografia Humana

Foi nestes lugares que vim ao mundo, foi daqui, quando ainda não tinha dois anos, que meus pais, migrantes empurrados pela necessidade, me levaram para Lisboa, para outros modos de sentir, pensar e viver, como se nascer eu onde nasci tivesse sido consequência de um equívoco do acaso, de uma casual distração do destino, que ainda estivesse nas suas mãos emendar (...) Só eu sabia, sem consciência de que o sabia, que nos legíveis fólios do destino e nos cegos meandros do acaso havia sido escrito que ainda teria de voltar à Azinhaga para acabar de nascer.

José Saramago
As pequenas memórias

(...) devemos estar atentos ao componente relacional da vida. O homem em relação. Não apenas a relação interindividual, mas também a que me liga a um território, a uma cidade, a um meio ambiente natural que partilho com outros. Estas são as pequenas histórias do dia-a-dia: tempo que se cristaliza em espaço.

Michel Maffesoli
O tempo das tribos



Sumário

Não há trajetória sem drama (prefácio)	09
O percurso	19
Método e metodologia	21
Os objetivos, os cortes e os recortes territoriais	23
O trabalho de campo	25
Estrutura do livro	28
Capítulo I	
Migração, território e transterritorialidade	33
Capítulo II	
A região “Sertão Inóspito”: a invenção do sudoeste paranaense entre 1900-1940	57
2.1 O outro sujeito: o esteriótipo do caboclo no Brasil	
2.2 “Raízes” da migração cabocla para o sudoeste do Paraná	
2.3 O território caboclo: tempo e espaço da natureza	
Capítulo III	
O projeto político/ideológico “Marcha para o oeste”: a conquista/expansão do território nacional através da migração	113
3.1 A expansão territorial da fronteira agrícola e urbana: da criação da CANGO ao surgimento de Francisco Beltrão	
3.2 O “lugar do futuro”: a (re)invenção do sudoeste paranaense entre 1940-1970	
3.3 A “Díspora gaúcha e catarinense” e a construção do território Rio-rede: da des-territorialização à transterritorialidade	
3.4 O trabalho e a construção de identidade territorial	
3.5 Na fronteira, encontros e desencontros identitários entre descendentes de italianos, alemães e poloneses(estabelecidos) e caboclos(outsiders)	
Capítulo IV	

Transformações territoriais em Francisco Beltrão: das crises às migrações entre 1970-2008	283
4.1 Modernização conversadora da agricultura e desterritorialização: da expropriação à migração	
4.2 Industrialização e urbanização: a marcha dos desterritorializados para a(s) cidade(s)	
4.3 Do Paraná para o centro-oeste e a Amazônia: a migração dos desterritorializados e a política do Estado na colonização de “novas terras”	
4.4 “De volta para o sul”: o fluxo migratório paranaense para Santa Catarina	
4.5 A desterritorialização do caboclo no processo de modernização	
4.6 A construção da identidade territorial beltronense	
Territórios migrantes: transterritorialidades, redes sociais e identidades	415
Referências	427

Não há trajetória sem drama (prefácio)

– Mas é *absurdo!*
– Pode ser absurdo. Mas faz sentido. É o que me basta.
Em “Trapo”, de Cristovão Tezza

I

Toda pessoa, grupo, classe, comunidade, cidade, município, região, estado, país, *mundo*... constrói, produz, inventa, imagina e vive uma trajetória: de como e onde tudo começou; de como e onde tudo vai terminar. São “coisas” que apenas às vezes se fazem de maneira mais consciente, pois, quase sempre, a trajetória ganha forma, expressão e até imposição quando dela fazemos um certo sentido para a própria condição de existir, definindo as “razões” que expliquem por que somos de um jeito e não de outro, por que estamos aqui e não lá ou acolá. E assim podemos falar de “trajetória pessoal”, “trajetória do grupo”, “história da comunidade” ou da cidade, da região, de uma nação, e também, por que não, da “história da humanidade”. Mas talvez fosse interessante pensar que toda trajetória, quando construída, produzida, inventada, imaginada e vivida, é também ela *meio* que exclusivista, ou seja, sobrepõe-se a outras possíveis trajetórias, a outros possíveis inícios, meios e fins.

Na autobiografia “Viver para contar”, do escritor colombiano Gabriel García Márquez, a frase de abertura é elucidativa do que aqui estamos querendo dizer: “A vida não é a que a gente viveu, e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la”. Recordar é um *jeito* de construir

e inventar memórias, histórias, narrativas e trajetórias: nele – *jeito* – vamos selecionando datas, momentos, lugares, conversas, encontros, amores, brigas, intrigas, saudades, olhares, alegrias, ilusões e decepções, depressões e sonhos, e tudo aos poucos vai se arranjando, e quando alguém nos ouve vamos desenrolando “tudo” como o fio de um novelo (ou “novela”) bem arrumado, em movimentos de arrumação e desarrumação constantes; e nos *jeitos* também, quando arrumados em datas, fatos, fontes, imagens e textos “objetivos” vão sendo amarradas as memórias, histórias, narrativas e trajetórias oficiais e dominantes, que parecem tão bem feitas e aceitas que as incorporamos como “nossas” (a “nossa gente”, a “nossa comunidade”, a “nossa cidade”, a “nossa região”, o “nosso estado”, o “nosso país”, o “nosso mundo”, a “nossa história”, o “nosso lugar”...). Desse modo vamos aprendendo e ajudando a ensinar, mais cedo ou mais tarde, que temos uma história, e que nela estão “todas” as nossas labutas, os nossos trabalhos e as nossas conquistas, e também, de alguma forma, estão o nosso presente e o nosso futuro, definindo *de onde viemos, onde estamos e para onde estamos indo* (os nossos mitos de fundação e de destino).

“De tanto andar” chegamos agora em Francisco Beltrão, no sudoeste paranaense. Apegando-nos ao “Histórico” apresentado em sua página *on-line* (em abril de dois mil e dez), somos rapidamente lançados ao “centro do mundo”, ou se não a esse centro, ao menos ao centro de uma certa região, pois de imediato ficamos sabendo que Francisco Beltrão está no ou é o “Coração do Sudoeste”. *Está no* ou *é o* centro e ali ocupa a “liderança econômica, política e populacional no Sudoeste do Paraná”. Que teve um início: “Vila Marrecas”. Que “rapidamente” se transformou em cidade, “em menos de cinco anos”! Em 1951. Mas antes, também “em menos de cinco anos”, as pensões e “bodegas” se abriam pois a Cango – Colônia Agrícola Nacional General Osório – estava chegando. E o “primeiro mapa da futura cidade” ia sendo construído (a marcação do tempo se mostra frágil se não for completada com a marcação ou geometrização do espaço:

ao ordenarmos o tempo, também ordenamos o espaço em forma de mapa ou do território medido, calculado, somado, dividido, cortado e vendido em lotes “padronizados em 22x44 metros”).

Naquele “espaço vazio” (termos nossos) de *antes, agora* “crescendo rapidamente”, a Cango ia assentando “famílias de agricultores dando-lhes terra, ferramentas, sementes, orientação técnica, educação e assistência médica, a Vila Marrecas recebeu médico, dentista, professores, topógrafos, agrônomos, mecânicos, carpinteiros, marceneiros, o que muito contribuiu para o desenvolvimento do lugar”. Por meio a datas de decretos, leis e normas, como ordenamento do tempo e do espaço, mas fundamentalmente das gentes, o “desenvolvimento” pretendido sofreria um forte baque: “O que breou o desenvolvimento foi a disputa de terras, entre posseiros e as companhias colonizadoras, resultando na histórica Revolta dos Posseiros”. Uma unidade do Exército foi constituída e a “legalização das terras” foi sendo resolvida com o “Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná”: a normalização pela força e a normatização pela lei. *Tudo em ordem* novamente, e depois “dos atrasos causados pela disputa de terras”, nos anos (19)70 chegaram as rodovias asfaltadas transformando o município “no maior centro populacional e industrial da região”.

Poderia parecer uma enorme contradição que o “Coração do Sudoeste”, *rapidamente desenvolvido*, continuasse marcado por uma toponímia que o ligasse, diretamente, a uma condição profundamente “selvagem”: os marrecos. A “Vila Marrecas”, como inicialmente fora nomeado o lugar, passou a ser definida, depois, como “Francisco Beltrão” (“engenheiro, secretário de estado e grande colonizador do Paraná”). Os marrecos selvagens tinham perdido o lugar, ou mesmo tenham sido expulsos ou o mortos pelos “tiros” rápidos do “desenvolvimento” (permanece um “marreco”, só, no centro do brasão do município...). Nomear um lugar é um jeito de definir um poder de pertencer, um *poder estar* e um *poder ser*, o poder de *poder dizer de onde viemos* e “de quem nos pariu”, “de quem nos conduz”, de

uma *berança* de uma *ancestralidade*... Portanto, *nada de marrecas: colonizadores é que somos*. *Colonizadores* que, mesmo com a primeira “eleição tumultuada” (talvez um *lapso histórico*!), foram aos poucos virando vereadores, prefeitos, deputados estaduais, secretários de Estado, deputados federais e até ministros. *Cellas, Martins, Camilottis, Pécoits, Scalcos, Cantelmos, Schwartz, Arrudas, Lopes, Meurers, Cardassos, Reichembachs, Araújo, Zanchets, Ferreiras, Rafagnins, Traianos, Contos, Lerner, Borghensans*... Gentes e mais gentes – *homens e mais homens* – foram conformando um *jeito de ser* beltronense, dado por um passado, um presente e um futuro. Um passado de “pioneiros” com seus nomes, em sua maioria, *meio* sulistas, gaúchos, catarinenses, ítalos e germânicos, que longe das gentes índias (“que devem ter passado por aqui sem deixar vestígios”, como aponta o “histórico”) e das gentes “caboclas” (que *sumiram* do tempo-do histórico e do espaço-do mapa) fizeram um *novo* lugar, e tudo que é *novo*, em movimento de “rápido desenvolvimento”, deve se sobrepor a tudo que é *velho*, sem deixar vestígios.

A ordenação do tempo e a ordenação do espaço é simultaneamente a ordenação do mundo, e ali, em Francisco Beltrão, a ordenação de um lugar. Por isso também que a própria bandeira do município apresenta uma ordenação do centro do poder (brasão) para as bordas, ou das margens para o centro: “A bandeira é oitava de amarelo, formando figuras geométricas trapezoidais e constituída por oito faixas brancas carregadas de sobre-faixas azuis. O Brasão simboliza o Governo Municipal. As faixas simbolizam o Poder Municipal que expande a todos os quadrantes do território municipal e as figuras trapezoidais representam propriedades rurais existentes no município”. O “Poder Municipal”: o poder... E o Hino Municipal aparece como o coroamento de toda uma memória, história, narrativa e trajetória: “Rejubilam teus filhos, / No calor que encerra, / O amor a esta terra, / Ó Francisco Beltrão! / Pisou, um dia, este solo brava gente, / No anseio das conquistas de um lugar. / O chão se fez caminho e o sol luzente, / Do azul, fez esperanças emanar. / Chegaram de rincões, plagas sulinas, / Com braços e ideal de pioneiros. / E vendo nestas terras vastas minas, / Cantaram sob o teto dos pinheiros. Plantaram sua bandeira

neste chão. / Seus lares e o trabalho como esteio. / A Congo foi o berço na canção / A embalar estes filhos no seu seio. / E nascia, devagar, singela vila: / Marrecas, promissora e hospitaleira. / Nos braços desta força a construí-la, / Fulgurava a riqueza da madeira. / Muita gente esta terra conheceu, / Entre os nomes de célebres memória. / E Francisco Beltrão resplandeceu, / Para sempre, nas páginas da história” (composto por Cladi C. A. Levandowski)...

Um *jeito* de “novelar-desnovelar” *uma* memória, *uma* história, *uma* narrativa e *uma* trajetória. Um *jeito* que define, em Francisco Beltrão, um *ser dominante*, uma *ascendência dominante*, um *projeto de cidade e município dominante*, *passado, presente e futuro dominantes* e um *espaço dominante*: o colonizador (ou o *colono*), o (e)migrante *sulista* e *descendente de europeus*, o homem (os nomes de apenas três mulheres aparecem no “histórico”: a mulher de Francisco Beltrão, uma vereadora e uma professora)... O *ser* que ascende social e economicamente, definindo um certo “mito dominante” – a identidade beltronense – alicerçado em mitos de origem (a [e]migração, a Congo, a colonização, *do vazio, uma civilização...*) e de destino (para *frente*, o “desenvolvimento do lugar” que *não pode parar*)... Ali, *uma* memória, *uma* história, *uma* narrativa e *uma* trajetória são construídas e cotidiana tendem a ser reconstruídas, reproduzidas, reinventadas, “reimaginadas”, revividas, fazendo com que os mais novos aprendam a fazer parte de uma história e de uma geografia, de uma sociedade de passado, de presente e de futuro. Assim vão surgindo as bandeiras, os brasões, os hinos, as festas, os monumentos e as homenagens, e *todos* se irmanam em reconhecimentos de sentido, *todos* sentindo que os sentidos do “mundo” pertencem a *todos, fazendo-se* beltronense como a prosseguir a obra da colonização em um movimento *demiúrgico* que não cessa, que não para, em processo de incessante criação e re-criação.

Poderíamos pensar, então, que o que se processa é uma espécie de produção de um conhecimento sobre *o* tempo e *o* espaço de Francisco

Beltrão: uma “epistemologia” beltronense. Um movimento do *conhecer*, de *fazer conhecer* e de *saber reconhecer* para *poder crer*, que, para “tristeza” de seus “crentes”, é apenas parte de um movimento bem maior no qual a única originalidade está em que cada lugar é diferente de todos os outros... E só. A memória, história, narrativa e trajetória beltronense oficial são nada mais nada menos que a reprodução em escala municipal (talvez regional) da memória, história, narrativa e trajetória da Modernidade, fundada em mitos da “descoberta”, do “vazio”, do “novo”, da “expansão”, da “colonização”, do “ordenamento”, da “racionalidade”, do “trabalho” e do “progresso”. A Modernidade que se funda no homem branco, pai de família, católico [cristão], proprietário, letrado e heterossexual, impossibilitando a existência de qualquer gente, tempo ou espaço “despadronizado” de tais cânones.

II

Mas eis que nos chega agora um *tal* de Marcos Leandro Mondardo, com o seu “Territórios migrantes: transterritorialização e identidades em Francisco Beltrão/PR”... Marcos, ele mesmo, um beltronense. Marcos, ele mesmo, pelo sobrenome que traz, um descendente das gentes sulistas brancas européias. Ele mesmo, ao que o próprio nome “Marcos Leandro” indica, um homem... E logo de início, meio que abusada e desavisadamente, propõe em “territórios migrantes” a idéia de que Francisco Beltrão é de um movimento sem início, sem meio e sem fim, e de que o lugar é mais que a produção de uma identidade, mas de uma multiplicidade delas. É de se perguntar, por isso, *de onde* e *como* Marcos percebeu esse movimento, *por onde* Marcos foi se dando conta de que para além de “colonizadores” havia também – e é de pasmar qualquer um – gentes caboclas em meio a um “progresso” que queria de Francisco Beltrão o “Coração do Sudoeste”. E assim, Marcos vem ajudar a trazer à tona outras memórias, outras

histórias, outras narrativas e outras trajetórias, algumas que se aproximam daquelas apontadas pelo “histórico” de Francisco Beltrão, mas outras que parecem ajuntadas em meio a “cacos” de tempos e de espaços meio que abandonados, e que Marcos se dispôs, pacientemente, a ajuntá-los, a “espalhá-los sobre a mesa”, a imaginar as suas proximidades, a aproximá-los, a colá-los e a reinventá-los. Uma obra artesanal, daquelas que necessitam de todo cuidado, porque os “cacos”, mais que cacos, são *pedaços de gentes*.

Muitas, muitas gentes. São *Presentes, Amábilis, Florindas, Rossetos, Vieiras, Antonios, Hiolandas, Alfredos, Tibolas, Marias, Maffessonis, Nairs, Otilias, Salvadores, Paulas, Farias, Mendes, Verdis, Costas, Marias, Amélias, Alcides, Iones, Simões, Lopes, Plácidas, Angelinas, Ádrias...* São “brancos”, são “caboclos”, são mulheres, são migrantes do *sul*, são gentes de antes da “colonização” e da “Cango”, são os “cheios” de um “vazio” inventado, são gentes *beltronenses* que sem lugar no “Coração do Sudoeste” resolveram “ganhar a vida” nos “confinos” da Amazônia, outros tantos em cidades de industrialização recente em Santa Catarina, outros retornando, outros saindo de novo, e a cidade virada “duas” com centro de um lado e bairro periférico de outro... E assim o “mundo” de Francisco Beltrão vai ganhando feitiço e textura que muito pouco se aproxima do “histórico” oficial, ao contrário, vai se aproximando de gentes, olhares, vozes, memórias, histórias, narrativas e trajetórias meio que *silenciadas*, meio que *esquecidas*. Nas gentes que Marcos vai apresentando, vai aparecendo outro “Francisco Beltrão”, um outro tempo e um outro espaço, que, como movimento, é ele mesmo carregado de conflitos, tensões, contradições, ambigüidades, disputas, hegemonias e contra-hegemonias e subalternidades, tramas e dramas... Em “Territórios migrantes...” vai surgindo, por isso, outra “epistemologia” sobre o tempo e o espaço beltronense, simultaneamente mais múltipla, mesmo que mais tensa, como em trecho da fala de Alfredo sobre as relações entre migrantes do Sul e os caboclos: “Chamava pelo nome, não de caboclo, era uma ofensa. Mas eles eram mais racista do que nós, chamava nós de ‘alemão batata’”.

Na memória, história, narrativa, trajetória e geografia trazidas por Marcos, Francisco Beltrão surge como invenção, assim como é inventado o seu *antes*, o “sertão inóspito”. O seu “Outro” – além de espaço e tempo do sertão – é também a relação tensa com o *ser* “Outro”, o caboclo, que deve ser *esquecido* em nome de uma ordenação que busca fazer do “sertão” a própria civilização (como em um *processo civilizador*). A suposta contraposição Civilização/Natureza vem à tona, e tudo deve ser “varrido” (limpado, medido, ordenado, civilizado...) em nome de um novo tempo, de um novo homem... O “resto” (o antes) não pode passar, então, de “espaço vazio”, pois todo mito de origem é sempre um começo dado em tempo e espaço liso, sem nada, para que todo o trabalho de criação de novo tempo e lugar repita o mito da criação judaico-cristã do próprio mundo, que do nada (o passado) fez os astros, a terra, os seres animados e inanimados, o homem (o presente), para um dia (o “sétimo”), dado o progresso e a perfeição, descansar (o futuro)...

Uma linearidade (e “perfeição”) que toma contornos até dramáticos na crítica em “Territórios em movimento...”, pois nela parece haver sempre um “Outro” que mesmo escanteado vai se mostrando tímida mas poderosamente, mostrando-se e mostrando as “imperfeições” de uma história e de uma geografia tão certinhas, mas só possíveis pelo abortamento de uma multiplicidade violenta, tensa e conflituosa, marcada por diferenças que vão desde o *jeito* de pensar e de fazer o trabalho aos *jeitos* de morar, de circular na cidade, de se mostrar e até de se esconder... chegando a demonstrar, cabalmente, que no “Coração do Sudoeste”, diferente do coração de uma mãe, não cabem todos. Um “coração” marcado, sobretudo, por encontros e desencontros desde a relação entre migrantes e caboclos à busca por muitos de um lugar melhor perto/longe de Francisco Beltrão, fazendo do ato de migrar também um tempo-espaço como possibilidade de re-existência.

Dialogando com uma multiplicidade de gentes *beltronenses*, como também com um conjunto de autoras e autores da Geografia e de muitas

outras narrativas da Ciência, Marcos vai deslindando um “mundo” à *imagem e semelhança* das presenças/ausências do que entende ser não *uma* identidade, mas um complexo de processos de identificação/diferenciação dos quais gentes, fatos, datas e lugares são feitos presentes, enquanto um *monte* de “Outros” são ingênua ou deliberadamente postos à margem. Desse modo, o que Marcos *deixa* é também a idéia de que se não há identidade como algo essencial, sólido e imutável, também não podem haver territórios atemporais. O que existência, portanto, é expressão de um processo de *fazer existir, fazendo-se* sobretudo como relação de poder. É por isso que os territórios também migram... Mas os territórios não são entes: são as próprias relações socioespaciais que *se fazem* (ou são *feitas*) em movimentos de territorializações, multiterritorialidades e, para Marcos, também de transterritorialidades. Movimentos sempre inacabados, inconclusos, por isso mesmo sempre em disputa, por isso sempre abertos a *novos* passados, *novos* presentes e *novos* futuros.

*

(Sei que um prefácio não é feito para se dizer “obrigado”... Mas tomo a liberdade, aqui e agora, para agradecer ao Marcos a possibilidade que nos oferece de ler este livro. E para mim em especial, de poder tê-lo acompanhado por dois anos como orientador-aprendiz, entre dois mil e sete e dois mil e nove.)

Jones Dari Goettert
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal da Grande Dourados
(abril de 2010)



O PERCURSO

A investigação que apresentamos aqui constitui uma análise geográfica das migrações *para, no e do* município de Francisco Beltrão, localizado no Sudoeste do estado do Paraná (mapa 1). O objetivo principal de nosso estudo foi compreender a dinâmica migratória na área onde se re-territorializam e des-territorializam historicamente as relações dos migrantes na formação e desenvolvimento do município, a partir de três períodos histórico-geográficos: o primeiro, com a migração cabocla, compreendido entre 1900 a 1940; o segundo, com a migração gaúcha e catarinense, compreendido entre 1940 a 1970; e, o terceiro, com a migração “paranaense”, compreendido entre 1970 a 2008.

Por meio da mobilidade socioespacial da população¹ de diferentes sujeitos, *grosso modo*, caboclos, gaúchos, catarinenses e paranaenses, consideramos estes/estas migrantes de nossa investigação sujeitos sociais²

1 Estamos cientes das implicações que a palavra “população” comporta por não demonstrar, por exemplo, as classes sociais, as diferenciações sociais internas ao grupo denominado “população” e, também, porque a “população” é uma invenção e/ou faz parte de um processo histórico de invenção da quantificação dos indivíduos e da retirada da dimensão social e política da noção. Como assinala Le Bras (2000, p. 11), definir uma “população” é um ato de força: “impõe-se a um conjunto de indivíduos uma categoria, que irá constrianger a sua ação”. O termo ou noção “população”, segundo o autor, foi forjado/inventado depois de 1750 na França e na Inglaterra, pois, “Pensar a população como um conjunto dos humanos presentes ou ligados a um local determinado é uma idéia recente e muito particular, cuja invenção podemos fixar na época moderna” (p. 17).

2 Utilizaremos na pesquisa a noção de sujeito e ator social como sinônimos, mesmo sabendo das ambigüidades e das diferenças de uso e de significação que carregam, durante os diferentes contextos histórico-geográficos. De acordo com Sader (1988, p. 54-55), “As noções de ator e de agente (...) são portadoras de uma tradição sociológica que justamente definia o primado do sistema social. O ator social, como aquele que representa um papel, designava o portador de papéis definidos no nível da estrutura social. O que acontece é

capazes de criar e levar adiante *estratégias migratórias* políticas, culturais e econômicas por meio, especialmente, das *redes* de relações sociais e dos processos de des-re-territorialização, bem como do que estamos propondo para compreender o entre-lugar (ou “terceiro espaço”) da migração, ou seja, da relação *tensa* entre os lugares de origem e de destino da migração através da condição de *transterritorialidade* que compreende o embaralhamento das referências espaciais.

Movemos nossa análise transitando entre os contextos macro e microestruturais, imbricados, por um lado, pelas relações de mediação do Estado e do Mercado através da expansão territorial e do desenvolvimento do capitalismo e, por outro, das *trajetórias* socioespaciais na migração e das *estratégias* e *recursos* mobilizados nas relações do cotidiano, de parentesco, de amizade, de solidariedade, dos conflitos étnicos e identitários, de alteridade e da construção da identidade territorial.

Não se pode, entretanto, negar as causas macroestruturais e as relações econômicas na mobilidade espacial da população; contudo, as causas econômicas não podem explicar satisfatoriamente em sua multidimensionalidade o processo migratório e as motivações dos sujeitos para migrar, pois não intervêm apenas decisões “racionais” que apontam equilibrar custos e benefícios. Por isso, nossa perspectiva teórico-conceitual aborda a problemática das migrações como um fenômeno eminentemente social e geográfico e nos conduz a enfatizar os aspectos subjetivos, estruturais e conjunturais. Através de um enfoque *qualitativo*, analisamos as dimensões *subjetivas* do processo histórico-geográfico da mobilidade espacial da população *para, no e do* município de Francisco Beltrão, por meio da “micro-história” buscando aproximações na tentativa de construção de uma “micro-geografia”.³

que, a partir do momento em que surgiram movimentos de contestação às concepções sistêmicas, vários termos foram recontados. A. Touraine retomou a noção de ator, já pensado como elemento dotado de autonomia. Nada impediria que o mesmo ocorresse com a noção de agente. O fato é que no Brasil (...) foi à noção de sujeito que emergiu com esse novo sentido”.

3 Segundo Pedone (2003, p. 102), a micro-história é um enfoque dentro da história social

Voltamos-nos, portanto, ao ator social do processo migratório (o migrante) e procuramos recuperar a função explicativa das perspectivas e das experiências nas quais esses protagonistas viveram, dos contextos e das relações circunscritas que se encontravam envolvidos; isso se vincula ao estudo das *redes* de relações sociais e das *estratégias* migratórias levadas e acionadas nas trajetórias socioespaciais pelos indivíduos durante a mobilidade. Por isso, desenvolvemos também uma análise das *práticas cotidianas* e das *representações* dos migrantes através das dimensões políticas, econômicas e culturais, buscando *percorrer* os contextos micro e macroestruturais na dinâmica migratória.

Método e metodologia

Para realizarmos a pesquisa foi imprescindível buscar/construir um método de análise para delinear o caminho e os passos que nos orientaram no desenvolvimento da investigação empírica. Assim, não utilizamos um único método na análise das migrações. Realizamos uma análise *dialógica*

que pretende reconstruir, a partir de uma situação particular, a maneira em que os indivíduos produzem o mundo social mediante as alianças e os conflitos. Logo, a micro-história estuda o cotidiano, as representações, as estratégias familiares, as relações de parentesco, as redes de relações sociais e, busca, também, analisar o passado, o presente e o futuro sob o olhar de uma pequena comunidade. De acordo com Revel (1998, p. 28), “o que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber [é] uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou mutilada, de realidades macrosociais: é (...) uma versão diferente”. Logo, a micro-história “baseia-se na disposição de um capital ‘material’ feita de informações, de conhecimento” e sendo esta produzida por uma experiência mais elementar como, a do grupo restrito e, até mesmo, do indivíduo “é mais a esclarecedora porque é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes” (pp. 31- 32). E, ainda, para Bensa (1998, pp. 53 e 62), “a micro-história reconstrói, em torno de alguns personagens precisos, aquilo que o seu espaço social foi” e nos dá, também, “a consciência aguda do tempo curto, aquele que os homens acionam efetivamente sem suas vidas. Em troca, é também o peso do tempo longo que é desvelado, porque muitas das formas que os atores integram ao seu próprio presente se encontram em outras épocas e mesmo em outros lugares”.

– através de várias lógicas – no sentido de dialogar com um conjunto de idéias que pudessem estabelecer conexões – a partir de métodos distintos estudados – objetivando, fundamentalmente, compreender a realidade da mobilidade espacial da população em cada período que se apresentou com múltiplos condicionantes e motivações, a partir das entrevistas, durante o trabalho de campo.

Neste âmbito, construímos uma análise multidimensional, multi(trans)territorial e multitemporal das migrações, buscando compreender, a partir de trajetórias individuais e/ou familiares, nos períodos e nos contextos, o fenômeno utilizando-se de elementos estruturais, conjunturais, da subjetividade, das representações, das redes sociais de interdependência entre os indivíduos (de funções, de solidariedades e de conflitos), do cotidiano e das identidades. A busca pelo imbricamento destes elementos a partir dos períodos, dos contextos e das trajetórias nos possibilitou discutir a migração como deslocamento socioespacial multifacetado e inserido nas múltiplas relações de poder estabelecidas nos lugares de origem e de destino do(s) migrante(s).

Participaram nas trajetórias socioespaciais motivações e condicionantes econômicos (como pela procura de terras, de trabalho e de recursos naturais como a madeira), políticos (como a partir das *representações* inferindo “positividades” e “negatividades” aos lugares e dos *projetos* do Estado), e culturais (como das redes sociais através da ajuda e apoio para a *travessia* e na re-territorialização pelas relações estabelecidas com parentes e amigos). Compreender a migração numa perspectiva integradora exigiu, portanto, um método que incorporasse a partir de cada período, de cada contexto e de cada trajetória individual, inserida na teia de relações sociais, um conjunto de elementos estruturais, conjunturais, da subjetividade e do cotidiano entre aqueles/as que se deslocaram no espaço geográfico, que se relacionaram com o espaço e que foram portanto o próprio espaço se fazendo em movimento, em transformação, ou, num nível mais restrito, o território.

A metodologia, neste sentido, foi previamente estabelecida através da utilização de ferramentas-chaves em torno das discussões dos conceitos de espaço-tempo (periodizações), território (ligados ao processo de des-territorialização, re-territorialização e transterritorialidade) migrações (discutidas no interior dos contextos da modernidade e da pós-modernidade) e identidade territorial. Contudo, no desenvolver/desenrolar da pesquisa, a metodologia foi, em alguns momentos, reconstruída ao longo do trabalho, numa imbricação *entre* sujeito pesquisador e sujeitos pesquisados e com o objeto/tema (as migrações) ao decorrer do processo.

Desse modo, procuramos, por meio das ferramentas, isto é, pelos conceitos escolhidos, aliar “teoria” e “realidade”, buscando compreender a imbricação que há entre os eventos concretos (materiais e imateriais) e a análise, ou seja, aquilo que é praticado cotidianamente e geograficamente pelos sujeitos e a teorização. Isso implica em buscar re-fazer, constantemente, a teoria com a prática e vice-versa, numa *re-visão* teórico-empírica dos fenômenos, enfim, das relações socialmente produzidas aqui, em especial, pela e na dinâmica migratória.

Os objetivos, os cortes e os recortes territoriais

Nossos objetivos tiveram no centro a problemática das migrações *para, no e do* município de Francisco Beltrão, no período de tempo-espaço de 1900 a 2008, e se desdobram a partir das seguintes questões:

a) a primeira questão diz respeito à “origem” dos caboclos que migraram e se re-territorializaram no Sudoeste do Paraná entre 1900 a 1940. Buscamos compreender, também, quais os elementos da territorialidade cabocla, suas apropriações e domínios do território (inclusive, no movimento) no período de espaço-tempo referido;

b) a segunda questão se referiu à compreensão do impacto da migração gaúcha e catarinense e suas transformações do espaço-tempo (en-

tre 1940 a 1970), a partir da atuação do Estado, fundamentalmente, com a criação da Colônia Agrícola General Osório – CANGO – em 1943. Objetivamos compreender qual a velocidade e as transformações dessa migração, resultante do processo de desterritorialização de gaúchos e catarinenses de seus estados de origem, e quais suas práticas materiais e simbólicas de re-territorialização em Francisco Beltrão. Buscamos discutir, também, a importância do *Estado* para o agenciamento da migração; qual a relevância das *redes de relações sociais* nesse fluxo migratório; como foi mobilizado o trabalho enquanto recurso (político) e cultural para a construção da identidade territorial beltronense; e, qual o impacto dos encontros e desencontros identitários e das relações de poder entre descendentes de italianos, alemães e poloneses (*estabelecidos*) e caboclos (*outsiders*);

c) o terceiro objetivo consistiu em apreender as relações que se processaram no período entre 1970 a 2008, ligadas, especialmente, à emigração de beltronenses para outros estados brasileiros e também, em menor intensidade, para outros municípios do Paraná e, também, para outros países, como o Paraguai. Analisamos e discutimos o papel das “*crises territoriais*”, especialmente a “*crise agrícola*” instaurada com a modernização conservadora e excludente da agricultura que originou, em grande parte, o processo de “*expulsão*” de beltronenses para o Centro-Oeste, para a Amazônia e para o Sul do Brasil (este último, especialmente, para o estado de Santa Catarina).

d) ademais, analisamos a desterritorialização do caboclo frente ao processo de modernização e o peso de sua participação em uma sociedade hegemonicamente formada por gaúchos e catarinenses. Por fim, foram analisadas, através do processo histórico e geográfico, as *práticas e construções discursivas* que produziram a identidade territorial beltronense, que ora se relacionou (acionou ou não) a identidade do sudoestino, ora do paranaense e, ainda, ora com a do sulista (“gaúcho”).

Sobretudo, buscamos apreender analiticamente as relações em Francisco Beltrão, tendo como referenciais os processos socioespaciais

ligados às migrações *para, no e do* recorte territorial enfocado. Entretanto, é interessante frisar que a análise não se restringiu apenas ao município de Francisco Beltrão. Esta abrange, em alguns momentos, relações que se estabelecem com outros *recortes, sobrepondo* relações e *articulando* interna e externamente as *situações* e os *contextos* que se inter-relacionam com a dinâmica migratória beltronense e, até, em sentido amplo, com o estado do Paraná, com o Brasil e com o mundo.

O trabalho de campo

Partimos do pressuposto de que o trabalho de campo é imprescindível na análise socioespacial, portanto geográfica, das relações sociedade-espço. A metodologia de investigação desenvolvida aqui contou, em parte, com a “observação participante”, embora uma “observação participante” desenvolvida não na sua concepção clássica, mas a partir da convivência diária por quatro meses (de janeiro a abril de 2008) com os migrantes em Francisco Beltrão, com a realização de entrevistas através do trabalho de campo, com as conversas informais aliadas às observações *in loco* na produção do espaço beltronense, com suas desigualdades, em um “acompanhamento” cotidiano das relações dos migrantes no/com o município.⁴ Essa convivência foi importante para conhecermos a realidade

4 Claudia Pedone (2000a) assinala a importância de pensar, estruturar e desenvolver o trabalho de campo através de *métodos qualitativos* pelas dimensões subjetivas do processo socioespacial que retomam o ator social, recuperando, a função explicativa pelo vivido pois, “La importancia del discurso y del significado son centrales en las aproximaciones cualitativas. La información es obtenida por una variedad de técnicas, como la observación participante, la entrevista en profundidad, la entrevista semiestructurada, las discusiones en grupos focalizados, etc.. Además, dentro de este marco, el análisis del discurso tanto en textos escritos como orales y, en menor medida, el uso de material fotográfico y de video, son elementos valorados para llevar a cabo las investigaciones. Esta apretada síntesis en torno al estado de la cuestión de los métodos cualitativos, nos introduce en dos temas claves para la investigación basada en esta metodología: el trabajo de campo y la utilización de las historias de vida como una técnica para recabar información” (p. 5).

(geográfico-histórica) dos sujeitos pesquisados e, também, para a relação e interação destes com nós enquanto “sujeito pesquisador” e “sujeitos pesquisados”.⁵

Entretanto, também recorreremos a outras fontes como jornais, relatórios da Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, em vários Censos do IBGE, especialmente, os Demográficos, no CTG (Centro de Tradições Gaúchas), na biblioteca da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, na Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR, e na Prefeitura municipal de Francisco Beltrão. Pesquisamos em alguns estudos realizados sobre Francisco Beltrão, sobre o Sudoeste do Paraná, sobre o Paraná, Brasil e mundo especialmente aqueles referentes à migração, mas que não se restringiram a eles. Por isso, recorreremos a livros, artigos e palestras de geógrafos, historiadores, economistas, filósofos, antropólogos, sociólogos, literatos buscando fontes e inspirações para a construção de uma problematização e/ou análise *transdisciplinar*.

Além disso, percorremos o município, seus bairros na cidade e suas comunidades no interior, a pé ou de moto. Procurando entender sua produção espacial, andamos por algumas partes do mesmo onde fotografamos paisagens, fizemos anotações. Nessas observações, conseguimos visualizar mais de perto como se dá a produção e a organização desse espaço, especialmente através de conversas informais com moradores e trabalhadores, tanto na cidade quanto no campo. Esse exercício foi muito

5 Conforme Claudia Pedone (2000a, p. 7), o desenvolvimento de entrevista através de trabalho de campo permite a produção de um texto interativo entre o diálogo do sujeito pesquisado e do sujeito pesquisador: “El texto interactivo se crea mediante el diálogo entre el entrevistador y el entrevistado. Sin embargo, el investigador, en la area de dar orden y coherencia a la narración, construye una interpretación de la entrevista; es aquí donde aparece nuevamente la cuestión del espacio intermediario, puesto que se necesita tener una posición crítica en constante movimiento desde afuera y desde adentro, puntualizando los silencios, las interrupciones; es en este momento cuando aparecen asimetrías, ventajas y ambigüedades tanto para el entrevistador como para el entrevistado según sea el contexto”.

produtivo na medida em que tivemos mais tempo e calma para olharmos o modo de organização da vida das pessoas, no trabalho, na festa, na casa, na rua, no dia-a-dia, ou, como diria Certeau (1994), “nas artes do fazer cotidiano”.

Em função disso, nossa principal fonte foram as entrevistas realizadas com os sujeitos que fizeram e fazem as migrações, os territórios e as identidades.⁶ Utilizamos um questionário que logo foi substituído por uma conversa mais aberta, que nos possibilitou deixar livre o entrevistado para falar da sua vida e, assim, para nos dar maiores detalhes sobre os processos, o que resultou para nós maior riqueza no resgate das informações através da memória dos sujeitos. Trabalhamos com uma entrevista não-direta (conversa) e com uma entrevista dirigida (questionário), a partir de um roteiro de questões que não seguiu uma ordem padronizada, mas aleatória, e de acordo com o que o entrevistado nos informava e/ou relembrava.

Entrevistamos 39 pessoas, a maioria entre os meses de janeiro a abril de 2008, sendo que grande parte eram agricultores e agricultoras aposentados, professoras e professores (alguns aposentados), operários da indústria (alguns aposentados), comerciantes e ex-comerciantes, “catadores de papel”, cozinheiras, políticos e médicos. Todas foram gravadas e transcritas na íntegra. Entretanto, adotamos algumas medidas para dar mais “vida” as falas e, também, para contextualizá-las na difícil tarefa da passagem do oral para a escrita; tentamos, ao decorrer das transcrições, apontar

6 De acordo com Armando Corrêa da Silva (1988, p. 84), “a entrevista consiste na apreensão dos fenômenos ao nível do indivíduo”. Entretanto, como afirma Norbert Elias (1994, p. 16), “os indivíduos formam a sociedade e a sociedade os indivíduos”, ou seja, a sociedade *dos* indivíduos. Por isso, podemos chegar ao entendimento da sociedade através dos indivíduos, das suas trajetórias, das suas relações, ou seja, do processo em que o indivíduo se relaciona com a sociedade e a sociedade com o indivíduo. Nesse contexto, as entrevistas constituem, em nosso entender, elemento fundamental para o entendimento dos indivíduos e da sociedade, enfim, da “sociedade *dos* indivíduos”. Ademais, como assinala Claval (1979, p. 40), “entre o indivíduo e a sociedade, tomada em seu conjunto, estabelecem-se relações. A sociedade não age em bloco, mas manifesta sua coesão através da ação de cada um de seus membros”.

situações que ocorreram durante a fala do entrevistado, como expressões, pausas, linguagem corporal, risos, choros etc. Adotamos também a postura de transcrever as falas de forma literal, ou seja, sem “correções”, pois entendemos que estes sujeitos expressam uma fala de um tempo e, portanto, de um espaço. Aliamos, também, às entrevistas, as anotações pessoais de campo que concomitantemente nos auxiliaram e proporcionaram ricas informações na interpretação posterior a respeito do objeto/tema (as migrações) e os sujeitos em estudo. Enfim, consideramos que a passagem do oral para a escrita é uma tarefa difícil, na medida em que implica em colocarmos pontos e vírgulas nas falas das pessoas; isso denotou em buscarmos sempre, através da pontuação e das palavras, a melhor e mais fiel passagem do oral para a escrita num processo de *valorização da informação* e, portanto, dos sujeitos entrevistados.

As fontes orais foram consideradas em nossa investigação enquanto *informação qualitativa*. As falas obtidas diretamente com os sujeitos envolvidos no processo (os migrantes) permitiram, aliás, dar luz aos *interstícios* das *relações de poder*, das representações, da memória e da “geo-história oficial”, da identidade, do conflito e da alteridade, das negociações, dos contatos tecidos na trajetória migratória, das estratégias criadas e levadas durante o *itinerário* da mobilidade, do conflito e da solidariedade entre parentes e amigos que ajudaram (ou não) na re-territorialização através da re-significação cultural e política no novo território. Contudo, as fontes orais nos ajudaram a questionar o *status* de verdade através das redes de poderes e de dizeres de uma determinada produção territorial e de uma identidade hegemônica, que se circunscreve geográfica e historicamente em Francisco Beltrão.

Estrutura do livro

Esse livro, originalmente apresentado como nossa dissertação de mestrado, foi estruturado em quatro capítulos, sendo o primeiro dedicado aos conceitos que construíram previamente a metodologia utilizada para a

investigação e a análise, e, os três últimos, focados ao “estudo de caso” e aos nossos “resultados” teórico-empíricos. No entanto, não restringimos a discussão “teórica” ao primeiro capítulo; utilizaremos ao decorrer da análise, quando necessário, algumas discussões “teóricas” sobre os conceitos utilizados como, por exemplo, das periodizações, entendidas nesse trabalho como a empiricização e/ou *fusão* do tempo e do espaço circunscrita a um conjunto de relações conflitantes e solidárias em um contexto. Por isso, o período é a soma desigual (solidária e conflitante) das relações do passado, do presente e do futuro sendo, assim, um sistema de eventos dotados de intencionalidades que é sempre um híbrido, um misto entre novos e velhos tempos e espaços (Cf. ELIAS, 1998; SANTOS, 1997a e 1997b e SANTOS & SILVEIRA, 2006).

No capítulo 1, discutimos a problematização da relação entre “migração, território e transterritorialidade” à luz das transformações ocorridas na sociedade com a transição do sistema de acumulação fordista para o flexível, a partir da década de 1970, e, no seu lastro, as mutações teóricas desencadeadas no interior do debate da chamada ciência moderna e pós-moderna. Apontamos que, a migração como movimento sociespacial da força-de-trabalho deve ser apreendida por uma perspectiva integradora que transpasse a dimensão econômica das análises/estudos. Sinalizamos, com isso a relação indissociável da mobilidade humana com o processo de des-re-territorialização e multiterritorialidade através da proposta analítica de transterritorialidade que desenvolvemos como o ambivalente *entrelugar* (de origem e de destino) e/ou embaralhamento das referências espaciais na mobilidade, na fronteira das relações, no trans-locamento.

No capítulo 2, analisamos teórica e empiricamente a “invenção” do Sudoeste paranaense no início do século XX, enquanto uma representação do espaço nomeado e classificado como “sertão inóspito”. Buscamos compreender também a migração cabocla entre 1900 a 1940, apreendendo, à luz do processo histórico-geográfico do estereótipo do caboclo no

Brasil, as relações com o capital comercial, de apropriação e domínio do território pelo tempo lento dos caboclos num “período natural”.

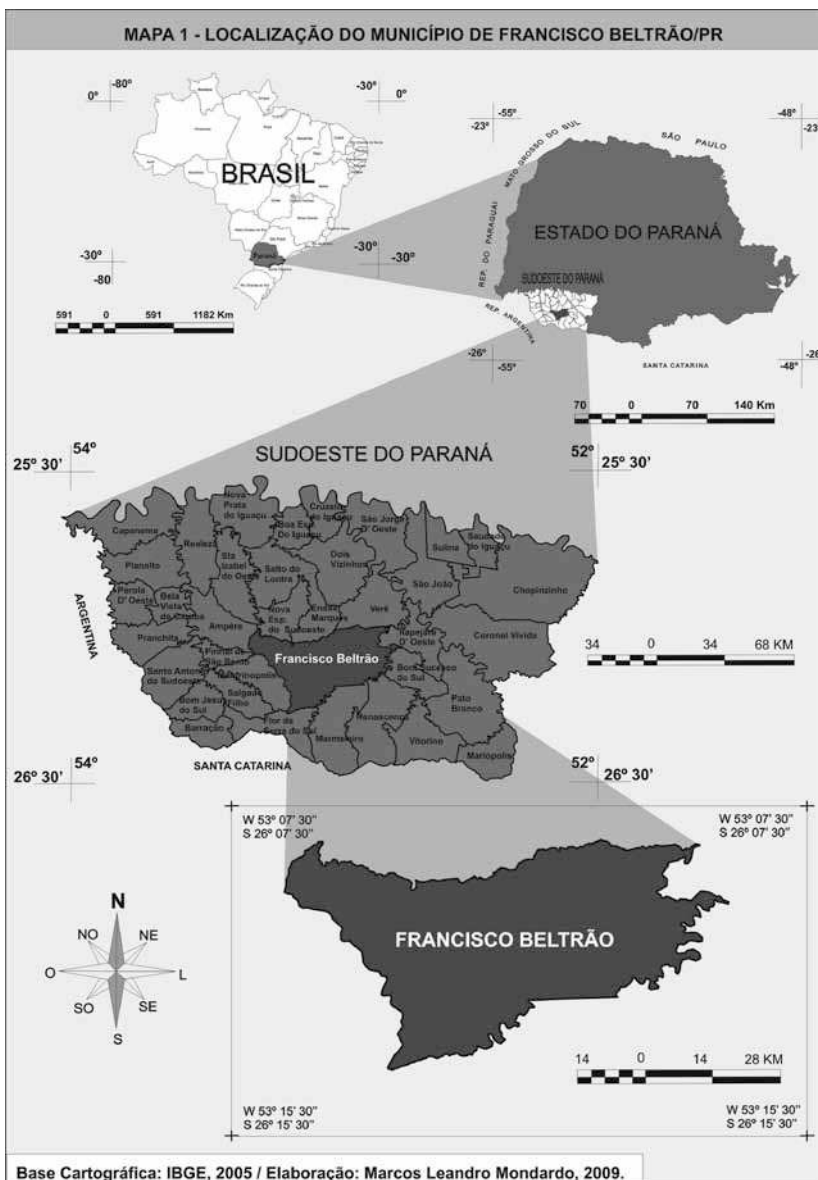
No capítulo 3, centramos nossa discussão na migração gaúcha e catarinense para o Sudoeste paranaense entre 1940 a 1970, apreendendo esse fenômeno no contexto do projeto político/ideológico da “*Marcha para Oeste*” de Getúlio Vargas, com a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango) e do município de Francisco Beltrão. Demonstramos, assim, o papel do Estado-Nação no processo da mobilidade espacial da população através, também, da (re)invenção do Sudoeste paranaense com uma nova representação do espaço, isto é, como uma “região do futuro” e Francisco Beltrão como o “lugar do futuro” para os migrantes. Entretanto, e em contraponto, analisamos através das trajetórias socio-espaciais da “diáspora” gaúcha e catarinense para Francisco Beltrão e o Sudoeste paranaense, as estratégias migratórias construídas pelas redes de relações sociais com os contatos tecidos e o papel das informações recebidas no processo de ajuda, solidariedade e de conflito entre parentes e amigos durante a travessia. Também, refletimos sobre o trabalho como recurso mobilizado para construção da identidade territorial do beltronense; seu acionamento para mobilização e ação de um sujeito trabalhador, ordeiro e disciplinado, inserido no interior das relações de expansão da fronteira agrícola e urbana brasileira com a “territorialização” do capital monopolista. Evidenciamos, na fronteira, as relações de contato, conflito e alteridade entre descendentes de italianos, alemães e poloneses (*estabelecidos*) e caboclos (*outsiders*), apreendendo os conflitos de visões de mundo, de projetos, de racionalidades, ou seja, do “encontro de dois mundos” pelo embate de tempos e espaços diferentes.

No capítulo 4, analisamos a expansão do período técnico-científico-informacional que acarretou transformações profundas no território paranaense, especialmente com a “crise agrícola” resultante da introdução da “modernização da agricultura”, da industrialização e da nova divi-

são social e territorial do trabalho. Esses novos elementos que passaram a estar presentes na apropriação e na dominação do território, fizeram com que no campo paranaense milhares de pequenos agricultores fossem forçados, sobretudo, a deixar suas terras migrando para outras fronteiras agrícolas que estavam se “abrindo”, especialmente para o Centro-Oeste e para a Amazônia e, também, para a cidade de Francisco Beltrão que, com a industrialização, acabou absorvendo parte desses desterritorializados. Por isso, analisamos o processo de migração para o Centro-Oeste e Amazônia a partir de uma trajetória migratória e, também, tentamos compreender o fluxo migratório para o Sul, especialmente para Joinville, em Santa Catarina, através de outra trajetória migratória. Tentamos compreender, ainda, a desterritorialização do caboclo em Francisco Beltrão frente ao processo de modernização e, qual seu peso na sociedade beltronense no período de 1970 a 2008, hegemonicamente constituída por gaúchos e catarinenses e seus descendentes, os paranaenses. Contudo, tentamos apreender a construção histórica-geográfica da identidade territorial beltronense a partir da mobilização de recursos textuais, simbólicos e discursivos.

Por fim, em “Territórios Migrantes: transterritorialidades, redes sociais e identidades” apresentamos as possíveis aberturas “teóricas” e “empíricas” que o estudo possibilitou, e construímos uma “síntese” dos processos analisados em cada período, interligados com a dinâmica de criação e destruição de territórios, de acionamentos de identidades e de des-locamentos migratórios *para, no e do* território de Francisco Beltrão. “Finalizamos” este trabalho apresentando as contribuições construídas, apontando uma proposta teoria-metodológica para a dinâmica migratória que permite relacionar contextos econômicos, políticos e culturais entre níveis micro e macro-estruturais, apreendendo, assim, a multidimensionalidade da mobilidade espacial da população no contexto da *transterritorialidade*.

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO/PR



Base Cartográfica: IBGE, 2005 / Elaboração: Marcos Leandro Mondardo, 2009.

Capítulo I

MIGRAÇÃO, TERRITÓRIO E TRANSTERRITORIALIDADE

*Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho,
e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito.*

Abdelmalek Sayad

A imigração ou os paradoxos da alteridade

Algumas mudanças contextuais ocorridas nas últimas décadas, especialmente aquelas referentes ao processo de acumulação do modo de produção capitalista, foram substanciais para novos condicionamentos aos sujeitos, grupos e/ou classes a migrar. A transição do sistema de acumulação fordista pelo sistema de acumulação flexível, que se inicia nas décadas de 1970 e 1980, proporcionou “um conturbado período de reestruturação econômica e de ajustamento social e político”, que acarretaram, dentre outros processos, na globalização e na compreensão tempo-espaço (HARVEY, 1994, p. 140) que possibilitaram o maior deslocamento (desigual) de fluxos de pessoas, de informações, de capitais e do desenvolvimento/espraiamento do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2004). Essa mudança resultou, portanto, em novas/velhas formas de mobilidade espacial da população.

No âmbito das teorias migratórias e dos estudos sobre o fenômeno, importantes transformações também ocorreram resultantes da chamada “crise da razão” e/ou do “embate” decorrente entre a ciência considerada moderna com a pós-moderna. A partir da década de 1970, sobretudo, vive-se um período denominado de “pós” em que as *incertezas* se encontram no âmbito das ciências em função da necessidade de compreender uma sociedade com novas relações e, por isso, pela tentativa de “romper” com os referenciais considerados da ciência moderna em busca de resul-

tados “aceitáveis”, menos dicotômicos e que apontem para a superação (especialmente, no estudo das migrações) da exclusividade do elemento *econômico* nas teorias e nas análises.

Neste contexto, podemos afirmar que na modernidade⁷ as abordagens sobre a migração estavam inseridas em uma racionalidade cientificista e centralizavam sua análise a partir da quantificação (especialmente, utilizando dados de órgãos oficiais dos Estados-Nações), com modelos gerais e de perfil macro-estruturalista, tendo, forte centralidade o elemento econômico (ou *economicista*), considerado, muitas vezes, único definidor da mobilidade espacial da população (VAINER, 2005). A migração era compreendida como necessidade do capital de mobilizar trabalhadores para determinados lugares onde havia a necessidade de (mais) força-de-trabalho em função das desigualdades regionais (SALIM, 1992). O migrante era reduzido a mero epifenômeno no processo e considerado sem vontade própria; a migração era reduzida a uma opção racional e funcional pela possibilidade de inserção social em outro lugar, tendo destaque o salário como definidor do movimento de mudança (PÓVOA NETO, 1997). Assim, o modelo macro-estruturalista e com centralidade racional do elemento econômico opõe um sujeito quase inexistente no processo migratório: o migrante é um simples epifenômeno da estrutura e da conjuntura.

No entanto, com a emergência da pós-modernidade⁸ novos elementos foram incorporados nas últimas décadas aos estudos migratórios,

7 Consideramos que a modernidade se caracteriza, dentre outros aspectos, pela racionalidade científica, pelos modelos matemáticos, pela sistematização, pelo desenvolvimento e aplicação de conceitos “totalizantes” dentre outros (SOUSA SANTOS, 2004).

8 A pós-modernidade pode ser caracterizada como uma *reação*, sobretudo, da cultura ao modo como se desenvolveu historicamente os ideais da modernidade, associada à perda de otimismo e confiança no potencial universal do projeto moderno assentado na razão (HARVEY, 1994). Fundamentalmente, configura-se como uma rejeição à tentativa de universalização de uma ciência pautada na razão e na homogeneização de grandes modelos científicos de interpretação da realidade, o que vem acompanhado do clamor pela liberdade e heterogeneidade, que haviam sido suprimidas pela esperança de objetividade à luz da racionalidade. Enquanto reação cultural, a pós-modernidade traz consigo fortes tendências ao irracionalismo, à estética, ética, a moral, à diferença, à subjetividade, ao cotidiano, à multiplicidade e a complexidade dentre outros (HISSA, 2006; SOUSA SANTOS, 2004).

especialmente, aqueles que consideram o elemento cultural com centralidade ou, até mesmo, participante no processo de mobilidade espacial da população. Novos elementos estão sendo incorporados à luz do contexto pós-moderno como os processos identitários (de conflitos e alteridade), da relação eu/outro, da subjetividade, do cotidiano, do duo ausência e presença, das representações, da memória individual e coletiva, das redes de relações sociais e das estratégias espaciais mobilizadas no processo da migração.

Por isso, as relações individuais, as estratégias, as vontades (sonhos e desejos) dos migrantes passam a ser considerados, também, enquanto condicionantes do processo migratório (BHABHA, 1998; Hall, 2004). Através de métodos qualitativos, das relações do cotidiano, dos dramas, das tramas e das redes socioespaciais tecidas no processo da migração entre o lugar de origem de destino da migração é que são delineadas novas formas de análise da migração. Esses novos elementos acenam para maior *ênfase ao indivíduo* e as relações culturais e, até mesmo, políticas no processo migratório.

Contudo, compreendemos que modernidade e pós-modernidade devem ser consideradas como momentos do mesmo processo (GOMES, 1996). É necessária a tentativa de compreensão da modernidade e da pós-modernidade enquanto uma dialógica de métodos e dimensões (econômicas, políticas e culturais) para a melhor compreensão do fenômeno migratório. Logo, é temeroso desconsiderar o elemento econômico em prol do elemento cultural e vice-versa. Por isso, *urge* a necessidade e a possibilidade da análise da mobilidade espacial da população através de elementos subjetivos, estruturais e conjunturais. É por meio da imbricação entre os elementos considerados dos contextos modernos e pós-modernos que a mobilidade humana pode ser compreendida, tendo em vista a impossibilidade de analisar, na contemporaneidade, esse fenômeno por apenas um paradigma. A migração deve ser considerada como “fenômeno social

completo” (SAYAD, 1998) e analisada, por isso, enquanto um processo multidimensional, multiterritorial, multitemporal, multiescalar e, que, incorpore os elementos culturais, econômicos e políticos, ou seja, um movimento humano que se circunscreve numa perspectiva integradora entre subjetividade, estrutura e conjuntura apontando para a problemática que desdobraremos aqui, de *trans*-territorialidade.

No interior das transformações da sociedade e das teorias migratórias, a mobilidade humana também passou a ser discutida como um processo des-re-territorializante (HAESBAERT, 2006a), tendo, cada vez mais relevância compreender os processos migratórios à luz do território. Por isso, entendemos que o conceito de território é a ferramenta chave para compreendermos a migração em Francisco Beltrão, pois este se liga ao processo de desterritorialização e re-territorialização, aos seus usos, domínios e apropriações ao longo do tempo. Deste modo, algumas questões se fazem necessárias: O que é o território? Que abordagem pode contemplar os múltiplos condicionantes a migrar na sociedade contemporânea? Que relações e práticas sociais podem estar circunscritas na mobilidade ao processo de des-re-territorialização? O que constitui a territorialidade? Qual abordagem pode compreender a territorialidade sem cair num “determinismo” espacial e que, ao mesmo tempo, não despreze a condição inerente do espaço na mobilidade humana?

Uma consistente discussão sobre a conceituação de território e territorialidade foi desenvolvida por Robert Sack (1986). Para o autor, a “territorialidade será definida como a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território” (p. 19). Assim, para Sack, a territorialidade humana é uma estratégia que pode ser ativada e desativada. Isso demonstra uma mobilidade inerente às estratégias de controle (dominação e apropriação) do território e sua relativa flexibilidade, ou seja, sua possibilidade de acionar (ou não) a territorialidade. Como afirma Sack (1986, p. 20), “a

maioria dos territórios tendem a ser fixados em um espaço geográfico, mas alguns podem mover-se”. Sack enfoca, portanto, a importância da territorialidade como “poderosa estratégia” de controle de pessoas e coisas, em determinada área, através de relações sociais, isto é, de relações de poder. Por isso, a territorialidade é concebida como uma “expressão geográfica e primária do poder social”.

A territorialidade humana envolve, para Sack (1986, p. 22), uma forma de classificação e o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e *comunicado*. O uso da territorialidade depende de *quem* está *influenciando* e *controlando quem*, no sentido que pode incluir (possessão) ou excluir pessoas e/ou objetos de determinada área. O território, neste sentido, pode ser usado para conter, como também para excluir os indivíduos e/ou objetos que participam do exercício do poder, necessariamente exercendo o controle, ou que não estão fazendo parte do território, impedindo-os de entrar. “Esta delimitação se torna um território somente quando suas *fronteiras são usadas para afetar* o comportamento pelo *controle do acesso*” (SACK, 1986, p. 19, [grifos nossos]).

Outro importante autor que construiu uma perspectiva teórico-metodológica acerca do território foi Claude Raffestin(1993). Este elabora uma análise do território a partir da realidade *material* e relacional, entendendo o objeto de compreensão da geografia sendo formado por atores histórico-sociais (de poder), tramados e efetivados entre os sujeitos e o objeto, isto é, as relações que se concretizam materializadas no território e que constroem territorialidades. Para Raffestin(1993), a população constituiria o primeiro elemento para entender o território. Isso se deve, sobretudo, porque a população compõe a “fonte do poder”, o fundamento próprio do poder, por ter uma capacidade de criação e inovação ligada ao potencial de trabalho. O território é, portanto, produto da população, de suas classes, grupos e de suas relações sociais, sendo também, para Raffestin, “um *produto* ‘consumido’”, consumido na forma de produto que é “vivenciado por aqueles mesmos personagens que, sem haverem parti-

cipado de sua elaboração, o utilizam como meio”. Este *recurso* não seria uma “coisa”, mas “uma relação cuja conquista faz emergir propriedades necessárias à satisfação de necessidades” (1993, p. 8).

Raffestin tem no centro de sua abordagem as relações sociais, entendidas através da perspectiva de Foucault (1985), em que as relações sociais são permeadas por relações de poder. Assim, para o autor, a “existência é tecida por relações”, é um “vasto complexo relacional” e as relações “são capazes de tornar inteligíveis o poder político e suas manifestações espaciais” (1993, p. 31). Os elementos constitutivos da relação para Raffestin “são: os atores, a política dos atores – ou o conjunto de suas intenções, isto é, suas finalidades –, a estratégia deles para chegar a seus fins, os mediadores da relação, os diversos códigos utilizados e os componentes espaciais e temporais da relação” (p. 38).

A relação é, desse modo, o ponto de surgimento do poder e isso fundamenta a sua *multidimensionalidade*. Por isso, Raffestin (1993) se refere à territorialidade humana como a “multidimensionalidade do vivido”. Considera-a como um conjunto de relações fomentadas pelo homem que pertence a uma sociedade, com relações exteriores “promotoras” de alteridades e mediadas por instrumentos. Através da produção do território e suas relações existenciais e produtivas, modificam o território e, sem se darem muitas vezes disso, se automodificam também. Estabelece, assim, uma importante imbricação entre território, territorialidade e alteridade, sempre (de)marcada pelo poder nas relações. Assim, para o autor, o território é formado a partir do espaço; é uma produção a partir do espaço; é onde um ator sintagmático (que exerce um poder) realiza um programa através das intencionalidades, representando, por exemplo, sua “territorialização” abstrata ou concreta. Por meio do trabalho (entendido em sentido amplo, como sendo energia ou informação) o ator circunscreve marcas do poder formadoras/modeladoras do território.

No entanto, na geografia brasileira, foi Milton Santos o geógrafo a dar mais consistência à argumentação/utilização do território, em que o

“uso” (econômico, na maioria das vezes) é o seu definidor, aliado às técnicas e às redes. Santos utiliza a expressão “*território usado*” como sinônimo de espaço geográfico. É importante considerar que para Santos & Silveira (2006), o “território é uma extensão apropriada e usada”, isto é, uma extensão que apresenta na sua “apropriação” uma dimensão cultural-simbólica e, no seu “uso”, uma dimensão econômica, ligada às técnicas. Quanto à territorialidade, os autores a consideram “como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence”; isso remete a “nossa” parcela de espaço em que vivemos/vivenciamos nossas experiências, nosso trabalho, nossa família, nossas amizades, nossos sonhos etc., e que, para os autores, a territorialidade expressaria também “esse sentimento de exclusividade e limite”, de ser de um território e que esse sentimento impõe limites: até onde nos pertence tal parte do espaço, que é, assim, “exclusivamente nossa”.

O território compõe um “conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial”, ou seja, sua base material natural e/ou produzida e seu “uso”, que se constituiria através da “base técnica e das práticas sociais”. Aqui, Santos concebe o território para além da técnica, assumindo as práticas sociais, da política e, assim, de poder da sociedade que incide e o (trans)forma. Além disso, traz (como o faz para o espaço) a dialética entre o novo/velho, mercado/Estado, as modernizações (seletivas) e as épocas (o tempo). E, buscando assimilar as especificidades, Santos (2002, p. 47) afirma que enquanto o “dinheiro, na sua forma pura, busca se impor como um dado absoluto”, o território “é sempre impuro – porque misto –, [é] o resultado de todas as relações entre a existência dos homens e as suas bases físicas e sociais”. Por isso, “trata-se de uma forma impura, um *híbrido* [!], uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser o nosso quadro de vida” (SANTOS, 1996, p. 15).

Outro geógrafo e grande sistematizador das concepções de território, que também analisou e aprofundou o conceito, é Rogério Haesbaert.

Para esse autor, o “território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre sociedade e seu espaço”. Segundo ele, “hoje, quando tanto se fala em enfraquecimento” dessa relação com/no/do espaço, “em perda de ‘valor’ e da *mediação* das relações sociais”, o “mais importante se torna rediscutir o território e suas transformações” (HAESBAERT, 2004, p. 87), buscando, de forma coerente, identificar, no processo de desterritorialização, novas formas de reterritorialização dos sujeitos ou dos grupos envolvidos no processo, como por exemplo, na migração. Buscando analisar o território através de uma perspectiva integradora, reconhece as múltiplas dimensões da sociedade (cultural, política e econômica). Nessa perspectiva, o território envolve sempre as relações de poder e seu entrelaçamento, concomitante, com o poder simbólico, ligando dominação (político-disciplinar-econômica) e apropriação (identitária-afetiva) de uma parcela do espaço.

Sua análise implica na apreensão de uma relação imbricada entre o sentido “funcional” do território (como a funcionalidade da produção material, expressa através do trabalho, por exemplo), e os significados, a “expressividade”, o sentimento (positivo ou negativo) identitário-simbólico que cada indivíduo e/ou grupo cria e têm, *no* morar, habitar, trabalhar etc., em determinada parcela do espaço. Isso pode se verificar, por exemplo, no caso em que uma territorialidade de um migrante não se “adapta ao lugar que chegou”. O migrante tem um trabalho, mas, no entanto, esta condição de ter trabalho pode não o fazer “gostar” daquela parcela do espaço, como o município que está habitando, trabalhando e sobrevivendo. Para Haesbaert (2006a, p. 96), de acordo com “o grupo e/ou classe social, o território pode desempenhar os múltiplos papéis de abrigo, recurso, controle e/ou referência simbólica”. Entretanto, enquanto “alguns se territorializam numa razoável integração entre dominação e apropriação, outros podem estar territorializados basicamente pelo viés da dominação, num sentido mais funcional, não apropriativo”.

Por isso, o território é *transpassado* pelo poder, pois “o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto *mediação espacial do poder*, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder”, perpassando “desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política” (2006a, p. 93). Haesbaert aponta, assim, para uma relação de dominação e apropriação sociedade-espço, que “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólico’ [afetiva]” (2006a, p. 97, [grifo do autor]).

Quanto à territorialidade, o autor afirma que essa se liga aos processos simbólico-culturais, da formação/mutação das identidades territoriais. Para Haesbaert (2006a, p. 74), “a territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural”. Entretanto, para o autor a territorialidade não deve ser vista apenas como a simples “qualidade de ser território”, mas, como a capacidade/qualidade de criação de relações simbólico-afetiva e político-disciplinar-econômica em uma parcela circunscrita do espaço.

Destacamos, assim, que um dos elementos fundamentais que interessa discutir são os fenômenos que envolvem a migração e os indivíduos e/ou grupos sociais que se desterritorializam, como o ato de “abandonar o território” no lugar de origem e a “recriação do território” (mesmo que apenas relativamente funcional) no lugar de destino. Como consideram Deleuze & Guattari (1997), embora não ligando estes conceitos como são pensados na geografia, há uma indissociabilidade no processo de desterritorialização e re-territorialização, pois:

A desterritorialização (...) é inseparável de reterritorializações correlativas. É que a desterritorialização nunca é simples, mas sempre múltipla e composta: não apenas porque participa a um só tempo

por *formas diversas*, mas porque faz *convergirem velocidades e movimentos* distintos, segundo os quais se assinala a tal ou qual *momento* um “desterritorializado” e um “desterritorializante” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 224, [grifos nossos]).

Haesbaert (2006a, 127), afirma que, simplificarmente, podemos compreender a desterritorialização como o movimento pelo qual se abandona o território, “a operação da linha de fuga”, e a reterritorialização como o movimento de construção do território. Por isso, o território – e por ligação a desterritorialização – estaria impregnado de diversas formas de mobilidade, sendo construídos, abandonados e destruídos/reconstruídos pela e na dinâmica migratória.

Apesar de nos debruçarmos sobre diferentes concepções de território, que muitas vezes podem parecer distintas, elaboradas em tempos-espacos diferentes, por matrizes teórico-metodológicas singulares, devemos apreender que por traz da aparente diferença de argumentação e, por extensão, de conceituação de território, se esconde a possibilidade de utilização de um conceito mais “híbrido” e “integrador” das experiências vividas no tempo-espaço, especialmente, na mobilidade humana. Essa essência, que se esconde, pode lançar luz a uma interpretação mais consistente e coerente com a realidade vivida mediada pelo espaço-tempo de homens e mulheres. Pretendemos, deste modo, interpretar a migração com uma concepção de território que possa integrar, simultaneamente, as dimensões material e simbólica, objetiva e subjetiva, compreendendo o território como uma parcela do espaço onde se circunscrevem relações sociais – relações de poder simbólico (BOURDIEU, 1998) e de poder material (FOUCAULT, 1985) – nas suas múltiplas dimensões cultural, política e econômica, que podem produzir concomitantemente uma dominação e uma apropriação através de uma desigual correlação de forças entre classes, grupos, sujeitos e instituições. Assim, a territorialidade pode ser definida como a expressão territorial de uma identidade, ou, o laço simbó-

lico, político e econômico dos sujeitos com um território. Por isso, vemos a territorialidade como a relação social, cultural e política de identificação/diferenciação e de exclusividade circunscrita a uma parcela de espaço que classes, grupos, sujeitos mantêm com uma trama de lugares e itinerários que constituem “seu” território pela interação socioespacial.

Contudo, com a evolução da sociedade haveria, de um lado, processos desterritorializantes e, do outro, processos de criação ou de recriação de territórios e territorialidades que, na contemporaneidade se apresentam de uma maneira múltipla e intensa nunca vista na história da humanidade. Por isso, o geógrafo Haesbaert (2006a), desenvolveu a idéia de multiterritorialidade para demonstrar, antes de tudo, a forma dominante contemporânea e/ou “pós-moderna” de reterritorialização cada vez mais múltipla através da “diversidade territorial” que emerge na sociedade. Esta “diversidade territorial”, para o autor, expressa uma multiterritorialidade em termos de dimensões sociais, dinâmicas (ritmos) e escalas, uma justaposição ou convivência (imbricada e/ou contraditória), lado a lado, de tipos territoriais distintos, correspondendo à existência de “múltiplos territórios” ou “múltiplas territorialidades”, de múltiplas experiências de vida mediadas sobre parcelas diversas de espaço, com variadas relações. Para Haesbaert, essa multiplicidade territorial alterna significados, movimentos, ritmos e relações, segundo o contexto cultural, histórico e geográfico.

Esta possibilidade de “conviver com vários territórios” se dá por uma “maior mobilidade”, aventada por uma “condição pós-moderna” da “compressão tempo-espaço” que vivemos, como se refere Harvey (1994). Entretanto, esta pretensa mobilidade deve ser relativizada e problematizada, buscando compreender para quem ela serve e quem se beneficia dela. Pois, para os mais ricos a mobilidade se dá como uma possibilidade real de efetivação em virtude de seus interesses próprios; já para os mais pobres, a mobilidade pode ser mais um sonho, uma ilusão que pode se tornam “reais” “apenas” no deslocamento diário, da casa para o trabalho e vice-versa.

À escala do indivíduo, a multiterritorialidade se daria através das relações sociais que possibilitam uma nova experiência justaposta e “integrada” do espaço, constituindo-se diariamente na possibilidade de adentrarmos em vários territórios, construindo “(multi)territórios” pois, “produzir e habitar mais de um território, [envolve] um fenômeno de multipertencimento e superposição territorial” (HAESBAERT, 2006a, p. 344).

Para Bhabha (1999), a *marca* do presente, da “pós-modernidade” e/ou do “pós-colonialismo”, é a “arte de viver na fronteira”, que se liga às hibridizações, o que leva Canclini (2003, p. 348) a afirmar “que hoje todas as culturas são de fronteira”, que “todas as artes se desenvolvem em relação com outras artes”; e, que “as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento”. Entretanto, relativizando a tamanha força que os processos de hibridização aparecem na literatura (cultural, sobretudo), Hall (2003) afirma que não existe cultura sem mescla, sem união de inúmeras outras culturas. Haesbaert (2006a, p. 231) afirma que “devemos partir do pressuposto de que o termo híbrido e seus correlatos, hibridismo e hibridização, tão em voga nos nossos dias, não representam exatamente uma novidade”, pois “culturas híbridas” sempre existiram, “pelo simples fato de que toda nova cultura brota da mescla entre distintas identidades e conjuntos de valores culturais previamente dominantes”.

Contudo, o que queremos demonstrar é que esses processos de “hibridização”, “da arte de viver na fronteira”, estão presentes também, como nunca, na migração. Aliado à multiterritorialidade, aludida por Haesbaert (2006a), temos nos processos migratórios uma *transterritorialidade*, que implica, em primeira aproximação, entender o processo de imbricação (conflituoso) do sentimento de pertencer, das relações “carregadas” consigo (na memória) dos outros territórios perpassados pelo migrante, além dos estranhamentos, das relações *dúbias*, ambivalentes que ocorrem na mobilidade espacial. Aliado à migração, podemos entender que “o hibri-

dismo *não* se refere a indivíduos híbridos, que podem ser contrastados como os ‘tradicionais’ e ‘modernos’ como sujeitos plenamente formados. Trata-se de um processo de tradução cultural (...) que nunca se completa, mas que permanece em sua indecibilidade” (HALL, 2003, p. 74). Neste contexto, para Hall, a tentação de essencializar a “comunidade”, criada a partir da *migração*, pelos princípios positivistas e universalistas, tornando-a homogênea, não passa de fantasia. “As comunidades migrantes”, para o autor, “trazem *marcas* da diáspora, da ‘hibridização’ e da *différance*⁹ em sua própria constituição” (p. 83).

Bhabha se refere à “arte de viver na fronteira” como uma “luta” entre “passado-presente”, com a idéia do novo que reconfigura o sujeito, criando como resultado um “entre-lugar”:

O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma idéia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-se como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, então da nostalgia, de viver (BHABHA, 1999, p. 27).

Bhabha afirma, portanto, que esse processo de neo e/ou pós-colonialismo, vinculado a “arte de viver na fronteira”, cria, através de uma “maior mobilidade” da cultura (e por extensão, das pessoas), hibridismos

⁹ Hall (2003, p. 61), referenciado em Jacques Derrida (1971), afirma que *différance* se refere ao “movimento do jogo que ‘produz’ (...) essas diferenças, esses efeitos de diferença” (Derrida). Não se trata da forma binária de diferença entre o que é absolutamente o mesmo e o que é absolutamente ‘Outro’. É uma ‘onda’ de similaridades e diferenças, que recusa a divisão em oposições binárias fixas. *Différance* caracteriza um sistema em que ‘cada conceito [ou significado] está inscrito em uma cadeia ou em um sistema, dentro do qual ele se refere ao outro e aos outros conceitos [significados], através de um jogo sistemático de diferenças’ (Derrida). O significado aqui não possui origem nem destino final, não pode ser fixado, está sempre *em processo* e ‘posicionado’ ao longo de um espectro. Seu valor político não pode ser essencializado, apenas determinado em termos relacionais”.

– que na migração, reflete-se em transformações. Segundo o autor, há “fixações deslizantes”, que criam um “eu e seus duplos, onde o traço é recusado não é reprimido, mas sim repetido como algo *diferente* – uma mutação, um híbrido” (BHABHA, 1998, p. 162), “surgindo”, a partir dessa “ligação”, um sujeito-migrante transterritorial que “carrega” consigo vários territórios, na sua “multiterritorialidade” do *des*-locamento, da mudança de um lugar para o outro, num “jogo” entre o contato e o estranhamento, entre o desencontro (o “confronto”) e a alteridade. Como afirma Hall (2003), a “experiência diaspórica” é tensa e prenhe de conflitos – assim como a transterritorialidade migratória.

Desse modo, analisar o migrante através da perspectiva da transterritorialidade, é apreender a criação e destruição de territórios no e pelo movimento, num jogo dialógico entre desterritorialização e reterritorialização. Significa criar elementos de interpretação para entender a *tensão* entre “dois lugares” (de origem e de destino da migração), como que num “jogo dialógico”, tornando possível olhar com os olhos fixos uma imagem não fixa, móvel, importando o seu movimento ao invés de tentar seu enquadramento (BHABHA, 1998, p. 165).

Essa dialógica entre lugar e sujeito, entre tempo e território, entre conhecimento e estranhamento, são partes do mesmo processo, isto é, da transterritorialidade na/da migração, do deslocamento, do migrante *des*-locado. Da saída de um território para a chegada em outro. É importante mencionar, segundo Haesbaert & Porto-Gonçalves (2006c, p. 23), “que *des*-locar é não só tirar um sujeito de seu lugar”, mas é, também, “retirar *dos do lugar*, enfim, é retirar daqueles e daquelas que são do lugar a riqueza que ali se reproduz”, portanto, a riqueza das relações, das mediações espaciais, das referências etc. Assim, como a vida do migrante se dá *em* fronteira, como espaço cultural híbrido, podemos percebê-lo como movimento processual de transterritorialidade, ocorrendo pelo e no entrecruzamento cultural e político (em sentido amplo) entre múltiplas identidades, territorialidades e temporalidades.

Desse modo, a migração provoca na saída (abandono do território de origem) um sentimento e/ou situação de inquietação e, por outro lado, desperta e/ou provoca no encontro com o território novo (chegado) outro sentimento de inquietação. Há o desprendimento de suas raízes daquele recorte espacial no qual o/a migrante viveu parte da sua vida. Desprender-se é “desligar-se” de uma porção do espaço em que fez amizades e inimigos, viveu e experienciou momentos incríveis, momentos de satisfação, momentos em que o fazia “se sentir em casa”. É território do abrigo, da religiosidade, da família, da festa, do mover-se, do ir e vir “*entre* iguais”. Por outro lado, desprender-se também *pode* se caracterizar em “linha de fuga”, isto é, pode se constituir no abandono de um “território saturado”. Esta “fuga” do território se daria em virtude de alguma rusga, de um mal estar naquele recorte espacial vivido, da busca por um novo território, por novas relações, por “novos ares”, novas oportunidades, experiências e convivências, pela “aventura”.

Goettert (2004) estudando a migração gaúcha para o Mato Grosso propõem, como tentativa para compreensão/explicação analítica da mobilidade, a idéia de *transitoriedade migratória*. Para o autor, mais restritamente, “a *transitoriedade migratória* é o estado em *trânsito* dos sujeitos que se colocam em mobilidade, em migração. Um *ser deslocado* porque *não-locado* sobre um único lugar” (p. 19, [grifos do autor]). Assim, *trânsito* e *des-locamento* compõem a *transitoriedade migratória* que ultrapassa o momento – menor – do deslocamento em si e abarca desde as preliminares da decisão de migrar até a definição de que o *seu* lugar é outro – não mais o de origem –, na medida que define o novo lugar como aquele que lhe *pertence*, ou mesmo o lugar de origem se o retorno vier a definir o “fim” da *transitoriedade*. A *transitoriedade* entre dois lugares, de origem e de destino. Um *continuum* que depende de cada migrante e por isto mesmo um *processo* eminentemente individual, calcado pela subjetividade e pelas relações que a migrante ou o migrante vai desenvolvendo no lugar novo, como também, ainda, no lugar *deixado*.

Desse modo, a transitoriedade migratória apontada por Goettert (2004, p. 20) é uma condição da migração em que o migrante “simultaneamente pertencente a dois lugares, [e que] também não pertence a nenhum deles. Um *ser em trânsito* que também é um ser *cambiente* entre o lugar onde está e o lugar *deixado*” (grifos do autor). Essa relação dúbia nos ajuda compreender a transterritorialidade na migração como a condição de ser de dois (ou mais territórios) e não ser de nenhum, caracterizado, pelo *trans*-locamento do migrante. Como afirma Goettert (2004, p. 20) se o deslocamento do migrante de um lugar para o outro redefine o sujeito, por outro lado não retira dele as características do *ser* do lugar de origem. Assim, é impossível deixar de ser migrante, pois, as experiências, as relações (positivas ou negativas) estarão sempre de alguma maneira sendo “carregadas” consigo no novo lugar, nas novas relações. O lugar anterior da morada, do trabalho, do estudo etc., do migrante serão sempre condição imanente da sua vida, na sua memória, na formação do sujeito.

Por viver em lugares que dividem sua existência, o migrante é sempre aquele que *foi*, ao mesmo tempo que *permanece*. É um “ser ou não ser” o que *foi* ou o que deve *ser*, uma condição que o coloca na *fronteira* entre lugares. Não é “de dentro” “nem de fora”: são “indivíduos fronteiriços”, que devem “adaptar-se” a um novo contexto, novas normas, novos valores, sobre às quais pesam variadas limitações que repercutem na vida cotidiana¹⁰. Através da transterritorialidade os lugares, de *antes* e *depois*, são construídos e reconstruídos pelo migrante mesmo com limitações, pesos do passado e constrangimentos do presente, do novo lugar. Essa cons-

10 Pierre Bourdieu afirma em sua análise sobre os efeitos do lugar na vida das pessoas que (2001, p. 165, [grifo do autor]) “sob a pena de se sentirem *deslocados*, os que penetram em um espaço devem cumprir as condições que ele exige tacitamente de seus ocupantes. Pode ser a posse de um certo capital cultural, cuja ausência pode impedir a apropriação real dos bens ditos públicos ou a própria intenção de apropriar deles”. “Adaptar-se”, portanto, a um lugar é “beber” dos seus “(de)efeitos”, das suas relações. O novo lugar para o migrante pode ser um “paraíso” ou um “pesadelo”.

trução/reconstrução é, sobretudo, realizada pela *ação* humana singular de relação com o entorno e por isso também com os sujeitos do lugar (e até de outros lugares), especialmente pelo trabalho, mas, também, pela comunicação, pela religião, pelas relações cotidianas etc.

O contato inicial com um novo lugar, segundo Goetttert (2004, p. 151), renova ou esmorece expectativas. A renovação é dada pelas relações que direcionam ou que podem auxiliar no estabelecimento de condições mínimas de trabalho, de remuneração, ou na aproximação delas; além, das relações sociais de comunicação, de amizade e vizinhança que possibilitam “ajustar”, o mais rápido possível, o migrante ao novo lugar. O esmorecimento, ao contrário, ocorre na medida em que as primeiras experiências tendem a indicar o esfacelamento da positividade na qual se construíra o “desejo” de *mudança*. No primeiro caso acentuam-se as tendências de permanência e, no segundo, de uma nova *partida*. Ao mesmo tempo, ambas as tendências – permanência e *partida* – podem oscilar para o/a migrante na medida em que as próprias relações no lugar *chegado* oscilem do melhor para o pior ou do pior para o melhor. O “julgamento” será, nestes casos, sempre da mulher ou homem migrante na consideração tanto das condições encontradas no lugar como também na comparação com o lugar de origem ou, com um possível lugar outro, o que dependerá das *informações* e dos *contatos* sobre tal lugar ou lugares. As relações, portanto com o novo lugar expressam positividade antes da migração (nos motivos para migrar para o novo lugar), e também na chegada ao novo lugar, que podem, como apontamos, continuar reforçando essa positividade ou, também desapontar essas expectativas, tornando-se negativas, motivo que poderá potencializar também uma nova mudança.

Desse modo, o migrante enquanto sujeito transterritorial se aproxima daquilo que Bhabha (1998) denominou de “entre-lugar”. Para o autor o deslocamento de migrantes de um lugar para outro é construídor de

um “terceiro espaço”¹¹: nem a do seu lugar de origem – pois está alhures – nem a do lugar de chegada – pois esse não lhe pertence, lhe é estranho. Assim, constroem um “entre-lugar”, nem lá nem cá: uma memória construída entre um “espaço” intermediário, um espaço entre o “lá” (passado) e o “aqui” (presente). A transterritorialidade se aproxima do “terceiro espaço”, aludido por Bhabha, na medida que busca apreender as dimensões *dúbias* na migração entre o território “velho” (deixado) e o território “novo” (chegado). São relações entre as situações de pertencer a dois lugares e a nenhum, estabelecendo a condição do “entre-lugar”, criador do “terceiro espaço”, ou seja, da transterritorialidade.

Apoiando-se em Maffesoli (2001, p. 87), pode-se afirmar que a transterritorialidade é *“a tensão entre um lugar e um não-lugar”*. Há uma relação tensa e de não-lugar entre o lugar presente do migrante e o lugar ausente. Considerando, a partir do antropólogo Marc Augé (1994, p. 95), que o “não-lugar não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude”, pode-se ressaltar que a transterritorialidade pode se caracterizar como a possibilidade de compreender a relação entre o lugar deixado pelo migrante e o lugar chegado. No entanto, tanto o lugar deixado pode se caracterizar como um não-lugar (lugar não identitário), como o lugar chegado pode ser apresentar como não-lugar. O importante e fundamental para a proposição que estamos buscando construir é compreender a tensão entre o lugar (identitário, afetivo e simbólico), e o não-lugar (não identitário, do estranhamento, do “confronto”) em que o migrante perpassa.

11 Para Bhabha (1998, p. 68), “É o Terceiro Espaço, que embora em si irrepresentável, [que] constitui as condições discursivas da enunciação que garantem que o significado e os símbolos da cultura não tenham unidade ou fixidez primordial e que até os mesmos signos possam ser apropriados, traduzidos, re-historicizados e lidos de outro modo”. Isso, portanto, nos ajudará a compreender através da transterritorialidade, as relações imbricadas (tensas e/ou solidárias) entre o território de origem e de destino na migração.

Por isso, o migrante é, por um lado, a “união” através da tensão dos lugares contrários: do lugar e do não-lugar, do lugar-presente e do lugar-ausente. De acordo com Maffesoli (2001, p. 139), o migrante “é de um lugar sem sê-lo integral ou totalmente” e, nesse sentido, “se é verdade que o ‘território é o *topos* do mito’”, não é menos verdade que todo indivíduo “tem necessidade de um não-lugar (*u-topos*), utopia que, curiosamente, lhe serve de fundamento” (p. 87). Assim, pela transterritorialidade é que se pretende compreender a ligação e a tensão com o lugar presente do migrante e com o seu inverso: o lugar-ausente pelo migrante.

Mudar de espaço, portanto, implica em mudar de territorialidade que pressupõe, dentre outros elementos, “mudança” de significados, de símbolos, de modos de ver e sentir, de comunicação; relações que eram produzidas em outro território e que agora são reproduzidas em um novo espaço, em novo contexto, com novas pessoas e novas relações. Assim, mudar de espaço é “carregar” consigo valores de outros lugares que serão “adaptados”/“contrastados” ao novo lugar, as novas pessoas e as novas relações. Como aponta Sayad (2000), o espaço comporta a *nostalgia*, a relação de afetividade que, podemos aludir que marca a transterritorialidade na migração, no *translocamento* de um espaço para o outro. Assim, o espaço de origem ou destino nunca é neutro no deslocamento, os espaços são vividos, são espaços praticados, são espaços vivos através das relações estabelecidas pelos sujeitos. Isso caracteriza a relação de fronteira, de migrantes fronteiriços, do “terceiro espaço” (na acepção de Bhabha) que é formador do migrante, da condição de transterritorialização, ou seja, de navegar entre a tensão de dois territórios (de origem e destino na migração).

Nesse sentido, sobre a *nostalgia* do espaço e o deslocamento, Sayad afirma que:

(...) *mudar de espaço – deslocar-se no espaço, que é sempre um espaço qualificado – é descobrir e aprender simultaneamente que o*

espaço é, por definição, um “espaço nostálgico”, um lugar aberto a todas as nostalgias, isto é, carregado de afetividade. O espaço não é, portanto, esse espaço abstrato, contínuo e homogêneo dos matemáticos, esse conjunto de lugares indiferentes e intercambiáveis entre os quais se pode ir e vir em espírito, e com toda a liberdade, como o postula a geometria. Se existe uma nostalgia agarrada ao espaço, e se este é no fundo de si mesmo um lugar de nostalgia, como se experimenta em todos os deslocamentos, é porque se trata de um espaço vivo, concreto, qualitativa, emocional, e até mesmo apaixonadamente distinto (SAYAD, 2000, p. 12, [grifos do autor]).

A transterritorialidade comporta, portanto, a *condição* de *fronteira* entre o aqui e o lá; entre o antes e o depois; entre o passado-presente; entre o território deixado e chegado. Devemos, portanto, ter em mente sempre que a migração é um movimento construído pelo “emigrante” (aquele que sai) e pelo “imigrante” (aquele que chega), “fundidos” num só sujeito. Nesses aspectos, nossa proposição acerca da transterritorialidade se remete em buscar compreender a migração a partir de uma abordagem territorial, ligada ao conceito de território. Esta busca compreender não só a condição do migrante no território de origem e de destino, mas, sobretudo, sua condição de sujeito transterritorial, deslocado, entre-lugar; com territorialidades e territórios vivenciados entre o aqui e o lá, entre o antes e o depois de um território emigrado, entre o passado e o presente, entre a ausência e a presença¹². Essa transterritorialidade ainda busca compreender aspectos tanto materiais quanto simbólicos, numa relação entre elementos subjetivos e funcionais dos territórios abandonados e (re)criados.

12 Ausência e presença, de acordo com Goettert (2004, p. 32), “é condição imprescindível para compreensão da migração entre o lugar deixado e o lugar chegado. A *condição* de ausência e presença permite perceber a condição da *transitoriedade migratória* através das relações, na presença e na não-presença entre o lugar deixado e lugar chegado, entre as relações do presente no novo lugar e do ausente no lugar outrora vivido”. A ausência e a presença, nesse sentido, nos ajudam também a compreender aspectos da transterritorialidade, das condições do migrante ausente e presente entre os lugares pelos quais passou e está vivendo.

Aliado a isso, para Pierre Bourdieu a condição de migrante não se liga apenas à condição do trabalho, da produção, mas, também, da reprodução de um modo de vida, de e em um lugar. Por isso, a “separação” – pela migração – de um lugar para o outro não se dá sem sofrimentos, pois, se reproduz a partir de “pessoas deslocadas”, do deslocamento de um lugar e, por extensão, das relações estabelecidas nele. Eis, portanto, a *transterritorialidade*: situação *dúbia*, ambivalente, da *di-visão* de sentido/significados/pertencimentos *entre* o território deixado e o território encontrado. Para Maffesoli (1987, 203), “em torno dos valores que lhes são próprios, os grupos sociais dão forma a seus territórios e às suas ideologias. Em seguida, por força das circunstâncias, são *constrangidos* a *ajustar-se entre eles*” (grifos nossos). Portanto, essa transterritorialidade, que estamos nos referindo aqui, para o fenômeno das migrações, acarreta lutas, tensões e “ajustamento(s) *entre-lugar(es)*”, tolerâncias, repulsões e atrações. Busca-se nas relações uma “convivência” no entrecruzamento de territórios, de culturas, de cheiros, da forma de trabalhar etc.

Edward Said (2003, 50), embora refletindo sobre o exílio, nos traz um exemplo de como se dá essa relação ambivalente de “estar entre dois territórios”. Para o autor, “logo adiante da fronteira entre ‘nós’ e os ‘outros’ está o perigoso território do não-pertencer”, para o qual, “em tempos primitivos, as pessoas eram banidas e onde, na era moderna, imensos agregados de humanidade permanecem como refugiados e pessoas deslocadas”. Ou seja, é a condição de ser de “dois territórios” e não ser de nenhum.

Neste contexto, nossa preocupação se dá em compreender a transterritorialidade para além da migração de um Estado-nação para o outro. Como o conceito de território evolui na geografia, buscando dar conta e compreender hoje as inúmeras escalas, desde a escala do corpo¹³ (se qui-

13 Conforme assinala Neil Smith (2000, p. 145), “O local físico primário da identidade pessoal, a escala do corpo, é socialmente construído. O lugar do corpo marca a fronteira

sermos) até a escala do mundo, podemos compreender os processos de transterritorialidade na migração a partir do deslocamento de um indivíduo e/ou grupo, de um bairro para o outro, de uma cidade para outra, de um estado para o outro, ou seja, abrangendo uma multidimensionalidade escalar. O que, em nosso entender deve ser levado em conta, é a centralidade das relações mediadas sempre pelo espaço (mesmo no movimento contínuo), pois, o que interessa, fundamentalmente, é a relação de entrecruzamento cultural e, por extensão, política; é a relação de conflito e estranhamento com o outro território em que o migrante se deslocou, e/ou, dessa relação de confronto com o território abandonado pelo migrante que, o fez migrar e, que o carrega na sua memória, na sua “geografia imaginária”.

Para o migrante, os hábitos de vida, expressão ou atividade do novo território, do novo lugar de destino/morada, ocorrem inevitavelmente contra o “pano de fundo” da memória, das relações outrora vividas em outro território. Deste modo, ambos os territórios “são vividos”, reais (e/ou imaginários), lado a lado ou em contraponto. Há, portanto, para o migrante, em especial nessas justaposições contrapontísticas de territórios perpassados e vivenciados, um sujeito (de) “entre-lugar(es)”, que o tornam um ser transterritorial, ou seja, que “carrega” consigo vários territórios. O paradoxal, como Sayad (1998) aponta, é que o migrante é o *mesmo sujeito* do lugar de origem e do lugar de destino na migração. Para o autor, o migrante carrega assim uma *dupla* condição: o de ser ao mesmo tempo e/ou imigrante, mas como não se pode estar em dois lugares ao mesmo tempo, sua existência individual e social é ambigualmente vivida para o grupo de

entre o eu e o outro em um sentido tanto físico quanto social, e envolve a construção de um ‘espaço pessoal’, além de um espaço fisiológico definido (...) Como lugar do prazer e da dor, também tem vontades, desejos e medos, e é o órgão biológico em torno do qual as definições de doença e saúde são construídas. O cuidado com o corpo, o acesso físico ao corpo e pelo corpo e o controle sobre o corpo são as avenidas centrais da disputa nessa escala”.

onde parte, o que caracteriza sua condição de emigrante é sua *ausência* corporal, o que implica a não-participação na vida imediata do seu grupo do qual abandonou, passando a participar de outras relações pela presença em outro lugar. Assim, para Sayad (1998, p. 243), o “migrante é antes de tudo uma condição social”, condição social entre dois ou mais lugares, entre “lugar passado” e “lugar presente”.

O migrante, portanto, está inserido “entre dois lugares”, que o fazem comportar a transterritorialidade entre o aqui e o lá. Segundo Martins (1986, p. 49), o migrante é aquele que se considera “fora de seu lugar”, fora de “suas relações sociais”, e que, “no limite, não se considera dentro [do território], mesmo quanto está”. Pois a ausência do lugar de origem é o núcleo da consciência do migrante pela presença no lugar de destino na migração. Esta condição comporta dois momentos extremos e excludentes: a dessocialização nas relações sociais de origem, e a ressocialização, nas relações sociais de adoção. Para Martins, o migrante se mantém, pois, na *duplicidade* de duas estruturas de relações sociais diversas entre si. Ele vive a marginalidade de duas situações sociais, de dois territórios, ou seja, a transterritorialidade.

Assim, nosso objetivo na análise que desdobraremos a seguir é o de encontrar, através da historicidade de Francisco Beltrão, secções de espaço-tempo que, comandados por uma variável significativa – as migrações –, um conjunto de variáveis mantém uma certa forma de relações conflitantes e solidárias. Cada período empiricizado representando, assim, um conjunto de formas de ações e de objetos circunscritos no desenrolar da mobilidade humana, nos tempos e nos espaços, nos territórios e nas identidades.



Capítulo 2

A REGIÃO “SERTÃO INÓSPITO”: a invenção do Sudoeste paranaense entre 1900-1940

Revisitar os enunciados e as práticas sociais que promoveram o “surgimento” do Sudoeste do Paraná como *representação* do *espaço*, permite revelar como ocorre(u) o processo de invenção, da criação de novos sentidos e de novas formas para a região, quais contextos sócio-políticos, culturais e econômicos que ativa(ra)m o poder de representação do espaço e, portanto, de produção de seus habitantes. Nosso objetivo, é o de compreender a produção de uma representação imagético-discursiva do Sudoeste paranaense como um espaço regional de fronteira entre os países da Argentina, do Paraguai e do estado brasileiro de Santa Catarina, no início do século XX. Para isso, a análise dos discursos imagéticos passa pela procura das relações de poder e de saber que produziram estas imagens e estes enunciados clichês, que se repetem e que inventaram a região (o *outro* geográfico) e seus habitantes (o *outro* sujeito). A *região*, portanto, é uma *invenção* enquanto *representação* do *espaço* produzida através de determinadas relações de poder e de saber a elas correspondente, a elas criadas com a intencionalidade de dotar o espaço de significados, de valores, de conteúdos, enfim, de *função* política.

A região é muitas vezes criação do pesquisador, mas também pode ser forjada, inventada e reinventada a partir de alguns interesses, pois, como diz Bourdieu (1998), a região é alvo de disputas, de lutas pelo poder “quase mágico”, isto é, do poder simbólico, de fazer crer e ver determinada realidade espacial, ordem e significado. Para Albuquerque Júnior (2001), inventar uma região é tarefa dos discursos que produzem imagens,

que produzem fronteiras através de modos de ser, de se portar, de se relacionar, de ver a si mesmo e ao outro, ao seu território, ao seu mundo. Por isso, “*definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza*” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 24, [grifos totais do autor]).

Também, é importante mencionar que a região é, na maioria das vezes, localizada/produzida no interior de um Estado-Nação e, por isso, se constitui enquanto uma escala subnacional. Logo, a região se constrói a partir de uma nação, de um território nacional. Historicamente, as regiões podem ser pensadas como emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício do poder e da divisão social e territorial do trabalho. São recortes que surgem a partir de enfrentamentos que ocorrem entre os diferentes grupos e/ou classes sociais no interior da nação. A diferenciação é atribuída a um caráter de luta, de disputa de interesses específicos.

A região se define, frente ao Estado-Nação, como um “território” contínuo não fragmentado e moldado espacialmente no estilo “colcha de retalhos”, em que, especialmente a modernidade capitalista tentou inserir em todos os pontos do planeta. Assim, a região pode ser compreendida como “um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológica-cultural e representatividade política” e que está articulada “*em função de interesses específicos*, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco ‘regional’ de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução” (HAESBAERT, 1988, p. 26, [grifos nossos]).

No início do século XX, o Sudoeste do Paraná teve uma imagem construída a partir de representantes do Estado e por intelectuais que atribuíram significados e adjetivos para “qualificar”, inventar e representar a região. A maioria dessas representações *nomeia* e *classifica* a região enquanto “sertão”.¹⁴ Este “sertão” ainda foi adjetivado com muitas “qualidades”,

14 Conforme assinala Arruda (2000, p. 28), “O termo ‘sertões’ é uma representação cultural, leitura elaborada da realidade constituída do real, dos próprios lugares físicos e tam-

dentre as quais iremos desdobrar algumas dessas imagens/representações produzidas por discursos com interesses específicos.

É importante afirmar, de acordo com Almeida (2003, p. 74), “que o sertão/espço não existe em si mesmo, mas unicamente através de um conjunto de efeitos ou de interações que ele engendra”. Por isso, o sertão deve ser analisado e compreendido enquanto “campo topológico”, como produto particular de uma história, de uma cultura, de uma política. Para a autora, o sertão/espço apresenta duas visões/representações: a primeira é aquela representação do sertão elaborado pelos “de fora”, viajantes, cronistas, representantes do exército etc., cujas narrativas destinavam-se a saciar a curiosidade de outros e a ensinar o que havia no interior do Brasil; a segunda visão resgata os sertões enquanto lugar, espço de experiência e vivência dos sertanejos, dos seus valores, das suas práticas sociais, ou seja, a visão dos “de dentro” (p. 72). Deste modo, analisaremos aqui, neste item, a representação/visão do Sudoeste paranaense enquanto sertão inventado/representado pelos “de fora”.

Um dos “primeiros” discursos performáticos mobilizados para inventar a região Sudoeste paranaense, foi produzido por Domingos Nascimento em seu livro *Pela fronteira*. Este paranaense, membro de uma elite intelectual republicana, do exército e do governo do Estado, tentava de alguma forma estabelecer, pela escrita, um Paraná “ideal”. Domingos Nascimento (1903), a partir de uma perspectiva positivista, buscou, através de uma viagem feita pelo interior do Paraná, no início do século XX, construir uma imagem, uma representação do interior do Paraná (logo, do Sudoeste paranaense), sobretudo, a partir das suas comparações feitas com Curitiba, a capital do estado. Seus ideais passavam pela industrialização, pela adoção de uma “agricultura racional”, pelo progresso científico, pela valorização de um corpo sadio e de uma sociedade ordeira e pacífica.

bém, talvez principalmente, da memória de um processo de transformação da paisagem, com todos os conflitos ocorridos na concreta ‘reocupação’ espacial do chamado ‘sertão’.

Nessas comparações feitas por ele entre Curitiba e o interior, tem-se a dicotomia entre litoral e civilização. Nascimento (1903) denominava o interior paranaense enquanto “*sertão inóspito*”, que era o lugar da “*barbárie*” e da “*incivilização*”. Em contraponto, o Paraná “ideal” por ele representado deveria ter Curitiba como modelo, por esta ser considerada sinônimo de *civilização, racionalidade, industrialização e progresso*. O sertão aparece distante da “civilização”, espaço “atrasado”, “arcaico” e que precisa ser modificado, transformado, “dominado”, “racionalizado”.

No início do século XX, essa “região” continha à imagem e o discurso, criado a partir do *sertão*, da não-civilização, do interior que era “inferior” ao litoral. Em 1903, quando o Coronel Domingos Nascimento partiu em sua viagem de União da Vitória em direção ao Sudoeste paranaense, ele escreveu: “partimos ao couro estrada afora”. Daí em diante, deixava-se a civilização para trás e adentrava-se no “domínio da pistola”, da “incivilização, da “barbárie”. A representação do espaço é criada através de uma maquinaria discursiva-imagética da região enquanto refúgio de bandidos, ou, pelo menos, dos fora da lei. O “couro” era a terra marcada pela ilegalidade, pela falta de leis, de uma região “sem leis”.

Tais discursos, segundo Albuquerque Júnior (2001), tendem a valorizar (e até sobrevalorizar) a sociedade da lei e da disciplina, em contraposição à sociedade da indisciplina, da falta de leis, da falta de códigos escritos, de normas e valores “racionais”. Essas representações procuraram produzir a região ilegal em contraposição à região legal, que deve ser implantada sobre aquela; demonstra-se a oposição entre o sertão arcaico e o litoral moderno. Buscava-se reproduzir repetidamente essas representações do espaço para ressaltar as diferenças, criando, assim, uma demanda, uma relação a uma ordem futura que é necessária criar, estabelecendo naquela região a dominação e a “racionalização”: a modernização deveria ser levada até o sertão.

No Brasil, nesse período, o que tivemos foi à invenção de várias “regiões-sertões” pelo interior do país, do qual o Sudoeste paranaense

seria uma delas. Galetti (2000, p. 33), por exemplo, discute como que no período que se estende de inícios do século XVIII a princípios do XIX, o espaço geográfico onde viria a se definir o território do estado de Mato Grosso era concebido inicialmente como *sertão* e que vai se configurando como uma *região colonial* na sua condição específica de *fronteira*. Segundo a autora, Mato Grosso foi inventado nesse período com aqueles significados no qual *sertão* ora designou a “região” limite entre natureza e cultura, civilização e barbárie; e, ora definiu os marcos simbólicos de uma alteridade entre selvagens e civilizados e entre soberanias distintas. Assim, as invenções de “regiões-sertões” no interior do país assumiram valores estratégicos para construir “o projeto de fazer do Brasil uma nação civilizada” instalando “o ideário liberal burguês de progresso e civilização” (GALETTI, 2000, p. 34). E por isso, as regiões enquanto base do poder territorial, como considera Becker (1983, p. 9), “em diferentes momentos, diferentes escalas regionais assumem valor estratégico” para a realização de certos objetivos, como nesse momento, para a expansão territorial do capitalismo no interior do Brasil.

O sociólogo Ricardo Abramovay realizando estudos sobre as transformações na agricultura camponesa no Sudoeste paranaense, fez a seguinte afirmação a esse período espaço-temporal: “até o final dos anos de 1940, o Sudoeste Paranaense, era um ‘sertão bravo’” (1981, p. 5). O sertão era qualificado como “bravo”, uma região de “difícil acesso”, uma “região inóspita”. Conforme o autor, a região era sinônimo de “atraso”, possuía sujeitos com modos “arcaicos” de vida. Os caboclos, habitantes da região neste período, eram qualificados como “primitivos” pela sua “não-racionalidade”, pela sua “imprevidência” em relação ao acúmulo de bens; pelas suas relações de trabalho diferentes à lógica “racional” e da ciranda mercantil.

O historiador Ruy Wachowicz, autor de grande contribuição para a análise do Sudoeste do Paraná, considerou que: “No início do sécu-

lo XX, o sudoeste paranaense, de Mariópolis até a fronteira Argentina, continuava a ser um imenso vazio demográfico” (1987, p. 55). Em outro livro, este autor descreveu o Sudoeste paranaense como “uma região mal povoada, com *sertões brutos* e desabitados” (WACHOWICZ, 1988, p. 141, [grifos nossos]).

Segundo Klauck (2005, p. 246), a representação do espaço enquanto “vazio” se configura pela *ausência* de populações “*reconhecidamente*” ocupantes desta região. A representação da região atua, portanto, no sentido de *legitimar* que outras pessoas se desloquem para ocupar o espaço denominado “vazio”, pois as pessoas que lá estão não são consideradas e nem reconhecidas como pertencentes e produtoras do referido espaço subnacional.

Por isso, as afirmações imagético-discursivas sobre o “vazio” revelam que os clichês são constantemente retomados e *acionadas* em períodos em que, de alguma forma, o Estado, sobretudo, direciona *olhares* ou *ações* para uma região, nesse caso, o Sudoeste paranaense. Ou seja, inventava-se uma região, através da representação enquanto “vazio” e “sertão inóspito”, para criar uma demanda, uma futura necessidade de colonização, de “ocupação definitiva e densa” da região. Para Souza (1997, p. 139), no interior da “*sociografia*” a fronteira significa a “expansão territorial da nação” a partir de um *projeto* e de um conjunto de representações semânticas e espaciais. Por isso, segundo a autora, “conceber a transformação do ‘sertão-vazio’ central como deslocamento de fronteira carrega definições que trazem novidades”, isto é, mudanças em grande medida impostas por um olhar de fundo econômico e exterior. Logo, “os efeitos mais imediatos, a intensificação e a definitiva supremacia de um paradigma com semântica econômica para olhar e descrever o vazio, bem como para justificar a ação sobre ele”; e, os objetivos da transformação e da utilização das “regiões sabidas desertas de capitais”, necessitam de uma “maior precisão na demarcação do sertão de que se fala. Alvos que precisam estar em foco inconfundível”, ou seja, a região se torna um recorte territorial precisamente delimitado para a *atuação* do projeto da nação e consequentemente da expansão territorial da fronteira “nacionalizante”.

É recorrente também nos livros do historiador Hermógenes Lazier e do economista Pedro Calil Padis – que analisaram o Sudoeste do Paraná – aparecer o discurso da região enquanto sertão, como “espaço que não havia nada”, que estava tudo por ser feito, por ser ocupado, por ser transformado e “integrado” ao território nacional brasileiro. Para Padis (1981), o Sudoeste do Paraná era uma região representada enquanto “sertão fechado” e como “floresta densa”, onde o Estado nacional deveria colonizar, deveria estar presente através da instalação de órgãos políticos administrativos.

Lazier (1998) afirma que, no início do século XX, na região “existiam alguns moradores dispersos, inclusive fugitivos da justiça” (p. 30-31). Esses moradores eram estereotipados de maneira pejorativa e não eram reconhecidos enquanto ocupantes e pertencentes a essa região. Assim, a representação inventa o presente e aponta para o futuro a necessidade de se trazer outras pessoas para a região, para ocupá-la em grande número, por sujeitos que fossem “aceitáveis” a aquela região idealizada pelo autor. A preocupação com os “foragidos da polícia” aparece no discurso do autor, que re-apresenta a região enquanto “refúgio da ilegalidade”.

O geógrafo Roberto Lobato Corrêa, em seu texto *O Sudoeste paranaense antes da colonização*, analisou como a região era constituída antes da migração gaúcha e catarinense, que se dá a partir da década de 1940, construindo a seguinte representação do espaço: para o autor, o Sudoeste paranaense era um “longínquo e pouco conhecido sertão florestal” (1970a, p. 87). Ademais, “em 1900, segundo o Recenseamento daquele ano, a população do então vastíssimo município de Clevelândia”, onde “em grande parte se incluía o *Sudoeste paranaense*, era pouco superior a 3000 habitantes. Tratava-se, portanto, de um *vazio demográfico*”¹⁵ (...) (CORRÊA, 1970a, p. 88, [grifos nossos]).

15 Conforme aponta Bauman (1999a, pp. 15-16), “a prática tipicamente moderna, a substancia da política moderna, do intelecto moderno, da vida moderna, é o esforço para exterminar a ambivalência: um esforço para definir com precisão – e suprimir ou eliminar tudo que não poderia ser ou não fosse precisamente definido. A prática moderna não visa à conquista de terras estrangeiras, mas o *preenchimento das manchas vazias no compleat mappa mundi*. É a prática moderna, não a natureza, que realmente não tolera o *vazio*”.

Ora, se a região continha uma população um pouco superior a 3000 habitantes, como pôde considerar esse espaço enquanto “vazio demográfico”? Quais os critérios para tal afirmação? Criava-se, portanto, uma representação imagético-discursiva do Sudoeste paranaense para tornar “visível” o “dizível”, como reitera Albuquerque Júnior (2001). Ou seja, mesmo a região sendo habitada por mais de 3000 habitantes, estes não eram “reconhecidos” enquanto pertencentes àquela parcela do espaço.

De acordo com Mota (1994, p. 9), no interior do Paraná os agentes da projeção dessa representação do espaço como “vazio demográfico” foram: a história oficial das companhias colonizadoras; as falas governamentais e sua incorporação nos escritos que fazem a apologia da colonização exaltando seu pioneirismo; e, a idéia de vazio demográfico e de sertão produzida por geógrafos, historiadores e sociólogos. Segundo o autor, a construção do “vazio demográfico” foi uma forma de *ocultar* os conflitos com indígenas e com caboclos no Paraná. Por isso, a idéia de “vazio demográfico” esteve assentada na ideologia de espaço desabitado, o que *encobre* os sujeitos existentes nesses espaços. Essa representação espacial mistificou a idéia de um processo harmonioso e pacífico elaborado pela ótica colonialista de expansão territorial das relações capitalistas e de um processo civilizador.

Neil Smith (1988) analisando a literatura da conquista do século XIX do território norte-americano assinala que a ideologia de dominação da natureza, da natureza como algo exterior ao social, ao homem que a subjugou, foi e é um produto social que tem função política de dominação e apropriação de “territórios” ao sistema capitalista e à civilização. Para o autor, o “sertão é a antítese da civilização; ele é estéril, terrível, até mesmo sinistro, não tanto por ser a morada do selvagem, mas por ser seu habitat ‘natural’”. Logo, o “natural e o selvagem eram uma coisa só; eles eram obstáculos a serem vencidos na marcha do progresso e da civilização” (SMITH, 1988, p. 37).

Inventava-se e representava-se, portanto, o Sudoeste paranaense como um “vazio demográfico” a ser ocupado pela colonização “pioneira”. “Vazio” criado pelo e para o *encobrimento*, expulsão e/ou eliminação das populações indígenas e caboclas que, desse modo, foram colocadas à margem do tempo-espaço, da história e da geografia. A região foi inventada pois “se institui, paulatinamente, por meio de práticas e discursos, imagens e textos que podem ter, ou não, relação entre si, um não representa o outro. *A verdade sobre a região é constituída a partir dessa batalha entre o visível e o dizível*” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 46, [grifos nossos]).

As representações sobre o espaço produziram historicamente a região Sudoeste paranaense enquanto “*sertão inóspito*”, especialmente, entre o período de 1900 a 1940. Através de um conjunto de textos, enunciados, discursos e imagens, produziram-se a representação da região. Para Lefebvre (1983, p. 29), “as representações são produtos da mente humana (...). Interpretações da prática mutiladora e transformadora que se utiliza politicamente”. Entretanto, “a representação não consiste em um imaginário, em uma reflexão ou, em uma abstração qualquer, mas, em uma *medição*” (p. 37). É uma relação exata entre o que é representado, o fenômeno, e a representação que se dá através da medição, da função. Por isso, o Sudoeste do Paraná foi o objeto, o representado, e a representação implicou na sua “qualificação”, ou seja, no discurso de “região-*sertão*” que deveria ser transformada, que deveria ser ocupada, colonizada. A representação da região, enquanto “vazio demográfico”, inventa sua medição, sua *função* enquanto representação do espaço que é a de ser ocupada, “preenchida de pessoas” com outro perfil do que aqueles “dispersos, rarefeitos, caboclos e fugitivos da lei”, que até então, estavam fixados e produziam o espaço.

Assim, quando afirmamos que o *sertão* é uma invenção enquanto representação do espaço no Sudoeste do Paraná, não estamos considerando nem falsa nem verdadeira sua condição. O que consideramos é a sua construção e mobilização política através de enunciados, através de discursos.

sos, através de “falas” que foram sendo construídas, dotando significados e, portanto, qualidades “negativas” e/ou “positivas” à região; a representação da região tem a *função* de construir a necessidade de ocupar, com outras pessoas, aquela parcela do espaço. O que queremos sinalizar com isso são o saber e o poder de mobilização, da demanda criada para colonização e ocupação de um espaço *nominado e classificado* de “sertão”, “vazio demográfico”, “terra de ninguém”, “mata virgem” etc. Ou seja, buscamos compreender a representação como uma *atividade reflexiva*, que reflete uma imagem, um discurso, uma relação e uma *função* sócioespacial, isto é, para demonstrar para que a representação serve, como afirma Lefebvre (1983).

Através dos textos e dos discursos que contêm em sua produção a região, o poder simbólico (como na acepção de Bourdieu, 1998), assume papel fundamental na sua invenção, na medida em que este espaço foi representado por aqueles que exercem o poder, e o saber de tornar “visível” o “dizível”. “Inóspito sertão” é, portanto, a designação recorrente da região correspondente ao Sudoeste do Paraná no início do século XX, até a década de 1940. Essa construção imagético-discursiva contou com a contribuição de diversos agentes com saber e poder, tais como representantes do Estado e dos intelectuais, que inventaram e configuraram este espaço como desprovido de populações, ou, pelo menos, com uma densidade populacional ínfima. Estes discursos, estas imagens, esses enunciados, levam a entender a importância do significado que determinada parcela do espaço assume para um território nacional. Criava-se a demanda pela ocupação desse espaço, da sua “efetiva” ocupação, dominação e apropriação. O “inóspito sertão” era desprovido de estradas que o ligassem ao Sul e ao Norte brasileiro havendo, apenas, algumas picadas.

Há, deste modo, uma produção de discursos que se tornaram “verdadeiros” e que foram cristalizados no espaço em um tempo. Segundo Foucault (1985, p. 12), os discursos produzem regimes de verdade que são a “política geral” de verdade; são “os tipos de discurso que ela acolhe e faz

funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos” e “a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de *dizer* o que funciona como verdadeiro”.

Para Albuquerque Júnior (2001, p. 23), uma região é produto de um discurso que precisa demarcar e medir o espaço para onde se enuncia. Assim, o discurso tem uma *topografia certa*, uma instituição certa, ou seja, a região, um espaço subnacional delimitado a partir de um poder e de um saber. O Sudoeste paranaense foi representado como uma região da ilegalidade, que criou, necessariamente, a demanda para a implementação da legalidade, da modernidade, da racionalidade, da transformação para dar “lugar” a nova espacialidade de poder e saber. Os textos, os enunciados, as imagens, os discursos que analisamos e que apresentam o Sudoeste paranaense entre 1900 a 1940, são aqueles que partem, quase sempre, de um “olhar civilizado”, de uma “fala urbano-industrial”, de um Brasil civilizado sobre um Brasil rural, tradicional, “arcaico”. O Sudoeste paranaense foi inventado enquanto uma região “rebelde” para onde deveriam ser levadas a ordem e a disciplina burguesas, a lógica capitalista, o progresso, a civilização.¹⁶

16 Segundo Elias (1994b) a civilização é um processo, uma questão que se coloca continuamente ao indivíduo, a uma sociedade, e não um estado, que uma vez alcançado permanece estático. Em seu livro “O processo civilizador” Elias admite a dificuldade em definir civilização pelo fato de existirem várias interpretações sobre este conceito, tais como: “o nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes” (p. 23). Contudo, o processo civilizador para o autor diz respeito a modificações de fenômenos humanos, das relações sociais de autoregulação, especialmente. Em outras palavras, o processo civilizador ocorre a partir da formação planejada e não planejada de distintas relações sociais (econômicas, políticas e culturais), que interferem no tipo de relação de interdependência e de funções complementares que os indivíduos mantêm entre si. Essas modificações acabam por instaurar uma diferente realidade social e, portanto, espacial.

O Sudoeste paranaense do início do século era, portanto, uma região “indefinida” em relação ao Brasil e que deveria ser conquistada. Era um espaço ainda não (de)marcado de forma permanente e organizada pelo poder e pelo saber racional. O Sudoeste foi produzido enquanto imagem do “sertão inóspito”, do “vazio”; foi à região por onde se perambulava, por onde passava o homem nômade a pé ou a cavalo. Homem sem rosto, sem identidade, apenas mais um “primitivo”, um “nômade”. “A terra do nada”. Neste discurso, houve toda uma preocupação em *enclausurar* este espaço, em dar-lhe um novo sentido, um novo rosto, um outro *significado*: uma outra *função* política.

2.1 O Outro sujeito: o estereótipo do caboclo no Brasil

No início do século XX, o Brasil, especialmente incentivado e mediado pelo Estado, buscava se modernizar pela implantação da industrialização, tendo conseqüentemente um grande aumento populacional nas cidades. Também, objetivava-se implementar uma “agricultura racional”, apoiada no desenvolvimento da técnica e da tecnologia. Para isso, esforços foram feitos para atrair investimentos financeiros, especialmente os estrangeiros, tanto para o campo, mas, fundamentalmente, para as cidades, pois o discurso tornado hegemônico era de que o país precisava industrializar-se para desenvolver-se. Um dos governos que desempenhou papel fundamental nesse processo foi o Estado Novo (1937-1945), de Getúlio Vargas (LENHARO, 1986b). Segundo Ianni (1989, p. 15), esse período caracterizou-se com um desenvolvimento planejado, em que o Estado orientava e mediava os processos de expansão e acumulação do capital no território brasileiro.

Com o crescimento de cidades e das populações urbanas através da industrialização, Martins (1975, p. 2) considera que houve, concomitante-

mente, a rápida “elaboração de uma ideologia urbana, sublinhadora dos valores concebidos, então, como típicos das cidades e a elas inerentes”. O aumento da densidade demográfica nos meios urbanos, estimulado pela imigração nacional e estrangeira de pessoas com ou sem tradição urbana, promoveu ou incentivou o enfraquecimento dos caracteres comunitários do sistema social. Esse processo apoiou-se nos próprios “fundamentos novos”, econômicos, da existência cidadina. Houve a necessidade, para o autor, “tanto ao funcionamento de um mercado livre de trabalho, como à ‘liberdade de enriquecimento’, de alcançar o ‘êxito’”.

Em contrapartida, isso desencadeou uma redefinição cultural e política ligada à constituição de uma *sociedade centrada* nos valores urbanos, ocasionando, segundo Martins (1975, p. 5), “rapidamente à distinção valorativa, também, entre o rural e o urbano”. A afirmação da “supremacia urbana”, ainda que em expansão, “expressiu-se culturalmente na construção de *estereótipos*, alguns negativos, do homem rural”. A figura do caipira, do caboclo, do caiçara, para o autor, “tem reafirmadas e atualizadas, nessa fase, as suas conotações fundamentais: ingênuo, preguiçoso, desnutrido, doente, maltrapilho, rústico, desambicioso, etc”. Neste contexto:

O estereótipo, por sua vez, conduziu a duas atitudes básicas: o seu uso para reforçar as características urbanas da existência dos que o utilizavam (e que, ao que parece, não se distanciavam demasiado dele, transformando-o numa afirmação verbal e ideal) e sua manipulação para advogar a “intervenção” das instituições urbanas na vida rural, dinamizá-la e propiciar as condições para transformar o caipira do estereótipo no cidadão das concepções urbanas (MARTINS, 1975, p. 4).

Um documento exemplar, a esse respeito, está na literatura brasileira com a história do personagem *Jeca Tatu*, de Monteiro Lobato. Vejamos a *imagem* retratada do caboclo pelo autor, em seu livro *Urupês*, cuja primeira edição remonta ao ano de 1918:

Funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive a beira dela, na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização das terras, vai ele refugindo em silêncio, com seu cachorro, o seu pilão a pica-pau e o isqueiro, de modo à sempre conservar-se *fronteiriço* mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, *recua para não adaptar-se* (LOBATO, 1982, p. 141, [grifos nossos]).

O caboclo, amiúde, era o “homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização” estereotipado no “Jeca Tatu” por Monteiro Lobato. Esse estereótipo expressa “limpidamente” os componentes ideológicos fundamentais da consciência urbana recente sobre o mundo rural, e denuncia os vínculos reais entre o rural e o urbano. Verificava-se a “incapacidade” da sociedade agrária, através da sua população “nacional”, desenvolver-se social, cultural e economicamente, presa na “inércia doentia”, aferida por Monteiro Lobato. A ideologia urbana fundada na ação exterior ao meio rural, de preeminência do meio e das concepções urbanas na definição do modo como a sociedade agrária deveria integrar-se a totalidade do sistema social, ou seja, a de como compradora e consumidora de mercadorias industrializadas.

Como afirma Monteiro Lobato, ao caboclo estava vinculado à *condição* de *ser* um sujeito *fronteiriço* pela forma de viver à *margem* da sociedade civilizada e “oficial”, pois, à medida que o “progresso” se expandia e chegava até seu território, o caboclo recuava para não se adaptar e/ou ser “absorvido” pela sociedade civilizada, sofrendo, no entanto, um duplo processo de uma surpreendente “adaptação”: a adaptação enquanto re-existência de um modo de vida particular frente à civilização, e a “adaptação” enquanto incorporação/assimilação/”aculturação” junto às *novas* e diferentes áreas de floresta para onde migrava. A visão “progressista” de Monteiro Lobato o impedia de ver no caboclo, naquele contexto histórico que escreveu (década de 1920), um outro tempo e um outro espaço, um

outro raciocínio, uma outra forma diferente de ver e ser no mundo que a do “desenvolvimento econômico” brasileiro pretendido.¹⁷

Para Martins (1975, p. 26), esse processo foi resultado do mundo urbano buscando se sobrepor ao mundo rural, especialmente pelos dos valores sociais. Através da ideologia da modernização, em geral, a “ignorância” e o “analfabetismo” são os atributos ressaltados no homem rural, como obstáculos à modernização. O homem rural estereotipado como caboclo foi construído discursiva e imageticamente como “resistente à mudança”, como “personagem apático”. E é em função dessas concepções que a *ação modernizadora* era desencadeada, era acionada, era construída como *estratégia política* para a implementação de uma sociedade urbana e de um *novo rural*, com valores distribuídos pelo território nacional e, conseqüente, para a “eliminação” do caboclo estereotipado como “indolente”, “preguiçoso”, “não afeito ao trabalho”, “magro”, “rotineiro”. Em contrapartida, buscava-se a implementação do “empresário rural”, do homem rural com outra racionalidade: a da “modernidade”, do “progresso”, da “razão”, do “desenvolvimento”, do empreendimento capitalista para acumulação e expansão de capital.

De acordo com Kowarick (1994), essa negação ao mundo rural estava vinculada, também, à *herança escravista* do Brasil e ao *trabalho desvalorizado* do *nacional* em função da sua imagem construída enquanto desqualificado. Em contrapartida, valorizava-se em uma sociedade de *homens livres*, o trabalho considerado qualificado (ou a partir de outra racionalidade) do *imigrante* estrangeiro. Inscrevia-se, assim, o quadro das *tensões* oriundas do

17 É importante ressaltar que, posteriormente, Monteiro Lobato “reconheceu”, em parte, seu equívoco frente a sua análise estereotipada do homem do campo na 4ª edição de Urupês: “Eu ignorava que eras assim, meu caro Jeca, por motivo de doenças tremendas. Estás provado que tens no sangue e nas tripas todos um jardim zoológico da peor espécie. É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molenga, inerte. Tens culpa disso? Claro que não. Assim, é com piedade infinita que te encara hoje o ignorantão que outrora só via em ti mamparra e ruindade” (LOBATO, *apud* MARIANO, 2001, p. 19)

processo de *substituição* do trabalho escravo pelo trabalho livre na agricultura brasileira, após a abolição da escravatura em 1888, contando com a opção pela imigração estrangeira e na não incorporação, em grande parte, dos ex-escravos ao *novo modo de produção* brasileiro agrário-exportador no campo, e na cidade, urbano-industrial. Por isso, o caboclo era o *símbolo* de um modo de vida considerado “inferior”, tradicional, “arcaico” que não se encaixava e que não se inseria no *projeto* (moderno) do Estado e nem nos interesses da classe hegemônica do Brasil a partir, sobretudo, do início do século XX.

Goetttert (2002a) considera que a representação do “negro indolente” e pouco afeito ao trabalho começou a figurar no Brasil (ou no mínimo a se intensificar) quando o próprio sistema escravista entrou em *crise* (que se estendeu até o último quartel do século XIX), quando o tripé monocultura, latifúndio e escravidão entrou em colapso. Era preciso, assim, *substituir* o escravo por outra força de trabalho para a necessária acumulação de capital. Para o autor, foi produzida a *representação* sobre os “nacionais” (os “*rádios*”) considerando que de “sujeito indispensável para o trabalho durante mais de três séculos, o negro escravo passou a ser representado justamente por suas práticas que assumiu nesse longo tempo enquanto resistência à compulsoriedade do trabalho” pois, “o negro é lento no trabalho, indolente, sabotador e mais afeito à festa” e “desprovido de hábitos de disciplina ao trabalho, pouco afeito ao mando e à ordem (já que a desobediência e as fugas eram constantes), o negro escravo passa a ser representado como atrasado e inapto para o trabalho livre” (GOETTERT, 2002a, p. 264).

Com a valorização dos imigrantes estrangeiros e de seu trabalho considerado “superior”, qualificado e, portanto, “ideal”, os negros tornados homens livres e libertos com o declínio da escravidão no Brasil, passaram a não ser mais considerados importantes para o trabalho no campo e na cidade. Não poderiam ser os negros ex-escravos e/ou a miscigenação

destes, segundo Kowarick (1994, p. 47), os “escolhidos” para comporem o elemento humano no qual estava se construindo a idéia de nação moderna: o povo brasileiro racional e desenvolvido. Era necessário, como assinala Goetttert (2002a, p. 271), um *novo sujeito* para fazer progredir e desenvolver o Brasil; era preciso investir no *branqueamento do povo brasileiro*; era necessário, para isso, importar uma “raça superior”; era imprescindível o trabalho de alguém de fora e, portanto, a opção pelos imigrantes estrangeiros. O imigrante foi escolhido como trabalhador ideal (NAXARA, 1998, p. 63), uma vez que para o desenvolvimento do “progresso” da nação, impulsionado pelo imaginário existente, esses trabalhadores viriam disciplinados para o trabalho e com outra concepção: a concepção moderna e racional considerada mais desenvolvida e de valor humano “superior” que a dos negros e/ou caboclos do/no Brasil.

Criaram-se, deste modo, *representações* de ex-escravos e de imigrantes, sendo que cada sujeito foi colocado em um pólo oposto construído em torno de características humanas “negativas” e “positivas”, “inferiores” e “superiores”. Segundo o antropólogo Darcy Ribeiro (1995), depois da abolição da escravatura continuavam atuando sobre o negro livre, como fatores de redução de sua expansão demográfica e territorial, as terríveis condições de penúria a que ficou sujeito: “Basta considerar a miserabilidade das populações brasileiras das camadas mais pobres, dificilmente suportável por qualquer grupo humano, e que afeto ainda mais duramente os negros, para se avaliar o peso desse fator” (p. 231).

Com isso, essa *camada* mais pobre de *homens livres* (os negros ex-escravos) passaram por fortes e complexos processos de adaptação, assimilação e “aculturação” no interior da sociedade brasileira. Ribeiro (1995) reitera que é bem provável que os negros ex-escravos, após a abolição da escravidão no Brasil, já estavam “totalmente desafricanizados pela mó aculturativa da escravidão”, ou seja, em grande medida “desenraizados” de suas práticas culturais, econômicas e políticas oriundas de seu continente

de origem, a África, em função da grande violência física e cultural sofrida durante a escravidão em território brasileiro. Para Ribeiro (1995) “esses mulatos ou eram brasileiros ou não eram nada, já que a identificação com o índio, com o africano ou com o brasilíndio era impossível” e, com isso, “além de ajudar a propagar o português como língua corrente esses *mulatos*, somados aos *mamelucos*, formaram logo a maioria da população que passaria, mesmo contra a vontade, a ser vista e tida como a *gente brasileira*” (p. 128, [grifos nossos]).

No entanto, é importante assinalar um possível deslize de Darcy Ribeiro pois, o “desenraizamento” dos ex-escravos é um processo que deve ser relativizado. Entendemos, que esse deslocamento passou por um processo de transterritorialização, que gerou, consequentemente uma assimilação de novos elementos, mas, também, uma “manutenção” (mesmo que parcial, na memória, na imaginação, nas recordações) de muitos traços culturais trazidos da África para o Brasil e mantidos, mesmo após o período da escravidão. Robert Slenes (1999), por exemplo, considera que no Brasil as heranças culturais trazidas pelos escravos africanos e seus descendentes permaneceram no processo de formação do povo brasileiro. As recordações e outros traços culturais foram (mesmo que parcialmente) mantidos através da relação de transterritorialidade que esses ex-escravos comportavam. Nesse deslocamento houve, portanto, uma “força inversa” que, ao invés de acarretar a “plena” desterritorialização e/ou “desafricanização”, detonou um vai e vem de lembranças, de recordações e de práticas sócio-culturais para “recompor”, em parte, um tempo e um espaço perdido pela migração forçada do continente africano para o Brasil.

Contudo, para Darcy Ribeiro, o caboclo passou por um processo histórico de extraordinária *adaptação ecológica* à floresta tropical brasileira. Como concebe o autor, “estava constituída já uma fórmula extraordinariamente feliz de *adaptação* do homem ao trópico como uma civilização vinculada ao mundo português mas profundamente diferenciado dele”

(1995, p. 130). Seriam, portanto, uma massa de neobrasileiros “feitos” pela transfiguração adaptativa de suas matrizes culturais.¹⁸

Inscreeveu-se, nesse processo, uma “extraordinária” capacidade de *adaptação* às condições que se delineavam no tempo e nos variados lugares do território brasileiro, através da miscigenação de culturas como a indígena, a africana e a portuguesa, sobretudo, ligada à floresta tropical. Através desse processo da miscigenação, no interior do território brasileiro, foi surgindo uma população *nova* (híbrida), *berdeira* da cultura tribal que foi criando, na medida de suas necessidades, a “fórmula adaptativa” à floresta tropical. Assim, essa adaptação constitui-se, também, em uma re-existência, pois constitui o resistir através da adaptação/assimilação/“aculturação” para continuar existindo enquanto grupo social, como cultura singular e, portanto, como um “território singular”.

Neste sentido, foi dentro deste contexto de desvalorização do caboclo e de seu mundo rural que é criado e acionado o discurso da estereotipia. Albuquerque Júnior (2007, p. 13) considera que o discurso da estereotipia é um discurso assertivo, imperativo, repetitivo, caricatural e que nasce de um preconceito de origem “geográfica” ou de “lugar” que, no caso do caboclo, refere-se a um “lugar rural” desqualificado. Para o autor, o estereótipo “é uma fala arrogante, de quem se considera superior ou está em posição de hegemonia, uma voz segura e auto-suficiente que se arroga no direito de dizer o que o outro é em poucas palavras”; nasce, para o autor, “de uma caracterização grosseira, rápida e indiscriminada do grupo

18 Darcy Ribeiro (1995) assinala sobre a perspectiva da *aculturação* do povo brasileiro que se “processou uma fórmula extraordinariamente *feliz* de *adaptação*” do caboclo à floresta tropical. Entretanto, é importante deixar claro e, talvez, em alguma medida contrapor Darcy Ribeiro, que essa adaptação foi forçada em função de condicionantes geo-históricos de lutas por territórios e pelos seus recursos naturais, da escravidão e da exploração do trabalho dentre outros. Portanto, deve considerar essa adaptação sempre inserida em um amplo processo de luta, de conflitos, de disputas em que o índio e o africano (ex-escravo), especialmente, passaram por um processo *perverso* de adaptação *forçada*, adaptação *imposta* por uma sociedade hegemônica autoritária, branca e européia.

estranho; este é dito em poucas palavras, é reduzido a poucas qualidades que são ditas como sendo essenciais” e/ou “totalitárias” do(s) sujeito(s). Na maioria das vezes, o estereótipo “é uma espécie de esboço rápido e negativo do que é o outro”, baseado, fundamentalmente, nas “qualificações” discursivas de seu lugar de origem.

No Brasil, algumas explicações e derivações surgiram em relação ao estereótipo de “caboclo”, tendo como variável de sua caracterização e/ou representação a sua localização geográfica e ao seu modo particular de vida¹⁹. A etimologia para caboclo é aquela dada por Cascudo (1972, p. 193): “Caboclo vem [do tupi] *caá*, mato, monte, selva, e *boc*, retirado, saído, provindo, oriundo”. Os franceses Françoise e Pierre Grenand (*apud* BOYER, 1999, p. 8), quando estiveram no Brasil na segunda parte do século XVII, consideraram que o termo caboclo foi primeiramente usado pelos índios Tupi localizados no litoral, para designar os seus inimigos morando no interior, isto é, “no mato”. Teixeira (1997, p. 321) afirma que os caboclos constituíam a última camada do tecido social brasileiro dentro do regime econômico patriarcal, em particular a chamada camada de *homens livres*.

Segundo Franco (1983) na *ordem escravocrata* havia homens livres que se dedicavam ao trabalho. Eram homens sem posses, que na maioria das vezes estavam vinculados a atividades “residuais” e/ou “inferiores” na hierarquia social e que estavam em domínio do fazendeiro. Eram estancieiros e agregados sobre os quais pesava a “maldição” do trabalho: “Cabia-lhes as tarefas arriscadas, como as derrubadas de florestas, ou aquelas usualmente não confiadas ao escravo (tropeiro, carreiro), ou, ain-

19 “Diferentes autores se referem à composição étnica dos caboclos, sendo estes resultantes da miscigenação de índios, brancos e negros. Socialmente, tudo indica que se tratavam, principalmente, de antigos ocupantes do espaço das fazendas – peões, agregados, escravos e até estancieiros empobrecidos – que, excedentes nesse espaço, penetraram nas matas em busca de alternativas à sobrevivência” (BLOEMER, 2000, p. 3).

da, as ocupações ligadas à criação de gado” (p. 33). Portanto, foi a partir dessa ordem que se originaram muitos caboclos, *homens livres* do regime escravista do Brasil.

Jacques Lambert, em seu livro *Os dois Brasis*, analisou na década de 1950 o modo de vida do caboclo e reproduziu seu estereótipo através da existência de duas grandes regiões brasileiras: uma desenvolvida e outra subdesenvolvida. Os estados brasileiros do “Sul constituem o coração do Brasil evoluído”, já os estados “do Norte, são grandemente subdesenvolvidos”; no Nordeste, por exemplo, o estado “como Piauí ou Ceará desempenham o papel de *freio* na evolução geral do Brasil”, enquanto os estados de “São Paulo, do Paraná ou do Rio Grande do Sul são o seu *motor*”. Lambert considerou, assim, que nas zonas rurais “arcaicas” do interior brasileiro, encontra-se o “tipo” não totalmente europeu, mas de “cor relativamente clara”, para o qual contribuíram os antigos cruzamentos do conquistador português com o índio. Para o autor, esse “tipo tão largamente difundido do caboclo (...) parece o mais autenticamente brasileiro” (1953, p. 89). Assinalou que a denominação caboclo atribuíra-se, sobretudo, a mais antiga das mestiçagens (índio e europeu), que “acabou sendo usado para designar o homem do campo, seja qual for a sua raça ou cor; o caboclo é o camponês brasileiro, branco, pardo, negro ou amarelo” (1953, p. 86). Logo, a imagem estereotipada que Lambert retratou sobre o caboclo no Brasil foi a seguinte:

O caboclo brasileiro encontrou no isolamento a liberdade do homem primitivo, mas não produzindo mais do que este e, como este, sujeito aos imperativos do clima e do solo, também lhe conhece a miséria. Sua habitação, em geral, limita-se a uma cabana de terra batida, coberta de sapé ou de folha de zinco, que ele mesmo construiu; seus móveis se reduzem a um estrado de madeira, sobre o qual coloca, para dormir, um colchão de palha seca, e, em geral, mas nem sempre, uma mesa e algumas cadeiras; os utensílios caseiros constam de algumas cestas, pratos de madeira, um almofariz e um pilão de madeira, pratos e xícaras de folha ou de latas de con-

servas; suas roupas consistem em uma calça e uma camisa de chita, e, às vezes, um par de sapatos que, aos domingos, ele carrega na mão para calçá-los à porta da igreja; seus instrumentos agrícolas se reduzem a enxada e ao facão de mato (LAMBERT, 1953, p. 118).

Outro sociólogo, Roger Bastide, em seu livro *Brasil, terras de contrastes*, apresentava também uma imagem estereotipada do caboclo. Em sua perspectiva, o caboclo seria um entrave para o desenvolvimento da sociedade rural e urbana brasileira, pois, “à população livre, fosse urbana, fosse rural – caboclos ou agregados vivendo do que cultivavam – era pobre demais para constituir mercado suficiente para o desenvolvimento de qualquer indústria” (1976, p. 157). Por isso, para o autor, estes sujeitos compunham um modo de vida “arcaico” que deveria ser abolido para a implantação de uma sociedade moderna, com agricultura mecanizada e uma industrialização latente.

Bastide (1976, p. 259) também viu o caboclo com um “olhar civilizado”, criando um estereótipo negativo. O mundo rural brasileiro era formado por “roças miseráveis de caboclos humildes com plantações de mandioca ou de milho sustentando homens subalimentados”. Assim, o autor desenhou uma imagem e “*cartografou*” um “território” com linhas de força específicas que carregam uma visão estritamente negativa dos caboclos, sendo que estes sujeitos, com as “peles bronzeadas pelo sol”, seriam “restos de melancolia indígena num olhar perdido, num sorriso moribundo como a morte de uma raça (sic)” (p. 229). Em 1975, o geógrafo Pierre Monbeig, realizando estudo sobre o Brasil, assim caracterizou o caboclo:

O mestiçamento entre portugueses e índios deu em resultado um tipo de homem original: o mameluco, ou caboclo (...). Pescador na Amazônia e no litoral, criador no Nordeste e no Rio Grande do Sul, caçador de ouro de diamante no Brasil central e em Minas Gerais, desbravador amante da terra na qual não se fixa e que exaure com suas culturas sobre queimadas, o caboclo, com seu enorme chapéu de palha, andrajoso e descalço, *é o autêntico camponês do Brasil*.

Sua casa não passa de uma simples cabana, às vezes feita, inteiramente, de folhas e de troncos de palmeira. Muitas vezes, também, é feita de terra batida, sustentada por varas entrecruzadas (casa de pau-a-pique). Mobiliário e louça aí se reduzem à sua expressão mais simples. *O caboclo pouco produz e contribui quase com nada para o mercado interno. Seu baixo nível de vida faz dele um consumidor mesquinho.* O próprio termo caboclo já perdeu muito seu significado antropológico, e está servindo para designar o homem da terra, quer se trate de mulato, quer de mestiço de índios e de negros (cafuso e juçara), quer de branco. Resistente aos padecimentos físicos e acabrunhado pela enfermidade e pela subalimentação, corajoso, desconfiado, de uma religiosidade que o atira aos braços das mais extravagantes formas de misticismo, raramente alcançado por conhecimentos escolares, *nada à vontade nas cidades, o caboclo representa um Brasil superado. Pelas suas cantigas, é ele o guardião do folclore, e tudo isso lhe confere uma certa auréola sentimental e artística. Entretanto, a sua passividade torna difícil a sua integração na vida moderna. Personagem dolorosa e cativante, o caboclo representa um peso morto para uma economia moderna* (sic) (MONBEIG, 1975, pp. 45-46, [grifos nossos]).

O que podemos perceber é que o caboclo foi estereotipado, sobretudo, pelas suas “qualidades negativas” do que pelas “positivas”. Este sujeito, como apresentado pelo autor, “pouco produz para o mercado interno”, como também, pouco consome; assim, o caboclo não era o sujeito “ideal” para um mercado interno que se queria grande, desenvolvido, grande produtor de alimentos e grande consumidor dos mesmos. Na visão de Monbeig, “o caboclo representa um Brasil superado” e “inadaptável” à sociedade urbana-moderna. Embora seja “guardião do folclore”, a “passividade torna difícil a sua integração na vida moderna” que se queria rápida, dos fluxos, das redes, das trocas, da circulação intensa de mercadorias, de expansão do capital, de pessoas civilizadas, de informações etc. Ambigualmente, o caboclo era um “personagem dolorosa e cativante” do Brasil, embora o autor seja contundente quando afirmou que o mesmo “representa um peso morto para a economia moderna”, ou seja, um sujeito que nada representava e que não conseguiria sobreviver em uma

economia competitiva e, por extensão, em uma sociedade que se queria, pela classe hegemônica e pelos seus projetos, civilizada, racional e “desenvolvida”.

Em outra perspectiva, Maestri (2005, p. 231) considera que a “civilização cabocla” foi constituída por numerosos nativos americanos, que se *adaptaram* à sociedade latifundiário-exportadora através do processo de superação-degeneração das tradições aldeãs nativas. “Grande parte dessa população dedicou-se a uma economia familiar não aldeã de subsistência, apoiada na caça, pesca, coleta e na horticultura itinerante, em região florestal, na periferia da sociedade oficial”. Para o autor, os caboclos se adaptaram à “nova sociedade” que se criou: latifundiária-exportadora. Estes indivíduos fizeram, a partir desta perspectiva, parte de uma agricultura de economia familiar. Por isso, o “nativo semi-aculturado foi denominado de caboclo, termo derivado do vocabulário tupi-guarani *kanri`uoka*. Com o passar dos anos, caboclo passou a designar todo e qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência”. De “denominação étnico-produtiva”, a designação passou a representar essencialmente a “realidade sócioprodutiva mais baixa” de um sujeito de “origem *crioulla*” ou mesmo de “descendente de um imigrante europeu” (MAESTRI, 2005, p. 232).

Desse modo, considerando as discussões apresentadas aqui sobre o estereótipo de caboclo no Brasil, podemos afirmar que a (de)nominação e classificação “caboclo” passou a representar no Brasil o outro sujeito: o não moderno. Agrupando as representações, podemos afirmar que sob a perspectiva econômica dominante, especialmente, este sujeito ou adaptar-se-ia ao sistema agropecuário-exportador através da agricultura familiar para venda dos produtos, ou seria expropriado, tornando-se proletariado, ou seria “extinto” do sistema capitalista. Sob o viés cultural, seu modo de vida foi sobretudo visto como “inferior”, como “rústico”, como “não aceitável”, “folclórico”, em relação a uma proferida sociedade urbana, com

valores “superiores” ditos modernos. Sob a perspectiva política, o caboclo não tinha saber e nem poder; era “a-político”, “não era inteligente”, “não possuía escolaridade”, não seguia leis e nem normas civilizadas, normas burguesas, “não era racional”. Assim, o estereótipo do caboclo foi construído sempre por um “olhar de fora”, um “olhar superior”, “civilizado”, que buscou eliminar e/ou implementar um outro modo de vida para este sujeito.

2.2 “Raízes” da migração cabocla para o Sudoeste do Paraná

No Sudoeste do Paraná os caboclos²⁰ tiveram seu período de hegemonia enquanto modo de vida no território, tendo seus usos, suas apropriações, seus domínios. Por isso, iremos analisar as relações políticas, econômicas e culturais estabelecidas no território por estes sujeitos, começando pela análise da *migração* destes para o recorte espacial e temporal em destaque: o sudoeste paranaense no período de 1900 a 1940.

A partir da pesquisa de campo que realizamos em Francisco Beltrão sobre a origem dos caboclos, conseguimos entrevistar alguns de seus descendentes (principalmente, filhos e netos²¹) para obter as “raízes” dessa migração. Os depoimentos obtidos a seguir demonstram os *lugares de origem* e as *trajetórias socioespaciais* percorridas:

20 Utilizamos a denominação “caboclo”, embora sabendo que estes sujeitos se autodenominam (em sua maioria) brasileiros, como constatamos nas entrevistas realizadas em Francisco Beltrão. Entretanto, para fins de análise e, também, porque alguns dos seus descendentes se autodenominaram enquanto caboclos, tomando isso atualmente como um valor, optamos por continuar usando esta denominação no presente estudo, embora sabendo da sua ambigüidade e estereotipia que o termo carrega.

21 Recorremos a esta metodologia, tendo em vista a dificuldade que enfrentamos em encontrar, ainda vivos, estes “primeiros” caboclos que migraram para o Sudoeste paranaense, entre o período de 1900 a 1940.

A minha mãe foi criada numa fazenda lá em Palmas. Minha avó morô tempo na fazenda lá. A minha bisavó era escrava. (...) Eram empregado da fazenda de gado, de mula, de cavalo. (...) Minha bisavó morreu com cento e quinze anos. Quando os fazendeiro pegaram ela, era no tempo que tinha escravo, daí ela ficou lá na fazenda, morou lá até morrer. Teve os filhos, tudo, nas casas de taipa, tudo de pedra. (...). Era só escravo. (...) Teve alguns destes que vieram prá... Teve muita gente que morava na fazenda e que veio pra cá. (...) Os negro ficavam mais encuralado nos lugar mais escondido, tinha medo, né? Da população. Aquele tempo era escravo, né? Escravo não poderia ter contanto com outro. (...) Antigamente era assim, o avô sempre contou. (...). A maioria morreu. Moravam em Marmeleiro, em Palmas, em [Francisco] Beltrão. A maioria foram embora, né? Quando começaram a se libertá, a maioria procurava cada vez ir mais longe, né? Mas, muitos morreram (Ione Simão Lopez).

Meu pai veio de Palmas, veio de lá por picada, chegou primeiro em Marmeleiro, depois de dois anos veio pára em [Francisco] Beltrão (...) Minha avó era escrava nas fazenda em Palmas, trabalhava numa fazenda de gado grande que tinha lá (Amélia Maria Santos).

Veio do Rio Grande do Sul, não lembro o nome do lugar lá. Mas meu pai veio no início da ocupação pra cá. (...) Era tudo mato, sertão, sabe? Veio por carrero, picada com cavalo e se instalou por aqui, (...) aqui mesmo em [Francisco] Beltrão, má naquela época nem era chamado de Marrecas ainda. Não tinha ninguém quase aqui (Alcides Sestempf).

Foram vindo de Santa Catarina. Vinha pelo meio do mato até chegar aqui. (...) Diz que chegavam num lugar que tinha água e diziam que era ali que iam ficar. Foi pelas encostas de rio, quando chegaram aqui naqueles tempo (Paula Faria).

Meu avô lidava em fazenda de gado no Rio Grande [do Sul], era peão; aí, diz que ele tinha muita vontade de ter terra, até que resolveu saí de lá e procurar um lugar que tinha terra; (...) diz que saiu de lá só com uma mala e um cavalo e veio vindo, aí, chegou aqui pro Paraná; aqui era só mato e tinha muita terra; se embrenhou pelos mato, no interior de [município] Dois Vizinhos; má aquela vez isso

aqui era bem diferente; ele contava pra nós que isso só tinha mato e muita caça (Pedro Mariano Bandeira).

Conseguimos constatar, portanto, alguns lugares de onde vieram os caboclos no final do século XIX e início do século XX. Podemos afirmar, a partir disso, que alguns vieram de Palmas no Paraná, município próximo ao Sudoeste paranaense e que, neste período, continha uma população relativamente grande para o contexto histórico-geográfico. Também, do estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina vieram alguns destes sujeitos. Interessante ressaltar, é o modo como vinham (relembrando como os índios e bandeirantes percorriam seus itinerários pelo interior do Brasil), pois, através de picadas e de fontes de água é que os caboclos se locomoveram em meio à mata, que nesta época era densa, especialmente no Paraná.

Tendo o Brasil uma herança escravista que contou com a presença de escravos que se dedicaram à criação de gado e de outras atividades no interior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (COSTA, 1982, p. 180) e, em parte do Paraná, como por exemplo, nos campos de Palmas na criação de gado e no norte paranaense no trabalho nas fazendas de café (WACHOWICZ, 1987, p. 23) e, fundamentalmente, com as entrevistas que realizamos, tudo *indicou* que esses migrantes (tratados genericamente como caboclos) constituíram-se, principalmente, de antigos ocupantes do espaço das fazendas, peões, agregados em sua maioria ex-escravos, estancieiros e/ou fazendeiros empobrecidos que, excedentes nesses espaços de latifúndio, deslocaram-se pelas matas em busca de alternativas à sobrevivência atrás de recursos, de terras, ou seja, à procura do território para sua reprodução. Em uma sociedade polarizada e com o trabalho desvalorizado do “nacional”, a alternativa para estes sujeitos foi à procura por territórios ainda pouco explorados e, portanto, pela busca de *terras* (ainda) *livres* da lógica da dominação capitalista e da “civilização moderna”. Por isso, essa migração se fez, em muitos casos, aos pedaços²², como relatam alguns entrevistados:

22 Expressão utilizada por Goetttert (2004), para compreender os vários lugares percorridos pelos migrantes, antes de chegar ao “lugar atual” e/ou de “destino” – nem sempre definitivo – na mobilidade.

Eles vinham parando. Moravam num lugar um tempo, depois vinham mais adiante. (...) Ficavam procurando lugares melhores, um pouco aqui, um pouco lá; mudavam seguido (Paula Faria).

É o seguinte: o meu avô disse que morô nuns três lugares antes de vir pra cá, pro Paraná; vinha procurando onde era melhor pra ficar, sabe? Porque como ele contava, tinha que achar um lugar que não tivesse muita gente pra levar a vida mais tranqüila, calma, pra não ter problema; (...) sabe, ele não gostava muito, assim, de cidade, era meio bicho do mato (sic) (Pedro Mariano Bandeira).

Outros estudos realizados sobre esta questão também nos ajudam a construir os lugares de origem dessa mobilidade espacial. Sistematizamos, a partir de alguns autores que pesquisaram sobre a temática, os lugares apontados como os de origem dessa migração para o Sudoeste paranaense entre 1900 a 1940:

- Do Paraná, vieram peões e agregados das fazendas dos municípios de Palmas, Clevelândia e Guarapuava. A mão-de-obra empregada nessas fazendas, que era grande, passou a se tornar escassa. A partir de 1900, essas fazendas tornaram-se incapazes de absorver o próprio crescimento vegetativo da população. Parte dessa população, que o sistema latifundiário não mais comportava, foi ocupar o Sudoeste paranaense (CORREIA, 1970a, ABRAMOVAY, 1981, WACHOWICZ, 1987);
- Do Rio Grande do Sul, vieram “fazendeiros empobrecidos” e agregados “em particular das zonas de campo e mata do planalto, de Soledade, Candelária, Passo Fundo e Palmeiras das Missões”²³

23 Muitos dos caboclos, no Sudoeste paranaense, poderiam ser também, a partir desse fluxo migratório, descendentes de alemães, italianos e poloneses que viviam “integrados” à natureza e eram considerados mais “pobres”. Nesse território, o caboclo passou a ser o sinônimo de uma determinada maneira de viver, de certas relações sociais que se estabelecia. Waibel (1949, p.181), por exemplo, afirma que no Sul do Brasil “especialmente nas áreas montanhosas, de povoamento antigo e nas regiões remotas, muitos colonos alemães, italianos, polacos e ucranianos tornaram-se verdadeiros caboclos, gente extremamente pobre,

(CORRÊA, 1970a, p. 87);

- Do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e de Corrientes (Argentina), vieram “foragidos da Justiça”²⁴ (BONETI, 1998, CORRÊA, 1970a, WACHOWICZ, 1987);
- Da Argentina e do Paraguai, vieram exploradores de erva-mate e caçadores de animais (BONETI, 1998, LAZIER, 1998, WACHOWICZ, 1987);
- De Santa Catarina, vieram posseiros expulsos e/ou expropriados da Guerra do Contestado²⁵ (BONETI, 1998, ABRAMOVAY, 1981, WACHOWICZ, 1987). Muitos foram os caboclos “expulsos das zonas onde se processava a colonização, e neste caso o melhor exemplo é fornecido pelo Vale do Rio do Peixe na década de 1910, quando a ferrovia que atravessava o vale colonizou as terras marginais aos trilhos, já ocupadas por uma população luso-brasileira” (CORRÊA, 1970a, p. 88).

As “raízes” da migração cabocla para o Sudoeste paranaense demonstram uma variedade de lugares e de motivos que desencadearam esses deslocamentos. Corrêa (1970a) caracterizou esse movimento migratório como o de uma “fronteira em marcha”. Compreendemos, no entanto, que essa fronteira reportava-se à expansão territorial de um modo de vida peculiar, ligado à caça²⁶, à pesca e à coleta, mas, que apontava, também, a

com muito pouca ou nenhuma educação e vivendo nas casas mais primitivas”.

24 Boneti (1998, p. 87), faz uma ressalva, na medida em que a “explicação simplista de que os primeiros ocupantes embrenhavam-se nas matas do Sudoeste porque temiam a justiça pode ocultar o verdadeiro motivo que levou os caboclos para o Sudoeste, ou seja, a busca por novos espaços de sobrevivência”.

25 A Guerra do Contestado foi um conflito entre Paraná e Santa Catarina, ocorrido entre os anos de 1912 e 1916, que tinha como mote as disputas por um “território litigioso” entre as duas províncias. Após decisão judicial, esse território conflituoso passa a ser posseção catarinense (CARNEIRO, 1995).

26 Para Abramovay (1981) e Boneti (2005), o caboclo no Sudoeste paranaense caçava com

expansão territorial das relações capitalistas, do mercado, de uma agricultura extensiva, da criação e comercialização de alguns animais, que foram sendo inseridas neste território como demonstraremos a seguir.

A partir desses fluxos migratórios a população que, em 1900 era constituída por um pouco mais de 3.000 habitantes (WACHOWICZ, 1987), aumentou, em 1920, para 6.000 habitantes, tendo densidade demográfica de 0,5 habitantes por quilômetro quadrado (CORRÊA, 1970a). Esse movimento migratório se fazia através da predominância dos homens em relação às mulheres; entretanto, com o decorrer do tempo, a proporção entre os sexos se apresentou mais equilibrada devido ao predomínio da “imigração familiar”: “em 1920 havia 118 homens para 100 mulheres (144 na faixa de 21 a 49 anos), enquanto em 1940 havia 106 homens para 100 mulheres, num total de 23.000 pessoas” (CORRÊA, 1970a, p. 90). O que pode ser verificado, também, através dos dados, é o crescimento do número de pessoas nesse período de tempo-espço de quarenta anos: em 1900, tendo um pouco mais de 3000 pessoas, esta população aumenta pela migração, sobretudo, em 1940, para 23.000 habitantes no Sudoeste paranaense (caboclos e indígenas, sobretudo). Ou seja, a migração cabocla proporcionou um deslocamento de um contingente considerado de pessoas para esse “território” e, posteriormente, para sua transformação através de usos, apropriações e dominações.

Ocorreu desse modo no “território” do Sudoeste do Paraná uma “mistura”²⁷, um hibridismo que se processou por uma diversidade de sujeitos que saíram de diversos lugares e que se deslocaram para um “territó-

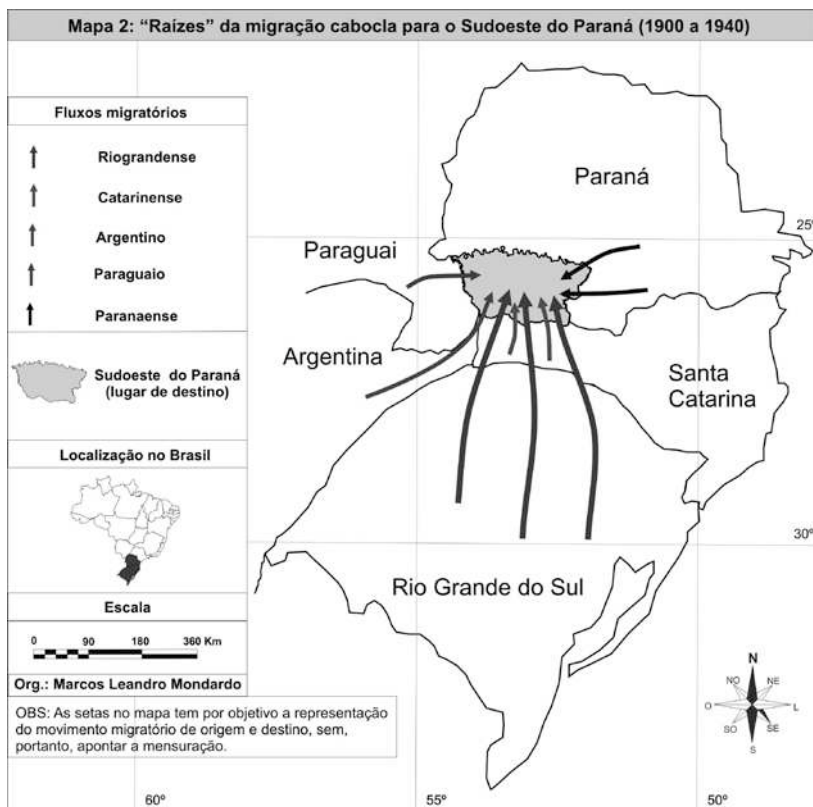
arma de fogo. Também, de acordo com um sujeito entrevistado, o caboclo andava com um facão e uma espingarda em meio à mata, pois, “Era um costume mesmo. Tinha o facão, porque naquele tempo era muito mato, então tu usava pra fazer uma picada; então era por isso, né? E, o revólver, que o povo usava muito aqui, a espingarda também, era usada pra caçar, mas era por costume mesmo, a gente trouxe dos pais lá do Rio Grande do Sul esse costume” (Alcídes Sestempf).

27 Ao mencionarmos “mistura” não estamos querendo esconder os conflitos que existiram nesse processo. Apenas, objetivamos demonstrar a diversidade dos lugares de origem e dos sujeitos se apropriaram e usaram esse território.

rio”, até então, ocupado, sobretudo, pelos indígenas das etnias Kaingang e Xokleng (LANGER, 2007) e pela densa floresta. Era por meio da miscigenação entre ex-escravos, índios e descendentes de portugueses que se processava a mobilidade no interior do estado do Paraná. Nessa vinda “espontânea” e/ou “forçada”, inúmeros caboclos foram se fixando no interior do território, em lugares em meio à mata, em que a presença de indígenas existia, contendo três toldos²⁸ e estima-se que existiam de 100 a 150 indígenas no período²⁹. Contudo, os caboclos se deslocaram para o Sudoeste do Paraná de maneira “aleatória”, em deslocamentos e/ou fluxos migratórios não regulares. Essa migração se fazia de maneira dispersa e instável, tanto no tempo (ritmos de deslocamentos), quando no espaço (ocupação e apropriação do território). A seguir, apresentamos no mapa 2, a representação das “raízes” da migração cabocla para o Sudoeste paranaense, entre 1900 a 1940.

28 De acordo com o Dicionário Houaiss (2000), a expressão “toldo indígena” é um regionalismo do Sul do Brasil e indica um aldeamento indígena em processo de aculturação.

29 Em entrevista concedida ao historiador Protasio Langer, em agosto de 2004, Glauco Olinger (administrador da Colônia Agrícola General Osório – CANGO, entre 1953 e 1954), forneceu as seguintes informações sobre a presença de indígenas no Sudoeste paranaense: “Naquela região ali, chamada Gleba Missões, que era uma área de 350 mil hectares havia três toldos de guaranis. Quando ali cheguei tinha um toldo ainda localizado. Os outros já estavam dispersos, ou seja, já não estavam concentrados como havia concentração em [19]53 quando cheguei lá. (...) [os três toldos se localizavam] no Jacutinga, no Sarandi, e lá na costa do Iguaçu. Lá na foz do Rio Ampere. Na desembocadura do Rio Ampere. Soube que lá tinha um toldo também. (...) Aquele toldo [no Jacutinga] devia ter uns 40 a 50 índios, entre mulheres, crianças e adultos. Na área toda [Gleba missões] devia ter uns 100-150 índios. Isso na Gleba Missões, porque havia muito espaço. Alguns já estavam trabalhando para colonos, outros vivendo assim, gostavam de um (...), numa casinha de palha, com a sua mulher e seus filhos, e trabalhavam o dia todo para o colono, mas, num dia desses matavam um tatu, um veado, um porco do mato; ainda tinha muito quando eu cheguei lá”. Desse modo, foge aos objetivos deste trabalho demonstrar as tensões e os conflitos entre os indígenas e os caboclos no Sudoeste paranaense.



2.3 O território caboclo: tempo e espaço da “natureza”

Com a migração cabocla a partir do final do século XIX e início do século XX, o sudoeste paranaense, com sua “paisagem de floresta”³⁰,

30 Segundo o IPARDES (2004, p. 30), o Sudoeste paranaense encontra-se nos domínios fitogeográficos de três biomas distintos: a Floresta Ombrófila Mista, a Floresta Estacional Semidecidual e os Campos Naturais em pequenas proporções. Para Reinhard Maack (1981, pp. 209 e 241), a floresta do Sudoeste paranaense se caracteriza pela *Mata pluvial-subtropical* onde se destaca a presença de *araucárias*, mas que também conta com taquarais, palmáceas, perobas, angicos, cabreúvas, timabúvas dentre outros.

passou a ser habitado também pelos caboclos, que passaram a desenvolver suas atividades, suas relações, suas práticas socioespaciais. Na literatura “oficial”, que narrou essa produção do território, encontramos várias análises que consideraram, em sua maioria, o caboclo estereotipado³¹. Como mencionamos no item anterior, neste tempo-espço de 1900-1940, o Brasil urbano-industrial latente que se buscava, inferiorizava o mundo rural brasileiro da época, alcunhando-o de atrasado em relação a um mundo urbano-moderno que se tentava demonstrar e expandir como “superior” e “evoluído”, além da intenção do projeto estatal e da classe hegemônica nacional de transformação do campo brasileiro “arcaico”, em moderno e com uma “agricultura racional”.

Deste modo, muitos dos autores definiram o caboclo do Sudoeste paranaense com este “olhar de fora”, o “olhar civilizado” que o tornava inferior, subalterno em relação à “sociedade oficial”, a “sociedade moderna”. Para Corrêa (1970a, p. 88), “esses pioneiros anônimos eram de origem luso-brasileira, tendo sido genericamente conhecidos como caboclos pela população de colonos que mais tarde ocupou a região”.

Segundo Wachowicz (1987, p. 85), o caboclo do Sudoeste paranaense não precisava ser necessariamente descendente do índio. Para o indivíduo ser classificado como caboclo, precisava ter sido apenas criado no sertão, portanto, na floresta. Este deveria ter hábitos e comportamentos de sertanejo, ou seja, caça, pesca e coleta (produção para subsistência). Porém, o caboclo não poderia ter pele clara, a ele se atribuía uma cor mais escura. Um entrevistado, filho de um caboclo, assim representou sua cor e de sua família: “A cor puxa mais para o preto, né? Preto, ou meio cor de cuiá, gente mais morena” (Pedro Mariano Bandeira). Também, é importante mencionar que os descendentes de caboclos que entrevistamos,

31 O estudo que apresenta uma análise menos estereotipada do caboclo é o de Boneti (1998).

filhos ou netos, a maioria eram negros e/ou tinham uma cor de pele mais escura.

O caboclo, portanto, chegava no Sudoeste do Paraná e se fixava em um pedaço de terra como posseiro. Esse fenômeno, no entanto, se insere no interior de um movimento mais amplo, o da expansão da “sociedade nacional” sobre o território brasileiro. De acordo com Wachowicz (1987, p. 69), “O caboclo no sudoeste paranaense, fez o papel histórico de componente dessa frente da frente pioneira. Ele pertencia a essas camadas não hegemônicas da sociedade”. E, assim, a sua apropriação da terra enquanto posseiro nos foi informada por uma entrevistada, afirmando que naquela época, no Sudoeste do Paraná, “quem chegava era dono” pois, “aqui quando chegava, como não tinha nada, todo mundo era posseiro, não tinha esse negócio de escritura, nem existia; era tudo posse, chegava no lugar era dono!” e “diziam que tirava um sítio, era tirá um pedaço de terra, né? (...) Sabe, aqui foi sendo ocupado assim, tudo na base da posse, tudo posseiro” (Ione Simão Lopez).

O deslocamento progressivo das “frentes de expansão” foi um dos modos pelos quais se deu o processo de reprodução ampliada do capital, isto é, o modo da sua expansão e expressão territorial concreta e simbólica. Aliado a isso, considera-se que este deslocamento da fronteira também caracterizou a expansão de um modo de vida singular, com práticas culturais, com novas relações sociais estabelecidas na natureza. Martins (1982, p. 75), ressalta que “através do deslocamento de posseiros é que a sociedade nacional (...) se expande sobre territórios tribais. Essa frente de ocupação territorial pode ser chamada de frente de expansão”. A figura do posseiro é própria desta frente de expansão.

Tavares dos Santos (1978, p. 150) considera que a “terra nova” na frente de expansão permitia que o camponês se reproduzisse socialmente. A terra, normalmente virgem, dava sustentação à subsistência do sistema de *uso* da floresta que, portanto, constituía seu território como abrigo e

como meio de apropriação afetiva e identitária com o meio vivido, praticado cotidianamente. Como narrou um descendente de caboclos, atualmente morador de um bairro periférico de Francisco Beltrão:

Quando tu chegava em uma terra nova, era fartura; logo tu tacava fogo em uma parte do mato, mas fazia os aceiro, sabe? Roçava ao redor de onde tu ía pôr fogo pra não alastrar e queimar tudo, né? Aí, depois que queimava era só semear o milho, aquilo vinha, nascia no meio da cinza, era só esperar pra colher; dava muito milho, a terra era boa, nova, primeira planta dava muito. (...) Então no meio dos mato as planta davam muito, o povo tinha caça e ainda fazia umas rocinha boa, tudo sem adubo, sem veneno, sem nada (Pedro Mariano Bandeira).

Na frente de expansão as relações sociais fundamentais não eram determinadas pela lógica da produção de mercadorias, pois a apropriação das condições de trabalho, na terra, não se realizava como empreendimento econômico moderno. No plano jurídico, com a instauração da propriedade privada pela Lei de Terras de 1850, não houve a constituição do princípio e de nem o fim da instituição do uso privado das “terras comuns” ou da posse, por ocupação das terras devolutas na frente de expansão. Portanto, o que caracteriza a frente de expansão é justamente esse uso privado das terras devolutas, sendo que estas não assumem o caráter de mercadoria, são terras para a produção do excedente sendo, a figura central, do ocupante ou a do posseiro (MARTINS, 1975, p. 46).

Quebrando com a concepção de que os caboclos eram “fugitivos da justiça”, Abramovay (1981, p. 19) afirma que estes sujeitos estavam “fugindo” não da lei, mas de um “século do dinheiro, dos negócios e de uma outra racionalidade” que se implantava nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Por isso, esses indivíduos eram expropriados pelos imigrantes alemães, italianos, poloneses, pelas empresas colonizadoras e pelo Estado que adentravam sobre seus territórios. A frente pioneira avan-

çava sobre os territórios dos caboclos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, ocasionando a desterritorialização, isto é, a perda dos laços afetivos e do modo de vida, neste caso, com o lugar vivido em meio à mata. Como ressalta Abramovay (1981, p. 11), “mais importante que a própria expropriação em si mesma, foi à *ruptura* do universo no qual viviam os caboclos”. Estes, aliás, não tiveram seu deslocamento puramente “espontâneo” e/ou “livre”, mas, inseridos em um contexto histórico e geográfico de violência, de poder(es), de luta pelo poder, de encontros (que leva aos confrontos) acarretando desencontros nos lugares de origem da migração destes sujeitos para o Sudoeste paranaense.

Neste âmbito, o que queremos demonstrar é que o caboclo não buscava (puramente) refúgio na mata. Por conter uma “racionalidade” diferente da empregada pela modernidade, a mata era o território propício para a sua sobrevivência. Para Abramovay (1981), isso ocorria por dois motivos: a) “a floresta era uma terra livre, aonde não existia propriedade privada, fosse ela latifundiária ou familiar”. Estas terras devolutas eram “livres”, na medida em que o Estado ainda não tinha direcionado ações, como, por exemplo, sua ocupação pelo estímulo à migração. Esse “território” era “livre”, também, porque a civilização, nos moldes da racionalização moderna da vida, ainda não tinha se apropriado dele; b) o caboclo não havia se apropriado da terra como proprietário legal; este “se interessava pela terra apenas na medida em que ela era capaz de lhe dar os frutos daquilo que nela ele plantava”. A terra só lhe servia como objeto de seu modo de vida, ou seja, para sua sobrevivência ligada a uma produção para subsistência. Separada deste modo de viver, desta relação com a terra, esta não tinha valor algum. Assim, ao chegar “o caboclo não subdividiu a mata em parcelas sobre as quais cada indivíduo ou família seria soberana, o que se colhia ou caçava, isto sim era um patrimônio individual. Mas a terra ela mesma não pertencia a ninguém” (1981, p. 13). Essa característica das terras sem cercas e sem estar dividida, isto é, *livre*, nos foi relatada em entrevista:

Não tinha terra cercada, que tinha era mato, muito pinheiro e aqueles mato branco, sabe? (...) Aí o pessoal marcava pelas fonte de água, pelos morro, pela árvore maior, um pinheiro, um angico grande, né? Pra sabê mais ou menos onde ia o pedaço de terra perto da casa; (...) mas foram marcando assim, meio no olho e no dedo, não tinha cerca e tinha muita terra sem ninguém em cima na época (Amélia Maria Santos)

Era da floresta que o caboclo retirava seu sustento e estabelecia suas relações, suas práticas sócioespaciais. Era à natureza que estava ligado intimamente seu modo de viver e, por extensão, suas relações de poder, mesmo que primárias, de poder realizar uma ação para alterar o meio. Como considera Claval (1979, p. 11), “poder alguma coisa é estar em condições de realizá-la. A análise do poder é, numa primeira acepção, a análise da gama das ações que se sabe praticar para modificar o meio, explorá-lo e dele tirar o necessário à vida”. O território dos caboclos era, ao mesmo tempo, um valor e/ou instrumento de poder (o valor atrelado ao seu universo cultural e o poder da sobrevivência), em que, além do uso (in) constante, há uma valorização simbólica e identitária, referência espacial da existência humana. A floresta era a referência simbólica e identitária do seu modo de vida, era a base, a (geo)estratégia, o trunfo, o poder de seu modo de re-produção.

Sobre essa relação com a floresta, vejamos o que um dos descendentes de caboclos nos relatou em uma conversa: “Meu pai vivia no meio dos mato por aí. Era o jeito dele viver. Tinha uma casinha de taquara embrenhada nos mato; pescava, caçava; naquele tempo tinha muita caça por aí, sabe?” e “fazia a comida que tirava das caçada numa chapa de ferro que tinha no barraco” (Alcides Sestempf). Consideramos, que o território era um valor para os caboclos na medida em que, através da territorialidade em meio à floresta, era retirada a sua sobrevivência que estava intimamente atrelada a sua prática espacial cotidiana. Haesbaert (2006a), a partir de Bonnemaïson e Cambrèzy, afirma que a ligação dos povos tradicionais ao

espaço de vida era mais intensa porque, além de um território-fonte de recursos, o espaço era “ocupado” de forma ainda mais intensa através da apropriação simbólico-afetiva. Por isso, “o território é primeiro um valor” pois toda a sociedade humana tem a necessidade de estabelecer uma forte relação com o espaço de vida. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao *ser*. O ser caboclo estava, portanto, ligado “umbilicalmente” à floresta. Logo, perder seu território, a floresta, era *desaparecer*! Era desaparecer enquanto cultura (em sentido amplo), com suas práticas, seus valores, com o modo de vida “integrado” e *adaptado* à natureza. Conforme afirma Sack (1986), o modo como as pessoas utilizam a territorialidade valoriza a terra, ou melhor, as relações com a terra. A territorialidade do caboclo, nesse período, valorizava a mata, seus recursos, seu abrigo, sua segurança; a territorialidade era um valor para o caboclo pois continha a “liberdade”: “a mata não era de ninguém”, a mata “pertencia a todos”. Essa territorialidade da “liberdade” dos caboclos no período foi narrada por um descendente, afirmando que:

Naquele tempo, guri, não tinha esse negócio de ter que pedir pra ir pescar no rio que passa na propriedade de fulano; sabe, o meu pai e eu quando era piá, cansemos de i pesca por tudo aí, sabe? Tinha muito peixe, caça, pra tu ver como tá hoje, não te deixam entrar num mato pra caçar e pescar num rio, pois tudo tá cercado, tudo tem dono, né? E não tem mais nada também (...) quando tu tinha vontade de pescar era pegá a vara e se mandar, voltava no outro dia as vez pra casa, hoje não tem mais isso, acabou (Alcides Sestempf).

Assim, o território para os caboclos tinha um sentido e um significado abrangente e carregado de conteúdo social, afetivo e de pertencimento, pois:

Na visão primitiva, a terra não é algo que pode ser dividido em partes e vendida como lotes. A terra não é uma parte do espaço existindo dentro de um sistema maior. Pelo contrário, ela é vista em termos de relações sociais. As pessoas, como parte da natureza,

estão intimamente ligadas à terra. Pertencer a um território ou a um lugar é um conceito social que exige, primeiramente e antes de tudo, pertencer a uma unidade social. A terra, por si mesma, está em poder do grupo como um todo. Não é privativamente dividida nem possuída. Além disto, ela é viva como os espíritos e a história das pessoas, e os lugares sobre ela são sagrados (SACK *apud* SMITH, 1988, p. 112).

Cada sociedade e sua organização social *valoriza o espaço* através de seu uso. Para Abramovay (1981), era na floresta que estavam os recursos que o caboclo necessitava. “Se o caboclo pudesse optar sobre duas áreas desocupadas, uma de mata virgem e outra de campo, não há dúvida de que é em direção a primeira que sua escolha se inclinaria” (p. 15). Era na mata virgem e não nos campos que ele encontrava as condições mais favoráveis a sua sobrevivência. Primeiro, porque segundo o autor, em grande parte a sua alimentação poderia ser assegurada pela caça, pela pesca e pela coleta; as atividades agrícolas assumiam um papel relativamente secundário no interior do modo de vida caboclo. Isso se deve em função das fontes de abastecimento existente na mata, sendo que o consumo de carne animal era feita através da caça e da pesca. O caboclo vivia com aquilo que Cândido (1977) chamou de *mínimo vital*, ou seja, o mínimo necessário para a sua alimentação.

Lazier (1998) considera que estes indivíduos no Sudoeste paranaense viviam, principalmente, da caça (porco do mato e veado), eram “maltrapilhos” mas se alimentavam muito bem em virtude da riqueza que a floresta apresentava. Era da mata que saía a riqueza do caboclo pois retirava-se dali as principais fontes de sua subsistência. Entretanto, é importante ressaltar que a riqueza para o caboclo estava vinculada à satisfação das suas necessidades básicas ligadas a sobrevivência, especialmente, à alimentação, ao mínimo necessário. Abramovay (1981) reitera que a riqueza e o conforto para o caboclo era medida através de sua necessidade imediata, suprida por aquilo que lhe era “dado” pela floresta.

Essa riqueza e conforto, medida pelas condições oferecidas no território, é relatada por Lauro, um caboclo que continua atualmente morando no interior de Francisco Beltrão, cultivando sua “pequena rocinha” e morando em sua “casa simples”: “Tinha muita caça, matava um veado, um tatu, pescava, tinha uns poço bão pra pesca, sempre voltava do rio carregado” (Lauro Dias de Souza). Para o caboclo, era um paradoxo cultivar grandes extensões de terra, sendo que quase tudo que precisava estava por retirar da floresta. Contudo, mesmo retirando da floresta a maioria da sua alimentação, isso não impediu que este cultivasse pequenos lotes de terra com uma agricultura extensiva. Isso possibilitou que desenvolvessem e praticassem suas *técnicas* para o uso do território, especialmente em relação à caça, à pesca e a coleta, mas também em função da plantação de alguns alimentos em pequenas áreas.

Para Santos & Silveira (2006), as *técnicas* indicam como que o território é usado e apropriado por um grupo social. “Adotando tal ênfase nas técnicas, podemos privilegiar uma história secular do território (...) delimitar períodos e redescobrir os respectivos contextos”. Isso possibilita “reconhecer as heranças e, ao mesmo tempo, as intencionalidades e a busca de sentido pela sociedade”, compreendendo em cada período “o que é novo no espaço e como se combina como que já existia” (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p. 11).

A prática agrícola (mesmo que mínima) estava baseada na *técnica* do fogo (*queimadas*) e da rotação de terras (sistema de *pousio*). De acordo com Wachowicz (1987), a técnica da queimada era utilizada pelos caboclos para “limpar o terreno” e as cinzas sobre a terra serviam como um excelente fertilizante para a produção.³² Além disso, “o fogo era o principal meio que tinha o caboclo para enfrentar a floresta” (ABRAMOVAY, 1983, p. 27). Com a queimada podiam limpar um pedaço de terra para a plantação,

32 É importante destacar, ainda, que sobre as cinzas de uma terra virgem não há ervas daninhas em uma quantidade suficiente que venha a prejudicar o desenvolvimento da plantação. O trabalho de limpeza do terreno também é dispensado (FERES, 1990, p. 528).

principalmente de milho e feijão, plantadas em pequenas áreas que formavam as roças.

A técnica de rotação de terras utilizadas pelos caboclos era denominada, também, sistema de *pousio* ou de coivara. Para cada área plantada era necessário corresponder uma área de *pousio*, onde a terra recuperava suas “forças” para ser plantada posteriormente. Quando a produtividade da área plantada começava a cair, ela era deixada em repouso e passa-se a cultivar na área anteriormente deixada em *pousio*. Nesse sistema, tem-se uma sucessão contínua de terras plantadas e terras em repouso, sendo este um procedimento típico de uma agricultura denominada “primitiva” face uma agricultura “moderna” (Cf. ABRAMOVAY, 1981, p. 27; FERES, 1990, p. 126, P. MARTINS, 2001, p. 370).

O sistema de *coivara* ou *pousio*, adotado pela maioria dos caboclos, constituía-se em *práticas* em que as roças eram abandonadas, na maioria das vezes, após o solo ter esgotado sua fertilidade natural, e retomadas após vários anos quando as “capoeiras” já restauravam a fertilidade e assim sua capacidade de produção. Para Claval (1979, p. 72), no modo de vida, como o dos caboclos, “o direito de propriedade é limitado no tempo: dura enquanto a parcela é explorada; quando retorna ao pousio, depois de dois ou três anos de uso, para que se reconstituam as reservas do solo, ela volta a ser parte do todo”; assim, o “grupo tem um direito coletivo sobre o território de rotação das culturas.”

Feres (1990, p. 234) entende que esse espaço cultivado na mata era reduzido ao “tempo das clareiras” pois plantavam em pequenos pedaços de terra semeando sementes por quilos. Tratava-se, basicamente, de uma pequena produção que se voltava para grandes famílias, constituídas, geralmente, de até 10 componentes³³. No Sudoeste paranaense, a “abun-

33 É grande o número de filhos entre os “caboclos”, apresentando mais de cinco filhos por família, inclusive entre os casais mais jovens (BITTENCOURT E BIANCHINI, 1996, p. 78).

dância de terras e a necessidade muito restrita de produção permitiam ao caboclo aplicar sem dificuldades o sistema rotativo de *pousio*. Isso proporcionava também “o nomadismo relativo dessas populações caboclas” pois a “*relação homem-espaço obedecia ao corolário mais espaço-menos trabalho*, resultante da propriedade praticamente incontrolada da terra, da abundância de terras virgens e da baixa densidade demográfica da área” (FERES, 1990 p. 495, [grifos nossos]).

Os caboclos plantavam principalmente milho, feijão, arroz e mandioca, sendo que esta última tinha um lugar de destaque na alimentação pela influência indígena. Além disso, a mandioca era de fácil plantio, sendo, ainda, uma fonte rica em calorias, além de render muito para a alimentação. Uma pequena plantação de mandioca poderia alimentar uma família de caboclos por um ano inteiro (FERES, 1990 p. 496). Essa característica foi evidenciada em conversa com Lauro: “pranta umas rocinha, né? Um pouco de mandioca, feijão, milho, abóbora, um poquinho de cada coisa; aí cria uns porquinho, as vez tu mata um, vai levando assim” (Lauro Dias de Souza). Trindade e Andreazza (2001, p. 16) ressaltam que a cultura cabocla manteve a forma *itinerante* da roça indígena e incorporou, para fins alimentares ou medicinais, frutos da terra, como a mandioca, o milho, o feijão e a erva-mate, amoldou-se ao costume de transportar e aprisionar alimentos em cestos de fibras e taquaras trançadas, utilizando-se delas também para confeccionar armadilhas de aprisionar animais silvestres, dentre tantas formas de adaptação às condições da vida em meio à floresta.

Também, a técnica da rotação de terras utilizadas para o uso do território se constituía no trunfo que possibilitava a reprodução do modo de vida caboclo. A rotação de terras permitia ao caboclo, traçar a territorialidade (geo)estratégia de sobrevivência através da sua relação com a natureza, portanto, com a mata. Com a rotação de terras, à medida que a área utilizada perdia sua fertilidade natural (na qual a queimada fazia o papel de “limpar e delimitar o terreno”), o caboclo detinha o trunfo, o poder de mudar de lugar para obter os recursos que uma nova área lhe poderia

fornecer, concomitantemente, para a técnica da rotação de terras como para a coleta, pesca e caça.

Assim, o caboclo detinha esse *trunfo* que constituía sua estratégia a partir do nomadismo, de carregar (seu) “mundo nas costas”³⁴, de uma “territorialidade nômade” e, deste modo, de um “território móvel”, de um território que se fazia no movimento, ou melhor, através da repetição do movimento. Isso só era possível porque o Sudoeste paranaense tinha condições para esse tipo de prática espacial naquele período, pois “antes da chegada dos colonos descendentes de europeus à região, a partir da década de 1940, a quantidade de terras disponíveis era suficientemente grande” e “a população suficientemente reduzida para que o caboclo seguisse sempre em busca de novas terras após um ou dois anos da abertura de uma clareira” (ABRAMOVAY, 1981, p. 20).

Apoiando-se nas questões teóricas desenvolvidas sobre cultura-poder-espço em Claval (1979, p. 83), podemos considerar que os caboclos construíram uma “organização territorial instável”, marcada pela forma de uso com que “exploravam o espaço”. “Enquanto a densidade populacional é fraca e a terra abundante, são poucas as regras que devem ser estabelecidas para melhor aproveitamento do meio: basta assegurar a cada qual o fruto de seu trabalho” (p. 16). Na agricultura itinerante sobre queimadas, a relação com o meio ocorre pelo tempo em que a terra produz.

O caboclo tinha no nomadismo a territorialidade que marcava o Sudoeste paranaense nesse período. Por não ter a propriedade parcelar e/ou familiar como base de sua apropriação da terra, o caboclo constituía seu território no movimento, pela repetição do movimento de sua

34 Maestri (2005, p. 232) assinala que o caboclo carregava “o mundo nas costas”: “O caráter temporário da ocupação da terra pelo caboclo expressa-se na ausência de lavouras perenes e no caráter sumário de sua moradia e benfeitorias, que podiam ser ‘reconstruídas em questão de dias’, e de seus equipamentos, capazes de serem carregados nas costas de um homem”.

apropriação in-constante de uma área na floresta. A produtividade do seu trabalho, ressaltava Abramovay (1981), era alta pelo fato de plantar quase sempre sobre terras virgens. Também, para o autor, é a partir deste sistema de *uso* de solo (que não inclui apenas a agricultura, mas sobretudo a caça, a pesca e a coleta), determinado pela relação que uma população pouco numerosa mantém com a “floresta virgem”, que se pode compreender o nomadismo caboclo. Fixar-se num lugar seria aceitar uma queda na produtividade de seu trabalho, enquanto nenhum tipo de *pressão* o obrigava a tal. Tendo a mata pela frente, seria economicamente “irracional” que deixasse de cultivar na “floresta virgem”. Numa perspectiva econômica e funcional, Abramovay afirma que o “nomadismo, tantas vezes associado à imprevidência, visto como uma espécie de puerilidade agrícola, funciona”, no entanto, “dentro de um sistema cujos agentes tentam estabelecer um equilíbrio racional entre seu dispêndio de trabalho e os recursos naturais a sua disposição” (p. 26).

Esse traço nômade também foi encontrado por Antônio Cândido entre os caipiras por ele estudados no interior de São Paulo, mais precisamente em um bairro da cidade de Bofete, entre 1948 e 1954. A “vida social do caipira assimilou e conservou os elementos condicionados pelas suas *origens nômades*” através de uma “economia largamente permeada pelas práticas de pesca e coleta, cuja estrutura instável dependia da *mobilidade* dos indivíduos e dos grupos”. Por isso, “*na habitação, na dieta, no caráter do caipira, gravou-se pra sempre o provisório da aventura*” (1977, p. 37, [grifos nossos]).

Não corroboramos, nesse sentido, totalmente com a hipótese de Abramovay (1981, p. 23), de que o nomadismo dos caboclos no Sudoeste paranaense “é antes de tudo a expressão do caráter itinerante da produção agrícola ou pecuária. E, no caso da agricultura, esse caráter itinerante, por sua vez, é o reflexo de um sistema determinado de rotação de terras”. Isso explica, em parte, ao nosso ver, o nomadismo dos caboclos, pois, concordamos com Cândido (1977) quando afirma, na citação apresentada anteriormente, que o nomadismo estaria ligado a “uma economia largamente

permeada pelas práticas de pesca e coleta, cuja estrutura instável dependia da *mobilidade* dos indivíduos e dos grupos”. Por isso, seu modo de vida (na habitação, na dieta, na identidade do caboclo), caracterizou-se sempre pelo provisório da *aventura*.³⁵ Assim, mais do que o seu “caráter itinerante da produção agrícola ou pecuária” como propõem Abramovay, o nomadismo caboclo esteve vinculado a todo um modo de vida, da caça, da pesca e da coleta e, também, da aventura e do provisório.

Michel Maffesoli (2001), em seu livro *Sobre o nomadismo*, embora analisando territorialidades e temporalidades modernas (e/ou pós-modernas), nos ajuda a compreender o nomadismo caboclo quando assinala que o caráter de *aventura* cotidiana da mudança é o caráter permanente do nômade. Por isso, para o autor, “o nomadismo não se determina unicamente pela necessidade econômica, ou simples funcionalidade. O que o move é coisa totalmente diferente: o desejo de evasão. É uma espécie de ‘pulsão migratória’ incitando a mudar de lugar” (p. 51) pois “para além dos termos econômicos estão por trás de tal errância a aventura [!]. Há nessa popular ‘mania de se locomover’ uma parte significativa de imaginário” (p. 49). A aventura, portanto, *pode* ter sido um elemento que também envolveu o nomadismo dos caboclos.³⁶

Contudo, a partir de 1920, Wachowicz (1987) assinala que aliado à prática das queimadas e do sistema de rotação de terras para o plantio, começou a ser desenvolvido no Sudoeste paranaense a criação de suínos denominada pelos caboclos de *safta*; havia, também, em menor proporção,

35 Da mesma forma que a do caboclo no Sudoeste paranaense, Cândido (1977, p. 37) analisou que a casa do caipira é chamada “rancho”, como querendo exprimir o seu caráter de pouso e, portanto, de *provisoriedade*.

36 Também, acreditamos que o nomadismo do caboclo esteve associado, em alguma medida, a *tensões* ocorridas com outros indivíduos ou grupos sociais, tais como indígenas e/ou “pioneiros”, estes últimos, oriundos da expansão da frente pioneira. Através do embate com outras racionalidades, com outras formas de uso, apropriação e dominação do território, *pode* ter ocorrido a mobilidade cabocla.

a criação de gado. Através da “limpeza do terreno” pela queimada ocorria a plantação de milho. Este era semeado em uma área aberta pelo fogo, no meio da mata, ali germinando e crescendo sobre as cinzas da queimada, que era considerada um “inseticida natural”. A partir disso, “denominou-se safra na região, o processo de engorda dos suínos criados soltos no mato, em mangueirão ou no meio de uma lavoura de milho” (BONETI, 2005, p. 111).

Na foto 1 a seguir, pode-se visualizar uma vara de suínos pronta para a viagem, no final da década de 1940, na área onde posteriormente veio a se formar o município de Francisco Beltrão.

Foto 1: Vara de suínos no Sudoeste paranaense – década de 1940



Fonte: Jornal de Beltrão, 13/12/1991.

Os suínos eram criados no sistema de “safra” (soltos na roça de milho) e no sistema “porco alçado” (soltos no mato). Segundo um informante entrevistado por Corrêa (1970a, p. 93), a suinocultura “nos moldes em que era praticada, necessitava de amplas áreas – 1 cabeça para 5 hectares de mato no sistema de ‘porco alçado’ [solto no mato] e 4 cabeças por

hectares de milho no sistema de ‘safra’”.³⁷ Os suínos criados soltos num milharal ou soltos dentro da mata eram adquiridos por um comerciante, o “safrista”, que comprava 500, 800, 1.000 porcos e levava-os “tropeando” a pé, até os mercados de comercialização. Muitos caboclos, também, levavam os suínos “enchotando-os” até o destino da venda.³⁸ Os suínos do Sudoeste paranaense eram “tropeados” e vendidos nas cidades paranaenses de Guarapuava e Ponta Grossa e, na cidade catarinense de Porto União. Muitas vezes, uma “tropeada” levava semanas ou até mesmo meses (WACHOWICZ, 1988, p. 176). Em entrevista ao Jornal de Beltrão, Júlio Assis Cavalheiro relatou como desenvolvia a “safra de porcos” no Sudoeste paranaense:

Porco de safra, a gente fazia roça, bastante roça, e depois comprava porco magro, ou criava, se tinha onde cria, e depois da roça seca, soltava, eu soltava, usava solta 12 porco grande e 12 pequeno por arqueire de roça, eu soltava 220 porco pequeno e 220 grande. Porque o porco grande ele só pega na espiga e o grão ele não junta. Então a gente solta o leitão pra ajunta o grão de milho que ficava no chão. E se plantava muita abóbora também, né. Então aquele dinheiro que a gente gasta hoje em colhe o milho, em peão, não precisava, gastava em peão pra reunir o porco de vez em quando,

37 Também, para Feres (1990, p. 497), o suíno e o gado eram criados soltos e se alimentavam daquilo que a mata fornecia, principalmente de frutos silvestres. A criação destes animais não se associava à propriedade da terra. As terras eram *livres* e a mata estava à disposição dos animais de criação.

38 Um informante entrevistado por Boneti (1998, p. 105), relatou como era a “tropeada” naquele tempo: “A picada era um carreiro. Lembro que a primeira tropa que eu ajudei a levar – uns 200 porcos – com o pai (...). A gente não enxergava o chamador. O sujeito ia lá na frente, quase não via, porque a picada era muito turbulenta. De vez em quando os cachorros... Naquela época, cachorro bom, que sabia lidar com porco tinha valor, ataca os que voltavam. Engraçado: depois do segundo dia, o porco não incomodava mais. Mas depois, se ficasse algum porco pra trás, extraviado, ao anoitecer ele seguia o rastro e seguia novamente à tropa, quando o pessoal estava acampado. Não ficava para trás. Dificilmente não voltava (...). Quando chegavam à noite, todo mundo tinha coisa para fazer: ajeitar roupas, toda rasgada (...). Às vezes se comia de manhã e ia-se fazer alguma outra refeição à noite (...). A marcha de uma tropa era de quatro quilômetros por hora”.

e por sal nos cocho, num mangueirão que agente tinha pra volta e meio reunir os porco ali, pra costear, e era só o que dava era sal (...). Mas quanto a outra coisa não. O que eles comia era milho, abóbora, da roça mesmo que eles mesmo iam colhe, né, eles mesmo se tratavam, e o sal, era o que a gente dava nos cocho, né, à vontade, era o que se gastava com eles, né (...). Tirava duas safra. Ali por julho, mais ou menos, fins de julho, tirava uma tropa grande (JORNAL DE BELTRÃO, 30/07/1994, p. 7).

A safra de porcos significou nesse período a inserção dos caboclos no mercado formal através do capital comercial. Eram comercializados também, porém em menor proporção, peles de animais e erva-mate, sendo que estas trocas constituíram o contato formal com o mundo capitalista, na qualidade de produção de mercadorias. Tratava-se do excedente produzido pelo caboclo à disposição do mercado, possibilitando a este a aquisição de gêneros de primeira necessidade não produzidos na agricultura tais como sal, açúcar, querosene, riscado (tecido), munição para arma de fogo etc. Esses produtos eram comprados nas “bodegas” (armazéns que vendiam e compravam produtos dos caboclos) como nos informou um agricultor: “Ali em Nova Concórdia [pequena vila no interior de Francisco Beltrão], tinha o Pedro (...) ele ponhó uma bodegona lá. Vendia munição pra caça, de arma, 38, bala (...) cachaça, sal” (Lauro Dias de Souza).

Na produção também existia, segundo Boneti (1998, p. 101), a extração da *erva-mate*.³⁹ Esta foi extraída pelos habitantes que chegaram antes

39 “A erva-mate – *Ilex paraguaiensis* – é uma planta nativa, que era encontrada em quase todo território paranaense. A economia ervateira em diferentes épocas serviu como meio de vida para a população mais pobre, não só no Paraná como em outras regiões do país. A erva-mate era produto de exportação legal, mas também de contrabando. Era encontrada em grande quantidade nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Na divisa com a Argentina, a distância dos grandes centros e as dificuldades de transporte acabam por favorecer o contrabando. A partir de 1860 foi descoberta a possibilidade de explorar e exportar a erva-mate do Sudoeste paranaense. Desde então a região passou a ser procurada por pessoas que vinham do Rio Grande do Sul, da Argentina e de outras localidades. O aumento da

dos caboclos ao território, sobretudo por aqueles provenientes de países vizinhos como a Argentina e o Paraguai. Sua produção, posteriormente, representou um importante intercâmbio comercial com os caboclos na venda da erva-mate e na compra de produtos de primeira necessidade para a sobrevivência através das trocas em pequenas bodegas por açúcar, sal, tecidos, ferragens, bebidas e querosene. Além desta, peles de animais e, muito raramente, alguns produtos agrícolas também eram usados para troca. Podemos assinalar que a estes produtos se reduzia o pequeno e irregular *comércio* do caboclo. Prova disto é que o número de bodegas, no Sudoeste paranaense, não era muito grande neste período (BONETI, 1998, p. 102).

A comercialização do couro de animais silvestres, a produção da erva-mate e as “safras” de suínos, representaram à efetivação de uma pequena capitalização de alguns caboclos através de uma “acumulação primitiva” e uma divisão social e territorial do trabalho. Isso deu “início” às relações externas ao território, implementadas pela abertura de um mercado graças a condições de acesso construídas por meio de picadas, conforme considera Boneti (2005). As picadas constituíam as “linhas das redes” por onde os caboclos realizavam sua mobilidade, especialmente com a utilização do cavalo, como nos informou um caboclo:

(...) no meio desses matos tinha umas picada, só que passava só a cavalo, ou a pé mesmo. Isso era o meio que tinha pra tu ir em algum lugar, né? Se quisesse i num vizinho, i numa bodega tinha que ter um cavalo bom, porque, naquele tempo um cavalo valia que nem te um carro hoje, pra você vê, né? (...) Aí, com cavalo tu se

população e o incremento da exploração da erva fizeram com que essa atividade (...) fosse o maior negócio da região” (STECA E FLORES, 2002, p. 181). É interessante esclarecer, que pelo que pesquisamos a erva-mate pode ter sido “o maior negócio da região” de 1860 até o início de 1900, pois, a atividade que se mostrou mais importante e desenvolvida no Sudoeste paranaense entre 1900 a 1940 foi à safra de suínos. Consideramos, portanto, que a atividade de exploração da erva-mate foi complementar a safra de suínos no período em que analisamos.

mandava por este mato [aponta com a mão uma pequena área de mata], entrava naqueles picadão, dependendo aonde ia, levava até um dia de cavalo (Lauro Dias de Souza).

Esse processo de produção e comercialização deu início, também, a uma diferenciação interna entre os caboclos: entre aqueles que possuíam uma grande safra de suínos para venda e os que não tinham. Pelo sistema de produção das safras de suínos, houve o aparecimento da exploração comercial da compra e da venda dos porcos entre o “caboclo comum” e o “caboclo safrista”. Para Boneti (2005, p. 112), “isso desencadeou o aparecimento de uma certa diferenciação social provocada pela capitalização de alguns safristas, com a exploração do lucro da compra e venda de suínos”. Isso demonstra, de acordo com o autor, que houve no período de apropriação e dominação do território pelos caboclos, uma capitalização (mesmo que mínima) interna entre o “caboclo comum” e o “caboclo safrista”.

Outro elemento importante sobre os caboclos se refere às condições em que moravam. Como já mencionamos anteriormente, os caboclos moravam em rancho provisório, que se vinculava ao seu caráter de mudança, ou seja, da “cultura nômade”. Em entrevista, Alfredo Antonio Presente nos informou como era uma casa de caboclo: “Casa feita de caboclo, eu cheguei de ver não tinha nenhum prego, com palha, barro e colocava forro de madeira, tudo tábua lascada, fraquejada sabe pra ficar bem parelho, não tinha nenhum prego, nem no cepo, tinha era amarrado com arame, pano e cipó”.⁴⁰

Sobre isso, Wachowicz (1987) também nos dá uma “imagem” das condições de onde viviam estes sujeitos no Sudoeste paranaense:

40 Maestri (2005, 233), ressalta que “A simplicidade, precariedade e autonomia da moradia do caboclo registram-se no fato de que, comumente, ele não necessita ‘de um único prego, dobradiça, ou qualquer material a ser comprado’ na construção de sua moradia. Nesse tipo de construção, eram e são usados apenas recursos naturais disponíveis nas proximidades do local onde a moradia é levantada – esteios de madeira, folhas de palmeira para cobertura de ranchos etc”.

A grande maioria dos caboclos eram o que se poderia denominar de pobres, possuíam 5, 6, 8 alqueires de posses. Viviam em ranchinhos de pequenos troncos cobertos com folhas de bambu. Se possuíam alguma madeira industrializada em sua construção, eram lascas de pinheiro. Muitos cobriam as casas com taboinhas lascadas também de pinheiro. Assoalhos de madeira só apareceram com o desenvolvimento das serrarias. Nas décadas de 1920, 1930, quase todas as casas eram de chão. *Mas, havia caboclos melhor situados. Um fator de distinção social era ter um cavalo encilhado, roupa para vestir no domingo, facão e duas pistolas na cintura* (WACHOWICZ, 1987, p. 85, [grifos nossos]).

O caboclo era considerado, segundo a “visão de fora” do autor, um “pobre”. No entanto, haviam caboclos com melhores condições, pois o fator de distinção “era ter um cavalo encilhado, roupa para vestir no domingo, facão e duas pistolas na cintura”. Além da diferenciação através das safras de porcos, entre o “caboclo comum” e o “caboclo safrista”, havia outra distinção social e de poder, ligada ao meio de transporte (o cavalo), a roupa para vestir no domingo e as armas para a caça ou, até mesmo, a defesa pessoal.

Esses elementos caracterizavam, segundo o autor, a distinção, ou seja, o poder de *status* de um caboclo em relação ao outro. Pierre Bourdieu (1998, p. 145) considera a distinção enquanto uma “transfiguração simbólica das diferenças de fato”, que se refletem, geralmente, em “níveis, ordens, graus ou quaisquer outras hierarquias simbólicas”. Nessa perspectiva, a distinção compõe o “capital simbólico” que determinado indivíduo ou grupo social “detém” em relação ao outro. Embora Bourdieu esteja se referindo em sua teoria há outros tempos e outros espaços, podemos assinalar que, de alguma maneira, os caboclos melhor situados, como apontado por Wachowicz (1987), exerciam um poder de distinção em função de seu “capital simbólico”: as armas, o cavalo e a roupa para vestir no domingo. Esse “capital” criava hierarquias entre os sujeitos: entre aqueles que tinham este “capital simbólico” e aqueles que não o tinham;

entre os “caboclos pobres” e os “caboclos melhor situados”. Como nos informou um descendente de caboclos: “naquele tempo, quem possuía um cavalo encilhado era rico [!], né? O cavalo era o meio pra enfrentar as picada, carrega as coisas, ajudava muito a vida, quem tinha um cavalo tava bem (...) ajudava a arrumar até namorada (risos)” (Alcides Sestempf). Observa-se que o “cavalo encilhado” era a *condição* de riqueza no período, tanto ajudava na territorialidade do dia-a-dia, do trabalho, como se ligava à distinção social junto ao caboclo que possuía um cavalo, frente aos demais que não detinham.⁴¹

Neste contexto, o que queremos demonstrar é que existiam diferenças internas entre os caboclos na apropriação e dominação do território. Estas ocorriam não apenas no sentido econômico, funcional, como através da capitalização interna pelas “safras de suínos”; mas, também, por meio de um poder de distinção social, um poder de *status*, de “capital simbólico” que diferenciava os sujeitos. Uma diferenciação interna que ocorria no nível econômico, mas, também, no nível social, no nível simbólico e das relações de poder.

Também, a base da organização moral e ética dos caboclos era a o catolicismo. Para Boneti (2005), esses sujeitos se diziam católicos, mas não exerciam o catolicismo. Eles não freqüentavam a Igreja, mesmo porque estas não existiam nessa época no Sudoeste paranaense. A maioria rezava dentro de suas próprias casas, sendo que nem sempre a oração era a “ofi-

41 Segundo Bastide (1976, pp. 173-174), a “civilização” do Sul do Brasil é a “civilização” do cavalo. Para o autor, foi os índios Guaicurús quem primeiro utilizaram os cavalos que, por seres livres, eram considerados “selvagens”. Foi utilizado posteriormente pelos paulistas, pelos negros ex-escravos, mas fundamentalmente pelo “centauro dos pampas”, o gaúcho. Contudo, no Sul do país, tanto o negro quanto o colono imigrante “emprestaram” o cavalo do gaúcho para participar das suas atividades cotidianas. O cavalo deu, nesse sentido, ao ex-escravo a sensação de liberdade, pois podia cavalgar por várias extensões de terra constituindo ainda, o *símbolo* de distinção social. Assim, “o cavalo tornou-se para o negro, o meio de igualar-se ao branco” desempenhando um papel social para um conjunto de normas e de ideais da “civilização” da região Sul do Brasil.

cial” do catolicismo. Como ressaltou Paula Faria em entrevista, “eu rezo o pai nosso, ave maria, mas não vô na igreja; a gente se criou assim, rezando em casa, tendo a nossa fé, então, continuamo assim mesmo, né?” Por isso, os caboclos possuíam uma religiosidade popular apoiada no catolicismo que se dava, em alguma medida, à margem por não seguirem as regras e normas oficiais da Igreja Católica.

A medicina cabocla ligava-se à floresta, às ervas, aos chás, às frutas etc. Não dispunham de recursos médicos e, em sua maioria, nem desejavam isso, retiravam da natureza o que lhes era necessário. Nos casos mais sérios, procuravam os curandeiros entre os próprios caboclos que faziam rezas, benzimentos e preparavam chás, pois, como afirmou uma descendente de caboclos, “eu benzo, faço reza pelos outros, benzo pra tudo quanto é tipo de cobrero, inflamação, dor nas junta” (Paula Faria).⁴²

Assim, podemos entender em que condições estes sujeitos sobreviviam e reproduziam suas relações de apropriação e dominação do território. A partir do método das periodizações de Santos & Silveira (2006), podemos caracterizar o período de ocupação cabocla, no Sudoeste do Paraná, como espaço-tempo em que predominava o “*meio natural*”. Este meio natural é marcado pelo tempo lento da natureza, pela técnica “rudimentar”, onde os homens e mulheres buscavam se *adaptar* à floresta pois o “primeiro período é marcado pelos tempos lentos da natureza comandando as ações humanas” e “empenhados todos, cada qual a seu modo, em amansar esses ritmos”. A “presença humana buscava adaptar-se aos sistemas naturais”, havendo, por isso, a escassez de “instrumentos artificiais necessários ao domínio desse mundo natural” (p. 27). A natureza comandava as relações dos indivíduos direta ou indiretamente. “A precarie-

42 Talvez, esse seja *um* dos *motivos* da não participação dos caboclos nas missas, uma vez que a Igreja Católica não aceita esse tipo de relação de curandeirismo e de benzimentos, sendo considerada uma prática *profana* e, por isso, proibida e mal vista pelo dogma cristão.

dade ou a pobreza das técnicas disponíveis constituía o corpo do homem como principal agente de transformação tanto na produção como no enfrentamento das distâncias, e ainda aqui a natureza triunfa e o homem se adapta”. Circunscrevia-se “um período de acomodação e morosidade na relação com o meio, pois, permitia-se que a floresta voltasse a crescer durante algumas décadas, antes de o plantio recomeçar num mesmo lugar” (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p. 29).

Podemos considerar, nesse âmbito, que o território no espaço-tempo de 1900 a 1940 era caracterizado, fundamentalmente, pelos tempos lentos (e, portanto, pelos homens lentos), onde as diferenciações enraizavam-se na natureza através de um tempo humano que buscava timidamente ocupar os alvéolos de um tempo “natural”. O trabalho, elemento fundamental de transformação através da apropriação e dominação do território, se dava, sobretudo, pelas safras de suínos, da caça, da pesca e da coleta e, em menor medida, da exploração de erva-mate. Seu *ritmo* era *lento*; não existiam relações de exploração amplas no território, pois o modo de vida caboclo se desenvolvia na morosidade e no ritmo da economia de subsistência.

Apoiando-se, em parte, nas proposições teóricas de Marx e Engels (1987, p. 33), podemos assinalar que na *frente de expansão* os instrumentos de trabalho estavam subordinados a *produção natural*, isto é, à floresta e aos seus recursos: os animais, as plantas etc. Os indivíduos aparecem subordinados à natureza, ao meio natural. Quanto à propriedade da terra, esta se inscreve vinculada ao domínio imediato e natural, ou seja, a terra é de trabalho, para exploração dos recursos naturais para a sobrevivência, e não para troca e renda. Os indivíduos que compõem esta frente estão unidos por algo, à terra, que constitui o seu território com seus recursos, com seu abrigo, com sua segurança, enfim, com as condições simbólicas e materiais para a manutenção de uma dada forma de organização social. A troca é essencialmente uma troca entre os homens e a natureza: uma troca em que o

produto do trabalho de um é trocado pelo produto do trabalho do outro.

Assim, hegemonicamente as relações que os caboclos desenvolviam no território eram “enraizadas”, territorializadas no espaço-tempo da floresta. Anthony Giddens (1991, p. 22) menciona que “nas sociedades pré-modernas, espaço e tempo coincidem amplamente, na medida em que as dimensões espaciais da vida social são, para a maioria da população, e para quase todos os efeitos, dominadas pela ‘presença’ – por atividades localizadas”. As relações ocorrem pela presença e não pela ausência dos sujeitos no espaço. As atividades são localizadas e delimitadas em um espaço específico, singular, compondo um laço territorial e a territorialidade “encaixada” no espaço referencial em que a vida se faz e se reproduz.

Sobretudo, os caboclos apropriaram e dominaram o território por uma espécie de “enraizamento dinâmico”. O “enraizamento dinâmico”, considera Maffesoli (1987, p. 29), é esse vaivém (in)constante entre a apropriação do território pelo enraizamento e sua mudança, a mobilidade. Através do nomadismo, o caboclo apropriava o território pela constância da provisoriedade. As relações estabelecidas com/no território eram enraizadas pelo seu caráter de forte laço de “dependência” e de “apoio” com o espaço, ou seja, com os recursos materiais e simbólicos da floresta para sobrevivência do seu modo de vida. No entanto, por outro lado, essa mesma “dependência” espacial forte era o que o levava para a mudança (in)constante de lugar, sempre em busca de melhor espaço para sobrevivência. Havia um “enraizamento dinâmico”, um laço que ligava o caboclo ao espaço onde estava “fixado”, mas que não era permanente, era sempre dinâmico, pela busca e necessidade da mudança. Por isso, seu território se fazia no movimento, na repetição do movimento de apropriação e uso de uma parcela do espaço.



Capítulo 3

O PROJETO POLÍTICO/IDEOLÓGICO “MARCHA PARA OESTE”: a conquista/expansão do território nacional através da migração

*(...) o Estado se caracteriza, em primeiro lugar,
pela divisão dos súditos segundo o território.*

Vladimir Ilich Lênin
O Estado e a Revolução

A partir de 1938 o Estado Novo, do governo Getúlio Vargas, desencadeou a campanha *Marcha para Oeste* com o objetivo de colonizar “oficial” e “efetivamente” os espaços considerados “vazios” no território brasileiro. O projeto político/ideológico⁴³ colonizador propunha a “reconstrução da

43 Compreendemos ideologia, a partir de Hall (2003, p. 152), como uma forma de *representação* de “algo”, como um modo de ver e ser no e do mundo. Para o autor, a ideologia, em uma leitura funcionalista, como propõe Poulantzas (1980), é caracterizada enquanto “cimento” necessário para a formação social, através de uma série de *práticas materiais* extensivas aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e assim se molda como “cimento” no conjunto das práticas sociais, aí compreendidas as práticas políticas e econômicas. Entretanto, as ideologias, também, “constituem estruturas de pensamento e avaliação do mundo – as ‘idéias’ que as pessoas utilizam para compreender como o mundo social funciona, qual o seu lugar e o que *devem* fazer” (HALL, 2003, p. 173). Desse modo, entendemos por projeto político/ideológico um “sistema de representação” com caráter essencialmente discursivo e semiótico e que foi *materializado* através e nas ações de colonização. Os sistemas de representação são os sistemas de significado pelos quais representamos o mundo para nós mesmos e para os outros, e onde o discurso e o simbólico, através dos signos, assumem um papel de extrema relevância na construção dos novos significados e de mobilização.

nação” e foi apresentado ao povo brasileiro como a *chave* para o “desenvolvimento” econômico, cultural e político, através da conquista e expansão (especialmente, pelas migrações) do “território nacional” como um todo.

Para a divulgação/realização da *Marcha para Oeste*, o governo federal promoveu uma campanha estatal que estrategicamente visava alcançar certos objetivos, dentre eles, o de conquistar a adesão dos brasileiros para o *desbravamento* de áreas de escasso povoamento. O projeto visava, dentre outros objetivos, sensibilizar a população brasileira para a “construção da nação”, através do artifício da *imagem* política/ideológica de uma construção coletiva, pela participação de todos em ações conjuntas. Essa “construção da nação” buscava estimular fundamentalmente a *mobilidade espacial da população* para desbravar/transformar/“desenvolver” os espaços nomeados e classificados como “vazios”, incentivando e direcionando correntes migratórias para a “territorialização” de uma “agricultura racional” em áreas, principalmente, de fronteira brasileira com outros países.

O discurso centrava-se na idéia da *conquista* do território pela ocupação dos espaços nomeados e classificados (e enclausurados) como “vazios”. A *Marcha para Oeste*, parte integrante do projeto colonizador e de “nacionalização” das fronteiras brasileiras pelo Estado Novo, era um programa que envolvia governos estaduais, políticos regionais, empresas locais e, principalmente, *pessoas* que se dispusessem a *migrar* para áreas consideradas despovoadas ou semi-povoadas.

O projeto pretendia, segundo o historiador Alcir Lenharo (1986b, p. 13), a “conquista do corpo geográfico do país” por “uma política de colonização marcada pela intenção da conquista territorial e da integração espacial do país”, sendo necessário, para tal objetivo, um forte estímulo à mobilidade espacial da população. Esses impulsos surgiram em função do objetivo de esforço totalitário de reordenamento corporativo e territorial da sociedade, e da pretensão política de homogeneização ideológica de todos os brasileiros conformando, amiúde, as práticas econômicas, culturais e políticas do território como um todo pela mediação/controlado do Estado. Desse modo:

A conquista do território do país pode ser apreciada como um recurso preciso de instrumentalização política. De um lado, através do desenho politizado, visava-se fotografar, por meio da obra de conquista, o mapa do país pronto, acabado, como se queria demonstrar pronta e acabada a obra transformadora do Estado. Para uma cartografia política renovada e definitiva, um novo e definitivo regime político e uma nova ordem social [poderíamos acrescentar: e um “novo” território nacional se “territorializava”] (LENHARO, 1986b, p. 13).

Foi elaborado para o país um projeto político-ideológico bem articulado no sentido de capitanear os acontecimentos, forçar e forjar situações e, sobretudo, convencer e mobilizar a população da necessidade de uma nova ordem e de um novo espaço-tempo centrado no fortalecimento do Estado. O Estado, aliás, assumiu centralidade na medida em que buscou produzir e organizar um território unificado, articulado e homogêneo em torno de determinados objetivos estabelecidos, pois:

O Estado capitalista tem a especificidade de açambarcar o tempo e o espaço social, intervir na organização dessas matrizes, uma vez que ele *tenda a monopolizar os procedimentos de organização do espaço e do tempo que se constituem, para ele, em rede de dominação e de poder*. A nação moderna surge assim como um produto do Estado: os elementos constitutivos da nação (a unidade econômica, o território, a tradição) *modificam-se pela ação direta do Estado na organização material do espaço e do tempo*. A nação moderna tende a coincidir com o Estado no sentido em que o Estado incorpora a nação, e a nação se corporifica nos aparelhos do Estado: tornam-se o sustentáculo de seu poder na sociedade, designando-lhe seus contornos. *O Estado capitalista funciona como nação* (POULANTZAS, 1980, p. 113, [grifos nossos]).

A “conquista do território” através do deslocamento de contingentes *migratórios* para áreas denominadas de “vazias” do país, tornou-se um *recurso* preciso de dominação e de agenciamento pelo Estado, no governo de Getúlio Vargas, de “re-construção” do território nacional brasileiro.

Esse projeto vislumbrava *cartografar* novas redes de forças para ocupar e colonizar esses espaços “vazios” no interior do território brasileiro, pretendendo alcançar a preterida integração espacial do país. Objetivava-se, assim, criar uma *cartografia política renovada* e “definitiva”: um novo e “definitivo” regime econômico e uma nova ordem social e territorial eram necessários para a implantação de um novo tempo e de um novo espaço, centrado nas ações e no agenciamento do território brasileiro pelo governo Getúlio Vargas.

Através dos discursos, Vargas propunha o desenvolvimento interno do país, apelando para o nacionalismo de forma *mítica*, objetivando, por vezes, elaborar a idéia de se construir uma grande nação na qual todos se sentissem co-proprietários por meio do trabalho e de uma *marcha* em que todos estariam juntos e pretensamente unidos. E, aí, portanto, calcava-se um dos discursos do Estado⁴⁴ pela ideologia que buscava a *coesão* nacional, que engendrava o “*cimento* de união” entre as classes, pois, como afirma Poulantzas:

A ideologia dominante, que o Estado reproduz e inculca, tem igualmente por função constituir o *cimento interno* dos aparelhos de Estado e da unidade de seu pessoal. Esta ideologia é precisamente a do Estado neutro, representante da vontade e dos interesses gerais, árbitro entre as classes em luta: a administração ou a justiça acima das classes, o exército pilar da nação, a polícia garantia da ordem republicana e das liberdades dos cidadãos, a administração ou a justiça garantia da ordem republicana e das liberdades dos cidadãos, a administração motor da eficiência e do bem-estar geral. É a forma que reveste a ideologia dominante no seio dos aparelhos de Estado (...) (POULANTZAS, 1980, p. 179).

44 Para Poulantzas (1980, p. 37), “o Estado não produz um discurso unificado, e, sim, vários, encarnados diferentemente nos diversos aparelhos de acordo com a classe a que se destinam; discursos dirigidos às diversas classes. Ou então produz discurso segmentado e fragmentado segundo as diretrizes da estratégia do poder”.

O Estado Novo (1937-1945), do governo Getúlio Vargas, foi o principal articulador do projeto *Marcha para Oeste* e do conseqüente desencadeamento de migrações internas pelo (interior) do território brasileiro. Mas, então, o que é o Estado? Para Poulantzas (1980), o Estado é uma *luta* (entre classes e/ou frações de classes) cujo *campo* de forças é o das relações de poder, de exploração econômica e de domínio/disciplinari-zação/subordinação político-ideológica. Por isso, para o autor, o Estado (capitalista) deve ser compreendido “como uma relação, mas exatamente como a *condensação material* de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado” (p. 147, [grifos nossos]). Para entender o Estado (capitalista) como *condensação material* de uma *relação de forças*, o autor frisa, ainda, que devemos “entendê-lo como *um campo* e um *processo estratégicos*, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros” (p. 157, [grifos do autor]).

O que se buscou delinear em território brasileiro, foi à implantação, através do projeto político/ideológico *Marcha para Oeste*, de uma nova *geografia do poder* centrada nas ações de povoamento, ocupação e integração que se desdobravam na intenção/ação de *unidade* étnico-cultural, econômica e política, aliado ao forte sentimento identitário de *ser brasileiro*:

O Estado que faz a Nação é projetado como seu anterior, capaz de resgatar a brasilidade e confirmá-la. Até aqui o discurso do Poder reduz brasilidade a parâmetros geográficos e econômicos. *Povoamento, ocupação, integração constituem os novos movimentos da Nação em busca de sua plenitude.* Não é meramente casual o recurso de se mostrar um visual definitivo da Nação, um desenho geográfico que se repete constantemente nos mapas, *uma geografia do Poder que só pode ser apreendida e interiorizada por todos a partir do sentimento de comprometimento e de participação em um só e memorizado espaço territorial nacional.* O *espaço físico unificado* constitui o lastro empírico sobre o qual os outros elementos constitutivos da Nação se apóiam: *a unidade étnico-*

-cultural, a unidade econômica, política, o sentimento comum de ser brasileiro (LENHARO, 1986b, p. 57, [grifos nossos]).

O projeto do governo Vargas era completo em suas múltiplas dimensões, implicando em *nova* relação de dominação e apropriação sobre todo território brasileiro. Como afirmou Becker (1983, p. 8), “O processo de produção do território é determinado pela infraestrutura econômica, mas regulado pelo jogo político. Implica na apropriação do espaço pelo ator que então territorializa esse espaço”. Assim, a colonização do Estado Novo, na década de 1940, visava o desbravamento/ocupação/colonização dos espaços considerados “vazios” e a *nacionalização das fronteiras* através da ação de colonos encaminhados em fluxos migratórios sob o direcionamento e a pretensa “proteção” do Estado. O que se circunscrevia era a produção de um território nacional por meio da implementação de uma infraestrutura econômica e da disciplinarização e controle sobre os migrantes por normas, ideologias e representações.

A proposta de nacionalização das *fronteiras* vinculava-se estrategicamente ao fortalecimento do Estado Nacional. Em um dos seus discursos sobre a *Marcha para Oeste*, Vargas falou da preocupação diante do *despovoamento das fronteiras* e das suas intenções/ações para resolução dessa “situação”:

O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças representa, de longo tempo preocupação para os brasileiros. (...) A criação dos territórios fronteiriços nas zonas colindantes e de população esparsa deve ser considerada, por isso, medida elementar de fortalecimento político e econômico. O programa de organização e desenvolvimento desses Territórios⁴⁵ resume-se em poucas palavras:

45 Em 1943, através do Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro, foram criados os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguazu (OLIVEIRA, 1999). Esses Territórios Federais foram criados e delimitados na fronteira Oeste

sanear, educar, povoar. (...) A história dos povos está ligada à sua geografia. Segundo a distinção dos sociólogos (sic), a geografia estuda a organização dos povos em sua forma estática e a geopolítica a dinâmica de sua evolução. É o destino dos povos plasmados pela energia criadora dos homens. E a nossa “Marcha para Oeste” significa precisamente uma das formas de manifestação desse destino (VARGAS, 1944a, p. 271, [grifos nossos]).

Na medida em que foi sendo implantado o projeto estadonovista de ocupação e de desenvolvimento econômico, político e cultural de áreas ideologicamente consideradas “vazias” no *Oeste* do Brasil, o governo atingia também outros objetivos: o de ocupar a mão-de-obra ociosa de determinados estados, resolver (momentaneamente) tensões sociais no campo e desbravar/ocupar/colonizar aquelas áreas que ainda não estavam integradas espacialmente ao processo produtivo da economia nacional.

A proposta de *valorizar* o homem pelo discurso ideológico do trabalho, para Oliveira (1999), estava vinculada com o objetivo de levar para o interior do Brasil uma “agricultura racional”, além de implantar um *projeto* civilizador incentivando ideologicamente os brasileiros para o trabalho produtivo disciplinando os corpos (buscando torná-los corpos dóceis para o trabalho, como na acepção de Foucault [2004]) para a “reconstrução do país”, cujos preceitos eram a “ordem e o progresso”. O aproveitamento econômico da terra e a fixação do homem no campo, eram prerrogativas necessárias para o sucesso do *projeto*.

Por isso, para Vargas (1944b, p. 117), “assegurar o aproveitamento econômico da terra, povoar e sanear não é tudo”, mas, também, “prender o homem ao solo, o que somente se consegue transmitindo-lhe o direito

do Brasil, para constituir o processo de nacionalização da fronteiras e, portanto, fazem parte da instalação das Colônias Agrícolas nessa faixa de fronteira brasileira que deveria ser “ocupada” e colonizada.

de domínio. Quem labora e cultiva a terra, nela deposita a sementeira e alicerça a casa – abrigo da família – deve possuí-la como proprietário”. Fixar o homem ao solo, aliás, foi um dos *grandes* estímulos a milhares de pessoas *migrarem*: a promessa de tornar o trabalhador proprietário de terra vinculava-se à necessidade de motivá-los a *migrarem* para novas áreas “pouco povoadas” para desbravá-las, promovendo, pela expansão e integração territorial, o “desenvolvimento” do país. Foram:

(...) múltiplas as *estratégias de poder e disciplinamento* sobre o *trabalhador rural*. Segurá-lo na terra, como objeto da ganância dos proprietários; arrancá-lo de seu meio, para esvaziar a tensão social, quando isto se fazia necessário; *orientar os fluxos migratórios, com finalidades políticas*; impedir o livre movimento dos sem terra, isto é, dificultar e cercar o posseiro, e acima de tudo, *criar o “novo” trabalhador rural brasileiro, ordeiro, produtivo, voltado para o lucro, distante do seu meio natural, da sua tradição e do seu passado* (LENHARO, 1986a, p. 14, [grifos nossos]).

A transformação pela qual deveria passar o homem do campo, estava diretamente relacionada a diversas práticas orientadas por prerrogativas e por formas para garantir a submissão do trabalhador ao Estado e ao mercado/capital. Para Oliveira (1999), a migração para o interior do Brasil de contingentes populacionais que se encontravam desempregados, vítimas da seca do Nordeste, ou expulsos do campo pelo latifúndio no Sul, estrategicamente objetivava esvaziar as tensões sociais que ameaçavam a ordem nas cidades e no campo, além de tentar evitar o êxodo rural.

O Estado, durante o governo Vargas, ressalta Lenharo (1986b), soube rodear-se de um *poder simbólico* e de *representações míticas* como mecanismos estratégicos que objetivavam ganhar o apoio do povo para a implantação da campanha nacionalista de localização e de povoamento das *fronteiras*. Convocando o povo para a conquista do território nacional, através da colonização dos espaços considerados “vazios”, Vargas atribuiu-

-lhe uma tarefa vinculada a questões de *patriotismo* (da identidade, do *ser brasileiro*), visando, assim, o apoio da sociedade para garantir a implantação do projeto de nacionalização das fronteiras e de segurança interna do País, além de integração espacial e “desenvolvimento” econômico do mesmo.

O governo decidiu pelo povoamento de novas áreas através da implantação da *pequena propriedade*, cujo delineamento tinha como alvo o desenvolvimento industrial. Entretanto, estavam em jogo não só as preocupações ideológicas de *unidade nacional* e de *integração* econômica, mas, de forma especial, preocupações *geopolíticas de segurança interna*, onde as fronteiras brasileiras assumiram um papel e uma centralidade fundamental para o sucesso e a materialização do projeto.

A implantação e fixação do homem ao solo, através de pequenas propriedades em áreas de fronteiras, estava estrategicamente vinculada à defesa e segurança nacional do Brasil. Como afirma Lenharo (1986b, p. 50, [grifos nossos]), “o governo federal passou a negar, sistematicamente, a concessão de terras devolutas a requerentes que já fossem proprietários” e “a favorecer a instalação de pequenas propriedades na faixa fronteira de 150 quilômetros. *Pequena propriedade era então sinônimo de defesa e segurança nacional*”. A conquista do território nacional brasileiro vinculava-se à questão política, econômica e cultural, e foi sempre impulsionada pela necessidade de garantir a segurança nas fronteiras, onde a fixação de migrantes em pequenas propriedades foi o elemento fundamental na implementação deste objetivo.

Aliado à pequena propriedade, o que se pretendia era a *valorização* do homem pelo *trabalho* e consequentemente o aumento da produção agrícola com o fortalecimento do mercado interno, vinculado à ampliação da industrialização no país. A *invenção* do *trabalhismo* no Estado Novo, como afirma Gomes (1994, p. 175), era concebida como avanço democrático; era necessário, do ponto de vista do Estado, articular um *discurso* de apelo popular fazendo com que tudo *representasse o novo*; discurso este estruturado a partir da *sobrevalorização* da figura do trabalhador nacional, principalmente, do trabalhador rural.

A intenção do Estado foi ter o campo brasileiro atingido pelas conquistas da “racionalização do trabalho”, criando um “tipo ideal” de pequeno proprietário: deveria “reunir em si as funções de técnico, de contador financeiro, comerciante e administrador, com todas as funções que se exercitam na sua profissão e que fazem parte integrante dela” (LENHARO, 1986a, p. 32). Assim, o *migrante* deveria criar e/ou estar disposto e apto ao trabalho penoso que o discurso repetitivo, performático e mítico⁴⁶ buscava demonstrar como prazeroso, nobre e enriquecedor; os *migrantes*, através do seu trabalho, deveriam “reconstruir a nação” para o “desenvolvimento”, “progresso” e unificação espacial do país, como a ideologia do Estado Novo propalava.

Para Lenharo (1986a, p. 22), a *localização* estratégica do migrante nacional em áreas de fronteira foi exigência disciplinar da qual não se abria mão: nada de mais se pedia ao migrante “além da disciplina de um trabalho metódico e persistente”. Essa disciplina ao trabalho penoso era justificada ideologicamente pela necessidade do esforço humano para o desenvolvimento, expansão e integração econômica-política e espacial do país. A política de colonização apregoava a necessidade de distribuir as populações migrantes, deslocando-as para as áreas consideradas discursivamente como as mais férteis e produtivas do Brasil.

Ainda, para Lenharo (1986b), a *sobrevalorização* da positividade do trabalho através do projeto *Marcha para Oeste* se vinculava, inclusive, aos preceitos religiosos; o que se queria era construir um discurso através de um capital simbólico e mobilizá-lo em torno da migração de sujeitos afei-

46 Norbert Elias (1994a, p. 73), assinala que as idéias míticas e os “atos mágicos” participam das ideologias nacionais quando afirmam que o sujeito tem um mérito especial em relação à nação, tendo deveres a cumprir com a grandeza e superioridade de sua tradição nacional: “Por um lado, essas ideologias ajudam a unir os membros de um Estado e a fazê-los cerrar fileiras quando há ameaça de perigo; por outro, servem para atizar o fogo do conflito e da tensão entre as nações, e para manter vivos, ou até aumentar, os perigos que as nações procuram afastar com sua ajuda.” As idéias míticas, portanto, servem para mobilizar a população para determinados projetos e interesses da nação impondo um sentimento patriótico e/ou nacionalista aos indivíduos.

tos ao trabalho. Assim, imbricou-se política e religião, e/ou, nos termos de Lenharo, se implantou a *sacralização da política*⁴⁷ no governo Vargas, pois:

A positividade do ato de trabalhar mantém-se uma constante; ela se apóia no argumento da dimensão humanizante e regeneradora do trabalho. Ampla leitura religiosa entrelaça o conjunto das observações; a caminhada do ser humano é sempre subentendida como uma lenta depuração da condição humana ultrajada desde as origens (“ganharás o pão com o suor do teu rosto...”). A trilha do humano se regenera pela constância da virtude do trabalho, “lei humana santa e viril”, via oposta à do vício do ócio e da decorrente tristeza solitária do seu espírito, da sua vida, da sua humanidade. O ato de trabalhar lhe serve de medida de avaliação da sua própria condição existencial: “O homem vale o que vale o seu trabalho e o seu trabalho vale o que ele lhe dá de si mesmo”. A ação pedagógica do trabalho é a garantia da perfeição moral do ser humano; por seu concurso desenvolvem-se as regras de convívio e as relações de fraternidade dos homens entre si: “a civilização do trabalho... há de ser, um dia, a civilização ideal da vida do trabalho fraternal na comunidade dos homens” (LENHARO, 1986b, p. 87).

A ideologia do trabalho era construída e instituída através de um discurso que usava do *recurso religioso* para mobilizar os migrantes que se deslocaram para as áreas “vazias” para o desbravamento, para a transformação, para o “desenvolvimento”. Foi construído um discurso *ufanista* e heróico que *sobrevaloriza* o trabalho e o trabalhador rural para a “reconstrução da nação”. Objetivou-se, com isso, enquadrar e disciplinar o trabalhador brasileiro pelo trabalho produtivo, forjado por um discurso ufa-

47 Também, para Lenharo (1986b, p. 18), a *sacralização da política* estava ancorada na sacralização do corpo que trabalha através da máquina do poder político do Estado: “a sacralização da política visava dotar o Estado de uma legitimidade escorada em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não debeladas. Da mesma forma, os canais convencionais, alimentados pela religiosidade, podiam ser utilizados como condutores mais eficientes dos novos dispositivos de dominação que o poder engendrava”.

nista e otimista. Foram múltiplas as estratégias de poder e disciplinamento sobre o trabalhador rural; o Estado Novo criou a *imagem* do trabalhador brasileiro pela *sobrevalorização* do trabalho, e a *materializou* em um “novo trabalhador mais produtivo e disciplinado” (LENHARO, 1986a, p. 93).

Dessa forma, o projeto colonizador estadonovista pautava-se pela possibilidade de transferir, para áreas de fronteira à Oeste do Brasil, trabalhadores disciplinados e produtivos que integrassem o contingente dos “desbravadores” necessários para a expansão do capitalismo no campo. Por isso, o projeto *Marcha para Oeste* do Estado Novo estava vinculado a *soberania* do Estado-Nação e tinha que *rearticular* os seguintes elementos: território, segurança e população.⁴⁸

Neste âmbito, o governo Vargas criou, a partir da década de 1940, especialmente, em áreas de fronteiras, as Colônias Agrícolas Nacionais que formaram seus “tentáculos”, seus pontos e redes de poder distribuídos pelo território brasileiro a fim de materializar, conectar e espacializar as estratégias de poder e, por extensão, de mobilização de contingentes populacionais através da execução dos objetivos do projeto político/ideológico *Marcha para Oeste*, pois:

As Colônias Agrícolas Nacionais, a menina dos olhos da política de colonização do Estado, foram planejadas de modo a se submeterem a uma administração centralizada e permanecerem subordinadas diretamente ao Ministério da Agricultura. Estruturadas em pequenas propriedades, seus lotes deveriam ser distribuídos preferencialmente para trabalhadores brasileiros sem terras – um

48 Como assinala Foucault (2008, p. 16), “a soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos e, por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população”. Contudo, para o autor, a eficácia política da soberania em um território civilizado com o controle do Estado deve ter uma boa *ordenação espacial* pois “Um bom soberano, seja ele coletivo ou individual, é alguém que está bem situado no interior de um território, e um território que é civilizado no que concerne à sua obediência ao soberano é um território que tem uma boa disposição espacial” (p. 20).

dos recursos pensados para resolver esse grave problema social. *A localização das colônias por si só explica a finalidade da organização de sua produção* (LENHARO, 1986a, p. 47, [grifos nossos]).

A criação das colônias agrícolas nacionais constituiu a materialização e o simbolismo da política *colonizadora* da *Marcha para Oeste*. Sua implantação no interior do território nacional constituiu um número de pontos que realizavam a *conexão* entre o Estado e os espaços classificados como “vazios”. A localização/distribuição das colônias agrícolas na porção fronteira a Oeste do território nacional brasileiro, explicita os objetivos territoriais das suas implantações. Estas formaram também a trama territorial do poder estatal pois estabeleciam um novo conjunto de relações sociais através da associação dos colonos em cooperativas de produção, venda e consumo, fortalecendo, assim, a produção de alimentos (sobretudo) para o mercado interno. Ademais, estas colônias serviram para a implantação da ideologia do trabalho, do “desenvolvimento”, do “progresso”, que aliado à religião buscava construir e formatar a identidade territorial do “novo” homem (rural) brasileiro. Essa organização espacial horizontal combinava-se necessariamente com a verticalidade da administração, centralizada nas mãos dos técnicos e administradores vinculados diretamente ao Ministério da Agricultura, ou seja, ligados umbilicalmente ao Estado, que buscava controlar e disciplinar através de seus funcionários os trabalhadores rurais das colônias.

Neste sentido, foi a partir do projeto político ideológico da *Marcha para Oeste* que se desdobrou a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório no Sudoeste paranaense, na década de 1940, que será o fulcro, em grande medida, da migração de gaúchos e catarinenses para o Paraná, como analisaremos a seguir.

3.1 A expansão territorial da fronteira agrícola e urbana: da criação da CANGO ao surgimento de Francisco Beltrão

No início da década de 1940, o até então “pouco povoado” Sudoeste paranaense recebe atenção especial do Estado, na medida em que detinha uma grande área de *terras devolutas*⁴⁹ que deveriam fazer parte do projeto *Marcha para Oeste*, para *expansão territorial* dos interesses econômicos, culturais e políticos de “desenvolvimento” para “reconstrução do país”, tendo como escopo a implantação de um *projeto* de *colonização* com a instalação de uma Colônia Agrícola Nacional.

Por isso, uma das primeiras medidas do Governo Vargas foi estudar e planejar a área para implantação da colonização e, por extensão, para a *localização* da sede da Colônia. A primeira medida foi enviar uma equipe de técnicos para um levantamento de dados, para delinear a estratégia geopolítica, em função dos objetivos que estavam traçados no projeto *Marcha para Oeste*. Vejamos o que escreveu Jahyr de Freitas – funcionário federal que foi enviado, da cidade do Rio de Janeiro, para compor a equipe de estudo e planejamento da instalação da Colônia Agrícola no Sudoeste paranaense – em carta (um pouco extensa) enviada do Paraná para sua mulher, em 2 de Março de 1944, para o Rio de Janeiro:

Antes de tudo desejo que você e todos os nossos parentes e amigos estejam gozando perfeita saúde. Só hoje me foi possível mandar-te

49 O relatório da CANGO, de 22 de julho de 1942, acusa a *localização* e a existência de terras *devolutas* no Sudoeste paranaense: “existe uma faixa de terras devolutas no Estado do Paraná, limitada do Norte pelo rio Iguassú, a Leste pela propriedade ‘Missões’ do Governo Federal e pela fazenda ‘Conceição e Flores’ da Família Lana, ao Sul pelo espigão divisor e a Oeste pelo rio Santo Antonio” (p. 2). “Assim, pois, o Governo Federal dispõe na zona de uma vasta porção de terras para localização de milhares de famílias de nacionais, sem contar com as da ‘Fazenda Conceição e Flores’, que poderão ser desapropriadas ou adquiridas por baixo preço” (p. 3). Essas terras devolutas passaram a fazer parte, portanto, do projeto de colonização no Sudoeste paranaense, através da instalação de uma Colônia Agrícola.

um pouco de papel, algumas linhas, uma simples carta sem literatura. A minha viagem foi penosa, mas em compensação divertida. Fiz pelas terras da Colônia um caminhar superior a 200 quilômetros. 200 quilômetros percorridos em direções diversas. Mas contados num só sentido, em cada trajeto. Parece inacreditável, mas é verdade. Só em lombo de burro viajei 185 quilômetros em quase 5 dias. Caminhei pela mata erma, por picadas estreitas que mal permitiam o trânsito de cavaleiros, e de “cargas”, em comitiva mais ou menos numerosa. Durante as excursões que realizamos nas Serras do Capanema e S. Jerônimo, como nos faltasse carne, comemos por 2 vezes, catetu (espécie de capivara) com farinha em banha de porco. O sabor era mais ou menos que o peixe assado. Estou aos pouquinhos afastando meus preconceitos dietéticos. Estas terras vistas de longe, mesmo no inverno, atestam pela *pujança de sua vegetação e grande fertilidade deste solo*. Estas matas, quem as viu distantes, não decepciona-se examinando-as de perto. Tem a exuberância notada. Muito igual na sua altura, e não variando também na densidade e no aspecto sugestivo. *A qualidade e a topografia destas terras aliadas à amenidade do clima, aqui reinante permitirão fazer deste novo Território*⁵⁰, *em futuro não distante, o maior centro agro-pecuário do Brasil*. A fertilidade desta terra impressiona. Não só porque ela é grande mas como me parece duradoura. (...) Por outro lado, depressões topográficas, longas e ramificadas, sulcam fartamente esta região, representando um sistema hidrográfico interessantíssimo. Em geral a mata virgem é espessa. Tão expressa que lembra, muitas vezes, os filmes de “Tarzan”, se um bugio do tamanho da Marluce, passa de cipó em cipó. Dizem que quanto mais para o norte, melhor se tornam as terras. Eu tinha e tenho ainda muita vontade de fazer o caminhar projetado, só para ver se esta maravilha de mata ainda continua por longa distância. A vida aqui nada tem de monótona ou rotineira; já aprendi a fazer certos trabalhos interessantes: como seja; manobrar possantes tratores, arados, semeadeiras, debulhadores, etc. Aqui tenho encontrado grande variedade de novos interesses, e chego ao fim de cada dia com a sensação

50 Jahyr de Freitas quando menciona na carta “novo Território”, está se referindo ao Território Federal do Iguaçu, criado, em 1943 por Getúlio Vargas para a “ocupação” e colonização da faixa de fronteira do Brasil, especialmente, nesse caso, das regiões que compreendem o Sudoeste e o Oeste do estado do Paraná.

boa de ter aprendido ou completado mais um conhecimento. Os meus colegas tomam muito “chimarrão”, e eu também adquiri essa hábito. Estou gozando uma excelente saúde. Tanto assim, que sou até capaz de passar sem ela. É extraordinariamente baixo o padrão de vida da classe rural, aqui em Barracão, ou mesmo, em todo o interior do novo território do Iguassú. A vida é bem vivida. O observador começa a se impressionar pelas casas que sempre são construídas de madeira, inclusive, igrejas e hotéis. As casas são geralmente de bom aspecto e limpas. O lavrador daqui, leva vida mais ou menos confortável. Come e veste-se bem. Seu alimento, pão de puro trigo, leite, ovos, galinha e mel, é o trivial; não desprezando, porém, o “churrasco”. (...) Nos antevejo em futuro próspero e feliz. Pequeno sítio, com nossa casinha branca, aureolada verdes e bem cuidada. A petizada brincando no quintal. Lá no fundo mais distante, vacas leiteiras pastando ou ruminando socegradamente. (...) Afinal, acabei fazendo um relatório romântico. Não era isto que eu queria, e sim, apenas demonstrar a você como “a coisa é por aqui”. (...) Não sei quando poderei corresponderme com todos daí, pois assim que tiver novo portador escreverei, pois aqui nota-se a escassez, ou melhor, a falta quase absoluta de transporte para Pôrto União (a estação mais próxima). Esta carta vai por intermédio de um “tropeiro”, até a agência dos correios de Porto União, Estado de Sta. Catarina. (...) Peço também dizeres ao José que ainda é muito prematuro qualquer coisa para ele aqui, em face da morosidade dos serviços de locação de estradas e da falta de abitabilidade (...) (Jahyr de Freitas, 1944, [grifos nossos]).

A carta reproduz as descrições de um servidor público, morador do Rio de Janeiro, que apresenta suas primeiras impressões do Sudoeste paranaense no ano de 1944 para seus familiares. Entendemos que através dessa descrição, podemos compreender aspectos do lugar, e apreender as *intenções* que se delineavam por meio desse documento escrito. O que fica claro, durante a narrativa na carta, são as intenções de transformação, pela formação de um *novo território* (o Território Federal do Iguaçu), atrelado a uma nova racionalidade: da pequena propriedade privada com a implementação de uma agricultura mecanizada; como menciona Jahyr de Freitas, “a qualidade e a topografia destas terras aliadas à amenidade do

clima, aqui reinante permitirão fazer deste *novo Território*, em futuro não distante, o maior centro agro-pecuário do Brasil”. Ou seja, demonstrava a *intenção* de tornar o Sudoeste paranaense (rico em suas condições topográficas) em um “celeiro” através de uma grande produção da agricultura e da pecuária. “Em um futuro não tão distante” pretendia-se dar novos contornos ao território, dar-lhe um novo tempo e um novo espaço, isto é, atribuir-lhe novas funções vinculadas a novos interesses políticos, econômicos e culturais. O Sudoeste paranaense, por isso, era descrito como um *topos*, com condições naturais privilegiadas, para a instalação de um projeto colonizador.⁵¹

Encontramos também, em relatórios da CANGO, muitas ações geopolíticas vinculadas às *estratégicas* que a *Colônia Agrícola*, a ser implantada, deveria realizar e, especialmente, o papel desta na *atração* de *migrantes* para a materialização do projeto de colonização. É interessante ressaltar que esses documentos (escritos) são importantes na medida em que possibilitam visualizarmos as tomadas de decisão que o Estado adota(va) para execução e cristalização de seus interesses.⁵²

Um dos primeiros relatórios data do ano de 1942, quando foi realizado/apresentado um estudo minucioso para verificar as condições de instalação da Colônia e seus desdobramentos, especialmente para o *recebimento de migrantes*. Composto por técnicos de diversas áreas do conhecimento (engenheiro agrônomo, topógrafos, técnicos agrícolas, administra-

51 Para Pierre Bourdieu (1998, p. 133-134), a partir da sociologia, o espaço se apresenta enquanto uma “topologia social” pois, é importante perceber como que o Sudoeste paranaense é *projetado* enquanto um *topos* onde poderão se desenvolver certas atividades, certas correlações de forças que criariam uma nova geografia, com novas marcas, novas fronteiras, nova configuração territorial a partir do desdobramento do *projeto* de colonização assentado na migração.

52 Como assinala Poulantzas (1980, p. 67), “sempre houve uma estreita relação entre o Estado e a escrita”, pois o papel da escrita é inteiramente particular no Estado capitalista. “Do traço escrito, da nota, das relações com os arquivos, nada existe, sob certos aspectos, para esse Estado, que não seja escrita, e tudo que nele se faça deixa sempre uma marca escrita em alguma parte”.

dores dentre outros), o relatório apresentava a relevância para a “missão” de instalação/localização da colônia no Sudoeste paranaense, afirmando que:

Examinando cuidadosamente o assunto, de forma a dar-lhe um desempenho cabal eficiente, foi verificado, de comum acordo com o Estado Maior do Exército e com o Departamento de Terras e Colonização do Paraná, que seria mais aconselhável iniciarmos a nossa missão pela zona fronteira Barracão-Santo Antônio, em vez de fazê-lo pela Foz de Iguaçu. (...) Ao nosso ver, a gleba naturalmente indicada para esse fim, dada a circunstância de estar situada na faixa da fronteira (...), já então reservada para localização de colônias nacionais e em cujo ponto apenas uma “Linha Seca” separa o Brasil da República do Plata (RELATÓRIO DA CANGO, 22 DE JULHO DE 1942, p. 1).⁵³

O Estado, aliado aos seus órgãos (do Exército e do Departamento de Terras e Colonização do Paraná), atribuía a “necessidade” de colonização na faixa de fronteira entre o Brasil e a Argentina devido às preocupações com a “fronteira seca”, na área que abrange o Sudoeste paranaense e tinha os seguintes objetivos com a futura instalação do projeto de colonização:

A instalação de uma colônia agrícola na zona limítrofe dos municípios de Clevelândia⁵⁴ e Chapecó, respectivamente nos Estados do Paraná e Santa Catarina, dentro da faixa regulamentar, conforme prevêem as instruções a que se refere a nossa designação, vai ao encontro dos mais palpantes problemas pátrios, ora ainda pendentes de solução urgente e inadiável, como sejam:

53 A transcrição dos relatórios da CANGO apresentados, aqui, foi realizada na íntegra, ou seja, comportam as expressões e as formas de escrita do seu tempo, como estão apresentadas no original.

54 É importante mencionar que o Sudoeste paranaense, em sua *configuração* inicial, concentrava toda sua estrutura político-administrativa e econômica em torno de um único município: Clevelândia.

- a) assistência aos nacionais, que ali vivem sem amparo algum, por parte dos poderes públicos;
- b) aprestamento de instrução primária às crianças em idade escolar, que em número avultado não freqüentam nenhum estabelecimento de ensino do nosso lado ou a recebem nas escolas argentinas, entoando hinos estrangeiros e aprendendo uma língua diferente da do país de origem;
- c) saneamento social da população local, pois que a situação geográfica da região proporciona aos foragidos da justiça um favorável esconderijo que, atualmente, pela indiferença das nossas autoridades, vivem impunes, perturbando a vida ordeira e proveitosa dos que trabalham e podem ser úteis à Nação (RELATÓRIO DA CANGO, 22 DE JULHO DE 1942, p. 2).

Os “problemas pátrios”, como aferido no documento, vinculavam-se intimamente aos objetivos contidos no projeto *Marcha para Oeste*, ou seja, à segurança das fronteiras nacionais, à integração nacional (inclusive, pela unificação da língua), à produção de alimentos para fortalecimento do mercado interno que “justificariam” a instalação da colônia e o direcionamento de nacionais (através da migração) para *re*-ocupação/colonização do território.⁵⁵ Por isso, a fronteira aparece nesse período com uma ambivalência pois é concomitantemente fronteira nacional brasileira, do Estado-Nação, e frente pioneira de ocupação/colonização da faixa de fronteira brasileira.

Demonstrava-se, com isso, o objetivo de disciplinar os corpos e as mentes, ou seja, de catequizar as objetividades-subjetividades daqueles sujeitos que chegavam, através, portanto, da construção de uma infra-estrutura para “amparo”, desde a assistência na educação (com a preocupação, fica explícito, das crianças brasileiras não freqüentarem as escolas

55 Utilizamos *re*-ocupação do território pois a migração de gaúchos e catarinenses fez com que houvesse, praticamente, quase uma “substituição da população” que já habitava no Sudoeste paranaense anteriormente – os caboclos e indígenas –, que foram sendo gradativamente “expulsos” do território constituído por migrantes e por suas relações de poder.

argentinas e defenderem suas “cores” e não os interesses político-econômicos do Brasil; e, o *sentimento identitário* que estava vinculado fortemente, também, à colonização); o documento refere-se, também, à criação de órgãos de saúde, além de “eliminar” os possíveis “foragidos da justiça”, ou seja, daqueles que não se enquadravam nas *regras e normas* de disciplinamento e de produção econômica, por meio das normas burguesas ligados ao ideal positivista “ordem e progresso”. Pretendia-se, assim, produzir um território em que o controle da população e das relações sociais estabelecidas fossem as prerrogativas para a inserção da *ordem capitalista*.⁵⁶ Em outra passagem, desse mesmo documento, fica evidente a estratégia geopolítica de disciplinamento e de poder, pelo fortalecimento, para segurança interna do país, das fronteiras:

Iniciados que sejam os serviços de colonização, os maus elementos, por ventura ali ainda existentes, serão capturados, enquanto que os demais poderão produzir muito mais em proveito próprio e da coletividade. *Quer nos parecer que a localização de reservistas de exército, nas terras objeto do presente relatório, além das vantagens do melhoramento agrícola da região, irá constituir a guarda avançada da fronteira da Pátria, não obstante mantermos as mais amistosas relações com os nossos vizinhos (sic) das Repúblicas Cisplatinas. (...) às terras da faixa fronteira, onde deverá ser instalada a “Colônia Agrícola” serão para reservistas do exército e nacionais (RELATÓRIO DA CANGO, 22 DE JULHO DE 1942, p. 2, [grifos nossos]).*

O Estado pretendeu, pela apropriação e dominação territorial da faixa de fronteira, estabelecer fronteiras rígidas, objetivando *homogeneizar*

56 Como ressaltou Guattari (1985, p. 109), “A ordem capitalista produz uma subjetividade própria, subjetividade essa que determina estrangimentos a nível espacial. A formação do território revela – é cenário, instrumento e resultado – a contínua luta de dominação e insubmissão. As arquiteturas disciplinares e enquadradoras sobrepõem-se formas particulares de apropriação, vivências cotidianas específicas, que acabam por produzir territorialidades novas e imprevisitas”.

cultural, política e economicamente a nação através do projeto *Marcha para Oeste*. Em sentido amplo, Hall (2003, p. 35) afirma que “os Estados-nação impõem fronteiras rígidas dentro das quais se espera que as culturas floresçam”. Programava-se uma “pretensa” homogeneidade nas suas múltiplas dimensões (cultural, política e econômica), da/na fronteira brasileira e dos sujeitos que para lá se deslocassem. A localização de reservistas do exército iria proporcionar, além do melhoramento da fronteira agrícola para a produção de alimentos, como ressaltava o relatório, a formação de uma “guarda avançada da fronteira da Pátria”. Demonstravam-se preocupações/intenções econômicas e de poder, de controle econômico e de segurança nacional. Criava-se, desse modo, um discurso que dava impulso e mobilizava a busca de defesa e de segurança nacional, tornando a faixa de fronteira do Sudoeste do Paraná um lugar “seguro” e garantindo também sobre este a soberania brasileira.⁵⁷

Também, esse mesmo relatório definia os *limites* e as *confrontações* para a *localização* da colônia:

A sede da colônia deverá ser no lugar “Separação”, distante dez quilômetros do povoado fronteiro de Barracão e dessa sede deve se irradiar, *a Colônia para a periferia, num raio de 20 quilômetros ou mais, se assim se tornar necessário, procurando-se de preferência estabelecer a localização de agricultores ao longo da “Linha Seca”, que separa o Brasil da República Argentina. (...) O local supra indicado, além de possuir todas as condições exigidas para a sede, é ainda o centro de confluência obrigatória de todas as estradas que, partindo de vários pontos dos Estados do Paraná e Santa Catarina, se dirigem aos povoados Barracão, Santo Antonio e futuramente à Foz do Iguassú, cujo traçado será exclusivamente em território*

57 Jahyr de Freitas nos informou, em conversa (obtida em 31/01/2008), o porquê da preferência por reservistas do exército para a colonização da faixa de fronteira: “Era uma espécie de uma retribuição para eles, entendeu, e pra fortalecer as regiões de fronteira. Essas terra, região de Capanema, Planalto, Amperé, Santa Antonio, manter vinculado a fronteira, porque eram região de faixa de fronteira, porque, justamente esse pessoal que tinha recentemente servido o exército e estava com um senso de *patriotismo* muito grande, ajudaria nas fronteiras, na segurança das fronteiras”.

brasileiro, aproveitando-se em grande parte o picadão já existente e que põe em comunicação estas duas últimas localidades (RELATÓRIO DA CANGO, 22 DE JULHO DE 1942, p. 2, [grifos nossos]).

Estava explícito no relatório, a “necessidade” da instalação da colônia na faixa de fronteira entre Brasil e Argentina *fixando* esta no lugar estrategicamente planejado, isto é, próxima à “linha seca”, entre a fronteira que separa (e une) os dois países. A fixação de migrantes na faixa da linha de fronteira revelou-se enquanto uma estratégia de segurança nacional através do posterior desenvolvimento de inúmeras atividades econômicas para o fortalecimento das fronteiras. Fica claro que a localização da sede da colônia ocorreu, também, para aproveitamento das estradas (picadões já existentes) e das futuras estradas (redes) que viriam a dar acesso ao escoamento agrícola e da circulação de pessoas, por exemplo. Para isso, o que deveria se estabelecer era uma *agricultura* mecanizada e racional, transformando o território, que não poderia mais continuar com os métodos “arcaicos” que se configurava, até então, com uma “agricultura nômade”, como ressaltava o relatório:

A exploração agrícola de diversas culturas, especialmente de cereais, pode ser intensificada nessa rica região, empregando-se métodos racionais adequados, que não só oferecem maior rendimento como evitam também a devastação das matas.

Os atuais processos de plantio, ali levados a efeito por *meio de roças*, muito tem contribuído, como geralmente acontece em zona do *binterland*, para o *empobrecimento* e *desvalorização* das terras.

Já não é sem tempo que se pratique a *lavoura mecânica*, substituindo assim os *arcaicos e condenáveis métodos culturais*, ainda tão arraigados nos *hábitos do nosso agricultor nacional*.

Assim procedendo o nosso sertanejo abandonará a *vida nômade* que até então tem levado, sendo definitivamente localizado em um só ponto, com a possibilidade de se tornar mais útil e mais produtivo. Essa *fixação obrigatória do agricultor a terra* evitará também que novas devastações sejam praticadas e conseqüentemente que outras *prejudiciais clareiras* surjam no seio da mata virgem, com a lamentável eliminação das nossas mais preciosas essências florestais (RELATÓRIO DA CANGO, 22 DE JULHO DE 1942, p. 4, [grifos nossos]).

Além de objetivar a “intensificação da agricultura” através do “emprego de métodos racionais”, o relatório “desqualificava” o “meio de roças” realizado pelo sertanejo (e/ou caboclo) apontando a valorização da lavoura mecanizada. A justificativa era que os “métodos arcaicos” dos sertanejos degradavam mais a natureza do que se fosse implantado uma “agricultura racional”. Ou seja, é importante observar quais os meandros, as linhas de forças que foram sendo traçadas e as redes de poder que se estabeleciam para “desqualificar” uma forma de reprodução no espaço e para impor uma nova forma de reprodução socioespacial.⁵⁸ Como se a adoção dos “métodos racionais” com a criação da colônia não devastasse a mata, muito mais do que os métodos considerados “nômades”.⁵⁹

Nesse relatório, foram estabelecidos os critérios para aqueles que pretendiam receber terras: deveriam ser reservistas de exército e/ou (agricultores) nacionais que não detinham propriedade de terra em seu nome. Diante disso, havia uma preocupação explícita com a *localização* dos migrantes e com a instalação dos mesmos, através do direcionamento dos primeiros auxílios para a *fixação do homem a terra*, além da construção de estradas:

58 De acordo com Tavares dos Santos (1993, p. 16), “a colonização sempre foi uma questão do Estado e, portanto, uma relação de poder, um ato de poder. Não há dúvida que, há cinquenta anos, a colonização tem sido empregada no Brasil como estratégia governamental de povoação de novas terras: em diversos momentos da história recente, apesar de nem sempre se apoiar nas mesmas concepções e nem sempre empregar as mesmas estratégias, o que transparece é a decisão política, dando impulso à colonização. Não obstante, se ela é uma estratégia de dominação cujos contornos ainda não se definiram, ela se exerce tanto pela adesão quanto pelo constrangimento, tanto pela criação de um consenso como pela força”.

59 Avançando um pouco no tempo-espaço, é interessante observar que esse argumento “caiu por terra” nos próprios relatórios apresentados, pois, quando a CANGO já estava em pleno funcionamento, como, por exemplo, em relatório do ano de 1955, no auge da migração gaúcha e catarinense para o Sudoeste paranaense, o documento já demonstrava a devastação das matas e a forte preocupação com a erosão: “A acidentada topografia, o solo altamente erosável (sic) e a devastação das matas que se está processando num ritmo avassalador, são fatores que transformarão o sudoeste do Paraná, hoje exuberante, em zona decadente, em menos de 30 anos” (RELATÓRIO DA CANGO, MAIO DE 1955, p. 4).

Segundo nos afigura um trabalho inteligente de *localização de colonos, quer de reservistas do exército, quer de outros nacionais já radicados na região*, deve ser feito, levando-se em consideração a longa distância e a falta de fáceis meios de transporte. (...) *A construção de boas estradas de rodagem deverá ser o ponto de partida deste magno problema*, para que seja facilitada a saída de tudo que, produzido na Colônia, suporte o frete da fonte de produção até o mercado consumidor. (...) Enfim, com a ligação dos 40 quilômetros já construídos e a abertura de 120 kms., ainda restantes, teremos conseguido uma das melhores *estradas estratégicas* do Brasil (...). Uma providencia que se torna necessária e inadiável é a *construção provisória de ranchos*, os quais serão futuramente substituídos por casas padronizadas. Para que seja posta em prática tão imprescindível medida faz-se mister a *montagem, no local da colônia, de uma ou mais serrarias, afim de suprir em madeira beneficiada os interessados, na instalação de suas moradias. Juntamente com reservistas do exército, objeto principal do presente trabalho*, segundo nos parece, seria aconselhável à localização imediata, na zona da faixa escolhida, *de cerca de 250 famílias de agricultores genuinamente brasileiros* (RELATÓRIO DA CANGO, 22 DE JULHO DE 1942, p. 6, [grifos nossos]).

Formataram-se as condições para a localização dos migrantes (reservistas do exército e/ou agricultores nacionais), através da criação de estradas que iriam ajudar a *fixar* no território os migrantes e escoar a produção dos mesmos. No entanto, a criação de uma infra-estrutura básica esteve vinculada, fundamentalmente, à reprodução dos interesses do Estado, especialmente os do *projeto* da *Marcha para Oeste*, através, neste caso, do fortalecimento do mercado interno e da produção de alimentos a baixos preços para os trabalhadores da indústria, como ressalta Martins (1982). As ações “colonizatórias” dirigidas, principalmente, para o Oeste brasileiro, a partir da década de 1940, com apelo da *Marcha para Oeste* do governo de Getúlio Vargas, desembocaram sobre a colonização do Sudoeste paranaense e que, portanto, não se dissociaram de um contexto nacional e até mesmo nacionalista.

Toda essa estruturação planejada na/da fronteira e do direcionamento de correntes migratórias, vinculava-se à reprodução do capitalismo.

Para Harvey (2005, p. 64), “o capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, *intensificação geográfica*. Para o capitalismo sobreviver deverá existir ou ser criado um espaço novo para a acumulação”. E, a expansão capitalista na fronteira está vinculada ao processo de reprodução/sobrevivência do capitalismo, pois, é onde muitas vezes que “a resistência” esta “mais fraca” (HARVEY, 2005, p. 71), e também porque esses projetos, como aponta Oliveira (1996, p. 156), apresentam os mecanismos para a reprodução dos interesses políticos, econômicos e culturais: “toda colonização traz consigo os mesmos mecanismos estruturais. Primeiro, projeta-se através dos mapas a delimitação da fração do território a ser tomada. Em seguida, todos os meios são válidos para justificar a conquista”. Ou seja, vai do planejamento territorial e econômico da instalação até os meios ideológicos, das representações, das justificativas e, até mesmo, da força política e física para a legitimação/validação dos interesses do Estado. O Estado que vai se constituindo e se afirmando nesse recorte espacial é a expressão da dominação/exploração territorial existente.

Para Alfredo Bosi, em *A dialética da colonização*, o processo de colonização se refere ao *mandar* e ao *dominar* que se desdobra por um processo político, que é tanto material quanto simbólico. Em concepção ampla, o autor assinala que:

A colonização é um processo ao mesmo tempo material e simbólico: as práticas econômicas dos seus agentes estão vinculadas aos seus meios de sobrevivência, à sua memória, aos seus modos de representação de si e dos outros, enfim, aos seus desejos e esperanças. (...) não há condição colonial sem um enlace de trabalho, de cultos, de ideologias e de culturas (BOSI, 2001, p. 577).

Esse relatório definia também o tamanho das propriedades que seriam doadas aos reservistas do exército e/ou agricultores nacionais; estas deveriam “ser de 50 hectares ou aproximadamente 20 alqueires de 24.200

m²” (RELATÓRIO DA CANGO, 22 DE JULHO DE 1942, p. 7). Por fim, o relatório afirmava que a colonização é uma “obra eminentemente patriótica”, e que traria o “desenvolvimento racional do solo”:

Ao nosso ver, essa medida no momento posta em prática, não só seria uma finalidade de grande alcance social, como uma obra eminentemente patriótica. (...) A colonização imediata daquela faixa fronteiriça, além de facilitar o desenvolvimento racional do solo, proporcionará por esse meio a estabilidade dos nossos patrícios, que, até então, como intrusos de terras particulares ou ocupantes clandestinos de outras propriedades, são a cada momento impiedosamente desalojados (RELATÓRIO DA CANGO, 22 DE JULHO DE 1942, p. 7).

Não podemos desconsiderar, neste sentido, que a colonização é um processo sócioespacial material e simbólico, onde se engendram forças imateriais e materiais, como apresentou o relatório, da “obra eminentemente patriótica” e, portanto, identitária, do *ser brasileiro*, bem como do “desenvolvimento racional do solo”, ou seja, da materialização de um processo econômico através da agricultura mecanizada. Construíram-se, assim, as estratégias de “*territorialização*” material e simbólica de colonização na fronteira.

Através do projeto *Marcha para Oeste* mobilizaram-se inúmeras ideologias que buscavam legitimar o projeto de colonização e que, de modo geral, inseriram-se no controle – pela *fixação* de homens e mulheres ao solo pela disciplina do trabalho e na produção de uma agricultura racional – das fronteiras nacionais. Em outro relatório, podemos verificar também essa atenção do poder estatal com a segurança das fronteiras nacionais: “Com o fim de nacionalizar as fronteiras, na forma prevista pelo decreto-lei 1.968, de 17 de janeiro de 1940, e, no intuito de atender a esses servidores da Nação e a outros brasileiros, torna-se necessário à fundação de Núcleos Coloniais nessas regiões fronteiriças” (RELATÓRIO DA CANGO, 17 DE MAIO DE 1941, p. 7). Portanto, após o estudo e planejamento

geopolítico da instalação da Colônia processava-se a *materialização* do projeto no território, como sugeria a comissão responsável pela instalação em outro relatório:

Sugere a comissão:

- que, (...) seja criada uma Colônia Agrícola Nacional, nos moldes das já criadas, capaz de receber não só os reservistas de 1ª categoria do Exército Nacional, com civis nacionais agricultores, dando-se preferência ao estabelecimento dos já residentes e das 250 famílias desalojadas de Rio Caçador;
- que os lotes a serem demarcados sejam de 50 hectares;
- que, no caso de ser aprovado o relatório, com as sugestões feitas, seja logo providenciada a localização das 250 famílias de agricultores acima referidas, bem como imediatamente iniciados os trabalhos de demarcação de lotes (RELATÓRIO DA CANGO, 11 DE AGOSTO DE 1942, p. 1).

A partir do relatório de estudo e planejamento da Colônia, ficou estabelecida a *localização* da *sede*, além de todos os desdobramentos que este projeto de colonização aferido teve na vida de migrantes e das novas relações que se estabeleceram no “território fronteiriço”. Nesse documento, foram estabelecidos os *limites* e a *localização* da sede da colônia:

(...) de acordo com a exposição apresentada em relatório pela comissão especialmente designada para estudar in-locco a região em aprêço, comissão essa composta de técnicos que, estudando cuidadosamente o caso, *escolheram o lugar denominado “Separação”* para a localização da sede em causa (...) por forma que a faixa de terras devolutas, existente no Estado do Paraná e limitada ao Norte pelo rio Iguassú, a Leste pela propriedade “Missões”, do Governo Federal e pela “Fazenda Conceição e Flores”, da família Lanna, ao Sul pelo espigão divisor e a Oeste pelo rio Santo Antonio (...) compreendidas na faixa da fronteira, sejam transferidas para êste Ministério, de *conformidade com os grandiosos planos de colonização nacional que vai integrando o Brasil na posse de si mesmo* (RELATÓRIO DA CANGO, 22 DE OUTUBRO DE 1942, p. 1, [grifos nossos]).

O lugar denominado “Separação” escolhido para a instalação da Colônia Agrícola foi onde surgiu e se desenvolveu, posteriormente, o município de Francisco Beltrão. A partir da criação da CANGO se circunscreveram relações nas suas múltiplas dimensões que acarretaram no surgimento, primeiramente, de um povoado (Vila Marrecas) para, posteriormente, a criação do município. É interessante observar a constante preocupação com a *re-ocupação/colonização* da faixa de fronteira que, como apontava o relatório, estava em “conformidade com os grandiosos planos de colonização nacional que vai integrando o Brasil na posse de si mesmo”, ou seja, a formação e a *expansão territorial* de um processo civilizador (ELIAS, 1994b) que buscava uma integração espacial do território brasileiro. Objetivava-se, com isso, estabelecer os limites através da dominação das fronteiras, do que estava dentro e do que estava fora do Estado-Nação, além da intenção, a partir da *colonização*, de uma “territorialização da história”, ou, como afirma Poulantzas, da história que se processará, a partir de então, em um definido e delimitado recorte espacial, o Estado-Nação:

(...) é esse Estado que instaura a relação particular entre a *história* e o *território*, que opera uma relação particular entre a matriz espacial e a matriz temporal em que a nação moderna permite a interseção e é também sua encruzilhada. *O Estado capitalista estabelece as fronteiras ao constituir o que está dentro, o povo nação, quando homogeneiza o antes e depois do conteúdo do enclave. A unidade nacional, a nação moderna, torna-se assim a historicidade de um território e territorialização de uma história, em suma a tradição nacional de um território materializado no Estado-nação: as balizas do território tornam-se referenciais da história traçadas no Estado* (POULANTZAS, 1980, p. 131, [grifos nossos]).

Assim, a “história de um povo” deverá ser a “história do Estado-Nação”: o Brasil. Através da homogeneização cultural e das relações sociais estabelecidas no território nacional, efetivava-se uma pretensa unificação nacional, criava-se uma territorialidade que iria se desenvolver, a partir de então, dentro dos limites do Estado-Nação. Dominavam-se as

fronteiras nacionais criando, pela disciplina do trabalho e da ideologia, um novo espaço-tempo, centrado em certos objetivos traçados pelo Estado, pela *condensação das relações de força* por meio de uma materialidade e uma imaterialidade no território nacional. Para Tavares dos Santos (1993, p. 13), a colonização é um processo social complexo e multidimensional: a colonização agrícola é a emanção de uma decisão política, porém, não se restringe a isso, como também não é apenas uma estratégia da expansão capitalista em novos territórios; mais que tudo isso, defende o autor, a colonização “é uma forma de produção social num certo meio natural: é um verdadeiro processo social em si”, e está “em estreita ligação com este outro processo social ao qual está indissolivelmente vinculada: o processo migratório” (p. 14).

Inserida no projeto político ideológico da *Marcha para Oeste* no Sudoeste do Paraná, em 1943, através do Decreto nº 12.417, de 12 de maio, Getúlio Vargas criava a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO.⁶⁰ O Decreto de criação da CANGO, em seu art. 1º estabelecia que:

Fica criada a Colônia Agrícola Nacional General Osório, no Estado do Paraná, na faixa de 60 quilômetros de fronteira, na região de Barracão, Santo Antônio, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional de Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. A área a ser demarcada não será inferior a 300.000 hectares (RELATÓRIO DA CANGO, 11 DE AGOSTO DE 1942, p. 1).⁶¹

60 O nome da Colônia também foi definido em relatório: “À nova Colônia, (...) deve ser dado o nome do General Osório, exemplo de caráter e amor à Pátria, a ser seguido pelos brasileiros que prestaram serviço militar e se dedicam às atividades de exploração da terra” (RELATÓRIO DA CANGO, 11 DE AGOSTO DE 1942, p. 2).

61 Segundo Tavares dos Santos (1993, p. 28), durante o Estado Novo “entre os anos de 1941 e 1944, sete dessas colônias foram fundadas: Goiás (GO) com 250.000 ha. e Bela Vista (AM) com 300.000 ha., em 1941; Monte Alegre (PA) com 443.000 ha. Barra do Corda (MA) com 300.000 ha. em 1942; General Osório (PR) com 300.000 ha; Dourados (MS) com 300.000 há., em 1943; e Oeiras (PI) com 300.000 ha. em 1944. Portanto, um total de

Apesar do decreto de criação da Colônia Agrícola ser referente ao ano de 1943, a mesma só começou a atuar efetivamente no território em 1948; primeiro, a Colônia se instalou provisoriamente no Sudoeste paranaense no povoado de Pato Branco com um escritório, para depois começar a abertura da estrada até o lugar onde seria fixada e construída a sede: futuro município de Francisco Beltrão. Jahyr de Freitas Júnior, filho do funcionário público (falecido) que trabalhou na CANGO na época, em entrevista nos disse que:

Meu pai [Jahyr de Freitas] quando veio do [estado do] Rio de Janeiro pra cá para trabalhar na Cango, ele ficou de janeiro de [19]44, pra janeiro de [19]48 em Pato Branco, quatro anos e meio. Nesse tempo, a CANGO se instalou em [Francisco] Beltrão. (...) Aqui em [Francisco] Beltrão não tinha nada; então tiveram que abrir a estrada de Pato Branco até aqui para limpar um terreno em [Vila] Marrecas na época, derrubar o mato para construir os barracões; (...) mas era uma dificuldade, porque estrada não tinha e a CANGO abriu a estrada de Pato Branco pra cá, aquela maquinazinha que tá ali, era puxada por trator [faz um gesto com a mão apontando e se referindo a uma patrôla que é hoje um monumento no bairro da Cango, onde reside atualmente]. (...) Pra abrir a estrada e construir as instalações demorou quatro anos (Jahyr de Freitas Júnior).

O projeto *Marcha para Oeste* se desdobrava no Sudoeste paranaense com a criação e atuação da Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO –, que é um *marco* político administrativo do território para o povoamento/colonização e, posteriormente, para as relações econômicas, políticas e culturais estabelecidas na Vila Marrecas, como no surgimento e desenvolvimento no/do município de Francisco Beltrão. Também a criação da CANGO no Sudoeste do Paraná bem como de outras Colônias Agrícolas Nacionais pelo interior do país, foi uma maneira do Estado descentralizar seu poder de decisão pelo território brasileiro, controlando

2.223.000 ha”.

“territórios” através da institucionalização de um poder local. A CANGO foi uma organização territorial criada para negociar e articular o controle do Sudoeste paranaense para o Estado-Nação, pois como considera Becker (1983, p. 15), “Para manter o controle do espaço, o Estado necessita institucionalizar um poder local, capaz de com ele negociar e se articular. Daí o interesse de diferentes organizações na estratégia da descentralização do poder de decisão”. Assim, a origem do povoado Marrecas esteve intimamente ligada à instalação da CANGO:

A origem do povoado [Vila Marrecas] muito se deve a Cango. No início da década de 40, o governo Getúlio Vargas determinou a “Marcha para o Oeste”, criando várias colônias federais, cuja finalidade era desbravar terras inexploradas, antes que os países vizinhos o fizessem. Foi daquela marcha que resultou a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), pelo Decreto nº 12.417, de 12 de maio de 1943.

Até atender todo o lado burocrático de criação da Colônia e contratar os primeiros diretores e funcionários, era novembro. Foi o mês de chegada em Pato Branco de Jahyr de Freitas (...) e sua primeira turma, comandada pelo agrônomo Eduardo Virmond Suplicy (...). Foram obrigados a se estabelecer lá porque no local da futura colônia só havia mato, entrecortado por uma ou outra clareira aberta por caboclos ou fugitivos da polícia que viviam da caça, da pesca e da comercialização de peles.

Até iniciarem a primeira picada rumo à Colônia já tinha começado o ano de 1944. E até completarem os 55 quilômetros de picadão, que marcava o limite das terras da Cango, já tinha começado o ano de 1948. O objetivo era chegar ao centro da Colônia, mas os primeiros barracões foram erguidos provisoriamente próximo ao rio [Marrecas] e ali acabaram ficando para sempre. O primeiro dia de aula, da Cango e da Vila Marrecas, com a professora Idalina Zancan (...) aconteceu no dia 3 de maio de 1948. (...) Foi em meio de 1948 que a Cango começou a atender (JORNAL DE BELTRÃO, 14/11/1993, p. 5).

Desdobrava-se com a criação da CANGO a origem, concomitante, da Vila Marrecas. A partir do projeto de colonização tinha-se, também, a

criação de um povoado, ou seja, originava-se aliado à expansão da fronteira agrícola a expansão de uma fronteira urbana através da migração. Como ressaltava Becker (1990, p. 44), a expansão da fronteira urbana se liga à mobilidade do capital e da (força) de trabalho: “uma fronteira urbana é a base logística para o projeto de rápida [re]ocupação da região, acompanhando e mesmo se antecipando à expansão de várias frentes”. A urbanização, aliás, “não é aí uma consequência da expansão agrícola: a fronteira já nasce urbana, tem um ritmo de urbanização mais rápido que o resto do Brasil”. E, esta “feição está intimamente associada à migração”.

Pela mobilidade do capital e da força de trabalho gaúcha e catari-nense para o Paraná, temos a expansão da fronteira agrícola e urbana. Ru-bens Martins (1986, p. 32), médico do povoado de Marrecas no período, em seu livro de memórias “oficiosas”⁶², afirma que com a localização da Colônia Agrícola Nacional General Osório na margem do rio Marrecas, e com a construção pela referida colônia da estrada estratégica Conrado-Marrecas, grande número de migrantes, principalmente dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, afluíram à localidade dando início à construção do povoado de Rio Marrecas. O médico ainda relata como e porquê migrou para trabalhar em Vila Marrecas:

Os mapas do Paraná não consignavam, na época [1949], nenhuma cidade com o nome de Francisco Beltrão; havia, onde hoje floresce aquela próspera comuna, num minúsculo povoado, situado na extensa área territorial do Município de Clevelândia, denominado Marrecas, distante sessenta e oito quilômetros de Pato Branco, onde o Ministério da Agricultura instalara a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO). (...) Dizia-se então que a CANGO, abrindo caminho através das matas do sudoeste paranaense e

62 Rubens Martins era médico e migrou de Curitiba para Francisco Beltrão em 1949 para trabalhar na CANGO sendo, também, o primeiro prefeito de Francisco Beltrão. Por isso, as memórias de seu livro estão situadas no “lado” hegemônico do processo de colonização/re-ocupação sendo que, por isso, apontamos como “memórias oficiosas”.

investindo na região vultosas somas na construção e conservação de estradas; fazendo cessão gratuita de terras agricultáveis; prestando aos colonos nelas localizados assistência médica, farmacêutica, odontologia e financeira; orientando-os no amparo da terra e assegurando-lhes mercado fácil e compensador para o produto de suas lavouras, *faria Marrecas uma nova Califórnia, futuro celeiro do Brasil* (R. MARTINS, 1986, p. 1, [grifos nossos]).

Deslocavam-se para o povoado, nesse período, além de *colonos*, profissionais urbanos (médicos, dentistas, açougueiros, farmacêuticos, comerciantes, professores, operários dentre outros) para trabalhar nas diversas funções que foram surgindo e/ou necessitando com a formação do aglomerado urbano; a migração, ocorreu assim, em grande medida, de *colonos* para o campo, mas também contou com trabalhadores urbanos para a formação do povoado.⁶³ Assim é que “virão para o sudoeste paranaense não só agricultores, mas habitantes das cidades gaúchas – e de outros pontos do país – cuja capacitação profissional ia do pequeno comerciante, prestador de serviços, até os profissionais liberais, de formação universitária” (PADIS, 1981, p. 172).

Ao mesmo tempo em que a zona urbana da Vila Marrecas e do Sudoeste do Paraná foi sendo criada e expandida, novos sujeitos foram chegando para atuar e/ou criar novos elementos como o comércio (mercados e lojas), os clubes sociais, os postos de combustíveis, as sapatarias, os hospitais, os bancos dentre outros que foram dando novas formas e conteúdos e complexificando o território, que buscava cada vez mais atender uma maior demanda de novas funções que se especializavam e que se especializavam no campo e na cidade. Novas necessidades, novos sujeitos e novas territorialidades e, com isso, o território foi tendo sua estrutura

63 Para Bosi (2001, p. 11), colono é aquele que mora/ocupa/lavra terra de outrem (alheia). No entanto, consideramos colonos, em nosso estudo, aqueles sujeitos (trabalhadores agrícolas) que dispunham e/ou estavam em busca da posse de uma pequena propriedade rural.

alterada. Na medida em que no novo território surgiam novas possibilidades de inserção social para determinados indivíduos, estes migravam em busca dessa inserção pelo trabalho e pelo acesso (nem sempre fácil) à terra, fundamentalmente.

Do povoado, que em 1949 tinha “casas existentes que podiam ser contadas nos dedos das mãos”, como relata Rubens Martins (1986), surgia, através da intensa migração, o município de Francisco Beltrão em 1951, mas que, no entanto, só foi desmembrado em 1952 do município de Clevelândia. A fundação de um município era um ato político mas também essencialmente *simbólico* de tomada de posse do território. De acordo com Trindade e Andreazza (2001) a criação de um município apresentava, também, um caráter religioso, por demarcar o espaço de uma comunidade cristã em terras de “povos pagãos”. Para Marx e Engels (1987, p. 34), a “existência da cidade implica imediatamente a necessidade da administração, da polícia, dos impostos, etc., numa palavra, a necessidade da organização comunitária, partindo da política em geral”; esta seria “o resultado da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades”. Além disso, a cidade implica a *civilização* que se territorializa e enraiza a sua história em um delimitado recorte espacial, como considera Maffesoli (1987). Para o autor, ainda:

O objeto cidade é uma sucessão de territórios onde as pessoas, de maneira mais ou menos efêmera, se enraízam, se retraem, buscam abrigo e segurança. (...) Com efeito, aquilo que delimita, pode, na verdade, ser um espaço concreto, mas também pode ser uma “*cosa mentale*”, pode ser um território simbólico, qualquer que seja a sua ordem, mas que bem por isso é menos real. (...) Portanto, em todos os domínios, intelectual, cultural, comercial, político, observamos a existência desses enraizamentos que permitem a um “corpo” social existir enquanto tal (MAFFESOLI, 1987, p. 194).

O processo e a *rapidez* da expansão da fronteira urbana e agrícola, bem como a transformação com a apropriação do território intensamente

acelerada, foram ressaltadas pelo Jornal de Beltrão, de 20 de dezembro de 1952: “O que chama a atenção na história de [Francisco] Beltrão e região é a rapidez dos acontecimentos. Cinco anos após a construção dos primeiros ranchos de madeira lascada já era sede de município e palco de acirradas disputas políticas”; eram “tempos de famílias novas e numerosas” (p. 2).⁶⁴ Nascimento (1997, p. 12), discutindo a *aceleração temporal da fronteira* para Rondonópolis, em Mato Grosso do Sul, considerou que a característica fundamental desse processo é a *rapidez* das transformações *sociais* e *espaciais* em tempo curto pois, “a *aceleração temporal da história* – aceleração da transformação espacial e social, que tornou as fases do desenvolvimento curtas e densas (...) [processa-se] no sentido da integração econômica (...) aos contextos nacional e internacional” (grifos do autor).

Rubens Martins (1986) também assinalou nesse processo a *rapidez* com que se (trans)formava a vila Marrecas em “cidade adulta”:

(...) mal clareava o dia, Marrecas se punha em *ritmo crescente*, no bater cadenciado dos machados e dos martelos que anunciavam o surgimento de *novas construções*, prenúncio de sua breve transformação em cidade adulta. À orquestração do progresso, se contrapunha o alarido das tirivas e das baitacas que em revoados de protesto, numa atmosfera poluída pelo fumo das queimadas, teimavam em permanecer em seu habitat e não cedê-lo àqueles que, em nome da *civilização* e do *progresso*, o estavam destruindo (R. MARTINS, 1986, p. 13, [grifos nossos]).

Na foto 2, a seguir, temos uma vista parcial de Francisco Beltrão em 1952.

64 Em 1951, já existiam no município 350 casas residenciais, hospital, igreja, escola, farmácia, 25 casas comerciais, 2 oficiais mecânicas, 2 ferrarias, 5 marcenarias, 2 moinhos, 2 alfaaiatarias, 2 matadouros, 3 hotéis e 1 fábrica de refrigerantes (R. MARTINS, 1986, p. 33).

Foto 2: Francisco Beltrão, visão parcial – 1952



Fonte: Jornal de Beltrão, 13/12/1991.

O território de Francisco Beltrão, impulsionado pela migração, tem um ritmo rápido, um tempo de grandes transformações, da *aceleração da história* no/do território efetivado pelo trabalho de grande fluxo de migrantes que chegavam diariamente. Como descreveu o jornal local:

Quem chega de outras regiões custa a acreditar que há apenas cinco anos nada existia, além de alguns ranchos de madeira lascada, onde hoje se ergue a sede do município de Francisco Beltrão, com ruas traçadas e contando com mais de 300 moradias. Mas temos aí dezenas de pessoas que confirmam, foi tudo bem mais rápido do que se podia imaginar, ao contrário de Pato Branco, por exemplo, que já era colônia agrícola há mais de 30 anos, ou desde 1918. *Um fator que contribui para a formação rápida de [Francisco] Beltrão, assim como acontece com muitas outras cidades que surgem no Paraná, é a grande leva de agricultores que migram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.* O ex-motorista de caminhão e atualmente agricultor Armando Scotti conta que conheceu Marrecas em 10 de janeiro de 1947, quando trouxe uma mudança de Nova Prata, RS. Exatamente um ano depois, 10 de janeiro de 1948, veio para ficar. A vila continuava em início de formação e as primeiras casas de madeira serrada estavam sendo construídas. Mas em apenas um mês ele viu iniciarem a construção

de mais vinte novas casas. “E de lá pra cá foi sempre nesse ritmo”, arremata Scotti. O carpinteiro Herculano Meurer, que chegou de Urubici, SC, em 20 de janeiro de 48, confirma: “As famílias de colonos vêm do Sul igual chuva de pedra. Se contar as que ficam aqui e as que seguem adiante, é 15 a 20 mudanças por dia. A terra é boa e trabalho não falta. É o meu caso. Cheguei às dez horas da manhã, à tarde e já comecei a encaibrar a casa do Fredolino Kerich, depois ajudei a cobrir o hotel do Damásio, trabalhei na ponte da Cango e até hoje não fiquei um dia parado por falta de serviço” (JORNAL DE BELTRÃO, 20/12/1952, p. 4, [grifos nossos]).

A expansão territorial da fronteira se efetuava por novos tempos, por novos ritmos realizados pela migração e, por extensão, por novos sujeitos que buscavam efetivar o seu modo de vida (em que o trabalho exerce grande centralidade), através da produção/comercialização de mercadorias, da festa, da religiosidade, da construção de toda uma infra-estrutura urbana. De acordo com Martins (1997), a fronteira impõe um tempo novo de profundas transformações sociais e territoriais.

Segundo Raffestin (1993, p. 78), a escolha pela imigração para áreas de fronteira “indica a vontade de economizar o tempo ou de valorizá-lo, o que dá no mesmo. Mas o ganho em tempo se traduz numa modificação qualitativa da população. (...) a imigração é uma solução relativamente rápida”. Para o autor, o “Estado, que visa o povoamento de uma região, de uma zona, talvez escolha a imigração se quiser realizar o seu programa num lapso de tempo dado”; logo, a “escolha depende do tempo disponível, da dimensão do espaço e dos meios” (p. 79). Com a migração, as organizações, segundo o autor, adotam diversas estratégias para aumentar o movimento ou, ao contrário, para freá-lo. As políticas migratórias são de extrema importância porque controlam e administram os fluxos para as organizações, e que resultam na dominação do território pela “forma cultural” (em sentido amplo) de ocupação.

Através do deslocamento de migrantes para Francisco Beltrão, tivemos a aceleração da história (ou de estórias-de-vida⁶⁵) que se territorializavam-se no espaço; o tempo, os ritmos foram intensificados pelas novas relações estabelecidas no território em suas múltiplas dimensões; os novos ritmos impuseram novas e rápidas territorialidades que transformaram o território e os sujeitos, concomitantemente. (Trans)formavam-se o território, (trans)formavam-se os sujeitos. Novos tempos, novos ritmos cristalizaram-se, formando um novo território, com novas relações que se espacializavam.

Como nos falou Antonio Mendes, em entrevista: “O povoado naquela época tava crescendo muito, chegava muita gente, né? Aí tudo ia mudando, iam derrubando o mato e construindo e plantando, tinha muita gente disposta pro trabalho naquele tempo”. Observa-se nas décadas de 1940/50, uma constante transformação com a chegada de migrantes (na sua maioria em grupos de famílias), como nos informou Elza Comunello, umas das “primeiras” moradoras de Francisco Beltrão que migrou nesse período: “Chegava muita gente todo dia; minha nossa! Aquele estradon cheio de poeira vivia cheio de família que chegava pra morá na Vila”. Amábili Rosseto, gaúcha de Erechim, veio do Rio Grande do Sul para a vila Marrecas e logo montou, com seu marido, o “Bar Rosseto”, o principal ponto de parada para as refeições e encontro das famílias gaúchas e catarinenses que chegavam. Hoje, com 82 anos, ela comentou sobre a intensa chegada das famílias de migrantes, naquele tempo, em seu “bar”:

65 Segundo Doreen Massey (2008, p. 29), o espaço está sempre em construção: “Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-*entre*, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado”. E, por esta acepção, a autora afirma que “Talvez pudéssemos imaginar o espaço como uma simultaneidade de estórias-até-agora”.

Chegavam, almoçavam, paravam, esperavam. Ali era a parada do tempo antigo. As famílias chegavam do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e ali era a primeira parada. Eles paravam e comiam e depois iam procurar as terras aonde tinham comprado ou iam comprar. Mas ali no Bar, era o lugar de chegada das famílias. (...) Passava muita gente pra compra de terra. Muita gente. Mas tinha muita gente pobre em busca de terra, querendo terra barata. Tinha muita gente com pouco dinheiro. (...) O bar era o único da cidade naquele tempo. Era o ponto de encontro. (...) Muita gente se reunia lá. Tinha um movimento grande (Amábili Rosseto).

É importante perceber através da fala, que muitas famílias vinham comprar terra barata e que muitos tinham poucas condições financeiras para aquisição da mesma; isso demonstra que nem todos os migrantes (colonos) tinham o mesmo capital para a compra de terras; por isso, a disponibilidade e localização das terras não eram as mesmas para todos aqueles que chegavam; os migrantes que tinham poucos recursos financeiros para a compra só conseguiam, em sua maioria, adquiri-las com a topografia mais acidentada, com solos mais pedregosos e com localizações desprivilegiadas em relação aos povoados e as cidades que nasciam; já, aqueles detinham maiores recursos financeiros encontravam maiores facilidades, conseguiam comprar maiores quantidades de terras, com boas localizações e com excelentes fontes de água além, de muita madeira, especialmente, a araucária.

Com a chegada de colonos para compra de terras e de profissionais para trabalhar nas cidades, uma nova geografia era desenhada e o território foi sendo transformado, passando de povoado a cidade rapidamente:

No início era apenas uma estrada, aberta pela Cango, para chegar às terras demarcadas a partir do Rio Marrecas. Mas foi em torno daquele picadão, em poucos anos transformado em avenida, que Francisco Beltrão desenvolveu como cidade. Foi onde surgiram as primeiras bodegas, as primeiras casas comerciais, os primeiros bares, os primeiros hotéis, o primeiro hospital, a primeira emissora de rádio, a primeira sapataria e até o primeiro posto de gasolina.

Rapidamente, Francisco Beltrão se transforma, e esta no caminho do progresso (JORNAL DE BELTRÃO, 15/10/1990).

Pela colonização alterou-se drasticamente o tempo e o espaço regional; a terra adquiriu valor como mercadoria e os sujeitos, grupos e/ou classes sociais traçam suas linhas de poder através da apropriação do solo com a definição/delimitação de seus territórios, instituindo uma nova cartografia e uma nova geografia do poder. Segundo Rubens Martins (1986, p. 25), planejada inicialmente para fixar na lavoura reservistas deslocados para as cidades em decorrência de convocação para a prestação de serviço militar obrigatório, a CANGO passou a beneficiar também, pessoas que não preenchiam tal requisito: muitos gaúchos e catarinenses se deslocaram para ocupar/colonizar o território, pois:

Na década de [19]40, muitos catarinenses e gaúchos, atraídos pela facilidade de aquisição de terras, que eram adquiridas pela simples demarcação, dirigiam-se até a Colônia Missões, área situada a Oeste do Rio Chopin, e aí “tiravam sítio”, numa verdadeira aventura, sem precedentes na história paranaense. Instalavam-se assim os primeiros moradores nesta região, que era mata virgem, povoada de animais selvagens. Muitos caçadores convergiam por esta região, em busca de peles, que eram vendidas no Rio Grande do Sul. A aventura era constante. Mas a colonização iniciava desordenadamente e, de regra geral, por pessoas que não dispunham de muito dinheiro. Estes passavam a cultivar a terra com milho e feijão, fazendo roças nas derrubadas de mato (JORNAL DE BELTRÃO, 27/11/1992, p. 3).

É importante perceber que a *aventura* é colocada (através do discurso *ufanista* de dominação, dos “pioneirismos”, de imposição) como um dos elementos que perfaziam a migração no período; também, o discurso ideológico sobre a grande disponibilidade (mas, de nem sempre fácil aquisição e por isso, na maioria das vezes, não ocorreu pelo “simples” fato da demarcação), pois, como mencionamos anteriormente, segundo diversas

conversas e entrevistas com esses sujeitos em Francisco Beltrão realizadas durante o trabalho de campo, a maioria não tinha as mesmas condições de compra, muitos tinham pouco dinheiro e alguns poucos possuíam maiores condições e acabavam conseguindo as melhores e maiores quantidades de terras. Como afirmou em entrevista Salvador Verdi da Costa: “Quando chegamos aqui era fácil comprar terra, pois tinha muita terra, sabe? Mas, eram aquelas que tinham mais morro e mais pros fundão, né? (...) Porque as melhor que tinham, as mais plana e melhor localizada, só quem tinha mais recurso na época é que conseguia comprar”.

Por isso, um elemento importante que aparece é a forma *desordenada* da colonização, isto é, a CANGO não dava conta de controlar (totalmente) a chegada de grande número de famílias gaúchas e catarinenses sendo que muitos adentravam e compravam e/ou “tiravam sítio” sem a efetiva legalização da Colônia, tornando-se, assim, posseiros no período da *re-ocupação*.⁶⁶ Jahyr de Freitas Júnior afirma em entrevista, os motivos para que muitos gaúchos e catarinenses se estabelecessem fora da área de atuação da CANGO e/ou sem a autorização da mesma para adentrada no território:

As terras aqui eram destinadas aos expedicionários. (...) Então muitos queriam se candidatar e tudo pra ganhá terra daqui. (...) era dado, medido a área, dado a terra e, foice, machado, enxada e uma plantadeira, daquelas de mão era dado para o pessoal que chegava. Mas, como era uma região muito distante e, esses expedicionários eram lá, geralmente do Rio Grande [do Sul] ou, se não de... do Rio de Janeiro; então, ficava difícil, os cara, uns se habilitavam, depois

66 Convém esclarecer que a área de 300.000 ha nunca foi definitivamente demarcada pela CANGO. Segundo Wachowicz (1987, p. 144), a CANGO nunca teve seus limites definidos no território, apenas a sua extensão que não poderia ser inferior a 300 mil hectares, pois, “os limites da colônia nunca foram demarcados. Sua localização, legalmente falando, ficou como que no ar”. Em entrevista, Jahyr de Freitas Júnior nos informou que a área de atuação da CANGO “era no município de Francisco Beltrão, quase todo, não era todo o município, pegava essa região aqui de Santa Rosa, a região era pequena, não era grande: Santa Rosa, Rio Tuna, não entrava no município de Ampére, por exemplo”.

voltavam, não se acostumavam no sertão, né? Então, com a notícia, o que que aconteceu: o pessoal, os colonos do Rio Grande [do Sul], de Santa Catarina começaram vim, né? Só que se localizavam muitos, fora da área da Colônia, fora da área da CANGO (Jahyr de Freitas Júnior).

A CANGO, apesar de agenciar hegemonicamente o território do Sudoeste paranaense nesse período, entre 1940 a 1970, não detinha o controle total da chegada dos migrantes gaúchos e catarinenses. Wachowicz (1988, p. 200, [grifos nossos]), observa esse “*descontrole na colonização*”, afirmando que “cada dia entravam 10 a 20 famílias, em Francisco Beltrão, *muitas delas sem o controle da CANGO*”. Em nosso trabalho de campo constatamos, também, que nenhum dos entrevistados afirmou que havia ganhado terras e/ou qualquer ajuda da Colônia Agrícola. Quando perguntamos para os entrevistados se haviam recebido qualquer tipo de ajuda da CANGO, todos disseram “não”. Somente Jahyr de Freitas Júnior, filho do funcionário da Colônia, afirmou, como demonstramos anteriormente, que o órgão possibilitava, nos primeiros anos, ajuda aos agricultores.

Segundo Rubens Martins (1986), até 1951, em Francisco Beltrão, existiam na Colônia “35 colonos localizados em lotes medidos e demarcados definitivamente, e os que ocupam lotes apenas apontados são em número de 1981, perfazendo um total de 1845 colonos fichados” na CANGO. O autor assinala que “fora esses, existem colonos que entraram *clandestinamente* em terras da Colônia, e que se colocaram por sua própria conta e que ainda não foram fichados” (p. 44-45). Entretanto, de acordo com outros documentos que dispomos para análise, tais como fotos e relatórios, verificamos que houveram terras doadas; contudo, constatamos também que grande parte dessa “doação de terras” participa de uma construção discursiva da colonização que “vende” uma *imagem* construída pelo Estado paternalista, pois, de modo geral, a terra foi comprada e/ou foi “tirado um sítio” como na linguagem da época. Assim, o processo de apropriação (e dominação) de terras devolutas ocorreu, sobretudo, pela posse, onde o controle através da ordem imposta pela CANGO “resvalava”.

Podemos afirmar que a colonização do Sudoeste paranaense – e de Francisco Beltrão – se deu através de uma ordem que se circunscreveu no interior de uma “desordem”. Houve brechas no poder nacional e local, isto é, na forma de controle da chegada e instalação dos migrantes, pois, essa pretensa desordem faz parte histórica e geograficamente da política brasileira de controle social da “população” e do “território”. A desordem e o descontrole na colonização participaram de uma forma de controle que o Estado brasileiro instituiu. A apropriação das terras por meio da migração, que aparentava uma pretensa desordem, foi, em parte, uma forma de controle instituída no processo de colonização desse território.

Sérgio Buarque de Holanda (2004, p. 33), em *Raízes do Brasil* aponta, por exemplo, que “à frouxidão da estrutura social, à falta de hierarquia organizada devem-se alguns dos episódios mais singulares da história das nações hispânicas, incluindo nelas Portugal e o Brasil”, e fazem parte dessa forma de controle do povo através da “desordem”. Por isso, “A falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno. E é por isso que eram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra nossa desordem”. E, “os mandamentos e as ordenações que elaboraram esses eruditos são, em verdade, criações engenhosas do espírito, destacadas do mundo e contrárias a ele”, pois, “Nossa anárquica, nossa incapacidade de organização sólida não representam, a seu ver, mais do que uma ausência da única ordem que lhes parece necessária e eficaz”. Desse modo, podemos considerar que a forma de controle desenvolvida pelo Estado e pelos grupos hegemônicos locais, no Sudoeste paranaense e em Francisco Beltrão, se desenvolveu também pela “desordem”: um ordem contruída no interior de uma pretensa “desordem”.

A seguir, na foto 3, podemos visualizar o barracão da CANGO, que servia de alojamento para alguns migrantes (colonos) antes de tomarem posse das terras.

Foto 3: Barracão da CANGO – década de 1940/1950



Fonte: Jornal de Beltrão, 13/12/1991.

A CANGO constituiu uma *ruptura* com o período anterior dominado e apropriado pelos caboclos; iniciou-se uma *nova geografia*: aquela dos migrantes gaúchos e catarinenses. O crescimento populacional da Vila Marrecas, desde a chegada da CANGO em 1947, até a posterior criação do município de Francisco Beltrão em 1951, e seu aumento populacional ocasionado pela migração até o ano de 1956, segundo Rubens Martins (1986), ocorreu na seguinte proporção: em 1947 eram 467 famílias, num total de 2.529 habitantes; em 1948 eram 886 famílias, num total de 4.956 habitantes; em 1949 eram 1.068 famílias, num total de 6.045 habitantes; em 1950 eram 1.440 famílias, num total de 7.147 habitantes; e, em 1956 eram 2.725 famílias, num total de 15.284 habitantes.

Podemos verificar, por esses dados, uma *forte* ascensão no crescimento populacional do povoado ao município. O número de famílias cresceu, no período de 1947 a 1956, 583%; e o número de habitantes aumentou, no mesmo período, 604%! Um acréscimo populacional expressivo na medida em que estes dados se referem, apenas, a aqueles/as (migrantes) que estavam cadastrados “*legalmente*” na Colônia. Como ressalta Rubens Martins, (1986, p. 55), “em 1948 a população oficialmente reconhecida – não computados os invasores da gleba, em número supostamente re-

duzido – era de 4.956 habitantes”, destes, “886 (17,87%) constituíam os cabeças da família e 4.070 (82,12%) seus dependentes; 1.245 (25,12%) sabiam ler e escrever” e “3.711 (74,87%) eram constituídos de analfabetos e de crianças em faixa etária ainda distante da escolaridade”.

Podemos apontar que o número de migrantes que chegavam e estavam se localizando em Francisco Beltrão, era bem superior do que os apresentados pelo autor, mesmo que este “suponha” que “os invasores da gleba seriam em número menor do que os cadastrados” e, por isso, “legalizados” pela CANGO. Como nos afirmou Antonio Mendes, “chegava muita gente e a CANGO nem sabia, não tinha como controlar, era muita gente, e a Colônia tinha poucos funcionários; teve muita gente que entrou como posseiro por aí”. Por isso, pressupomos que houve um número expressivo de pessoas que adentraram na área da CANGO sem a sua “efetiva legalização”/controle.

Outro fator importante mencionado por Rubens Martins, (1986, p. 56), é que parte da população migrante que chegava a Colônia, “3.711 (74,87%) eram constituídos de analfabetos e de crianças em faixa etária ainda distante da escolaridade”. Isso possibilita desmistificar uma idéia muito recorrente de que migrantes do Sul do Brasil sempre tiveram boa escolaridade. Também, corroborando com essa condição de precariedade que esses migrantes estavam, outro relatório da CANGO sobre o serviço médico da colônia, relatava que os colonos migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que se deslocaram, não eram aqueles idealizados como “modelo de ser humano”, por serem, sobretudo, descendentes europeus, como muitos discursos sobre os pioneiros acabaram por construir, se cristalizando enquanto hegemônicos; segundo o relatório:

A população da Cango, em sua maioria oriunda do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina não apresenta a qualidade do material humano existentes naqueles Estados.

É que 80% dos nossos colonos foram marginais (sic) antes de aportarem nesta Colônia.

Era gente sem terra, operários braçais, desajustados, foragidos da lei, fracassados que aqui vieram em busca das facilidades oferecidas pelo Governo (...). Nestas condições não foi a melhor espécie de agricultor que demandou à Cango.

Há muita verminose, lues, gripe endêmica, tuberculosos, ulcerosos, para citar somente os casos mais freqüentes (RELATÓRIO DA CANGO, 15 DE ABRIL DE 1955).

O movimento migratório começou a se intensificar nas décadas de 1950 e 1960. De acordo com Magalhães (1996, p. 22), no período entre os anos de 1940 a 1970 o Paraná é *marcado* por um intenso e acelerado processo migratório de expressivos contingentes populacionais provenientes de outras regiões do país. Neste período, ocorre uma *re-ocupação*/colonização com a apropriação do território em um impressionante movimento de *expansão* e *consolidação* da fronteira agrícola. Em paralelo ao crescimento da população rural, verificado neste período, articula-se a proliferação e expansão de muitos núcleos urbanos, que nasciam para dar suporte às atividades agrícolas crescentes.

Os passos da re-ocupação no Sudoeste paranaense começaram a ser definidos a partir das ações governamentais e da mobilização de um grande contingente populacional que se dirige ao longo da fronteira Oeste do Brasil. Este processo começa a ser implementado a partir de meados de 1940 e apresenta características próprias, portanto, pautadas na fixação definitiva de núcleos coloniais e urbanos, dando ênfase ao estabelecimento de comunidades (muitas vezes étnicas, como, por exemplo, por descendentes de italianos, alemães e poloneses) organizadas em vilas e cidades.

Para Magalhães (1996, p. 23), a integração e a dinamização do Sudoeste paranaense tiveram início nos últimos anos da década de 1950 com os primeiros esforços para a implantação de um sistema viário que, conjugado à capacidade técnica dos produtores e à boa qualidade dos solos, viabilizou e impulsionou a produção de excedentes para comercialização. Aos poucos, a renda monetária de parte da população foi se elevando, o

mercado se ampliando, o comércio se expandindo. Novos capitais aconteceram no território e as propriedades agrícolas se formaram, principalmente em áreas ainda “não ocupadas”. Cidades proliferaram por todo o território a um ritmo *rápido*.

Grande parte do contingente de migrantes veio do estado do Rio Grande do Sul, onde a perda de população foi intensa no final da década de 1940: “Em 1949 o saldo migratório era desfavorável ao Rio Grande do Sul em cerca de 155.746 pessoas”, pois “Muitos pequenos proprietários (...) venderam seus lotes coloniais e se deslocaram em direção ao Sudoeste do Paraná para reproduzir, nesse Estado, uma economia camponesa semelhante à gaúcha”, contudo, “em terras mais férteis e mais próximas do Centro do país, conquistando parte do mercado nacional no momento seguinte” (FERES, 1990, p. 499). A *escassez* de terras no estado do Rio Grande do Sul fez com que os migrantes reduzissem o peso demográfico sobre a “área esgotada”, vendendo (ou sendo forçados a vender) as suas propriedades e encorajando-se a se reproduzir em outra fronteira. O estado de Santa Catarina e, principalmente, o Rio Grande do Sul, constituíram os *lugares de origem* da migração para Francisco Beltrão. Perguntamos a um migrante de onde veio à população que chegava em Francisco Beltrão, e este nos respondeu (exageradamente) com um tom (ufanista) dos feitos considerados “heróicos” dos “pioneiros”: “Olha, aqui dizem que 50% é gaúcho e 50% é descendente de gaúchos (risos)” (Salvador Verdi da Costa).

O peso dos gaúchos no município é muito forte. Vejamos os porquês dos gaúchos saírem tanto do seu estado, do “seu rincão”, da sua “terra querida” e “amada”, como muitos nos disseram. Souza (1980, p. 61), considera que foram dois motivos (principais) que acarretaram a emigração do Rio Grande do Sul. O primeiro se refere à significativa e gradativa fragmentação das pequenas propriedades resultante da herança familiar e da pressão demográfica sobre a estrutura fundiária. Segundo, vinculava-se a incipiente indústria gaúcha composta, sobretudo, por frigoríficos e indústrias de armazenamento e transformação de grãos (por exemplo,

moinhos na produção de farinha) incapazes e/ou limitadas para absorver o grande fluxo de mão-de-obra oriunda da zona rural. O Rio Grande do Sul estava, nesse momento, com excedente de mão-de-obra no campo, resultado de um processo de fragmentação das propriedades aliado a uma concepção religiosa, política e econômica das famílias numerosas (com muitos filhos) que acarretavam numa concentração demográfica sobre as pequenas propriedades rurais.⁶⁷ Por outro lado, a indústria gaúcha ainda

67 Sobre a estratégia utilizada pela Igreja Católica para o grande número de filhos nas famílias, vejamos o depoimento esclarecedor e elucidativo de Nair Pilati durante entrevista que realizamos em 03/04/2008, no bairro Cristo Rei, em Francisco Beltrão: “Porque naquele tempo, para os padres, era tudo pecado (...). Agora, nós era castigada naquele tempo, tinha que ter um mundo de filho. Porque mulher que casasse tinha que ter obrigação de ter tanto filho? Tinha que ter tudo o que Deus mandava, porque os padre é quem davam em cima! Viu, se tu fosse na igreja, se tu fosse se confessar, porque naquele tempo tinha que se confessar sempre, dia de hoje a gente quase nem se confessa mais, mas, naquele tempo tudo era diferente, tinha que se confessar. Se tu evitasse um filho, nossa senhora! Acontecia que eles não te davam mais a comunhão na Igreja. Eu na época [década de 1970], era solteira, mas me lembro bem, eu morava lá em Faxinal [município do estado de Santa Catarina], nós trabalhava na Olaria naquele tempo. Daí tinha todas as mulheres lá em redor, e tudo com os filhos já grande, cada uma tinha 2, 3, 4, daí veio os missionários naquele tempo, aquela vez vinham aqueles de Rio Grande [do Sul]. Então chegaram lá em Faxinal, deram em cima que nossa; de certo elas [as mulheres] foram se confessar, contar da família, né? Daí aconteceu de umas seis mulheres lá da comunidade não ganhar a comunhão, sete dia em que os missionários ficaram lá na igreja, naquele lugar. Todos os sete dias que eles tavam lá, elas tinham que freqüentar a igreja que daí depois elas iam ganhar a comunhão, se não, não dava comunhão, porque elas tavam evitando de ter filho; pra você ver como era uma vez. Ah! Mas dali a pouco tempo deu uma enxurrada de criança, tudo chegava barriguda, encheu de filhos naquele tempo. E, isso dava porque tinham aquelas que se cuidavam naquele tempo. Porque, naquele tempo a confissão tinha que ser tudo contado, se não, não era válido, né? Os padres então castigaram a turma de mulher (...). E, daí por causa dos padres que era assim, que tudo enchia as casa de filho, porque era pecado não ter filhos e, por isso todo mundo tinha família grande. Que naquele tempo não é que nem dia de hoje. Que naquele tempo era pouco que tomava comprimido, nem tinham, não tinha camisinha e, dia de hoje é diferente. (...) hoje a religião mudou, eles [os padres] não proibem tanto como antigamente. Claro que mudou a situação hoje do que uma vez. Hoje você vai na Igreja pra ver se tem o padre que dá em cima de cria tanto filhos, de que é obrigatório (...). Agora, falando nisso, uma vez que eu morava ainda ali na roça, 20 anos atrás [ano de 1987] que o falecido [marido] ainda tava vivo, veio os missionário de novo, veio de lá do Rio Grande [do Sul] (...). E, daí o missionário fazendo uma fala, ele fez essa pergunta: “Quantos filhos que um casal tinha obrigação de ter?”. Eu sempre me lembro daquele dia. Daí, tinha o meu compadre lá,

era pequena para o grande número de migrantes que saíam do campo, não conseguindo absorver esse grande fluxo migratório de origem rural. Padis (1981) corrobora com as explicações afirmando que as colonizações alemã e italiana geraram, no Rio Grande do Sul, um excedente populacional em função principalmente do excesso da fragmentação das pequenas propriedades rurais, resultante da herança familiar e da pressão demográfica sobre a estrutura fundiária. Por isso, esse *excedente populacional* gerado é condicionado a migrar para o Oeste de Santa Catarina, até os anos de 1930 e, para o Sudoeste e Oeste do Paraná, a partir dos anos de 1940.

A partir de 1940, desenvolveu-se o processo da chamada “ocupação efetiva” do Sudoeste do Paraná. Esse movimento de colonização está fundamentalmente ligado à migração espacial do capital e da força do trabalho, em função do deslocamento de descendentes italianos, alemães e poloneses oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Ocorreu, um desdobramento social de sujeitos que se territorializaram na forma de pequenas propriedades familiares, artesanais e mercantis, materializando, assim, suas relações advindas principalmente do Rio Grande do Sul, desde o século XIX, no Sudoeste paranaense (SAQUET, 2006, p. 161).

Saquet (2006, p. 162), ainda, aponta que esse processo de reterritorialização de migrantes gaúchos e catarinenses estava vinculado às peque-

o José Garcian, ele falou: “Quantos que Deus queria”, que era tudo vontade do senhor, tá. Daí o missionário disse: “Não! Não! Não é quanto é da vontade do senhor. É da quantia que tu tem o poder de sustentar-lhe”. Se era um, dois, três, quatro, era de acordo com o poder e a possibilidade do casal de criar os filhos. Então, o missionário não veio dizer que tu tinha que ter que encher a casa cheio de filhos, o missionário falou. Tu viu como que ele virou a religião, ele disse assim: “O poder que tu tem, tu tem que ter os filhos” (...). Mudou a forma, antigamente, no meu tempo que eu casei tudo tinha que encher as casa de filho, que era tudo pecado, tudo pecado. Bom naquele tempo que eu casei, olha como que era (...). naquele tempo uma mulher não podia casar grávida, era pecado, tu era excomungada se casasse grávida (...). Dia de hoje a mulherada casa grávida, tudo barriguda com filho no colo, os padres aceitam, não falam nada. Portanto, caiu tudo. Mas, antigamente não era assim com a gente. A mulher, pra ela bota vestido branco ela tinha que ser virgem, porque se não era um pecado grande. Olha então, o dia de hoje mudou tudo”.

nas propriedades rurais, na policultura e no trabalho familiar; estimulou-se o aumento de excedentes mercantis, ocorrendo, com isso, a valorização das terras e a subordinação de produtores agrícolas diretos ao comércio. Criaram-se, nesse sentido, redes de comunicação e circulação para conectar as cidades que foram surgindo, ajudando no seu crescimento, ocorrendo conseqüentemente à expansão da urbanização nesse “território”. Essas mudanças transformaram a estrutura territorial do Sudoeste do Paraná, voltada, a partir de agora, para a “*forma-conteúdo*” implementada pelo Estado e pelos agentes do capital.

Neste contexto, esse *fluxo migratório* para o Sudoeste do Paraná dirigido (em parte) pelo Estado, foi chamado de *frente pioneira*. Para Martins (1997, p. 153), a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre *territórios novos*. Ela é caracterizada também pela “situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social”. Essa concepção de frente pioneira explicita a criação do *espaço novo*, da nova sociabilidade fundada no *mercado* e na *contratualidade* das relações sociais. A frente pioneira é o espaço da migração, do conflito e da alteridade.⁶⁸ Os sujeitos que já estão ocupando a fronteira, índios, caipiras, caçaras, caboclos e camponeses têm um tempo histórico diferente daqueles imigrantes que chegam ao lugar. Estes tempos singulares *se refletem* em um grande *choque* cultural, político e econômico, pois resultam em diferentes visões de mundo e *projetos* para o futuro.

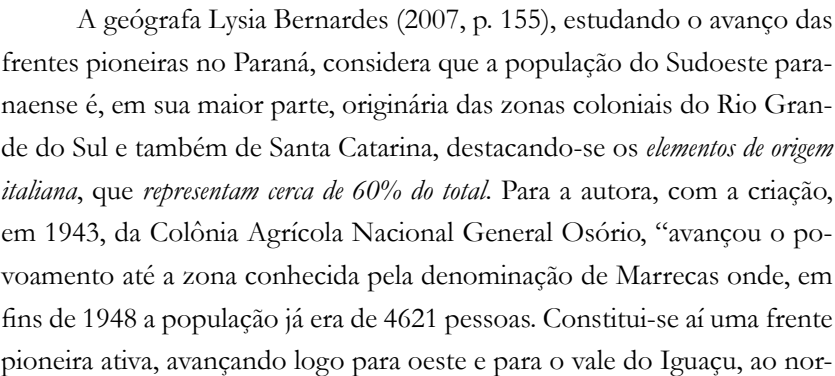
Podemos perceber a realidade dissonante quando há o choque entre “duas populações distintas”, em seus modos de ser e fazer a vida. As

68 Em Mondardo & Goettert (2007b), desenvolvemos a idéia que na frente pioneira é onde se encontram (se confrontam) e se desencontram espaços e tempos diferentes, o espaço-tempo do caboclo, caçara e do índio, de um lado, e o espaço-tempo do “pioneiro” colonizador e “civilizado” de outro que, conseqüentemente resulta, no *choque* de concepções e visões de mundo distintas.

relações entre estes sujeitos que “se encontram” na fronteira são complexas pelas diferenças de tempos e espaços vividos por cada grupo, pela forma que cada “sociedade” se organiza e busca reproduzir para sobreviver. Segundo Raffestin (1993, p. 79), “o Estado, que visa o povoamento de uma região, de uma zona, talvez escolha a imigração se quiser realizar o seu programa num lapso de tempo dado. Nesse caso a escolha depende do tempo disponível, da dimensão do espaço e dos meios”. Na frente pioneira materializa-se a racionalidade econômica e a constituição formal e institucional das mediações políticas que se estabelecem visivelmente em todos os lugares e momentos da nova organização sócio espacial.

Foi dentro do contexto da expansão territorial da frente pioneira que a migração avança sobre o território paranaense e aumenta o contingente populacional de Francisco Beltrão e do Sudoeste do estado se apropriando do recorte espacial, especialmente, com agenciamento do Estado. Para se ter uma noção quantitativa da intensidade deste fluxo migratório, a população do Sudoeste do Paraná passou de 76.376 habitantes, em 1950, para 230.379 habitantes, em 1960, com 59% dessa população (119.787 pessoas) na área rural. A taxa de crescimento populacional no Brasil, nessa mesma época, era de 3,12%, a do estado do Paraná de 7,23% e a do Sudoeste, de 12,4% (FERES, 1990). Segundo Martins (1986b, p. 138), o estado do Paraná experimentou uma taxa de crescimento anual de sua população de 5,62% entre 1940 e 1950, 7,22% entre 1950 e 1960, e 5,00% entre 1960 e 1970. A mobilidade gaúcha e catarinense, nesse período, tinha como principal lugar de destino o Paraná.

Para Wachowicz (1987), foi nos anos de 1954-1955 que se inicia o grande afluxo de migrantes para o Sudoeste paranaense. O migrante *gaúcho* acelera sua participação, tornando-se *majoritário*. Entretanto, essa corrente migratória procedente do Sul do país, formando uma frente pioneira da colonização, não ficou restrita ao referido recorte espacial. Ela atravessa



te” (p. 156). Através deste crescimento populacional a influência da cultura e etnia dos italianos, alemães e poloneses, nesse processo, foi imensa. Os traços, as geografias e histórias impregnaram o território cristalizando nas atividades do trabalho, da festa, nas relações de vizinhança, de amizade e de parentesco.

A CANGO acarretou, portanto, a territorialização (através, sobretudo, das migrações) de um novo espaço-tempo e, por extensão, de uma nova geografia no Sudoeste paranaense. Com a instalação da Colônia se transformaram, em grande medida, os contextos, as experiências, a população, enfim, as relações sócio-espaciais, a delimitação e o agenciamento de novas relações de poder que construíram o território de Francisco Beltrão. O *projeto* provocou o *nascimento* de um *novo espaço-tempo*, ocasionado em grande medida pelas migrações e pelas novas relações que estes migrantes estabeleceram. Temos, com a vinda/chegada dos migrantes, uma *ruptura* com o *período* até então hegemônico, de ocupação/uso/apropriação e dominação consubstanciado pelos caboclos. Os migrantes trouxeram o *novo*: novas relações (de poder), novas experiências, novas situações, novas intenções, isto é, novas relações econômicas, políticas e culturais. Uma nova racionalidade e um outro modo de vida com um novo *projeto* civilizador do Estado do qual a migração gaúcha e catarinense para o Sudoeste paranaense fazia parte.

Com o agenciamento do Estado no território instalou-se um novo tempo-espaço no Sudoeste paranaense e, por extensão, de Francisco Beltrão, que denominamos de *período técnico*. O período de ocupação/colonização do território pelos migrantes gaúchos e catarinenses se deu por uma série de transformações, sendo uma das mais significativas à incorporação de novas técnicas ao território, novas próteses que impregnaram as relações para, especialmente, circular a produção e as pessoas e acelerar, assim, a reprodução das relações sociais e a acumulação do capital.

Nesse sentido, apoiados em Santos & Silveira (2006, p. 27), entendemos que o período entre 1940 a 1970 se caracterizou no Sudoeste pa-

ranaense – como em parte do Brasil – pelos *meios técnicos*. Para os autores, no Brasil, “A segunda grande fase é a dos diversos meios técnicos, que gradualmente buscavam atenuar o império da natureza”. Esse período é constituído pelas técnicas da circulação mecanizada e da industrialização balbuciante e, também, pelos primórdios da urbanização. Ocorreu, por exemplo, a construção de estradas de rodagem para a integração nacional do território e do mercado no Sudoeste paranaense, que trouxeram novas *grafias* e que deram novos ritmos e contornos ao espaço, enfim, que condicionaram novas territorialidades. Os migrantes estruturaram o território através da fixação de próteses técnicas para sobrepor o tempo-espaço de organização e de produção da “natureza”, como ocorria hegemonicamente no período dos caboclos, o período “natural”.

Com isso circunscreveram-se no território, novas relações externas e internas. Surgiram várias estradas e cidades que fizeram com que o Sudoeste fosse interligado com outros lugares do Paraná e do Brasil. Com isso, a produção de alimentos pôde ser escoada e ainda novos produtos industrializados puderam ser trazidos para o território para a sua comercialização. Esse rompimento de barreiras espaciais com vias de circulação, propiciou que novas técnicas fossem implementadas na agricultura com a chegada de tratores, caminhões, automóveis etc., que implementaram um *novo tempo* para o *uso* do território. Houve, deste modo, uma série de mudanças significativas para que ocorresse um “novo” rearranjo e uma re-funcionalização no uso do território do Sudoeste do Paraná pelos migrantes gaúchos e catarinenses e pela atuação do Estado.

Assim, com a criação/instalação da CANGO o Sudoeste paranaense foi *reinventado*, especialmente pelo discurso hegemonico estatal que buscou cristalizar e legitimar/acionar uma nova e atrativa região para receber migrantes, e será essa *reinvenção* da região para a migração que analisaremos no item a seguir.

3.2 O “lugar do futuro”: a (re)invenção do Sudoeste paranaense entre 1940-1970

Compreender como que uma região⁷⁰ muda seu significado no decorrer do tempo histórico é de suma importância para verificar como que a representação articula a *função* do espaço por interesses específicos, interligados em torno de *projetos* políticos e ideológicos que buscam legitimar e dar *novo sentido*, nova imagem, nova forma-conteúdo atrelada intimamente a um novo discurso, a uma nova rede de poder e de saber, que produz novas relações e uma nova ordem à região.

Pretendemos analisar em seguida, o Sudoeste paranaense, no período de 1940 a 1970, enquanto o “lugar do futuro”, ou seja, enquanto uma *nova representação* do espaço que produz uma região atrativa para receber migrantes gaúchos e catarinenses de seus estados de origem. A reinvenção foi produzida enquanto uma *nova re-apresentação* do espaço (MASSEY, 2008), especialmente por um espaço representado a partir da idéia de “lugar do futuro” (Vila Marrecas e posteriormente Francisco Beltrão) pelas suas qualidades “positivas” para a vinda de novos sujeitos; uma região propícia para a reprodução do modo de vida de gaúchos e catarinenses. A região Sudoeste paranaense teve reinventada a sua função e a recém criada Vila Marrecas, nesse momento, começou a surgir representada enquanto o “lugar do futuro”.

Contudo, é importante dizer que nem todas e todos os migrantes gaúchos e catarinenses reproduziam o mesmo modo de vida, pois existiam semelhanças e diferenças internas em relação às condições econômicas e até mesmo culturais que implicaram em tensões e disputas entre eles por terras, por melhores áreas localizadas e maiores extensões das mesmas,

70 É importante assinalar, que a idéia de região enquanto uma representação do espaço, faz parte de uma produção e de uma invenção imagético-discursiva do real, isto é, o real e seus significados *imaginários* instituídos em uma parcela referencial do espaço.

pela maior lucratividade de seus investimentos no novo território, pelo poder simbólico através de maior prestígio e *status* nas relações desenvolvidas.

A região, entre o período de 1900 a 1940, representada como “sertão inóspito”, foi *inventada* tendo como pressuposto *suas* pretensas características “negativas”. No período de 1940 a 1970, a mesma região teve sua *função* transformada e foi reinventada a partir de novas características – “positivas” – que são evidenciadas, acionadas, enaltecidas e mobilizadas enquanto *recurso* através de um discurso repetitivo, criador de clichês, de mensagens, de frases, de imagens, de enunciados, de formas de fazer ver e fazer crer que construíram uma determinada representação de uma região “boa” para a morada, para o trabalho e o não-trabalho e para a festa de gaúchos e catarinenses. De “região-sertão” isolado, “inóspito” e de foragidos da justiça no período de ocupação cabocla, à “terra-lugar” do futuro, do progresso e da modernização agrícola, reinventada pelo discurso do projeto político/ideológico da *Marcha para Oeste* do governo Vargas.

Por isso, para demonstrar a reinvenção da região neste período, utilizaremos, a partir de agora, as *falas* dos *migrantes*, pois foram nelas que percebemos a maior expressão e a cristalização dessa representação da região construída pelo discurso performático do projeto político/ideológico *Marcha para Oeste*. Tais *falas* dos *migrantes* demonstram a insistência de *frisar* o Sudoeste paranaense como “lugar do futuro”, como um espaço que foi *nomeado* e *classificado* por um “discurso de verdade” (FOUCAULT, 1988) que reinventou uma região outrora “sertão inóspito” e não desenvolvida, como o lugar das novas e grandes possibilidades, das oportunidades pretensamente inventadas/representadas enquanto “fáceis” para o acesso à propriedade da terra, à sobrevivência, à reprodução de um modo de vida assentado, sobretudo, na pequena propriedade rural.

Pretendemos questionar, portanto, os espaços como são vistos e como que são enunciados os discursos produzidos, como são falados e

direcionados e *quem os fala*, quem os produz e para que fim. Tentamos apreender, a partir do Sudoeste paranaense nesse novo período, uma *nova geografia* da *distribuição espacial* dos *sentidos* e dos *poderes*, dos significados e das *funções* da representação, pensando as espacialidades como acúmulo de camadas discursivas e de práticas sociais, apreendendo, deste modo, a reinvenção da região por um novo discurso imagético-textual hegemônico que se cristaliza a partir de um *projeto*, a partir de uma luta, de uma disputa, de uma nova forma de ver a região que se torna hegemônica; de um “lugar do futuro” aberto a muitas oportunidades e a uma forma nova de fazer a vida, mas uma forma que se quer hegemônica, pautada no progresso, como o discurso oficial homogeneizou.

A reinvenção enquanto nova e/ou outra representação do espaço foi uma *inversão* de sentido que busca reverter e/ou recriar a teia de poder imagético-discursiva; foi uma nova estratégia discursiva de produção de uma imagem, de um novo espaço-tempo, de uma nova região. Para Albuquerque Júnior (2001, p. 48), a reinvenção de uma região é produto da *emergência* de uma nova sensibilidade carregada e/ou representada por uma nova produção/formação discursiva e de um novo saber. Buscamos perceber, deste modo, nas falas dos migrantes gaúchos e catarinenses, como determinados enunciados re-inventaram uma *imagem* da região e se produziram e se cristalizaram como representação deste espaço, como sua “essência”, como sua “verdade absoluta”, especialmente, para convencimento no *ato da migração* no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina para o Sudoeste paranaense. O poder e o saber de produzir repetitivamente uma região a partir de um discurso onde as oportunidades eram grandes, foi um dos grandes *estímulos*, também, para a vinda dos migrantes. Foi uma maquinaria de poder: do poder imagético-discursivo de *mobilizar* a mobilidade espacial de parte da população sul-riograndense e catarinense.

Com a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório, o Estado Novo buscou estimular através do projeto *Marcha para Oeste* à vinda

de migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para o Sudoeste paranaense, onde estava sendo “distribuída” terras. Esse processo resultou, também, da *propaganda* desencadeada pelo governo federal para atrair migrantes que estivessem “desejosos” em adquirir terras e tornarem-se proprietários. Cabe assinalar que Vargas, de acordo com Oliveira (1999), desde que assumira o governo federal, criou formas/dispositivos de *comunicação* e *informação* voltadas para construir uma *nova imagem* da sociedade, sendo a maior delas o *rádio*. Como afirma Lenharo (1986a, p. 40), “dos dispositivos utilizados em larga escala, o rádio foi o principal deles pelo clima e pelo teor simbólico que alcançara entre emissoras e ouvintes”. Através do apelo no rádio ao desbravamento, à colonização e ao resgate da brasilidade e do sentimento nacionalista, Vargas buscou *legitimar a necessidade* das pessoas *migrarem* e estarem dispostas a trabalhar.

Segundo a socióloga Iria Zanoni Gomes (1986), para estimular a migração de gaúchos e catarinenses, o Estado realizou inúmeras propagandas utilizando as rádios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, especialmente vinculadas nos programas de músicas gaúcha e sertaneja. A promessa da terra gratuita, a ideologia do trabalho, o sentimento identitário do nacionalismo mítico de *ser brasileiro*, formaram, sobretudo, os recursos simbólicos mobilizados, através do discurso, para a migração pois, com:

O sistema de pequena propriedade adotado na colonização, *sem ônus* para o agricultor, com um serviço de infra-estrutura e assistência de saúde e educação totalmente *gratuitos*, aliado a uma *forte propaganda* que se fazia no Rio Grande do Sul, *atraiu* em poucos anos milhares de famílias para a região [Sudoeste paranaense] (GOMES, 1986, p. 19, [grifos nossos]).

O discurso possibilitava recrutar pessoas a migrarem para o Sudoeste paranaense no movimento da “cruzada” rumo ao Oeste. As descrições sobre a região procuravam dar forma-conteúdo pelas “palavras

mágicas” que eram proferidas pelo rádio. A propaganda foi uma das formas de atrair os colonos. De acordo com os *depoimentos* dos *migrantes* que obtivemos nas entrevistas, o que os incentivou a vir para a região foi, também (e, em alguns casos, constitui-se no principal condicionante), a propaganda feita pelo governo federal acerca da doação de terras na CANGO. Vejamos o papel do rádio e da propaganda na fala de um migrante gaúcho entrevistado:

Tu sabe, né? A propaganda é alma do negócio, já dizem, né? Então, Marrecas [atual município de Francisco Beltrão] naquela época ficou afamada; aqui diziam que eram muito bom. (...) A CANGO tava se instalando aqui, e tinha propaganda do Paraná na rádio, que ganhava terra de graça, que tinha um monte de ajuda; aqui era o melhor lugar do mundo, até parecia, né? (risos). Aí muita gente veio assim pela propaganda, né? Nós viemos assim: eu escutei no rádio aquelas propaganda do Paraná e resolvi aventurar; vim na frente, comprei terra, e depois trouxe a família (...) (Antonio Mendes).

É interessante observar como que as representações da região Sudoeste paranaense, efetivadas pelo rádio na época, mobilizaram as pessoas. A reinvenção da *função* da região foi acionada a partir de uma nova e forte construção imagético-discursiva e de poder. A nova representação do espaço se tornou hegemônica e criou, assim, a “necessidade” da mobilidade pela *atração*. Sobre isso, outro migrante narrou que:

Meu pai ouvia muito rádio, naquele tempo era ali que se sabia as notícias; (...) aí estavam só falando do Paraná, eu me lembro; as propagandas do rádio diziam que aqui tinha terra, que tava dando, que aqui tinha mais progresso, tinha mais espaço pra se viver; aí meu pai veio, ele e mais um vizinho de lá do Rio Grande [do Sul], conseguiram terra aqui e a família veio depois; (...) mas, foi pelo rádio que a gente tinha as informações aqui do Paraná (Pedro Miller).

O discurso toma uma centralidade importante, pois a região foi “levada” através da informação pelo rádio para os gaúchos e catarinenses; esse espaço foi informado através do rádio para estimular e convencer as pessoas a migrarem. O discurso se cristalizou e virou a prática, isto é, a prática da política migratória do Estado se efetivou a partir de um conjunto de situações em que a propaganda, por meio de produções de imagens pelas “palavras mágicas” que o poder simbólico (BOURDIEU, 1998) construiu sobre o Sudoeste paranaense neste período. Como sublinha Lenharo (1986a, p. 18), “não há porque dissociar retórica da prática, nem tomar o discurso como adiantado as possibilidades concretas”, pois o “discurso não caminha à parte da prática; ele é parte constitutiva e necessária da política se engendrando” no espaço e no tempo. Pelo discurso podemos verificar como que o poder político se engendrava e se materializava no Sudoeste paranaense pela migração.

Neste âmbito, foi recorrente nas falas dos migrantes a região Sudoeste paranaense ser representada, nesse momento, como o “lugar do futuro”, “qualificada” pela “positividade” do pretenso acesso (nem sempre) fácil e gratuito a terra, da aventura, das novas oportunidades... Vejamos o que uma migrante da época nos relatou:

Um tio nosso que estava aqui em [Francisco] Beltrão, ele foi nos visitar lá no Rio Grande [do Sul]; ele disse que aqui [em Francisco Beltrão] era bom, bom, bom... de viver. Minha nossa! A quantia que esse homem elogiou aqui o lugar para convence a gente vim morar pra cá. (...) Ele tava meio sozinho aqui [em Francisco Beltrão] sabe? Acho que queria companhia e, como a gente se dava muito bem lá no Rio Grande [do Sul], era vizinho de antigamente, então ele foi pra lá e convenceu nós a vim também. (...) Aqui ele dizia que tinha muita terra e muito barata, comprava a preço de banana (risos). (...) Aí, foi... até que ele convenceu nós a vim. Dizia que aqui era um lugar muito bom pra fazer futuro, tinha muita terra pra trabalhá; aí meu marido veio com ele, comprou uma terra barata aqui e viemos depois de mudança (Otília Antonello).

Quando os primeiros migrantes gaúchos foram chegando ao Sudoeste paranaense, a partir, sobretudo, da década de 1940, teceram-se redes de relações sociais entre os lugares de origem e de chegada na migração – entre Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná. Na medida em que os primeiros migrantes foram recebendo os lotes da CANGO e/ou comprando essas terras e se fixando na região, estes enviavam notícias aos parentes e amigos contando como era o lugar, confirmando o recebimento de terra gratuita e/ou confirmando o baixo preço para compra das mesmas e, sobretudo, incentivando outras pessoas a migrarem para a região. Os primeiros migrantes tinham cristalizado em suas falas o discurso estatal da positividade do “lugar do futuro”, do “lugar novo”, das novas oportunidades, do trabalho e da terra gratuita. Sobre essa re-apresentação, o Jornal de Beltrão também demonstra como a Vila Marrecas era comentada no Rio Grande do Sul no período:

No começo da década de 1950, a vila Marrecas era muito comentada no Rio Grande do Sul; muitos eram que elogiavam o Paraná. Em Roca Salles, distrito de Estrela, próxima a Porto Alegre, moravam os irmãos Nelson, Carlos e Ernesto Sanderson. Ernesto gostava de viajar e veio conhecer Marrecas. Ele motivou Nelson a vir à Vila, pois aqui havia boas possibilidades de trabalho e prosperidade, era aonde se podia fazer um futuro melhor. Ao chegar, teve o primeiro problema. Ernesto queria morar em Marmeleiro. Alegava “porque tem luz”. Mas Nelson convenceu-o a ficar com o argumento de que a vila [Marrecas] iria crescer muito e teria grande futuro (JORNAL DE BELTRÃO, 03/12/1991, p. 9).

A construção imagético-discursivo da Vila Marrecas e do Sudoeste paranaense, estava ligada às “boas possibilidades de trabalho e prosperidade”; era o “lugar onde o futuro seria melhor”; era a “vila que iria crescer muito e teria grande futuro”. Ou seja, a construção discursiva cria uma “atmosfera positiva” para a migração, reinventando uma representação do espaço e criando um “clima eufórico” e altamente “positivo” para a mobilidade, para a troca de lugar. Também, em outra entrevista, podemos

perceber a intensidade e a força da reinvenção da representação da região, com suas “qualificações”, com seus recursos simbólicos que tornavam o dizível visível para atração dos migrantes:

Nós viemos, porque o meu pai tava loco pra vir pro Paraná; ele colocou na cabeça que queria vim pra cá. Aí, sabe né? Alguns vizinhos ali de Santa Catarina vieram; nós morava em Xanxerê, né? Aí, diziam que aqui *era o lugar do futuro*, que quem tinha vindo tinha se dado bem, aí, meu pai veio na frente, olhou uma terra, gostou daqui e comprou. (...) Mas tinha muita propaganda do lugar aqui [Francisco Beltrão] (Delina Pagnhol).

Através da informação levada pelas redes de relações sociais a região foi sendo informada, classificada e nomeada pelas suas “qualidades positivas” que mobilizaram e criaram uma “atmosfera” que estimulou a vinda de migrantes. O espaço foi re-apresentado por meio de discursos e imagens construídas no rádio e/ou tecidas nas redes de relações sociais que modificaram a função e os sentidos, apresentando a região de outra maneira nesse período: de “sertão inóspito” no período anterior (1900-1940), a “lugar do futuro” (1940-1970): eis a reinvenção da representação do espaço.⁷¹

Em outra conversa que realizamos com outro migrante, podemos verificar explicitamente como que a região foi reinventada outrora, de “sertão inóspito e atrasado”, para “lugar do futuro” tornando-se hegemônica e parte integrante dos discursos produzidos pelos sujeitos que vieram para o Paraná:

(...) antes, quando falavam de Paraná, a gente fazia o sinal da cruz (faz com gestos o sinal da cruz em seu corpo); aqui não tinha nada, era só sertão! Meu Deus! Depois, sabe? Foi mudando; o pessoal

71 Como afirma Lefebvre (1983, p. 19), “La re-presentación es, pues, presentación, pero debilitada y aun ocultada”.

começou a vir do Rio Grande [do Sul] pra cá, começou a mudar; o pessoal dizia que aqui tinha futuro, que tava ficando bom para se viver, que podia construir uma vida melhor; aí começou o Paraná a ser o melhor lugar, né? Muita gente veio pra cá depois. (...) É, mas no início ninguém queria vir, não tinha nada, né? (Abílio Faquino).⁷²

Podemos apreender a reinvenção da região através da inversão do sentido e da função da representação do espaço. De sertão que causava “espanto” pelo seu “atraso”, ao lugar onde o futuro se mostrava como uma grande oportunidade, como expressado no depoimento de Abílio. De acordo com Almeida (2003, p. 71), o espaço, além de produto das atividades humanas, tem múltiplas *valorizações* como, por exemplo, as representações, que “são fundadas sobre a aparência dos objetos e não sobre os objetos sem si. São criadas para expressão do real no bojo de uma ideologia”. Assim as representações do espaço, mais que *coladas* ao real, são o próprio real se fazendo no movimento e funcionam por meio de ideologias. Neste sentido, percebemos que houve, com a reinvenção do Sudoeste paranaense, uma mudança, pela representação, da apreensão do *status* do real; a *forma* como a região foi modelada por um novo discurso.

Assim, as representações são sistemas de construção/interpretação de espaços para dotá-los de significados e intenções, e também de *esperanças* nos novos lugares na migração! Verificamos, por exemplo, o que Maria Amélia Panhan, hoje moradora aposentada em Francisco Beltrão, nos informou:

72 Esta entrevista foi realizada no ônibus da Unesul durante viagem de Dourados/MS à Francisco Beltrão/PR quando, na oportunidade, por surpresa do *acaso*, viajamos na poltrona ao lado do senhor Abílio Faquino, morador de Francisco Beltrão, que estava se deslocando de Campo Grande – onde residem seus filhos – e nos informou que migrou para o Paraná na década de 1950, sendo que o mesmo, durante o percurso, nos relatou preciosas informações em conversa agradável.

Naquela época, sabe? Todo mundo dizia que Marrecas [atual município de Francisco Beltrão] tava se tornando um lugarzinho bom pra morar; que tinha terra pra gente trabalhá; lá [no Rio Grande do Sul], nós tava desacorçoado, tinha poca terra, nós tava cansado de trabalhar naquele lugar e aqui [Francisco Beltrão] o pessoal dizia que tava bom, que o Paraná não precisava nem trabalhar, que tinha tudo pendurado nas árvores (risos), que era tudo fácil aqui (risos). Meu sogro naquela época dizia desconfiado quando nós viemos: “Não existe lugar que as coisas vêm sem trabalhá”; mas, como tinha gente que dizia que aqui era bom, então, a gente veio. Compramo um pedacinho de terra aqui no interior de [Francisco] Beltrão, aqui na Linha Gaúcha, conhece? (...) E, começamo a fazer a vida de novo, começamo a trabalhar aqui, mas no começo foi muito difícil. Aqui tivemos que trabalhar muito no início, não era fácil a vida naquele tempo (Maria Amélia Panhan).

O que a fala aponta, são as *contradições* entre o discurso do “lugar do futuro” e as condições de vida no próprio lugar de origem do migrante, ou seja, a fala do migrante e as contradições que apresentava a representação hegemônica do novo espaço que buscava convencer e condicionar a migrar, especialmente, em função do “lugar do futuro” ser a terra do não-trabalho. É interessante observar, também, que esse depoimento deixa “cair por terra” a representação hegemônica do migrante (sulista) gaúcho e/ou catarinense trabalhador, pois, muitos *podem* ter migrado, como foi informado nessa fala (inclusive, muito recorrente nas entrevistas que realizamos pois se transformou em um clichê), em função do condicionante *não-trabalho*, ou, de menos trabalho do que o praticado no lugar de origem. O “ideal de trabalho” nem sempre foi o elemento central para a migração, participaram também os desejos e as vontades de mudar para um lugar em que o esforço seria menor para sobreviver, e até mesmo, e com um certo exagero, “enriquecer”.

A narrativa de Maria Amélia Panhan acabou desmistificando que gaúchos e catarinenses migravam, sobretudo, em busca de trabalho, de lugar e/ou de terra para trabalhar. Como verificamos, estes migravam

também pela representação do lugar do não-trabalho. Essas contradições entre migrar para o trabalho e para o não-trabalho fazem parte de um conjunto de *estratégias* de saber e de *poder*, utilizadas e difundidas através das redes de relações sociais entre migrantes e não migrantes, para criar um efeito simbólico e mobilizador para a mobilidade espacial de gaúchos e catarinenses.

A reinvenção da representação do espaço regional foi, neste sentido, realizada por meio da fratura, da quebra, de uma nova identidade espacial, de uma nova forma de ver que se busca implantar através de um poder e de um saber. Pensar a região requer vê-la, e vê-la não é olhar para sua empiria amorfa, variada e colorida, mas (re)inventada/produzida, organizada e controlada a partir de uma dada visibilidade com discursos e imagens que sejam consideradas sintéticas, imagens e discursos que remetam a uma pretensa essência, imagens e discursos simbólicos, direcionadas e que serão instituídas com o seu vir à luz, como a “face” da região.

Em outra entrevista, a descendente de italianos Gema Dilsa Pramim, que migrou para Francisco Beltrão na década de 1940, nos disse que o Paraná estava sendo muito comentado no Rio Grande do Sul como o lugar que tinha “salame, queijo, tudo pendurado nas árvores”:

Olha, naquele tempo todo mundo falava do Paraná, que o Paraná era onde se podia crescê, que tinha bastante terra, que tinha bastante trabalho. (...) Mas, tu sabe os italiano, a gente que era descendente de italiano falavam do Paraná; falavam lá no Rio Grande do Sul que o Paraná tinha tudo, salame, queijo... que tinha tudo pindurado nas árvores, que era só vim pegar, que aqui não precisava trabalhar (risos). Olha, o que era gavado esse Paraná naquele tempo, você nem imagina. (...) Claro que a gente sabia que não tinha isso, mas, sabe? O povo falava; aí vinham pra cá e acabavam comprando terra; uns vinham trazendo outros, sabe? (...) A terra era muito barata naquela época, quando viemos em [19]49 aqui a terra era praticamente de graça, aí o povo também veio por isso (Gema Dilsa Pramim).

Como reproduzido neste depoimento, foi recorrente e repetitivo, especialmente, entre os descendentes de italianos entrevistados, que aqui no “Paraná tinha salame, queijo e vinho, tudo pendurado nas árvores, era só vim pegar”, “que aqui não precisava trabalhar”. É claro que no início recebemos com muita *desconfiança* essa fala, mas, analisando mais a fundo e a partir da repetição constante durante as entrevistas deste tipo de afirmação, percebemos que alguns clichês se reproduziram intensamente para mobilizar as pessoas. Isso demonstra que através de discursos repetitivos a região foi sendo reinventada e o (Sudoeste do) Paraná foi se tornando o lugar onde “tudo era fácil” para aqueles que migrassem, pois não precisava trabalhar e “tudo estava pendurado nas árvores e ao alcance das mãos”. Por um discurso *mítico*, ou seja, do lugar que ideologicamente não precisava trabalhar, ou, talvez, onde não precisava trabalhar muito, é que a representação do espaço se difundiu e se reproduziu em suas múltiplas dimensões, pois, de acordo com Lefebvre (1983, p. 26), “a representação se situa no eixo social, psíquico, político”.⁷³

Percebemos, então, na fala da migrante, que o Sudoeste paranaense é representado como um lugar onde se encontra/consegue as coisas com facilidade. Através de uma ideologia da facilidade que se *pode* encontrar na região, o real é dissimulado, como afirma Lefebvre (1983, p. 31).⁷⁴ São re-inventados o seu sentido e a sua função para o alcance de um determinado objetivo e situação por uma ideologia (CHAUÍ, 2001), no caso do depoimento da migrante, a do não-trabalho.

O espaço regional é produto de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais e representações diferentes. Se o Estado Novo apregoava, através da *Marcha para Oeste*, uma política de expansão territorial pela migração e pela *sobrevalorização* do trabalho para atrair gaúchos e catarinenses para a região, os migrantes, por sua vez, reconfiguraram os discursos e re-inventaram uma região mitica-

73 No original: “La aceptación de lo representativo como hecho social, psíquico, político”.

74 No original: “la ideología disimula lo ‘real’”.

mente onde o não-trabalho foi também parte e condicionante de atração para a migração. Como reitera Albuquerque Junior (2001), uma construção discursiva *pode* fazer ver uma determinação representação espacial ou, pelo contrário, *pode* fazer ver outra forma de representação do espaço que não a buscada, que não a pretendida, o que, no caso de alguns migrantes descendentes de italianos que entrevistamos, o não-trabalho participou com um dos motivos para que migrassem para Francisco Beltrão.

O Sudoeste paranaense reinventado neste período foi fruto da terra gratuita e/ou barata, da terra do trabalho, do não-trabalho e do progresso; produto de discursos, bem como de práticas que paulatinamente instituem-no e que dão vida e um novo sentido, que criaram nova função a um recorte espacial específico. Para Silveira (2003, p. 410), nas regiões “criam-se e recriam-se formas materiais e sociais. Daí a necessidade de captar não apenas as formas mas também a vida que nelas se desenvolve. A cada novidade da história, a extensão e os limites do fenômeno regional mudam”. A reinvenção, como nova forma de dizer e ver o espaço, foi produzida através de imagens e textos, que alcançaram tal nível de consenso hegemônico (sempre por meio de uma luta de poder) e formas agenciadas pelos mais diferentes grupos que se tornaram “verdades regionais”, *axiomas* que impregnam os sujeitos e a materialidade (concretude) sócio espacial.

3.3 A diáspora gaúcha e catarinense e a construção do território-rede: da des-re-territorialização à transterritorialidade

A partir da década de 1940, sobretudo, gaúchos e catarinenses des-territorializaram-se de seus estados de origem em busca de terras, de sonhos, de *aventura*, de trabalho e de não-trabalho para o Sudoeste paranaense. Vieram de carroça, a cavalo e de caminhão com suas mudanças, muitos em famílias, com o sonho/objetivo, em sua maioria, de obter um *pedaço* de *chão* para reproduzir seu modo de vida assentado, especialmente, na pe-

quena propriedade familiar. Também, nesse processo vieram – porém, em menor contingente – trabalhadores urbanos tais como médicos, dentistas, açougueiros, motoristas, administradores, mecânicos... A des-territorialização de gaúchos e catarinenses constituiu-se no *desenraizamento* dos *hábitos* construídos nos territórios de origem onde praticavam e se faziam através de suas atividades, das suas relações de amizade, de parentesco, da territorialidade no pedaço de chão conhecido, no chão reconhecido enquanto pertencente, enquanto inerente ao *sujeito*.

A atuação do Estado foi importante para a mobilidade gaúcha e catarinense; foi um dos elementos estimuladores/intensificadores da des-territorialização. Esta também contou com as *redes de relações sociais*: os primeiros migrantes que chegavam ao Sudoeste paranaense e que foram percebendo a possibilidade de obter terras e de “fazer a vida”, voltavam para seus estados de origem de onde traziam seus familiares e amigos em busca de terras, de esperanças e da reprodução de um modo de vida. A disponibilidade de terras “ofertadas”, a “ajuda” do Estado, as propagandas, as densas matas com muita madeira (principalmente, araucárias) que poderiam ser vendidas e a aventura na mudança de lugar, *atraíram*, em grande medida, a chegada de inúmeras famílias de gaúchos e catarinenses para esse “território”.

Iremos analisar, por isso, o papel das *redes* de relações sociais no processo de des-re-territorialização dos colonos, que resultaram na construção de um *território-rede* (HAESBAERT, 1997) através das redes de relações sociais produzidas pela amizade e parentesco, a partir de *trajetórias individuais*. Para Scherer-Warren (2007), as redes de relações sociais são aquelas formadoras de *ações coletivas* a partir da *interação em rede*, desde as redes mais “próximas” formadas no cotidiano, as redes *primárias*, até as redes *secundárias*, aquelas formadas em função da “distância” e/ou em função da *ausência*, vinculadas à amizade, parentesco, religião e vizinhança, por exemplo.

A seguir, na foto 4 e 5, apresentam-se imagens da *chegada* de migrantes à Francisco Beltrão, de carroça e de caminhão, na década de 1950.

Foto 4: Chegada de migrantes de carroça a Francisco Beltrão – 1953



Fonte: Elza Comunello (acervo pessoal).

Foto 5: Migrantes na balsa após chegada de caminhão a Francisco Beltrão – 1955



Fonte: Amábili Rosseto (acervo pessoal).

Para Gislene dos Santos (2007), as redes sociais na migração são importantes, pois possibilitam apreendemos a *experiência cotidiana* dos que saem de um lugar para o outro, a variabilidade de suas práticas sociais, as *estratégias* e os *recursos* que disponibilizam, os *contatos tecidos* no trajeto da migração, as relações de sociabilidade entre os migrantes e as articulações internas e externas ao seu grupo de familiares; relações que se apresentam, na maioria das vezes, ausentes das análises macro-estruturais. O estudo de redes sociais possibilita, ainda, compreender o conteúdo das práticas espaciais/sociais dos seus atores (os migrantes), possibilitando-nos conhecer e compreender o *sentido* e o *significado* de suas ações, trazendo assim à luz *experiências* imediatas/coletivas que permanecem silenciadas e submersas.⁷⁵

Pedone (2002), (embora) analisando as migrações internacionais, afirma que sob o enfoque das redes de relações sociais chega-se à dimensão qualitativa pelas dimensões subjetivas do processo migratório. Através da perspectiva das redes sociais pretende-se apreender de forma qualitativa, valorizando o ator social (o migrante) e as estratégias realizadas pelo próprio indivíduo e pelos grupos sociais na mobilidade.

Foi conversando com os migrantes que fomos explorando (com ação de *lembrar*) as suas memórias através de nossas perguntas, de nossas indagações e de nossa atenção para ouvi-los que conseguimos resgatar as trajetórias espaciais, as estratégias migratórias, os projetos de vida, as experiências da migração; migrantes, que neste período (1940-1970) eram jovens e que hoje (2008-2009) estão com a idade avançada, a maioria são aposentados e com mais de 50 anos.⁷⁶

75 Segundo Helion Póvoa Neto (2002, p. 25), a análise da migração deve considerar a “proliferação de redes sociais”, relativizando os modelos de explicação mais tradicionais do tipo “fatores de expulsão – fatores de atração”, pois, “não se pode mais entender a migração simplesmente como o empreendimento aventureiro de um indivíduo, expulso de sua terra e atraído para outra pela esperança de ascensão social: todo o deslocamento migratório, mesmo o de sujeitos aparentemente isolados, compõe uma imensa teia pela qual circulam, através de redes formais ou informais, pessoas, informações e dinheiro”, conflitos, *tensões* e relações de poder.

76 Para Ecléa Bosí (1979), a memória na velhice é uma construção de pessoas agora en-

Buscando conversar com esses migrantes por Francisco Beltrão foi que chegamos até Elza Comunello (considerada a quarta moradora “pioneira” do município), gaúcha, que nos recebeu com muita boa vontade; era no entardecer quando chegamos e ela assistia a missa pela TV; sua casa estava repleta de *símbolos* religiosos, o catolicismo *marcava* as paredes da moradia e o seu *corpo*. Começamos a “trocar” as primeiras palavras e, ela, muita disposta, nos narrou como foi à *chegada* “naquele tempo”:

Vimos de Nova Prata, Rio Grande do Sul em [19]45, apesar que um ano e pouco a gente ficou em Treze Tília, Santa Catarina; nós chegamos lá [SC] e ficamos na casa de um cunhado e não pudemos comprá terra, lá era mais caro, viemos aqui pro Paraná, aqui era mais barato, né? Ele [o marido] se mandô pra cá e daí viemos; ficamos um ano e pouco em Santa Catarina, daí em [19]46 viemos pra cá. (...). Mas ele queria sair, ele gostava de caçar (...) vivia caçando, eu tenho nojo de ver tatu e bicho do mato (risos). Meu Deus do céu! Mas todo dia era um tatu! Aqui só tinha mato, né? Daí que ele se divertia. (...) Levemos doze dias, de Treze Tília em Santa Catarina até aqui vindo de carroça. Meu marido veio duas vezes antes de comprar, aí já veio mais gente ver junto lá em Cruzeiro, em Coronel Vivida. Daí, quando chegaram em Pato Branco – era vila nova Pato Branco, era um povoado, né? Naquela época – aí aqueles outros três cavaleiro [que vieram junto] iam a Coronel Vivida que tinham parente lá, e o meu marido se encontrou com um conhecido do Rio Grande [do Sul] que morava em Pato Branco, ele era o chefe do destocamento aqui da estrada [estrada que estava sendo aberta de Pato Branco a Francisco Beltrão para a instalação da CANGO], o Domingos Zardo, e se acharam lá num buteco comendo pão e salame, daí se olharam um pro outro e, de repente chegaram e perguntaram: “Escuta o Senhor não é do Rio

velhécidas que já *trabalharam*. É uma *narrativa* de homens e mulheres que já não são mais membros ativos da sociedade, mas que já foram. Isso significa que os velhos, apesar de não serem mais propulsores da vida presente de seu grupo social, têm uma nova função social: *lembrar* e contar para os mais jovens a sua *história*, *de onde vieram* e *o que fizeram* e *aprenderam*. Na *velhice*, as pessoas tornam-se a *memória* da família, do grupo, de um município, da sociedade e, portanto, de um “território”.

Grande?”, o meu marido perguntou junto com o outro lá, e deram de conhecer, daí disse: “Como é que vai? Estou procurando terra. Quero vê se me arrumo um lugarzinho”. Diz ele daí: “Olha, um lugar bonito é Marrecas. Já fizemos o destocamento”. Porque naquela época não tinha ponte nem nada aqui; era só estradon; tava aberto, derrubado às árvores dos lado de lá, aquela coisa toda. Só que não tinha nem casa lá; me lembro que tinha aquele rancho deles [dos funcionários da CANGO], eles faziam de tábua lascada pra posar, porque iam dormir aonde, né? (...) Daí ele [o marido] veio pra cá com esse Domingos Zardo, arrumaram dois cavalo lá, era fácil, porque não tinha outra coisa, era só a cavalo e vieram vindo. Enton esse Domingos Zardo sabia quem era o dono do sítio, e daí compremo o sítio de um lá (Elza Comunello).

O depoimento da migrante é interessante na medida em que possibilita compreendermos o *contexto* e as condições em que ocorria a mobilidade nesse período; verificamos que a migração foi sendo feita em “pedaços” e/ou em *etapas*, pois, do Rio Grande do Sul se deslocavam para Santa Catarina e, depois, após alguns anos e/ou até em alguns meses, migravam para o Paraná. A necessidade da compra de terra e dos baixos preços das mesmas no Paraná demonstra, em parte, como afirma Elza, “não pudemos compra terra, lá era mais caro, viemos aqui pro Paraná, aqui era mais barato, né?”, os *motivos* da des-territorialização, aliado, ao *gosto* (ao comportamento) do marido pela caça, que naquele período era abundante em Vila Marrecas.

Através das redes de *amizade* foi que o marido de Elza migrou acompanhado para o Paraná e no caminho encontrou um *conhecido*, logo, por ser *sul-riograndense* teve a *confiança* em buscar a *informação* sobre terras, que o levou a Vila Marrecas, que era, segundo o *contato* feito, um “lugar bonito para morar”. A *informação* na migração por meio das redes de amizade foi imprescindível e *pôde* apontar, como neste caso, para *onde* o migrante iria encontrar oportunidades de inserção social (e territorial) como no acesso (nem sempre fácil) da compra da terra. O *território* Vila Marrecas

foi *comunicado e informado* para os migrantes pelos das *redes tecidas* junto aos *contatos* feitos durante a trajetória migratória.⁷⁷

Os onze dias de viagem de *carroça* de Treze Tília (SC) até Francisco Beltrão, demonstram a *dimensão* das condições da trajetória espacial no período para o deslocamento dos colonos; Elza, ainda, relata com maiores detalhes como foi a viagem:

Aí nós quando viemos, almoçamos lá [em Pato Branco], depois viemos e paremo perto de Beltron, ali perto do Guancino [garagem de ônibus atualmente em Francisco Beltrão], achemo água ali; porque, quando nós encontrava água, levo doze dias, né? Porque acontece que quando nós encontrava um rio de água nós parava, não se sabia aonde ia encontrar outro, se era onze hora [da manhã] ou quatro hora da tarde a gente parava, porque, não sabia aonde ia parar de novo, né? Tinha cinco cabeça de animal, nós tinha uma vaquinha que vinha trazendo leite e o terneiro, enton, tudo precisava água, aí a gente parava, armava uma barraca que nós trazia, eu tinha uma chapa, botava em cima das pedras e fazia comida (Elza Comunello).

77 Para Franco Ramella (1995), a *difusão* da *informação* na migração deve estar ligada a vínculos e/ou *contatos sociais fortes* como na amizade e no parentesco. Para o autor “los temas relevantes que el enfoque de la rede nos permite reintroducir e profundizar: en primer lugar, el carácter no indiferenciado de los flujos migratorios; y, en segundo lugar, las oportunidades as las que los emigrados tienen acceso”, pois, “la cuestión de la información – cómo es *transmitida y adquirida* – constituye el *problema central* y el *sopORTE* del análisis (...) los individuos tienen una información limitada, dependiente de sus *redes de relaciones* (p. 19). E, como considera Claude Raffestin (1993, p. 53), no território há *informação e comunicação* que comandam nos nossos dias as relações sociais do processo de T-D-R: territorialização-des-territorialização-reterritorialização. O território, para o autor, é construído pelo movimento dialético de territorialização-desterritorialização-reterritorialização e, que é, produzido por *redes, pontos e nós* que formam a *malha* e/ou a *tessitura*. Logo, as “redes de circulação e comunicação contribuem para modelar o quadro espaço-temporal que é todo território. Essas redes são inseparáveis dos modos de produção dos quais asseguram a mobilidade” (p. 204). As redes sociais estariam ligadas, portanto, à mobilidade espacial da população e na produção e manutenção de um território *reticular*.

A descendente de italianos demonstra que ainda tem e conserva um *sotaque*, oriundo da língua italiana, durante a narrativa da viagem que se fazia através das picadas, das fontes de água, das condições de alimentação e de *abrigo* (precárias) no percurso e dos animais que vinham juntos; estes últimos, ainda, foram à estratégia migratória e, portanto, a *condição* de alimentação/manutenção no *novo território*. Era necessário, neste período, que os migrantes carregassem consigo animais (vacas, bois, galinhas, porcos, etc.), que eram *recursos* e *garantias* para a *alimentação* e *começo* de vida nova no novo território.

Outra migrante, Amábili Rosseto, hoje aposentada e com 82 anos, comenta suas tristezas e alegrias durante a des-territorialização:

Vim para Francisco Beltrão em 1946. Eu nasci no Rio Grande [do Sul], em Erechim. Saímos do Rio Grande em 1943 e viemo pra cidade de Caximbo, em Santa Catarina. Daí ficamos lá uns 3 anos e daí viemos pro Paraná. Olha, quando eu vim pra cá tudo era mato. Muito mato. Vim com meu marido e mais um filho. Viemo de caminhão até Pato Branco e de lá viemo de carroça; trouxemo uma novilha e uma mula, 8 dia de viagem. Tivemo que entra meio roçando, porque era só uma picadinha. (...) daí compramo a terra lá na Linha Eva. Compramo a dinheiro, nós tinha dinheiro. (...) Daí entramo num rancho! Num rancho! Queriam que vissem! Ainda bem que nós levamo lençol, panela, também, porque não tinha nada! (...) Nós chegamo no lugar e dissemo: é aqui! (...) Ele [o marido] queria um sítio onde tivesse morro e pedra pra ele plantar parreira. Aí souberam que aqui tinha e vieram (Amábili Rosseto).

A mobilidade feita em *etapas* também ocorreu na trajetória de Amábili, que ao longo do oito dias de viagem, parte do *percurso* feito de carroça e parte de caminhão, demonstra que em 1946 as condições de *acesso* ao Sudoeste paranaense, bem como a Vila Marrecas, eram extremamente difíceis. Verifica-se que a vinda se motivou pela procura de um “sítio onde tivesse morro e pedra pra ele [o marido] plantar parreira” para a reprodução do modo de vida vinculado à *cultura* de descendentes de italianos com

a produção de uvas e vinhos, e que segundo os descendentes de italianos, na concepção da época, a terra “ideal” para essa atividade era aquele com relevo acidentado e solo pedregoso.⁷⁸ As condições do *topos* (Vila Marrecas) propiciou, em parte, essa mobilidade. É claro que a “falta” de terras no Rio Grande do Sul, a pressão demográfica sobre as propriedades e o aumento do preço das terras foram condicionantes (gerais) do contexto da des-territorialização gaúcha para o Paraná. Há uma *imbricação* entre as *condições* no território de origem e de destino na migração que se processaram para que ocorresse a mobilidade espacial dessa parcela da população.⁷⁹

É importante *frisar* que toda des-territorialização implica uma re-territorialização em novas bases materiais e simbólicas, em novo contexto, situação e relações (HAESBAERT, 2006a). Na des-territorialização gaúcha e catarinense para o Sudoeste paranaense as famílias que migraram, em sua maioria, trouxeram consigo *recursos* (materiais e simbólicos) como *estratégia* para ajudar na re-territorialização no *novo território*. Isso pode ser verificado quando Amábili Rosseto complementa a narrativa sobre sua trajetória espacial:

Sorte que nós levemo a vaquinha de lá [de Santa Catarina]. Dele polenta e leite. Aí um filho por ano, não era fácil. Ainda que trouxemos a semente de lá [de Santa Catarina] pra planta aqui, porque aqui não tinha nada, ainda bem, porque aí deu pra fazer as primeira

78 Saquet (2006, p. 162, [grifos do autor]), aponta que os migrantes no Sudoeste paranaense “procuraram reproduzir características do cultivo agrícola e da prática artesanal, hábitos e costumes culturais, aspectos políticos, reterritorializando-se, ou seja, construindo *novos* territórios e territorialidades em suas vidas diárias. Isso deu um *novo* desenho territorial, *novos* contornos, formas e conteúdos, fruto de um processo específico de apropriação e produção territorial, tanto econômica, como política e culturalmente”.

79 Para Matos e Braga (2004, p. 5), os motivos que originam um determinado movimento podem estar associados a transformações estruturais nas sociedades, no entanto, a continuidade da migração provavelmente está mais relacionada a laços estabelecidos entre locais de origem e destino, que vão conferir estabilidade aos fluxos contínuos entre duas ou mais localidades. As redes sociais, assim, são elaboradas no movimento migratório, mas transformadas por ele na medida em que se reforçam as conexões existentes entre o migrante e outros atores da sociedade, especialmente, os do lugar de destino na migração.

rocinha. (...) E depois nós não levamos muita coisa. Aí a gente fazia até queijo, porque nós trouxemos o coalho de lá. Aí compra quatro galinha e começamos na terra. (...) Trouxemos vinte quilo de farinha de milho e a vontade de trabalhar, né? (Amábili Rosseto).

Os recursos e estratégias mobilizadas na migração, como animais e sementes que foram trazidos, auxiliaram no desenvolvimento das primeiras atividades agrícolas e artesanais, aliado à *cultura* de descendentes de italianos que predispunham os sujeitos a desenvolver certas atividades artesanais, como a produção de queijos, polentas, vinhos e salames que, concomitantemente, ajudavam à manutenção econômica das famílias pela reterritorialização de uma cultura que se apropriava, também, *simbolicamente* do *novo território*, através de *novas visões* de mundo como a da “ética do trabalho”.

A catarinense Ana Bocchi Macagnam, uma das primeiras professoras de Francisco Beltrão, hoje com 80 anos, descendente de italianos, nos recebe em sua casa repleta de filhos e netos, narrando com uma memória rica em detalhes, como foi a des-territorialização de Santa Catarina para o Paraná:

Cheguei aqui em [19]52. Eu vim de Santa Catarina, [distrito] Ponte Sarada, fica próximo de Joaçaba, Xanxêre. Vim com a minha família, já tinha 3 filhos. (...) Já era casada lá. Era sete irmão, lá do meu marido e, daí a terra não era muita, precisava, de mais terra, de mais progresso, de mais sucesso pros filhos que iam vim também. Daí a gente saiu de lá e comprou aqui. Lá era sete irmão e tinha uma colônia cada um. (...) Com o dinheiro que a gente vendeu lá compramos aqui, ali na Linha Macagnam, daí comprou uma porção de terra sem dividir. O pai dele [do marido] trouxe os filhos, os sete e comprou a terra aqui. (...) Morava uma negrada em cima das terras, tinha uns ranchinho (...). Nós viemos de caminhão. Cada um vinha com um caminhão, às vezes vinha duas mudanças num caminhão só. Naquela época diziam que aqui tinha terra, tinha terra boa no Paraná, tinha bastante. (...) Tinha um irmão que veio na frente, cinco anos antes, aí a gente se escrevia, usava carta naquela época, daí ele foi visitar nós, aí ele falou daqui do Paraná, que aqui era mais

fácil à vida, que aqui tinha mais terra e lá tinha menos terra; que aqui a terra era mais boa (Ana Bocchi Macagnam).

A trajetória de Ana Bocchi Macagnam demonstra que foi motivada a migrar pela “busca de mais terras”. Com uma família numerosa, *urgia* a necessidade de “se obter mais terras para ter progresso e sucesso”, como nas palavras da migrante. Um irmão do marido de Ana, ao se deslocar antes para o Paraná, começa a enviar *informações* à família, tendo a *carta* como instrumento (escrito) e recurso para o *estímulo* da mobilidade da família; nesta carta eram descritas as “muitas terras que existiam no Paraná para serem exploradas”, em contraposição à “pouca terra disponível” para a família numerosa em Santa Catarina; a preocupação com os filhos (até com aqueles que iriam nascer) fez parte, portanto, do *projeto de vida*, com as esperanças, sonhos e desejos que motivaram e “alimentaram” a família a “buscar mais futuro e progresso” em terras alhures.⁸⁰

A mobilidade ocorria com famílias inteiras, como no caso, em sete irmãos, e que o recurso financeiro da venda da terra em Santa Catarina era a “garantia” da compra de muito mais terras no Paraná; o preço das terras estimulava, portanto, a des-territorialização. Normalmente com o valor da venda comprava-se o dobro, o triplo e, em alguns casos, até mais, pois a terra no Paraná no período “não tinha valor algum”; como afirma

80 Para Gilberto Velho (1994, p. 40), um *projeto (de vida)* é a *conduta organizada para atingir finalidades específicas*; por isso, “as trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de *projetos* com objetivos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros *projetos* individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do *campo de possibilidades*” (p. 47). Muitas famílias gaúchas e catarinenses tiveram como *projeto* de vida a migração para o Paraná, como *condição* para obter mais terras e, com isso, melhores condições para a sobrevivência da família; esta mobilidade se insere dentro de um *campo de possibilidades*, como, por exemplo, o de obter mais terras a menores preços no Paraná, e dos incentivos do Estado para tal deslocamento aliado, às redes de relações sociais através dos *contatos* familiares e de parentesco que, possibilitaram para *onde* o migrante iria se deslocar.

Ana: “Quando compremos a terra demo só um pouquinho de dinheiro pro dono, porque aqui ainda não tava dividido a terra; sabe, antigamente marcava a terra só com o dedo aqui”.

Adolfo João Pedron, hoje com 85 anos, um dos primeiros comerciantes de Vila Marrecas, relata com *alegria* suas passagens e paragens migratórias, do Rio Grande do Sul para Santa Catarina e para o Paraná “no tempo das bodegas, dos bares e armazéns”:

Nós viemo em [19]52 pra Marrecas. (...) Viemo de caminhão, de Júlio de Castilho, no Rio Grande do Sul, só que demoremo pra chegar porque era tudo valeta e barro, pegamos uns dias de chuva e coisa, foi sofrido, né? Mas, enfim (sic). (...) Viemos pra cá nós e o meu cunhado, só que o meu cunhado veio antes. Ele chegou um mês de diferença que nós viemos. (...) Tivemo que parar na estrada quando viemo. Viemo com o tempo bom, mas depois começou a chover, daí num dava, né? Daí paramo. Mas, nós não viemos direto pra cá. Nós saímo do Rio Grande do Sul e fomo direto pra Itá, em Santa Catarina; ali nós abrimo uma loja, nós tinha uma bodega, e lá o lugar era pequeno; Fiquemo uns cinco ano lá e, depois, viemos pra cá. (...) Em [19]48 saímos de lá, eu o meu cunhado e fomo procura terra pra Toledo [PR], daí na volta passamo em Pato Branco [PR], mas não gostei de nenhum lugar; aí eu tinha uns amigo lá [em Pato Branco, PR] que me disseram: “Vai em Marrecas, lá vai dar um lugar bom”. Vim pra cá, quando era Marrecas então, gostei e comprei. Nós viemos em [19]52. No começo foi sofrido, depois a gente foi acostumando e pronto, né? Construímos daí a casa pra nós morá, daí construímo um loja ali no centro (Adolfo João Pedron).

A mobilidade feitas em *etapas* aliado, às redes de relações construídas pela *amizade* que, apontaram informações de Vila Marrecas, fez parte, também, da trajetória migratória de Adolfo João Pedron. A maioria dos migrantes assinalou o sofrimento na migração, sofrimento que foi inerente à des-territorialização, as *perdas* (de amigos, familiares e lugares), e às condições que eram feitas a mobilidade no período. Chegar, por um lado, em uma vila que estava tudo por fazer, exigia o esforço e o empenho de

muito trabalho e, por outro lado, motivava o(s) sujeito(s) pela rapidez e crescimento que o aglomerado populacional ocorria, nas oportunidades de inserção social que estimulou a mudança de lugar.

A relação de *parentesco*, neste caso, através de um cunhado, ajudou na mobilidade e na procura por “um lugar bom”. É importante considerar que o “lugar bom” era um lugar que oferecesse boas condições para morar e trabalhar, enfim, para viver produzir e reproduzir garantindo o sustento e reprodução das famílias, como nos informaram alguns migrantes. Adolfo demonstra em sua narrativa que foi em outros municípios do Sudoeste paranaense (Pato Branco) e Oeste paranaense (Toledo) e “não gostou”, ou seja, a *decisão* na escolha de onde iria morar e trabalhar, intercalava dimensões objetivas e subjetivas, do trabalho e do abrigo, por exemplo, que o novo lugar lhe proporcionaria, além, é claro, do *contato* estabelecido através da rede tecida na *amizade* e nas *informações* obtidas.

Para Douglas Massey *et al* (*apud* SANTOS, 2007, p. 54), as *forças* criadas através pelos *vínculos* de *parentesco* e de *amizade* são uma das mais importantes bases da organização social da migração e as conexões familiares são um dos mais *seguros* laços dentro da rede de relação social. Por isso:

A rede de migrantes consiste em ligações sociais que ligam comunidades de origem a pontos específicos de destino nas sociedades receptoras. Esses laços ligam migrantes e não migrantes dentro de uma complexa teia de papéis sociais complementares e relações interpessoais que são mantidas por um tipo informal de expectativas mútuas e comportamentos prescritos. As relações sociais que constituem as redes sociais de migrantes não são exclusivos aos migrantes, mas se desenvolvem como um resultado de laços humanos universais que são moldados por circunstâncias especiais na migração (...). Esses laços sociais não são criados pelo processo migratório mas adaptados a ele, e ao longo do tempo são reforçados pela experiência comum da própria migração (MASSEY *et al* *apud* SANTOS, 2007, p. 55).

Dozolina Bertaiolle, atualmente funcionária pública municipal aposentada, nos relatou sua migração em etapas nos estados sulinos e as cidades onde morou parte da sua vida e teve seus filhos; apontou, também, as condições precárias das vias de acesso ao Paraná e o tempo da *mudança*:

Eu nasci no Rio Grande [do Sul], Gaurema era a cidade, distrito antes era Barros. Fica perto de Erechim. Nós viemo antes pra São Catarina antes de vir pra cá. Nós saímo do Rio Grande [do Sul] pra Capinzal em Santa Catarina, foi em [19]49. Moremo dois anos em Capinzal. (...) Aí, depois a gente veio morá em Xanxerê, ali mesmo em Santa Catarina, mas daí ali só moremo seis meses. Daí viemo pra cá [Francisco Beltrão] em [19]61. (...) a mudança veio só a nossa no caminhão. Naquele tempo, levamos dois dia inteiro pra vir de Xanxerê até aqui. Saímo de lá de madrugada e chegemo aqui no outro dia de noite. Estrada de chão, tinha só barro, atoleiro (risos). (...) Eu tive um filho em cada estado (...) eu tive um filho no Rio Grande [do Sul], um em Santa Catarina e quatro aqui no Paraná (Dozolina Bertaiolle).

Dozolina, ainda, assinalou o *motivo* da vinda a Francisco Beltrão que esteve atrelada à *mobilidade da força de trabalho* do seu marido, deslocado para *trabalhar* em uma indústria que iria se instalar em Francisco Beltrão, o que acabou por não ocorrer:

O meu marido trabalhava numa fábrica de cama ali em Xanxerê [SC], e essa firma vinha construí uma filial, uma fábrica aqui em [Francisco] Beltrão. Aí ele teve que vir ajudar a construir o barracão aqui, a instalação, ajuda a começa a instalação da empresa aqui. Só que eles vieram trazer nós pra cá e deram ordem pra comprar lá no mercado, mas não vieram trazer dinheiro, não vieram pagar o mercado. Aí acabou a comida, acabou o dinheirinho que nós tínhamos. Sem comida, sem dinheiro, passando fome, se não fosse os vizinho ajuda (...) daí eles não vinham, não vinham, não vinham; daí ele arrumô serviço aqui numa casa, que era uma fábrica, era uma laminadora. Daí, eu sei que dois anos depois vieram pagar, né? O dono da fábrica em Xanxerê com um advogado; daí eu sei, que o pessoal daí foi testemunha, viram ele trabalhando, né? Na cons-

trução da fábrica. Daí eu sei que era pra sair um tanto e saiu outro. Daí dois anos que vieram pagar. Daqueles que vieram juntos pra construir a fábrica, os outros se arrancaram, nós ficamos aqui em [Francisco] Beltrão. Mas só que os outros quando viram que eles não vinham pagar se arrancaram, só que a gente não ficou sabendo se voltaram, pra onde foram. (...) Eram só três com o meu marido que trabalhavam ali. Mas os outros dois eram homem que vieram sozinho, né? Sem família, aí voltaram. (...) Daí ele foi trabalhá pra esse cara da laminadora pra poder ter dinheiro, e teve que pedir dinheiro adiantado, pra poder ir no mercado ir comprá comida, pra poder comer e ir trabalhar, foi assim naquela época. Ainda, tudo estranho ali, né? Naquela época, mas ele [o dono da laminadora] cedeu naquela época dinheiro, porque era tudo estranho, os mercado não iam ceder fiado, a gente não era conhecido e não tinha dinheiro pra comprar. Como é que tu ia compra pra comer? (Dozolina Bertaiolle).

Pela *mobilidade da força de trabalho* foi que Dozolina também foi *forçada* a acompanhar seu marido para Francisco Beltrão. No entanto, a indústria não se instalou e o trabalhador, sem condições, ficou sem como se manter no município pois não recebeu seu salário. A mobilidade se processou, nessa trajetória, por meio de *falsas promessas* que acabaram não se concretizando. A migração gaúcha e catarinense para Francisco Beltrão contou, como nessa trajetória, com aspectos do desenvolvimento da classe média industrial brasileira e com a exploração da força de trabalho que, muitas vezes, forçou trabalhadores a migrarem para “territórios” em que o setor estava se expandindo/ampliando. A classe trabalhadora foi posta em movimento pelo capital para, através da expansão territorial da fronteira urbana e agrícola, e instalar indústrias em Francisco Beltrão.⁸¹

81 Para Becker (1986, p. 63), a *força de trabalho migrante* compõe “aqueles que acompanham os movimentos do capital [e da sua expansão territorial], na condição de assalariados e potencialmente assalariados”, sendo assim, em grande parte, a sujeição do trabalho ao capital. Gaudemar (1977, p. 194) assinala, em uma concepção eminentemente *economicista* que a “circulação das forças de trabalho é o momento da submissão do trabalhador às exigências

Dozolina também demonstrou, através da decisão de ficar em Francisco Beltrão, mesmo em condições adversas e precárias (sem emprego e dinheiro), quando seu marido “estava desesperado” e queria voltar para seu município em Santa Catarina para junto de seus familiares, o *papel da mulher na migração*⁸², o papel de *definir*, no âmbito familiar, a re-territorialização e o re-enraizamento em uma parcela do espaço, como ela mesma nos disse:

Voltar! Iii... o meu marido queria voltar de tudo jeito daqui. Eu disse pra ele “Não! Vamo firma o pé aqui. Já que viemo é aqui que vamo fica!” (risos). Ele queria voltar por desespero, né? Logo depois que ele viu que não tava dando certo, né? Eu disse: “Não senhor. Se Deus quiser a gente vai endireitar. Não é voltando pra trás que a gente vai pra frente, é indo pra frente que tem que ir”. Daí foi indo, no começo a gente sofreu bastante, né? Mas pelo menos o que comer e aonde morar a gente passou a ter depois (Dozolina Bertaiolle).

Reterritorializar-se depende, portanto, de como as relações sociais se processam; a negatividade encontrada por Dozolina e seu marido no novo território, através da falta de trabalho potencializou, pelo sentimento de “desespero”, como no caso, o desejo em voltar. Do voltar para onde é conhecido, para onde se tem abrigo, amigos e familiares; a *instabilidade* e/ou a insegurança no novo território desembocou o desejo de voltar, o

do mercado, aquele em que o trabalhador, à mercê do capital”. Sob o chamado *imperativo do capital* para mobilidade da força de trabalho, o trabalhador passa a modificar suas relações sociais, passa perder seu *vínculo territorial* e inicia um constante processo de *adaptação* muitas vezes “violento”. Na trajetória migratória de Dozolina Bertaiolle verificamos que o padrão “induz” a família a vir para o Paraná, pois: “Foi o padrão dele [do marido] que queria. Eu não queria, nós não conhecíamos ninguém, não conhecíamos nada, fomo na escura, não tinha jeito, eu não queria ir. Mas, aí o padrão dele dizia: Vão, vão, é um lugar bom pra morar”.

82 Santos (2007, p. 56), assinala a importância de demonstrar o “lugar da mulher no processo migratório a qual, geralmente, é somente considerada como acompanhante do marido e na força das relações familiares no mercado de trabalho”. A mulher, no interior da família, *pode* como também ressaltou Sayad (1998), *definir* o lugar de destino e de reterritorialização na mobilidade.

querer voltar. A *transterritorialidade* do migrante no novo território está condicionada à forma como as novas experiências serão positivas e/ou negativas. Entretanto, mesmo sendo negativas, como no caso de Dozolina, o migrante *pode* territorializar-se (mesmo que, parcial e/ou momentaneamente) no território. O voltar, por isso, está ligado também ao sentimento de fracasso, de não ter conseguido se “dar bem” no novo território. A migração carrega as esperanças de novas e boas oportunidades no novo território, no entanto, esta foi esmorecida, no caso de Dozolina, com a falta de emprego e de condições financeiras favoráveis para sobrevivência sua e de seu marido o que, no entanto, não impediu que os mesmos continuassem e se enraizassem (mesmo que no primeiro momento precariamente) no território. A re-territorialização, nesse caso, se efetivou com uma *decisão pessoal* que insistiu na permanência no território, mesmo, em condições precárias e adversas.

Em outra trajetória, Florinda Cobo Viera, atualmente com 87 anos, afirma que vieram a Francisco Beltrão para acompanhar a família de seu marido:

Chegamos aqui [em Vila Marrecas] em 1946. (...) Nasci no Rio Grande [do Sul], na comunidade Costa do Rio dos Índios, era colônia. Pertencia ao município de Getúlio Vargas onde a gente morava. (...) Lá no Rio Grande do Sul nós morava no interior e trabalhava na roça. Era casada, mas casemo no civil depois que tava aqui. (...) vendemo a terra lá e viemo pra cá. Viemo de caminhão, só uma mudança. Eu fiquei lá no Santana [PR] na casa da minha sogra até que a casa foi arrumada. (...) A minha sogra já morava no Santana. Eles que falaram pra nós vir pra cá. Meu véio [marido] que quis vim pra cá. Porque os pais e os irmãos vieram, daí ele também quis vim. Os pais dele tinha vindo bem antes de nós. Compramo a terra aqui daí. Com o dinheiro que vendemo a terra lá. Vendemo lá por trinta mil⁸³. Naquele tempo não valia nada a terra aqui, era mais barata. (...) Viemo pra cá pra fazer a vida melhor,

83 Segundo Florinda Cobo Viera, 30 mil da época equivalem a mais ou menos R\$ 10.000 hoje.

né? Tivemo 6 filho lá e mais 8 aqui. Tivemo 14 filhos. (...) Daí ele veio na frente faz a casa. Aí morei ali onde era o centro, ali a gente tinha açougue. Ele veio pra faz a casa e mando buscar a mudança. Foi com um caminhão buscar a mudança. (...) Aí vim ali na casa aonde era pra morar não tinha janela, não tinha porta, tudo aberto (Florinda Cobo Viera).

Nesta trajetória percebemos que a migração ocorreu para acompanhar a família, no caso, para acompanhar os pais e irmãos que já estavam no Paraná. Aliado a isso, os baixos preços de terras do Paraná e a facilidade de vender a que possuía no Rio Grande do Sul, acarretou na des-territorialização, na perda física e “simbólica” do lugar e das relações sociais que ali se desenvolviam.⁸⁴ Pois, ao mesmo tempo em que no Paraná, nesse período, podiam-se encontrar terras mais baratas, em grande parte do Rio Grande do Sul estas encontravam rapidamente compradores: os latifundiários, como nos informou Florinda Cobo Viera, estavam expandindo suas posses e suas produções agrícolas no município de Getúlio Vargas, por exemplo, e com isso se aproveitavam da pressão demográfica sobre a pequena propriedade rural sul-riograndense e exerciam seu poder sobre os pequenos proprietários.

Através das redes de relações sociais podemos perceber a *ajuda* entre familiares na migração, pelos *lugares intermediários* que são disponibilizados até a re-territorialização; como afirmou Florinda, “Eu fiquei lá

84 É importante considerar que a des-territorialização não ocorre somente na migração, no deslocamento, na mudança de lugar. A des-territorialização *pode* ocorrer também sem haver a mudança física de lugar, a troca de um lugar por outro, mas, pode ocorrer também no estar fixo, sem mudança de lugar, pois as relações sociais que envolvem um sujeito no lugar, “ao seu redor”, *podem* mudar. Como se de uma hora para outra o sujeito se sentisse como um “estranho no ninho”. Isso é importante mencionar porque a des-territorialização não se circunscreve apenas pela mudança física de lugar, mas, sobretudo, pelas relações simbólicas que ocorrem nos lugares de origem e de destino ou num único lugar que mudou, pois são as relações sociais que dão à materialidade e a imaterialidade aos lugares e, portanto, a condição de des-territorialização/des-territorializado: a perda e/ou destruição (sempre parcial e/ou relativa) do território .

no Santana [PR] na casa da minha sogra até que a casa foi arrumada”, facilitando o processo de espera até que o território do abrigo (a casa) ficasse pronto para a nova família morar. A casa no novo território foi, além de abrigo, segurança para a re-territorialização, pois a família só pôde se reproduzir em um lugar, em um lugar que lhe propiciasse conforto, segurança e referência territorial, material como simbólica.⁸⁵ A *ajuda* entre familiares na migração, bem como o *estímulo* a estes pela mobilidade, ocorreu em grande medida pela ajuda, da reciprocidade familiar, da confiança, da troca de incentivos, da informação (mas também dos conflitos) e das oportunidades que podem ser abertas e potencializadas pelas redes familiares e de amizades.⁸⁶

A descendente de italianos Hiolanda Tibola Luza nos recebeu em sua casa, um pouco desconfiada e apreensiva, pois “não sabia se iria conseguir responder o que iríamos perguntar”. Entretanto, logo demonstrou que tem uma memória muito rica em detalhes da sua trajetória de vida e, em especial, de sua mobilidade lembrando momentos em que chegou a Francisco Beltrão que a fez, em parte de nossa conversa, se emocionar. A gaúcha Hiolanda, hoje com 82 anos, narrou como e *porque* vieram:

85 Gaston Bachelard (1998, pp. 112-113), em seu belo texto *A poética do espaço* considera que “a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz, freqüentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela. (...) Por consequência, todos os abrigos, todos os refúgios, todos os aposentos têm valores de onirismo consoante. Não é mais em sua positividade que a casa é verdadeiramente “vivida”, não é só na hora presente que se reconhecem os seus benefícios. O verdadeiro bem-estar tem um passado. Todo passado vem viver, pelo sonho, numa casa nova. (...) A casa, como o fogo, como a água, nos permitirá evocar, no prosseguimento de nossa obra, luzes fugidias de devaneio que clareiam a síntese do imemorial e da lembrança. Nessa região longínqua, memória e imaginação não se deixam dissociar. (...) Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. Quando, na nova casa, voltam às lembranças das antigas moradias, viajamos até o país da Infância Imóvel, imóvel como o Imemorial”.

86 Conforme Santos (2007, p. 55), “pertencer à rede social implica oportunizar recursos e informações, o que permite ao migrante amenizar as dificuldades de sua travessia, desde sua partida até a hospedagem no local de destino e a garantia do “emprego”.

Nóis viemo do Rio Grande [do Sul] faz quarenta e cinco ano e fomo morá no Pinhalzinho [comunidade localizada na área rural de Francisco Beltrão]. Eu tinha seis filhos quando vim pra cá. Aí tive mais quatro aqui. (...) Ah! Porque aqui diz que era mais bão e, ele [o marido] já como tinha pensando de por uma ferraria⁸⁷ pra ele mesmo, porque lá, lá ele trabalhava de peão. Ele ficou dezesseis ano como peão lá. E daí ele acho, nós vendemo a nossa terrinha lá e, tinha uma trilhadeira e vendemo e viemo pra cá; e viemo morá no Pinhalzinho. (...) Lá [no Rio Grande do Sul] onde nos moremo era Vila Vanini, hoje município Vanini, lá na minha terra natal. Eu sou do município de Vaporé, né? (Hiolanda Tibola Luza).

Foi pela possibilidade de pôr um negócio (uma ferraria) que despertou no marido de Hiolanda o interesse em vir para o Paraná. A possibilidade de sair da condição de empregado no Rio Grande do Sul, para a de trabalhador autônomo no Paraná, aguçou o *desejo* e o sonho do migrante para a *mudança*. Contudo, Hiolanda nos informou também sobre os *parentes* que já estavam localizados em Francisco Beltrão, na comunidade rural de Pinhalzinho, para onde acabaram comprando terras e fixando residência:

Nós já tinha dois cunhado que veio na frente de nós, que foram morá em Pinhalzinho, onde nós fomo morá, fiquemo dez ano lá e viemo morá pra cidade. Vieram com caminhão na mudança, com outra mudança, que era um primo de segundo grau. Viemo com duas mudança no caminhão, com porco, galinha, tudo, mantimento. Dimoremo... saímo de lá dia primeiro de Abril, as duas hora, aí chegemo era uma da madrugada em Chapecó [SC], aí posemo em Chapecó, no outro dia viemo, viemo até aqui. Que aqui tinha uns primo que trabalhava com o Zanquet Camilotti, e, daí como a estrada não favorecia pra ir pro Pinhalzinho que era estrada de chão, né? E tinha chovido, daí fiquemo dois dia com o caminhão embaixo na oficina lá. Nós dormia lá com os primo, né? (Hiolanda Tibola Luza).

87 Ferraria é uma “espécie de oficina” que fabrica e conserta ferramentas agrícolas como foice, machado, facão, martelo etc.

O *contato* estabelecido com os cunhados que já estavam aqui em Francisco Beltrão, potencializou a migração e a vinda do casal para a mesma comunidade rural onde já estavam os parentes. Também, é interessante ressaltar a ajuda dos primos no dia da chegada, no oferecimento do “posso” haja vista a indisponibilidade de seguir viagem em função das chuvas e das péssimas condições das estradas. Assim, as dificuldades durante a trajetória migratória eram amenizadas através dos contatos que foram sendo estabelecidos pelas redes familiares, entre o lugar de origem e de destino da migração. Pela formação de um território reticular através das redes de relações sociais (de parentesco e amizade) é que foram sendo tecidas as relações de *desligamento* de um território e o *religamento* em outro, em novas bases, em novo chão, com novas relações, com novas territorialidades engendrando, portanto, a re-territorialização: da destruição a construção do novo território, das novas relações sociais que foram sendo re-criadas.

A gaúcha Josefina Maria Maffessoni Mezzomo, hoje com 78 anos, nos recebeu em uma varanda ao fundo de sua casa, e relatou os motivos da migração vinculados ao *acidente* de seu marido que ocasionou a vinda, *não planejada* e/ou não intencional, da família para Francisco Beltrão:

Eu nasci em Serafina Corrêa, no Rio Grande do Sul. Fica pra lá de Passo Fundo uns cem quilômetros. Meu marido nasceu em distrito de Paraí, pertencente ao município de Nova Prata. Nós viemos pra cá em meio de [19]54, aqui em Francisco Beltrão. Nós morávamos no Rio Grande, depois moramos dois anos aqui em São José do Cedro, em Santa Catarina. E daí quando nós viemos pra cá em [19]54. Em São José do Cedro nós chegamos lá em [19]52. (...) Nós viemos pra fazer futuro, né? Porque lá onde nós tava era pouco, né? Porque a gente não arrumava trabalho, né? Então porque nós tava lá no Paraí, então nós tivemos oportunidade de vir pra São José do Cedro, lá a gente conseguiu terra, era fácil de comprar, então a gente tinha um dinheiro e a gente comprou terra lá. Daí a gente adquiriu um lote lá e daí a gente construiu casa lá e tudo. (...) Depois, lá ele [o marido] caiu, ele tava fazendo uma oficina, um barracão pra madeireira, e então ele [o marido] caiu e se machucou, ele ficou um ano sem caminhar. E daí então, os irmãos dele moravam aqui

[em Francisco Beltrão] e foram lá onde nós tava e não queria mais que nós ficasse lá, pra nós ficar junto com os parente, porque nós tava sozinho lá. (...) Aí os irmãos dele tinham vindo antes pra cá, aí eles foram lá pra São José do Cedro e trouxeram nós junto. Aí a gente veio pra cá (Josefina Maria Maffessoni Mezzomo).

A partir da trajetória da migração feita em etapas, saindo do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, em busca de *trabalho e terra barata* para comprar, foi transformada por um acidente de trabalho que o marido de Josefina sofreu, ocasionando uma instabilidade na família, mudando os planos, o projeto de vida e o lugar de residência dos mesmos. Tendo em vista que o marido acidentado de Josefina não conseguia mais trabalhar e que estavam na cidade catarinense de São José do Cedro, os familiares (irmãos), que já estavam em Francisco Beltrão, resolveram ir buscar seu irmão e sua mulher por causa do isolamento destes e da situação de *doença* em que se encontravam. A *ajuda* no interior de uma família, como num caso extremo de doença, faz com que as redes entre irmãos, por exemplo, atuem no sentido de direcionar o migrante e trazê-lo para perto dos seus (familiares), para o território onde estarão *próximos* para uma maior coesão na ajuda daquele que necessita. Esta trajetória migratória demonstra, assim, as *singularidades* que acarretam o deslocamento de uma família para este ou aquele território; são motivos amarrados a um mundo *demasiadamente humano* e que “escapam entre os dedos” a riqueza da experiência humana de uma análise geral da mobilidade espacial da população, como a de perfil macro-econômica.

O território em rede foi tecido e tramado pelos laços familiares e possibilita, ainda, visualizarmos e apreendermos “casos extremos” em que a mobilidade está ligada e condicionada pela *solidariedade* entre irmãos; entre o estar sozinho em um município, sem seus familiares, e o estar junto em outro município com seus parentes que poderão ajudar a reconstruir a vida. A *reterritorialização* em um novo território foi auxiliada pelas relações

estabelecidas de ajuda, amizade e *afeto* entre irmãos. Segundo Haesbaert (2006a), para compreender os processos migratórios, devemos perceber como que o território é construído por uma trama de relações sociais reticulares, na forma de território-rede, numa rede material e imaterial, como produzida pela memória dos migrantes, pelas ajudas financeiras, pelo duo presença/ausência e, também, a partir das trajetórias individuais, na relação com o espaço, no sentido de um “conjunto de pontos e linhas”, numa perspectiva não-euclidiana, mas com o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a “superfície” territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão e “profundidade”. A rede social, desse modo, é inerente à produção e manutenção do território no processo migratório.

Nesse sentido, as redes que são consideradas muitas vezes des-territorializadoras *podem*, também, como no caso da migração ser o *elo* material e simbólico – através dos contatos e vínculos sociais – para a re-territorialização de um sujeito e/ou grupo de migrantes em outro território. E, por isso, para Haesbaert (2006a), a diáspora e/ou a migração é um processo multiterritorial que se faz pela *interação* em rede, pois:

Mesmo que tenhamos apenas a sobrevivência de referências territoriais puramente simbólicas, e que estas se reportem não a territórios particulares (como o Estado nação ou a região de origem), mas aos múltiplos territórios ou à própria dispersão (territórios dispersos) que compõem o grande território-rede da diáspora, ainda assim devemos falar num tipo muito próprio de reterritorialização, uma territorialização múltipla, na dispersão, articulada em rede, “com ou no movimento” (inerente à diáspora) e altamente simbólica – em outras palavras, uma multiterritorialidade em sentido estrito (HAESBAERT, 2006a, p. 356).

Outra trajetória migratória motivada, em parte, por uma “singularidade” foi a relatada pela aposentada e descendente de italianos, Nair Pilati;

entre uma cuia e outra de chimarrão em sua casa, esta nos revela uma memória cheia de detalhes sobre a trajetória da mobilidade de sua família, do Rio Grande do Sul para o Paraná:

Se tu soubesse essa estória, que complicada que é. Isso aconteceu por causa do meu pai, ele enlouqueceu, ficou louco! E daí ele escapou lá do Rio Grande [do Sul]. Ele fazia, porre, sabe? Quebrou com tudo lá dentro de casa e depois se mandou, montou a cavalo e depois foi num município ali perto, e daí ele ficou fora de casa um tempo e nós tudo com a uva madura do parreiral pra colher. Nós tinha cinco alqueires de uva plantada, trabalhava só com parreira, fabricava o vinho. Daí ele escapou de casa louco e ficou fora de casa uns quatro meses sem nós saber notícias de nada. (...) E daí nós saímos de lá por causa que o pai voltou daqui de Francisco Beltrão. Porque ele veio pro Paraná e se achou aqui em Francisco Beltrão com uma família que era conhecida de lá onde nós morava, que eles vieram na frente, conhecido de antigamente. Então ele veio se enfiar aqui que eles eram comerciante, já tavam muito bem de vida. Aí ele veio daqui [de Francisco Beltrão] num dia que a gente tava na roça lavrando no meio de uma capoeirada, cheio de pedra; escutemos que chegou um caminhão na estrada, que lá não era costume passar caminhão; daí desceu o meu tio da estrada e perguntou em italiano “Aonde tá a tua mãe?” pro meu irmão, aí ele disse: “A mãe tá lá embaixo lavrando”. Aí apareceu o meu pai e foi lá aonde tava a minha mãe lavrando. Eu sei que nós não fomos lá ver ele, nós tinha medo, porque ele escapou louco! Aí meu pai encontrou a minha mãe e disse: “Chega mulher de trabalhar! Chega! Aqui chega! Vamos larga e vamo embora!”. E de fato dentro de 15 dia vendemos as coisas que nós tinha lá, só não vendemos a terra e viemos atrás dele; foi em 1956 (Nair Pilati).

Podemos assinalar que a ingestão de álcool pelo pai de Nair *pode ter participado*, dentre outros condicionantes, como as decepções no *trabalho*, para a migração para o Paraná. A ingestão de álcool e a aferida “loucura” *podem*, também, ter sido o “estopim” da “crise psicótica” que acarretou na *fuga* de um *território* vinculado a decepções e depressões ocorridas nas

relações sociais, e que participaram da condição da des-territorialização.⁸⁸ A mobilidade possibilitou nesse caso a troca de território alimentado por uma nova esperança, por um novo sonho que se liga ao desejo da *mudança*, do aventurar, do buscar outro território, outras relações; do território onde trabalhar não era mais vantajoso e estimulante, para o território da esperança, dos novos sonhos. Esse pode ser um caso, por exemplo, onde o migrante estava des-territorializado sem migrar, na “i-mobilidade”, e a mudança poderia possibilitar a re-territorialização através de novas relações sociais, de uma nova base material e simbólica.

Ficou inerente, também, o papel desempenhado pelas *redes* de relações sociais, neste caso, pela *amizade* estabelecida por “uma família que era conhecida de lá onde nós morava, que eles vieram na frente, conhecido de antigamente” e que “eram comerciante [e] já tavam muito bem de vida”, como relata Nair, é que seu pai manteve *contato* com um amigo (comerciante) e, por extensão, com *outro território*: o município de Francisco Beltrão. Talvez, a ascensão da família do comerciante e as novas oportunidades de inserção social no novo território, participaram, também, como condicionantes desta trajetória migratória. Migrar, deste modo, também é *fugir* de um território para outro; a des-territorialização se torna *área de fuga* na medida em que possibilita novas relações, novo território, enfim, uma re-territorialização em novas bases materiais e simbólicas.

88 Para Ferreira (2001, p. 5), a loucura que acarreta a migração é resultado de *crises psicóticas* que “surtem geralmente quando o sujeito sente-se *oprimido* pelas exigências do presente ao mesmo tempo que se encontra atado ao passado, seja pela atração que este exerce, ou como *fuga* da realidade ameaçante”. Assim, “nas crises psicóticas (*surto*), as pessoas vão tornando-se estranhas, começam a desconhecer seus colegas de trabalho, falam coisas esquisitas, ficam agressivas e entram em agitação psicomotora ou explosão da ação, oposição e agressividade. São, então, dominadas e levadas para as emergências psiquiátricas. Toda esta manifestação subverte o sujeito, como se tivesse sido possuído pela alteridade, ou seja, o lugar do eu é subvertido pelo outro. Falas tais como: *ele ficou estranho, não falava coisa com coisa, estranhava as pessoas*, são comumente ditas pelos colegas perplexos que o acompanham” (p. 9, [grifos do autor]).

O catarinense Leonel Viera Klump, hoje com 73 anos, com uma “fala mansa” e tomando seu chimarrão, comenta como foi a vinda para Francisco Beltrão, o *incentivo* e apoio dos irmãos para migrar e para se inserir na atividade que estes já trabalhavam, a pecuária:

Eu nasci no município de Concórdia, Santa Catarina. (...) Eu vim em 1964. Eu vim com três filha e uma nasceu aqui. Tenho quatro [filhas] mulher. (...) Ah! Porque lá, no tempo ainda dava pra viver, mais, depois teve um meu irmão que foi lá e me convidou pra vir pra cá, aí né? Tinha dois irmão, já aqui [em Francisco Beltrão]. Eles vieram, em [19]57, já tavam aí. É que lá não tinha resultado nenhum, né? Nós morava na colônia, tudo a boi, não tinha trator. Daí vim aqui pra fazer futuro. (...) Viemo de caminhão, naquele tempo era um Alfa Romeu. Naquele tempo trazia o pocco que tinha junto, né? O que cabia no caminhão, as coisinha, né? (...) Eu vendi, eu tinha dez alqueire de terra lá, eu vendi lá e comprei aqui com o dinheiro, né? Aqui tinha mais futuro, né? Porque lá na colônia tava morto, né? (...) Eu morei sete meses na cidade quando cheguei aqui na cidade, até construir aqui na chacrá (sic). Desde que cheguei eu fui mexer com porco. Já tinha os irmão que trabalhava com porco e eu também fui mexe, né? Comprava aqueles porco magro e engordava com aquela lavajada. Eu só engordava, e o meu irmão é que comprava, comprava da colonada, era porco solto criado no meio do mato. Era uns colono mais antigo que criava porco solto, os primeiro que vieram morar aqui (Leonel Viera Klump).

Com os irmãos já territorializados e trabalhando em Francisco Beltrão, Leonel foi incentivado e instigado a *migrar* para Francisco Beltrão; as dificuldades em Santa Catarina, a falta de resultados na agricultura que desenvolvia em contraponto ao crescimento populacional do Paraná, o baixo preço das terras e o apoio dos irmãos na inserção social através da pecuária para trabalhar em outro município, também fizeram com que o catarinense viesse morar para o Paraná e trabalhar com seus irmãos.

Verifica-se que com o processo de “modernização da agricultura” no campo brasileiro, aqueles colonos que não tinham possibilidades de comprar maquinários e nem incentivos do Estado para se manter no cam-

po começaram a migrar, a “desanimar”, sendo a mobilidade uma *fuga* de um território onde as experiências e expectativas estavam frustradas para as expectativas de melhoria em outro território, onde as esperanças/expectativas eram muitas e onde os irmãos lhe ofereciam *segurança* através do trabalho e das relações intra-familiares. Como menciona Leonel, “É que lá não tinha resultado nenhum, né? Nós morava na colônia, tudo a boi, não tinha trator. Daí vim aqui pra fazer futuro”. A necessidade e/ou desejo de “fazer um futuro melhor” em outro lugar condicionaram a mobilidade, aliado ao processo *seletivo* que ocorria no campo pela adentrada da “modernização da agricultura” que, deixou, ainda, mais em condições desiguais aqueles que não puderam modernizar-se como, nos demonstrou pela sua trajetória migratória, Leonel.⁸⁹ A alternativa foi à migração, à mudança de lugar e de relações sociais que buscava (o que nem sempre ocorreu) a melhoria nas condições de vida.

Salvador Verdi da Costa, gaúcho, 56 anos e aposentado, tem *orgulho* em nos contar a trajetória de sua família durante a vinda de Soledade, no Rio Grande do Sul, a Francisco Beltrão. Este demonstra que tem um *sotaque* carregado, elemento que o diferencia, pois “cultiva” até hoje os *hábitos* gaúchos como o churrasco, a roupa (quando pode usar) como a bombacha, o lenço no pescoço e, especialmente, o *sotaque* e as expressões que participam do “universo cultural gaúcho”. No entanto, faz-se necessário dizer que esse “universo cultural gaúcho” foi inventado e representado como “universal”, mas que, de fato, não é, pois nem todos os gaúchos e gaúchas seguem as mesmas normas e valores sociais, vestem as mesmas

89 A inserção de máquinas na agricultura, no processo de renovação técnica, tecnológica e produtiva através da racionalização da produção agrícola se processou com a alteração da estrutura agrária brasileira acarretando a *concentração* da terra em poucas mãos e expulsando milhares de pequenos agricultores do campo. Este processo é apontado por Argemiro Jacob Brum (1988), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1996) dentre outros. Um dos reflexos dessa “modernização conservadora” sobre a região Sul, segundo Oliveira (1996, p. 37), foi o declínio de todos os tipos de produtores, significando que “o processo de expropriação foi praticamente absoluto, não só eliminando a possibilidade do trabalho camponês, como certamente atuando no sentido de concentrar ainda mais as terras”.

roupas e nem pronunciavam as mesmas expressões que tem na sua materialização máxima, o Centro de Tradições Gaúchas – CTG. Foi sentado ao lado de uma churrasqueira que Salvador narrou a sua migração (quando ainda era pequeno), levado pela vontade que seu pai tinha de obter terras para plantar:

Ah! tchê! Eu vim de Soledade, né? Rio Grande do Sul. Vim com os meus pais, a gente era em doze irmãos, na verdade. (...) faz 52 anos que nós estamos aqui, então... foi em 1956. Viemos todos da família. Nasceu uma irmã, que é a mais nova, da turma aqui. Nós viemos de Soledade direto pra [Francisco] Beltrão. Nós viemos na verdade, na época que nem seria [Francisco] Beltrão, era a Vila Marrecas, que era ali na Ponte [do rio Marrecas], tinha umas vinte, trinta casa ali, tinha um hotelzinho, tinha uma churrasqueira do galeto, isso aqui era mato na verdade. O meu pai foi pegando naquela época entrando em Beltrão, porque naquela época era picada, né? Aqueles picadão, né? Tchê! Pra achar o terreno. Na verdade naquela época o cara quase nem comprava terreno. O cara metia os peito, assim, né? Tchê, pegava o facão, metia uma foice, né? No lugar e fazia uma picada ao redor e, você respeitava (...) O meu pai comprou doze alqueire de terra aquela vez, aqui. Aquilo era praticamente quase dado, baratinho, né? O meu pai vendeu o terreno no Rio Grande do Sul, né? Daí veio aqui e comprou. Até pra trazer o gado nem embarcado não foi, tudo tocado, passado rio e tudo. Tocadito, quatro, cinco cavalo e o gado tudo tocado. A mudança sim veio num caminhão, mas o gado e os cavalo, veio tudo tocado. Daí naquelas épocas era um sertão terrível aí, meu pai queria arruma umas terra pra planta. Mas era muito pinhal aí, né? Daí o vó [pai] foi indo, foi indo, achou aquela terra com bem menos pinheiro, mas, ainda assim, tinha pinheiro. É que aonde é mato branco, assim, é mais bom pra plantação. Era mais acidentado do que aonde tinha pinhal, mas a terra era boa (Salvador Verdi da Costa).

Salvador demonstrou na narrativa de sua trajetória migratória, a forma como se processaram a procura de terras, os anseios de seu pai e o que existia na Vila Marrecas no período. Também, ressaltou a forma como traziam a mudança, no caminhão, e os animais que vinham “tocados”,

ou seja, vinham a pé, num percurso que de Soledade, no Rio Grande, até Francisco Beltrão, no Paraná, levavam-se dias para serem feitos. A concepção da época, pela escolha de “terra de morros” e de não querer terra que tinha pinheiro (araucárias), mesmo sendo mais planas, está relacionada com aquilo que acreditavam, ou seja, as terras com relevo acidentado seriam mais produtivas, eram aquelas que tinham “mato branco” e não tendo araucárias, seriam as mais férteis.

Em outras partes de sua narrativa, Salvador demonstrou a pressão violenta que os latifundiários estavam fazendo, nesse período, no Rio Grande do Sul, mais precisamente nesse caso em Soledade, o que “forçou” também seu pai a migrar com a família e a “colocar os filhos melhor aqui”:

Nas épocas, que lá [em Soledade] era um lugar de fazenda, né? Terra velha, né? Então um foi comprando do outro lá. E, veja bem, no Paraná: o Paraná era um sertão de mato e o pobre queria uma terra que produzisse bem, ainda mais uma família igual a nossa, com 15 pessoas com os dois velho (pai e mãe), era um povão, né? Então, o meu pai vendeu lá pra coloca a fiarada bem, né? Aqui. Nós lá no Rio Grande [do Sul] era meio criado a ponta de faca, não tinha muito recurso e, então, ali em Soledade, ali aonde a gente morava, os fazendeiro foram tomando conta. Hoje tá só os grande fazendeiro, como aqui mesmo aconteceu e acontece ainda (Salvador Verdi da Costa).

O migrante apontou elementos importantes como a pressão demográfica e o processo de *expropriação* que “os pobres” e/ou pequenos produtores estavam passando em Soledade, no Rio Grande do Sul. O grande número de filhos e as terras “esgotadas” do Rio Grande do Sul, “terras velhas”, “envelhecidas” pelo processo de saturação do solo e que sem condições de corrigi-las com adubação se tornaram, logo, inviáveis para a pequena produção agrícola.⁹⁰ A possibilidade de encontrar “terras

90 Esse processo de expropriação dos pequenos proprietários rurais do Rio Grande do Sul

novas”, mais férteis, virgens e com cobertura vegetal, incentivou os gaúchos a migrarem para o Paraná. A falta de recursos, o desgaste do solo, o grande número de filhos e à forte pressão exercida pelos latifundiários participaram dos *fatores de expulsão* (como nos termos de Singer [1981]) no Rio Grande do Sul, que, por outro lado, foram condicionados pelos *fatores de atração* no Paraná, como terras mais férteis, baixos preços das mesmas e pelas novas oportunidades que poderiam surgir em um (novo) território “onde estava tudo por fazer”.

Salvador relatou ainda o papel da *informação* (através da “notícia” que “corre”) demonstrando o *peso* dos gaúchos na migração para o Paraná e na população que ocupou, em sua maioria, esse estado:

Sabe? Que a notícia corre. O Paraná era um sertão, né? A mesma coisa que a Amazônia, né? A Amazônia nós sabemos que é a área maior de mata que tem. Então, de repente, naquele tempo, alguém veio pra verifica as terra no Paraná; pra dizer, dá resposta prá gauchada (sic), e o povo gaúcho veio a maioria morá pro Paraná naquela época. Aqui onde você sair e conversar: “Eu sou gaúcho, vim pequeno de lá, mas nasci lá no Rio Grande do Sul” (Salvador Verdi da Costa).

As terras do Paraná, no entanto, foram alvo de interesses de madeireiros, de pessoas que já trabalhavam na atividade no Rio Grande do Sul e que, com a falta desta matéria-prima no estado gaúcho, se deslocaram para, por exemplo, Francisco Beltrão, em busca de madeira e da manutenção das suas vidas nesse ramo de atividade. O descendente de italianos e alemães, Alfredo Antonio Presente⁹¹, aposentado e com 63 anos, se cir-

e da concentração das terras nas mãos dos fazendeiros, foi verificado por Heidrich (2000); isso desencadeou, em parte, o *forte* processo migratório para o Paraná, através das tensões e das relações de poder ocorridas neste estado entre pequenos proprietários e latifundiários (HAESBAERT, 1988).

91 Alfredo Antonio Presente narrou, também, como foi à chegada ao novo território e as dificuldades encontradas no acesso: “Quando chegamos em Beltrão naquela época, até Nova Concórdia [comunidade rural], demoramos mais quatro dias. Ia pelos picadão, mas

cunscreve neste contexto da migração por interesses (sobretudo, econômicos) na exploração da maneira e/ou “pinhal” que existia no município:

Viamo em 1949 pra [Francisco] Beltrão. Viamo por causa do Pinhal, né? Tchê! Por causa da madeira. Lá onde nós tava no Rio Grande [do Sul], nós não tinha mais lenha pra queimar, naquela época, pra tu ver; daí nós viemo pra cá por causa da madeira. Lá falavam muito que aqui tinha bastante madeira. Depois aqui nós serremo alguma madeira pra mandar pra Porto Alegre (Alfredo Antonio Presente).

Alfredo ressaltou também durante sua narrativa, os altos preços das terras do Rio Grande do Sul em contraposição aos baixos preços das terras no Paraná, pois pagava “micharia” e “comprava a preço de banana” uma grande quantidade de terras: “só numa pegada compremo 100 alqueire de pinho”; o que lhe interessava era comprar terras com araucárias, grande matéria-prima para sua indústria madeireira: a serraria. Por isso, informou como trouxeram e instalaram a serraria em Francisco Beltrão e que as madeiras, isto é, “o pinhal”, foi a “ilusão da época”, era o que o motivou para a migração. A “*ilusão*” foi, portanto, o que fez com que ele e sua família se deslocassem do Rio Grande do Sul para o Paraná: a *cobiça* pelas madeiras em território beltronense:

Lá tinha terra, mas não era muito, em torno de uma colônia, não me lembro bem, pra plantar mandioca. Vendemo lá, fizemo um dinheirão; naquele tempo era dinheiro, 180 conto de réis⁹² e daí compremo aí [em Francisco Beltrão]. Aqui comprava por preço de banana. Só numa pegada compremo 100 alqueire de pinho, depois fomo comprando mais. Compramo em Nova Concórdia [comunidade do interior de Francisco Beltrão] (...). Pagamo micharia, a troco de banana. Aí começamo a derrubar pinheiro e serrá. Trou-

aí tinha que i alargando a picada, porque o caminhão da mudança era largo. Os picadão era aberto pelo caboclo, passando de cavalo tava loco de bão, nem carroça não existia naquela época”.

92 Segundo Alfredo Antonio Presente seria o equivalente a R\$ 100.000.

xemo a serraria de lá do Rio Grande [do Sul] também, foi colocado ali. É onde tá os meus primo até hoje tem serraria. Aquele tempo à ilusão era o pinhal! Que as terra de pinhal na verdade não valia nada, né? Era muito fraca. Só depois foi destocado, colocado o calcário daí sim deu uma melhorada e passou a render mais do que a outra, de morro. A vantagem que era plana. (...) Derrubemo o pinhal, aí foi destocada pé por pé. A madeira vendia, a maioria pra Porto Alegre, lá fazia casa, móveis. Na época dava muito lucro. Daí, depois foi feita uma parte [da terra] de inverno e a maioria ficou pra granja, hoje é tudo granja. Planta soja, milho, às vezes feijão. Mas, demorou pra plantar, porque pra destocar demorou um tempo (Alfredo Antonio Presente).

O *território* para o migrante era um *recurso*, uma base material com grande *fonte de recursos* – a *madeira*, especialmente a *araucária* que existia em abundância no Sudoeste paranaense naquele momento. A mobilidade foi motivada por interesses *econômicos* e pela *exploração* de um *território* enquanto recurso e de uma riqueza natural, a madeira, com baixo preço para exploração; as terras com araucárias não estavam ainda valorizadas e adquiriam-se grandes extensões com este recurso, como percebemos na entrevista, a baixos preços. A migração, o “desbravamento” através da colonização implicou, nesse sentido, grandes destruições e danos à floresta das araucárias no Paraná, desencadeando e acentuando o desmatamento nas florestas brasileiras.⁹³ Na foto 6 a seguir, demonstramos uma serraria instalada no

93 Conforme informou o Jornal de Beltrão (29/11/1989, p. 16), “Em meados da década de [19]50, iniciou-se na região sudoeste [paranaense] a exploração da madeira. Explorou-se prioritariamente o pinho (araucária), cujo objetivo principal era a construção de casas residenciais, estábulos e outras benfeitorias para as zonas agrícolas e nos vilarejos, na construção de casas e armazéns. A entrada de agricultores vindos do Sul, deu um novo rumo à agricultura da região e uma nova fachada à nossa economia, com a instalação de muitas serrarias. No início dos anos 60 mais de 150 serrarias estavam instaladas na região e, com isso, inicia-se a exportação para os Estados do RS, SP, RJ, MG e, também ao exterior: Argentina, Estados Unidos e Inglaterra, entre outros, apesar das precárias condições dos meios de transporte. Nessa época é introduzida, também, a indústria de esquadrias, que produzia para a exportação. E também a indústria de móveis de madeira, mas esta se limitava a abas-

interior de Francisco Beltrão e explorando madeiras na década de 1950.

Foto 6: Serraria em Francisco Beltrão – década de 1950



Fonte: Jornal de Beltrão, 13/12/1991.

tecer o mercado regional. As espécies de madeiras mais exploradas e comercializadas eram o pinho, o marfim, a peroba e o cedro. Houve um grande impulso no desenvolvimento econômico regional, atraindo comerciantes agricultores e outras pessoas a apostarem na exploração madeireira e outros setores, de necessidades básicas, que muito influenciaram para o progresso da região. A indústria madeireira, nessa época, representava, aproximadamente, 50% da economia regional e empregava, mais ou menos, 60% da mão-de-obra assalariada. A exploração da madeira, pelas serrarias, muito representou para a economia regional. De pequenas serrarias, se transformaram em indústrias de beneficiamento de madeira; vários proprietários de terras diversificaram suas atividades, apresentando as terras desmatadas para o desenvolvimento da agropecuária, reflorestamento, mecanização da agricultura atraindo, dessa forma, novos investimentos. A indústria [madeireira] ainda denota expressividade para nossa economia [ano de 1989], porém, não mais com a mesma intensidade e importância. Restringe-se, praticamente, ao beneficiamento e produção de laminados, reduzindo consideravelmente a industrialização de esquadrias e móveis. Cerca de 40% da matéria-prima utilizada provem de madeiras nativas, em pequena parte da região e o restante vem do norte do país e do Paraguai”.

Plácida Adria, professora aposentada pelo município de Francisco Beltrão, descendente de poloneses e com 77 anos, nos informou, em conversa amistosa, os motivos de sua mobilidade:

Lá do Rio Grande [do Sul] eu vim casada. Casei lá no Rio Grande [do Sul] daí vim morar pra cá. No ano de 1953, que chegamo em Beltrão. (...) Eu vim de Erechim, no Rio Grande do Sul. Lá nós trabalhava tudo na roça, depois que nós viemos pra cá eu fui dar aula e o meu marido começou a trabalhar como marceneiro. Os meus pais vieram uns quatro anos antes que nós viemos pra cá. Os pais, daí tinha um tio meu aqui já antes. Esse tio fez umas quantas viagens pro Rio Grande [do Sul] contando às maravilhas que tinha pra cá, dizendo que aqui era um lugar bom, novo, que tinha oportunidade. Aí nós também era muito ligado aos meus pais e, sabe? Nós acabemo ficando meio sozinho no Rio Grande [Sul] e viemo pro Paraná. Aqui os meus pais ajudaram nós no começo a se ajeitá na vida, arrumá serviço e daí a família ficou mais próxima, mas unida, né? Aí ficou melhor pra se viver também (Plácida Adria).

Um ponto fundamental na rede de relações sociais é a ajuda familiar e a relação afetiva, de solidariedade entre os parentes (o que não retira os conflitos e tensões que também permeiam estas relações). Nesta trajetória migratória verifica-se o papel desempenhado pela *informação* levada através de um familiar (tio) que tece *contatos* e *representa* o território de destino *apresentando-o* enquanto “maravilhoso”, isto é, Francisco Beltrão.⁹⁴ Pela *solidão*

94 Goetttert (2004, p. 138, [grifos do autor]), considera que “as representações dos lugares assumem, na troca de informações entre *gentes* de *cá* e de *lá* – dos possíveis lugares de destino e de origem –, papel importante e, muitas vezes, até determinante na construção de expectativas sobre os *lugares de futuro*. Esta construção se dá, no mais, em duplicidade, uma vez que na elaboração de expectativas positivas ou cautelosas sobre os lugares de *lá* também acabam se projetando expectativas negativas sobre os lugares de *cá*. Isto não significa afirmar que a construção das expectativas sobre ambos os lugares ocorre simultaneamente, mas de que as expectativas sobre possíveis lugares de destino fazem com que haja uma aceleração das expectativas negativas sobre o lugar a ser *deixado*. Assim, as informações e os contatos podem definir uma *mudança* no imediato, mas que, explícita ou implicitamente, já

e pelo sentimento de “estar sozinhos”, sem seus familiares com quem tem vínculos e laços fortes⁹⁵ como com os pais, transformando o município de origem em um “não-lugar”, ou em um “não-território”, é que Plácida e seu marido se condicionam a migrar para o Paraná, para próximo de seus familiares em Francisco Beltrão.⁹⁶

Por isso, é que Plácida Adria (junto com seu marido) deslocaram-se para o Paraná, pois, como afirma a migrante, “Nós acabemo ficando meio sozinho no Rio Grande [Sul] e viemo pro Paraná”. Os *vínculos* familiares (*fortes*) *podem* definir o território de destino do migrante; sendo o território uma *relação social em um determinado recorte espacial*, a *ausência* dos familiares (os pais) no Rio Grande do Sul fez com que Plácida Adria se sentisse *desencaixada*⁹⁷ em Erechim; logo, o *reencaixe*, isto é, a reterritorialização das relações sociais no Paraná, no município de Francisco Beltrão, se processou com a ajuda dos familiares, como afirma Plácida: “Aqui os meus pais ajudaram nós no começo a se ajeita na vida, arruma serviço e daí a família ficou mais próximo, mas unido, né? Aí ficou melhor pra se viver também”; essa ajuda acarretou, portanto, uma reterritorialização *funcional* (através do

vinha se *gestando* para sujeitos com potencialidade migratória, que pode diferir muito entre irmãos, familiares e parentes”.

95 Para Scherer-Warren (2007), vínculos fortes na rede de relações sociais são aqueles que exercem uma relação de centralidade e proximidade física e social na vida do sujeito como, por exemplo, aqueles feitos no âmbito familiar (entre pais e filhos; entre marido e mulher), e entre amigos, especialmente, entre compadres; já os vínculos fracos são aqueles que não exercem uma relação de centralidade na vida das pessoas como, por exemplo, aqueles vínculos feitos em função da amizade, da religião, da identidade, do trabalho etc.

96 Marc Augé (1994) considera sob o olhar da antropologia, que o não-lugar é definido por um espaço que não possibilita e/ou não constrói afetividade, apego ou enraizamento; logo, o não-lugar é construtor de solidão, similitude e não enraizamento. O não-lugar, nesse sentido, se encontra na migração com o “não-território” na medida em que possibilita (isso no território de origem e/ou destino da migração) a criação de solidão, de não afetividade a aquele recorte espacial, ou seja, das relações sociais que se processam neste, sendo, por isso, motivadores (em sentido amplo) da mobilidade.

97 Para Giddens (1991, p. 29) desencaixe é o “deslocamento” das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação em outro tempo-espço.

trabalho) bem como (e concomitante), uma reterritorialização *afetiva* com o território de destino, pois a relação afetiva junto aos familiares potencializou e possibilitou, pelo convívio familiar, das visitas, da ajuda, da amizade com os parentes e, por extensão, com o *novo território* de destino na mobilidade. Os laços *fortes* (como de pai, mãe e irmãos) por meio das redes de relações familiares, *podem* definir o indivíduo a migrar ou ficar.

As motivações que perpassaram a migração para o Sudoeste paranaense contaram com a presença efetiva das redes de relações sociais, entre os estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, e na *construção* e manutenção de um território-rede, tendo a informação e as relações de amizade e de parentesco um *forte vínculo territorial* para a mobilidade de gaúchos e catarinenses para o território paranaense. As motivações para o deslocamento se deram – como demonstramos através das trajetórias migratórias – em função de *motivações multidimensionais* como as de interesses econômicos, mas, também, de relações de amizade, de parentesco enfim, contando com elementos *objetivos* como a busca de terras, trabalho e madeira, como a vinda em função de elementos *subjetivos* como o desejo, a aventura, o não-trabalho, a “loucura”, a doença, a amizade e/ou afetividade familiar dentre outros.

Contudo, a des-territorialização gaúcha e catarinense para o Paraná contou com as relações de *estranhamento* no novo território e de comparações entre os territórios deixado e chegado na mobilidade, que fazem parte, aqui, do que chamamos de transterritorialidade migratória. Esses estranhamentos e comparações se processaram através das relações cotidianas que os sujeitos realizavam no território deixado e que procuraram realizar no novo território, além das características das pessoas e, portanto, do próprio território, das *singularidades*, das novas relações. Percebemos nas entrevistas as situações em que os migrantes apontavam como de *estranhamentos*, das *diferenças* de comportamentos, cheiros, gostos, sons etc., do novo território que demonstraram, portanto, o processo de des-re-

-territorialização e de transterritorialidade. Para Dozolina Bertaiolle, por exemplo, os *estranhamentos* e as *diferenças* no novo território apareceram nas missas (ambiente que freqüentava assiduamente no Rio Grande do Sul), através do comportamento diferente do padre e nos *gostos* oriundos dos produtos da/*na nova terra*:

Eu estranhei as missa daqui, que Deus o livre! Porque lá [no Rio Grande do Sul] era tudo padre capuchinho; lá era mais comportado os padre, mas calmo, né? (...) A diferença aqui [em Francisco Beltrão] era o jeito deles rezar as missa, assim, eles davam de dedo quem ia na zona (sic), ele fazia assim com os dedo [faz gestos com as mãos]. Nossa, eu parecia que não tava nem na missa (risos). Lá era diferente. Lá eles chamavam o pessoal pra missa, aqui parece que eles tocavam. Ou então o padre perguntava quem ia. Nossa, então eu estranhei, estranhei, estranhei... Meu Deus do céu! Que padre diferente! E lá era tudo aqueles mansinho, da roupa comprida, da roupa marrom, nossa que diferença; aqui se bobeassem eles xingavam a gente, eram bravos (risos). (...) Muita coisa daqui que eu estranhei: café, principalmente, café pra quinze dias quando cheguei aqui tomava chá. Café muito ruim eu achei daqui (risos). Olha o café achei muito ruim; batatinha sem gosto, iii... muita coisa que a gente, eu achei sem gosto, a comida, parece que a terra era deferente (sic). Aqui parece que as batatinha sem gosto, né? Até a água eu estranhei aqui, demorei pra me acostumar com a água aqui, parecia mais ruim (...) Erva [mate], muito ruim aqui também. Só que aqui agora a erva [mate] tá ficando mais boa aqui do que no Rio Grande [do Sul]. Tem três anos que eu fui pro Rio Grande [do Sul], só que não pra banda que eu morava, fui lá pra banda de Porto Alegre, fui lá em Canela, Gramado aqueles lado lá. Mas olha, a erva [mate] ruim, ruim que nossa. Não dava pra tomar chimarrão (Dozolina Bertaiolle).

Sendo a identidade gaúcha e catarinense intimamente ligada à religião, especialmente a católica, é perceptível que as relações de estranhamento e de transterritorialidade ocorressem nas missas que os migrantes freqüentavam. É claro que a religião católica adotou (e adota) *estratégias* di-

ferenciadas dependendo do território e do contexto histórico-geográfico em que as relações sociais se inseriam e se processavam. Em um território novo, como em Francisco Beltrão, com a expansão da fronteira agrícola e urbana e com uma forte atração de migrantes, era imprescindível que o padre adotasse uma postura política *disciplinar* (e, por isso, talvez se demonstrasse “agressivo”, “bravo”, como relata a migrante). A necessidade de construir uma *identidade* territorial vinculada e acionada, a partir do povo ordeiro e trabalhador, se relaciona à ideologia da concepção *cristã* do povo trabalhador, disciplinar e ordeiro no novo território. Estrategicamente, a Igreja Católica atuou como disciplinadora no novo território aliado aos interesses do Estado-Nação. Esta auxiliou na formação do sujeito ordeiro e disciplinado e na produção de um território *rigidamente* controlado.⁹⁸

Também, o novo território apresentava gostos diferentes e novos sabores como ressaltou a migrante, “da erva [mate], da batatinha, da água, do café”, afirmando que “muita coisa eu achei sem gosto, a comida, parece que a terra era deferente (sic)”; ou seja, a re-territorialização no novo território implicava um processo de *ressignificação cultural* que estava vinculada à “adaptação” aos novos sabores, aos novos gostos, *a nova e diferente terra!*⁹⁹ Processo produzido no interior de *negociações*. É importante obser-

98 Jahyr de Freitas Júnior (em entrevista realizada em 31/01/2008) nos contou sobre a *influência* e o *controle* exercido pela igreja católica sobre Francisco Beltrão e seus habitantes no início da colonização: “A igreja [católica] tinha bastante influência na cidade, bastante. (...) Olha ninguém se atrevia a contrariar nada do padre, ninguém se atrevia. Não sei se era força, mas era um respeito exagerado, entendeu, era um respeito exagerado, entendeu. Então nos sermões do padre, ele dava paulada em todo mundo (sic), você entendeu? O Padre Afonso, então, era meio louco, dava paulada em todo mundo (sic). (...) A procissão, Deus me livre! Era obrigatório ir. Eu no dia da procissão, ao invés de ir, ia jogar bola. Ah! Na segunda-feira ele [o padre] chegava e perguntava: ‘quem não foi na procissão levanta a mão?’. Então era eu e o outro que levantava a mão. E aí o bicho pegava (risos). (...) Então a Igreja sempre teve muito controle das coisas que acontecia aqui em [Francisco] Beltrão, tudo tinha que passar pelo aval do padre”.

99 Conforme considera Ademir Pacelli Ferreira (2005, p. 157), sob o olhar da psicanálise,

var, ainda, que as comparações feitas pela Dozolina entre a erva-mate no momento da chegada no Paraná e a erva-mate da visita ao Rio Grande do Sul recentemente, demonstra a condição de *transterritorialidade*, da situação *dúbia* do migrante de antes pertencer/perceber certa situação/relação no território deixado, e que após algum tempo presente em outro território, esta situação/relação *pode* mudar completamente, como neste aspecto cultural relacionado ao novo *gosto* da erva-mate, pelo duo ausência/presença no território deixado.

Angelina Pedron, gaúcha e com 81 anos, relatou o estranhamento que sofreu na chegada ao povoado (Vila Marrecas), especialmente sem a energia elétrica em que estavam *acostumados* a ter no Rio Grande do Sul; diferença que a fez, inclusive, querer voltar ao município de origem:

Ah! Eu estranhei! Eu achei assim: “Poxa! O que vamo fazer agora ali no mato sem luz?” Só tinha luz do Camilotti, né? [Serraria que se localizava no centro de Francisco Beltrão]; só luz do Camilotti, e só até as dez [da noite], depois não tinha mais luz. E lá no Rio Grande [do Sul] a gente tinha todo mundo luz. (...) Ah! A gente fica sem a luz dá muita diferença, né? (...) Aí muitas vezes eu pensei em voltar embora, eu pensei: “Acho que nós vamo embora”. Ah! Vai ficar aí. Depois foi, a gente se acostumou aqui, vai conhecendo vai ficando, mas não é fácil no começo. (...) Ah, depois que se acostumo daí tá bom, daí foi. Mas no começo foi sofrido. Aí a gente começou a pegar amizade com um, com outro, daí passou, né? É mas no início tudo as coisas é meio sofrido, né? Depois vai levando, mas nós sofremo muito. Trabalhemos muito, daí não tinha uma casa, não tinha um tanque [de lavar roupa] de acordo, o primeiro ano tinha que fazer tudo, por o tanque, aí tinha que puxar água do poço, né? Tudo com galão de óleo. Depois eu engravidei de mais um, já foi, Deus o livre! (Angelina Pedron)

“a estranheza provoca a desarticulação do eu (...) e este busca no familiar a certeza de sua integridade. Nossa realidade é uma realidade significativa e ordenada por tudo que faz sentido; sem o nexo dos sentidos, tudo fica desarticulado (...). Mas, sem o encontro com o outro, com a diferença, nos reduzimos à mesmice”.

As diferenças encontradas entre o território de origem e de destino na mobilidade denotam a condição e a situação de transterritorialidade, de pertencer a dois territórios e não pertencer, contraditoriamente, a nenhum.¹⁰⁰ Na trajetória migratória de Angelina Pedron a falta de energia elétrica, elemento que participava da vida cotidiana da migrante no Rio Grande do Sul, faz com que a mesma se deparasse com um território *estranho*, com um território que a fez pensar em voltar, em querer voltar. Mas, depois estabelecendo relações especialmente as de amizade, pois “Aí a gente começou a pegar amizade com um, com outro, daí passou, né?”, foram sendo feitas novas relações, novas teias relacionais e territoriais que criaram novos *vínculos afetivos* e ligações materiais com o novo território e com outros sujeitos que acarretaram, em grande medida, a re-territorialização.¹⁰¹

A amizade ajudou na amenização das relações de estranhamento com o novo território e no processo de *ressignificação* cultural e simbólico, ao novo solo e às novas relações estabelecidas nele. A nova base material

100 Para José de Souza Martins migrar “é mais do que ir e vir – é viver em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais”. Assim, *ser migrante* “é viver tais contradições com duplicidade, é ser duas pessoas ao mesmo tempo, (...) é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É até mesmo, partir sempre e não chegar nunca” (1986b, p. 45).

101 Fazito (2002, pp. 6-7), considera que as redes de relações sociais devem ser *compreendidas* pelos *vínculos* criados no território de origem e de destino na migração por migrantes e não-migrantes que, “unidos” e em interação em rede criam uma *teia territorial complexa* de papéis sociais entre familiares, amigos e de relações interpessoais complementares que, resultam no processo de *adaptação* do migrante. Desse modo, a rede migratória não precisa ser fortemente institucionalizada, mas pode se organizar em torno de um princípio compartilhado: isto é, a rede de migração difere de grupos sociais específicos como à família, mas *pode sobrepor* vários grupos e seus vínculos em um único processo social. Assim, as redes sociais como vínculo territorial e relacional compartilhado por indivíduos pode atuar como meio de ligação e mecanismo de transmissão de recursos e informações, além, das redes de migração exercerem uma influência poderosa sobre a seleção de quem migra e *quando*. Portanto, as redes sociais também podem ser entendidas como “causas” da *adaptação/assimilação* dos migrantes na sociedade receptora, por exemplo.

e simbólica e suas relações participaram do processo de des-territorialização, mas, participaram, também, do processo de re-territorialização, ou seja, como afirma a migrante, “Ah, depois que se acostumo daí tá bom, daí foi”. A base material foi inerente, também, à transterritorialidade na migração, que mesmo sendo uma dimensão subjetiva da mobilidade, participa nos e dos objetos materiais, principalmente, através dos símbolos. Florinda Cobo Viera relatou, também, seus “espantos” e estranhamentos que ocorreram quando chegou à nova terra” vinculadas às suas relações do cotidiano, da casa e do trabalho:

Eu tava pra ganhar um filho e vim morar numa casa que não tinha nada, nem porta. Pelo amor de Deus! Que casa velha e feia; sem divisão, tudo no grito. Ninguém tinha água. Tinha que ir lá no Campanholo [outra propriedade rural] que tinha um açude buscar água. A gente ia buscar água pra toma e ia lavar roupa no açude. Tinha um tanque comprido e tudo a mulherada lavando roupa na beirada do açude. Quando ia pra casa, cada uma com o seu balaio de roupa por cima da cabeça. E aquelas roupa que não dava pra torcer tinha que deixar pro outro dia; era um sofrimento. Sem luz, sem água, sem nada (Florinda Cobo Viera).

As relações de estranhamento se processaram no novo território pela condição de transterritorialidade advinda do outro território; das relações, das pessoas, dos objetos enfim, de todos os elementos que faziam parte de sua vida cotidiana no território deixado; por isso, o novo território apresentou elementos diferentes, dissonantes e singulares ao seu modo de vida que lhe causaram estranhamento e *sensações* como a do “feio”, do “desorganizado”, do diferente, do “ruim”, do “difícil”. A condição de transterritorialidade implica em ver e experienciar o novo território com os “olhos de fora”, com as sensações e experiências oriundas de um outro tempo-espaco onde a energia elétrica e a água encanada, por exemplo, já faziam parte do seu cotidiano, eram inerentes ao seu *espaco de referência*. Por isso, a transterritorialidade demonstra as relações entre estar no novo território com as sensações de outrora, com as sensações da outra base material e do *eu* com o *outro*. É o *momento* onde as *referencias espaciais parecem se*

embaralhar para o migrante diante da nova realidade, das novas experiências, das diferenças do novo território e das suas relações.¹⁰²

Hiolanda Tibola Luza, em uma narrativa cheia de emoção, descreveu sua des-territorialização para o Paraná, lembrando o Rio Grande do Sul como *território* da *saudade* e do *pertencimento*, ligado aos familiares, aos descendentes da cultura italiana e das suas relações de transterritorialidade entre o estado do Rio Grande do Sul e o município de Francisco Beltrão, com a vontade/*desejo* de voltar:

Era bastante diferente aqui [Francisco Beltrão] do Rio Grande do Sul. A gente era diferente, o lugar, né? Não era quem nem lá. Lá tinha fruta, tinha de tudo, mas depois a gente se acostumou. Aqui era só mato. As pessoas, aquela caboclada. Mas, mais era a saudade que a gente tinha de lá, né? Tinha saudade da gente de lá e do lugar. Porque a gente nasceu e se criou lá, né? A gente veio pra cá chorando, parecia que a gente ia no fim do mundo! Sabe? Que não voltava mais, a gente pensava isso (...). Mas a gente sente, ainda agora eu sinto saudade de lá. Eu se fosse pra dizer, sair daqui, eu queria morar pro Rio Grande [do Sul] de novo. Porque a gente lá é italiano, fala tudo italiano, vou lá no irmão a gente se sente à vontade, porque Deus o livre! Não é fácil! (...) A gente queria experimentar mudar a vida, fazer mais progresso, né? Lá as terra era fraca, magrinha, dava pouco já, não tinha adubo, agora é tudo máquina, adubo e a gente plantava só com a enxadinha, e as terra meio magrinha não dava nada, não dava mais, achava que era melhor, fazer futuro aqui. (...) Ele [o marido] já tinha vindo antes, arrumado o lugar pra gente. Mas, parecia que a gente vinha no fim do mundo. A gente sentiu muita saudade de lá (Hiolanda Tibola Luza).

102 Ferreira (2005, p. 158, [grifos nossos]) afirma que “longe do espaço familiar, o sujeito sente-se sem o seu invólucro e, ao perder o seu espaço mínimo de referência, fica aberto à incidência ameaçante e arrebatadora do outro”. E, ainda, para o autor o “surto psicótico no migrante recente (...) como desdobramento das vicissitudes do deslocamento, pois este implica a perda do espaço de referência e a incerteza com a qual o sujeito se defronta. Experiência esta que aumenta os temores, que vão tomando uma conotação persecutória, levando a uma atitude de desconfiança generalizada e ao sentimento de inquietude (...) o sujeito está se sentindo comprimido e invadido por um espaço intrusivo e ameaçante”.

A *destruição* do território no Rio Grande Sul através da migração para o Paraná acarretou em estranhamentos no novo território, na *saudade*, na *perda* do território de *referência* identitária por meio da relação entre os descendentes de italianos, entre “os seus”. Como a migrante apresentou, o novo território era diferente, as pessoas eram outras: “As pessoas, aquela caboclada”; ou seja, o *eu* se encontra (e se defronta) com o *outro*, com a situação de alteridade e de insegurança na relação com o outro, e com o outro território de vida que não mais aquele de referência ontológica de existência antes da migração. A migrante, portanto, se depara e adentra no “território do outro”.¹⁰³

Assim, a des-territorialização acarretou na destruição do território de referência identitária são as relações das pessoas e do território; território este que se torna da *saudade*, pois “mais era a saudade que a gente tinha de lá, né? Tinha saudade da gente de lá e do lugar. Porque a gente nasceu e se criou lá, né? A gente veio pra cá chorando, parecia que a gente ia no fim do mundo! Sabe? Que não voltava mais, a gente pensava isso”. A *saudade* foi elemento inerente na/da mobilidade territorial e que acarretou “*violência*”¹⁰⁴ através do desenraizamento, isto é, o desprendimento das relações que eram desenvolvidas no município do Rio Grande do Sul e na insegurança em não mais voltar; de migrar para um território desconhecido, do outro, que “parecia o fim do mundo”.

As relações identitárias vinculadas à cultura de descendentes de italianos, a *coesão* e amizade intra-familiar no Rio Grande do Sul, *enraizavam*

103 Conforme Ferreira (2001), a alteridade subjetiva no migrante se dá pelo confronto com o lugar estranho e da estranheza do eu com o *outro* no novo espaço de vida. A aventura no “território” do outro pode ser ameaçadora e fascinante para o migrante recente, que tenta responder rapidamente às exigências internas e externas. A fragilidade pelas perdas do deslocamento, facilita a emergência da alteridade.

104 Vainer (1996) ressalta que a mobilidade territorial de populações resulta, em grande medida, de atos de *violência*; violência acarretada na *mobilidade forçada* da população de um território para outro e no desprendimento das relações sociais que se estabeleciam neste, das raízes, das fixações, do pertencimento etc.

e davam sustentação a migrante através dos vínculos afetivos que condicionaram – com a mobilidade – o sentimento da *saudade*, do *território da saudade*, da saudade dos familiares e das relações tecidas no interior de um território cultural, de uma identidade territorial e de uma territorialidade a partir da cultura de descendentes de italianos, como narrou a migrante: “Mas a gente sente, ainda agora eu sinto saudade de lá. Eu se fosse pra dizer, sair daqui, eu queria morar pro Rio Grande [do Sul] de novo. Porque a gente lá é italiano, fala tudo italiano, vou lá no irmão a gente se sente à vontade”; ou seja, a transterritorialidade migratória condiciona a saudade e o desejo do retorno. À vontade de experimentar mudar de vida e de mudar de território na procura por melhores condições de vida, apresenta elementos *subjetivos* inerentes à condição do ser humano na mudança de base material e social, pois o sujeito sente saudades de onde saiu e de onde tecia suas relações, especialmente as afetivas: aquelas ligadas aos amigos e aos familiares. Entretanto, contraditória e ambígua foi como a *transterritorialidade migratória* se manifestou na fala da migrante, afirmando que:

Se eu isse mora pra lá, eu sentia saudade daqui agora, porque a gente agora, o nosso lugar é aqui agora, porque a gente se sente bem aqui. Eu acho que digo que ia morar pra lá, mas a gente não ia mais porque a gente se acostumou aqui agora, tem os filhos... a gente tem muito amigo, conhecido, conhece a cidade inteira, né? (Hiolanda Tibola Luza).

Sendo o território uma *relação social* de apropriação e/ou dominação de um recorte espacial, mesmo com a saudade do Rio Grande do Sul, quando se deslocaram para o Paraná, esta foi parcialmente superada com uma re-territorialização através das relações tecidas no interior da educação dos filhos, dos novos amigos que foram feitos no município e que foram delineando o sentimento da re-territorialização, e do sentimento de apego/pertencimento identitário/territorial: “o nosso lugar é aqui agora”.

A transterritorialidade na migração possibilita compreender e/ou

problematizar aspectos contraditórios e da *divisão* de territórios (de origem e destino na migração). A saudade do território deixado por Hiolanda, por exemplo, não foram perdidas e/ou esquecidas, estão na sua memória, nas “geografias imaginárias” (SAID, 2003), nas paisagens e nas relações identitárias que ligam esta – através das redes sociais – ao território deixado no Rio Grande do Sul.¹⁰⁵ No território de destino da migração, com o passar do tempo, novas relações foram sendo tecidas que ajudaram na re-territorialização da migrante, daquela que tem seus filhos e constrói novas amizades e “conhecidos” no novo território, relações que ajudaram a territorialização dos sujeitos em uma nova base material e simbólica.

Entretanto, o que se apresentou talvez como maior ênfase na trans-territorialidade foi à condição *transitória* e/ou *transitiva* do migrante (GOETTERT, 2004[2008]). Apresentou-se como uma perda “irrecuperável” do território, como uma condição, no extremo, de “exílio” (SAID, 2003), uma situação migrante (ou “pós-migrante”) de desencaixe social e territorial (GIDDENS, 1991), de *estar no entrelugar* (BHABHA, 1998) e, portanto de pertencer a dois lugares e ao mesmo tempo não estar pertencendo, paradoxalmente, a nenhum. É a condição e o momento onde os referenciais espaciais (os lugares de origem e de destino) parecem se “embaralhar” na cabeça da migrante: as relações confundiram esta ao ponto de dividi-la entre os lugares, criando a sensação de “distúrbio espacial” ou de *entrelugar*.

A descendente de italianos, Gema Dilsa Pramim, também relatou suas relações de estranhamento e de re-territorialização no Paraná quando *chegaram*.

105 No entanto, não existem nem assimilação total de uma cultura e, por extensão, de um território por outro, mas intensas trocas entre territórios-rede, pois se o movimento migratório retira o sujeito de um determinado espaço, não o desterritorializa por completo: sempre permanecem “geografias imaginárias” que trazem *memórias*, e *emoções* e lembranças de experiências vividas/adquiridas do território abandonado (FERREIRA, 1999), que fazem parte, portanto, da transterritorialidade migratória, da *divisão* de territórios na migração pelo duo ausência e presença.

A gente foi se acostumando, né? Mas, que a gente achou estranho, achou! Porque lá eu era de uma família tradicional que cantava na Igreja, o meu irmão mais velho estudou pra Padre, ele era maestro de canto e, eu comecei a canta com doze ano e, daí, sabe, me fez falta isso! Deus me livre! A minha gente, né? A minha mãe já tinha morrido, fazia um mês quando nós viemo de mudança, daí o pai começou a ficar doente. Eu fiquei doze ano sem ir lá [no Rio Grande do Sul]. Aí ele [o pai] queria me ver, aí eu descí, voltei. (...) É, a vida da gente não foi fácil, né? Foi dura, dura, dura. Ah! Eu estranhei de tudo, né? As pessoa, ainda não, porque tinha muita gente aqui lá de Rio Grande [do Sul], de outros lugar, né? Italiano lá do Rio Grande [do Sul] (Gema Dilsa Pramim).

O processo de re-territorialização esteve permeado por uma intensa negociação social e re-significação cultural no novo território, pois o “acostumar” ao novo lugar implica em tecer novas relações, com outras pessoas pelos vínculos criados no cotidiano, na festa, na rua, no trabalho, na religião etc. A trajetória migratória de Gema demonstrou que a falta e/ou na ausência das relações estabelecidas no interior da religiosidade católica, isto é, das atividades que desenvolvia na missa, tomaram centralidade para estranhar-se no novo território. Aquilo que antes era inerente na sua vida em outro território faz parte de sua “memória espacial”, das suas experiências e emoções e que foi acionado na “ausência territorial”. Contudo, a re-inserção em atividades religiosas no outro território, mesmo que com diferenças, possibilitaram uma re-territorialização através de novas relações, de novas amizades e de uma nova *apropriação afetiva* (no caso, religiosa) do novo recorte espaço-temporal.

Josefina Maria Maffessoni Mezzomo relatou também, que *estranhou* muito o Paraná, porque aqui “não tinha nada” e “estava tudo por fazer”:

Mas a gente estranhou aqui era a comida. Aqui no início não tinha nada, tinha que se fazer tudo, começar do zero, lá no Rio Grande [Sul] tava já feito as coisa era só mante, né? Aqui, com três filho e tudo, não era fácil, a sorte da vaca de leite. Ainda o leite só dava

pras criança. E, quando a gente chegou aqui a gente plantou umas coisas, mas só que demora vir, né? Aí no começo não era fácil (Josefina Maria Maffessoni Mezzomo).

Quando se encontra uma base material e simbólica não estruturada, as relações de estranhamento da migrante foram grandes. Verificamos que as condições sócio econômicas foram, também, imprescindíveis para a análise do comportamento da mesma na condição de des-re-territorialização. A falta de recursos, a indisponibilidade de certos objetos e relações acarretou o empobrecimento econômico e cultural de certas relações estabelecidas no território da chegada. A falta de recursos para a manutenção da família no interior do território criou dificuldades para a sobrevivência e manutenção dos sujeitos, para a re-territorialização. Encontrar um território onde tudo estava por fazer abria grandes oportunidades, mas, por outro lado, exigia grandes esforços dos sujeitos para uma re-significação cultural (em sentido amplo) do território para a re-territorialização. Por isso, a falta de recursos no novo território criou, de modo geral, grandes dificuldades para o migrante se “reencontrar”.

Nair Pilati afirma que “não gostou do Paraná” quando chegou e que queria voltar, mas a mesma teve que ficar devido à condição do casamento:

Nossa! Queria, tava quase chorando, queria voltar! Mas como a gente é casado, sabe como é (...). E quando eu vim, eu vim assim pra acompanhar o marido, mas sem conhecer pra aonde eu vinha, só sogro e o meu marido conheciam, eles tinham vindo antes e comprado ali (...). O meu marido não quis voltar, ele comprou ali e gostou dali, acostumou. Eu achei aqui muito diferente, então, eu queria voltar de tudo jeito (Nair Pilati).

Em um tempo-espaco em que a submissão da mulher era muito presente nas relações intra-familiares, o marido, muitas vezes, definia para

onde a família migraria, sendo que esta deveria aceitar, mesmo expressando sua resistência, para onde iriam se mudar. No âmbito da relação familiar as relações nem sempre são lineares e de fácil aceitação, estas são contraditórias, são de força, de poder, de tensões, são negociadas (impostas e propostas) no interior da família. O marido, neste sentido, *pode* definir – e muitas vezes defini – para onde a família irá de deslocar.

Elza Comunello, a migrante que realizou um percurso de onze dias de viagem de *carroça* de Treze Tília, Santa Catarina, para Vila Marrecas, no Paraná, relatou também suas primeiras impressões do novo solo, dos estranhamentos e do *outro*:

Ah, eu quando cheguei fiquei boba, pelo amor de Deus! Eu pensei que tivesse ao menos um povoado, só no meio do mato, mas o que que ia fazer, voltar não dava mais; o carroceiro ficou uns dois dias com nós ali e aí nos achamos a nossa casa. Pelo amor de Dio! Era um rancho de taquaruçu, com as parede de taquaruçu, umas tábua em cima e era de chão. Era de caboclo mesmo! Nós compramo de um caboclo. (...) Oito meses ficamos naquele racho, derrubemos os pinheiros e fizemos uma casinha (Elza Comunello).

Muitos dos migrantes – segundo entrevistas e conversas informais que realizamos – quando chegavam de municípios oriundos dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, compravam terras em Francisco Beltrão, adquirindo-as, muitas vezes dos caboclos (habitantes que até então viviam hegemonicamente na área) a preços baixos, simbólicos, trocavam até mesmo por utensílios (espingardas, animais, alimentos etc), e/ou utilizavam a força física e/ou moral, e nos primeiros momentos de fixação ao território utilizavam as casas, “ranchinhos” de madeira lascada cobertas de palha e de chão batido, dos próprios caboclos, até a construção de suas novas moradias, do seu novo território do abrigo. Utilizavam, nestas, a madeira das próprias terras adquiridas; montavam serrarias e/ou levavam a madeira em carroças até as serrarias que já existiam no Sudoeste

paranaense para beneficiá-las, transformando a matéria-prima para construir suas habitações, além de construções para apoio no armazenamento de alimentos e na criação dos animais tais como chiqueiros, paióis, cercas, estrebarias, mangueiras dentre outros.¹⁰⁶

Contudo, o processo migratório também foi *tenso* e alimentado por *conflitos* e contradições, por disputas e prenhe por relações de poder. A migrante Neusa de Lima, afirma que logo que chegou ao povoado Vila Marrecas, adquiriu uma terra bem localizada no território, de um caboclo, e logo tiveram que abandonar esta, *forçados* por outro migrante que “chegou feito dono”:

Daí trouxemos o dinheiro da venda do terreno lá no Rio Grande [do Sul] e compramos esse terreno aqui por 700 mil réis.¹⁰⁷ Mas, daí depois de três anos que nos estávamos aí, daí começou a entrar gente, entrar gente, e o seu Assis viu aquele povo que vinha e se meteu de dono do terreno nosso e ficamos sem nada! (...) Esse Assis, ele tomou nosso terreno que nós tinha, com um requerimento, né? (...) perdemos tudo, né? Daí o seu Assis veio, diz que ele era o dono; daí depois de três anos que nós tava aqui, quando começou a entrar alguma mudança e vim gente de fora pra se colocar, e gostaram do lugar, todo mundo vinha pra comprá, o Assis veio feito dono que era dele, que ninguém mandava, arrumô lá um advogado que nem advogado não era, subemos depois, e assim vieram feito dono, né? (...) E, o Comunello [o marido] coitado, ficou com medo de ameaça, ameaçaram fizeram de tudo, que iam tirar a nossa mudança e iam levar lá pra Clevelândia e, eu já tava grávida de uma menina, né? Carcule? Daí ele se entregou e entregou o terreno. O terreno onde hoje é o centro da cidade foi tudo tirado os moradores pelo Assis; ameaçaram o Faedo também, mas ele falou que só tiravam ele morto! Daí ele ficou, tiveram medo de enfrentar ele! (Neusa de Lima).

106 Alfredo Antonio Presente nos informou esse processo de chegada ao novo território e da utilização das casas dos caboclos como primeira moradia *provisória*: “Quando chegamos nós fomos morar numa casinha de chão batido, lá no tal de lavourão. Aí derrubamos uns pinheiros e trouxemos noutra comunidade aqui perto, no Rio do Mato, onde já tinha serraria, serramos as toras e fizemos a casa pra nós. Antes, moramos na casa de chão batido, madeira lascada, casa de caboclo”.

107 Segundo Neusa de Lima, 700 mil réis seria o equivalente aproximado a R\$ 10.000.

Processaram-se assim, muitos *conflitos*¹⁰⁸ em torno de terras. Isso demonstra os elementos que estiveram presentes na mobilidade de gaúchos e catarinenses para o Paraná nesse momento, e que desencadearam a luta por terras na Vila Marrecas como posteriormente no município de Francisco Beltrão. A migração como processo social está inerente a relação conflituosa de sujeitos, grupos e/ou classes sociais.

Verificou-se – como através dessa entrevista – que o poder de obter mais terras no povoado era realizado também, por meio da força física e/ou moral, das ameaças, do auxílio de advogados e da utilização de mecanismos legais (e ilegais) que tendenciavam a beneficiar aqueles que tiveram maior poder no processo de apropriação e dominação das terras. A dominação de mais lotes de terras esteve vinculada, também, e intimamente à venda das mesmas para os migrantes gaúchos e catarinenses que começavam a chegar em grande número a Francisco Beltrão, o que era altamente rentável, pois a procura era enorme pelas mesmas. Aqueles migrantes que chegaram antes ao município (os “pioneiros”) – como o mencionado Assis na entrevista de Neusa de Lima – percebendo o grande fluxo de migrantes gaúchos e catarinenses e a grande procura por terras, aproveitavam-se da situação “e se tornando donos da noite para o dia” de grandes áreas de terras, vendiam-nas a valores maiores, sobrevalorizando e controlando muitas vezes estas e a entrada daqueles que chegavam.

Como verificamos através da entrevista de Neusa que “O terreno onde hoje é o centro da cidade foi tudo tirado os morador”, isso pressupõe que a área central onde nascia a cidade de Francisco Beltrão e, por isso, onde os terrenos acabaram tendo uma maior e mais rápida valoriza-

108 Em 1957, por exemplo, em Francisco Beltrão (e no Sudoeste paranaense) eclode um grande conflito chamado a “Revolta dos posseiros e dos colonos”, quando colonos armados enfrentaram empresas privadas de colonização que queriam vender as terras em que os colonos já estavam alocados. Entretanto, a análise desse importante conflito foge aos objetivos desse trabalho. Para maiores informações ver, dentre outros, Abramovay (1981), Gomes (1986), Wachowicz (1987) e Boneti (1997).

ção, os conflitos foram intensos. Conflitos de terras que – pelas conversas que realizamos durante as entrevistas – nos indicaram que a apropriação de terras pelos migrantes não foi igual para todos. Além das diferenças de capital que cada família e/ou indivíduo trazia para a compra das mesmas, relações de poder, de exploração, de conflitos e tensões físicas e simbólicas estiveram inerentes ao processo, pois terras melhores localizadas, mais planas e mais férteis e com maiores recursos naturais, foram as mais visadas; estas foram mais disputadas por mecanismos legais e ilegais. É importante assinalar, aliás, que nem todos os migrantes gaúchos e catarinenses se reproduziram com o mesmo modo de vida, pois alguns conseguiram comprar mais terras, tiveram mais dinheiro e/ou poder, conseguiram maior ascensão social. As condições econômicas não foram semelhantes, embora muitos viessem com algum recurso financeiro para compra de terras. Foi inerente ao processo de apropriação e dominação do território e na instituição da propriedade privada, conflitos e disputas entre eles. O agenciamento do território de Francisco Beltrão, como o do Sudoeste paranaense, também se deu por atores com interesses particulares que acabaram explorando os migrantes e lucrando com a própria mobilidade territorial de gaúchos e de catarinenses para o Paraná.

Contudo, Neusa também demonstrou a *ajuda financeira* que recebeu de seu pai para se manter no território e adquirir outro pedaço de terra para sua re-territorialização, após a perda do terreno:

E daí quando houve toda essa confusão com o nosso terreno, ficou bem dizê, na rua, mas, daí meus pais me mandaram dinheiro, me ajudaram e compramos o material e abrimos uma penson, porque o pessoal que vinha, não tinha penson; quem ia abrir a penson era um tal de Damásio, mas era caboclo, tudo comida daquele panelon, de taxa, o pessoal não gostava e daí iam parar tudo lá no meu rancho, enton. Vinha aquelas mudanças, chegava gente tinha que fazer comida daí; daí construímos uma casinha, pegamos madeira ali em Pato Branco, aí veio aquele dinheiro dos meus pais, nossa como ajudou aquele dinheiro, aí começamos a trabalhar, ga-

nhar dinheiro, conseguimos se endireitá. Aí começou a entrar os ônibus, também precisava da rodoviária e o correio, né? Então a mala do correio foi pra nós e a rodoviária a mesma coisa, daí a gente já ganhava uns 5%, né? (Neusa de Lima)

As redes de relações sociais através de laços fortes¹⁰⁹, como a de filhos e pais, efetivaram a ajuda pelo envio de dinheiro para a compra de terreno no Paraná, como menciona Neusa, “daí meus pais me mandaram dinheiro, me ajudaram e, compramos o material e abrimos uma penson”. Isso demonstra a força deste vínculo para manter migrantes no território mesmo em condições adversas.¹¹⁰ As redes sociais reticulares construíram um território-rede e ajudaram a manutenção da família de Neusa em Francisco Beltrão; foi o vínculo social que ajudou na re-territorialização, mesmo com a perda do primeiro terreno adquirido, pois “daí construímos uma casinha, pegamos madeira ali em Pato Branco, aí veio aquele dinheiro dos meus pais, nossa como ajudou aquele dinheiro, aí começamos a trabalhar, ganhar dinheiro, conseguimos se endireitá”. As redes sociais de familiares, *podem* possibilitar a ajuda que o migrante necessita, como nessa trajetória, do recurso monetário para a compra de outro terreno, o que auxiliou a re-

109 Para Norbert Elias (1994a, p. 30 e 35), os indivíduos no interior de uma sociedade devem ser compreendidos ligados através de laços de interdependência, alguns são mais fortes e outros mais fracos. Para o autor o indivíduo “constitui um produto reticular formado numa interação contínua de relacionamentos com outras pessoas”, e as redes sociais seriam, portanto, uma trama reticular “em constante movimento, com um tecer ininterrupto das ligações”.

110 Segundo Truzzi (2008, pp. 203 e 212), as redes condicionam concretamente as relações dos indivíduos em interação configurando a estrutura de oportunidades do migrante no que diz respeito à facilidade de acesso a *recursos* de outros sujeitos (amigos e familiares) situados na rede ou fora dela. A interação em rede do migrante pode ainda prover tanto *informações*, no tocante às perspectivas de emprego e alojamento iniciais, como *recursos*, *por meio de remessas monetárias*, que podem financiar e assim viabilizar a viagem e até mesmo a manutenção no outro território. Cabe, nesse sentido, sublinhar o papel ativo dos emigrados na sociedade de origem, de modo a influenciar o comportamento de novos migrantes, estimulando ou refreando projetos, expectativas e investimentos futuros.

-territorialização no novo território através das novas relações que foram sendo criadas, como a implantação de uma pensão, do novo trabalho que fez com que os migrantes ganhassem dinheiro para a reprodução e, mais do que isso, para que se inserissem nas relações do novo território e com isso criassem vínculos territoriais de amizade, de informações, de grupos sociais de convívio, enfim, criavam e/ou se inseriam em uma nova trama reticular de relações.

Outro elemento que aponta Neusa era o *desdém* que os gaúchos e catarinenses tinham pelos caboclos. Pela necessidade da abertura de uma pensão, no período, para receber/auxiliar o grande fluxo de migrantes ao território beltronense foi que, como narrou Neusa, “quem ia abrir a pensão era um tal de Damásio, mas era caboclo, tudo comida daquele panelon, de taxa, o pessoal não gostava e daí iam parar tudo lá no meu rancho”. Circunscreveram-se, nas relações de contato com o “outro”, tensões por meio das *distinções* e do estabelecimento de uma “exclusão social” entre caboclos e gaúchos e catarinenses. Os caboclos, no entanto, não se inseriram de maneira igual nesse novo espaço-tempo que vinha sendo territorializado; estes foram sendo gradativamente expulsos dessa nova *sociedade gaúcha e catarinense* (de descendentes de italianos, alemães e poloneses) que cristalizavam suas *grafias*, suas marcas no processo de apropriação e dominação simbólica e material no novo território que “nascia” (analisaremos melhor essa relação a seguir).

Nesse sentido, analisamos aqui, a partir de trajetórias individuais de mobilidade, o papel das redes de relações sociais reticulares para a construção de um território-rede, aliado à condição de transterritorialidade migratória entre o território de origem e destino na migração. O território-rede constituiu-se numa espécie de “corrente migratória”, que estabeleceu vínculos territoriais (entre o lugar de origem e de destino) que foram delineadores de solidariedades e de conflitos, além de constituírem

trunfos espaciais – econômicos (dos recursos) e culturais (afetivos) – entre os territórios de origem e de destino na migração. Já, a condição *transitiva* da transterritorialidade foi demonstrada através das relações de estranhamento, da vontade de voltar, pelas situações do sentir-se “dividido” e, até, mesmo “perdido” entre dois territórios pelo embaralhamento das referenciais espaciais e das relações sociais, além das comparações que ocorreram entre o “aqui” e o “lá”.

3.4 O trabalho e a construção da identidade territorial

O fenômeno migratório produz fronteiras simbólicas e materiais engendradas em relações de poder.¹¹¹ Na mobilidade gaúcha e catarinense para o Sudoeste paranaense, foi produzido e reproduzido o *mito fundador* do “pioneiro”, que se cristalizou por pressupostos políticos e ideológicos relativos à “mitologia heróica” do povo ordeiro e trabalhador que chegou para “desbravar” o território até então “selvagem” e “incivilizado”.¹¹² É pela figura do migrante “pioneiro” que foi processada a marcação *simbólica* da diferença – pelo discurso – que se “encarnou” nos sujeitos pela mobilização de um recurso: o *trabalho*, acionado para mobilizar o sentimento de pertencimento, a ação, a naturalização e o “consenso”.

O que buscamos, de fato, é identificar o modo como o sujeito beltronense diz e assume o que diz. Objetivamos recuperar as *marcas* lingüís-

111 As fronteiras simbólicas também são materiais na medida em que se materializam em um monumento, nos sujeitos e nas suas ações concretas, enfim, em uma coletividade social dotada de uma identidade territorial, e, em Francisco Beltrão, especialmente atrelada à concepção do trabalho e do trabalhador.

112 Para Martins (1982, p. 75), é na expansão da fronteira capitalista e civilizacional que surge no Brasil o que se chama hoje, indevidamente, de “pioneiro”. Para o autor, estes sujeitos são na verdade os pioneiros das formas sociais e econômicas da exploração e dominação vinculadas às classes dominantes e ao Estado. Assim, essa frente pioneira é essencialmente exploratória, pois está organizada socialmente sobre relações de compra e venda de terra e de força de trabalho.

ticas e interpretá-las a partir do contexto social (histórico-geográfico) em que se situam as falas desses migrantes, além, da utilização de textos de jornais que indicam certo modo de *ser*, de *agir* específico e político de uma coletividade circunscrita de indivíduos que compartilham bens materiais e simbólicos e experiências sociais e culturais “comuns” em um território. Através do sujeito que fala, que movimenta/relaciona a língua com outros indivíduos, conectam-se saberes políticos e ideológicos que influenciam os interlocutores, as suas leituras do mundo e, principalmente, suas práticas, interpretações, vivências e um modo de ser, portanto, um conjunto de significações que constitui a identidade cultural e territorial que possibilita a *comunicação* do indivíduo no território em que está inserido e que estabelece relações com outros territórios e, por extensão, com outros indivíduos.

O texto opinativo jornalístico será tomado, aqui, como uma fonte enunciativa ligada a um gênero de discurso circunscrito a um recorte espacial: o território de onde emergiu o texto e o modo como foram proferidos os enunciados pelo produto de um discurso que legitimou e estabeleceu hegemonicamente a ideologia do trabalho, fortemente ligada ao “ideal” de progresso.¹¹³ Objetivamos compreender a produção, através da migração, de um território que delimitou fronteiras não no sentido estrito, mas a partir das diferencialidades impregnadas nas relações sociais estabelecidas em uma parcela do espaço, ou seja, por meio da espacialidade criada por e num modo de vida peculiar, oriundo da cultura de descendentes de italianos e alemães, principalmente. Entender, portanto, como uma identidade territorial foi *demarcada* a partir do recurso simbólico e material do trabalho.

113 Pierre Boudieu (1998, p. 14, [grifos nossos]) afirma que “o efeito propriamente ideológico consiste precisamente na *imposição de sistemas de classificação políticos* sob a aparência legítima de *taxiomas* filosóficas, religiosas, jurídicas, etc. Os sistemas simbólicos deve a sua força ao facto de as relações de força que neles se exprimem só se manifestarem neles em forma irreconhecível de relações de sentido (deslocação)”.

Segundo Lenharo (1986a), o discurso político hegemônico da Era Vargas permitiu a incorporação no imaginário social coletivo de que só com o trabalho dos trabalhadores existiria progresso e felicidade. As presenças dos adjetivos atestam esse tom *ufanista* na linearidade do discurso; o uso dos modalizadores implica uma relação autoritária do sujeito falante com o interlocutor, ou seja, a *voz da verdade* que impede a contra-palavra, o contra-discurso, uma voz que manipula as aspirações coletivas em nome do “progresso” e “desenvolvimento” econômico desejados por um sujeito, grupo e/ou classe social. No interior do projeto político da *Marcha para Oeste* estava o objetivo da construção de um novo homem: ordeiro/disciplinado e trabalhador. E é através de um “discurso performático” da *sobrevalorização* do trabalho que se buscava acionar e burlar a identidade do trabalhador. A produção da identidade territorial se inscreve, assim, em um campo de forças e de poder, em uma luta pela afirmação territorial de uma identidade que se dá pelos conflitos, da tensão para legitimação de uma identidade hegemônica e de uma *posição-de-sujeito* construída no interior de uma “guerra” discursiva.

O discurso assume uma centralidade importante para a *comunicação* do território, pois o *território é comunicado* para a construção de uma identidade territorial, a identidade do beltronense, do *ser* trabalhador, ordeiro e desbravador.¹¹⁴ Antes da vinda dos migrantes gaúchos e catarinenses o Sudoeste paranaense era um território de “mata intacta e primitiva” e de “animais bravios”; com essa migração, o mesmo se torna, o território onde adentraram “as primeiras pessoas civilizadas”, “abrindo nelas as primeiras estradas e/ou linhas divisórias”, onde o *desbravador* entrou com seu

114 Como considera Foucault (1999, p. 29), “é o discurso verdadeiro que, ao menos em parte, decide; ele veicula, ele próprio propulsa efeitos de poder. Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder”.

trabalho e com seu “espírito de valentia e de conquista”.¹¹⁵ Representação hegemônica que é construída pelo *discurso* a partir do migrante descendente de europeus que considera a mata intocada, virgem, que não nega (totalmente) mas desconsidera a população indígena e cabocla como sujeitos desse espaço, cuja presença é anterior que a dos migrantes descendentes de europeus.

A “superação” das “características naturais” do Sudoeste paranaense, em um tempo-espaço que se acreditava *irrestritamente* no avanço da ciência e da tecnologia, significou o “progresso” (diferenciado), ao menos para os migrantes colonos, para os administradores da CANGO, para os detentores do “capital” e para o Estado. Compreendiam a mata como um lugar intocado, inadequado para habitar, era um estorvo, uma barreira para a agricultura; ao mesmo tempo, fascinavam-se com a riqueza da mata, com a natureza exuberante, admiravam a fertilidade da roça nova e obtinham da natureza muito daquilo que necessitavam para viver. Esse pedaço do Paraná tinha os atributos necessários ao progresso: o trabalho de colonos migrantes e uma natureza-recurso entendida como disponível para o suor e o sacrifício humano. Espaço destinado ao migrante “desenvolvido”, à civilização, postura que fora hegemonizada pelo “mito do progresso e do trabalho” que se apropriava e dominava esse território.

Os numerosos colonos buscaram retomar e re-territorializar suas vidas em lotes agrícolas, geralmente entre 25 a 30 hectares. Usando o machado, a foice, o fogo e o arado, construíram uma paisagem nova: a “paisagem colonial”, civilizando e dominando (parcialmente) a natureza. A

115 As *representações* construídas em torno do “desbravamento” do território se deram, segundo Arruda (2005, p. 27), pela transformação da natureza no processo de instalação dos migrantes e de suas formas particulares de produção e organização do espaço, os novos “praticantes do espaço” que resulta em um sentimento de pertencimento, que não se dissocia do sentimento de *conquista*, de *desbravamento*. O território é conquistado por personagens com “qualidades superiores”, figuras que não têm medo do novo. O colono migrante do Sul do Brasil é quem assume no novo território o papel de colonizador.

adoção dessa forma de colonização trouxe a necessidade de apropriar e dominar esse recorte espacial, tornando Francisco Beltrão o território dos migrantes gaúchos e catarinenses com grupos e classes sociais e afirmando uma identidade territorial do trabalhador e do trabalho. Modificaram-no, portanto, após retirarem parte considerável de mata, de construir e cultivar, além, de assumirem uma postura civilizatória, religiosa e de “*humanização*” desse espaço. Alteraram a geografia do território através da crença no progresso, na técnica e na ciência apropriando as riquezas naturais disponíveis para sobrevivência e para a expansão territorial do capitalismo.

Marcos Gerhardt (2005, p. 93), considera que o migrante descendente de europeus reproduziu uma outra lógica no território chegado, levando a “civilização” aos “sertões”, domando (na maioria das vezes à força) a natureza, os animais e seus habitantes que já estavam presentes no referido recorte espacial. Para o autor, a fronteira delimitava outra fronteira: havia o lugar conhecido pelos colonos imigrados e o incógnito, entre o solo cultivado e o coberto por mato, entre o território da civilização e o território “selvagem”, entre o território “inóspito” e o território “humanizado”.

Entretanto, essa fronteira foi *movida* e instituída pelo *trabalho* dos colonos que derrubaram o mato, mataram e afugentaram animais, plantaram alimentos e replantaram árvores, construíram casas, vilas, serrarias e moinhos, ou seja, fizeram (e se faziam constantemente) através do proferido e pretendido “progresso”. Para Gerhardt (2005, p. 94), “o progresso era medido pela substituição da ‘mata selvagem’ por casas e pomares, por roças e poteiros”, sendo transformado por meio das modificações demarcadas com o *símbolo* do “progresso”, do trabalho e da civilização materializadas nas construções, ou seja, em uma *nova produção* do território. Sobre a transformação de Francisco Beltrão, a partir dessa nova produção territorial, o Jornal Tribuna do Sudoeste, de Francisco Beltrão, em 13 de julho de 1968, assim informou:

Inegavelmente Francisco Beltrão é o município que mais cresce no Sudoeste paranaense (...). Chega mesmo a espantar a atenção dos visitantes e comerciantes que aqui aportam pois a menos de dois anos conheciam uma cidade poeirenta, barrenta, mal iluminada, pouquíssimas construções de alvenaria, hoje [ano de 1968], com espanto, notam que tudo mudou, que Francisco Beltrão é uma cidade inteiramente calçada, com um dos melhores e modernos sistemas de iluminação do Estado, com lâmpadas de mercúrio nas suas principais artérias, com suas belas praças, uma já concluída e outra em construção, conta com mais de uma dezena de edifícios de alvenaria, de dois, três e quatro andares e mais outros tantos em fase de construção. E porque não falar da majestosa Igreja Matriz? Um belo templo que esta se erguendo, com modernas linhas arquitetônicas, imponente a altivo, é zeloso pelas coisas de Deus. (...) Conta nossa cidade com moderníssimos e bem montados hospitais, servidos por excelente equipe de médicos, a maioria deles aqui está há mais de dez anos, viam a cidade crescer e contribuíram por seu progresso (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 13/07/1968, p. 2).

O desenho de uma nova geografia no território se liga, assim, à identidade, à identificação, ao sentimento de pertencimento, à diferença. A identidade é uma construção histórica (CASTELLS, 1999) que se estabelece a partir da manifestação “criadora” da diferença (HALL, 2003), e sua condição formuladora e mantenedora se dá através de uma luta, de uma disputa, de uma “guerra” (BAUMAN, 2005). A identidade é relacional e é “fabricada” através das relações com o outro, com territórios, sendo reconstruída constantemente de acordo com a necessidade, com a intenção e com o contexto histórico e geográfico. Por isso, a identidade é construída no “novo do poder” (BHABHA, 1998) e precisa necessariamente de uma “mediação” e/ou referência espacial para se realizar, para ser construída, para ser mobilizada, para ser acionada (HAESBAERT, 1999). A identidade se torna, assim, um poder espacial, um trunfo que pode ser acionado ou não para um determinado objetivo.

A identidade territorial é uma produção e estabelece fronteiras por meio das classificações e comparações: dentro e fora, lá e cá, nós e eles,

“melhor” e “pior”, “bom” e “mal” (SILVA, 2007). Estas classificações são produtoras de relações que se estabelecem no entre-lugar (BHABHA, 1998), na fronteira das relações e, por extensão, das produções espaciais, dos territórios e das identidades. Para Ferreira (2005, p. 155), “a fronteira é uma invenção dos homens”, mas uma invenção constituída a partir das relações sociais (que “joga” com a materialidade e imaterialidade), e que se estabelece através de relações em que sempre há a presença permanente do poder, da disputa pelo poder (FOUCAULT, 1985). Como afirma Certeau (1994, p. 209), “não existe espacialidade que não organize a determinação de fronteiras” e, considerando a migração enquanto fenômeno produtor de espacialidades distintas no lugar de destino e/ou chegada de migrantes, podemos verificar a reprodução de identidades e territórios com marcas indissociáveis de poder que delimitam fronteiras. Para Raffestin (2005, p. 10), “a fronteira nasce da diferença”. Diferença que é elemento fundante, acionador e mantenedor, entre outros aspectos, de identidades territoriais. Segundo Albuquerque Júnior (2007, p. 12), “os grupos humanos se caracterizam por demarcar fronteiras, por se estabelecerem em uma área sobre a qual exercem domínio, o controle, a exclusividade, o discurso, a comunicação, a exploração dos recursos naturais etc”. A relação do homem com a terra é marcada, na migração, pela apropriação, mesmo que passageira, e pelo domínio, mesmo que provisório.

É no período histórico de 1940 a 1970 que se desdobrou uma nova produção territorial de Francisco Beltrão, onde território e identidade foram elementos fundamentais para a construção de fronteiras materiais e imateriais nas relações sociais e de poder. A identidade territorial do beltronense foi moldada a partir da sua *base física*, da *terra*, onde a *marca fundamental* desse processo foi à *pequena propriedade familiar*. Essa ossatura territorial “fabricou” o modo de vida dos migrantes que chegaram ao território. Através da produção agrícola, artesanal familiar e da etnicidade de descendentes de italianos, alemães e poloneses, oriundos do Rio Grande

do Sul e de Santa Catarina, Francisco Beltrão foi sendo historicamente *grafado* por características singulares, (de)marcado por um modo de vida em que a ideologia do trabalho e do progresso caminharam juntas na mobilização e na construção da identidade territorial. Sobre a ideologia do trabalho, o Jornal Tribuna do Sudoeste de 8 de abril de 1970, da cidade de Francisco Beltrão, publicou o seguinte texto:

O trabalho conduz a vida. Dá ao trabalhador valiosa ajuda no amparo à família, contribuindo ainda para a formação das garantias futuras, apanágio da Instituição Humana. Trabalham um, trabalham todos. Só o qualificado como vagabundo não trabalha. Não ama a si próprio (sic). A fartura simboliza a paz; inspira a confiança; consagra a administração (sic); alivia as finanças de um povo; *vincula a família ao solo pátrio* (...). O trabalho fixa as normas sociais, agiganta o País laborioso, conduzindo-o a glórias importais. No campo das obras sociais o trabalho conjura todos os conflitos, tornando a vida um corolário de paz para todas as criaturas. Vamos trabalhar? Concordam? (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 08/04/1970, p. 7, [grifos nossos]).

Podemos verificar nessa mensagem textual-discursiva o acionamento da identidade territorial através de uma idéia de trabalho muito fortemente atrelada à consciência espacial do sujeito-brasileiro. O trabalho é representado como um paraíso, sem dramas e tramas, sem contradições. O trabalho que “simboliza a paz; inspira a confiança; consagra a administração”; negam-se, assim, as relações cotidianas, as relações que foram camufladas, mascarando-se os hegemônicos e os hegemonzados no processo, trabalho.¹¹⁶ O trabalho “consagra a administração” na medida em que possibilita a manutenção dos detentores do poder local, da “ordem”

116 Como assinalou Ruy Moreira (1982, p. 34), a geografia serve para desvendar máscaras sociais e, deste modo, para desmarcar as relações de classes que produzem uma dada produção espacial, os hegemônicos e os hegemonzados no processo.

estabelecida pela classe local hegemônica. O trabalho que produz o “qualificado” como “vagabundo”, aquele que não quer trabalhar, que cria modos de ver e ser neste território: ordens, regras, formas de *ser beltronense* que se *funde* com o *ser trabalhador*, com o *ser ordeiro*, com o *ser “não-vagabundo”*. Mobilizou-se e criou-se uma identidade territorial vinculada ao trabalho, assentada a uma construção político-ideológica e imagético-discursiva do trabalhador.¹¹⁷

A identificação do beltronense foi fabricada com o território *onde* se trabalha, o território do trabalho, do povo trabalhador. Uma identidade que buscou “cimentar as classes sociais” através do “trabalho que traz a paz”, a “dignidade”, que ideologicamente não gera conflitos. Uma produção/fabricação de uma identidade submissa, subserviente que se assentou em uma narrativa e na reprodução constante de um discurso repetitivo, de um discurso performático do trabalho, de um ser “ideal” trabalhador. Raffestin (1993) concebe o trabalho material e/ou abstrato como elemento transformador do território. O trabalho produz e reproduz constantemente o território. Sobre o trabalho transformador e o “progresso” do Sudoeste do Paraná, o Jornal de Beltrão trouxe o seguinte discurso:

Para quem vê o Sudoeste [paranaense] colhendo os frutos de seu progresso, pode imaginar o quanto foi trabalhado nesta terra herdada de nossos antepassados. *Foram duas as principais forças que transformaram este pedaço do Brasil: os motoristas e os colonos.* Ambos deram o mais importante fator de um desbravamento: o trabalho e o ideal transfor-

117 Em outra matéria editada pelo Jornal Tribuna do Sudoeste, em 20/05/1969, podemos verificar a produção e a *representação* desse *novo homem*, a partir do “homem previdente que pensa no futuro”, pois, “Poupar é correto, é valioso (...). Gastar tudo é errado. Não gastar nada do que se ganha é errado também. O correto é gastar o justo, aproveitando a vida com sabedoria e com inteligência. O que se separou é a economia, é a poupança. A economia garante o futuro e é a base da prosperidade do indivíduo e da comunidade também” (p. 6). Assim, a delimitação de fronteiras simbólicas estabelecem determinada ordem a uma coletividade no território.

mador que fazem da região o orgulho de todos nós (JORNAL DE BELTRÃO, 27/07/1996, p. 2, [grifos nossos]).

O que percebemos, portanto, é uma construção discursiva de um território onde tudo foi “perfeito”. Onde foi construído, através do trabalho e do “ideal transformador”, o “território perfeito para todos”, *sem classes*, numa pretensa homogeneidade “paradisiaca”. O ímpeto do desbravador foi o fator de diferenciação que se reproduz pelo trabalho, trabalho que transformou o território e que “enriqueceu, enobreceu e enalteceu a todos” como o discurso hegemônico, ideológico e historicamente tentou cristalizar pela naturalização das relações. Essa construção do território e da identidade do ser sudoestino paranaense pelo discurso, buscou legitimar relações daqueles que conseguiram ser hegemônicos no processo sócio-territorial de ocupação, que se deu a partir da migração dos “pioneiros”. Consideradas as duas *forças* transformadoras e modeladoras do território, o colono e o motorista, foram instituídos historicamente como “sujeitos nobres” pertencentes eminentemente ao Sudoeste do Paraná (e a muitos outros territórios onde ocorreu a expansão da frente pioneira no Brasil).

Esses sujeitos foram transformados nos “ícones” do “pioneirismo” de um tempo-espço de transformação, da migração. Mobilizou-se, pelos atores hegemônicos, um território de sujeitos trabalhadores que tiraram de seu suor o seu sustento e que reproduziram constantemente suas vidas pelo e no trabalho. Essa ideologia do trabalho, a nosso ver, ajudou a desenvolver os *projetos* da classe local e nacional dominante, a frações da classe hegemônica e buscou impor e legitimar uma construção discursiva do sujeito trabalhador, transformador, de “ideal de brio”, de “luta” e transformação.

O Jornal Tribuna do Sudoeste, de 1969, assim descreveu a comemoração tornada tradicional, em Francisco Beltrão bem como no Sudoeste paranaense, do dia do colono e do motorista, que é datada no território

no dia 25 de julho, dia do colono, lembrando, especialmente, o “pioneiro” que, através do discurso hegemônico, foi/é aquele que “desbravou as matas fechadas que cobriam o Sudoeste até o final da primeira metade deste século XX”, e que narra, ainda, em tom *ufanista*, a “saga dos migrantes”:

Já nos idos anos de 1824, aportaram nas plagas de nossa pátria brasileira, as primeiras levas de imigrantes. Foram os heróis da lendaária Europa, que aqui aportaram, com suas famílias, para iniciar a memorável jornada de integração, de desenvolvimento e de progresso da nossa estremecida terra brasileira. Quando o velho mundo, já vivia nas grandes convulsões sociais, a massa popular das velhas estirpes com uma lágrima de tristeza e de saudades a correr pelas faces descendiam-se para um novo mundo, em busca de aventuras, no afã de prosperar e crescer. Assim que, com a missa de despedida e com um abanar de lenços, depois do derradeiro abraço, vem o imigrante à nossa terra, terra que para todos sempre houve albergue, pátria que para todos sempre houve esperanças. (...) é com justiça que desejamos render uma homenagem através das colunas de nosso modesto semanário ao imigrante, que do norte ao extremo Sul meridional do país, através do mais diversos setores da atividade humana, nos propiciou o progresso e a grandeza da nação. Nos verdejantes pinheiras, do Paraná, o imigrante também, mesmo longe do conforto, em sua modesta casa, com sua família, e no labor do sol a sol despontou e desponta no anonimato como um denodado e intrépido pioneiro de nosso porvir. A sua luta, o sacrifício, esperamos que seja compreendido. E, se outra coisa não podemos dar, ao menos na passagem da sua festa, “dia do colono imigrante”, queremos render-lhes nossa homenagem sincera e trazer-lhes os nossos parabéns e os cumprimentos (...). Somente o sacrifício do colono seria possível suportar as dificuldades que se apresentaram no desbravamento da terra (...). Os colossais pinheiros eram um desafio ao trabalho do colono, mas este sabia qual a meta a ser alcançada e tudo fez até que a terra produzisse os frutos esperados (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 27/07/1969, p. 2).

Analisar a identidade territorial e cultural significa pensar em construções e desconstruções simbólicas; significa, especialmente, pensar no

homem e no território em que ele habita e nas redes de *diçeres* em que está mergulhado; os discursos produzidos dos jornais locais reproduziram constante e repetidamente a identidade territorial dos migrantes gaúchos, catarinenses e paranaenses aferindo valores, crenças, visões de mundo que deram “sentimento comum” à coletividade desse pedaço de chão. Para Rech & Feltes (2005, p. 268), os “textos jornalísticos” são “artefatos que operam na construção de representações sobre modos de viver e de pensar de uma coletividade, constituindo, reforçando ou até mesmo renovando realidades culturais existentes na sociedade em que circulam”. Desse modo, “relações, identidades e comportamentos passam a ser (re)criados e/ou (re)produzidos nos discursos veiculados também pelo jornal”. O *discurso sobre o trabalho* foi mobilizado como recurso para produção da identidade territorial de descendentes de italianos, alemães e poloneses que se re-territorializaram em Francisco Beltrão.

O colono trabalhador e desbravador foi/é, assim, o *símbolo* construído e instituído da identidade territorial do Sudoeste paranaense e do beltronense que amansa e transforma a terra, que produz uma “nova terra”.¹¹⁸ Em outra produção discursiva, o Jornal Tribuna do Sudoeste assim caracterizou o colono que aportou e transformou as terras sudoestinas:

O *colono* é, na realidade, o *símbolo da operosidade construtiva*. E nessa operosidade construtiva temos a grande prova que se poderia exigir daqueles que, no passado, vieram buscar acolhida em nossa terra generosa e fecunda. Pois se é verdade que aqui vieram buscar novas e melhores condições de vida, também o é que nos trouxeram esse magnífico exemplo de *dedicação ao trabalho* e de *religioso amor ao solo* que lhes dá o pão, invejável herança que jamais foi

118 Conforme Bourdieu (1998, p. 10), “os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (...) eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral”.

desbaratado por seus descendentes. *A história do Sudoeste Paranaense está, portanto, estreitamente vinculada ao colono. O colono é um forte.*¹¹⁹ *Um forte no sentido do trabalho. Da luta diária que é sua vida.* Sai de casa cedo, com os instrumentos de trabalho à mão, e uma cesta com o pão caseiro. Chegando à lavoura, seja para cuidar da linha, do trigo ou de qualquer outra cultura, coloca sua cesta num lugar sombrio e vai para a enxada. Esse é um ritual que se repete até à morte. Porque para o colono não há descanso. Nem aposentadoria. Seus braços cheios de nódulos carregam dias e dias de esforços que ninguém compreende (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 25/07/1970, p. 2, [grifos nossos]).

O trabalho foi um elemento que assumiu centralidade para a construção da identidade territorial, tanto na produção discursiva através dos jornais, como nas falas dos migrantes que se re-territorializavam pelas suas práticas concretas (econômicas e culturais) em Francisco Beltrão. Essa centralidade do trabalho na vida do beltronense fica evidente para a produção da identidade territorial, por exemplo, no seguinte trecho do Jornal Tribuna do Sudoeste:

Tudo se faz com o trabalho, e, sem trabalho, nunca será realizado nada. Trabalhar é, certamente, compartilhar do poder criador de Deus, é criar, é multiplicar feitos (...). Não importa viver muito: o que importa é esgotar a vida, cumprir o infinito e o eterno, sob a orientação do “eu profundo”, e já que a natureza presente é por natureza essência, fruta, mil vezes dito que mais cedo passa à imortalidade por uma morte após cumpri perfeitamente a correria necessária. (...) A vida é trabalho, e o homem só vive realizando o que faz rendados sempre, e eterno (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 22/06/1968, p. 5, [grifos nossos]).

119 Alusão feita muito provavelmente a Euclides da Cunha (1986, p. 140), quando buscando compreender o sertanejo do interior do Brasil, afirmou que, através do embate com o meio, o sertanejo fez-se forte, pois: “O sertanejo é antes de tudo um forte”.

Através do discurso do *trabalho*, que foi uma marca forte e presente nos artigos publicados por esse jornal e ainda é por outros de circulação no Sudoeste paranaense, é que considerarmos que o *recurso* trabalho foi mobilizado por uma elite local, que liga este elemento simbólico e de distinção à experiência sensível e cotidiana de Francisco Beltrão em que circula o jornal. O trabalho enquanto atividade de sobrevivência, se tornou um valor *ético* marcadamente propulsor, demarcador e modelador de comportamentos concretos, tanto individuais quanto coletivos, que *identifica(ra)m* o território e *fabrica(ra)m* a identidade dos migrantes gaúchos e catarinenses, sobretudo, dos descendentes de italianos, alemães e poloneses.

Para Waibel (1949, p. 212), o colono europeu que se instalou no Sul do Brasil parece ter sido um novo tipo de colono “tanto soldado quanto agricultor”, para poder ao mesmo tempo defender sua terra e cultivá-la. Haesbaert (1995) considera que há um perfil identitário construído em torno do imigrante ligado à ética do trabalho, uma imagem de sucesso do descendente de europeu trabalhador, construído praticamente em todo o Sul do Brasil, especialmente, vinculado à concepção de “celeiro do país” na produção de alimentos. Goetttert (2000, p. 84) também assinala que a identidade territorial dos descendentes de europeus é fortemente permeada e impregnada com a ideologia do trabalho, pois o migrante “sulista estabelece uma relação com sua terra que transcende uma relação mecânica. (...) a relação se estende para a produção de um espaço, calcado sobre sua História, que evidencia o arrojo, o trabalho incansável, enfim, o progresso”. Assim, o território do Sudoeste paranaense e a identidade territorial de seus sujeitos foram construídos por meio de uma “febre do trabalho”, pela valorização – atrelada à ideologia religiosa e cristã – do “trabalho braçal”, por exemplo:

Numa terra em que há três séculos, todo trabalho braçal praticamente estava a cargo dos escravos, o colono contribui, de forma substancial, a valorizá-lo e conceituá-lo: saindo de além mar, tra-

zendo sua profissão de artesão ou de lavrador, ele dependia do esforço de seus braços. Trabalho, para o colono era derrubar a mata, queimá-la, plantar, cuidar das lavouras e colher as searas. Na Alemanha, na Itália, Polônia e outros países de origem, ele possuía uma tradição de séculos, em que o trabalho de braço não possuía estigmas. Trabalhar, para o imigrante, não se tratava apenas de um dever. Tratava-se de uma distração (sic), pois os socialistas, já existentes entre eles pregavam abertamente a frase de São Paulo “quem não trabalha não come”. Sentia-se o imigrante, em consequência, perfeitamente integrado às exigências da nova Pátria. Embora seus vizinhos, proprietários de largas terras e muito gado, vivessem de trabalho que não exigia o trabalho de lavoura, o colono sempre foi incentivado pelas autoridades imperiais e republicanas, sempre era enaltecida a participação dos colonos na produção de novas riquezas. Sabendo quando veio a nova terra de que deveria muito trabalhar, não se convenceu da necessidade do trabalho quando, em muitos casos, desvanecidas as promessas ilusórias dos agentes de imigração, ficou em contato como a realidade cotidiana, onde apenas valia a sua decisão e o seu esforço. Como consequência dessa rápida valorização do trabalho braçal, ficou um curioso conceito entre nossos lavradores: trabalho mesmo é aquele que exige sacrifício e desgaste de energias físicas. Somente o filho fraco e incapaz fisicamente para a lavoura era dado uma instrução mais profunda ou adequada. Sempre visto entre as classes mais humildes como um privilégio e uma regalia, o estudo era preterido pelas ferramentas manuais. Trabalhar à sombra sem enfrentar a canseira de um solarão ardente... não era trabalho (sic). (...) O conceito básico, de que o trabalho dignifica e que recomenda ganhar o pão com o suor do rosto, continua vivo. O espírito dos velhos pioneiros de 1818 (italianos), 1824 (alemães), 1875 (poloneses), continua inalterado, correspondendo, assim, os desejos da nação brasileira, quando abriu suas portas aos homens de todas as raças e religiões (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 25/08/1967, p. 2).

Delineou-se um discurso que sobrevalorizava o trabalho braçal, ancorado em preceitos religiosos para a legitimação de um modo de vida vinculado ao *sacrifício* laboral, tomado e tornado ideologicamente como sinônimo de “distração”. Esse discurso que buscou legitimar e mobilizar

foi apoiado no jogo de *afirmações*, e produzido por um locutor (oriundo de família tradicional de Francisco Beltrão) que *exaltava* o homem que trabalha na perspectiva de “esforço e sacrifício” (das mãos calejadas, enrugadas, frentes tostadas pelo sol, em que se extenuam braços através do esforço físico...), porque “trabalhar à sombra sem enfrentar a canseira de um solário ardente... não era trabalho”, e *condenava* aquele que vê o trabalho como “peso”, tortura ou maldição. Esse trabalho, foi *representado* como *atividade* que mobiliza todas as forças físicas do indivíduo, mas isso não é visto como sofrimento ou peso. O locutor assumia uma *posição* pelo discurso que exaltava a (sobre)valorização do trabalho, quando afirmava que “o conceito básico, de que o trabalho dignifica e que recomenda ganhar o pão com o suor do rosto, *continua vivo*”.

De acordo com Lenharo (1986b), o que se pretendia era produzir a partir do projeto *Marcha para Oeste*, um novo conceito de trabalho e trabalhador forjando um sujeito despolitizado, disciplinado e produtivo. Há, deste modo, a *sacralização* do *corpo* que trabalha através da máquina de poder político e discursivo do Estado, perceptível em Francisco Beltrão nos meios de comunicação e informação como os jornais. Fica evidente o *endereçoamento religioso* que esse tratamento recebeu: modelado para o trabalho, o corpo é disposto valorativamente enquanto oblação litúrgica; cada cidadão é convidado a dar sua vida, “verter seu sangue” para a “salvação” do território pátrio.¹²⁰ Instituíam-se, o corpo enquanto instrumento de trabalho. Particularmente, transformou-se o migrante gaúcho e catarinense em Francisco Beltrão, em soldado do trabalho, atendendo, por exemplo, aos objetivos de ampliação progressiva da produtividade do trabalho. O culto religioso do trabalho, assim como a sua dimensão hu-

120 Como afirma Michele Perrot (2005, p. 447), “o corpo está no centro de toda relação de poder”.

manizante e regeneradora disseminada entre esses intelectuais católicos, demonstra, como considera Lenharo (1986b, p. 38), a moderna ideologia da “glorificação do trabalho”. Através da ideologia cristã e das imagens do Cristo operário e de seus apóstolos pescadores foram mobilizados recursos que servem de legitimação do sujeito trabalhador.¹²¹ A utilização discursiva de imagens religiosas de sacrifício ao trabalho enquanto recurso de auto-representação, afirmou-se por um discurso político e teológico, ou, como nos termos de Lenharo, na *sacralização da política* através da “espiritualização do espaço social”. O apelo imagético nesse tipo de discurso via demarcar uma identidade cultural própria ao Estado-nação brasileiro e aqui “deságua”, particularmente, na identidade territorial do beltronense.

A *imagem* do beltronense foi *representada* como a de um “forte”, um “destemido”, um “desbravador”, um “valente”, um “trabalhador”, um “povo ordeiro”, pois, como narrou à notícia no Jornal de Beltrão:

O Beltronense é antes de tudo um forte. É uma *população* que tem as *marcas* do sacrifício, sofrimento, da dor, da fome e do desconforto. É uma população de hábitos simples, padrões de vida modestos, afoita ao sacrifício, privação e renúncia. Uma população que sempre se preocupou em poupar para o amanhã, pensando no futuro dos filhos. Por tudo isso, o sudoestino é antes de tudo um forte (JORNAL DE BELTRÃO, 22/06/1979, [grifos nossos]).

Pelo efeito do discurso é que foram assumidas *divisões* entre o “nós” trabalhadores e “eles” não trabalhadores. Fabricou-se pelo discurso um conjunto específico de valores que re-significou os sujeitos e, por exten-

121 Esse discurso cristão do trabalho foi legitimado, por exemplo, com o que já foi assinalado na Bíblia por São Paulo: “Não temos comido de graça o pão de ninguém; mas, com trabalho e fadiga, labutamos noite e dia, para não sermos pesados a nenhum de vós (...) Quem não quer trabalhar, não tem o direito de comer (...) Ora, nós temos ouvido dizer que há entre vós pessoas desregradas. Em lugar de trabalharem, ocupam-se com futilidades. Nós lhe ordenamos e os exortamos em nome do Senhor Jesus Cristo a trabalhar pacificamente. Comam, assim, o pão que tiverem eles mesmos ganho” (BÍBLIA, 1958, p. 1539).

são, a identidade territorial do beltronense, com a demarcação da diferença, de separação e de fronteiras (simbólicas e materiais), estas ligadas às classificações e as distinções, o *poder simbólico* e material da distinção, da representação. Para Pierre Boudieu (1998, p. 8), o poder simbólico é um poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitados a esse ou mesmo que o exercem. O poder simbólico é estruturado com *instrumentos de conhecimento e comunicação* que exercem influência nas relações sociais pela forma que são estruturados. Por isso, é um poder de “construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)” (BOURDEU, 1918, p. 9). O poder é estruturado a partir de um *campo de forças* que produz e reproduz uma *crença* que pode manter uma determinada ordem ou subvertê-la.

Uma das *crenças* muito *difundidas* nos meios de comunicação em Francisco Beltrão, nesse período, foi a do *progresso*. O Jornal Tribuna do Sudoeste, em 14/09/1968, assinalava que o “ideal” do município era progredir: “Nosso ideal é progredir, sempre, cada vez mais, multiplicando forças, atividades, capacidades até chegar a um ponto de sentir-se satisfeitos e poder morrer, porque a carreira está consciente, perfeita, encerrada” (p. 2). O *desejo* do *progresso*, propõem Mafessoli (2003), associa-se necessariamente ao *desejo da imortalidade*, um recurso para se proteger contra a labilidade de uma história linear. O culto irrestrito do progresso atua como lenitivo espiritual contra a angústia gerada por fruir do tempo que passa. Francisco Beltrão foi classificado e nomeado pelo “ideal” do progresso que está intimamente atrelado à ideologia do trabalho. Através dessas prerrogativas (progresso e trabalho) criou-se uma nova geografia no Sudoeste paranaense: a dos migrantes gaúchos e catarinenses que re-territorializaram “seus hábitos”, seu “espírito ordeiro” e “a vontade férrea de transformar as terras virgens, no local onde viveram o resto de seus dias”. Esta *imagem do território* e de seus sujeitos pode ser vista nos seguintes textos do jornal local:

Centralizando uma região de elevado índice de produtividade, o município de Francisco Beltrão está ligado intimamente aos demais municípios que formam o Sudoeste do Paraná. Os homens que colonizaram a parte da região em que se localiza o município, trouxeram consigo um *espírito ordeiro*, e a *vontade férrea de transformar aquelas terras virgens, no local onde viveram o resto de seus dias*. Unidos por um *sentimento tradicionalista*, não esqueceram suas regiões de origem e nos costumes que impuseram à Região, a recordação dos cantos e das danças, dos hábitos e do vestuário característica que fazem parte do seu dia-a-dia (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 05/08/1970, p. 6, [grifos nossos]).

Os vinte anos de Francisco Beltrão estão registrados em páginas cuja tinta foi fornecida pelo homem corajoso que se instalou em toda a Região Sudoeste do Paraná e dedicou muito trabalho olhando o futuro com esperança de construir um sítio bom para si e sua família. O trabalho incansável destes anos todos, rendeu frutos de grande valor. Criou-se uma nova sociedade; a mentalidade inicial ajustou-se ao progresso, buscado em todos os momentos. (...) As terras virgens – férteis e saturadas de húmus milenar – foram uma tentação de aventureiros que tentaram instalar-se nela para auferir lucros escusos, mesmo a custo da vida de inocentes. *O homem que para aqui veio, trouxe consigo o desejo de progredir pacificamente* e, de certo modo em que pese à necessidade das lutas iniciais, *soube impor essa sua disposição*. (...) Da saudosa vila Marrecas não existe, senão, uma lembrança dos *tempos* da chegada dos primeiros e *corajosos desbravadores*. *A própria luta pela posse destas maravilhosas terras gerou o progresso* (sic). (...) *Francisco Beltrão chega a ser quase um milagre pelo trabalho do seu povo*, dessa gente que acreditou nas verdadeiras possibilidades de terra que ajuda a construir (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 02/12/1969, pp. 1-2, [grifos nossos]).

Podemos observar nos textos dos jornais que os enunciados pronunciaram discursos que buscaram determinar marcas simbólicas sociais, delimitando fronteiras e produzindo uma *imagem* de Francisco Beltrão. Para Bhabha (1998), a constituição da “imagem da totalidade” de um recorte espacial se processa através de condições discursivas criadoras de uma “imagem psíquica” da *identidade* que é construída enquanto *represen-*

tação, que é a marca de uma diferença e do poder de distinção. O discurso do jornal, deste modo, nomeou e classificou o território por meio da figura do povo trabalhador e ordeiro. A memória da história oficial local foi constantemente acionada e se mantém até hoje a partir da relação *trabalho, terra e religião*, íntegra a um *dizer* que vem continuamente sendo atualizado sobre o povo (os migrantes) e Francisco Beltrão. Isso caracteriza, portanto, um discurso de identidade territorial. O *discurso sobre o trabalho*, marcado culturalmente, construiu representações simbólicas significativas que identificam alguns modos de ser da coletividade aqui analisada e está vinculada, portanto, ao poder simbólico que representa o trabalho a partir de concepções ideológicas. Sobre o poder simbólico e a identidade territorial, Haesbaert afirma que:

Esse poder simbólico, ao se manifestar, pode fazer uso de elementos espaciais, representações ou símbolos constituindo uma *identidade territorial*, ou seja, um conjunto concatenado de representações sócio espaciais que dão ou reconhecem uma certa homogeneidade do espaço ao qual se referem, atribuindo coesão e força (“simbólica”) ao grupo que ali vive e que com ele se identifica. A definição de *territórios* e *fronteiras* são referenciais concretos fundamentais para a construção dessas identidades territoriais, onde a alteridade fica muitas vezes condicionada a um determinado limite físico de reprodução dos grupos sociais (HAESBAERT, 1995, p. 88, [grifos do autor]).

O trabalho era entendido como a base de quase tudo para os migrantes, tanto para aqueles que possuíam condições econômicas de iniciar uma outra vida nas novas terras, quanto para aqueles que vieram se “aventurar”, como nos disseram alguns entrevistados. É o trabalho que transforma a paisagem da floresta, do sertão em cidade, em “civildade”, do espaço da mata em espaço colonial. Foi, o trabalho o instrumento com que os homens e mulheres justificavam a distância entre a “terra prometida” (proferida pelo discurso mítico) e a “terra encontrada”, aquela que se

transformou com o tempo na cidade. Verificamos em homens e mulheres entrevistados que o trabalho aparecia como algo inerente ao gaúcho e catarinense que se deslocou para Francisco Beltrão; como mencionou uma gaúcha: “o trabalho pertence a nossa vida”. Reunimos, desse modo, algumas passagens de entrevistas em que os migrantes demonstraram essa (sobre)valorização da *condição* do trabalho em suas vidas:

Olha, eu trabalhei na vida, aqui era sofrido (...) Trabalhei muito na roça. Naquele morro lá [aponta um com o dedo], tinha que trabalhá muito. Naquele tempo era difícil. (...) E sempre plantando e sempre trabalhando e roça, barriguda mesmo! Carregava um na barriga e outro no braço e vamo lá. Três ano, três filho (risos). (...) Todo mundo tinha bastante, não tinha esse negócio de espertalhão, de se cuidar. Todo mundo tinha filho. (...) Aí tinha que trabalha pra mante a filharada tudo, né? (Amábili Rosseto).

O que eu trabalhei na minha vida. Pelo amor de Deus! Trabalhei muito, tudo na roça, os meus filhos mais velho também, trabalharam muito na roça. O meu velho [marido] trabalhava de mais! Nossa. (...) Coitado do velho, trabalho demais, sempre trabalho muito (Florinda Cobo Viera).

Aqui era só mato, mato quando cheguelmo. Mas logo mudou, o povo trabalhava muito e foi mudando as coisas. (...) O meu marido era muito trabalhador: clareava o dia tinha que todo mundo ir pra roça. Era daqueles índios bem grosso, bravo (risos). Tinha que pular cedo, ele ia pra roça, eu tinha que tirar leite, e depois eu ia pra roça. As minhas irmã mais nova cuidava das criança pequena em casa, e eu ia pra roça o dia inteiro. E, de noite costurá até a meia-noite, naquelas luz de lampião. (...) Daí dia de chuva remenda ropa pra piazada. Coloca os remendo. Depois comprava aquelas peça de fazenda, aqueles tecido de metro e faze as ropa pra piazada. (...) Eu não sei como é que conseguia fazer tudo isso. Eu mesmo me admiro de mim mesmo. Tem que trabalha muito, e como trabalha, tinha pra sobreviver, né? Eu trabalhava, fazia de tudo. Meu marido fazia as coisa, mas eu ajudava em tudo, fazia de tudo no que tinha que fazer, precisava, né? Sempre trabalhei. (...) Eu gosto de trabalhar. Eu não gosto de ficar parada. A gente trabalhando passa o dia

que nem vê. Porque se a gente fica parado, fica pensando coisa que não deve, fica pensando besteira (Delina Pagnol).

Naquela época da chegada, nós tivemos que trabalhar muito, mais muito, né? Tinha tudo por fazer aqui, as família eram grande, e tinham que busca sobreviver, não tinha jeito. A vida era dura, tinha que ir pra roça e encarar o sol, chuva, tudo pra conseguir fazer as lavoura, cuida dos animal e consegui alimenta a família e junta algum dinheiro pra ir tocando o barco, né? (...) Aqui era só mato, só sertão, então, o negócio era peita tudo isso e fazer as coisa pra gente depois melhora um pouco a situação. Era acorda cedo pega o chapel, por na testa e encarar o sol (risos) (Salvador Verdi da Costa).

A idéia de trabalho está vinculada à idéia de progresso e modernidade, em oposição ao sertão e à floresta. Mas, se a idéia de trabalho significa crescimento e progresso para quem trabalhou, por que nem todos enriqueceram? Por que nem todos ficaram “bem de vida”? É possível perceber nas entrevistas muito trabalho para todos, mas, paradoxalmente, a maioria não enriqueceu e nem atingiu o esperado “progresso”. Assim, provavelmente os que mais trabalhavam foram os que menos enriqueceram. Gilberto Dupas (2007, p. 73) ressalta que o progresso é um *mito* constantemente renovado por um aparato ideológico interessado em convencer que a história (e, portanto, a produção de um espaço) tem destino certo e glorioso; por isso, o progresso foi transformado em discurso hegemônico do sistema capitalista. O que se efetivou para a mobilização da identidade do trabalhador, foi a construção de um discurso hegemônico sobre o trabalho associado, amiúde, à idéia de progresso inexorável. Entretanto, esse *progresso* cunhado pelo discurso dominante das elites foi sempre imposto como *axioma*, como uma verdade inquestionável. O mito alimentado foi de uma sociedade do trabalho que traria riqueza e felicidade para todos de maneira irrestrita, especialmente através da racionalidade econômica e da modernidade que implementava novas, melhores e sempre superiores visões de mundo.

A existência do *discurso sobre o trabalho* enquanto diferença “fundante” de Francisco Beltrão, a partir da migração e da colonização por des-

cententes de italianos, alemães e poloneses, fundamentou-se e acionou-se em torno de três discursos que permearam a formação da identidade territorial: (1) o discurso sobre os descendentes de *italianos, alemães e poloneses trabalhadores* – um discurso “fundante”, uma crença que funciona como um mito fundador, porque foi capaz de mobilizar formas de vida, de reforçar e de instigar modos de proceder de uma coletividade em um cotidiano e de um território partilhado; (2) o *discurso político*: reforça, no imaginário social coletivo, a idéia de que só o trabalho faz o país (o estado, a região, o município) crescer e encontrar felicidade; e, (3) o *discurso dos meios de comunicação*, especialmente do Jornal Tribuna do Sudoeste e do Jornal de Beltrão, porta-vozes dos valores e da ideologia religiosa católica¹²², especialmente, que contribuiu (e ainda contribui) para solidificar a fé dos migrantes (e de seus descendentes), através de um *referencial* sobre o trabalho que associa a idéia de *peso e sacrifício* a um sentimento espiritual de *redenção e continuação* da obra de Deus pelo trabalho.

A seguir, analisaremos os encontros e desencontros entre visões de mundo e práticas territoriais em Francisco Beltrão, entre os caboclos que ali estavam e entre os migrantes gaúchos e catarinenses, recém chegados.

3.5 Na fronteira, encontros e desencontros identitários entre descendentes de italianos, alemães e poloneses (*estabelecidos*) e caboclos (*outsiders*)

Com a migração gaúcha e catarinense para o Sudoeste paranaense a partir da década de 1940, o território até então ocupado pelos caboclos passou a ser compartilhado. Descendentes de italianos, alemães e poloneses oriundos principalmente de antigas colônias agrícolas do Rio Grande

122 Em Francisco, até a década de 1970, o número de outras igrejas, que não a católica, era pequeno. Temos informações sobre a Igreja Luterana que também atuava no município. Porém, devido à população migrante ter hegemonicamente descendência italiana, a Igreja Católica era a principal no município, tendo em vista, especialmente que a Igreja Luterana esteve sempre mais ligada aos descendentes de alemães e, por esse motivo, se deslocou e atuou com maior presença em lugares para onde estes últimos migraram.

do Sul e de Santa Catarina, encontraram o território já ocupado por caboclos, vivendo como posseiros, em terras devolutas e com um modo de vida vinculado à subsistência.¹²³

O *encontro* entre o *grupo antigo* (caboclos) e o *grupo novo* (migrantes gaúchos e catarinenses descendentes de europeus de segunda ou mesmo terceira geração no Brasil) no território, e a pressão que os obrigou a conviverem de alguma maneira como membros de um mesmo recorte espacial, não foram acontecimentos sem embate, sem choques “étnicos” ou identitários, ou seja, sem conflitos culturais, políticos e econômicos. Este encontro de “dois mundos” se inseriu no contexto de profundas transformações no Sudoeste paranaense, sobretudo, da transição de um “período natural” para um “período técnico”.

Refletir, portanto, como se deu a ocupação histórica e os encontros e desencontros entre os dois segmentos na área de Francisco Beltrão, *território em disputa* por onde se relacionaram esses atores sociais, é fundamental para *desvendar* e compreender a produção do espaço, as relações de poder e de *status* que permearam o processo. Analisar e refletir sobre os encontros e os desencontros “étnicos” e identitários entre descendentes de italianos, alemães e poloneses (*estabelecidos*) e caboclos (*outsiders*) que compartilharam e disputaram o mesmo território: o município de Francisco Beltrão, e os choques oriundos dos conflitos desses grupos humanos interligados, é o objetivo a partir de agora.¹²⁴

123 Os colonos que povoaram o Sudoeste do Paraná eram constituídos, predominantemente, pela segunda ou terceira geração de descendentes de imigrantes europeus. Para Valdir Gregori, “os eurobrasileiros puderam constituir uma sociedade colonial na qual a herança cultural, no seu sentido amplo, européia mesclou-se com a realidade encontrada (...). Ele, enquanto europeu, é portador de medievalidade européia, mas contaminada pelas transformações dos tempos modernos. Enquanto colono brasileiro é o homem camponês, colo, agente direto da colonização” (GREGORI, 2002, p. 53).

124 Tomamos como referência para esta investigação *Os estabelecidos e os outsiders*, estudo feito por Norbert Elias e John L. Scotson sobre uma pequena cidade localizada no interior da Inglaterra – Winston Parva – que tinha por núcleo um bairro relativamente antigo e, ao

A pertinência dessa discussão aqui entre *estabelecidos/ outsiders* se deve ao fato de que na fronteira e, portanto, na frente pioneira para e em Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense acabamos pensando, vendo e dizendo os “de fora” como *estabelecidos*, e os “de dentro” como os *outsiders*; ou seja, na fronteira se deu um processo contraditório: o *estabelecido* virou *outsider*, enquanto o “de fora” virou *estabelecido*. Compreender e problematizar essa *contradição* é o que tentaremos desenvolver. Também, é importante explicar que o processo de produção dos *estabelecidos/ outsiders* nos bairros de Winston Parva – pequena cidade localizada no interior da Inglaterra – analisados por Norbert Elias e John L. Scotson tem uma diferença importante em relação à produção dos *estabelecidos/ outsiders* que procuraremos compreender: na cidade Winston Parva os *estabelecidos* eram os moradores mais antigos e os *outsiders* os moradores mais novos no lugar, e, em Francisco Beltrão (e, podemos extrapolar para todo o Sudoeste paranaense), os *estabelecidos* eram os mais novos no lugar (os migrantes gaúchos e catarinenses), e os *outsiders* os moradores mais antigos (os caboclos). Houve uma *ordem inversa* de valores, de poderes, de *status*, de cultura que fizeram com que, num campo de forças, os migrantes gaúchos e catarinenses se tornassem *estabelecidos* e os caboclos *outsiders*. Foi a partir da hegemonia dos descendentes de italianos, alemães e poloneses nesse processo que se produziu historicamente um singular território. Mudou-se, portanto, a *posição* dos grupos sociais no território que esteve em disputa.

Vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e sendo descendentes de europeus, estes sujeitos se instituíram como *superiores* (cultural, política e economicamente) frente aos caboclos, logo, se impuseram como

redor dele, duas povoações (bairros) formadas em época mais recentes. Os autores analisaram especialmente as relações de poder, de *status* e as tensões que lhes estavam associadas, procurando descobrir as razões por que um grupo localizado no bairro mais antigo da cidade tinha mais poder do que os outros. Por isso, tomamos de empréstimo as expressões *estabelecidos/ outsiders* dos autores para o desenvolvimento de nossa análise.

os *estabelecidos*, ou seja, os “pioneiros” do novo território. Esses gaúchos e catarinenses se instituíam como os *estabelecidos* em função de se considerarem com um *valor humano superior* e com características apregoadas como “boas”: do progresso, do trabalho, da ordem e do desenvolvimento. Ao grupo *outsiders*, isto é, aos caboclos, era-lhe atribuído *valor humano inferior* e estereotipado pelo grupo *estabelecido* pelas características “ruins”: eram desconhecidos, não tinham coesão grupal, não gostavam de trabalhar, não eram caprichosos e não tinham a racionalidade econômica que vislumbra-va a acumulação de bens.

Para Elias e Scotson (2000, p. 8), as categorias *estabelecidos* e *outsiders* ocorrem no interior de relações de poder e de *status* e se definem na relação que as nega e que as constitui como identidades sociais. Os indivíduos que fazem parte de ambas estão, ao mesmo tempo, separados e unidos por um *laço tenso* e *desigual* de *interdependência*. “Superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão são elementos dessa dimensão da vida social que o par estabelecidos-outsiders ilumina exemplarmente: as relações de poder”. Por um lado, os *estabelecidos* em Francisco Beltrão (os descendentes de italianos, alemães e poloneses) foi o grupo que se impôs e que se instituiu como superior ocupando posições de prestígio e de poder. Se auto-intitulam a “boa sociedade”, mais poderosa e “melhor”, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, *autoridade* e influência: os *estabelecidos fundam o seu poder* no fato de serem um *modelo moral para os outros* a partir, fundamentalmente, da sua *ascendência européia*. Por outro, os *outsiders* foram instituídos como os não membros da “boa sociedade”, os que estão fora dela. Tratava-se de um conjunto heterogêneo e *híbrido* de pessoas unidas por laços sociais com uma cultura oriunda da miscigenação luso-brasileira. Como ressalta Trindade e Andreazza (2001), na composição e reelaboração das tradições lusitana, escrava e indígena foi urdida uma outra forma peculiar de viver: o modo caboclo.

A *diferença* e a *desigualdade social* foram elementos imprescindíveis nas relações entre *estabelecidos* e *outsiders*. Os *estabelecidos* fundaram a sua dis-

tinção¹²⁵ e seu poder por serem oriundos de descendentes de italianos, alemães e poloneses encarnando os valores da tradição e da “boa sociedade européia”. Os *outsiders* viviam estigmatizados por todos os atributos associados a certa anomia, como a cor (escura) da pele e o modo de vida não enquadrados dentro da lógica civilizacional e, em termos gerais, da acumulação capitalista, das relações contratuais, da ciranda mercantil.¹²⁶

Objetivamos, assim, descobrir “camadas” não (somente) econômicas do conflito entre grupos *estabelecidos* e *outsiders*.¹²⁷ O que induzia as pessoas que formavam o grupo *estabelecido* de descendentes de italianos, alemães e poloneses a se colocarem como uma *ordem melhor e superior* dos seres humanos em Francisco Beltrão? Que *recursos* de poder lhes permitiam afirmar sua *superioridade* e lançar um *estigma* sobre os outros, como pessoas de estirpe inferior? Em linhas gerais, deparamos com uma configuração tensa e conflituosa no contexto de diferenças grupais “étnicas”, identitárias e até mesmo *internacionais* na medida em que de alguma maneira se opunham modos culturais (em sentido amplo) *distintos* de vida: o “neobrasileiro”, o caboclo, com o dos migrantes descendentes de europeus: italianos, alemães e poloneses. Em Francisco Beltrão todo o arsenal de superioridade e desprezo grupal era mobilizado pelos descendentes de italianos, alemães e poloneses vinculados a sua origem européia, ou seja, ligados à etnia italiana, sobretudo, e vinculada ao seu universo cultural de

125 Elias e Scotson (2000), assinalam que a distinção precisa de uma relação contrastiva e de comparações para que se estabeleçam níveis com hierarquias inferiores e superiores.

126 A anomia talvez seja a censura mais freqüente que foi feita aos caboclos pelos gaúchos e catarinenses; repetidamente, constatou-se – através das entrevistas realizadas – que os *outsiders* são vistos pelo grupo *estabelecidos* como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros.

127 Como afirmaram Elias e Scotson (2000), “Mesmo nos casos em que a luta pela distribuição dos recursos econômicos parece ocupar o centro do palco, como no caso da luta entre os operários e a direção de uma fábrica, há outras fontes de disputa em jogo além da relação entre salários e lucros”. Há muitas lutas, por exemplo, para satisfazer as mais diversas aspirações humanas como o prestígio, *status*, ou seja, que fazem parte do poder simbólico.

concepções e visões de mundo.¹²⁸ Através da cultura “italiana”, por exemplo, criava-se o grau de coesão grupal, a identificação coletiva e as normas comuns capazes de induzir à euforia gratificante que acompanha a consciência de pertencer a um grupo que se instituía de *valor superior* no território, com o desprezo complementar ao outro grupo: os caboclos.

É necessário perceber como que os sujeitos se articulavam em grupos através das classificações e das *fronteiras* (simbólicas e materiais), instituídas entre “nós” e “eles”, circunscrevendo um território compartilhado e cindido concomitante, pois:

O problema é saber como e por que os indivíduos percebem uns aos outros como pertencentes a um mesmo grupo e se incluem mutuamente dentro das fronteiras grupais que estabelecem ao dizer “nós”, enquanto, ao mesmo tempo, excluem outros seres humanos a quem percebem como pertencentes a outro grupo e a quem se referem coletivamente como “eles” (ELIAS E SCOTSON, 2000, p. 38).

Um dos poderes nítidos nessa relação é o *poder* de *nomear*. O poder de nomear os outros e estigmatizar foi feito pelos descendentes de europeus que migraram para Francisco Beltrão sobre os “brasileiros”, os caboclos. Foi uma hostilidade “velada” que *materializou* estereótipos e práticas concretas no território. Embora houvesse, em parte, uma convivência entre os dois grupos, esta não foi pacífica, ao contrário, ela esteve permeada por disputas territoriais, sociais e desavenças oriundas, por vezes, da própria diversidade “étnica” e identitária que esses grupos apre-

128 Como já mencionamos em item anterior, os descendentes de italianos constituíram a maioria dos migrantes que se deslocaram para Francisco Beltrão sendo que, por isso, os choques se processaram, sobretudo, com esses sujeitos e os caboclos. Entretanto, tendo em vista que descendentes de outras etnias como alemães e poloneses (estes últimos em menor número) também se deslocaram para Francisco Beltrão, optamos por utilizar as três etnias de migrantes que estabeleceram relações com os caboclos no território.

sentavam.¹²⁹ Através de uma convivência “velada” entre os dois grupos, *estabelecidos* e *outsiders*, sem relacionamentos marcados por conflitos explícitos, o *estranhamento* mútuo não deixou de ocorrer, sendo marcado por *restrições* em certas relações sociais locais. O estranhamento manifestou-se, aliás, na própria designação que cada grupo atribui ao outro. Enquanto os “brasileiros” assim se auto-denominaram, estes foram *nomeados* pelos descendentes de italianos, de alemães e poloneses de “caboclos” ou “negros”, ambas as expressões utilizadas com uma forte conotação negativa. Por sua vez, aqueles que se auto-designam de “italianos”, “alemães” ou “poloneses” foram alcunhados pelos “brasileiros” de “gringos”. A forma de apresentar o outro era extremamente diferente e estigmatizada. Verificamos essa correlação tensa de nomeação nas seguintes entrevistas que realizamos:

A maioria das pessoas que a gente não conhecia na época, que a gente não tinha contato, chamava de caboclo, caboclada. Agora quando a gente entrô aqui mesmo, bugre que existia, misturado, né? Com índio, era a caboclada (...). Eles eram diferentes de nós, né? Sabe, o jeito deles era outro (Salvador Verdi da Costa – descendente de italianos).

Aqueles que eram de outra origem, de italiano, né? Era chamado de gringo. Porque era diferente, tudo bem branco e tinham outra forma de viver que a gente (Paula Faria – descendente de caboclos).

Os caboclos tendo sua “identidade” *imposta* especialmente “de fora”, tiveram aspectos de seu modo de vida desqualificados, localizados em um pólo negativo em relação aos hábitos dos descendentes de italia-

129 Como considera o geógrafo Paul Claval (1979, p. 7), “o jogo social nunca é inocente: atrás das retroações que limitam aparentemente o poder dos indivíduos, desmascara-se a ideologia que oculta os mecanismos reais e leva a esquecer o peso desigual dos participantes e os que instituíram as regras sociais e com elas se beneficiam”.

nos, alemães e poloneses positivamente categorizados, como resultado de sua posição inferior ou marginal na hierarquia social local de poder e de *status*, e que foram *materializadas* nas relações sociais. No jogo identitário reflexivo de espelhos (BRANDÃO, 1986), permeado pelo *contato* com os “outros”, os descendentes de italianos, alemães e poloneses pouco tinham com o que se identificar. Pelo contrário, o espelhamento serviu para realçar o contraste com o mundo dos caboclos; a alteridade se deu pelo contraste maior com o contato de um grupo com o outro através do estranhamento.

A capacidade de expansão territorial da frente pioneira em Francisco Beltrão pela migração dos descendentes de italianos, alemães e poloneses no território, pode ser observada na rápida constituição das várias localidades por meio da *denominação* dada a sua *toponímia*, referida, via de regra, a um santo padroeiro, a outra personalidade vinculada à Igreja, ao sobrenome de um “pioneiro” ou, ainda, vinculado aos estados de origem dos migrantes como, por exemplo “Linha Santo Isidoro”, “Linha Santa Bárbara”, “Linha São Paulo”, “Linha São Roque”, “Secção São Miguel”, “Linha Bom Jesus”, “Linha São Sebastião”, “Linha Macagnan”, “Anita Garibaldi”, “Linha Farroupilha” e “Linha Gaúcha”. Essas denominações expressam, ainda, a “europeização” do território, especialmente na colonização do Sul do Brasil.

Na medida em que o grupo constituído por migrantes gaúchos e catarinenses descendentes de italianos, alemães e poloneses se tornava hegemônico, *estabelecidos* no território, este foi deixando suas *grafias*, suas marcas com a produção de um novo território, diferente daquele em que os caboclos produziram. Surgiram comunidades rurais distintas em sua organização social e territorial, surgiram novos objetos técnicos com a “territorialização” também, do capital monopolista, além, é claro do capital comercial que já participava em alguma medida das relações no período do caboclo que foi intensificado. No interior de Francisco Beltrão, ambos os grupos *estabelecidos/outsiders* conviveram em “espaços contíguos”, os

“lotes” ou propriedades familiares – áreas que se constituíram ao mesmo tempo em territórios de moradia e de re-produção: os territórios coloniais. Essas áreas, juntamente com determinados bens comunitários – escola, igreja, salão de festas etc., – formaram as localidades denominadas de “linhas”¹³⁰, que por abrigarem uma coletividade foram nomeadas como “comunidades”.

Em Francisco Beltrão os colonos descendentes de italianos, de alemães e de poloneses implementaram logo na chegada um padrão tradicional (ou colonial) de ocupação e apropriação territorial, tanto dos lotes individuais, localidades ou linhas, revelando que há certos aspectos que são próprios da organização da vida social e de determinados valores, enfim, uma maneira específica de ver e estar no mundo, diferente daquela própria e praticada pelos caboclos. Esses gaúchos e catarinenses ocuparam e apropriaram o território que historicamente pertenceu, em parte, aos caboclos, transformando-o e adequando-o aos *usos e significados* de seu próprio modo de vida. Já os caboclos viviam no território na condição de posseiros, resultado da ocupação da terra na frente de expansão. Foi, assim, inevitável o confronto dramático com a leva de colonos migrantes, entre os dois modos distintos de “construção no/do mundo” do/no território. Um dos conflitos se deu na instituição da propriedade privada e do cercamento das terras. Isso acarretou tensões entre descendentes de europeus e caboclos, pois estes últimos criavam seus animais soltos e os primeiros criavam os animais fechados. A descendente de italianos, Nair Pilati, nos informou sobre os conflitos que teve com o vizinho caboclo, dono dos porcos que “invadiram” sua roça:

130 As “linhas” correspondem ao “bairro rural”, forma de organização espacial própria às áreas rurais que em São Paulo foram identificadas por Cândido (1977, p. 64-65), por sua base territorial e pelo sentimento de localidade existente nos seus moradores, cuja formação depende das relações sociais de intercâmbio entre as famílias e as pessoas. Entenda-se por “linhas” a porção espacial a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa “unidade” territorial e social que se difere das outras.

Tinha muita gente que criava porco solto naquela época que chegamos aqui. Aquele vizinho nosso que morava perto, aquele criava tudo solto. Meu Deus do céu! Nós por isso que saímos de lá, por causa daquele vizinho que tinha os porco solto; era caboclo, sabe? Porque nós plantava o milho, as terra fazia divisa e se acampavam os porco dele na nossa roça de milho. E ele não engordava porco no chiqueiro assim, engordava solto, só nas terras dos outros, um pouco nas terra dele, um pouco nas terras dos outros e vai indo. Lá a par do rio aqueles porco solto acabavam com os barranco do rio fuçando e com as nossas roças. E daí quando que ele fechava os porco estavam quase bom pra vende. Vendia aquela chiqueiradona de porco, mas tudo aqueles comum, porque não tinha esses porco de raça, era tudo esses porco preto, esses porco pintado (...). Quantas brigas que deu por causa daquele caboclo com aqueles porco, aquele homem não valia nada (sic). Imagine, agora tu vai criar porco solto que vai nas terra dos outros. Pelo amor de Deus! Se fosse no dia de hoje, tá loco (Nair Pilati – descendente de italianos).

Os porcos e outros animais que eram criados antes pelos caboclos no sistema extensivo, passaram a ser criados pelos migrantes no sistema intensivo, isto é, presos em chiqueiros ou em poteiros. Como afirma Martins (1975, p. 75), “O ponto-chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra”. As terras que antes eram ocupadas pelos caboclos posseiros, passaram a ser compradas pelos migrantes; esta passou a ser mercadoria, pois foi atribuído um título de propriedade que permite o direito de compra e venda da mesma, tanto para os descendentes de europeus, como para os caboclos. A questão é que esse sistema jurídico-político-econômico de uso da terra não era próprio da cultura cabocla sendo, por isso, na maioria das vezes não bem aceito. Para Langer (2007, p. 15) o *axioma* inerente ao processo de ocupação “pioneira” é a terra enquanto propriedade privada, como mais um objeto – entre tantos outros – da economia de mercado. Os caboclos sempre ocupavam “terras de ninguém”, pois não possuíam título de propriedade particular. A partir dessa nova relação, foi negada a possibilidade do direito à terra a quem não a explora de acordo com o padrão mercadológico.

Ademais, podemos verificar as tensões com o encontro de duas visões de mundo e o juízo valorativo feitos por descendentes de italianos aos caboclos com forte carga negativa. Os *estabelecidos* instituindo-se de um valor *superior* aferiam aos *outsiders* um valor menor em virtude da outra forma de vida e de organização sócio-territorial. Elias e Scotson (2000) ressaltam que a inferioridade humana é imposta pelo grupo *estabelecido* ao grupo *outsider* em termos de poder e que servem a seus membros como justificação de seu *status* elevado, afirmando seu valor superior (superior e inferior em termos de relação de forças).

Boneti (1998, p. 117) em uma perspectiva sobretudo econômica, afirma que “O caboclo do Sudoeste do Paraná foi excluído, inicialmente, do seu sistema produtivo” pois “À medida que os migrantes foram chegando, assumindo o comando da dinâmica produtiva e social, construindo uma infra-estrutura social com capelas, escolas etc.,” os “caboclos foram sendo excluídos gradativamente também do convívio social” (BONETI, 1998, p. 118). Segundo o autor, tratava-se da perda de poder do segmento caboclo frente aos migrantes gaúchos e catarinenses havendo a “exclusão social” destes perante as *novas relações* estabelecidas no território. Constatou-se, porém, durante o trabalho de campo que mesmo nas linhas onde logo se tornaram predominantes os descendentes de italianos, de alemães e de poloneses encontravam-se, ainda, algumas famílias de caboclos, em lotes contíguos aos dos descendentes de italianos, “mesclando” etnicamente os povoados, ocupando-os como proprietários de pequenos lotes de terras.

A “saga da migração” é supervalorizada pelos descendentes italianos, alemães e poloneses, referindo-se a ela como uma “batalha vencida”, mencionada com um sentimento de orgulho, no sentido de terem conseguido garantir “uma vida melhor” e “um futuro para os filhos”, o que confirma a afirmação de Woortmann (1990, p. 3) de que a migração “é sempre a busca de uma solução”. Solução de um problema, que na maior

parte das vezes está relacionado à falta de terras ou a seu alto preço no território de origem do colono. A migração, neste caso, é condição de reprodução social.

Por isso, para os migrantes descendentes de europeus o trabalho foi um elemento central, como discutimos no item anterior, para sua re-territorialização no novo território. O trabalho foi condição inerente à vida dos descendentes de italianos, alemães e poloneses em *contraposição* ao modo de vida do caboclo, onde o trabalho assumia uma posição diferente, mas não menos importante, pois se para os *estabelecidos* o trabalho constituía um valor étnico e identitário central, para o *outsider* o trabalho só era importante para suprir suas necessidades básicas de alimentação, o *mínimo vital*, não tendo objetivo a acumulação de mercadorias, terras ou outros bens materiais, por exemplo.¹³¹ O importante para o caboclo era ter o tempo livre para fazer aquilo que tivesse vontade, não ficando preso a coerção do tempo sincopado e da ideologia do trabalho disciplinado. A seguir, apresentamos trechos de algumas entrevistas que realizamos, em que as concepções negativas sobre os caboclos estão explícitas em função do não-trabalho:

Eles [os caboclos] trabalhavam meio pouco. Eles enxada, esses negócio não conhecia, era só foice e machado e arado então nem se fala; boi também não; eles só iam cultivando o que tinha pra pegá. Nós, pra tu ver, além de ser dono da serraria, nós produzia tudo, tudo! Nós só ia pra cidade pra comprar querosene, açúcar nós fazia também, melado, rapadura, erva-mate nós fazia, produzia de tudo. Fazia erva [mate] e guardava pra nós (Alfredo Antonio Presente – descendente de alemães).

131 É parte da ideologia dos descendentes de europeus “economizar”, “trabalhar duro” para acumular, visando prioritariamente à aquisição de terras para os filhos. Mas essa perspectiva não fazia parte da “cultura cabocla”, no período anterior à colonização. A esta orientação ideológica acrescentam-se as reais condições desse segmento e suas limitações para conseguir reunir capital excedente para adquirir terra.

Essas pessoas faziam um ranchinho aqui e uma manchinha de roça pra cá, outra manchinha pra lá, roça de negro (sic), sabe? (Antonio Mendes - descendente de italianos)

Porque quando chegava a gauchada aqui e ia morá perto de um caboclo, mas não ia fazer amizade mesmo com ele, porque o caboclo não queria trabalhá, então tu não podia fazer amizade com uma pessoa que não queria trabalhá, né? Então com o tempo o caboclo se muda, não dava certo, o gaúcho era trabalhador, né? (Salvador Verdi da Costa – descendente de italianos).

O não-trabalho era o *símbolo de inferioridade* e o sinal do caráter de “imprestáveis” que lhes era atribuído, pelo grupo *estabelecido*, ao grupo *outsider*. Claval (1979, p. 31) já assinalara que entre “os poderes que o indivíduo dispõe, o de julgar o valor moral dos atos é primordial [!]”. Para exercê-lo, é preciso ter acesso à “verdade moral”, às *regras* que definem a fronteira entre o bem e o mal. O grupo *estabelecido* atribuiu ao grupo *outsider* as características “ruins” de sua porção “pior” – de sua minoria anômica. Em contraste, a auto-imagem do grupo *estabelecido* tende a se modelar e se territorializar hegemonicamente em seu setor exemplar, mais “nômico” ou normativo – na maioria de seus “melhores” membros, dos “pioneiros”, dos desbravadores, enfim, do território dos “pioneiros”, de Francisco Beltrão que nasceu dos “pioneiros”: povo “ordeiro” e “trabalhador”. Essa *distorção* se dá pelas direções opostas (nós e eles) e faculta ao grupo *estabelecido* provar suas afirmações a si mesmos e aos outros; há sempre características para provar que o próprio grupo é “bom” e que o outro é “ruim”.

Através das entrevistas que apresentamos, podemos verificar a construção de um “*nós*”: os *estabelecidos* trabalhadores que produzem tudo para sua vida; e, um “*eles*”: estereotipados como “inferiores” e que não são afeitos ao trabalho, o que dificultou, com isso, como frisaram os descendentes de europeus, “o fazer amizade” e o contato entre ambos os sujeitos, pois, como afirma um dos entrevistados, o gaúcho “não ia fazer

amizade mesmo com ele, porque o caboclo não queria trabalhá, então tu não podia fazer amizade com uma pessoa que não queria trabalhá, né?”. Ocorria uma *divisão* entre um “ele” e um “nós” que se materializou nas relações construídas entre os dois grupos sociais que fizeram “com o tempo o caboclo se muda, não dava certo, o gaúcho era trabalhador, né?”, como afirmou o migrante. As tensões ocorreram nas “qualificações” *trabalhador* e *não-trabalhador* e se processaram e se materializaram nos diferentes hábitos e no sistema de trabalho dos dois grupos sociais, como nos relatou um entrevistado:

Eles tomavam chimarrão, mas eles eram bem mais vadio, só que em vez deles fazer um carrijo¹³² pro ano inteiro, eles faziam um feixe e sentava com os feixe de erva [mate] na porta [da casa], aí socava no pilão, cada vez que queria tomar chimarrão tinha que socar no pilão os feixe de erva [mate] pindurado. Nós não, nós faziam pra dois, três ano e colocava num caixote bem fechado, a erva ficava guardada e cada vez melhor. (...) Chamava pelo nome, não de caboclo, era uma ofensa. Mas eles eram mais racista do que nós, chamava nós de “alemão batata” (Alfredo Antonio Presente – descendente de alemães).

Compuseram, assim, o universo cultural de descendentes de italianos, alemães e poloneses e “brasileiros” (caboclos), uma auto-consciência socialmente elaborada, circunscrevendo cada um deles como um “nós” em oposição aos “outros”, isto é, como um grupo etnicamente diferenciado. Um “nós” que pressupõe uma mesma identidade (igualdade), apropriando-se subjetivamente de certos aspectos da realidade, fixando atributos como sinais diacríticos, marcando sua especificidade cultural (e política), definindo-os e categorizando-os enquanto sujeitos sociais diferentes. Vale, reiterar, a partir de Bourdieu (1990), que esta definição (nós

132 Espécie de caixote usado para estocagem de erva-mate.

e eles) implica em um trabalho de explicação e classificação e realiza-se incessantemente, sendo a percepção objeto de luta para marcar o seu lugar “social” e “geográfico” e o do “outro”. A dimensão “étnica” e identitária da vida dos sujeitos se expressou, assim, por meio dos sinais diacríticos, estabelecendo *fronteiras* e ressaltando o contraste e as diferenças entre os dois grupos identitários. As representações são criadas na medida em que vivenciam a situação de contato inter-étnico.

Através da narrativa do descendente de alemães, verificamos as condições em que um grupo conseguia lançar e impor um estigma sobre o outro. Ao mesmo tempo em que os descendentes de alemães, por exemplo, eram chamados de “alemão batata”, a nomeação caboclos para os “brasileiros” era recebida como motivo de ofensa. Também é importante assinalar como que os descendentes de italianos, alemães e poloneses (*estabelecidos*) *invertem* a estigmatização hegemônica e pejorativa dada aos caboclos (*outsiders*), justificando como na entrevista “Mas eles eram mais racista do que nós, chamava nós de ‘alemão batata’”; ou seja, o grupo *estabelecidos* buscou formas de legitimar a sua estigmatização através de maneiras de desqualificar o grupo *outsiders*: tudo neste grupo era visto e dito como “ruim” e “inferior” pois como afirmou o descendente de alemães Alfredo: “eles (os caboclos) eram mais racista do que nós”. É claro que houve trocas de estigmas por um campo de forças relacional entre *estabelecidos/outsiders*, mas, não podemos mascarar que o migrante gaúcho e catarinense descendentes de europeus se impôs como hegemônico nesse processo de invenção/imposição de sua “superioridade” cultural (em sentido amplo).

O que se desenvolveu, portanto, foram formas de *classificar* o *outro* através de uma forte carga de preconceito e de imposição pela estigmatização no sentido de inferiorizar o outro:

Seu poder de ferir depende da consciência que tenham o usuário e o destinatário de que a humilhação almeja por seu emprego tem o aval de um poderoso grupo estabelecido, em relação ao qual o do destinatário é um grupo estabelecido, em relação ao qual o do

destinatário é um grupo *outsider*, com menores fontes de poder. Todos esses termos simbolizam o fato de que é possível envergonhar o membro de um grupo *outsider*, por ele não ficar à altura das normas do grupo superior, por ser anômico em termos dessas normas (ELIAS E SCOTSON, 2000, p. 27).

O grupo *outsider* foi tido como transgressor das normas e restrições impostas no território pelos *estabelecidos*. Essa foi a imagem preponderante: os *outsiders* foram vistos coletiva e individualmente como anômicos. O contato mais íntimo com eles, portanto, era sentido como desagradável. Eles colocariam em risco as defesas profundamente arraigadas do grupo *estabelecido* contra o desrespeito às normas e tabus coletivos, de cuja observância dependem o *status* de cada um dos seus semelhantes no grupo *estabelecido* e seu respeito próprio, seu orgulho e sua identidade como membro do grupo superior. Por isso, como os *outsiders* foram tidos como anômicos, o contato íntimo com eles faz pairar sobre os membros do grupo *estabelecido* a ameaça de uma “infecção anômica”: esses membros poderiam ficar sob a suspeita de estarem rompendo as normas, valores e mitos de seu grupo; a rigor, estariam rompendo essas normas pela simples associação com membros do grupo *outsider*. Assim, o contato com os *outsiders* ameaçava o “inserido” de ter seu *status* rebaixado dentro do grupo *estabelecido*, isto é, dos “pioneiros”. Ele poderia perder a consideração dos membros deste – talvez não mais parecesse compartilhar do valor humano superior que os estabelecidos atribuíam a si mesmos. A *mistura* com os caboclos poderia acarretar perda de poder aos descendentes de italianos, alemães e poloneses; a punição pelo desvio do grupo ou, às vezes, até pela suspeita de desvio, era perda de poder, acompanhada de rebaixamento de *status*.

A exclusão social se mostrava mais nas atividades do lazer. As atitudes excludentes dos estabelecidos e sua ideologia de *status* entravam em operação, essencialmente, em respeito às relações estabelecidas fora dos limites da vida profissional e/ou econômica; estavam sempre presentes,

porém mostravam-se menos durante as relações do trabalho e mais do lado de fora, nas atividades de lazer, como, por exemplo, em bailes. Essa lógica excludente pode ser verificada nas seguintes passagens de nossas entrevistas:

Os baile era muito freqüentado pelos caboclo. Mas, nós não gostava deles freqüentar os bailes, eram meio briguento e tu sabe, as moça não gostava de ir dança com preto, né? (Maria Amélia Pannhan – descendente de italianos).

Olha, a única coisa na verdade que não era muito chegado era os preto, né? Principalmente em baile, branco não aceitava muito preto, né? (...). Chamava de preto, né? Negrada, ainda fala, né? (...). Aqui é mais caboclada que tinha, cor de cuia, né? Aqui na linha Faroupilha [comunidade do interior de Francisco Beltrão], aonde a gente morava tinha duas famílias de negros, hoje já morreram. Mas assim mesmo, cansei de ver eles [os brancos] tirarem eles [os negros] lá dos bailes. Tiravam aqueles caboclo do baile e daí saía briga, né? (...). Então tinha essas polêmica naquelas época. Em baile não aceitavam. No trabalho até às vezes acontecia de se misturar as gente: nós ia nos puxirão deles e eles dos da gente. Mas, nos baile não tinha né? De se misturar, era tudo separado (...). Naquela época um caboclo casar com uma alemã ou italiana era uma discriminação de lado a lado até, porque, Deus o livre tu ver um preto com uma loira! Porque naquela época mesmo, um caboclo, ou até mesmo brasileiro, ou branco, engravidasse uma menina branca, né? Mas, ah! Podia prepará o pescoço. Porque se tu fizesse isso aí, tu podia se esconder, correr pros quinto dos inferno que eles iam te achar, até pegar, iam te buscar, porque na época tinha os inspetor de quarteirão que era quem controlava as comunidade pra prender o caboclo que aprontasse alguma coisa. (...) E não tinha boca, eles eram a autoridade máxima, eles faziam essas prisão, se não tivessem acordo, ia pra prisão (Salvador Verdi da Costa – descendente de italianos).

Toda relação conjugal e sexual entre um homem negro e uma mulher branca era vista, pelos códigos morais dos *estabelecidos*, como “viola-

ção” (física, da vítima, e da ordem social e territorial estabelecida hegemonicamente) e, por isso, susceptível de ser penalizada jurídica e moralmente, segundo os códigos de moral que legitimavam essa manifestação de superioridade que é a prisão e, no limite, um assassinato. Logo, os bailes eram os espaços do lazer onde essa *transgressão* da “ordem” *estabelecida* pelos descendentes de italianos, alemães e poloneses poderia ocorrer. Através do “inspetor de quarteirão”, figura da lei do grupo *estabelecidos* no período, “que era quem controlava as comunidade pra prender o caboclo que aprontasse alguma coisa” os códigos, os valores, a moral, enfim, a *ordem* do grupo *estabelecidos* não poderia ser transgredida pela anomia do grupo *outsiders*. Por isso, foi através de uma ordem social superior imposta e constituída de certos valores, que o grupo *estabelecidos* passou a *controlar* e a *dominar o território* de Francisco Beltrão.

As famílias de descendentes de europeus conformaram-se e reproduziram-se em um ciclo longo, geracional. Foi pelo casamento que se estabeleceu o controle social da divisão dos bens econômicos e culturais que garantiriam a reprodução do segmento étnico. Gnaccarini (1989, p. 157) aponta que “o casamento incorpora várias práticas de solidariedade costumeira, destinadas a adjudicar novas famílias singulares a grupos de parentela mais amplos e a outras relações de intercâmbio, nas quais a regra de reciprocidade é fundamental”. Era preciso saber *com quem* os filhos iriam se unir e se os futuros cônjuges atendiam aos critérios sócio-culturais idealizados pelo grupo identitário *estabelecidos*.

A etnia, para a maioria dos descendentes de italianos, alemães e poloneses, foi um dos critérios que recorriam para definir a escolha do parceiro, sendo dada, por parte desses, preferência a casamentos endogâmicos em relação ao grupo étnico. Incentivou-se, igualmente, casamentos intra-comunitários ou de “endogamia de lugar”, no mínimo de comunidades próximas, porque esta pertença facilitava o acesso às informações sobre os possíveis pretendentes de seus filhos ou filhas e, ainda, para a

manutenção da cultura destes e da manutenção da coesão grupal e identitária através da garantia de continuidade de certos valores considerados essenciais. Para uma mulher cabocla, por exemplo, casar-se com um descendente de italianos significava envolver-se nas atividades agrícolas e culturais com tanto empenho quanto o faziam as mulheres descendente de italianos. Do mesmo modo, quando um homem “brasileiro” se casava com uma mulher descendente de italianos, dele era esperado que se conformasse ao perfil idealizado entre os italianos, de dedicação ao trabalho, um valor fundamental desse segmento. Como afirma Woortmann (1995, p. 311), os colonos alemães do sul do país (e não só para eles, é claro), o casamento tem “razões práticas”, mas tem igualmente uma “razão cultural” e étnica, pois busca reproduzir uma descendência. Em Francisco Beltrão, o que verificamos é que para os caboclos foram limitadas as possibilidades de acesso ao outro grupo *estabelecido*.

A condenação feita pelos descendentes de italianos, alemães e poloneses em função de não deixarem seus filhos e filhas casarem com caboclo, *pode* estar vinculada à avaliação referenciada por valores que não poupavam comentários negativos ao modo de vida que levava o caboclo não afeito ao trabalho, além, deste não levar uma vida religiosa e cristã oficial¹³³ afeita às ordens da Igreja Católica, uma vida “ordeira” e limpa, “ocupada”, como relatou um descendentes de alemães: “Eles [os caboclos] não gostavam de trabalhar, não tinham nem religião e eram muito diferente de nós; como é que tu vai deixar casar uma filha tua assim com um cara desses?” (Alfredo Antonio Presente).

133 Como analisamos no item “2.3 O território caboclo: tempo e espaço da ‘natureza’”, os caboclos também eram cristãos, mas participavam e praticavam aquilo do que é chamado de uma *religiosidade popular*, menos afeito às ordens da Igreja Católica. O que ocorria, portanto, era uma divisão no interior de produções religiosas complexas consideradas oficiais (a dos migrantes gaúchos e catarinenses descendentes de europeus) e não-oficiais (a dos caboclos).

Outro aspecto muito ressaltado como diferente pelos descendentes de europeus e pelos descendentes de caboclos, diz respeito à forma de construção das casas, a *estética*, a aparência das casas como nos relataram alguns entrevistados:

Casa feita por caboclo eu cheguei de ver, não tinha nenhum prego, com palha, barro e colocava forro de madeira, tudo tábuas lascadas, fraquejada sabe pra ficar bem parelho, não tinha nenhum prego, nem no cepo, tudo era amarrado com arame, pano e sipó (Terezinha Gerusa Prim – descendente de italianos).

Em cheguei a conhecer e visitei uma casa de caboclo coberta de folha de coqueiro; feita de taquara rachada. Rachavam uma taquara com folha de coqueiro e fazia aquelas amarração com folha de coqueiro, de taquara. Mas dava uma cobertura, rapaz, que ficava uns 4, 5 anos sem cair um pinga de água dentro do barraco (Salvador Verdi da Costa – descendente de italianos).

Era mais simples a casa, era de chão batido, né? Na época não tinha muita frescura (...) Aí, depois o povo que veio do Rio Grande [do Sul] foi construindo aquelas casa grande e alta, tudo de madeira, com bastante janela (Alcides Sestempf – descendente de caboclos).

Era um barraco, não tinha muita coisa dentro, um fogão, cama e um lugar pra pôr umas panela; não era que nem a dos italiano cheio de coisa e de soalho, a nossa era de chão batido mesmo e não tinha divisória (Ione Simão Lopez – descendente de caboclos).

As construções das casas, demonstravam uma maior simplicidade nas casas dos caboclos em contraposição às construções maiores e mais bem equipadas dos descendentes de italianos, alemães e poloneses. O território do abrigo apresentou *diferenças estéticas* entre os dois grupos *estabelecidos-outsiders*. Houve uma *nova estética* que se impôs pelo grupo *estabelecidos* enquanto dominante. Houve uma nova produção do território do abrigo com uma nova estética, com *novas funções* como das divisórias que as casas do grupo *outsiders* não tinham e que nas casas do grupo *estabelecidos*

passaram a ter; fronteiras no interior das casas que reproduziram o novo padrão cultural e civilizacional que se territorializou.

Aliado às casas, vinculava-se também as diferenças, os juízos de valores e as representações dos diferentes segmentos sócio-territoriais, especialmente aqueles vinculados a *limpeza* e a *sujeira*:

O jeito deles é uma coisa, o jeito nosso é outro. Aquelas cabocla lá, nem sabiam dizê meu nome, diziam bem atrapalhado, coitados. O jeito de fazer as coisas tudo diferente. Eles só comiam feijão e canjica, sei lá, tudo diferente da gente. Nós tinha farinha, fazia banha quando matava porco, era tudo diferente. Eles moram em tudo rancho de chão, não tinha assoalho, e tudo feito ainda de qualquer jeito, tinha a cozinha com uma chapa porque, eles matavam algum bicho também e faziam charque, sabe! Meu Deus do céu! Até bicho tinha naqueles charque com certeza. E no mesmo rancho, ainda no fim do rancho tinha porco e galinha. Tudo porco solto, tudo solto (Plácida Adria – descendente de poloneses).

Quanta caboclada que vinha com os cavalo, com os cargueiro, que tinha. Ah! Deus me livre! (...) Tinha uns mais moreno, tinha uns mais claro, assim, sabe. Vinham de fora, assim do bairro fora, do interior, né? Ah! Eles vinham, do Jacutinga, Planalto, vinham tudo desses lugar assim. Vinham fazer compra aqui aonde que nós tinha loja, porque nós tinha loja, não é que nem hoje, naquela época nós tinha tudo na loja, né? Daí vinha aqueles caboclo lá: Meu Deus do céu! Com aqueles cargueiro, traziam os garrafão pra comprar cachaça, rolo de fumo, colocava aquele cargueiro no chão saia as barata correndo. Eles tiravam os cargueiro lá [na loja], aí eles tiravam botavam no chão, tiravam as coisas que eles levavam junto, saía as barata fora (...) Não eram assim, sujo, sujo, mas já era uma coisa assim, né? Diferente de nós (Angelina Pedron – descendentes de alemães).

Eu via aqueles caboclo passar, mas eram muito sujo. Minha nossa! Acho que viviam tipo bicho, não deveriam tomar banho, porque tu via que tava a tempo sem passar uma água no corpo e nas roupa. (...) As cabocla, elas ficavam o dia inteiro com aquela cuinha e fumavam. Dio Santo! Elas pitavam aqueles charutão o dia inteiro

(...). Nós sempre tava limpo, nós tomava banho e sempre cuidava da casa, tudo organizado e limpo (Hiolanda Tibola Luza – descendente de italianos).

O grupo *estabelecidos* que dispunha de uma grande margem de poder tendia a estereotipar o grupo *outsider* não apenas como desordeiros, que desrespeitam as leis e as normas (as leis e normas dos *estabelecidos*), mas, também, como não sendo particularmente limpos e organizados. O grupo *estabelecidos* orgulhava-se em ser organizado e limpo, no sentido literal e figurado, do que os *outsiders* que, dadas as condições mais precárias de que muitos *outsiders* viviam e vinculados ao seu universo cultural e de valores diferentes, eram mais sujos e desorganizados em relação ao universo cultural e aos valores do grupo *estabelecidos*. O que se processava eram dois sistemas de valores, cada qual com seus ritmos, com seus modos de vida, com sua organização sócio espacial. No entanto, o sistema de valores, nesse caso de limpeza e de ordem dos gaúchos e catarinenses foi se impondo no território como hegemônico.

A manutenção do idioma e do *sotaque* de origem por parte dos descendentes de italianos, alemães e poloneses foi uma das formas de sustentarem sua cultura, bem como a forma de distinção que logo foi identificada pelos caboclos como um dos atributos dos descendentes de europeus, e constituiu uma de suas marcas de *status* e de poder. Vejamos o que um descendente de caboclos nos relatou:

Quando eles queriam falar mal da gente, eles falavam em alemão, sabe? Aí a gente não entendia nada, mas nós fomos aprendendo que algumas palavras do jeito que eles falavam eram para nós, né? Aí tu já sabia mais ou menos, que eles tavam falando mal da gente (Alcides Sestempf – descendente de caboclos).

Conforme Elias e Scotson (2000), o fato de os membros dos dois grupos diferirem-se em sua aparência física e que conservavam sotaques diferentes (e até mesmo, línguas singulares) a língua em que ambos se co-

municavam e se relacionam uns com os outros (ou no interior do mesmo grupo), serviu como um *símbolo* de reforço da distinção que torna os membros do grupo *estigmatizado* mais fáceis de reconhecer em sua condição de *outsiders*. Ao mesmo tempo em que o sotaque dos descendentes de italianos, alemães e poloneses era facilmente reconhecido pelos caboclos, este era também o que ajudava na maior coesão grupal dos *estabelecidos* e, talvez, também, na coesão dos caboclos ao reconhecerem o diferente: o *outro*.

Houve, também, diferenças entre esses segmentos identitários que se expressaram e concretizam, principalmente, no que diz respeito ao acesso à terra, limitado, enquanto proprietários, para os caboclos, frequentemente transformados com o grupo *estabelecidos* em arrendatários, agregados e assalariados temporários pois à medida que os caboclos “foram perdendo” e/ou foram vendendo suas terras, logo se tornaram mão-de-obra na maioria das vezes em Francisco Beltrão como agregados e/ou assalariados nas propriedades dos descendentes de europeus, como nos informou um entrevistado:¹³⁴

Os caboclo virou a mão-de-obra nas lavoura; era a mão-de-obra que se tinha na época, a maioria eram caboclo, porque o italiano ia trabalhá pra ele, não ia trabalha pros outro. Eles [os caboclos] trabalhavam, mas tinha que ter cachaça, pra ficar animado ou, senão, tinha que fazer um bailão. Eles gostavam mais de festa, toda a vida. (...) Comiam bem, aquele panelão de quirela ia tudo só de meio dia (risos)(Salvador Verdi da Costa – descendente de italianos).

134 Como foram vendendo as terras na medida em que estavam sendo gradativamente expropriados, foram perdendo seu modo de vida, foram perdendo seu território de reprodução e da rotatividade, o que foi dificultando cada vez mais a sua reprodução enquanto segmento social, sendo que muitos se tornaram mão-de-obra empregada e/ou como agregados nas terras, a partir da chegada (1940 em diante) dos migrantes descendentes de italianos, alemães e poloneses. Semelhante, portanto, ao que informou Cândido (1977, p. 84) a respeito dos “caipiras” paulistas, no passado “a posse, ou ocupação de fato da terra, pesou na definição da sua vida social e cultural, compelindo-o, freqüentemente, ao *status* de agregado, ou empurrando-o para as áreas despovoadas do sertão, onde o esperava o risco da destruição física ou da anomia social”.

A superioridade de poder conferiu vantagens aos grupos que a possuíam.¹³⁵ Algumas são materiais ou econômicas e outras de *status* e de inserção nas relações e nas atividades que eram criadas, e que processavam na “nova sociedade” que se instituía no território. Os *estabelecidos* cerraram fileiras contra os *intrusos*. Excluíram-nos da maioria dos postos sociais de poder fosse na política local, na economia ou em qualquer outra organização local em que sua influência fosse predominante. Acima de tudo, os gaúchos e catarinenses desenvolveram-se como arma uma “ideologia”, um sistema de atitudes, de crenças e valores que enfatizava e justificava sua própria superioridade, e que rotulava os caboclos como sendo de condição humana inferior, construída em torno do estereótipo do caboclo “indolente”, “sujo” e não apegado ao trabalho.

Para Langer (2007, p. 13), a desqualificação dos caboclos no Sudoeste paranaense ocorreu em dois sentidos: “primeiro, pela depreciação do seu sistema socioeconômico; segundo, pela exaltação e glorificação dos colonos sulistas que se tornaram hegemônicos no cenário social”. Assim, os descendentes de europeus tinham uma cultura que no interior de uma luta de poder se impôs como superior na relação com os caboclos. Os gaúchos e catarinenses detinham uma cultura mais “sólida”, tinham raízes profundas com sua cultura e se enraizaram com uma multiplicidade de atividades culturais, econômicas e políticas, além do fundamental apoio do Estado para o desbravamento, ocupação e colonização da fronteira brasileira, especialmente, nesse caso, a paranaense. Os caboclos, por sua vez, foram desenraizados muitas vezes em seu processo contínuo de expropriação, violência e migração, que ocasionaram muitas *adaptações* a diferentes lugares no interior do território beltronense e, em sentido amplo, em território brasileiro.

135 Por possuírem poucas terras e produzirem pouco, os caboclos, por vezes, encontraram dificuldades em vender seus produtos porque não interessava aos atacadistas negociar em pequena escala, restando a eles subordinarem-se aos vendeiros locais, no sistema de dependência econômica.

Os “pioneiros” se instituíram como os “pioneiros do território”, que pertenciam a este genuinamente e, por isso, poderiam excluir para fora os não descendentes de sua cultura do trabalho, do progresso e do desenvolvimento. Sob a perspectiva geográfica, podemos assinalar que o território foi *re-apropriado* e dominado pelo grupo *estabelecidos* que se impôs através do tempo como pertencente, enquanto único dono e mais importante daquela parcela do espaço. O território passou a ser dominado e *re-apropriado* pela cultura oriunda dos descendentes de italianos, alemães e poloneses. Afirmando e mantendo seu poder e superioridade sobre os *outsiders*, os *estabelecidos* mantiveram concomitantemente o poder de controle e de re-produção social. A identidade territorial, sentimento comum de “fazer parte” de um conjunto de experiências a um território, formava a coesão grupal dos descendentes de italianos, alemães e poloneses. Identificavam-se objetivamente como “os pioneiros” e subjetivamente com o “nós” e, com isso, cerravam fileiras contra os caboclos, que gradativamente foram considerados como “os de fora” e foram sendo excluídos das relações sociais e de poder instituídos no território. Contradição que aumentou na medida em que aumentava o poder do grupo *estabelecidos* com a re-territorialização das suas práticas culturais, econômicas e políticas no novo território e, com isso, do desenvolvimento e do aumento desigual da riqueza dos *estabelecidos* em Francisco Beltrão em relação aos caboclos.

Os laços tecidos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (comunitários, étnicos e/ou familiares) ajudaram na re-territorialização e no sentimento de pertencimento no novo território, pois, na condição de migrantes, eram pessoas que ou se conheciam desde a infância, ou já se conheciam em seus estados de origem e que detinham os mesmos hábitos, se constituíram em importantes elementos para a coesão grupal e identitária e para a formação do território do grupo *estabelecidos* e, concomitante, para a exclusão dos *outsiders* desse novo território que era produzido, controlado e dominado pelos *estabelecidos*.

Os caboclos, por sua vez, não conseguiram superar o “sólido” e mais poderoso estereótipo empregado pelos descendentes de europeus, o que fez com que estes fossem *perdendo seu peso* nas relações concretas e simbólicas na “nova sociedade” que se apropriava do território, ou seja, que era o próprio território em processo de transformação. Por isso, é *possível* que a consciência da superioridade cultural e de maioria numérica no território deu ao grupo *estabelecido* maior sentimento de solidariedade e de identificação ao seu grupo ajudando, também, no domínio e na produção de um outro e novo território, com novas *grafias* e relações sociais. O preconceito, a discriminação grupal e as crenças que foram sendo encarnadas no território aumentaram a “rigidez” nas relações e seu caráter *axiomático* foi tendo cada vez mais inferência prática nas relações e, deste modo, na realidade concreta, na produção de um *novo território*: dos migrantes gaúchos e catarinenses descendentes de italianos, alemães e poleneses.

A exclusão e a estigmatização dos *outsiders* pelo grupo *estabelecidos* foram *armas poderosas* para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, *des-locando* os outros firmemente em seu “lugar” e/ou *posição* social no território e estabelecendo/espacializando suas relações hegemônicas impondo seus valores e sua ordem social: a “boa ordem”. A “boa ordem” é vista como uma ordem em que o comportamento social é “bem regulado”. A identificação da estrutura social com uma “boa ordem social” foi se dando gradativamente quando a “estrutura sócio-territorial” do grupo *estabelecido* cristalizou no território uma ordem “boa” e “bem regulada”; esta, no entanto, só poderia ceder lugar à “má ordem” da anomia, a desordem, quando padrões sociais considerados pelos *estabelecidos* como os do processo civilizador da “boa ordem” fossem transgredidos no território.

Elias e Scotson (2000, p. 170) assinalaram que a superioridade de *status* *mais* ou *menos* “civilizados” se dá “sob alguns ou todos os aspectos, seu código, prescreve um comportamento mais firmemente regulado, as-

sociado a uma previdência maior, maior autodomínio”, e, “em situações específicas ou em todas, prescreve um comportamento mais firmemente regulado, associado a uma previdência maior, maior relacionamento entre um conjunto de valores estabelecidos”. Assim, as relações entre *estabelecidos-outsiders* se inserem:

(...) na escala do processo civilizador, a formação social mais elevada encontra-se, geralmente, alguns graus acima das formações sociais inferiores. Os princípios relativamente mais rigorosos são apenas uma das formas de autocontrole socialmente induzido, dentre muitas outras. As boas maneiras são outras. Todos eles aumentam as chances de que um grupo superior se afirme e mantenha seu poder e superioridade. Numa configuração apropriada, os diferenciais de civilização podem ser um fator importante na criação e perpetuação de diferenciais de poder, embora, nos casos extremos, o maior grau da civilização possa enfraquecer os “velhos” grupos poderosos e contribuir para sua queda (ELIAS E SCOTSON, 2000, p. 170-171)

No jogo contrastivo das identidades construídas no movimento migratório e no estranhamento entre descendentes de italianos, alemães e poloneses e caboclos, o que se teve foram às mútuas atribuições de características negativas e positivas expressadas nos pares de opostos: “nós” e “eles”. Havia, é claro, diferenças consideráveis entre os descendentes de europeus e os caboclos. Elas representaram uma forma distinta de estratificação sócio-territorial. Os migrantes descendentes de italianos, alemães e poloneses compunham um padrão sócio-territorial que se impôs *hegemonicamente* de nível superior e com valor humano mais elevado ao dos caboclos já residentes no território. Essa perspectiva se tornou hegemônica na história e na memória oficial e na apropriação e produção do espaço em Francisco Beltrão, e esteve pautada numa ideologia do progresso e numa espécie de “fundamentalismo do novo” (tudo o que fosse novo seria melhor e teria significado moral e valores “superiores”), presentes num

conjunto de práticas e representações marcadas pela violência e pelo colonialismo, que serviam e ainda servem para justificar a subalternização dos caboclos. Esse grupo passou a ser classificado como tendo um modo de vida “arcaico” e com valor humano inferior, por estarem pautadas em outras temporalidades históricas e configuradas em outras formas de territorialidades e, ainda, por terem um modo de vida estruturado a partir de outra racionalidade, com saberes e fazeres inseridos no interior de uma espécie de “outra” racionalidade: a “pré-capitalista”.

As outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento e, portanto, de uso e apropriação do território foram transformadas não só em diferentes, mas com valor humano inferior, “arcaico”, “primitivo”, “pré-moderno”, o que, no imaginário e na ideologia do progresso difundida e materializada pelo grupo *estabelecido*, enfatiza e *criva* a “inferioridade” do grupo *outsider*. A partir da perspectiva geográfica, o que se teve foi a *imposição* de uma nova *forma de produção do território*, com novas normas, valores, significados, com um novo sistema de objetos e de ações, enfim, com novas formas de apropriação, uso e dominação que se impuseram e foram sendo territorializadas enquanto superiores em relação a aquelas relações que produziam o território dos caboclos no momento anterior da chegada dos migrantes gaúchos e catarinenses.

Capítulo 4

TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS EM FRANCISCO BELTRÃO: das crises às migrações entre 1970-2008

Os períodos são transitórios, nascem e morrem com as transformações oriundas das crises sociais e dos desenvolvimentos sociais que se circunscrevem no tempo e no espaço da/na sociedade. Em Francisco Beltrão, bem como em todo o Paraná, a partir da década de 1970, se processou um novo *momento de transição*¹³⁶, delineou-se um momento histórico mais *rápido* e intenso de transformações no território; foi quando forças econômicas e políticas, especialmente quando aquelas ligadas à “modernização conservadora da agricultura” (GRAZIANO DA SILVA, 2002) e da industrialização passaram a agenciar o território através de seus novos atores com um forte impacto sobre a mobilidade espacial da população.

Sendo inerente à reprodução, expansão e sobrevivência do capitalismo a ocorrência de crises, Francisco Beltrão, a partir da década de 1970, começou a *romper* com um *período técnico* ligado, sobretudo, à reprodução de

136 Sobre os momentos de *transição*, no tempo e no espaço, Antonio Gramsci considera que: (...) especialmente em determinados momentos históricos, os quais se chamam ‘de transição’, isto é, de mais rápido movimento de transformação, quando realmente as forças práticas desencadeadas demandam a sua justificação a fim de serem mais eficientes e expansivas, ou então se multiplicam os programas teóricos que demandam, também eles, a sua justificação realista, o que ocorre na medida em que demonstram a sua possibilidade de assimilação por movimentos práticos, que só assim se tornam mais práticos e reais (GRAMSCI, 1986, p. 52).

pequenas propriedades familiares no campo assentadas, principalmente, na policultura e na suinocultura, adentrando em um *período técnico-científico-informacional* ligado à mudança imposta no setor produtivo do campo com a instauração da “modernização da agricultura”, com a mecanização, principalmente, e com a industrialização pelo maior peso de um modo de vida urbano, com maior utilização da informação e da ciência que começaram a se fixar com maior magnitude e hegemonia, produzindo uma nova dinâmica cultural, política e econômica no território.

Segundo Milton Santos (1997), o meio geográfico que já foi “meio natural” e “meio técnico” é, hoje, tendencialmente, cada vez mais um “meio técnico-científico”. Portanto, a partir da década de 1970, com a evolução globalizante, ou em outros termos, com a globalização desigual do mundo, novas mudanças se processaram (e se processam constantemente) implicando novas relações no campo e na cidade, marcadas pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, bem como pelo crescimento das atividades e rendas não agrícolas entre os residentes rurais. Por isso, segundo o autor, a técnica, a ciência e a informação são peças-chaves do período atual, acarretando uma maior competitividade dos lugares. O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização a partir, sobretudo, da década de 1970.

Conforme Santos & Silveira (2006, p. 49), “os anos 70 são também um marco na modernização da agricultura, no desenvolvimento do capitalismo agrário, na expansão das fronteiras agrícolas” e “na intensificação dos movimentos dos trabalhadores volantes – os bóias-frias”. Da *união* entre a ciência e a técnica difunde-se e configura-se no território brasileiro novos e poderosos recursos da informação com o período da globalização, sob a égide do mercado global financeiro. O mercado, aliás, graças à fusão da ciência, da técnica e da informação torna-se global(lizado).

O território brasileiro, deste modo, ganhou (desigualmente) novos conteúdos, novas relações, novos usos, apropriações e dominações graças

às enormes possibilidades da produção, mas, sobretudo, das novas possibilidades de circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias, das informações, das ordens e, em grande medida, das *possibilidades* de *mobilizar* e *imobilizar* os homens e mulheres pelo e no espaço. Assim:

O terceiro grande período é a construção e a difusão do meio técnico-científico-informacional. Cabe, todavia, diferenciar uma primeira fase, um período técnico-científico que, no Brasil dos anos 70, caracterizou-se entre outros aspectos, por uma revolução das telecomunicações. É sobretudo nesse momento que, ultrapassando o seu estágio de pontos e manchas, o meio técnico realmente se difunde. Mas o novo meio geográfico (técnico-científico-informacional) permanece circunscrito a algumas áreas. Já com a globalização, informação e finanças passam a configurar a nova geografia, distinguindo os lugares segundo a presença ou a escassez das novas variáveis-chave (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p. 27).

É neste contexto de transformações globais, que ocorreu a entrada da “modernização da agricultura”, a partir da década de 1970, em Francisco Beltrão, seguindo o movimento que se desdobra do Brasil e do Paraná. Esse processo resultou na *expulsão* de inúmeros pequenos produtores rurais, implicando modificações na forma de vida dos sujeitos, em função, especialmente, da inserção tecnológica no campo e da industrialização nas cidades, entendidas, aqui, enquanto processos indissociáveis para compreender as transformações que passou o território beltronense. Também, ocorreram crises territoriais (sobretudo, a “crise agrícola”) que foram os *sinais* concretos da gestação e do surgimento de um outro período, assentado em novas relações que desencadearam, em grande medida, migrações do campo para as cidades do Paraná, para outros estados brasileiros e até para outros países, como o Paraguai. Com a “crise agrícola” a cidade de Francisco Beltrão como outras cidades do Sudoeste paranaense, do Paraná e do Brasil começaram a receber migrantes oriundos do campo.

Analisaremos a seguir a expansão territorial da modernização conservadora da agricultura no campo de Francisco Beltrão, como parte dessa “modernização” no Sudoeste paranaense, no Paraná e no Brasil, e o desdobramento migratório muitas vezes perverso e excludente que desta resultou, em grande medida, na desterritorialização, ou seja, na perda do território enquanto meio de reprodução de um modo de vida.

4.1 Modernização conversadora da agricultura e desterritorialização: da expropriação à migração

Para o IPARDES (1983, p. 5), no “desenvolvimento recente da agricultura do Sudoeste do Paraná dois fenômenos constituem sua expressão mais concreta: a modernização e a migração”. A “modernização da agricultura” inscreveu a implementação de recursos na agricultura – recursos técnicos de máquinas e insumos – que resultaram no aumento de produtividade do trabalho, no produto padronizado e na melhor previsibilidade da produção, fatores que passaram a garantir maior rentabilidade agroindustrial. Neste processo, também, ocorreu a transformação da estrutura produtiva, fundiária e *da força de trabalho* (e, portanto, uma mudança na forma de uso e apropriação do território) exigida pelo *novo* modelo agrícola de “desenvolvimento” que resultou no Sudoeste paranaense e em Francisco Beltrão, na *expulsão* de inúmeros agricultores do campo, de suas terras.

A década de 1970 marcou a *crise* territorial com o “fechamento” da *fronteira* colonial do Sudoeste paranaense pelo *esgotamento* das terras a serem ocupadas pelos migrantes gaúchos e catarinenses, pelo crescimento vegetativo da população que provocava o fracionamento excessivo das propriedades, pela valorização das terras e, fundamentalmente, devido ao avanço da “modernização da agricultura” no campo paranaense, expropriando, assim, muitos dos pequenos agricultores pelas mudanças imple-

mentadas: propostas e impostas. Esse processo migratório, no entanto, já começava a se delinear desde a década de 1960, como considera Feres (1990, p. 502), pois já vinha se desenhando à consolidação territorial de um modelo produtivo através da “cristalização da fronteira camponesa”, isto é, a fronteira agrícola não conseguia absorver mais população, nem mesmo o seu crescimento populacional vegetativo. A *crise territorial* que desencadeou inúmeras transformações, dentre elas a desterritorialização e as migrações, ocorreu, “em torno do problema da propriedade da terra”, sendo que:

Na década de 1950, o Sudoeste recebera cerca de 150.000 colonos (12,1 hab/km). Em 1960, sua população já alcançava 340.00 habitantes (19 hab/km). 50% do total das terras já estavam ocupadas, restando ainda 20% como reserva de ampliação. Com um índice de crescimento demográfico elevado, a região, ao fim da década de 60 atingia seu ponto de saturação. Isto levará a planificação regional a pleitear para a década de 70 uma mudança no binômio terra-trabalho, como base da exploração econômica regional, para uma concepção de desenvolvimento mais ampla, em que a combinação tecnologia-capital, deveria receber maior ênfase na intensificação da exploração agrícola (FERES, 1990, p. 521).

Houve uma *mudança gestada* desde a década de 1960 no padrão tradicional de ocupação, devido, principalmente, ao sistema territorial de colonização baseado na pequena propriedade, implantado pelo Estado Novo, desde a década de 1940. Conforme considera Feres (1990, p. 525), o que se delineou em todo Sudoeste paranaense foi o aumento, pelo *fracionamento*, das pequenas e médias propriedades. A expansão da pequena propriedade não decorreu do fracionamento de grandes propriedades, mas pelo processo já verificado anteriormente no Rio Grande do Sul, de *subdivisão* das terras das pequenas propriedades destinadas à exploração familiar, oriunda da herança e situada no interior da reprodução de um modo de vida de subsistência vinculado ao campo. Já no final da década

de 1960, pelo aumento do afluxo de colonos, esse padrão colonial sofre o mesmo processo de subdivisão das propriedades. *Entrava em crise* também em Francisco Beltrão, a produção e a organização territorial baseada na pequena propriedade familiar devida a pressão demográfica e a subdivisão das terras que se agravou mais ainda com as relações oriundas, sobretudo, da expansão da “modernização da agricultura”.

Esse processo de subdivisão das pequenas propriedades, o peso da herança familiar e a “modernização” tecnológica nos foram relatados e vividos pela agricultora Otília Antonello:

Da terra que meu pai tinha, não dava pra todos os filhos trabalhar. Sabe, naquela época era uma filharada nas família, então, muitos dos filhos vieram morar pra cidade, a maioria veio, né? Porque casava, aí não tinha como dividir cinco alqueires de terra; já era pouco pra uma família, tua imagina dividi em duas propriedade, né? Era muito pouco para mantê uma família, pra uma família sobrevivê; então, a maioria veio pra cidade. (...) Também, porque não tinha dinheiro pra investir, né? Na roça, chegou uma época que era só com maquinário, tinha que pôr adubo, então, não dava mais. Daí, quando meu pai faleceu, foi dividida a terra, mas deu um poquinho de dinheiro pra cada filho (Otília Antonello).

O fracionamento foi ainda mais acentuado na década de 1970, em decorrência da *crise territorial provocada pela modernização tecnológica* da agricultura. Até meados da década de 1970, antes da *crise* de aumento da pressão demográfica sobre o território e da inserção da mecanização, o Sudoeste paranaense não teve uma perda tão grande de população, esta ocorreu em pequenas proporções, mas configurava-se o início do processo de expropriação e, por extensão, da migração. A década de 1960 pode ser considerada como a fase de *cristalização* das relações oriundas da migração gaúcha e catarinense no território de Francisco Beltrão. A partir de 1970 iniciou-se a fase de *esgotamento* das terras para os migrantes gaúchos e catarinenses, ocasionado, pela pressão demográfica sobre a terra e pela maior

integração do território ao processo capitalista (global) de produção, com a inserção da “modernização na agricultura”, resultando, consequentemente, na mobilidade rural-urbana e rural-rural do município.

De acordo com o IPARDES (1983, p. 7), no Sudoeste do Paraná, sobretudo “em princípios de 1975, a base técnica empregada na agricultura é substancialmente alterada com a modernização do setor agrícola, e a necessidade de mão-de-obra começa a ser muito menor”. Coincidem com este momento histórico vivido pelo Sudoeste do Paraná – década de 1970 – uma ocupação/apropriação territorial basicamente “concluída” e uma forte prioridade agrícola na política econômica que vai estimular a difusão da nova forma de produção agrícola, fortalecendo a integração agroindustrial. Dessa relação surge um *novo* tipo de agricultura, subordinada diretamente à indústria e ao capital financeiro; em consequência, a agricultura familiar, da policultura e da suinocultura, em Francisco Beltrão, foi perdendo sua “independência” pelas definições externas de *padronização* do produto e pelo aumento que essas exigências provocaram em maior custo para a produção. O resultado desse processo de “modernização” refletiu diretamente no *aumento* da *produção* com *redução* da *população*, o que modificou diretamente o território e a paisagem rural e urbana beltronense, bem como na transformação territorial de todo o Sudoeste paranaense e, em amplo sentido, do Paraná. Essas transformações operadas colocaram em *crise* a produção territorial organizada em torno das pequenas propriedades rurais.

Esse processo de industrialização do campo, no Sul do Brasil, a partir da década de 1970, transformou a geografia de Francisco Beltrão:

Com a industrialização da agricultura no Sul, a Geografia foi modificada: a propriedade fundiária se concentra; as máquinas e equipamentos tornam inúteis os arados de boi e as plantadeiras manuais; a soja, o trigo e o milho predominam na paisagem; o campo perde a população e as casas rurais ficam cada vez mais distantes umas das outras; e as cidades passam a dar o “tom” do que se produz,

como se produz e para quem se produz: a entrada das agroindústrias e dos bancos proprietários com a agricultura moderna, com a utilização de máquinas, adubos e inseticidas e monocultura da soja e trigo (...) são a tônica da nova Geografia (GOETTERT, 2000, p. 89).

Tanto temporal quanto espacialmente, o movimento de inserção do capital nas décadas de 1960 e 1970 atingiu a todos, desigual e seletivamente, desencadeando a uma *marcha* de boa parte daqueles pequenos proprietários gaúchos e catarinenses que há alguns anos chegaram a Francisco Beltrão, além daqueles paranaenses nascidos em território estadual. A partir da década de 1960 é que se deu início a esse processo de *expulsão* e que se intensificou em meados da década de 1970.

Desenvolveu-se, assim, o processo de “modernização da agricultura” com um novo padrão sócio-territorial de “desenvolvimento”, excludente e conservador, com a implementação da política econômica de incentivos ao cultivo do fumo, milho e da soja e com o fim do “equilíbrio” da pequena propriedade.¹³⁷ Com a “modernização da agricultura”, as cooperativas de produção e consumo exigiram uma tecnificação mínima desarticulando a pequena produção familiar. Para Martins e Vanalli (1994, p. 77), o desenvolvimento tecnológico (uma das características da “modernização da agricultura”) obedecia a interesses da indústria na agricultura viabilizada pelo processo de concentração e centralização de capitais nos

137 Francisco Beltrão, em 1967, era considerado o centro da maior região produtora de feijão do país: o Sudoeste paranaense. Por isso, levou o título, inclusive, de capital nacional do feijão, pois, “no ano de 1967 o município de Francisco Beltrão exportou 13 mil toneladas de feijão, praticamente a mesma quantidade de milho: 13.800 toneladas. A produção de soja era irrisória, apenas 900 toneladas” (JORNAL DE BELTRÃO, 13/03/1992, p. 7). Em 1980 o Sudoeste paranaense produzia 17% de todo feijão preto do Estado, sendo que o Paraná, no mesmo ano, era responsável pela produção de 40% do feijão preto do Brasil (JORNAL DO PARANÁ, 17/01/1981, p. 12). Entretanto, a partir da década de 1980, com a “modernização da agricultura”, o feijão vai perdendo gradativamente o seu peso na produção devido à expansão da produção de milho, do fumo e, sobretudo, da soja.

setores industrial, financeiro e cooperativo, que caracterizou a política econômica do governo militar.

Feres (1990) assinala que paralelamente a esse avanço da “modernização”, os agricultores do Sudoeste paranaense foram obrigados a recorrer à *especialização* da produção, tendendo à *homogeneização* do território através da produção de monoculturas como a soja, o milho e o fumo. Essa transformação no padrão produtivo agrícola impôs um novo período sócio-territorial *rompendo* com a “unidade da policultura-pecuária, desvinculando a atividade agrícola das necessidades imediatas do seu próprio contexto e criando um novo tipo de dependência para o agricultor: sua ligação com a demanda de um mercado distante, internacional” (p. 550).¹³⁸ Um dos vetores mais importantes introduzidos no país nesse momento para a consolidação dos vínculos de dependência entre a agricultura e a indústria, veio do pacote tecnológico conhecido como a “Revolução Verde” que propunha a combinação do uso intensivo de sementes melhoradas com o uso de máquinas e de inovações químicas (adubos e agrotóxicos). Assim:

Fatores adicionais, porém não menos relevantes, como conjuntura de preços internacionais de matérias-primas extremamente favorável, adoção maciça de medidas eficazes de governo destinadas a impulsionar a modernização – tais como crédito subsidiado para a aquisição de máquinas, implementos agrícolas e insumos, investimento em pesquisa tecnológica e serviços de extensão, preços mínimos, política de câmbio etc. – complementaram o cenário em que se desenvolveu o intenso e rápido processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira (MAGALHÃES, 1996, p.34).

138 Conforme considera Silveira (2007, p. 6), “(...) son tanto áreas agrícolas como industriales y de servicios, y se caracterizan por su inserción en una cadena productiva global, por el predominio de relaciones distantes y, frecuentemente, extranjeras y por su lógica extrovertida. El país es surcado por carreteras modernas de interés nacional e internacional, más que regional y local. La pavimentación de los principales ejes viarios y la construcción de carreteras hacia los países vecinos encauzan una mayor integración comercial”.

A estrutura sócio-territorial agrícola de Francisco Beltrão que vinha de um processo de rápida expansão produtiva, porém, ainda com o predomínio da utilização da força humana e de instrumentos técnicos “rudimentares” de trabalho (como foice, machado, plantadeiras manuais, uso da tração animal nas lavouras etc.), começou a *absorver* a nova matriz tecnológica de produção, acarretando, profundas alterações no campo beltronense, sendo que um dos seus resultados mais imediatos e visíveis foi a desterritorialização com a migração de milhares de pequenos agricultores, os mais atingidos no processo, o que demonstra o processo seletivo e excludente que acarretou a expansão/espacialização da “modernização da agricultura”. Essa trouxe também conseqüências sociais *negativas* para o pequeno produtor rural, sendo uma das mais violentas faces desse processo, a migração:

A modernização do campo gerou sem dúvida nenhuma, grandes benefícios do ponto de vista da produção agrícola, mas não resultou em melhores condições de vida para o homem rural. A permanência desse padrão de crescimento *seletivo e excludente* na agricultura paranaense tende a comprometer ainda a sobrevivência no campo de inúmeros pequenos produtores, agravando o processo de *êxodo rural* e, em última instância, colocando em risco os níveis de produção e abastecimento alimentar urbano (MAGALHÃES, *et al* 1984, p. 2006, [grifos nossos]).

O avanço tecnológico com a aquisição de insumos e máquinas, por exemplo, só foi acessível para o pequeno agricultor através do *sistema de créditos*. O crédito envolve o pequeno produtor em um novo circuito da política financeira: os bancos, que veiculam um dinheiro *moderno* e impessoal, vindo de fora, de um mundo urbano na maioria das vezes *estranho* ao agricultor. Além disso, as condições de concessão do crédito mudam. O financiamento vinha acompanhado de um *pacote tecnológico*, relacionado a critérios de rentabilidade, por exemplo, a limitação da utilização do crédito

a uma determinada cultura (milho, soja, fumo...), a obrigação de aquisição de sementes selecionadas, o emprego de insumos químicos, enfim, a padronização e a disciplinarização da produção a partir de um modelo fortemente controlado. Esses *pacotes tecnológicos* foram/são *centralizadores* e refletem uma mentalidade racional e *estranha* à do pequeno produtor e não lhe permitem muitas vezes um diálogo com o financiador, ou seja, os pacotes tecnológicos foram, sobretudo, *impostos* aos pequenos agricultores. Neste contexto:

No caso do Sudoeste [paranaense], uma sociedade bastante homogênea, esse efeito é visível. O crédito em vista da modernização criou entre os camponeses, em primeira instância, duas camadas distintas de camponeses: os pobres e os abastados. O universo camponês do início da colonização quebra-se na medida do avanço da modernização tecnológica. Essa quebra se dá através de uma verdadeira invasão, vinda de fora representada pelos bancos, pelos fornecedores de insumos, pelas direções de cooperativas, pelas bolsas de valores. Seu efeito é um processo de corrosão da antiga unidade interna da frente camponesa, representado pela diferenciação social criada pela *riqueza* dos mais territorializados e a *pobreza* dos minifundistas [desterritorializados] (FERES, 1990, p. 521).

No Sudoeste paranaense o “progresso” técnico criou, na década de 1970, um processo de *desterritorialização* através da formação de um contingente de ex-proprietários transformados em assalariados, delineando o processo de expropriação, *desenraizamento* e migração. De acordo com os dados apresentados por Feres (1990, p. 522), a partir dos Censos Agropecuários, verificou-se que em 1970 no Sudoeste paranaense havia 2.226 assalariados rurais permanentes e 4.160 assalariados rurais temporários; já em 1975 o aumento era visível, pois os assalariados rurais permanentes eram de 4.147 e os assalariados rurais temporários eram 9.982. Para Magalhães *et al* (1984, p. 2004), a “modernização da agricultura” se manifestou com a introdução de novas relações de trabalho, na medida em

que esta implicou a constituição do trabalho rural assalariado e, portanto, no “desaparecimento” das formas que o antecedem: colonato, parceria e arrendamento. Essas categorias, aliás, foram as mais vulneráveis dentro do processo, pois se constituíram basicamente no contingente que migrou na zona rural.

Para Feres (1990), no final da década de 1970 a modernização tecnológica fez sentir exatamente o seu preço para os pequenos produtores, resultando, na *desterritorialização*: o pequeno produtor não podendo enfrentar os custos dos investimentos, entra na espiral de *empobrecimento acelerado*, terminando por ser “expelido” do processo de produção com a *perda da terra* pelo endividamento e/ou por não conseguir mais acompanhar o processo de “modernização”, portanto, *arrasadora*, perversa e seletiva. Este processo já se fazia sentir, em 1978, no Sudoeste paranaense “quando o Cadastro do INCRA acusava uma queda de 6,5% do número de estabelecimentos rurais” (FERES, 1990, p. 523).

O saldo mais marcante desse processo verifica-se na *redução da população rural* e o *aumento da população urbana* e seu desdobramento, imediato, na migração dessa população para outros estados brasileiros e até mesmo outros países como, por exemplo, a Argentina e o Paraguai.¹³⁹ Fran-

139 De acordo com Magalhães (1996, p. 48), um terceiro movimento migratório de paranaenses para fora das fronteiras estaduais destinou-se às terras paraguaias. “Ocorrendo somente ao final da década de 60, numa segunda etapa desse processo, afluem os migrantes originários do Sul do Brasil, principalmente das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Os imigrantes de ambos os fluxos, os chamados brasiguaios, eram, em sua maioria, desprovidos de posses e, via de regra, se inseriram na estrutura de produção agrícola paraguaia como agregados, parceiros, arrendatários ou assalariados”. Assim, as informações sobre quantitativos de imigrantes brasileiros no Paraguai são bastante díspares e fragmentadas. Uma das estimativas disponíveis apresentada por Salim (1955), permite pelo menos uma aproximação maior da questão, pois, “Para a CNBB – Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (1992, p. 45), durante os anos 70, brasiguaios povoaram cerca de um quarto do território paraguaio. Entre 1972 e 1977, esses imigrantes foram constituídos por 63% de paranaenses, 18% de catarinenses, 12% de gaúchos e 7% de mineiros e nordestinos. Em 1975, eles eram 40 mil no Paraguai. Em 1982, subiram para 250 mil, espalhados nas 24

cisco Beltrão, da década de 1970 em diante, passou por transformações territoriais intensas em suas estruturas econômicas, culturais e políticas, com repercussões profundas sobre diversos aspectos da produção sócio-territorial estando, diretamente ligadas à dinâmica populacional. Um dos resultados mais evidentes e imediatos dessas transformações consistiu na espetacular *reversão* da tendência de crescimento populacional rural, especialmente observada até o período anterior (até a década de 1970). Podemos observar, através da tabela 1, essa inversão da população (de maioria rural para urbana) em Francisco Beltrão:

Tabela 1: População urbana e rural de Francisco Beltrão (1960/1970/1980/1991/2000)

Ano	População				
	Total	Urbana		Rural	
		Números	(%)	Números	(%)
1960	55.496	4.989	8,99	50.507	91,01
1970	36.807	13.413	36,44	23.394	63,56
1980	48.762	28.289	58,01	20.473	41,99
1991	61.272	45.622	74,46	15.650	25,54
2000	67.132	54.831	81,68	12.301	18,32

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

principais colônias. No governo do presidente Figueiredo atingiram a cifra recorde de 500 mil”. Também, Zaar (2001, p. 10), afirma que segundo os dados apresentados pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil, “viviam no final da década de 1990, na República do Paraguai, 459.000 brasileiros. Os dados de censos mais recentes, se referem a 98.000 brasileiros em situação legal e a imprensa vem trabalhando com uma cifra de 350.000 não regularizados. Estes brasileiros, legalizados ou não, representam oito décimas partes dos habitantes do Estado do Alto Paraná e seis por cento da população total do Paraguai, e são responsáveis por oitenta por cento da soja produzida naquele País”. Essa migração para o Paraguai, teve origem, em parte, no Sudoeste paranaense e, por extensão, em Francisco Beltrão e, demonstra, o lado expansionista e também *perverso* da modernização da agricultura difundido, concreta e abstratamente, sob a égide do *projeto econômico e político* do Governo Militar.

Os dados da tabela 1 nos mostram o processo de *inversão* da população, de maioria rural para maioria urbana, que foi ocorrendo do ano de 1960 a 2000 no município. Isto pode ser explicado pela *crise* instaurada no modo de vida vinculado à pequena propriedade com a “modernização da agricultura”, com o esgotamento das terras “devolutas” no Paraná, pelas políticas do Estado de novas frentes de colonização para Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas e o Paraguai e, também, com a migração rural-urbana para os bairros de Francisco Beltrão e para outras cidades do Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Já para o aumento da população urbana em Francisco Beltrão, os fatores de influência foram empresas que se instalaram como, por exemplo, a Chapecó na década de 1980 e, posteriormente, a Sadia na década de 1990, e a influência da construção civil que absorveu muita mão-de-obra oriunda do campo. Nesse processo, muitos agricultores endividados pela “modernização da agricultura” migraram do campo para a cidade, tornando-se assalariados.

Martine (1994, p. 19) assinala que para o agricultor acompanhar as novas exigências e necessidades que se faziam presentes neste momento histórico da agricultura brasileira, este recorreu ao *crédito rural* para a compra de novos insumos e maquinários necessários (se não obrigatórios) para o novo padrão produtivo agrícola e para a *submissão*, assim, do campo à cidade.¹⁴⁰ O agricultor ficou “preso” aos bancos de financiamento, que na maioria das vezes cobra(ram) taxas de juros elevadas; nesta trama, o agricultor se viu/se vê endividado e “forçado” a vender sua terra, pois não conseguiu mais pagar a referente dívida adquirida resultando na sua migração e na inversão do lugar de residência do agricultor.¹⁴¹

140 Para Kautsky (1986, p. 53), não somente a aquisição de fertilizantes, mas o *crédito rural* por meio de empréstimos ou financiamentos destinados à agricultura, se tornou uma outra forma de *submissão* do campo à cidade (dos homens do campo aos homens da cidade), pois os capitalistas que vivem do *juro*, a partir de empréstimos concebidos diretamente aos agricultores ou indiretamente (por via de bancos), em geral, moram na *cidade*. Assim, a renda do campo é *drenada* para a cidade.

141 Em 1960, de acordo com o IBGE, em Francisco Beltrão apenas 1,36% dos estabele-

Essa inversão do lugar de residência da população rural no Sudoeste paranaense pode ser observada na tabela 2, a seguir:

Tabela 2: População rural e urbana no Sudoeste do Paraná (1970/1980/1991/2000)

Ano	Total	População	
		Urbana	Rural
1970	446.360	80.157	366.203
1980	531.249	166.906	354.343
1991	478.126	225.666	252.460
2000	472.626	283.044	189.582

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000.

Esses empréstimos, nesse sentido, antes de se constituírem uma *solução*, apresentaram-se como *problema*, impedindo, até mesmo, a permanência (pelo endividamento) no campo. Sobre essa *subordinação* do campo-nês ao financiamento e, assim, ao endividamento, Martins (1986b) assinala que:

Apenas quando o capital subordina o pequeno lavrador, controlando os mecanismos de financiamento e comercialização, processo muito claro no Sul e no Sudeste, é que sub-repticiamente as condições de existência do lavrador e sua família, suas necessidades e possibilidades econômicas e sociais, começam a ser reguladas e controladas pelo capital, como se o próprio lavrador não fosse o proprietário da terra, como se fosse um assalariado capitalista (MARTINS, 1986b, p. 60).

A expropriação causada pelo endividamento rural desencadeou um fenômeno novo e surpreendente de migrações do campo e, por extensão,

cimentos rurais havia contraído financiamento, e todos de particulares. Em 1970, 10,02% dos estabelecimentos rurais receberam financiamentos e, destes, 63,23% de entidades do governo. Em 1980, eram 42,26% dos estabelecimentos que receberam financiamentos, sendo que 93,07% de entidades do governo.

do aumento de pessoas morando na cidade de Francisco Beltrão, como demonstrado pela tabela 1. Essa inversão do lugar de residência da população foi resultante de desdobramentos gerais no Sudoeste paranaense (tabela 2), do próprio desenvolvimento agrícola que, pela incorporação do processo técnico, definiu ganhos na produtividade e transformou as relações de trabalho no campo através de uma *nova divisão social e territorial do trabalho*. Contudo, o que marcou neste processo, em especial, foi a *velocidade* com que este *evento* aconteceu: o Sudoeste do Paraná passou, a partir da década de 1970, da condição de *receptor* para o de *expulsor* de população, sendo que a magnitude da migração e a direção do seu fluxo marcaram o campo sudoestino. Assim:

(...) um dos principais fatores para algumas relações econômicas [políticas e culturais] em Francisco Beltrão foi a *transformação técnica* da produção agrícola, que alterou (reduzindo) a própria composição da mão-de-obra ocupada no campo, bem como (aumentando) a composição da mão-de-obra utilizada na economia da cidade, devido a um fluxo de migração, crescente e contínuo, do campo para a cidade (MONDARDO, 2008a, p. 125).

Para entendermos essa realidade, de acordo com o IBGE (a partir de dados dos censos agropecuários), Francisco Beltrão, até 1960, tinha apenas 5 tratores agrícolas usados na agricultura, número que passou para 18 em 1970, passando para 346 em 1980 e para expressivos 430 em 1995/96! Paralelamente a este considerável aumento no número de máquinas agrícolas (tratores) utilizadas na agricultura, principalmente entre o período de 1970 a 1980, houve uma redução do percentual e do número de habitantes que residiam no campo: em 1970, Francisco Beltrão tinha 23.394 habitantes vivendo no meio rural, que representavam 63,56% da população do município; em 1980, este número diminuiu para 20.473 habitantes, que equivaliam a 41,99% da população total. A população urbana ao contrário do que ocorreu com a rural, aumentou nesse período, passando de 36,44% em 1970, para 58,01% em 1980, apontando rapidamente

uma inversão do lugar de residência do beltronense (e do paranaense em amplo sentido).¹⁴²

Há que se ressaltar, ainda, que entre o período de 1991 a 2000, este processo de diminuição absoluta e relativa da população do campo, com o oposto para a população da cidade (com o crescimento), tem continuado a ocorrer em Francisco Beltrão. De acordo com os Censos Demográficos do IBGE, em 1991 a população rural diminuiu para 15.650 habitantes e em 2000 para 12.301 habitantes. Assim, o aumento verificado da população urbana se deu em detrimento da rural. Como considera Graziano da Silva (2002, p. 62), a mecanização da agricultura diminuiu o tempo de trabalho a ser despendido na produção agrícola, o que torna “disponível” grande parte da mão-de-obra antes ocupada na agricultura, para ser ocupada em outras atividades produtivas (não-agrícolas), alterando a divisão territorial e social do trabalho. Singer (1981, p. 22) entende que a migração do campo para a cidade ocorre(u) devido a transformações nos meios técnicos de produção na agricultura, de um lado e, de outro, devido à atração que a economia de determinadas cidades pode oferecer quanto à “oferta” de emprego.

Assim, a “modernização da agricultura” além de diminuir a população do campo através do endividamento dos agricultores e, posteriormente a migração para as cidades, pode não melhorar as condições de vida do trabalhador, pelo contrário, pode até mesmo *agravá-las*:

142 Magalhães (2003, pp. 24-25) ressalta que os anos de 1970 representaram a década mais drástica de transformação da base produtiva agrícola do Paraná e de mudanças nas relações de trabalho, havendo “um declínio de mais de 170 mil postos de trabalho na agricultura paranaense”, pois “os resultados do Censo Agropecuário de 1995 demonstram que, no período 1985/95, essa redução foi [ainda maior] de 600 mil pessoas”. Ou seja, a mudança no padrão produtivo sócio-territorial no campo paranaense acarretou uma grande diminuição de trabalho rural e, portanto, de uma grande evasão rural.

A elevação do nível tecnológico das atividades rurais parece reunir todos os fios da meada, e constituir a maneira de atender a todos os interesses em jogo. (...) A técnica é um meio, e não um fim a que se destina e dos problemas concretos que com ela se objetiva resolver. Dou-tro lado, o progresso tecnológico não significa necessariamente uma melhoria de condições do trabalhador. E, às vezes, até pelo contrário, pode agravá-las (PRADO JUNIOR, 1979, p. 27, [grifos nossos]).

Em nosso trabalho de campo pela área rural de Francisco Beltrão, verificamos esse processo de *desterritorialização* pela expropriação e migração de muitos pequenos produtores. Podemos verificar essa realidade “da crise da roça” na fala de Pedro Miller, que nos relatou as transformações que ocorreram no campo beltronense com a diminuição da população rural, a partir da sua experiência vivida na comunidade rural onde mora, localizada no interior do município:

Mas óia, a comunidade aqui da Linha Hobold, antes era mais grande a um tempo atrás, lá por 70, 80, até 90 tinha bastante gente, era movimentado. Mas aí começaram a sair, foi diminuindo, hoje tem muito poca gente. (...) Óia, acho que foi por causa da crise da roça, né? Tudo foram procurando outro rumo melhor pra viver. (...) Acho que a crise foi de 78 pra cá, que a crise atacou mesmo, dava muita seca, ou chovia demais, aí tinha que ter maquinário, sabe? Ou era os produto que tinham pouco valor, os insumo foram ficando cada vez mais caro, aí a turma foi saindo pra cidade. (...) Ah! Quem tinha mais dinheiro ia comprando as terra dos outros. As vezes também trocava colônia por colônia, fazia brique assim, pra ver se melhorava trocar a terra (Pedro Miller).

Desencadeou-se no campo beltronense como em todo Sudoeste paranaense, o processo de diminuição da população rural através da implementação de uma *nova racionalidade* econômica e política com a implementação de uma nova técnica e tecnologia, de uma nova visão de mundo, de novos valores, de uma nova cultura ligada a um mundo urbano-industrial que acarretou transformações substanciais na relação do homem

com a terra e, com isso, resultando num processo seletivo e excludente daqueles pequenos proprietários que conseguiram se manter na terra (pela precarização), e daqueles agricultores que não conseguiram (ou até mesmo “optaram” em se transferir para a cidade, como o caso dos mais jovens atraídos pelo mundo moderno, urbano e industrial na urbe). Foi constante durante as entrevistas realizadas com aqueles que permaneceram ainda no campo, a não permanência dos filhos na propriedade; em sua maioria, os filhos migraram para a cidade de Francisco Beltrão, para outros municípios do Sudoeste do Paraná e ainda para outros estados, como podemos verificar a seguir:

‘Tenho quatro filhos, três já saíram daqui pra cidade. O que saiu primeiro saiu e foi trabalhá na Sadia. A filha foi pra lá porque casou, e também pra trabalhá lá. E, o mais novo, foi morá junto com o primeiro que saiu, ta lá trabalhando e estudando. Só ficou um aqui. Esse trabalha por dia aqui nos sítio perto (Pedro Miller).

Meus filhos foram pra cidade faz tempo. Aqui na roça, sabe, é só pros velho agora. Só dá pra gente viver. Eu e meu velho, nós ia para cidade também, mas, aí conseguimos se aposentar, mas os filhos se foram tudo. (...) Tenho sete filhos, quatro homem e três mulher; os homem tão tudo aí na cidade em [Francisco] Beltrão, tão tudo empregado, já casaram, trabalham em indústria e em mecânica; as menina, uma casou e não trabalha e as outra trabalha em indústria também, fazem roupa (Delina Pagnhol).

Hoje as comunidade do interior de [Francisco] Beltrão tem poca gente, né? Pra tu ver, uma vez tu conseguia fazer até dois, três time de futebol pra jogar campeonato, hoje, não consegue mais formá um, saiu muita gente. A maioria tão tudo morando na cidade ou foram pra fora, até pra outros estado tem muito, né? (...) Pra tu ver, depois que se instalou a Sadia o povo saiu muito da roça e foi pra cidade; mas lá ganha poco, né? Só pra viver mesmo. Tenho 5 filhos, todos tão na cidade, uns tão trabalhando, outros estudam, não tem jeito aqui na roça, os que ficaram, que tem poca terra como nós, é só os mais velho, né? (Francisco Vicente Kurt).

Observamos, pelas entrevistas reduzidas, que a propriedade rural foi vista e dita por aqueles que ainda moram no campo como o lugar da não possibilidade de reprodução de seus filhos e, deste modo, de uma família. O campo beltronense foi visto como o lugar onde a reprodução social para os mais jovens já não era mais possível, pois, como ressaltou um entrevistado, “não tem jeito aqui na roça, os que ficaram, que tem poca terra como nós, é só os mais velho”. Ou seja, a “modernização da agricultura” foi um processo seletivo e excludente na medida em que impossibilitou das pessoas continuarem no campo, impondo um processo de “darwinismo social”, pois “só os mais fortes sobreviveram” no campo; diríamos, no entanto, que só os mais abastados e com condição de se modernizarem sobreviveram e/ou conseguiram se “adaptar” ao novo processo produtivo e a um novo modo de vida no campo ligado à “modernização”.

Em seu trabalho, Feres (1990) ressaltou o processo de endividamento através das contas assumidas e da *concentração* das propriedades rurais no Sudoeste paranaense:

Notamos que sobre os menores extratos [de áreas] pairam as maiores incertezas econômicas, influenciando diretamente na venda maciça de mini e pequenas propriedades. A política agrícola distorcida, voltada aos interesses das culturas de larga escala em detrimento das culturas de subsistência, vem favorecendo para que isso ocorra (...) *Muitos mini e pequenos produtores tiveram que entregar o seu único meio de produção – a terra – para custear despesas assumidas.* A expressiva valorização das terras estimula aos grandes grupos econômicos e à burguesia urbana e rural à compra de terras, como um bom negócio. Com isso *muitas mini e pequenas propriedades foram incorporadas às médias e grandes propriedades já existentes* (FERES, 1990, pp. 555-554, [grifos do autor]).

De acordo com Kautsky (1986, p. 245), saem do campo primeiramente as pessoas mais jovens, com idade para enfrentar o mercado de trabalho nas cidades. Isto *pode* indicar que a reprodução social destes sujeitos

expropriados pode estar comprometida no campo e na cidade através da expropriação gradativa das suas condições de vida. O *mercado de trabalho* da cidade foi e tem sido uma alternativa “forçada” para a sua sobrevivência, ou ainda para atender aos sonhos e vontades de vida melhor. Não podemos esquecer, no entanto, que há também muitos que lutam para continuar no campo, buscando novas terras, novos lugares para se reproduzir enquanto agricultores, como aqueles e aquelas do campo beltronense (e paranaense) que, desterritorializados, migraram para outros estados brasileiros, sobretudo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Amazonas, para continuarem sua luta por um pedaço de terra, pelo “seu pedaço”, pois:

Ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas. Nem que para isso eles tenham que continuar seu devir histórico: ter a estrada como caminho. O que vale dizer: *a migração como necessidade da sua reprodução, a luta pela fração do território distante como alternativa para continuar camponês. Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo* (OLIVEIRA, 1996, p. 26 [grifos nossos]).

Essa migração no Sudoeste do Paraná “acompanhou” um movimento migratório amplo em território brasileiro pois como ressalta Camarano & Abramovay (1999, p. 11), entre 1960 e 1980 o êxodo rural brasileiro alcançou um total de 27 milhões de pessoas. Segundo os autores, a grande novidade esteve na região Sul do país. Durante os anos de 1970, quase metade (45,5%) da população rural que residia na região Sul, no início da década de 1980 saíram do campo, *correspondendo a 29% de todos os migrantes rurais do país*. Nestes 10 anos, a população rural do Sul do Brasil teve uma redução de 2 milhões de habitantes. “Os subsídios, os incentivos econômicos e o aparato institucional *mobilizados* para estimular a adoção de técnicas produtivas e culturas altamente poupadoras de mão-de-obra” foram, para os autores, “a razão principal de um êxodo tão rápido”.

Conforme Camarano & Abramovay (1999), ainda, é daí que vieram os gaúchos, os catarinenses e os paranaenses chamados genericamente como “gaúchos” e/ou sulistas, fundamentais na ocupação da Transamazônica e que “vitalizaram” as áreas rurais do Norte do país durante os anos 1970 e 1980, transformando-as em zonas de crescimento agrícola, especialmente, com elevado contingente migratório de população rural. “O saldo migratório líquido regional do Norte é positivo neste período e a população rural ganha entre 1960 e 1980 um total de 1,2 milhões de pessoas. Tendo forte predomínio, portanto, da região Sul” (p. 12). Contudo, segundo os autores, no Sul a taxa de migração foi de quase 40% nos anos de 1980, diminuindo na década de 1990 para aproximadamente 30%. A perda populacional rural absoluta dos anos 1980 foi de pouco mais de 1,5 milhões de habitantes, sendo na década de 1990 de 334 mil.¹⁴³

As transformações territoriais que ocorreram em Francisco Beltrão a partir da década de 1970, estiveram inseridas em um conjunto de mutações que foram sendo delineadas no Brasil no interior de um *novo projeto* agrícola e industrial.¹⁴⁴ Conforme considera Swain (1992, p. 31), no

143 Haesbaert (1998b, p. 60) reitera, também, que a corrente sulista ou “gaúcha” possui ramificações em quase todo o território nacional, principalmente acompanhando a expansão das áreas de produção agrícolas do Brasil, mas, também, para além de nossas fronteiras políticas adentrando em países vizinhos como Paraguai, Uruguai, Bolívia e Argentina. Nesses países, a presença de população sulista caracteriza-se também pela sua grande presença em atividades agrícolas.

144 No Paraná, segundo Tânia Navarro Swain (1992, p. 30), o período que cobre os anos sessenta apresentou um quadro de agitações e transformações “radicais” nas dimensões política, econômica e social e o estado sofreu suas conseqüências. A produção agrícola, a estrutura fundiária, o emprego da mão-de-obra e a distribuição das riquezas foram atingidos e modificados. Em 1964 os militares tomaram o poder e deram prioridade à modernização da economia, particularmente no setor agrícola, visando a um crescimento global acentuado com a diversificação das exportações agrícolas e impulso ao setor secundário. Foram colocados em ação mecanismos de apoio e auxílio *financeiro* e *fiscal*. Tratava-se da época do “boom” econômico, do qual se beneficiaram, sobretudo, as grandes empresas agrícolas e industriais, cuja mecanização efetuou-se a um ritmo desenfreado. Tal orientação, que favoreceu o capital em detrimento do trabalho, teve repercussões profundas

Paraná a *mecanização veio substituir a força de trabalho* em grande escala: o *êxodo rural* tomou grandes dimensões em direção às cidades, propiciando o surgimento de favelas onde estas jamais haviam existido. Mas o *êxodo rural* existe também no sentido rural-rural, o que quer dizer que a população se deslocou de uma região a outra em busca de melhores oportunidades para a reprodução enquanto agricultor. Em função do emprego de modo geral (principalmente no campo) ter diminuído, surgiu uma nova categoria de trabalhadores agrícolas no Paraná: foram os “volantes” que se deslocavam segundo as necessidades de estação agrícola, sem local fixo de residência nem contrato de trabalho; foram também os bóias-frias, trabalhadores agrícolas que moravam na periferia das cidades e que trabalhavam por tarefa. O que se delineou no Paraná a partir da década de 1970, foi um *recuo* da força de trabalho repelida pelas mudanças estruturais da agricultura rumo às terras de agricultura familiar.

Em Francisco Beltrão os pequenos produtores estabelecidos em áreas de até 30 ha, foram os mais vulneráveis no processo de “modernização”. Perderam espaço em número e área de estabelecimento e, principalmente, a força como segmento social porque foi reduzida sua importância como produtores pela redução absoluta e relativa na área de lavoura e no valor de sua produção, além do *desenraizamento* de suas práticas, de seu território de referência cultural, do abrigo, da festa e das relações com os outros e com a “natureza”. Esse processo nos foi relatado pelos sujeitos entrevistados que viveram esse processo de expropriação, pois afirmaram que “aqueles que tinham menos terra foram saindo, não tinham condição de comprar maquinário, de melhorá a roça, foram logo saindo” (Francisco Vicente Kurt). Assim, “a roça se tornou inviável, né? Pra quem era peque-

na sociedade brasileira, na medida em que criou o desemprego agrícola, o enorme êxodo rural, uma baixa dos salários urbanos e, consequentemente, uma concentração crescente das riquezas.

no e pobre, a maioria saiu do interior de [Francisco] Beltrão; é só ver como que cresceu a cidade, a maioria dos meus parentes, dos meus filhos, dos vizinhos que antes moravam aqui, tão tudo morando pra cidade; foram bem poucos os que ficaram” (Pedro Miller).

Sistematizamos, por meio das entrevistas e das conversas que realizamos, que com a “modernização agrícola” o colono de Francisco Beltrão incapacitado de investir nesse novo processo de *racionalização* da produção através do incremento tecnológico, viu-se *forçado*, na maioria das vezes, a optar por uma ou mais das seguintes “alternativas”:

- Vender sua propriedade (valorizada pela “escassez” da terra) e aplicar o seu recurso na compra de outra terra, em outra fronteira agrícola como no Centro-Oeste ou na Amazônia, onde pudesse reiniciar suas atividades;
- Vender sua propriedade e *migrar* para as cidades tornando-se assalariado;
- Reduzir o peso da pressão demográfica sobre a sua terra, encorajando seus filhos a buscar terras novas e a reproduzirem-se em outra fronteira agrícola no Centro-Oeste ou na Amazônia; e,
- Reduzir o peso da pressão demográfica sobre a sua terra com a *migração* dos filhos, tornando-se, estes, assalariados nas cidades.

Segundo o IPARDES (1983, p. 37), na década de 1970 o “Sudoeste do Paraná possuía a segunda maior população rural do estado do Paraná, com cerca de 11%, inferior somente à região Oeste do Paraná, com 15%”. Embora com uma economia mais nova em relação a outras regiões do estado do Paraná como a Norte e Noroeste, na década de 1970, o Sudoeste do Paraná era uma região dentre as mais importantes no setor agrícola do Estado, apoiada na pequena produção familiar, com a produção de milho e feijão. Nessa mesma década, com “as exigências de adequação da base

agrícola ao tipo de expansão do setor, o Sudoeste do Paraná, mesmo com restrições ditadas pelo relevo acidentado, absorveu 9,2% do incremento de tratores, sendo o terceiro maior acréscimo do Estado” (p. 39). Magalhães (1996, p. 50) considera, ainda, que “a adoção de adubos químicos e de defensivos agrícolas disseminou-se por todo o Paraná nesse período [década de 1970], mas de uma forma bem mais acentuada nas áreas integrantes do Norte e do Oeste/Sudoeste” (p. 50). Essa inserção da “modernização” no campo do Sudoeste paranaense e de Francisco Beltrão, demonstra as profundas *transformações territoriais* na relação entre o *homem* e a *terra* que resultou, imediatamente, na nova divisão territorial do trabalho, na diminuição da população rural com migração e a desterritorialização.

Na década de 1980 os agricultores que permaneceram no campo de Francisco Beltrão, enfrentavam situação ameaçadora com as mudanças nas relações no campo implementadas pela “modernização”. A estrutura familiar tradicional da produção havia sido afetada pelo avanço da “modernização” rural que manifestava o seu lado problemático, perverso e desvantajoso para grande parte dos produtores: o *desenraizamento* da pequena propriedade. Feres (1990, p. 553) afirma que na década de 1980 ocorreu o lado perverso e excludente da “modernização” da agricultura para os pequenos agricultores com a *concentração* das terras. Concomitantemente, no Sudoeste paranaense o número de assalariados rurais, temporários e permanentes, chegava a 12.000. Esse contingente de bóias-frias, fenômeno novo no território, concentrava-se em torno das maiores cidades: Pato Branco, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Capanema, Coronel Vivida, Realeza, Barracão e Ampére.

De acordo com o autor, em 1982 já se registravam a presença de outro fenômeno novo e crescente no Sudoeste paranaense, resultante do processo de expropriação operado pela modernização conservadora, com a existência de 38.200 famílias de agricultores sem terras. Em Francisco Beltrão, na década de 1980, a *concentração* das terras era percebida pelo número de vendas de propriedades com áreas inferiores a 30 ha, pois registrava-se entre o “período de janeiro-1983/junho 1985, vendas de 6.923

propriedades com áreas inferiores a 30 ha.” (FERES, 1990, p. 553). Para Leão (1991), a agricultura do Sudoeste paranaense, na década de 1980, prosseguiu na trajetória dinâmica e moderna da década anterior, incorporando avanços tecnológicos, aumentando a produtividade, diversificando a produção e expandindo e consolidando, cada vez mais, médios e grandes produtores capitalizados. Essa *concentração* das terras, no entanto, já vinha ocorrendo desde a década de 1960 e 1970, pois Corrêa (1970b) já afirmava – quando realizou seus estudos entre 1968/69 em Francisco Beltrão e no Sudoeste paranaense – que foram sendo criados novos proprietários grandes e médios, tais como médicos, dentistas, comerciantes, políticos, proprietários de agências de automóveis e empresários.

Essa realidade nos foi relatada durante as entrevistas, quando ouvindo moradores da cidade de Francisco Beltrão, estes nos afirmaram que as terras que eram suas e/ou dos seus pais, passaram a ser “arrematadas” por pessoas oriundas da cidade:

Olha, a terra que o meu pai tinha, como os filhos começaram a vir pra cidade, pois não tinha terra e nem serviço pra todo mundo, foi vendida. (...) Aí, depois que o meu pai faleceu e a minha mãe também, entrou a terra em inventário, aí sabe, né? Uma familhara-da que é uma loucura, aí deu, né? Umas duas quartas de terra pra cada um, aí a turma vendeu as partizinha; quem comprou foi um médico aí que arrematou tudo, arrematou umas outras de perto, ali perto também (Salvador Verdi da Costa).

Em Francisco Beltrão desde a década de 1960 ocorreu, portanto, a existência de proprietários de estabelecimentos rurais que residiam na cidade, desviando, assim, a renda da produção agropecuária para proprietários que moravam na cidade.¹⁴⁵ De acordo com os Censos Agropecuá-

145 Podemos considerar que ocorreu a *drenagem* da *renda* fundiária para a cidade, pois: “A drenagem da renda fundiária pela cidade constitui-se em muitas áreas um importante aspecto da vida social, econômico e político. A cidade constitui-se nesses casos, um lugar de

rios do IBGE, em Francisco Beltrão, em 1980, existia 5,52% dos estabelecimentos rurais (com 11,895% da área total) em que os proprietários residiam na cidade e, em 1995/96, este número elevou-se para 10,06% dos estabelecimentos, sendo 22,06% da área total. Feres (1990) considera que esse processo desencadeou, ainda, uma pressão vinda de grupos da classe média e alta nas cidades, envolvidas nos negócios fundiários e agrícolas do território que estimularam (e/ou forçaram) a venda de terras. Dessa relação de poder emergiu um *novo ator*, um novo tipo de proprietário rural no Sudoeste: “os *mediofunditários, absenteísta e financeiramente poderoso*, que absorve em duas modernas *empresas rurais* a mão-de-obra expropriada, especialmente sob a forma de *bóia-fria*” (p. 554).

Com esse processo de desterritorialização pela expropriação com a perda da terra, Francisco Beltrão a partir da década de 1980 começou a contar com *bóias-frias* morando na periferia da cidade. Eram grupos de diaristas, moradores da periferia urbana, mas trabalhando por dia na agricultura; concentravam-se em torno dos pólos de *agricultores abastados*, produtores de soja, trigo e fumo, e, sobreviviam de *atividades variadas*, como subempregados, no chamado setor informal, durante os períodos de entre safra. Gradativamente, muitos desses sujeitos passaram a trabalhar informalmente no carregamento, em aviários, de pintainhos em caminhões na área rural de Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense, para a empresa Sadia.

Com a “modernização da agricultura”, operaram-se transformações sócio-territoriais profundas e até mesmo “arrasadoras” no campo de Francisco Beltrão, pois:

(...) percebia-se que nas áreas de terras planas (por isso mesmo mais afeitas à mecanização) verificava-se uma tendência acentuada

residência de proprietários rurais absenteístas [que não comparece, vive fora, nesse caso, na cidade] e este fato pode assumir enorme importância” (CORRÊA, 1989, p. 44).

de vendas de terras a profissionais liberais urbanos, relativamente capitalizados. (...) Criava-se na região o fenômeno novo do surgimento das *granjas*: empresas rurais modernas, voltadas para a agricultura de exportação ou para a pecuária integrada aos frigoríficos. Essas granjas, por seu porte e sua capacidade de absorção de créditos, eram a ponta-de-lança da agricultura tecnificada e integralmente capitalista, dando sua entrada na região colonial, provocando a reconcentração fundiária e a reprodução, a nível local, de relações de produção desvantajosas para os camponeses em geral (FERES, 1990, p. 559).

Houve transformações na estrutura fundiária e social do campo que implicaram na saída de grande contingente populacional o que mudou a relação do homem com a terra, ou seja, a desterritorialização acarretou a perda da base material de reprodução econômica e simbólica-identitária de vida para os pequenos agricultores, que foram colocados em *marcha* para outros lugares, tanto para o campo quanto para as cidades.

4.2 Industrialização e urbanização: a *marcha* dos desterritorializados para a(s) cidade(s)

Segundo Magalhães (1996, p. 33), a inversão da população no campo brasileiro está associada diretamente ao *novo* ciclo do desenvolvimento capitalista no país, liderado pelo processo de *industrialização* e de *urbanização* que redesenhou o território e a estrutura do campo com implicações econômicas, políticas e culturais para, sobretudo, os pequenos agricultores. Transformou-se, com isso a estrutura de produção agropecuária do território paranaense e o modo de vida vinculado à pequena propriedade familiar em função da implantação, em suas múltiplas escalas, do ambicioso *projeto* de “modernização” tecnológica das práticas agrícolas. Para Martine (1994, p. 20), a agricultura “passou a ser incorporada mais estreitamente ao processo de acumulação capitalista industrial e financeiro encontrando novas formas de realização dentro da agricultura”.

Na raiz desse novo modelo sócio-territorial, conforme aponta Magalhães (1996), encontravam-se as exigências do padrão de industrialização brasileiro, implantado inicialmente nos anos 1950, através do Plano de Metas, e aprofundado pelos sucessivos governos militares da década de 1960 em diante. Os diversos pacotes de políticas econômicas adotados no período convergiam para o reforço do setor industrial, que passou então a comandar a economia, e introduziam medidas para estreitar as relações entre o agro e o industrial. A agricultura “passou a ser incorporada mais estreitamente ao processo de acumulação capitalista. Surgiu o complexo agroindustrial, com o capital industrial e financeiro encontrando novas formas de realização dentro da agricultura” (MARTINE e BESKOW, 1987, p. 20). Ademais, não se pode perder de vista que a crescente *urbanização* do país ampliava a necessidade de expansão na agricultura da produção de alimentos, pela ótica da demanda ou pelo imperativo de preservação do baixo custo de *reprodução da força de trabalho* urbana.

Em Francisco Beltrão, os meios de comunicação, especialmente o jornal regional começou a demonstrar a realidade de “esvaziamento populacional”, sobretudo do campo, com o êxodo rural:

O êxodo rural se agravou outra vez. As pessoas mudam para a cidade, param de produzir e continuam consumindo. Se um colono tem dez alqueires e cinco filhos, dá pouca terra pra cada um, os filhos vão mudando para a cidade. O velho acaba vendendo depois e vem para cidade também. O fazendeiro compra e transforma tudo em invernada (JORNAL DE BELTRÃO, 20/04/1991, p. 14).

As mudanças operadas pela “modernização da agricultura” na década de 1970, apontaram uma substantiva redução de lavouras anteriormente dedicadas às culturas alimentares tradicionais vinculadas à policultura, como a produção de feijão, por exemplo, passando para a produção de soja e as pastagens, atividades que em geral requerem faixas de terras contínuas e maiores. A *nova paisagem rural* é resultante da produção da mo-

nocultura da soja, da criação do gado, da avicultura e da pecuária e da diminuição de grande parte da população de pequenos agricultores.

Em outra matéria apresentada pelo Jornal de Beltrão foram demonstrados dados do processo migratório do Sudoeste paranaense, apontando situações como a da *mobilidade* do campo para a cidade dos *jovens* e, por extensão, do *envelhecimento* da população rural, aspectos, aliás, analisados também na escala do Sul do Brasil por Camarano & Abramovay (1999). Assim:

Em 1980 o Sudoeste tinha 521.249 habitantes. Hoje [1990] tem 503.600, uma diminuição de 17.649 habitantes. O processo migratório no Sudoeste do Paraná está sendo verificado principalmente no meio rural, com os jovens filhos de agricultores saindo da propriedade e se fixando em Pato Branco, Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, cidades consideradas centros comerciais e industriais, e por isso, com maior oferta de trabalho entre as demais cidades sudoestinas. O trabalho Diagnóstico sócio-econômico da agricultura familiar do Sudoeste revelou ainda que, as mulheres são as primeiras a sair do campo, parecendo que o mercado de trabalho é mais amplo para elas. Outro dado importante da pesquisa, mostra que está havendo o envelhecimento do meio rural, isto é, chefes de famílias de agricultores com idade inferior a 25 anos é de apenas 2% no campo. Dos 25 anos aos 35 anos, o percentual é de 17%. No entanto, é acima dos 55 anos de idade que se verifica o maior percentual de idade dos chefes de famílias, 21% (JORNAL DE BELTRÃO, 4/12/1992, p. 3).

Esse processo de “esvaziamento populacional” rural foi uma constante no Sudoeste paranaense e em Francisco Beltrão, através de inúmeras matérias – neste e em outros jornais – sobre as migrações oriundas do campo e, consequentemente, com o *empobrecimento* dos pequenos proprietários *desterritorializados* e *expropriados* pela perda da pequena propriedade rural, pela perda com seu *laço* territorial. Algumas matérias do Jornal de Beltrão demonstraram as migrações e as transformações territoriais, bem

como o *empobrecimento* da população rural pela *desterritorialização* “gritante” que ocorreu a partir da década de 1960, e que se acentuou ainda mais a partir da década de 1980 em Francisco Beltrão e no Sudoeste paranaense:

Pelos índices econômicos e sociais o *Sudoeste é hoje a região mais pobre do Estado do Paraná. Os números apontam também uma tendência dramática de esvaziamento e empobrecimento muito preocupante*. A evasão de população cresce com a conseqüente queda na atividade agropecuária e só uma inversão total pode evitar que a década de 90 não seja tão perdida quanto foi a de 80. (...) O esvaziamento é notório, e assim o desemprego cresce assustadoramente. A região representa apenas 3,6% na economia, 5,7% na população e 5,1% do total do eleitorado. (...) O Sudoeste cresceu, em dez anos, 172% nas atividades industriais, 132% no comércio e teve queda de 2% na agropecuária. O crescimento negativo neste último item, só não foi maior devido à consolidação da avicultura (JORNAL DE BELTRÃO, 23/04/1993, p. 3, [grifos nossos]).

A pequena produção está em perigo. Com os problemas climáticos ocorridos no final do ano passado [1994] e o elevado nível de precipitação pluviométrico de janeiro, aliado aos preços declinantes do milho, principalmente exploração das pequenas propriedades rurais, assistimos o desespero dos agricultores. Sem perspectivas de renda, todos os dias os jovens rurais do sudoeste, migram em busca de trabalho. Lá vão eles serem serventes de pedreiros, costurar sapatos, trabalhar em hotéis, colher uva em Caxias do Sul [RS], enfim, fazer o que for possível para sobreviver. A Emater [Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural] em 1985, fez um diagnóstico em 273 pequenas propriedades rurais de cinco comunidades de Francisco Beltrão. Decorridos 10 anos, 152 das 273 famílias já saíram do campo. As dívidas do agricultor vão de elevador, enquanto os preços [dos produtos agrícolas] estão parados no primeiro andar e até descendo para o subsolo (JORNAL DE BELTRÃO, 21/02/1995, p. 2).

Disse o bispo Agostinho José Sartori que o Sudoeste [paranaense] é, hoje, um exportador de jovens. Mas não se referia ele a jovens que saem para estudar e podem, eventualmente, voltar um dia para a atuação profissional. Segundo o bispo, o Sudoeste está exportan-

do jovens trabalhadores de todos os municípios em direção aos grandes centros industrializados e citou as levas de sudoestinos trabalhando em Joinville, Curitiba e São Paulo, principalmente. (...) O risco de esvaziamento da região, com o êxodo rural se acentuando e as cidades também diminuindo é em função da falta de estrutura e chances de crescimento (JORNAL DE BELTRÃO, 04/02/1995, p. 2).

Através de transformações operadas com a expansão da “modernização da agricultura” e com a concomitante *industrialização* e *urbanização* de cidades do Sudoeste paranaense, especialmente Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Pato Branco, e de cidades (médias e grandes) de outros estados brasileiros, o *êxodo rural* de jovens do campo ocorreu em grande número transformando, em grande medida, estes em mão-de-obra para a indústria nos centros urbanos. Como assinala Singer (1981, p. 32), “uma vez iniciada a industrialização de um sítio urbano, ele tende a atrair populações de áreas geralmente próximas”. Em Francisco Beltrão, muitos dos jovens que migraram para a cidade acabaram sendo *absorvidos* pela empresa Chapecó¹⁴⁶ (na década de 1980), e depois da sua venda para a Sadia, esta última

146 O Jornal Tribuna do Sudoeste, de 15 de agosto de 1981, trazia a seguinte informação sobre a inauguração do Frigorífico Chapecó: “Nossa região inicia com o interesse do Frigorífico Chapecó mais importante fase do seu desenvolvimento, o qual seja a implantação da avicultura. Sendo uma nova atividade econômica trará com certeza melhoria palpável no nível de vida social do homem do Sudoeste do Paraná. O comércio de frangos acha-se em expansão em nosso país pelo crescente consumo da população e pela exportação que é garantida por uma enorme procura. Os países árabes são nossos melhores compradores, e não existe nenhum empecilho a continuação dos negócios. A implantação da avicultura em nossa região trará importantes realizações de natureza econômica e de natureza social. Ao meu ver o reflexo de mais importância é uma nova motivação para fixação do homem para terra e o emprego de mão-de-obra, que acarretará em melhores condições de salários e rendas no campo, fixando o homem, cortando o êxodo rural dos filhos dos empregadores rurais. É preciso deter o fluxo humano do campo para a cidade (...). A avicultura funcionará como mais um apoio, mais uma opção para o aumento de renda e permanência do homem rural no seu meio” (p. 10). É interessante observar que a atividade avícola também fora parte de uma construção ideológica através de um discurso que iria fixar o homem ao

empresa *absorveu* (na década de 1990 em diante) muitos *desterritorializados* do campo beltronense e de outros municípios próximos; ambas as empresas atuaram (e ainda atuam, como no caso da Sadia) no abate de aves no município.

Os *fluxos migratórios* do campo de Francisco Beltrão, conforme constatamos através de entrevistas, *tiveram duas direções*: para o *campo*, por meio da expansão das fronteiras agrícolas para o Centro-Oeste e Amazônia, e para a *cidade*, pela *industrialização* das cidades de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Pato Branco no Sudoeste paranaense, para a capital do estado Curitiba e para além das fronteiras estaduais como para as cidades de São Paulo (SP) e de Joinville (SC), principalmente. Houve também uma *dispersão* dessa migração e das trajetórias socioespaciais de beltronenses para outras cidades do Brasil. Sobre essas trajetórias socioespaciais de jovens e/ou de famílias inteiras que migraram *de* Francisco Beltrão, vejamos alguns lugares de destino obtidos nas entrevistas:

Meus filhos têm dois no Mato Grosso e um no Pará. Os três instalaram acessório de peças pra lá. (...) Eles foram pra lá porque aqui é parado é lá é corrido, é correria (Alfredo Antonio Presente).

Um filho meu tá em Pelotas, Rio Grande do Sul; outro tá no Mato Grosso, em Sorriso; outra filha minha tá em Pato Branco [PR] e, tem mais dois aqui em [Francisco] Beltrão mesmo. (...) [o filho] do Mato Grosso é fazendeiro poderoso, tá rico (...) foi lá pela década de [19]80 que ele foi pra lá (Amábili Rosseto).

Eu tenho uma filha em São Paulo e outra em Cascavel e uma em Porto Alegre que estão fora, os outros moram aqui em Francisco Beltrão (Florinda Cobo Viera).

campo e, portanto, deveria conter o forte êxodo rural. Ora, tanto isso não ocorreu como a avicultura é uma atividade poupadora de mão-de-obra e de “integração” dos pequenos agricultores à lógica de exploração de mercado e, amiúde, da empresa agenciadora da produção de aves.

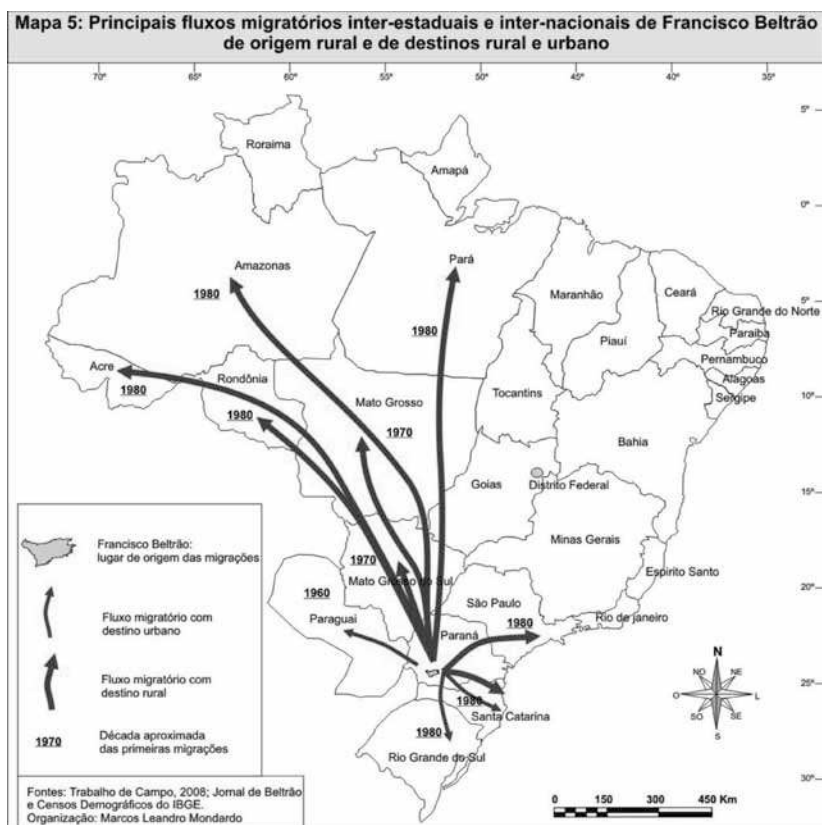
Eu tenho duas filhas no Mato Grosso: uma em Rondonópolis outra em Várzea Grande e a mais nova mora em Renascença aqui no Paraná, o resto tudo mora aqui em [Francisco] Beltrão. (...) Foram em [19]78, outros na década de 1980. (...) Foram pra acompanhar os marido e para trabalhar (Hiolanda Tibola Luza).

Tem muita gente daqui pro Mato Grosso, Tucuruí tem uns cunhado lá; lá pra Rio Branco [AC] tem primo também, mas tem muita gente daqui pra lá (Josefina Maria Maffessoni Mezzomo).

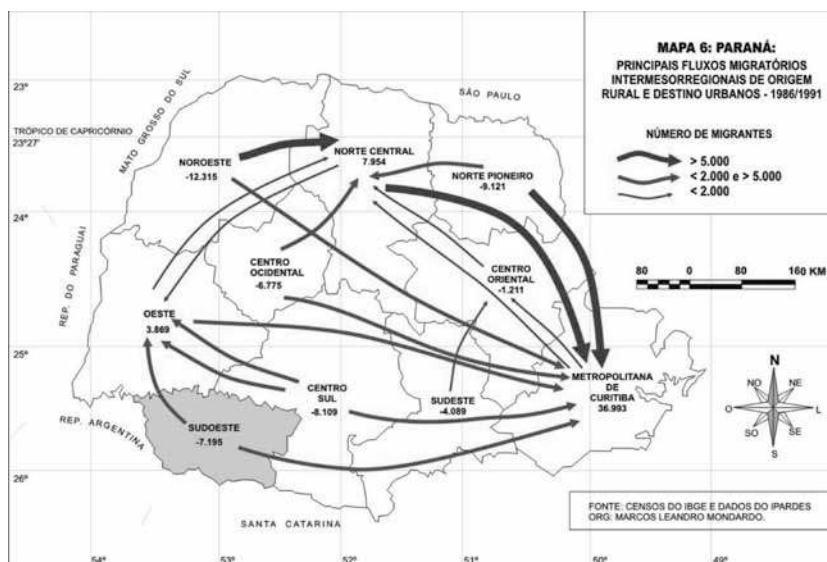
Uma filha tá no Amazonas, dois tá aqui em [Francisco] Beltron na roça, tinha ainda outra aqui numa vila, aqui no Tuna em [Francisco] Beltron; então, tem três na roça ainda, e uma aqui na cidade. Aquela lá na Amazônia, ela tem loja. Aquela lá faz 20 anos que foi pra lá, lá por [19]86, [19]87 que foi. A minha filha foi pra acompanhar o marido, ele foi por uma relojoaria lá. Se deu bem lá, arruma e mexe com todo tipo de relógio (...). Ele foi pra lá porque uns parentes tinham ido um pouco antes e, daí, depois ele foi com a minha filha, se acostumou e estão lá em Apuí (...). Aí eu tenho uma filha em Santa Catarina também, em Joinville (...). Olha, faz uns vinte anos que foi pra lá também. Ela foi pra lá porque casou com um rapaz daqui do interior de Beltron, de Bela União. Ele foi pra lá jovem trabalhar, rapaz jovem. Daí de lá começaram a se namorar, ele vinha pra cá namorar com ela, e, casaram; e, ela foi lá também acompanhar ele. Aí ela começou a trabalhar lá e estão lá até hoje (...), tem o bairro Escolinha que dizem [em Joinville], ali mora a filha, ali é tudo paranaense, tudo gente do Paraná, daqui de Beltron e de outras cidades daqui perto que foram pra lá (Nair Pilati)

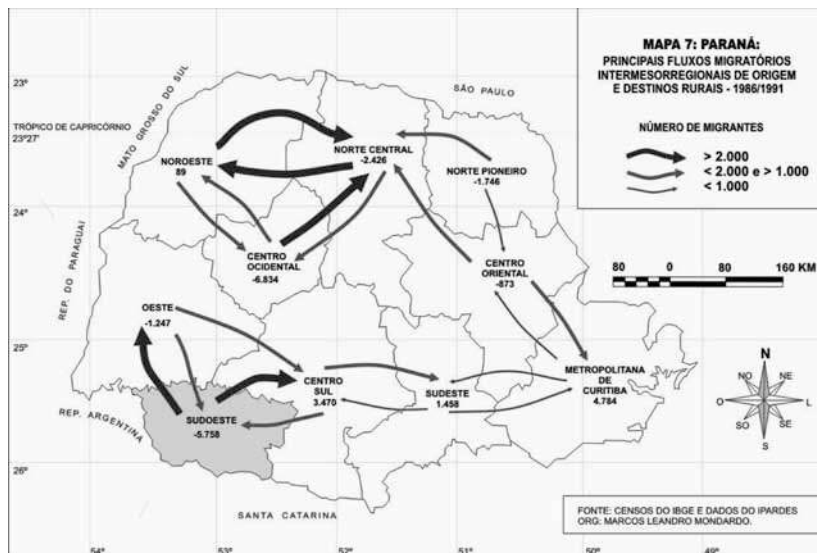
Iii... aqui foi tanta gente pro Mato Grosso, Sorriso. Iii... tem gente aqui do Paraná lá, tem, tem, tem. (...) Filho hoje tenho oito, fora dois morto; aqui mora só esse que mora comigo, sorteiro. Curitiba tem três, Cuiabá também tem três, e em Foz do Iguaçu tem um, daí esse aqui [em Francisco Beltrão]. Minha família tá tudo quase em Cuiabá. (...) só bisneto tenho perto dos cem. Nove filho casado, só meu filho mais velho teve dez filho. Os que moram em Cuiabá são pedreiro (...) aqueles que moram em Curitiba tudo pedreiro e carpinteiro, e que mora em Foz do Iguaçu é menina, fica em casa (Otília Antonello)

Pelas informações obtidas durante as entrevistas e conversas informais no trabalho de campo sobre o destino dos beltronenses, como essas que demonstramos, aliado aos dados dos Censos Demográficos do IBGE e das informações levantadas junto ao Jornal de Beltrão (edição especial sobre “os pioneiros”), foi possível *representar* um mapa com os principais fluxos migratórios inter-estaduais e inter-nacionais de origem rural e de destinos rural e urbano que foram sendo mobilizados, a partir da década de 1970, de Francisco Beltrão, particularmente e, em sentido amplo, da migração de “paranaenses”. Vejamos esses fluxos migratórios no mapa 5 a seguir.



Em relação aos fluxos migratórios inter-regionais do Estado do Paraná, o Sudoeste paranaense foi uma das regiões que mais expulsou população rural para outras regiões, tendo forte atração desta migração a região metropolitana de Curitiba e a região Oeste do Paraná, *pólos* de desenvolvimento industrial no estado. O Sudoeste paranaense, nesse sentido, perdeu 7.195 pessoas oriundas do campo para essas regiões entre 1986 a 1991 (ver mapa 6). Por outro lado, os fluxos de origem rural e de destino rural direcionaram-se para as regiões Oeste e Centro-Sul paranaense, tendo uma perda populacional para essas regiões de 5.758 sujeitos, oriundos, fundamentalmente, das pequenas propriedades rurais entre o período de 1986 a 1991 (ver mapa 7).





De acordo com Magalhães (1996, p. 45), na década de 1970 em torno de 2,7 milhões de pessoas deixaram de residir no meio rural paranaense. Deste saldo, cerca da metade foi *absorvido* pela área urbana do próprio estado, o restante constituiu a perda populacional para além das fronteiras estaduais, com destinos rurais e urbanos (como representamos no mapa 5). Assim:

A análise dos dados censitários de 1980 e os resultados de diversos estudos que pesquisaram os destinos dos fluxos emigratórios do Paraná, demonstram que as principais correntes tomaram o rumo de algumas cidades industrializadas do interior de São Paulo, mas principalmente da sua capital, dirigiram-se ao Mato Grosso e às derradeiras áreas de fronteira agrícola em expansão no Norte do País, e transpuseram as fronteiras internacionais em direção ao Paraguai (MAGALHÃES, 1996, p. 45).

Na década de 1970 muitos paranaenses deslocaram-se ao estado de São Paulo, correspondendo, segundo Magalhães (1996), a um total apro-

ximado de 670 mil pessoas. Somente a grande São Paulo atraiu 48% desse fluxo migratório paranaense, seja em decorrência do seu forte poder de atração enquanto *pólo* de grande desenvolvimento *industrial*, seja como *etapa* intermediária de subseqüentes deslocamentos com destino a outras áreas paulistas. Em Francisco Beltrão obtivemos informações através de entrevistas de que muitos beltronenses se deslocaram à capital paulista para trabalhar como garçons em restaurantes e/ou como operários em indústrias. Vejamos o que um entrevistado comentou sobre esse processo de saída de beltronenses para trabalhar em São Paulo, especialmente, em restaurantes, churrascarias e hotéis:

Aqui da década de 1980 em diante saiu muita gente pra trabalhar pra São Paulo, principalmente, de garçom, atendendo é... em restaurantes, churrascarias, em hotel; teve muita gente daqui, rapaz solteiro saiu muito e, ainda, vai muitos daqui; volte meia, na agência do trabalhador tão chamando gente para ir trabalhar em São Paulo de garçom (Jahyr de Freitas Júnior).

A partir de 1980, com o processo de inversão da população eminentemente rural para uma população numericamente maior na cidade, houve um *boom* na produção do espaço urbano através da expansão do seu tecido urbano; houve uma enorme *valorização* dos terrenos urbanos aquecidos, em grande medida, pela *migração* e pelas *indústrias* que se instalaram no município. Essa valorização dos lotes/imóveis urbanos em função da migração do campo para a cidade, nos foi relatada durante entrevista por um morador da cidade que viveu esse processo:

Vieram muita gente também de outros municípios aqui perto pra trabalhar na Chapecó e depois na Sadia. Tanto é que o preço dos imóveis começou a subir muito. E pra nós que morava aqui a gente pensava: “nossa aquele cara ali não vai conseguir vender aquele terreno ali por cinco mil reais”; mas tinha gente que vinha de outro lugar e comprava (Jahyr de Freitas Júnior).

Esta realidade esteve ligada ao processo de “modernização agrícola” que *expulsou* muitos (pequenos) agricultores do campo para cidade que se industrializava no período com a atuação de diversas empresas, tendo como sua principal a Sadia, que criava um maior dinamismo à economia e consequentemente uma atração populacional. A importância desta empresa na produção do espaço urbano foi tamanha que nos seus arredores formou-se, a partir da década de 1980, uma aglomeração populacional que serviu (e serve ainda) diretamente de mão-de-obra para seu complexo industrial, denominada de “cidade norte”. A seguir, na foto 7, podemos visualizar a empresa Sadia em Francisco Beltrão.

Foto 7: Sadia - 2008



Fonte: Marcos Leandro Mondardo, 15/04/2008.

Segundo entrevistas e conversas informais durante trabalho de campo em Francisco Beltrão constatamos que a empresa Sadia utilizou de *estratégias* para *absorver* a população do campo, dando preferência para sujeitos (jovens) oriundos das pequenas propriedades agrícolas para trabalhar na empresa, justificada pela ética do trabalho de filhos dos pequenos produtores rurais que, segundo a ideologia da empresa, rendiam mais no

serviço e eram mais comprometidos no trabalho do que os moradores da cidade. Ou seja, a empresa capturou a subjetividade (da ética do trabalho e do comprometimento) dos jovens do campo e utilizou isso para obter maior produção e produtividade nas atividades laborais.

Essa foi uma das estratégias criadas pela empresa que nos foi informada em conversa com Jahyr de Freitas, que narra esse processo de migração para a cidade de Francisco Beltrão em função da indústria, e a concomitante desterritorialização pela *precarização* nas condições de vida desses sujeitos:

Foi uma época que o frigorífico Chapecó se instalou aqui e começou a ofertar muito emprego e, eles gostavam de contratar filhos de agricultores que pegavam no pesado! Pessoal que trabalhava mesmo, que rendia e que quentava o tranco. Com isso passou a estimular a saída do campo do pessoal mais jovem, havia já um desestímulo pela quebra na lavoura, pela falta de recurso, de maquinário. Então os filhos dos agricultor loco pra vir pra cidade pra não trabalhar mais em roça, mas, se esqueceram que aqui na cidade tinha que comprar tudo, pagar aluguel e comprar tudo, né? Eu lembro que teve uma época que eu dei aula ali na Sadia [no início da década de 1990 a empresa Sadia compra a Chapecó], em [19]93 e chegava no início da minha disciplina eu perguntava qual era o maior sonho deles [dos trabalhadores da Sadia, ex-agricultores]: “Voltar!” eles diziam. Eu tinha 38 alunos, eu lembro de que 37 disseram: “Não, eu quero voltar pra minha terra. Vou ajudar meu pai com vaca de leite e coisa”. “Mas porque?” – eu perguntei a eles: “Ah, aqui a gente tem que comprá tudo, até um frango, por mais que a gente trabalha na Sadia se a gente quiser tem que comprar no mercado e, depois, é outro jeito de vivê, aqui a gente vive preso”. Então, eles criaram uma ilusão assim que tendo um salário fixo eles poderiam ter uma vida melhor. Mas olha, eu fiquei impressionado com aquilo, todo mundo querendo voltar (Jahyr de Freitas Júnior)

Podemos verificar pelas *informações* retratadas, que muitos dos jovens, filhos de pequenos agricultores (e não só os filhos, pois muitos pequenos agricultores também acabaram vindo trabalhar em indústrias em

Francisco Beltrão), queriam voltar a sua terra, pois as relações que estabeleciam na cidade eram muito diferentes das que desenvolviam no campo, tanto em relação a aspectos econômicos, de compra de alimentos, por exemplo, quanto às relações vinculadas a sua “liberdade” e/ou da territorialidade cotidiana diferente na cidade, pois consideravam o campo sinônimo de “liberdade”, de uma territorialidade mais autônoma do sujeito.

O meio urbano comporta fatores de atração de migrantes como através da ideologia de um mundo moderno, urbano e industrial e das pretensas “facilidades” que a cidade *pode* oferecer, com um trabalho menos pesado e uma vida com maior conforto. Entretanto, essas “facilidades” podem acabar e/ou não existir quando a ilusão da mudança aparece com os endividamentos e com o individualismo criado pelo capital, nas relações desenvolvidas entre os (diferentes) sujeitos. Como afirma o entrevistado, “os filhos dos agricultor loco pra vir pra cidade pra não trabalhar mais em roça, mas, se esqueceram que aqui na cidade tinha que comprar tudo, pagar aluguel e comprar tudo, né?”, ou seja, os migrantes vinham à cidade muitas vezes trazidos pela *representação* de uma cidade da liberdade, do mundo moderno, contendo esperanças falsas vinculadas a aqueles que prontamente iriam se integrar à sociedade de consumo pleno e irrestrito e/ou do conforto e da satisfação das necessidades. Essa *representação*, como demonstrado através da fala, foi esmorecida na medida em que o migrante começou a passar por inúmeras dificuldades em sua territorialização na cidade, pela *precarização* da sua vida e pelo rompimento do laço que tinha com a terra.

A desterritorialização do campo para a cidade em função da “modernização da agricultura” revelou a sua face *perversa* e excludente, pela expropriação e *desenraizamento* na cidade dos migrantes que foram *forçados* a sair do campo. O processo de desenraizamento, considera Silva (2006, p. 70), “rompe com todo o liame entre o sensível e o racional, retirando de toda a ação seu sentido enraizado no local, no particular, no lugar ori-

ginário de sua significação”, fragmentando as relações dos sujeitos com o seu território, com o seu lugar afetivo de pertencimento e da construção de sua identidade territorial. A desterritorialização é criada pelo *rompimento* de todo um universo cultural vinculado ao campo que, com a migração, passará por um processo de “adaptação” e/ou re-significação cultural e política no meio urbano, ou seja, no novo espaço geográfico em que o sujeito desenvolverá novas relações sociais.

O capital *desenraizou* os pequenos agricultores no campo com a “modernização da agricultura” através da migração e, na cidade, muitas vezes com a *precarização* das/nas novas condições de vida, que resultaram em uma reterritorialização relativa na medida em que esta foi desenvolvida em condições adversas, especialmente, nos primeiros anos em que o migrante sofreu a “adaptação” cultural ao mundo urbano. Embora Singer (1981) analise a migração majoritariamente sob o viés econômico, este autor considera, também, o processo de “adaptação” cultural e/ou a “reterritorialização” do migrante de origem rural no meio urbano: a “integração do migrante no processo produtivo capitalista tende a ser superado com o tempo, na medida em que o migrante passa por um período de aprendizado e aculturação no meio urbano” (p. 41).

No campo os agricultores, a maioria de origem ítalo-germânica, produziam para sobreviver boa parte dos seus bens de consumo e dominavam (em grande medida) o seu horário (tempo) de trabalho; na cidade, passaram a viver em um horário (tempo) de trabalho rigidamente controlado, sofrendo coerções pelo controle do tempo do capital sobre suas vidas; também, na cidade passaram a comprar tudo o que necessitavam para sobreviver; no entanto, tendo um salário fixo e muitas vezes pagando aluguel, o indivíduo passou a ter uma reprodução precária (pelo menos no primeiro momento) da sua nova condição de vida. Esses sujeitos passaram por profundas alterações sociais migrando do campo para a cidade, especialmente, contando em muitos casos não com a pretensa melhoria de

vida, mas, com a precarização das suas condições de trabalho e de reprodução social. Antunes e Alves (2004) consideram que o trabalho precarizado é cada vez mais uma forma de exploração das condições de vida dos trabalhadores, que se vêem à “margem” da sociedade, tanto socialmente (em relação às condições de consumo e uso) quanto territorialmente (em relação às condições de mobilidade, moradia, e acesso aos inúmeros lugares) que a cidade pode e deveria propiciar.

Conforme Kleinke *et al* (1999, p. 197), a contínua emigração do Sudoeste paranaense foi resultado das dificuldades de inserção na “modernização agrícola” da pequena produção e conseqüentemente do *empobrecimento* da população implicando em uma forte evasão rural. Entretanto, Francisco Beltrão, *maior pólo urbano* no Sudoeste paranaense, foi o único município que apresentou troca favorável entre imigrantes/emigrantes, constituindo um *pólo atrativo* para imigrantes da sua região em função da industrialização do município, tendo como indústria-chave, para tal processo, na década de 1980, a empresa Chapecó, e na década de 1990, a Sadia. Francisco Beltrão configurou, a partir da década de 1980, uma *polarização* e uma concentração em função das atividades de um frigorífico que acabara, a partir de suas relações, dominando o território do município. Como afirma Perroux (1975, p. 100), “o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia”. Francisco Beltrão, a partir da instalação de um frigorífico, conseguiu absorver, uma parte considerável do contingente oriundo do campo do próprio município, bem como de municípios vizinhos, em função do seu desenvolvimento econômico e conseqüentemente de sua *atração* pela oferta de emprego nas atividades industriais concentradas espacialmente.

A Sadia, particularmente, desenvolveu-se segundo *formas* que são as da grande indústria moderna, com a separação dos fatores de produção,

com a *centralização* do capital em uma área do território sob o mesmo poder e com a forte demanda da técnica contando nas tarefas com o auxílio da mecanização. Houve, deste modo, uma *centralização* das relações sociais em função da indústria e dos trabalhadores que se “territorializaram” no perímetro urbano em função da oferta de trabalho. Como considera Singer (1981, p. 33), “toda esta transferência de atividades do campo à cidade parece motivada por uma exigência técnica da produção industrial: a aglomeração espacial das atividades – que se traduz em sua urbanização”. A “acumulação de capital se dá de forma concentrada no espaço, o que atrai fluxos migratórios”. Cria-se um exército industrial de reserva de uma grande parcela da população, “a qual se torna móvel na medida em que se rompem as peias que a prendiam às áreas rurais, se dirige às metrópoles que oferecem melhores perspectivas de emprego” (p. 131). A cristalização da industrialização com a atuação, sobretudo, da Sadia no município alterou drasticamente o tempo, a intensidade de uso e a dominação do território no período.¹⁴⁷

De um ponto de vista econômico, a empresa Chapecó (na década de 1980) e a Sadia (na década de 1990), configuraram-se como indústrias-chave para a *polarização* das atividades no município e para a *absorção* de parte dos migrantes desterritorializados do campo beltronense e de outros municípios vizinhos. A Sadia, na maioria das vezes, se tornou a *única alternativa* para aquele sujeito desterritorializado, expropriado e precarizado na sua nova vida na cidade. Com isso, Francisco Beltrão se tornou o “coração” do Sudoeste paranaense em função da *centralização* de algumas

147 Para Perroux (1975, p. 104), “O aparecimento de uma ou várias indústrias altera, diz-se corretamente, a “atmosfera” de uma época, cria um “clima” favorável ao crescimento e ao progresso [para quem?] (...) A novidade introduz variáveis diferentes e/ou suplementares no horizonte econômico e nos projetos dos sujeitos econômicos e grupos de sujeitos econômicos dinâmicos: tem um efeito instabilizador”.

atividades industriais e econômicas que lhe configuraram enquanto *pólo* do “progresso” e do “desenvolvimento” regional e na *atração* populacional. Perroux (1975, p. 108) considera que “geograficamente concentrado, o pólo industrial complexo transforma o seu meio geográfico imediato”, pois é o “centro de acumulação e concentração de meios humanos e de capitais fixos”. Com o desenvolvimento de Francisco Beltrão enquanto pólo regional, ocorreu uma concentração territorial urbana das pessoas (fundamentalmente, dos desterritorializados do campo) e da “territorialização” dos fixos (das estruturas produtivas e econômicas para o desenvolvimento e apoio para a indústria). Houve, concomitantemente, as concentrações de homens *móveis* e de capitais *fixos*.

No entanto, para o trabalhador oriundo do campo, esse processo ocorreu na maioria das vezes com o empobrecimento oriundo da expropriação feita pelo capital; enquanto o capital cresceu, a população foi sendo “presa” em seu entorno e foi se tornando cada vez mais “des-territorializada” pela sua *precarização* de vida e pela sua *relativa i-mobilidade*. Como afirma Singer (1981, p. 38), a mobilidade no capitalismo é uma “mobilidade forçada” em decorrência, de um lado, da introdução de relações de produção capitalistas que acarretam a expropriação de camponeses, além da decadência ou atraso tecnológico em determinadas áreas, provocando a carência de trabalho, e de outro, da necessidade do trabalhador inserir-se em novas frentes pela inscrição, no tempo e no espaço, dos fatores de mudança que implicam na *expulsão* de trabalhadores. Para esse autor, os *fatores de expulsão* que levam as migrações associam-se aos *fatores de mudança*, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nessas áreas, a qual acarreta a *expropriação* de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego no campo.¹⁴⁸ Sob essa perspectiva, podemos considerar que

148 Conforma aponta Singer (1981, p. 38), “Os fatores de mudança fazem parte do próprio processo de industrialização, na medida em que este atinge a agricultura, trazendo

a *industrialização* e as mudanças *técnicas*, operadas tanto no campo de Francisco Beltrão quando na cidade, desencadearam os fatores de *mudança* que resultaram nas migrações do campo para a cidade.

Contraditoriamente, nem todos optaram por esse caminho da migração, alguns continuam em suas pequenas propriedades no interior de Francisco Beltrão, sobretudo os casais mais idosos que continuam tentando se manter no campo e não se submeteram às condições de proletarianização na cidade. Essa permanência na pequena propriedade nos foi comentada por um pequeno agricultor, em trecho de conversa bem humorada realizada no interior de Francisco Beltrão, em frente à sua casa:

Pois é, eu não vou sair da minha terra pra ir trabalhar na Sadia; aqui eu estou com umas vaquinha, então eu produzo um pouco de leite, não é muito, mas dá mais do que ir trabalhar na Sadia; e lá a vida é mais difícil, né? A gente que gosta da roça, tem que ficar por aqui mesmo. (...) Então eu vendo um pouquinho de leite, faço as minhas roça e vou tocando por aqui mesmo, só eu e a vóia (risos) (Mario Uliana).

Esse foi um dos casos, dentre outros, de alguns pequenos produtores em Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense que conseguiram (mesmo por vezes passando dificuldades) permanecer em sua propriedade, conseguindo, ou não, adentrar no universo da “modernização”. O relato demonstra, também, a “vontade” do sujeito em permanecer em sua terra pelo aspecto cultural, pelo “gosta da roça”, ou seja, pela afetividade com a terra, com a sua propriedade, pois o mesmo já está territorializado em seu território do abrigo, da segurança, da sobrevivência cotidiana.

Assim, com a “modernização da agricultura” e com a industrialização na cidade de Francisco Beltrão, alterou-se profundamente a divisão

consigo mudanças de técnica e, em consequência, aumento da produtividade do trabalho. (...) Os fatores da mudança provocam um fluxo maciço de emigração que tem consequência reduzir o tamanho absoluto da população rural”.

social e territorial do trabalho; a mão-de-obra que antes da década de 1970 era empregada em grande parte na agricultura passou, no período posterior, década de 1980 em diante, a ser empregada em grande número na cidade, em *função* da demanda industrial. Como considera Singer (1981 p. 30), “o processo de industrialização não consiste apenas numa mudança de técnicas de produção e numa diversificação maior de produtos, mas também numa profunda alteração da divisão social do trabalho”. Com o passar do tempo, mais indústrias também começaram a adentrar no meio rural, adquirindo inúmeras propriedades de agricultores que se viram “obrigados” a migrar do campo para a cidade. Essa proletarianização dos agricultores aconteceu e acontece em Francisco Beltrão gradativamente a partir da década de 1970 (MONDARDO, 2005). Esse processo resultou muitas vezes em uma “segregação” dos migrantes nas cidades oriundos da zona rural; estes sujeitos, após a desterritorialização, foram morar em bairros periféricos da cidade (principalmente na chamada “cidade norte”) se tornando, assim, mão-de-obra para as indústrias localizadas principalmente no entorno destes bairros. Houve nitidamente um processo de *desterritorialização* através da perda da terra e da *proletarianização* do migrante do campo para cidade e no seu empobrecimento.

Na foto 8 a seguir, podemos visualizar a paisagem da chamada “cidade norte”, aglomerado urbano populacional periférico oriundo da zona rural de Francisco Beltrão e de outros municípios vizinhos, sobretudo, formado por trabalhadores em função da empresa Chapecó (na década de 1980) e da Sadia (da década de 1990 em diante), além de conter trabalhadores de outras atividades industriais, do comércio e do setor de serviços do município. Pode-se perceber nessa foto a aglomeração das residências urbanas de trabalhadores à frente e ao fundo a indústria Sadia. Já na foto 9 a seguir, pode-se visualizar a paisagem urbana do centro da cidade de Francisco Beltrão, em 2008. A cidade, a partir da década de 1970, cresceu muito em função do processo de êxodo rural, transformando a *paisagem*

e delineando novos contornos, com um forte predomínio das relações oriundas de um modo de vida moderno e urbano-industrial. Essas duas fotos demonstram paisagens distintas na produção territorial: a *divisão* entre “cidade norte”, a porção da cidade dos trabalhadores, e o “centro”, espaço, em grande parte, da burguesa e do capital. Essa “separação” sócio-territorial foi produzida geográfica e historicamente no município para dividir os trabalhadores dos “detentores” do capital, inclusive, servindo enquanto representação de *status* e distinção *ser* morador da “cidade norte” ou do “centro”.

Foto 8: Paisagem de Francisco Beltrão 1: a “cidade norte” – 2008



Fonte: Marcos Leandro Mondardo, 30/03/2008.

Foto 9: Paisagem de Francisco Beltrão 2: a área central – 2008



Fonte: Marcos Leandro Mondardo, 30/03/2008.

Segundo Saquet (2006) ocorreu, também, no Sudoeste do Paraná um processo de expansão de capital no campo, claro e disfarçadamente pois as unidades da Sadia que atuam nos municípios de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, foram “territorializadas” na cidade e no campo. Ocorreu um processo de integração contratual que vincula e subordina produtores familiares rurais que ainda permanecem em sua pequena propriedade, através do mecanismo de preços diferenciados praticado no mercado. A empresa atua no sentido de manter ligado (“preso”) o produtor num sistema contratual em que os lotes da mercadoria (frangos e perus) são pagos normalmente por preços pré-estipulados, havendo, assim, uma exploração do pequeno produtor frente à grande indústria. Neste contexto, “parte das principais estradas secundárias de Francisco Beltrão foram calçadas pela prefeitura municipal em virtude das exigências da Sadia para se instalar no município” (SAQUET, 2006, p. 174). Como afirmou Raffestin (1993, p. 144), “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que

os homens constroem para si”, pois a produção do território de Francisco Beltrão apresenta uma articulação territorial com a constituição de redes de comunicação e circulação que têm o papel contraditório de “libertar” e “aprimorar”, ligando e desligando diferentes indivíduos no território, re-construído constantemente de acordo com os interesses da classe dominante – como os mencionados da empresa Sadia – para reproduzir interesses de produção.

A partir da década de 1990, de acordo com Kleinke *et al* (1999), o perfil sócio-territorial do município vem mudando de maneira mais acentuada, passando de um modelo de economia baseado na agricultura para um processo de industrialização, principalmente com a indústria de abate de aves. Estas transformações acarretaram mudanças, tais como *intensificação do processo migratório* e de influências culturais na vida do trabalhador com a precarização da vida daqueles *forçados* a sair do campo. Francisco Beltrão se consolidou no âmbito regional do Sudoeste paranaense, como cidade pólo com um processo crescente da industrialização no ramo de aves, acarretando, conseqüentemente, um aumento da urbanização que, de acordo com o IBGE, chegou, em 1991, com 74,46% de sua população urbana e, em 2000, aos 81,68%!

Assim, desde a década de 1970 a desterritorialização de pequenos agricultores para as cidades, ocasionada pelo êxodo rural, se constituiu em fator preponderante para que parcelas significativas dos fluxos que emigraram do campo paranaense se destinassem ao meio urbano de Francisco Beltrão, de outros municípios do Paraná, bem como para outros centros urbanos de outros estados brasileiros. Através da crise sócio-territorial no campo que rompeu, em parte, com um modelo produtivo baseado na pequena propriedade e com a expansão da urbanização e da industrialização na cidade, houve uma concentração populacional em centros de maior porte, conformando aglomerações urbanas em pontos distintos do território que – no caso do Sudoeste paranaense – se deu em torno dos

municípios de Pato Branco, Dois vizinhos e Francisco Beltrão. O processo de urbanização prosseguiu avançando a partir das décadas de 1980, 1990 e 2000, consolidando o aumento do número de pessoas residindo em áreas urbanas disseminadas por todo o território sudoestino. Isso ocasionou, porém, o surgimento de centros urbanos de maior porte e com contingentes populacionais acima de 50 mil habitantes, como os municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão.

Essa concentração de aglomerações urbanas em alguns pontos do território no Sudoeste paranaense se deve ao fato da *polarização* e concentração de certos ramos de atividades industriais em algumas cidades, tendo forte destaque para o abate de frangos e perus com a Sadia nos municípios de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, que absorveram e concentraram parte da população regional oriunda do campo. Muitos municípios do Sudoeste paranaense, desse modo, tiveram reduzida capacidade para inserir produtivamente os amplos contingentes de mão-de-obra oriundos do campo. Uma grande parte dos municípios, em geral, de pequena dimensão populacional, desenvolve funções urbanas restritas, intimamente associadas ao dinamismo rural e dependendo quase sempre da agricultura para ocupar produtivamente sua população. Para muitos desses municípios, a perda de população rural passou a vir acompanhada de uma redução também da população urbana. Por isso, a nível regional, Francisco Beltrão se tornou uma exceção na medida em que conseguiu se industrializar, com a “territorialização” da empresa Chapecó na década de 1980, e com a atuação na década de 1990 em diante da empresa Sadia, que absorveu contingentes expressivos do campo beltronense bem como de outros municípios circunvizinhos.

As relações vinculadas a um modo de vida urbano apresentaram também um grande salto no período (1970 a 2008), dando um surto notável de expansão, em decorrência da migração rural-urbana e do dinamismo experimentado pelas atividades industriais e terciárias em Francisco

Beltrão. Com a nova divisão social e territorial do trabalho, houve a diminuição de inúmeros postos de trabalho no campo e uma maior demanda na cidade em função da industrialização. A inversão do lugar de residência da população de Francisco Beltrão, está inserida nesse processo amplo de transformações operadas através da expansão e cristalização da “modernização da agricultura” no campo e com a industrialização na cidade, pois:

Essa *performance* positiva do mercado de trabalho urbano, entretanto, foi insuficiente para contrabalançar os efeitos perversos da intensa modernização das atividades agrícolas, que poupou mão-de-obra, provocou o desaparecimento de milhares de postos de trabalho no meio rural paranaense e expulsou população rural (MAGALHÃES, 1996, p. 43).

Em um curto intervalo de tempo ocorreu uma *ruptura* com o período migratório vigente (nas décadas de 1940 a 1960) em Francisco Beltrão (bem como o Sudoeste paranaense e o Paraná), que inverteu sua condição de grande *absorvedor* de população, passando a partir da década de 1970 para espaço *expulsor*, desterritorializando milhares de pequenos produtores a um ritmo surpreendente. No entanto, como procuramos demonstrar anteriormente, os municípios do Sudoeste paranaense absorveram população, sendo que Francisco Beltrão foi uma das cidades que teve uma das maiores atrações de migrantes em função da atuação das indústrias Chapecó e Sadia. Contudo, a perda populacional regional verificada no período foi sempre maior do que a absorvida.

É importante salientar, de acordo com Magalhães (1996, p. 44), que esse processo de “esvaziamento rural” e o intenso crescimento e proliferação de áreas urbanas foram fenômenos observáveis no país como um todo na mesma época, variando de região para região, magnitudes e taxas. Entre 1970 e 1980 o Brasil teve um decréscimo absoluto de 2,5 milhões de habitantes do meio rural. O grau de urbanização em 1980 já atingia 68%, ao passo que em 1970 o país tinha recém ultrapassado a marca dos 50% de

peessoas residentes na zona urbana. Entretanto, o que imprimiu relevância ao caso do Paraná e, por extensão, a Francisco Beltrão, foi à *velocidade* e a *magnitude* das mudanças populacionais e sócio-territoriais ocorridas. Houve, conseqüentemente, uma dispersão dos fluxos e destinos migratórios para regiões, estados e municípios do Sul, Centro-Oeste e do Norte do Brasil, especialmente.

Foi inserido neste contexto que Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense, na década de 1990, enviaram anualmente um contingente de aproximadamente 500 trabalhadores desterritorializados do campo – e que se tornaram desempregados na cidade – para Santa Catarina, especialmente, ao município de Fraiburgo para o trabalho na colheita da maçã, cultura que utiliza muita mão-de-obra para a plantação, poda e colheita. Essa mobilidade da força de trabalho, de expropriados do campo paranaense, foi apontada pelo Jornal de Beltrão:

Trabalhadores da região vão para Fraiburgo. Ontem 110 trabalhadores cadastrados na Agência do Trabalhador de Francisco Beltrão embarcaram para Fraiburgo (SC) para a colheita da maçã. Hoje irão mais 100. A empresa contratante é a Agropel, que no início do mês passado fez entrevistas preliminares com o pessoal. Os homens são em geral trabalhadores informais, sem qualificação específica. Desde 1998, empresas catarinenses entrevistam e contratam mão-de-obra no Sudoeste. (...) “É uma oportunidade dada ao trabalhador que não é qualificado”, comenta Mariluz Zanin Petry, gerente da Agência do trabalhador de [Francisco] Beltrão, se referindo ao serviço oferecido. Na semana passada uma leva de trabalhadores embarcou para Santa Catarina. Nesta época do ano eles são contratados para a colheita. Mas em outros períodos do ano há contratações para a plantação, o raleio e a poda. “Eles têm trabalhado nove meses no ano”, diz Mariluz (JORNAL DE BELTRÃO, 02/02/2000, p. 12).

Essa mobilidade da força de trabalho, oriunda sobretudo de ex-pequenos produtores do campo do Sudoeste paranaense, e que estavam

desterritorializados na cidade, se tornou uma constante na medida em que estes sujeitos, despreparados para enfrentarem o mercado de trabalho e/ou até mesmo pela falta de oportunidades, acabaram optando pela migração sazonal, ficando até nove meses do ano no município de Fraiburgo, em Santa Catarina, na colheita, poda e no plantio da maçã. A mobilidade se apresentou como uma alternativa para a sobrevivência daqueles/as que perderam suas terras no processo de “modernização da agricultura” e industrialização, que buscou/requer mão-de-obra jovem e minimamente qualificada para o desenvolvimento das atividades modernas.

Podemos verificar nos mapas 8 e 9, a emigração dos municípios do Sudoeste do Paraná, nos anos de 1995 e 2000.





A partir das transformações operadas com o processo de “modernização da agricultura” no campo beltronense, e com o concomitante desenvolvimento da urbanização/industrialização e a *polarização* de certas atividades com a produção e abate de aves (frangos e perus), o município passou a *absorver* uma parte da população expropriada e desterritorializada do campo, mas, principalmente, passou a *expulsar* grandes contingentes populacionais para outros lugares, tanto para o campo quanto para a cidade. Migraram nesse processo pessoas de Francisco Beltrão e do Paraná para o Centro-Oeste e para a Amazônia (para o campo e para a cidade), e para as cidades do Sul do Brasil, com a mobilidade para Joinville, Blumenau e Florianópolis, no estado de Santa Catarina, e para Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Desse modo, buscaremos compreender a seguir esse processo de *expulsão* de pessoas de Francisco Beltrão, do Sudoeste paranaense e do Paraná, para esses lugares de destino.

4.3 Do Paraná para o Centro-Oeste e a Amazônia: a migração dos desterritorializados e a política do Estado na colonização de “novas terras”

Iremos analisar aqui a migração *de* Francisco Beltrão para o Centro-Oeste e a Amazônia, objetivando compreender a *marcha* dos desterritorializados através de *trajetórias* socioespaciais e das *estratégias* migratórias desenvolvidas, além de discutir e compreender aspectos da *transterritorialidade* migratória, ou seja, da condição de *entre-lugar* (de embaralhamento dos referentes espaciais) do migrante *entre* as relações desenvolvidas no lugar de origem e de destino na/da mobilidade espacial. Contextualizamos essa migração a partir das políticas do Estado de colonização do Centro-Oeste e da Amazônia que, foram criadas e realizadas para aliviar as *tensões* que se processaram no Sul do país, a partir da década de 1970, em função da modernização conversadora da agricultura que *desterritorializou* muitos pequenos produtores rurais, exemplarmente, no Paraná. Estes sujeitos desterritorializados na tentativa de se manterem na terra foram, na maioria das vezes, *forçados* a migrar para o Centro-Oeste e Amazônia, regiões onde o Estado desenvolvia *projetos* de colonização em “novas terras”.

Para Tavares dos Santos (1993), os projetos de colonização durante o período de (1964-1984) sob o regime militar, tiveram por objetivo a *não realização* da *reforma agrária*. A partir da década de 1970:

O regime militar, de caráter autoritário, estabelecido pelo Golpe de Estado de 31 de março de 1964, inicia uma vigorosa ação de regulamentação da questão agrária: entretanto, se até o fim daquela década a ação do Estado oscilou entre uma política de reforma agrária e uma política de colonização, a partir do começo dos anos 70 a última prevaleceu sobre a primeira. Consta-se então a progressiva formação de um sistema de colonização, através da ação conjunta de órgãos públicos e empresas privadas, sistema que acompanhará o aproveitamento de uma nova área para o setor agrícola e pastoril, a Amazônia (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 43).

Os projetos de colonização estiveram associados à expansão das fronteiras agrícolas, sobretudo no Centro-Oeste e na Amazônia com a ocupação dos espaços considerados ideologicamente “vazios demográficos” no território brasileiro. O Estado atuou no sentido de transferir uma parcela da população do Sul do país onde as tensões, devido à inserção da “modernização da agricultura”, expropriaram e desterritorializaram milhares de pequenos agricultores direcionando-os, assim, para o Centro-Oeste e para a Amazônia e diminuindo, com isso, as *crises* sociais e territoriais em áreas *críticas* de expropriação/empobrecimento do Sul do Brasil, como o Sudoeste paranaense.

Segundo Tavares dos Santos (1993), nesse momento o governo militar começou a criar um conjunto de órgãos e de instrumentos econômicos para definir a nova incorporação da Amazônia à economia brasileira. No início do governo do General Médici (1969-1974), começa um outro ciclo de colonização tendo como um dos objetivos *deslocar* a fronteira econômica e, especialmente, a fronteira agrícola, para a área que compõe a bacia do rio Amazonas. Em linhas gerais, o governo “Médici propôs uma série de medidas para a colonização das novas terras na Amazônia, ligadas à expansão de um modelo agrícola de mercado que devia estimular os agricultores a não limitar-se à produção de alimentos” (p. 54). Não podemos esquecer, entretanto, dos objetivos *geopolíticos* de unificação política e ideológica e de controle/domínio e disciplinarização do território nacional, que estiveram presentes no processo de expansão e consolidação sócio-territorial. A nível institucional houve a criação em 1970 do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Além disso, os projetos de colonização se ancoravam na produção/organização do espaço em núcleos formados por lotes rurais e urbanos. Grande parte do governo militar foi marcado por uma colonização que buscava atrair agricultores do Sul para estabelecê-los na Amazônia, tendo preferência a um tipo muito específico de agricultor: o trabalhador rural minifúndio do Sul do país, pois:

(...) é possível delinear a tendência que a política de colonização do regime autoritário-militar imprimiu ao processo de colonização: em primeiro lugar, definiu-se uma nova região de expansão agrícola, a Amazônia, onde foi implantada a maioria dos projetos de colonização. Segundo, a responsabilidade dos projetos coube tanto a órgãos públicos como a órgãos privados: empresas de colonização ou cooperativas de produtores já organizadas há bastante tempo no Centro-Sul do país. *Em ambas as alternativas, o espaço e os homens foram rigorosamente controlados* (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 43, [grifos nossos]).

Como o modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações apresentava sinais de *exaustão* e a pressão demográfica no campo se intensificava no Centro Sul, quer pela “modernização da agricultura”, quer pela *concentração* da terra, a expectativa de riqueza na Amazônia e a extensão de seu solo passaram a ser vistas como alternativas de soluções dos problemas sociais e econômicos nacionais, e para a não realização da reforma agrária do país, como ressalta Castro *et al* (1994). Para Alves (2006, p. 129), “tentava-se solucionar, dessa forma, dois problemas: disponibilizar espaços para o crescimento da agricultura capitalista moderna no Sul” e “deslocar população para os espaços que se consideram livres de homens, preferencialmente a Amazônia e os Cerrados”. Com isso, na década de 1970, as tentativas de *integrar* a Amazônia à economia nacional se tornaram prioridades em função do interesse/*projeto* do Estado e dos detentores da classe hegemônica nacional de expansão do capitalismo e de expansão de um processo civilizatório em território brasileiro.

A colonização efetivou-se como uma opção, por parte do Governo Federal, no sentido de fazer uma ampla “distribuição” de terras na fronteira, evitando-se assim uma redistribuição de terras já apropriadas no resto do país, e evitando também a reforma agrária. A expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal¹⁴⁹ representou a tentativa do Estado de *homo-*

149 Em 1953, no segundo mandato do presidente Getúlio Vargas, surgiu o termo Amazônia Legal. Naquele ano Vargas assinou a lei 1806 que incorporou parte dos estados do

geneização cultural, política e econômica desse território, já que possibilitou a introdução de inúmeras atividades novas em uma área onde já existiam outras pessoas, sobretudo indígenas, com outras concepções e visões de mundo que não as da racionalidade capitalista e civilizacional que faziam parte do *projeto* do Estado. O Estado, aliás, como ressalta Ianni (1979a), através dos projetos de colonização continuou dando um direcionamento “conservador” ao desenvolvimento agrário brasileiro, pois este direcionamento de migrantes desterritorializados do campo no Sul do Brasil significou, a possibilidade de uma reforma na estrutura agrária sem alterar seu caráter *concentrador* da terra, propiciando, ainda, as condições para a ampliação do processo de expansão e acumulação do capital por meio da incorporação de novas áreas, o Centro-Oeste e a Amazônia, ao processo.

Castro *et al* (1994, p. 17) considera que as políticas do Estado “se dirigiram no sentido de impulsionar a ‘ocupação’ da Amazônia, principalmente a partir da década de 70, tornando-se o Governo Federal o principal agente promotor e dinamizador do processo”. Para isso, o Estado adotou uma série de medidas políticas, “cujo ponto alto foi cristalizado no lançamento do Programa de Integração Nacional/PIN, o qual buscou dar uma conotação social às políticas adotadas”, medidas econômicas com a integração dessas áreas à economia nacional com a produção de alimentos para o mercado interno; medidas culturais no sentido de homogeneização das relações na fronteira através da unicidade da língua nacional, de um projeto de civilização pautada em valores urbanos e industriais, com uma racionalidade capitalista a partir da individualização dos sujeitos; e, medidas políticas com o *projeto* de colonização que apontava, dentre outros objetivos, a disciplinarização dos homens e mulheres e dos territórios de

Maranhão, Goiás (atualmente Tocantins) e Mato Grosso como parte da região. Assim, atualmente, a Amazônia Legal conta com nove estados: Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, Acre e partes do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins, representando 55% do território brasileiro (MAGALHÃES, 1996).

colonização diretamente controlados pelo Estado e/ou pela classe ou fração da classe hegemônica local.

O Estado promovendo a colonização da Amazônia, preparou a estrutura material e simbólica do território ao criar o invólucro de posse legal da terra, além do *imaginário* para a mobilidade dos colonos que permitiu a sua apropriação pelos novos agentes (os migrantes), que chegaram para implementar uma *nova* racionalidade no projeto de colonização, através do ideal e da ética do trabalho, do moderno, do progresso e do *novo* ancorado na construção política e ideológica de integração nacional do país e da produção de alimentos para o mercado interno.¹⁵⁰ Com isso o Estado acabou também por ser o grande responsável pelos conflitos notórios e a violência presentes nestas áreas de fronteira. Como considera Martins (1982, p. 108), “enxergamos a devastação florestal na Amazônia, mas não enxergamos a devastação humana e, até, institucional, que ocorre nas chamadas áreas pioneiras do país”, pois “mal nos damos conta de que o avanço do capital sobre o sertão e a floresta, há choro e ranger de dentes, há morte e miséria, há violência e injustiça”.

A integração ao sistema nacional (e mundial) de produção capitalista dessa região de fronteira, a Amazônia Legal, significou o avanço do processo de “modernização da agricultura” e de outras concepções de vida e visões de mundo atreladas ao ideário moderno do progresso, do trabalho e da expansão e avanços inexoráveis do capital(ismo). Ianni (1979b), afirma que os projetos de colonização da Amazônia tinham como meta dar acesso à terra a pequenos produtores rurais do Sul, onde as tensões

150 Como assinala Ianni (1981, p. 98), nesse processo a terra começara a ganhar novas formas sociais devido à penetração do capitalismo em áreas de terras devolutas e, “em poucos anos, o caminhão, o automóvel, o trator, o avião, o helicóptero e o rádio passam a conferir, combinadamente, novo ritmo e andamento às relações sociais no lugar. Dinamizam-se as forças produtivas e as relações de produção”.

oriundas da “modernização da agricultura” e, por extensão, da *concentração* das terras desencadeavam (e/ou poderiam causar) problemas ao governo militar. No entanto, como meta implícita e principal, estava o processo de expansão e acumulação capitalista no país, que a ação de ocupar/colonizar buscava viabilizar em áreas de fronteira onde a expansão de um tipo de capital (o monopolista) ainda não havia chegado sob a égide e/ou *mediação* do Estado e dos agentes do capital. A colonização:

(...) da fronteira [na Amazônia], do ponto de vista econômico veio proporcionar o aumento da produção agrícola pela incorporação de novas terras ao processo produtivo. Do ponto de vista político e ideológico, a lógica do sistema conseguiu superar determinadas contradições da própria estrutura agrária brasileira, na medida em que, através da transferência de população das regiões onde predominava o minifúndio para áreas recentes de fronteira conseguiu atenuar as pressões de certas frações de classe da área rural nas regiões de ocupação antiga (CASTRO *et al*, 1994, pp. 19-20).

O Estado pretendia instaurar a homogeneização do espaço regional, circunscrevendo a Amazônia no processo hegemônico que vinha se desenvolvendo no campo brasileiro com a inserção da (agro)industrialização através da expansão territorial da fronteira agrícola brasileira. O Estado *mediava* a introdução do capitalismo industrial no campo, por meio da expansão das atividades “modernas”, com o desdobramento da revolução tecnológica na Amazônia para a produção de alimentos para o mercado interno e externo. Para Alves (2006), no deslocamento da população de pequenos produtores rurais do Sul para o Centro-Oeste e a Amazônia, houve a importante participação do Estado nacional atuando em sintonia com os grupos econômicos privados. As políticas estatais visavam, dentre outros objetivos: estimular os pequenos produtores a vender suas propriedades aos vizinhos – lindeiro; oficializar um *discurso* voltado à população sulista com o intuito de convencê-la das vantagens de *migrar* para uma área

de colonização; fundar cooperativas agrícolas para comandar o processo de transferência de colonos de uma região para outra; possibilitar nas áreas de colonização o acesso a terras baratas e/ou gratuitas e com acessos a créditos agrícolas bancários e financiamentos facilitados para a instalação e as primeiras lavouras. A execução do projeto de formação da fronteira agrícola acontecia pela ação conjunta do Estado e do capital; essa correlação de forças entre o Estado e os agentes do capital ocorre nos processos de colonização, como apontada por Oliveira (2005).¹⁵¹

Assim, se no período de 1940 a 1960 o movimento *migratório* caminhou em direção ao Sudoeste paranaense e do Paraná, na década de 1960 havia deslocamentos do Sudoeste paranaense e do Paraná para o país vizinho, o Paraguai, e na década de 1970 em diante “desaguaram” e *dispersaram* densos fluxos migratórios para o Centro-Oeste e para algumas áreas da Amazônia. Conforme assinala Castro *et al* (1994, p. 33), “este movimento intensificou-se a partir de 70 com a construção de outras rodovias: a Transamazônica (2.300 Km), a Perimetral Norte (1.320 Km), Manaus/Porto Velho e outras de razoável extensão”. Construíam-se, para a mobilidade da força de trabalho do Sul do país e do capital, as *redes técnicas*.

Segundo Swain (1992), com as transformações substâncias no campo brasileiro a partir da década de 1970, deslocou-se uma “onda” migratória do Paraná em direção a outros estados brasileiros, fugitiva de uma *pobreza* crescente, da impossibilidade de concorrência com os grandes

151 “Nesse aspecto estrutural, o estado e o capital caminham juntos. Este, por meio da venda de terra aos camponeses nos seus projetos de colonização, além do lucro com a venda, foi formando os ‘viveiros de mão-de-obra’. O estado ficou com a tarefa de conter as tensões sociais e fez dos projetos de colonização e dos assentamentos de reforma agrária ‘válvulas de escape’ das áreas de tensão social. Essa é a raiz histórica da ‘Marcha para Oeste’, da implantação dos projetos agropecuários, da colonização e da expansão do agronegócio na fronteira. Entretanto, contém uma característica específica: o corte monopolista do processo, quer dizer, o processo de acumulação recente traz novas formas de atuação. Não se está diante da lógica ditada pela disputa livre no mercado, há tão-somente a imposição dos monopólios. A mercadoria que comanda esse processo de ocupação é a propriedade privada da terra (...)” (OLIVEIRA, 2005, p. 65).

produtores, da falta de crédito e da exigüidade das terras em face da “liberação” de mão-de-obra das atividades do campo com o processo de “modernização”. Para a autora, “os maiores proprietários [rurais] começaram a engajar trabalhadores, [e] as migrações continuam, estimuladas pelo governo, a povoar outras zonas de fronteiras, ‘prestes a recebê-los’ como proclamam os planos de colonização” (p. 35). Um denso fluxo migratório do Paraná se direcionou rumo ao estado de Rondônia. Conforme aponta Swain (1992, p. 36), “as 390.000 pessoas que formam a primeira corrente migratória dos anos setenta rumo a Rondônia, 30% são originárias do Paraná”. O estado de Rondônia tomou o lugar de destino pelo Paraná desde a década de 1940, tornando-se o lugar de destino/chegada dos migrantes paranaenses, bem como de todo o Brasil, através das políticas de colonização em áreas de expansão da fronteira agrícola. Entretanto, as colônias criadas em Rondônia, a fim de abrigar também os migrantes vindos do Paraná, não conseguiram estabilizar e fixar a população migrante *pobre*, face a falta de condições mínimas de sobrevivência além do aumento da “onda” migratória. Assim:

O fluxo de paranaenses para uma vasta região amazônica, constituída pelos estados de Rondônia, Roraima, Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Mato Grosso, configura um movimento espontâneo de deserdados das áreas rurais do Sul em busca da “terra prometida” no Norte do País. Os programas de colonização intensiva desencadeados pelo Governo Federal nessas áreas prometiam, através de massivas campanhas publicitárias, acesso à terra, assistência técnica e infra-estrutura social. *Milhares de famílias, a grande maioria procedente das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, puseram-se em marcha, inicialmente orientando-se em direção a Rondônia e adjacências, e somente nos últimos anos da década de 70 redirecionando-se para Mato Grosso e Pará* (MAGALHÃES, 1996, p. 47, [grifos nossos]).

Velho (1972), afirma que as frentes migratórias em direção ao Centro-Oeste e a Amazônia seriam constituídas pelos “segmentos extremos” e/ou desterritorializados da sociedade brasileira, que passaram pelo pro-

cesso de expropriação em áreas que a inserção arrasadora da “modernização da agricultura” se instaurou. Esse tipo, portanto, de revolução técnica e tecnológica não foi neutra, mas dotada de *intencionalidades* e de *interesses*, sobretudo os da classe hegemônica nacional e de frações dessa classe hegemônica local em função dos seus (agro)negócios vinculados ao campo brasileiro e voltados para o *projeto* de (agro)industrialização do país.

No contexto das transformações modernizantes no campo brasileiro, a partir de 1970, o avanço territorial da fronteira significou, de acordo com Silva (2003, p. 21), uma maior interação e conexão espacial com “territórios” urbano-industriais, em escalas nacional e internacional, em face dos requisitos da Revolução Verde e do processo de industrialização e urbanização do país, além das políticas territoriais do Estado de estímulo à constituição de corredores de exportação de produção agrícola e de complexos agroindustriais. Segundo o autor, ao longo do processo de integração econômica do território brasileiro, a fronteira agrícola seria, além de um processo, uma área onde ocorrem grandes transformações socioespaciais a partir da introdução de novas relações de produção e padrões técnico-mercantins e financeiros, bem como da inserção de valores culturais e simbólicos conflitantes com as identidades territoriais dos sujeitos preexistentes (indígenas, seringueiros, caboclos, caíçaras etc.) e daquelas identidades oriundas dos migrantes, como, por exemplo, dos “gaúchos” e/ou sulistas.

É importante situarmos, por isso, em que contexto estamos compreendendo a concepção de fronteira. Silva (2003), sob o olhar da geografia, compreende (em sentido amplo) que:

Do ponto de vista geográfico, o termo fronteira expressa, em linhas gerais, o movimento de expansão agrícola em área, concentração fundiária, transformação das relações de produção (êxodo rural e emergência de um exército de bóias-frias) e conflitos fundiários; modernização da base técnico-produtiva, implantação da rede de fixos (...) e de fluxos de informações, capitais, mercadorias

e mão-de-obra, integração espacial em diversas escalas geográficas, extensão da fronteira urbano-industrial de um país, desterritorialização e reterritorialização e marginalização de grupos sociais e/ou lugares (SILVA, 2003, p. 21).

Como demonstramos em item anterior (4.1), a introdução da “modernização” avassaladora no Sul do país instaurou uma *crise* agrícola e sócio-territorial através da mudança no padrão produtivo, mudando todo um conjunto de práticas sociais que ligavam o pequeno produtor e sua família a propriedade, acarretando na expropriação, no *desenraizamento* e no assalariamento rural e/ou urbano de muitos pequenos produtores. Como assinala Castro *et al* (1994, p. 34), “a crise do mercado de trabalho no Centro Sul alimentaria a frente de expansão Amazônica a partir do momento em que a ‘fronteira’ interna do Sul se feche”.¹⁵² Magalhães *et al* (1984, p. 2004) considera que os saldos migratórios da década de 1970 sintetizam os três processos que caracterizam o fenômeno migratório mais recente do Paraná: “um maciço movimento de evasão populacional do campo; intensificação das migrações internas com destino urbano; e a saída de um elevado contingente populacional para além das fronteiras estaduais” com destinos rural e urbano.

Em Francisco Beltrão a resposta ao processo de “modernização da agricultura” e de concentração das atividades rurais se deu com a *elevação* do *grau* de *urbanização* a partir da década de 1970, que começou a crescer de

152 É importante explicar que essa fronteira se fecha para um determinado grupo e/ou classe social: para os pequenos produtores rurais que, em sua grande maioria, são forçados a migrar para as cidades e/ou para áreas de expansão da fronteira agrícola como o Centro-Oeste e a Amazônia; por outro lado, para os grandes e médios produtores rurais, a fronteira não se fecha, pelo contrário, abrem-se novas oportunidades de lucratividade e de barganha através da compra das pequenas propriedades daqueles pequenos produtores *desenraizados*; esse processo *centralizou* as terras nas mãos de alguns e *polarizou* as atividades produtivas por meio das monoculturas de soja, milho e fumo no campo, a partir da década de 1970.

maneira arrebatadora, pois no ano de 1960, segundo os Censos Demográficos do IBGE, o grau de urbanização do município era de 9%, em 1970 cresceu para 36%, em 1980 elevou-se para 58%, em 1990 foi de 74%, em 1996 foi de 79%, e no ano de 2000 situava-se em 81%. Foi desse modo que a partir década de 1970 começaram a se deslocar para a nova fronteira agrícola, muitos pequenos produtores rurais de Francisco Beltrão em função do processo de expropriação (e até em alguns casos [porque não?] por motivações pessoais, em função de *sonhos* e de *desejos* dos sujeitos em migrar para o Centro-Oeste e/ou Norte do país em busca de mais terras). A nova fronteira agrícola surgiu (e “*urgiu*” em muitos casos) como *linha de fuga* com as migrações, pois se de um lado *esta* seria a *única* opção para se obter um novo pedaço de terra para a continuação da reprodução enquanto produtores rurais, por outro, ela *representava* a possibilidade de uma trajetória social ascendente, vinculada ao sonho do enriquecimento (rápido) e da *mística* (imaginário) de se tornar “grande fazendeiro” nas terras planas. No Sudoeste paranaense essa mobilidade ocorreu pela:

Falências dos mini e pequenos proprietários ocasionam a necessidade de venda das terras. Por outro lado, o estímulo à colonização do Mato Grosso e de Rondônia, reforçado pelas campanhas publicitárias de agências imobiliárias e das cooperativas, atrai o agricultor pouco territorializado e financeiramente débil [desterritorializado], para áreas onde sua produção exija menos investimentos (FERES, 1990, 554).

Encontramos no jornal local de Francisco Beltrão, o Jornal Tribuna do Sudoeste, de 29 de maio de 1971, o discurso que acionava as qualidades (positividades) do estado do Mato Grosso, criando, desta forma, uma *representação* para os habitantes demonstrado que “lá” a terra era muito fértil e que, para quem migrou, a maioria obteve sucesso. Houve a construção de uma *imagem* através de um *discurso* específico sobre o Mato Grosso para os paranaenses, principalmente, para aqueles que estavam na condição de

expropriados e desterritorializados em Francisco Beltrão sendo, com isso, *forçados*, induzidos, mobilizados e/ou *motivados* a migrar. Vejamos:

Há muitos dias meu pensamento era escrever algo sobre uma região por muitos desconhecida, mas que vem despertando a curiosidade e o interesse de grande parte de homens que habitam o Sudoeste [paranaense], trata-se do Sul do Mato Grosso, onde vários empresários locais possuem propriedades e lá vem desenvolvendo, com muito êxito a exploração pecuarista (...). Trata-se da localidade de Mundo Novo a qual está sendo colonizada através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – antigo IBRA; onde, inclusive, estão várias famílias deslocadas pelo GETSOP [Grupo executivo para as terras do Sudoeste do Paraná] aqui de nossa cidade [Francisco Beltrão]. A variedade de cultura, a fertilidade da terra e a total cobertura técnica dada pelo INCRA aos colonos está transformando totalmente a situação daquela região. Ali cultiva-se com êxito o café, a soja, o milho, o arroz, a hortelã, o amendoim e outros tantos cereais. *O Mato Grosso é o novo eldorado para aqueles que quiserem mudar de vida* (sic) (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 29/05/1971, [grifos nossos]).

É importante observar que muitos agricultores de Francisco Beltrão foram direcionados pelo GETSOP – Grupo Executivo para as terras do Sudoeste do Paraná – para Mundo Novo, no então Mato Grosso (hoje, sul do Mato Grosso do Sul), com a intermediação feita pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão responsável pela distribuição dos lotes. Isso demonstra que no início da década de 1970 já se delineava a *migração* de pequenos produtores rurais de Francisco Beltrão para o Mato Grosso, mobilizados, pelo discurso e pela ação do Estado, em função do interesse de colonização do Centro-Oeste. Como assinala Castro *et al* (1994, p. 134), nos projetos de colonização de Mato Grosso “a maioria da população provém do Estado do Paraná” sendo “um desdobramento do processo de ocupação do Estado do Paraná”. Segundo os dados apresentados pela autora, em Alta Floresta, até 1980, 77,7% dos

colonos assentados eram proveniente do Paraná e 14% do estado de Mato Grosso do Sul e da região Sudeste. E 71,4% dos assentados nesse projeto eram nascidos no Paraná.

Com a “modernização da agricultura”, os migrantes gaúchos e catarinenses reterritorializados em Francisco Beltrão começaram a se defrontar seriamente com o processo de expropriação de seus meios de re-produção. Sua re-produção estava ameaçada não exclusivamente por causa da fragmentação da pequena propriedade, mas, também, porque sua produção e o seu trabalho estavam submetidos cada vez mais diretamente ao capital e a *relações capitalistas* desenvolvidas com as cooperativas, as empresas e os comerciantes. Esses pequenos produtores diante da situação de *crise agrária*, defrontaram-se, com a ameaça de proletarização principalmente para seus filhos, sendo forçados, em grande medida, a migrar pelo anseio de conseguir terras para “fazer futuro” e com o objetivo de deixá-las, inclusive, para o “futuro” dos seus filhos.

Com a “modernização da agricultura”, além da mudança técnica houve também uma nova política que buscava se desenvolver em função de uma produção voltada para o mercado externo e para as empresas agropecuárias, ocorrendo, com isso, a concentração de terras dos trabalhadores rurais do Sul, que resultou na migração daqueles que foram em busca do *discurso* da “*disponibilidadê*” de terras na Amazônia; migração esta que muitas vezes esteve vinculada à preocupação com o futuro dos filhos e à resistência contra o assalariamento, contra a proletarização que permearam, dentre outros aspectos, as “*geometrias de poder*” da dinâmica migratória de Francisco Beltrão para outras fronteiras agrícolas e urbanas.¹⁵³

153 Doreen Massey (2000, p. 179) desenvolve a idéia de *geometrias de poder* buscando lapidar a concepção de Harvey (1994), de que o processo de globalização, dos fluxos, das interconexões e do movimento (“desenfreado”) estariam acarretando, dentre outras coisas, a compressão tempo-espço. Por isso, para Doreen Massey, “a compressão tempo-espço

Foi entrevistando moradores de Francisco Beltrão que podemos verificar, através das *informações* obtidas, os inúmeros deslocamentos (dispersos) para o Centro-Oeste e para a Amazônia.¹⁵⁴ Para o Mato Grosso deslocaram-se muitos pequenos produtores, como afirmou um entrevistado:

Teve muita gente [que foi] pro Mato Grosso, aqueles que tinham as terras dobrada, saíram muitos pro Mato Grosso, muita gente foi comprar terra pra lá, vendia a terrinha aqui e ia. Os que tinha as terras mais plana aqui foram abocanhando as outras, quem tinha mais dinheiro, né? (...) Agora, ali pra região de Sorriso, Rondonópolis teve muita gente daqui de [Francisco] Beltrão e das cidades vizinha aqui que foram pra lá (Alfredo Antonio Presente).

Outro entrevistado nos relatou que essa migração *de* Francisco Beltrão se deu em função da enorme *valorização* das *terras* que ocorreram, sobretudo, a partir da década de 1970. O pequeno agricultor percebendo as transformações técnicas e tecnológicas que estavam ocorrendo na agricultura, com a introdução e avanço do processo de “modernização”, e verificando a valorização de suas posses, resolveu, a partir de *contatos tecidos* – através das redes de relações sociais com pessoas conhecidas (amigos e parentes) no Mato Grosso –, vender sua pequena propriedade em Francisco Beltrão e migrar para a nova fronteira agrícola em busca de (novas) terras. Esse processo migratório nos foi narrado da seguinte maneira:

precisa de diferenciação social”, ou seja, no período histórico atual da mobilidade, dos fluxos e das conexões devemos compreender, no interior da diferenciação social e/ou das *geometrias de poder*, quem tem o poder em relação aos fluxos e ao movimento. Desse modo, podemos inferir que a migração de Francisco Beltrão para o Centro-Oeste e para a Amazônia está inserida no interior de geometrias de poder através das diferenciações sociais daqueles pequenos agricultores que foram sendo mobilizado e/ou se mobilizaram para outros lugares.

154 É importante assinalar, que esse estado do “Mato Grosso” também poderia ser o estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista, que o desmembramento deste último do estado de Mato Grosso ocorreu em 1977.

Ocorreu porque aqui a valorização das terras era muito grande. O pessoal vendia um alqueire aqui, com o mesmo dinheiro comprava dez lá no Mato Grosso. (...) muitos daqui que eu conheci que vendeu tudo aqui e depois foi pra lá [pro Mato Grosso e comprou terra]. Teve um aí que eu conheci, vendeu tudo, vendeu o sítiozinho, disse que ia pro Mato Grosso, que apaixonou pelo Mato Grosso, que já tinha até visto a área lá, que já tinha até caçado na área! (risos). E se mandou, nunca mais vi, só soube que tava bem por lá. (...) Muita gente foi indo porque já tinha algum conhecido lá, então o cara antes de vender o sítio aqui ia pra lá [Mato Grosso] e conversava com um amigo, com um parente, tio, primo, irmão, sabe? Então ia meio assim, pelos conhecido, né? Aí, via uma área lá, se gostava já deixava o negócio meio engatilhado, quando voltava, logo vendia a terra aqui, e se mandava com a família pra lá! De mala e cuia como diziam (risos) (...). A partir de [19]70 muita gente foi pra lá comprar terra. Eu lembro, volte e meia a gente encontra alguém aqui conhecido que foi comprar terra lá, que voltam para visitar parentes ou amigos. (...) Eu acho que a maioria ficou (Jahyr de Freitas Júnior).

As redes migratórias se inseriram e se “costuraram” no deslocamento de beltronenses para o Mato Grosso pelas relações entre familiares e amigos, que utilizaram da *informação* como um *recurso* adquirido/mobilizado na migração para um determinado lugar. Como afirma Ramelha (1995), nem todos os migrantes tem e/ou detêm a mesma informação para a mobilidade. A *informação*, assim, foi um grande recurso obtido para a mobilidade, constituindo, um *trunfo* para a inserção territorial dos migrantes beltronenses e para a compra de terras, por exemplo, no Mato Grosso.

Essa migração de Francisco Beltrão para a fronteira do Mato Grosso foi fruto de uma complexa *rede social* que relaciona tempos e espaços distintos: as pessoas e os próprios tempos-espacos dos lugares de origem e de destino na migração. Essas relações foram fortemente baseadas em *canais* de *comunicação* e de *informação* em que a migração se dava através de uma “corrente” que criava uma determinada conexão, ligando (e/ou desligando) lugares, inclusive, a quilômetros de distância. Na migração

de Francisco Beltrão para o Centro-Oeste e para a Amazônia houve, na maioria das vezes, um *contato* estabelecido no lugar de origem (pois as informações podem ser obtidas no lugar de origem, também, com a visita de um informante parente e/ou amigo, além de outros meios de informações como cartas, redes telefônicas etc.), ou obtendo essas informações no lugar de destino. As informações *podem*, deste modo, inserir o migrante em um novo lugar e em uma nova relação social e territorial. As *redes migratórias* se *entrelaçaram* ao *contexto geral* de desenvolvimento da agricultura criando um imbricamento “específico” (no tempo e no espaço) para cada *trajetória* socioespacial realizada.¹⁵⁵

Para Castro *et al* (1994, p. 49), as políticas de colonização oficiais do Estado dirigidas na década de 1970 tiveram como objetivos, segundo o PIN (Plano de Integração Social), deslocar a fronteira agrícola para a área pertencente a bacia do rio Amazonas; é nesta década, contudo, que um órgão oficial do governo, o INCRA (instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), assumiu novas diretrizes no que se refere à colonização dirigida para ocupar a Amazônia, visando o assentamento de pequenos produtores na fronteira. O INCRA mediu e mobilizou a “vontade”/“sonho” de muitos migrantes em busca de terras.

O “sonho” idealizado da terra foi uma das grandes motivações para que os migrantes se deslocassem para o Centro-Oeste e para a Amazônia. Entretanto, essa “vontade/sonho” de migrar foi, em parte, construída pela *representação* do Estado, através de suas propagandas que afirmavam a *positividade* dos lugares de destino: o Centro-Oeste e a Amazônia. Para esses pequenos produtores, Mato Grosso foi apresentado como a grande

155 Haesbaert (1998a, p. 66), por exemplo, propôs a noção de rede regional em substituição à metáfora “diáspora”, para compreender a complexidade geográfica da migração e os *vínculos* econômicos, culturais e mesmo políticos mantidos entre os sulistas ou “gaúchos” migrantes no estado da Bahia e entre não migrantes nos estados do Sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

alternativa para realizar o “sonho da terra”. A *representação* do Estado “vendia” os lugares de destino da migração pelo *discurso* da fronteira agrícola por meio da aquisição de terras fáceis. Castro *et al* (1994, p. 139) afirmam que para um colono acostumado a trabalhar em terra de boa qualidade, a *informação* de que na Amazônia “tudo o que planta dá” era um grande aspecto para a *positividade* do lugar, pois “dava não só milho, feijão, arroz (culturas que estavam acostumados a plantar), mas também guaraná, café (culturas que poderiam enriquecer o pequeno produtor em pouco tempo)”.

Esse momento de maior divulgação dos programas de colonização dirigida, onde se acenava a possibilidade de ocupar terras “devolutas” e de melhorar as condições de vida do trabalhador rural, com a migração para a região Amazônica, coincide com um momento de intensa repressão e de repúdio às justas reivindicações destes mesmos trabalhadores, ou seja, o “grito” no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina daqueles/as que foram expropriados e desterritorializados de suas propriedades face ao processo de “modernização”. Assim, “o governo age no sentido de criar condições para resolver uma *crise* agrária e, como a reforma agrária não é mais uma política da burguesia, então, a substitui pela colonização. E esta só é possível porque havia terras ‘disponíveis’” (CASTRO *et al*, p. 1994, p. 50).

Ao direcionar e alocar excedentes populacionais nas áreas de fronteira através da política de colonização, o *Estado* atuou no sentido de *apaziguar* os *conflitos* nas áreas rurais do sul do país, intensos desde a década de 1970; essa colonização atuava, também, no sentido de direta e/ou indiretamente *reforçar* o processo de *acumulação* em novas áreas de fronteira agrícola na medida em que viabilizava, também, a inserção de empresas privadas no campo. O INCRA, nesse sentido, foi o órgão federal encarregado de promover este tipo de colonização e tentou implementar, no início da década de 1970, um modelo complexo de colonização: o Projeto Integrado de Colonização (PIC), com uma organização espacial idealizada e rígida

por processos burocráticos excessivamente alongados que implicavam em solucionar os problemas da “territorialização” do pequeno produtor nas novas áreas de colonização (TAVARES DOS SANTOS, 1993).

Assim, foi interpelando os sujeitos da pesquisa que analisamos um fluxo migratório *dirigido* pelo Estado, de Francisco Beltrão para a Amazônia, mais precisamente ocorrido no ano de 1983, para Apuí, município do estado do Amazonas. Segundo *informações* que obtivemos através de conversas, o prefeito de Francisco Beltrão foi o maior informante do lugar de destino dessa migração. Esse estava à frente da *mobilização* dos pequenos agricultores (alguns, ainda, donos de terras e/ou em face do processo de expropriação, outros já expropriados e morando nas cidades, desempregados e/ou sofrendo com o processo de proletarianização) através de um *discurso* que *representava* a Amazônia como a possibilidade “perfeita” e “real” para o acesso a terra e para a reprodução de sua atividade: a agricultura. Jahyr de Freitas Júnior nos relatou como que foi desencadeada essa migração direcionada pelo Estado:

Essa migração foi na época do prefeito Guiomar, que foi na década de [19]80; o... Guiomar já foi pra uma região mais inóspita, que foi a Amazônia. Haviam ônibus fretado pra ir pra Amazônia, fretado pela prefeitura, para estimular o pessoal ir pra lá. Eram terras requeridas pelo INCRA lá em Apuí na Amazônia. Teve uma época que o povo foi, mas, depois a maioria voltou. É, eu lembro que a maioria que foi pra lá não ficava. O prefeito Guiomar, eu lembro, me encontrei com ele um dia desses aí me falou que poucos ficaram lá. O prefeito Guiomar, foi o colonizador daquela área lá. (...) Era uma área do governo federal lá na Amazônia que o INCRA queria colonizar e daí o INCRA entrou em contato com o prefeito aqui da época (...) e acho que eles queriam fazer divisão de lotes de um projeto de colonização; só que era uma região muito distante, inóspita e muito longe de tudo, né? Na época que o prefeito incentivou o pessoal ir pra lá foi uma época difícil aqui, teve umas quebra na agricultura, a coisa tava difícil; foi um pouco por isso que o Guiomar incentivou o povo a ir pra lá (Jahyr de Freitas Júnior).

Muitos pequenos produtores expropriados já morando nas cidades, proletariados ou trabalhando como agregados na zona rural de Francisco Beltrão, como também no Sudoeste do Paraná, estavam passando por inúmeras dificuldades desde a década de 1970, mas, na década de 1980 a situação se agravou e a *crise* tomou proporções maiores, sendo que a saída encontrada pelo prefeito foi deslocar grande parte destes desterritorializados para a Amazônia, onde estavam sendo desenvolvidos projetos de colonização pelo Estado brasileiro.

Em Francisco Beltrão, muitos destes pequenos produtores ficaram sem condições, inclusive, de manter as suas necessidades básicas de moradia e alimentação. Segundo informações obtidas, as pessoas expropriadas que migraram para a cidade estavam passando dificuldades, pois não estavam conseguindo arrumar empregos e/ou alguns tinham também resistência a proletarização na cidade, pois “só sabiam mexer com a terra”. Por isso, muitos desterritorializados queriam terras. Queriam áreas para que suas famílias continuassem a se reproduzir enquanto produtores rurais. Seus argumentos eram de que desde seus avós – na maioria imigrantes europeus que haviam colonizado o Sul – foram sempre agricultores e, por isso, não sabiam fazer outra coisa. Assim, a migração e a colonização da Amazônia surgiu como uma possibilidade, através da migração, de continuarem trabalhando com a terra e, por outro lado, surgiu para o poder público local (e nacional) como forma de se livrarem das *tensões* sociais que estavam ocorrendo e/ou que poderiam ocorrer.

Essa migração foi intermediada pelo Estado através de sua rede de dominação e de poder: o INCRA e a prefeitura de Francisco Beltrão. Em 1983 saíram em torno de 320 pequenos agricultores, aproximadamente, de Francisco Beltrão para a Amazônia; em geral, eram famílias compostas de casais novos, com até três filhos, com poucos recursos e motivadas pelo sonho/vontade/necessidade de obter terra. A expropriação, a desterritorialização (perda da terra) e a proletarização, para muitos refletia a im-

possibilidade dos filhos desses pequenos produtores continuarem sendo detentores do seu principal meio de produção, pela “indisponibilidade” de terra para a família. A fronteira Amazônica era a possibilidade material e simbólica não só de acesso a terra, como também a garantia dessa condição a seus filhos, e esta última condição se colocou como um fator muito significativo, de acordo com as informações que obtivemos.

Analisaremos agora mais detidamente, uma *trajetória socioespacial* de um dos migrantes desterritorializados que participou dessa mobilidade de Francisco Beltrão para a Amazônia. Dividiremos, contudo, essa trajetória, para uma melhor compreensão, em duas partes: a primeira será constituída pelos desdobramentos no lugar de origem, e, a segunda, pelos desdobramentos no lugar de destino. Foi conversando com as pessoas que entrevistamos que chegamos até Pedrinho dos Santos, *migrante retornado* da Amazônia, atualmente com 55 anos, aposentado e morador em um bairro periférico de Francisco Beltrão. Na entrevista chegamos sozinhos até a casa de Pedrinho; logo, percebemos sua *desconfiança* em nos receber em sua casa, devido ao interesse pelo seu deslocamento para a Amazônia. Contudo, após explicarmos o motivo de nosso interesse em conhecer um pouco de sua vida, especialmente em função de sua ida a Amazônia e por explicar a finalidade da pesquisa, Pedrinho ficou mais “solto” e começou a nos relatar com maiores detalhes a sua trajetória migratória; relatou-nos o *contexto* e o *porquê* das motivações, na década de 1980, para sua migração e de outros pequenos proprietários de Francisco Beltrão para a Amazônia:

Foi em [19]83 quando fui pra lá na Amazônia. Sabe, naquele tempo tinha muita gente precisando de terra aqui, tinha uns colono mal; tavam passando fome, necessidade mesmo. Alguns que tinham um pouco de terra tavam meio quebrado, tinha dado umas crises: uns tempo de seca e depois deu uma enchente aqui em Francisco Beltrão, aí complicou a vida. O prefeito naquela época era o Guiomar Lopez, ele e o filho dele fizeram propaganda na rádio, e chamaram a gente pra uma reunião dizendo que ia dar terra. Nós fiquemos

um mês indo nas reuniões lá na cidade. Sabe eu morava na roça naquele tempo; era agregado. Dava no rádio aí a gente ia lá [na reunião]. (...) Veio gente de todo lado para ir pra lá, de [Francisco] Beltrão, de Renascença, de vários municípios aqui perto. Aí prometeram, diziam que lá dava melhor as planta que aqui, que lá iam ganhá bastante terra, financiamento, até que convenceram o povo a ir. (...) teve gente aqui que vendeu 14 alqueires de terra e foi. Eu levei junto 13 mil (...) Foi oito ônibus daqui; ônibus com 40, 50 pessoa; foram 16 dia e 16 noite de viagem; tinha gente que nem tinha o que comer na estrada. Eu levei 3 saco de farinha e 2 latas de banha e dividia com quem não tinha na estrada. Tinha que se ajuda [risos] (...) O ônibus a prefeitura pagou, tinha dinheiro do Estado, mas o resto tinha que se virar. Tudo família. Eu, a mulher e três filhos, dia 22 de agosto foi, eu me lembro (Pedrinho dos Santos).

O *prefeito* foi, como narrou Pedrinho, o *mediador* do processo migratório de Francisco Beltrão para a Amazônia, realizando *propagandas* com a utilização da rádio local e das inúmeras reuniões que foram feitas em que foram aludidas as *positividades* da Amazônia; o prefeito agia como o interlocutor entre o Estado e a população, criando, com isso, a *representação* do lugar de destino e mobilizando os sujeitos desterritorializados (e/ou em face de se tornarem) *a migrar*. Através de um *discurso* específico os sujeitos foram *mobilizados* para a Amazônia em função da falta de terras em Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense e, sobretudo, em face à perversa e arrasadora “modernização da agricultura” que acarretou o desenraizamento/migração.

Esse *discurso* específico do prefeito para criar uma *imagem positiva* da Amazônia, mais precisamente do povoado de Apuí, no estado do Amazonas, convergia com o momento de expropriação/desterritorialização que muitos pequenos agricultores estavam passando em Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense. Assim, “muitas promessas foram feitas”, com nos informou Pedrinho, até que esses sujeitos foram mobilizados e *agenciados* pelo discurso, que tanto atendia ideologicamente as *necessidades* de acesso

à terra do pequeno agricultor, quanto aguçava o *desejo* e o *imaginário* de se obter um futuro melhor para sua família em um *novo* lugar, com maiores e melhores possibilidades tendo o *acesso a terra*, a *propriedade*, como a grande *motivação*.

Segundo o migrante retornado Pedrinho, deslocaram-se oito ônibus, em média cada um com 40 ou 50 pessoas, no ano de 1983, de Francisco Beltrão, no Paraná, para Apuí, no Amazonas. Os “16 dia e 16 noite de viagem” demonstram o longo *itinerário* percorrido durante a viagem; também, as condições daqueles que saíram de Francisco Beltrão não eram as melhores pois “tinha gente que nem tinha o que comer na estrada”, o que demonstra o processo de expropriação e *empobrecimento* em que estavam passando essas famílias. Pedrinho relatou os *recursos* e as estratégias desenvolvidas durante a viagem: “Eu levei 3 saco de farinha e 2 latas de banha e dividia com quem não tinha na estrada” que representa a *solidariedade* realizada entre os migrantes durante a mobilidade. Também informou que “Eu levei junto 13 mil”¹⁵⁶, que era o *recurso* financeiro (mínimo) para o começo da nova vida e das atividades na lavoura na nova terra. Pode-se verificar através desse relato, que a maioria dessa população estava em condições *precárias* de vida, pois não tinha recursos básicos sequer para a alimentação diária. Também, é importante assinalar o papel do Estado e, nesse caso, da prefeitura municipal em produzir um *discurso*, em organizar e reunir as pessoas, além de fretar os ônibus, direcionando esses sujeitos para a Amazônia.

Vejamos, assim, como foi à chegada desses migrantes no lugar de destino, Apuí, no estado do Amazonas, as dificuldades encontradas e as implicações *negativas* que resultaram no retorno da maioria desses sujeitos ao Paraná:

156 Segundo Pedrinho dos Santos era o equivalente a R\$ 5.000 hoje.

Quando chegamos lá [na Amazônia] ficamos embaixo de um barracão uma semana. Lá pertencia a Guavirova, eles diziam; o povoado era Apuí. Outro povoado mais próximo era Baitá, dava 400 km, depois era Porto velho, e daí a capital Manaus que dava 800 km. (...) Daí tinha o INCRA lá, ganhei 42 alqueires, todo mundo que foi ganhou 42 alqueires. Não tinha documento, só posse. Aí fui pro meu pedaço e comecei a derrubá mato, era tudo mato. Não tinha nada, não tinha motor, só no muque. Eu derrubei 4 alqueires de mato a machado! Lá derrubava uma árvore caía dez [risos]. Pensei, vou derrubá e vendê, ganhar dinheiro. Aqui [em Francisco Beltrão] quando a gente derrubava uma madeira, vendia tudo na serraria, compravam tudo da gente; lá derrubava árvore, nem dado não queriam de tanta que tinha. Daí comecei a plantá milho, arroz, mas não deu nada; lá só mandioca dava bem, as outra planta morreu tudo que eu plantei. Aí tinha terminado o dinheiro, os 13 mil, aí vim embora; eu a mulher e as criança, tudo pequeno. (...) A maioria dos que foi ficou um ano lá. Aquelas terras pra lá com 40 e 50 alqueires é colônia pequena; sem recurso não dá pra tocar! Sabe, lá a terra não vale nada. Se aqui vale dez, lá vale um. Eu não troco um alqueire aqui por 50 lá! Lá só dá pra latifundiário, quem tem recurso! (...) Teve promessa de financiamento lá, mas não apareceu nada. Daí foram voltando, 90% da gente que foi naquela época voltou. (...) Sabe, o prefeito tinha fazenda lá, levô nós pra limpa as terra pra ele! Tinha um monte de gente daqui que trabalhava lá nas terra dele. Diz que a fazenda dele táva com 5 mil vaca. O prefeito queria fazer uma cidade lá, mas não deu certo. (...) Fiquei doente lá, peguei malária, quase morri! Não tinha hospital, tinha um galpão no povoado lá que davam remédio pra cavalo pra mim [risos] se não fosse um médico do quartel lá que tinha, eu tinha morrido. Eu ajudei a levar 15 pessoas que morreu no cemitério num dia no povoado. Água ruim, crime, disputa de terra, tinha jagunço... Teve muita gente daqui que morreu lá. (...) Mas teve gente que se deu bem lá. Teve um aí do Verê, ele vendeu equipamento, caminhão, trator... e foi para lá e tá rico lá. Teve gente que saiu de Renascença, venderam terra, tinha serraria aqui, e foi pra lá monta serraria, diz que tão rico. (...) [daqueles que voltaram] tem gente assentado na reforma agrária. A fazenda Vitória em Cascavel, tem bastante gente assentado daqueles que foram aquela vez junto pra Amazônia. Outros voltaram e ficaram na cidade, tão por aí trabalhando. Eu voltei, fui trabalhá numa fazenda aqui de agregado, senão, tinha

passado fome, não tinha dinheiro, dos treze mil que levei não sobrou nada (Pedrinho dos Santos).

Podemos perceber, pela narrativa da trajetória socioespacial de Pedrinho, o papel exercido pelo Estado, através do INCRA, na doação das terras para esses pequenos produtores que saíram, sobretudo, de Francisco Beltrão, e as más condições que tiveram que enfrentar nessas terras, tais como a falta de ajuda técnica e de financiamentos do Estado, a falta de infra-estrutura nas propriedades que, aliado ao insucesso nas primeiras lavouras, formaram um conjunto de *problemas* que dificultaram o sucesso da apropriação e na “reterritorialização” na nova terra. Os migrantes, na sua maioria, sem muitos recursos financeiros, quando acabaram com o dinheiro levado de Francisco Beltrão, tiveram que *retornar* ao Sudoeste paranaense para buscar auxílio com familiares, como abrigo e emprego para a sobrevivência, pois em “um lugar onde tudo estava por fazer”, como em Apuí, a maioria retornou, como nos disse Pedrinho.

A propaganda positiva feita pelo prefeito sobre o lugar de destino foi esmorecida quando os migrantes chegaram a Apuí, e quando começaram a perceber que aquela *imagem* construída pelo *discurso* do prefeito não era verdadeira. O Estado através do INCRA, simplesmente abriu o leque das possibilidades das áreas “disponíveis” doando terra, mas o comprometimento em financiar a instalação, em ajudar nas primeiras lavouras e em criar a infra-estrutura mínima para o assentamento das famílias, não se realizou.

Contudo, alguns migrantes que tiveram como mobilizar maiores *recursos* para a migração (vendendo terras, caminhões, tratores, serrarias...) de Francisco Beltrão para Apuí, conseguiram ascensão social e permaneceram na terra como informou Pedrinho: “Mas teve gente que se deu bem lá. Teve um aí do Verê, ele vendeu equipamento, caminhão, trator... e foi para lá e tá rico lá. Teve gente que saiu de Renascença, venderam

terra, tinha serraria aqui, e foi pra lá monta serraria, diz que tão rico”. Isso demonstra que as condições não eram as mesmas para todos no acesso e na re-territorialização nas terras dos projetos de Colonização da Amazônia. Aqueles migrantes com maiores condições, embora ainda sendo em número bem menor, conseguiram fazer com que a migração se tornasse uma realidade para acesso a terra e para ascensão social. Já aqueles que estavam passando pelo processo de expropriação, desterritorialização e precarização, não conseguindo mobilizar muitos recursos para a migração, acabaram retornando, como nos informou Pedrinho “Daí foram voltando, 90% da gente que foi naquela época voltou”. Esses migrantes retornados buscaram se inserir novamente no Paraná, alguns como proletariados, outros como agregados, sendo que outros conseguiram, no retorno, o acesso a terra em assentamentos (do movimento sem-terra) no Paraná, como informado.

Os problemas foram muitos, principalmente no que se refere à *malária*, à perda da produção devido chuva excessiva e à falta de estradas que acabaram levando muitos colonos a desistirem do lote e a voltarem para Francisco Beltrão e/ou para o Sudoeste paranaense. A malária, como ressaltou Pedrinho, “peguei malária, quase morri!”, foi uma das grandes dificuldades encontradas, pois “Não tinha hospital, tinha um galpão no povoado lá que davam remédio pra cavalo pra mim [risos] se não fosse um médico do quartel lá que tinha, eu tinha morrido”; isso demonstra que as condições de acesso a médicos e a remédios eram muito precárias, dificultando a re-territorialização de Pedrinho e de boa parte desses migrantes.

Por isso, é importante *desmistificar* que a *expansão da fronteira agrícola interessava a segmentos específicos* como pecuaristas, donos de serrarias e madeireiras ainda hoje muito presentes nos estados da Amazônia. A migração dos desterritorializados para Apuí não tinha apenas preocupações em aliviar as tensões em Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense dos desterritorializados do campo “doando” terras na Amazônia, mas, também,

reproduzia *interesses* do mencionado prefeito de Francisco Beltrão que, sendo na época também pecuarista na Amazônia, direcionava migrantes paranaenses para trabalharem como mão-de-obra nas suas terras, além, é claro, do mencionado objetivo de criar uma cidade como nos informou Pedrinho: “Sabe, o prefeito tinha fazenda lá, levô nós pra limpa as terra pra ele! Tinha um monte de gente daqui que trabalhava lá nas terra dele. Diz que a fazenda dele táva com 5 mil vaca. O prefeito queria fazer uma cidade lá, mas não deu certo”. É necessário desmistificar e problematizar a idéia muito recorrente de que segmentos *específicos*, tais como, por exemplo, políticos oriundos do Sul do Brasil (e não só desta região) que tinham terras e empreendimentos no Centro-Oeste e na Amazônia, foram os que ajudaram no deslocamento de migrantes sulistas para essas áreas sem interesses. Essa migração ocorreu também como mobilidade da *força de trabalho*, de mão-de-obra sulista para atuar na abertura de fazendas, no desmatamento, nos trabalhos agrícolas, na pecuária, em madeireiras..., que reproduziam interesses de uma classe hegemônica nacional que se instalava apropriando terras na *nova* fronteira agrícola.

Nesse sentido, percebemos desde o início de nossa conversa com Pedrinho uma visão *pessimista* do Norte, em função do seu insucesso e decepção com a migração para a Amazônia. Essa condição de *transterritorialidade* o faz comparar o “aqui” com o “lá”, Francisco Beltrão com Apuí. Nessas *comparações*, o migrante retornado não mede palavras para fazer elogios e afirmar a “*positividade*” em morar, viver e desenvolver relações em Francisco Beltrão; por outro lado, não hesita em fazer afirmações “negativas” para Apuí. Essa *transterritorialidade* que Pedrinho carrega em sua *memória*, através de sua experiência migratória, o faz desenvolver relações e comparações entre os lugares por ele percorridos, por ele vividos. Lugares que em sua memória são “negativos” e “positivos”, “bons” ou “ruins”, em função de suas relações, de situações que estiveram inseridas em determinados contextos de desenvolvimento da agricultura brasileira,

da modernização excludente e conservadora e das políticas de colonização da Amazônia.

Sobretudo, sua trajetória demonstra a *riqueza* em retomar, através de seu depoimento, às relações tecidas na experiência migratória e sua condição de transterritorialidade, pois “Eu não troco a vida daqui [Francisco Beltrão] por lá [Apuí]. Aqui é muito melhor, lá não é fácil, aqui as coisas são bem melhores; eu não troco um alqueire de terra aqui por dez lá (...) lá eu não voltei mais e não volto” (Pedrinho dos Santos). Esse depoimento demonstra a *transterritorialidade* migratória enquanto essa dimensão *tensa* entre o lugar de origem e de destino na migração. Nessa trajetória, se tratando de um migrante retornado, as experiências realizadas no lugar de origem não favoreceram a “reterritorialização”, desenvolvendo no retorno, comparações de afirmação e negação que reafirmam a sua condição de territorialização em Francisco Beltrão.

4.4 “De volta para o Sul”: o fluxo migratório paranaense para Santa Catarina

Com o desenvolvimento da industrialização e o aumento da urbanização a partir da década de 1970, de cidades no Sul do Brasil, especialmente de Curitiba, no Paraná, Joinville e Florianópolis, em Santa Catarina, e de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, houve o deslocamento, dentre outros destinos, de fluxos migratórios do interior do Paraná em direção a essas cidades que se tornaram *pólos* regionais de desenvolvimento atrativos à *mobilidade* espacial da população. Isso ocorreu pela necessidade de *força* de *trabalho* para atender a demanda das atividades industriais, do comércio e de serviços desses municípios. Migrantes gaúchos e catarinenses, que no período de 1940 a 1970 dirigiam-se de seus estados de origem para o Paraná, viram, a partir da década de 1970, sobretudo, seus filhos e netos partirem rumo a capital paranaense Curitiba, a Joinville e Florianópolis, em Santa Catarina, e a Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Houveram vários e dispersos fluxos migratórios de origem paranaense para esses destinos.

Francisco Beltrão, bem como muitos municípios do Sudoeste paranaense foram, a partir da década de 1970, os lugares de origem de muitos migrantes, especialmente jovens (homens e mulheres) que deixaram a zona rural para se deslocarem, em grande parte, para a cidade de Joinville, em Santa Catarina. Esse deslocamento ocorreu como *mobilidade da força de trabalho* (como na concepção de Gaudemar [1977]) para atender a demanda da crescente e dinâmica industrialização desse município catarinense. Essa migração de Francisco Beltrão e de municípios vizinhos¹⁵⁷ se constitui em um desdobramento do processo arrasador e excludente da “modernização da agricultura”, que desterritorializou muitos filhos de pequenos produtores rurais (da leva de migrantes gaúchos e catarinenses que chegaram no período anterior, entre 1940-1970 no Sudoeste paranaense). Esses jovens, a maioria da zona rural de Francisco Beltrão, sofreram com as mudanças técnicas e tecnológicas impostas ao campo a partir da década de 1970 que alteraram, dentre outros aspectos, a divisão social e territorial do trabalho; por isso, esses sujeitos criaram e estabeleceram *redes* de relações sociais com parentes em Santa Catarina (pessoas que haviam também migrado do campo catarinense para as cidades desse estado), configurando e integrando espacialmente a cidade de Joinville como grande pólo de *atração* desse fluxo migratório, em função da sua industrialização latente e crescente.

Para Magalhães (1996, p. 77) a partir da década de 1970, mas sobretudo em 1980, houve “deslocamentos de mão-de-obra migrante oriunda do Sudoeste do Paraná com destino aos centros industriais do norte de Santa Catarina”. Paralelamente aos fluxos migratórios com destino às áreas de fronteira agrícola do Centro-Oeste e do Norte do Brasil, o Sudoeste paranaense também deslocou correntes emigratórias com destino aos es-

157 Segundo informações levantadas em entrevistas e conversas informais, os municípios do Sudoeste paranaense que tiveram pessoas que migraram para Joinville, em Santa Catarina, foram: Francisco Beltrão, Enéas Marques, Dois Vizinhos, Salto do Lontra, Nova Esperança do Sudoeste, Verê, Itapejara do Oeste, Boa Esperança do Iguaçu, Santa Isabel do Oeste, Realeza e Ampére.

tados vizinhos do Sul, em especial Santa Catarina, significando, em alguma medida, movimentos de retorno, mas, sobretudo, através do aumento do poder de atração das economias catarinense e gaúcha no contexto dos ciclos expansivos da industrialização dos últimos decênios, que atraíram e absorveram um expressivo contingente da população paranaense para os centros urbano-industriais. Segundo a autora, o destino e a participação dos emigrantes interestaduais do Sudoeste paranaense foi, no período de 1970/1980, de 71,5% para Santa Catarina e 28,5% para o Rio Grande do Sul. A grande maioria dos deslocamentos foi de origem rural e de destino urbano, que constituíram 70% desse fluxo.

Alguns dados que coletamos junto ao IBGE de Francisco Beltrão – a partir dos Censos Demográficos – também demonstram esse quadro geral de deslocamentos migratórios de paranaenses, para os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul em décadas mais recentes. No ano de 1991 havia, no estado de Santa Catarina, 172.208 pessoas que tinham o Paraná como o lugar de nascimento, sendo que destas 86.391 eram homens e 85.817 eram mulheres; já no ano de 2000, o número de residentes no estado catarinense, com lugar de nascimento no Paraná, eleva-se para 278.729 pessoas, sendo 138.951 homens e 139.778 mulheres. No estado do Rio Grande do Sul existiam, no ano de 1991, 49.311 pessoas que haviam nascido no Paraná, sendo 24.338 homens e 24.973 mulheres; já no ano de 2000, o número de residentes no estado gaúcho, tendo o Paraná como o lugar de nascimento, elevava-se para 72.738, sendo 36.778 homens e 35.960 mulheres.

Contudo, o que confere *singularidade* a Francisco Beltrão – segundo informações levantadas junto às entrevistas e conversas informais –, foi o *volume de jovens paranaenses* que se deslocaram, sobretudo, para a cidade de Joinville, em Santa Catarina. Francisco Beltrão teceu, através das relações de pessoas que saíram da zona rural para trabalhar em indústrias de Joinville, uma ampla *rede social* entre migrantes e não migrantes, que ligou e

“aproximou” os dois municípios espacial e temporalmente com a produção de um território-rede. Numa tentativa de buscar demonstrar essa realidade pelas fortes ligações estabelecidas entre a rede de migrantes e não-migrantes de Francisco Beltrão e Joinville, é pertinente vislumbrarmos, por exemplo, a participação de paranaenses no ano de 2000, no município catarinense. Nesse ano, segundo o Censo Demográfico de 2000, a população total em Joinville era de 429.604 habitantes, sendo 213.535 homens e 216.069 mulheres; desse número, aqueles residentes no município que tinham o lugar de nascimento o Paraná eram, no total, 53.766 habitantes, sendo 27.091 homens e 26.675 mulheres. Podemos verificar que do total da população residente em Joinville no ano de 2000, que era de 429.604 pessoas, 53.766 destas tinham como lugar de origem o estado do Paraná, ou seja, 12,5%. Isso demonstra, a relevância, pelo menos no sentido geral, da participação de paranaenses na composição da população desse município catarinense.

Partindo dessa constatação geral, vejamos quais as relações que “aproximaram”, a partir da década de 1980, esse município à Francisco Beltrão em função da mobilidade da força de trabalho, fundamentalmente. Um importante elemento para essa migração foi à *rede de ônibus* que ligou esses dois “territórios”, conectando Francisco Beltrão à Joinville e vice-versa. A “rede técnica” que fez essa ligação foram as linhas de ônibus. Verificamos através de uma matéria exposta pelo Jornal de Beltrão, essa *conexão* entre as duas cidades pelas linhas de ônibus, apontando que estava “restabelecida a linha Sudoeste-Joinville”:

Através de uma liminar, a juíza federal Vera Luzia Feil, de Guapuva, restabeleceu a continuidade da linha de ônibus que liga o Sudoeste à cidade catarinense de Joinville. A paralisação havia causado transtornos à população que se desloca nessa rota, uma vez que é grande a ligação entre as duas regiões e a empresa Cattani possui a única linha direta. O Sudoeste mantém grande ligação com Joinville em função do efetivo de mão-de-obra que fornece ao

centro industrial catarinense; diariamente, saem pessoas de Francisco Beltrão tentando a sorte em indústrias de Joinville, muitos beltronenses já estão por lá e continuam a levar outros (JORNAL DE BELTRÃO, 01/04/1995, p. 18).

Também fomos informados, através das conversas com beltronenses, que alguns ônibus particulares eram/são fretados e organizados todos os anos de Francisco Beltrão para Joinville, entre os meses de março e abril em função do feriado nacional da Páscoa. Nessa data muitas famílias que têm parentes (filhos, netos, tios e sobrinhos) morando e trabalhando na cidade catarinense, se deslocam para visitar e “matar” a *saudade* dos parentes. Também de Joinville, todo final de ano são fretados e organizados ônibus particulares para que os migrantes paranaenses se desloquem a Francisco Beltrão para visitar seus pais, tios, primos, enfim, os familiares e amigos. São redes de relações sociais entre migrantes e não-migrantes que poderíamos denominar de “redes da saudade”, em função do objetivo do deslocamento: “matar a saudade dos familiares”, rever os amigos e para aqueles que retornam a Francisco Beltrão, para também “matar a saudade do lugar”.

Por isso, fomos em busca da pessoa que organiza o ônibus, todos os anos, para a viagem de Francisco Beltrão à Joinville. Através de informações obtidas com amigos e/ou com outras pessoas que entrevistamos, encontramos Lúcia Mendes, a pessoa responsável pela organização da viagem. Chegamos em sua casa e a encontramos lavando roupa; a mesma nos recebeu, no início, com a desconfiança normal de um encontro inesperado, mas que foi sendo superado com o desenrolar da conversa. Foi na varanda de sua casa que começamos indagando “porque começaram a organizar o ônibus para ir a Joinville-SC?”:

É que a gente tem os cunhados, os filhos, os parentes tudo para lá [Joinville]; daí eles organizam ônibus no fim do ano para vim para

cá (...) no natal eles vêm pra cá. (...) E a gente organiza outro ônibus aqui para ir para a páscoa para lá. O ônibus que a gente pega é sempre um ônibus grande para quarenta e poucas pessoas, mas agora não tá dando mais tanto, né? Porque os outros tão ficando tudo mais bem de vida, daí tudo tem carro, daí vão de carro. Daí esse ano [2008] foi só um ônibus daqui de Beltrão. (...) Primeiro, antigamente, ia bastante, né? Ia muita gente. Teve ano que foi mais de um ônibus. Agora teve o Paulo Mendes, de Nova Esperança [do Sudoeste], ele foi com dois [ônibus] este ano [2008], porque, primeiro a gente pegava até, claro os parente nosso, de comunidade do [interior] de Salto do Lontra, da Santa Terezinha que tem filho pra lá, que tem tio, primo pra lá (...). E agora que o Paulo Mendes pega da Nova Prata os ônibus de lá, daí já tem gente pegando de lá e de outros municípios, mas, ele sempre, todo ano vai com dois ônibus, todo ano pra Joinville. (...) Mas, já tem muito hoje que vão de carro próprio, daí já pega companheiro que tem parente lá pra dividir a gasolina, né? É que estes vão pra lá quando querem, quando sabem que tem gente de férias aqui ou lá, daí vão (...). Por volta de 35 anos [ou seja, 1973] que o primeiro parente foi pra lá. É, porque ele foi solteiro, ele já tem um piá com 16 anos (Lúcia Mendes).

Percebemos que a organização do ônibus de Francisco Beltrão à Joinville está (e esteve) condicionada à visita aos parentes que migraram para o município catarinense. Esse foi o principal motivo que levou Lúcia a começar a organizar a viagem, pois “É que a gente tem os cunhados, os filhos, os parentes tudo para lá [Joinville]”; a organização do ônibus tem por objetivo a viagem de pessoas da cidade bem como das comunidades da zona rural de Francisco Beltrão e de outros municípios vizinhos. Lúcia também ressaltou que outras pessoas – citando o nome de Paulo Mendes – organizam ônibus que passam em outras cidades do Sudoeste paranaense rumo a Joinville para visitar familiares que lá estão, como quem “tem filho pra lá, que tem tio, primo pra lá”, como ressaltou Lúcia.

Lúcia Mendes, nesse sentido, começou a organizar o(s) ônibus para Joinville em função de seus filhos estarem lá, e também do grande número de pessoas de Francisco Beltrão e de cidades vizinhas que tem familiares

na cidade catarinense. Assim, perguntamos “que motivo levou seus filhos a migrarem para Joinville-SC?”:

Pra trabalhá! Na roça não tava dando nada e emprego não tinha (...). É porque o nosso sítio era muito ruim. Era muito morro, né? Só pra trabalhar de arado, né? (...) A maioria foi porque na roça não tinha mais emprego, né? A maioria dos colono tinha poca (sic) terra e com uma filharada, então começaram a ir para lá (...) Eles trabalham numa indústria, os dois filhos trabalham lá e uma filha (Lúcia Mendes).

A mobilidade foi condicionada pelo trabalho e situada no interior das redes sociais. Através das transformações na estrutura produtiva que acarretou a crise territorial na pequena propriedade na agricultura de Francisco Beltrão, ocorreram inúmeras transformações territoriais que expropriaram muitas famílias de pequenos agricultores, acarretando a desterritorialização, como caracterizado, por exemplo, na família de Lúcia Mendes, com a migração de seus filhos para Joinville. Entendemos que essa mobilidade da força de trabalho esteve *permeada* por *redes* de *relações* sociais, especialmente por meio dos *vínculos* familiares e dos contatos de amizade; Lúcia Mendes assinalou que seus filhos foram para Joinville em função dos parentes que já estavam lá e da ajuda que receberam dos mesmos, no início, para a re-territorialização no novo lugar; a ajuda foi realizada desde o novo lugar para morar, quando seus filhos moraram no primeiro momento com os parentes, até a inserção social pelas *informações* disponibilizadas pelos familiares para “conseguir um emprego”. Como afirmou Lúcia:

Chegou lá só com a roupinha dentro da mala. (...) Foram tudo de mão abanando, só com o dinheiro da passagem; chegar lá e parar com os parentes, porque não tinha dinheiro para pagar a pensão. Parar com os parentes até o primeiro mês de receber, até que foram se fazendo, tudo solteiro (Lúcia Mendes).

Conforme considera Pedone (2003, p. 103), é importante percebermos as *estratégias* migratórias desenvolvidas na mobilidade que contemplam os vínculos de parentesco e as alianças desenvolvidas através das relações pessoais. A estratégia desenvolvida, foi à ajuda adquirida com os parentes que constituiu um *trunfo espacial* para os filhos migrantes de Lúcia; isso demonstra que os *vínculos* de *parentesco* foram *apoios fortes* para a reterritorialização econômica (do emprego), mas também cultural (afetiva) e política (das novas relações de poder, como as permeadas por novos conflitos cotidianos) desses sujeitos em Joinville. A trajetória socioespacial da migração dos filhos de Lúcia, demonstra, ainda, que não há um *único* “lugar” no território de destino, mas que existem *lugares intermediários recorridos* que se constituem em referências espaciais de apoio, em que os migrantes *otimizam* oportunidades pelas informações obtidas com parentes e/ou amigos e que potencializam a re-inserção social e a reterritorialização no novo lugar.

A mobilidade ocorreu em função do trabalho, sem dúvida, condição que é inerente ao e/imigrante, que é a “razão” de *ser* migrante, como ressalta Sayad (1998), mas, que, no entanto, esteve entrelaçada por dimensões subjetivas e objetivas, numa dialética que entrelaça dimensões econômicas, políticas e culturais pois se constitui no interior de contextos, diversas situações circunscritas aos lugares de origem e de destino e as relações estabelecidas nestes lugares com migrantes e não migrantes. Criou-se, como afirma Pedone (2003), um “espaço social” que é o “lugar” de interação entre os indivíduos (migrantes e não-migrantes) que *transcende* os lugares de origem e de destino na migração construindo, através de uma relação dialética, o espaço social de solidariedades (mas que também pode ser de conflitos), por meio das redes de relações de parentesco, de amizade, pessoais, enfim, de relações sociais.

Essa mobilidade também esteve condicionada as *negociações* no interior do âmbito *familiar* entre filhos e pais, por exemplo, como informa Lúcia Mendes em sua narrativa, que demonstra as relações familiares como à

ajuda financeira, a amizade e a disponibilidade de *informação* entre irmãos e demais familiares para a migração:

O primeiro que foi pra lá [Joinville] foi o meu cunhado, mas era solteiro também. Esse meu cunhado era muito amigo com os meus filhos e, daí a mulher dele, minha filha, foi pra lá e chorava muito, daí convidaram um dos meus filhos para ir para lá. Aí meu filho foi e viu que lá tinha parente e foi embora pra lá. Foi morá lá com a Ivone, até ela acostumá lá, e daí arrumô um emprego, emprego bão. Daí de repente, dali um mês, ele [o filho] veio, chego de madrugada, daí foi lá em casa e falou pro meu rapaz, meu outro filho: “Airton, eu vim te buscar pra tu ir trabalha pra lá, já ficou serviço arrumado, nos chegamos lá [em Joinville] segunda de manhã, já de tarde pode trabalhar, tu quer ir?”. O Airton disse que “sim”, que queria ir; aí meu filho que veio de Joinville falou: “Então tu vá arrumá as roupas e viajamos hoje de noite, porque eu vim só te buscar, não posso falta do serviço”. Aí eu comecei chorá, lembro até hoje, parecia que eu ia ficá louca, nunca um filho tinha saído de casa e agora dois iam sair. E, era o mais novo dos três rapazes, dezoito anos. Aí ele foi dizer adeus e falou: “Se é pra mãe ficar desse jeito, se a mãe não quer que eu vá, eu não vou”. Então, daí eu disse “vai”. Porque a gente é pobre, não pode dar as coisas, aí eu disse que “vai”. (...) se fosse que nem hoje, que tem telefone que a gente podia falar, é que a gente morava na roça e, tongo (sic), nem sabia o que era telefone. Daí se animou em ir. Daí quando tavam bem arrumado, compraram uma casinha, vieram buscar uma das meninas fazer o serviço da casa pra eles, porque morando só os dois era difícil; daí levaram ela e depois de trinta dia arrumaram serviço pra ela. Mas, daí começou a despinguê (sic) gente pra lá, a turma viu que eles começaram a se dar bem, limpou os parentesco, ficou só os velho que não podiam mais saí. (...) Tudo saíram da roça. Meu Deus, lá da Bela União [comunidade do interior de Francisco Beltrão] limpou, era triste, ficou só velharada, a gente ia na igreja não via mais rapaz, era só as crianças e os velhos, porque os rapaz não existiam mais (Lúcia Mendes).

Essa migração “começou” com o deslocamento de um parente da família de Lúcia Mendes (um cunhado), que ao se reterritorializar em Join-

ville, estabeleceu *contatos* com seus filhos, pois “era muito amigo com os meus filhos”. Isso produziu uma “corrente” na medida em que migrava um de seus filhos e se reterritorializava em Joinville com a ajuda de parentes, este vinha buscar o outro migrante em *potencial*, num processo que estabelece uma rede de relações sociais que acabam criando *canais* de *comunicação* e de *informação* através dos *vínculos* fortes familiares (entre irmãos), que otimizam oportunidades de inserção social econômica, política e cultural no novo lugar.

Pedone (2003), considera que a *família* é um *espaço* de *conflito* e de *negociação*. Como podemos perceber na narrativa, quando o primeiro filho de Lúcia que estava em Joinville veio para Francisco Beltrão buscar seu irmão, que “era o mais novo dos três rapazes, dezoito anos”, a *tensão* pela saída de mais um filho do convívio familiar fez com que a mãe resistisse, no primeiro momento, à sua partida: “Aí eu comecei chorá, lembro até hoje, parecia que eu ia ficar louca, nunca um filho tinha saído de casa e agora dois iam sair”; essa *partida*, no entanto, foi *negociada* quando o filho afirmou: “Se é pra mãe ficar desse jeito, se a mãe não quer que eu vá, eu não vou”. Foi, portanto, no interior de uma *negociação* no âmbito familiar que Lúcia Mendes *deixou* mais um filho migrar, justificada, segundo ela, pela *precariedade* das condições em que a família vivia: “Porque a gente é pobre, não pode dar as coisas, aí eu disse que ‘vai’”. Assim, é também no interior do *espaço* familiar que são tramadas as relações de conflito, de apoio, de ajuda e de negociação que *podem* possibilitar ou impossibilitar a migração. Os *contatos* estabelecidos, os *vínculos* e a *informação* disponível são elementos fundamentais para compreender as trajetórias socioespaciais na/da rede de relações sociais tecida na migração.

Na inserção ao mercado de trabalho no lugar de destino também participaram as *representações* e os *estereótipos* de migrantes considerados trabalhadores e não trabalhadores.¹⁵⁸ As *representações* *podem* possibilitar ou

158 Goetttert (2004), estudando a migração gaúcha para o Mato Grosso, assinalou a importância das *representações* que *podem* ou *não* abrir portas para o mercado de trabalho formal ou

não a inserção ao trabalho na sociedade receptora em função das “positividades” ou “negatividades” que o migrante traz do lugar de onde veio. Na migração de paranaenses para Joinville também participaram a representação de paranaense trabalhador. Considerando que muitas vezes o Sul do Brasil, ou seja, os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são *representados*, quando os sulistas emigrados estão em outras regiões do país, como uma sociedade homogênea do ponto de vista da ética do trabalho, é importante desmistificar que no interior da região Sul, existem, também, muitas diferenças, como demonstrado nessa migração paranaense para Joinville em Santa Catarina. O *paranaense* neste município foi *representado* como sujeito trabalhador possibilitando para muitos, o acesso ao trabalho rapidamente. Essa representação auxiliou os paranaenses para a inserção nesse mercado de trabalho catarinense, como nos disse Lúcia: “Lá, chego na firma, que fala que é do Paraná, mas, não refugam. Diz que são mais trabalhador. É só dizer que é do Paraná que já arruma serviço rápido. (...) Paranaense entra fácil lá, eles gostam de paranaenses”.

As relações *culturais* também são fundamentais na reterritorialização dos migrantes nos lugares de destino; são as relações da festa, da amizade, da afetividade, do amor, que podem possibilitar ou até mesmo impossibilitar a reterritorialização no novo lugar. Lúcia Mendes, por exemplo, apontou que a viagem dos familiares a Joinville tem caráter de *confraternização* através da realização de uma festa entre os parentes, marcada, pelos jogos de futebol entre migrantes e não migrantes de Francisco Beltrão, “os parentes”, contra os catarinenses de Joinville, “os estranhos”:

(...) eles [os familiares] sempre vão pra mode de jogo (sic) [de futebol]. (...) Tudo gosta de jogar bola. Daí os parente jogam contra os

informal no lugar de chegada dos migrantes. Mas, especificamente, assinalou a *representação* criada do *gaúcho trabalhador* no Mato Grosso que potencializou e possibilitou, para muitos, conseguirem serviço/emprego em função de sua origem sulista; a representação do gaúcho trabalhador se desdobra com a centralidade da ética do trabalho, da organização (povo ordeiro), da limpeza e da inteligência.

estranhos lá. Junta os parentes daqui [de Francisco Beltrão], com os de lá [de Joinville], e joga com os estranhos lá. Daí, se junta os parente daqui com os nosso lá, às vezes fazem dois jogos até, um dia joga os parente contra os estranhos, outro dia fazem aquele jogo tudo misturado, é uma festa (Lúcia Mendes).

Como considera Martins (1986a), o migrante só se re-territorializa quando a festa é levada ao novo lugar. Considerando a festa enquanto “espaço de múltiplos tempos”, como reitera Goetttert (1999)¹⁵⁹, podemos considerar que foram criadas ou recriadas relações, como as do futebol, através da interação em uma rede de *afetividade* de Francisco Beltrão para Joinville. São *temporalidades* que se tornaram diferentes (separadas e diferenciadas, em parte, pela mobilidade) entre migrantes e não migrantes, entre migrantes em Joinville e entre familiares que ficaram em Francisco Beltrão. São “tempos” e “espaços” que se encontram para uma confraternização através do “jogo de futebol”, que serve como baliza para o re-encontro e para a re-territorialização desses migrantes paranaenses em Joinville. A festa também é um momento de ruptura com o *cotidiano* muitas vezes sofrido com o tempo do trabalho; é o tempo em que o migrante em Joinville recebe seus familiares para a confraternização, para “matar a saudade”, para rever os familiares, para os “jogos de futebol” que são, como afirma Lúcia, “uma festa”.

Podemos considerar que o futebol nesse processo de interação em rede na migração, aparece como uma espécie de um “tempo-espaço ritu-

159 Goetttert (1999), compreendendo o espaço – a partir da afirmação de Milton Santos (1997, p. 83), “como uma acumulação desigual de tempos” – analisou uma festa no Rio Grande do Sul, no interior de uma pequena comunidade rural, considerando-a enquanto “espaço de múltiplos tempos” através das inúmeras relações que se encontram (e até desencontram). São, portanto, várias as temporalidades na festa que se encontram e se articulam, pois, “Nos múltiplos tempos possíveis de verificação naquele espaço, o tempo do mercado e do lucro (econômico) estão presentes; o tempo da visita do prefeito e de vereadores, assim como as discussões a respeito da ‘política’ é notável (político); e o aspecto social está subjacente na própria condição dos moradores (pequenos agricultores) e dos visitantes (na maioria pequenos agricultores e trabalhadores urbanos)” (p. 143).

alizado”, pois nas comunidades da zona rural de Francisco Beltrão (e de outros municípios do Sul do Brasil) era comum a reunião, aos sábados e/ou domingos, para o jogo de futebol. Era o momento da confraternização entre aquelas pessoas do campo que se reuniam para jogar futebol e “colocar o papo em dia”. Considerando que boa parte destes migrantes eram filhos de agricultores e que, portanto, tiveram uma relação muito presente com essa forma de confraternização que mistura amizade e esporte, os jogos de futebol em Joinville entre migrantes e não migrantes, entre “parentes” e “estranhos” servem para reviver um tempo e um espaço que fazem parte da memória, das lembranças e das práticas de lazer e confraternização que desenvolviam nas comunidades rurais.

Essas viagens para visitar parentes nos finais de ano com festas e com confraternizações através dos jogos de futebol, apresentam a condição de *transterritorialidade* dos migrantes de Joinville que, de acordo com as informações de Lúcia Mendes, querem voltar para Francisco Beltrão quando se aposentar:

Querem voltar. No momento que eles fizerem os anos que conseguir se aposentar, mas, vem já de volta! Não gostam de lá. É que nem eles dizem: “a gente tá lá por causa do trabalho”. Tão lá por causa do emprego, ganha bem em vista daqui. Ganha bem lá, mas a vontade deles é vim pra cá, é de voltá logo (...). Esse primeiro meu cunhado que foi pra lá, ele não voltou ainda porque a mulher não quer, mas ele já encaminhou os papéis da aposentadoria e tá só esperando pra se aposentar pra voltar. Mas ele, por ele já tinha vindo há muito tempo, mas ela não vem, porque diz que custô muito acostumá lá, agora os filhos já casaram, já tão tudo colocado lá. Mas, ele é doente (sic) pra vim pra cá. Às vezes ele pega atestado só pra poder vir pra cá, de tanto que gosta de vim aqui. E os meus [filhos] também são tudo loco (sic) pra vim pra cá. Tem o meu genro também, ele era do município de Nova Prata [PR], ele diz que quando se aposentar, ele não vê a hora de comprar uma chácara aqui e vir embora. (...) Eles querem voltar porque aqui dizem que se sentem em casa. Lá apesar de ter parente parece que tão entre estranho. Que é outro lugar, que gostam só para trabalhar, que tem

parente aqui, os pais principalmente e que aqui é mais tranquilo pra viver o resto da vida (Lúcia Mendes).

O migrante convive com essa *tensão* entre os lugares de origem e de destino; convive com essa condição ambivalente e contraditória de estar cindido entre dois lugares, entre *ser* de dois lugares e não *ser* de nenhum ao mesmo tempo. Essa *transterritorialidade* é demonstrada através da fala de Lúcia, sobre seus filhos e seu cunhado que anseiam em voltar! Em voltar algum dia para Francisco Beltrão, para o “seu lugar”. Como nos diz Lúcia, os *desejos* e sonhos de seus filhos, “No momento que eles fizerem os anos que conseguir se aposentar, mas, vem já de volta! Não gostam de lá. É que nem eles dizem: ‘a gente tá lá por causa do trabalho’”. A volta para esses migrantes apresenta-se na relação contraditória, na mobilidade, por meio da transterritorialidade que une e separa dois lugares, várias pessoas e várias relações sociais. O não gostarem de “lá”, de Joinville, demonstra a mobilidade forçada que sofreram e o processo de re-territorialização *relativa* desses sujeitos pois “não se sentem em casa”; foram, portanto, condicionados a migrar pelo trabalho, única razão de ser e/imigrante.

A *condição* de *transterritorialidade* para o migrante cria expectativas do retorno ao lugar aonde “tudo começou”; entretanto, essas expectativas podem ou não ser realizadas. O que podemos verificar por essa trajetória socioespacial é que a transterritorialidade é uma relação que *transcende* o lugar de origem e de destino, sendo uma condição ambígua e *tensa* de sentimentos, de desejos, de representações, enfim, de relações entre o “aqui” e o “lá”, entre a *ausência* e a *presença* que processa uma *transterritorialização*: a *condição paradoxal* de que fala Sayad (1998), de *ser* e/imigrante concomitantemente, na ausência e na presença. Há, portanto, o embaralhamento das referenciais espaciais e sociais nesse processo.

Para esses migrantes, Francisco Beltrão se tornou o lugar da saudade, pois como informa Lúcia, seu cunhado “é doente (sic) pra vim pra

cá. Às vezes ele pega atestado só pra poder vir pra cá, de tanto que gosta de vim aqui. E, os meus [filhos] também são tudo loco para vim pra cá”. Através da condição de transterritorialidade que os migrantes carregam, há a *vontade* e o *desejo* de voltar; do voltar para rever os familiares e amigos do voltar “ao lugar de origem”: Francisco Beltrão. O migrante cria estratégias para rever o seu lugar pois a volta aparece enquanto linha de fuga de Joinville, da sua mobilidade forçada; é o retorno “umbilical”, é o retorno a “raízes”, a aqueles que “o prendem” (familiares e amigos) com o lugar Francisco Beltrão, com o território que foi, em um momento, desenraizado. No entanto, esse voltar sempre idealizado não é “puro reencaixe”, pois o lugar não é mais o mesmo e nem o migrante também o é, o(s) lugar(es), o(s) não migrante(s) e o migrante mudaram: eis a ambivalência, eis a transterritorialidade. O retorno para o migrante é ao mesmo tempo, prazeroso e conflitante.

Lúcia apontou, também, que em Joinville há uma *concentração espacial* de paranaenses em bairros periféricos:

A maior parte dos paranaenses moram no bairro Escolinha, daí os meus [filhos] moram no bairro Paranágumirín (sic), daí, tem bastante paranaense e bastante dos nossos parentes no bairro Pinheiro, no [bairro] Aventureiro, no [bairro] Paraíso. No bairro Escolinha é o que tem mais parente, a maioria dali da Bela União [comunidade do interior de Francisco Beltrão] (Lúcia Mendes).

O bairro denominado Escolinha é, como informado, o que *concentra* o maior número de paranaenses, inclusive é o que tem o maior número de beltronenses. Isso foi resultado, da ajuda entre os parentes que foram sendo reterritorializados próximos uns aos outros, e também porque o preço do aluguel e de imóveis são mais acessíveis para a faixa de renda dos migrantes nesses bairros. De acordo com Lúcia, boa parte dos paranaenses que emigraram para Joinville esta relativamente melhor de vida do que quando mudaram. Em sua maioria conseguiram juntar alguns bens (casa e

carro, principalmente), e algum dinheiro a custa de muito trabalho e de um modo de vida que muitas vezes é de privação/contenção de gastos. Entretanto, houve, também, muitos casos de retorno de migrantes: “A maioria que estão lá se deram bem, mas, teve vizinho nosso que foram pra lá no tempo que os meus piá foram, que foram, ficaram anos lá e voltaram e tão aí, só tem os braços e a boca”. E “Tão aqui de volta, voltaram. Porque o que faziam gastavam em festa” (Lúcia Mendes).

Assim, percebemos nessa migração de Francisco Beltrão à Joinville a condição de *transterritorialidade* através das relações sociais que transcendem os lugares e os tempos de origem e de destino na migração. Foram múltiplas as dimensões, como demonstramos, que constituíram as teias sociais delimitando e conectando um território-rede construído entre migrantes e não migrantes, entre parentes e amigos.

4.5 A desterritorialização do caboclo no processo de modernização

Objetivamos compreender, aqui, a desterritorialização do caboclo frente ao processo de modernização¹⁶⁰ que acarretou inúmeras transformações sociais e territoriais em Francisco Beltrão e, com isso, demonstrar de que forma se deu a re-territorialização no município, mesmo que maneira precária.

A partir de 1970 com a implantação no campo da “modernização da agricultura”, houve a destruição massiva da paisagem florestal, acentuada de forma drástica pela adoção dos pacotes tecnológicos que se impuseram como novo padrão produtivo dominante. Essa mudança técnica e tecnológica acarretou, concomitante e gradativamente, a *desagregação* do

160 Conforme ressalta Ortiz (2006), esse processo de modernização que se mostra no presente período, é cada vez mais agressivo no que diz respeito à *homogeneização* cultural de territórios.

modo de vida caboclo que estava apoiado na *posse* da terra e na floresta, seu território. Esses novos padrões produtivos se tornaram hegemônicos e se fundamentaram em uma ética do trabalho e do progresso, que moldaram a “experiência comum” de migrantes de descendência européia, em praticamente toda a região Sul do Brasil.

Nesse processo, um primeiro passo dos caboclos e seus descendentes (filhos e netos) foi o *assalariamento* no campo, já no período de 1940 a 1970, tendo em vista que muitos venderam e/ou perderam a “força” suas propriedades para os migrantes gaúchos e catarinenses, tornando-se, na maioria das vezes, mão-de-obra para estes. O assalariamento contribuiu, também, para *mobilizar* esses sujeitos e seus descendentes diretos (filhos e netos) do campo para a cidade; famílias de caboclos foram para a cidade a partir da década de 1970 com a entrada arrasadora da “modernização da agricultura” pois, houve uma redução drástica da utilização de sua mão-de-obra na agricultura. O caboclo virou na cidade mais um expropriado e desterritorializado oriundo do campo, morando em bairros periféricos de Francisco Beltrão bem como de outras cidades do Sudoeste paranaense. Elza Comunello, uma das moradoras mais antigas do fluxo migratório sul-riograndense e catarinense para Francisco Beltrão, apontou elementos sobre o *derradeiro* paradeiro dos caboclos:

Ah! Mas aquilo lá os velho faleceram tudo, e a netaiada (sic) nem se sabe onde que ton. Tem o Faedo que tinha uma família grande, apesar que morreram os quatro, que eu sei, e o resto desapareceram, foram andando (sic). E, depois morreu os pais e os filhos dessa gente velha, porque, se quando eu vim já tavam com 60 anos, eu tinha 20 anos e ton com 83 anos, calcule? Os velho já não têm mais nem rastro e a filharada mais velha que já tinha, também acabou, né? Então, ficou os neto os bisneto desses caboclo. (...) Então, assim foi destruindo e terminando a família, esses jovens não se interessam de saber como é que eram, né? (Elza Comunello).

Sob o ponto de vista da migrante gaúcha, a *desintegração* do modo de vida caboclo ocorreu “pela morte dos mais velhos” e pelo não interesse

dos mais jovens em saber como era a cultura de seus descendentes. No entanto, apontamos que várias relações de poder estiveram entrelaçadas e permearam esse processo de encontro e desencontro entre o modo de vida caboclo e o modo de vida dos gaúchos e catarinenses. Houve, claro e disfarçadamente, como ressalta Langer (2007), o *encobrimento* pelos atores hegemônicos (políticos, comerciantes e agricultores mais bem sucedidos de Francisco Beltrão e região), das relações impostas pelo modo de vida que se territorializou enquanto “superior” dos gaúchos e catarinenses que *desintegrou* a cultura cabocla.

Outro gaúcho apontou a expropriação/desterritorialização que os caboclos sofreram e a migração destes para a cidade:

Olha, aquelas pessoas na verdade do meu tempo é, quando eu vim do Rio Grande [do Sul], aquelas pessoa que nós conhecia já eram velhos, então aqueles lá foi morrendo, daí veio vindo os filho, os neto que foi tenta, um parte dessa gente, a sobrevivência na cidade. Porque hoje, tão aqui enfiado nas favela esse povo. Os netos, os filhos daquelas pessoas lá, que eram meio posseiro, foi perdendo a terra e veio pra cidade. Hoje uma parte tão aqui no [bairro] horto [Padre Ulrico] mesmo os descendente daquelas pessoa. Porque a maioria tão por aqui (...). Com certeza aqui tem várias pessoas por aqui. Porque você vê: naquele tempo quem não tinha terra era arrendatário, né? (...). Então, quando você não queria ficar na terra vendia pro outro, era assim, né? (...). Daí o bem pobre que tinha naquele tempo, a caboclada, não tinha dinheiro nem pra construir uma casa, né? Como nós tava comentando antes, fazia uma casa de pau-a-pique. E, depois, quando foi vindo as época dos agri-mensor, tinha que vender e pagar, aquelas pessoas foi entregando aquilo direitinho, não tinham dinheiro pra medição da terra, e daí ficaram de agregado, começaram a trabalhá pros outro. Viver era fácil naquela época, caça tinha, pesca tinha, plantavam mandioca, podiam até colher, plantavam um pé de batata dava bem, então ia sobrevivendo (Salvador Verdi da Costa).

Segundo Salvador, aqueles primeiros caboclos, que conheceu no período que chegou ao Sudoeste paranaense, em função da idade avançada

da, já estão, a maioria, mortos. Grande parte, com um modo de vida que não visava o acúmulo de bens, e do ponto de vista da lógica da mercadoria e do mundo civilizacional, “eram paupérrimos”, só tinham a posse da terra mesmo enquanto capital; quando esta foi perdida/vendida, toda a sua “fórmula de sobrevivência” que o ligava à floresta foi destruída. Com o processo de “modernização”, como aponta Salvador, os caboclos não tiveram condições de legalizar, por exemplo, a propriedade da terra frente a um processo de cadastramento de imóvel rural, pois “quando foi vindo as época dos agrimensor, tinha que vender e pagar, aquelas pessoas foi entregando aquilo direitinho, não tinham dinheiro pra medição da terra, e daí ficaram de agregado, começaram a trabalhá pros outro”.

Antonio Cândido (1977), em *Os Parceiros do Rio Bonito*, investigou o modo de vida de um agrupamento caipira, buscando a sua compreensão a partir de uma cultura tradicional, ou seja, os costumes que permaneceram daquele caipira anterior à chegada dos colonos do fim do século XIX. Segundo o autor, os caipiras, por se caracterizarem com uma “cultura rústica”, tiveram que ajustar o seu modo de vida ao “mínimo inevitável de civilização e da urbanização” (p. 218). O processo de modernização levou o caipira, num primeiro momento, a um certo isolamento, pela rejeição, para dar continuidade à reprodução do seu modo de vida; porém, isolado da sociedade como um todo, sua tendência era “desaparecer” enquanto modo de vida singular devido à ausência do “território” que mantinha a sua reprodução cultural, isto é, à floresta.

Nesse processo de desterritorialização, o caipira foi perdendo grande parte de sua cultura e o seu modo de vida sócio-territorial, seja pela *desintegração* (mobilidade, dispersão), seja pela imposição e adaptação a novos padrões, comportamentos, visões de mundo, especialmente aqueles vinculados ao modo de vida urbano-industrial tendo que “ajustar-se ao que se poderia chamar de mínimo inevitável de civilização”, como considera Cândido (1977, p. 219). Para esse autor, ainda, esses grupos de caipiras

“aceitam a cultura urbana a partir dos padrões impostos, aquilo que não poderiam recusar sem comprometer a sua sobrevivência”, mas, rejeitam os padrões propostos “os que se apresentam com força incoercível, deixando margem mais larga à opção”, ou seja, tendo uma margem para continuarem mantendo alguns traços culturais vinculados ao seu padrão cultural.

Para Cândido (1977), é difícil a cultura caipira resistir à expansão capitalista e ao projeto civilizador, pois, a “fórmula de ajustamento ecológico” (a qual, também, fez referência Darcy Ribeiro), na qual a econômica de subsistência, que dava autonomia, foi *desintegrada e desterritorializada* pela introdução arrasadora dos processos racionais de produção, da modernização e de um modo de vida apoiado em regras e padrões civilizacionais. Desse modo, podemos afirmar que o caboclo em Francisco Beltrão foi expropriado da sua terra com a migração gaúcha e catarinense (década de 1940 em diante), e com a chegada do capitalismo no campo (com maior ênfase após o delineamento da “modernização da agricultura” a partir da década de 1970), sendo também expropriado do seu modo de vida e dos elementos que compunham a sua cultura ligada a caça, a coleta, a pesca e a agricultura de subsistência de “pequenas roças”. A rusticidade dos meios e modos de vida continuou ainda por algum tempo em Francisco Beltrão. No entanto, o assalariamento acabou prevalecendo com a perda da terra. Por isso, a inserção da maioria dos caboclos deu-se, primeiramente, por meio do trabalho, tornando-os mão-de-obra na relação de agregado, diante da prestação de alguns serviços em propriedades em troca de moradia e alimentação, especialmente.

Entrevistando migrantes gaúchos e catarinenses, podemos perceber essa transformação do caboclo em mão-de-obra nas propriedades rurais:

A caboclada era a mão-de-obra que tinha naquele tempo pra trabalhar, né? Tinha muito por aí, então tu reunia uns caboclo para trabalha nas roça em época de colheita, ou de fazer um serviço que exigia mais gente (Alfredo Antonio Presente).

Quando tinha que colhê pegava caboclo pra trabalhá; tinha bastante na época, pagava por dia; aí comprava uma cachaça, porque a maioria gostava de trabalhar bebendo, né? (risos) Aí eles trabalhavam faceros (Adolfo João Pedron).

Por isso, muitos caboclos e seus descendentes passaram a habitar e/ou até mesmo formar aglomerações urbanas que, posteriormente se tornaram bairros periféricos de Francisco Beltrão, com a migração rural-urbana entre 1970 a 2000. Segundo Mariano (2001, p. 30), a rusticidade dos meios de vida presente na cultura caipira, cabocla, caiçara, é um exemplo de “*marginalização*”. Essa cultura era independente do mercado, independente da mídia, independente das leis que buscam o progresso porque se “autosustentava” no interior de um padrão de vida. A rusticidade, deste modo, faz parte da condição do caboclo quando não hegemonizado pela modernização. A desterritorialização foi produzida no interior do processo de precarização em que sua reterritorialização foi posta diariamente enquanto desafio para sua sobrevivência. Com o arrasador processo de modernização em Francisco Beltrão, a partir da década de 1970, houve, mais ainda, o *acirramento* dos encontros e de desencontros entre concepções e visões de mundo entre caboclos, de um lado, e gaúchos e catarinenses, de outro, em função do projeto de modernização. Foi, através do encontro do rústico com o moderno, dois tempos, duas temporalidades: o tempo lento dos caboclos se deparou cada vez mais com o tempo da produção de mercadorias. Ritmos diferentes que se contrapuseram e conviveram numa produção socioespacial cada vez mais capitalizada, mais permeada de técnica, tecnologia e informação.

Um *possível* indicativo da permanência dessa população cabocla em Francisco Beltrão, está na “cor ou raça” da composição demográfica do município. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE, no ano de 2000, do total de 67.132 pessoas residentes, 1.248 eram de “cor ou raça” negra, 10.692 eram de “cor ou raça” parda e 90 eram de “cor ou raça”

indígena. Também, uma pesquisa realizada pela Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – Assesoar (1998, p. 2), constatou que da população de pequenos agricultores residentes na zona rural do Sudoeste paranaense em 1998, 18% se declararam de origem luso-brasileira, caboclos em sua maioria. Esses dados nos permitem fazer uma aproximação com a realidade de Francisco Beltrão e demonstrar a presença desses sujeitos no território. Para o pesquisador da Assesoar Walter Roberto Marschner, ainda há, na área rural do Sudoeste paranaense remanescentes de caboclos morando em terras em que o relevo é mais acidentado:

Parece um determinismo, mas os remanescentes de caboclos hoje se encontram em terras dobradas de Francisco Beltrão e Sudoeste [paranaense]. No município de Enéas Marques, Vêre, Manfrinópolis, Salgado filho têm ainda muitos no interior. (...) Também em outras regiões do Paraná também tem caboclos que, pode ter possivelmente se deslocados daqui. Lá na região central do Paraná, como na cidade de Pinhão, Laranjeiras, tem (Walter Roberto Marschner).

Para o pesquisador, os caboclos foram sendo desintegrados em função da cultura dos migrantes gaúchos e catarinenses se tornar hegemônica no Sudoeste paranaense, através de um processo “*frio*” (sem conflitos armados, que se tem conhecimento) de imposição sócio-territorial e/ou de territorialização de um modo de vida “superior” (em correlação de forças):

Os caboclos foram sendo empurrados daqui pelos colonos que foram chegando. Os colonos traziam a civilização, o progresso, a propriedade privada mudando a relação com que os caboclos tinham que era de posse da terra. (...) Não se tem notícias de conflitos armados por aqui em Francisco Beltrão ou no Sudoeste entre caboclos e colonos como teve no Oeste Catarinense, por exemplo. Pode até ter havido, mas, não sabemos. Houve esse “empurramento” destas pessoas para fora daqui e outros foram se integrando ao jeito dos migrantes que chegavam para viver. Os caboclos que

ficaram alguns foram trabalhar para os colonos, até virem para a cidade para trabalhar (Walter Roberto Marschner).

Assim, é pela mobilidade gaúcha e catarinense que os caboclos perderam seu território: perdem suas terras em um processo de *expulsão* pela força e talvez pela “*sedução*” ao dinheiro, além, do “poder simbólico” (Cf. BOURDIEU, 1998) de alguns atores hegemônicos (agricultores com maiores propriedades e poderes aquisitivos, políticos, comerciantes e donos de industriais dentre outros) para expulsar “friamente” (pela força física e/ou pela compra) o caboclo de suas terras. Alguns migrantes descendentes de europeus logo se apropriaram do território caboclo e enraizaram outras relações sociais; o caboclo foi des-territorializado perdendo o seu domínio territorial (a sua terra) e foram sendo hegemonizados por outras relações, por outros projetos. É claro que alguns descendentes de caboclos se inseriram na civilização como pequenos comerciantes (donos de bares, por exemplo), mas, a grande maioria, foi sendo des-territorializada através da expropriação de suas terras tornando-se mão-de-obra. Esse processo de perda de território, da desterritorialização dos caboclos e da re-territorialização precária em Francisco Beltrão, foi assim apontado por um entrevistado:

Hoje mesmo tem muito perdido por aí. Aqui mesmo no bairro as vezes passa uns descendente, né? Desses bugre (sic), que tu sabe o branco tomou conta do que era deles, e daí tem uns perdido por aí que as vez aparece. Então tem uns sobrevivendo por aí. Porque o caboclo não foi trabalhá, muito poco, o caboclo era só pesca e caça. Daí o gaúcho foi tomando conta do terreno deles, daí não tinha mais caça, não tinha mais peixe, então, tiveram que vir pra cidade; muitos e tão por aí trabalhando de carroceiro, catador de papel, nesses emprego, assim, mais inferior, pra pode sobreviver (Maria Amélia Panhan)

Maria ressaltou o *poder* do branco em “tomar a terra do caboclo”, o que re-afirma as fortes relações de poder e de imposição em que teve o processo de desintegração e ajustamento dos caboclos ao modo de vida urbano-industrial com a migração para a cidade. Muitos se tornaram *carroceiros* e *catadores de papel* e passaram a morar em bairros periféricos de Francisco Beltrão como, por exemplo, nos bairros Padre Eurico, Pinheirão, Antônio de Paiva Cantelmo, Beija-Flor, Santa Rosa e São Miguel dentre outros. Através das entrevistas, constatamos que os caboclos foram se tornando pessoas com *funções* consideradas “inferiores” no interior do desenvolvimento urbano-industrial de Francisco Beltrão:

Ah! Eu vim dá roça quando era pequeno; viemo morá aqui no [bairro] Padre Eurico. Aí não conseguia arrumá emprego, tava meio difícil, eu também não tinha estudo, comecei a catar papel, latinha, material pra reciclá, sabe? Arrumei um carrinho pra junta o material e aí to tocando a vida, eu mais dois filhos e a mulher (João de Melo).

Olha, meus pais trabalhavam de agregado, por dia no interior, né? Tinha um pedacinho de terra lá, mas era poquinho. Então, chegou uma hora que viemo pra cidade, aí consegui arrumá emprego aqui na Sadia e ficamos por aqui mesmo no bairro [Pinheirão] (Luis Almeida da Silva).

Nós morava no bairro da Cango, antes né? Aí, meu pai que trabalhava em madeireira começou a ficar doente e teve que pará de trabalhá. Aí nós mudamos aqui pro [bairro] São Miguel e os filhos começaram a trabalhar, uns aqui, outros ali. (...) Um irmão meu foi trabalhá em mecânica, outro em marcenaria, outro na Sadia, eu fui cuidá de aviário e depois vortei, não deu certo, aí fui pra Sadia também. E assim foi indo. Hoje tamos os irmãos tudo por aqui, no bairro, a maioria mora aqui (Edinei Matos).

A “cultura cabocla” ainda pode ser percebida em Francisco Beltrão por meio dos benzimentos, dos curandeiros e, especialmente, através da

especialização da cor negra que se “territorializou” nos bairros periféricos da cidade. Entretanto, esses elementos da “medicina cabocla” e outras crenças enfraqueceram-se significativamente, fenômeno este presente não somente em Francisco Beltrão; houve a abertura para o mercado e a “aceleração” de elementos trazidos pela “modernização”. A “medicina cabocla” – conhecimento possivelmente herdado dos índios, enriquecido com as crenças e elementos trazidos pelos europeus – era muito praticada no meio rural beltronense. As dificuldades de atendimento médico contribuíam para um socorro local com fusões de ervas, juntamente com as rezas, os chamados “benzimentos”. O conhecimento dessas ervas e raízes era comum entre as pessoas do campo, que se automedicavam ao se sentirem enfraquecidas, ou com dores que indicassem o aparecimento de alguma doença. Assim, um benzimento “aqui” e outro “lá”, seja com arruda ou com alecrim, ainda está presente na cidade, convivendo com o médico, com a medicina oficial.

O caboclo foi inserido precariamente ao mundo da civilização, da mercadoria, da industrialização. Contudo, em Francisco Beltrão encontramos traços da cultura cabocla dispersos, diluídos na cidade. O que existem são permanências que se justapõem ou se utilizam de elementos trazidos pela modernidade, são traços de uma cultura que *re*-existem à “modernização”. Para o (descendente de) caboclo(s) foi necessária a “adaptação” aos traços impostos pela economia de mercado, fundamentalmente, à aqueles ligados a sua sobrevivência. A cultura cabocla, desse modo, está, sobretudo, na memória de alguns sujeitos que benzem com ramos de arruda e curam feridas, que continuam a cultivar e a alimentar seus mitos e suas crenças que ouviam de seus pais e avós, enfim, que contam “causos do tempo antigo” “retomando”, em alguma medida, um tempo e um espaço que lhes foram tomados. Em Francisco Beltrão, pelo processo de des-territorialização e re-territorialização o “território” do(s) (descendentes de) caboclo(s) parece ter se tornando aquele de um trabalhador e de um consumidor, mesmo que precariamente.

4.6 A construção da identidade territorial beltronense

Nossa investigação aqui, consiste, em analisar e compreender aspectos da *relação entre espaço, cultura e política* enquanto elementos inerentes à construção identitária e territorial do sujeito de Francisco Beltrão, demonstrando como o espaço exerce *elemento central* para *identificação* de um grupo social. A *construção* da identidade territorial beltronense é uma produção histórica e está ligada intimamente ao processo *migratório*, de ocupação/colonização e de apropriação/dominação do Sudoeste paranaense. Essa *re-territorialização* dos migrantes gaúchos e catarinenses produziu uma *re-significação* do espaço fabricando um forte sentimento de *identificação* e de *pertencimento* ao Sudoeste paranaense, ou, em sentido estrito, a Francisco Beltrão. Nosso ponto de partida é o de que a identidade é sempre uma *construção histórica-geográfica* dos significados sociais (culturais, políticos e econômicos) de um território que referencia o processo de *distinção* e *identificação* de um indivíduo e/ou de um grupo social através do processo de *territorialização*.

O *discurso* é elemento imprescindível na construção da identidade territorial. Em Francisco Beltrão historicamente a produção de “discursos de verdade” hegemônicos estiveram nas mãos daqueles políticos, comerciantes, donos de indústrias, médicos e dentistas que *acionaram* o elemento de distinção de “*ser pioneiro*” ou “descendente de pioneiros” para “naturalizar” certas ordens e ações que foram impondo uma determinada disposição de relações sociais e espaciais. Um dos “primeiros” discursos que foi construído desde o início da migração gaúcha e catarinense – e que já discutimos nessa pesquisa – foi o da ética do trabalho, acionado, especialmente, para a colonização, na tentativa de homogeneização cultural e unificação econômica e política do território brasileiro, que teve suas raízes durante o governo Getúlio Vargas e que permaneceu muito presente nos discursos políticos durante o regime militar, com os governos militares.

O Jornal Tribuna do Sudoeste, de 8 de maio de 1971, por exemplo, demonstrou esses elementos de distinção quando afirmava que “Francisco Beltrão é cidade do progresso, dotada de um povo ordeiro, trabalhador e interessado naquilo tudo que diz respeito mais de perto à região”. Pressupostos do positivismo assentados no tripé ordem, progresso e trabalho foram acionados e burilados para a construção da identidade territorial de Francisco Beltrão. Esse discurso é um elemento de construção da identidade territorial na medida em que *localiza* o sujeito em um espaço e um tempo de referência, de relações sociais mediadas pela espacialidade, por um território instituído de certos valores de distinção, de diferença, como o valor moral do trabalho modelador do beltronense. Através de entrevistas pudemos verificar esta dimensão que “encarnou” nos sujeitos, na sua subjetividade (pelos valores) e na sua objetividade (pelas suas práticas materiais) a *dimensão* do *trabalho* como elemento inerente à condição do sujeito de Francisco Beltrão. A relação de diferença foi estabelecida por meio de um valor moral que se tornou um “geosímbolo”, de desbravamento, de trabalho, de progresso, de fé, de heroísmo e de orgulho de *ser* pertencente/circunscrito a uma parcela de espaço. Vejamos o que um migrante gaúcho nos relatou em entrevista, sobre o trabalho e sua relação com o território:

Trabalhar toda vida, né? Quem não trabalha não prospera (sic). Então quando nós viemos do Rio Grande [do Sul] para cá o negócio era trabalhar; tinha que fazê as coisa, né? Se a gente não trabalha ninguém faz pela gente; (...) aqui, o pessoal que chegou toda vida foi trabalhador, acorda cedo e ir pra roça, trabalhar, fazê o serviço. (...) Trabalhar é bom, a gente se sente bem, né? Quando faz as coisa parece que a gente fica alegre porque consegue fazer o serviço. Pra tu ver, o trabalho ajuda a gente, quem trabalha só vai pra frente, a maioria que trabalha só cresce (Antonio Matos).

O trabalho foi incorporado na fala dos sujeitos e nas suas práticas materiais e estabeleceu fronteiras simbólicas através do discurso, do que

é falado, do que é apreendido enquanto valor do sujeito territorial, das suas visões de mundo. Por isso, é possível ver essa relação comparativa, contrastiva e conflitiva na fala de uma migrante gaúcha que chegou a Francisco Beltrão na década de 1960:

Na verdade, no estado do Paraná o povo é muito trabalhador, praticamente é um dos estado mais trabalhador que tem (sic). O pessoal aqui de [Francisco] Beltrão então, a maioria é tudo trabalhador. Se tu, por exemplo, ir pro Pará, Rondônia, Paraguai, esses lugar o povo não é de pegar! (sic) Não gosta muito de trabalhá (...). Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o Paraná é quase tudo um padrão de um povo equilibrado no trabalho, é pegador, é trabalhador. Pode notá, o gaúcho, o catarina e o paranaense eles tem quase o mesmo tipo de sobreviver, né? Trabalha bastante, né? Em comparação a outros lugares (Otília Antonello)

Podemos perceber na fala, uma forte relação de *identificação* com o território beltronense, e em amplo sentido, com o território paranaense. O elemento fundante e marcador da diferença é o trabalho e, por extensão, o *ser* trabalhador, que a partir dessa condição de distinção na escala do território brasileiro liga os estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná num processo de identificação. Há, portanto, a produção de uma diferença que é elemento de forte distinção e de identificação territorial, ou seja, com a região Sul do Brasil.

Para compreendemos a identidade beltronense, temos que considerar o jogo relacional entre inúmeras escalas, pois em Francisco Beltrão temos a identidade do gaúcho e catarinense migrante que complementam e se contrapõem em alguma medida as gerações nascidas posteriormente nesse território e que acionam essa condição de identidade paranaense; num outro nível escalar, no Sudoeste paranaense, os migrantes gaúchos e catarinenses se juntam aos nascidos no território, os paranaenses, formando a identidade territorial beltronense que busca se distinguir do pato-branquense (identidade oriunda do município de Pato Branco); mas se

ambos – o beltronense e o pato-branquense – vão para outras regiões do Paraná (Oeste, Norte e Região Metropolitana de Curitiba) os dois se juntam acionando a identidade de Sudoestino paranaense em oposição às identidades dessas outras regiões. Mas, se um beltronense nascido nesse território se encontra em Santa Catarina ou Rio Grande do Sul com catarinenses ou gaúchos, este aciona em oposição, à identidade de paranaense; logo, se um paranaense, um catarinense e um gaúcho se encontram na região Norte do Brasil, eles se juntam como “sulistas” em oposição aos “nortistas”. Agora, se um paranaense, um catarinense e um gaúcho se encontram na Grécia, eles imediatamente se definem como “brasileiros”, por oposição aos gregos. Assim, a identidade (beltronense) é acionada dependendo da escala e da relação que esta sendo desenvolvida com o outro, com a outra identidade territorial.

Contudo, essa identificação também ocorre através da re-territorialização dos “hábitos gaúchos” participantes da “cultura” de descendentes da imigração européia para o sul do Brasil como os do churrasco, do chimarrão, das comidas típicas (polenta, macarrão, queijos, salames, cuca, dentre outros), do linguajar, dos trajes que convergem com a forte ética do trabalho e da religiosidade, sobretudo, a da Igreja Católica. Essa dimensão do trabalho, portanto, liga os três estados do Sul do Brasil, e Francisco Beltrão tem sua produção discursiva materializada nas práticas e nos hábitos dos sujeitos através da construção de um modo de vida e de visões de mundo-lugar assentadas no trabalho.

As *identificações* são prenes de discursos que emergem no interior de relações de distinção e de poder: o poder de *demarcar* determinada parcela do espaço dotada de certas características que são *materializadas* no espaço (FOUCAULT, 1999). Em Francisco Beltrão, um “tempo-espaço imortalizado” na cidade se refere aos “pioneiros”, ao “pioneirismo” que “veio até a terra prometida para desbravar”, isto é, apropriar e dominar aquela parcela do espaço por meio da sua concepção de trabalho inserida na sua acepção ideológica de “progresso”, aliado ao pretenso desenvolvimento econômico. Esse “pioneirismo” constitui o *mito fundador* do município, o

mito que é acionado para construir e burilar a identidade territorial do *ser* beltronense. Podemos verificar essa demarcação da diferença através do *símbolo* do “pioneirismo” pelo monumento ao “pioneiro” em uma praça de Francisco Beltrão, denominada de “monumento ao pioneiro”, conforme a foto 10, a seguir.¹⁶¹

Foto 10: Monumento ao pioneiro



Foto: Marcos Leandro Mondardo, 16/01/2008.

161 O Jornal de Beltrão, de 4 de dezembro de 2001, informava, quando estava em construção a praça do pioneiro, os motivos da criação e da escolha da localização da mesma afirmando que: “trata-se de uma moderna praça de recreação que está sendo construída na avenida General Osório, no Bairro Cango. A praça em construção vem detonar a realidade em um velho sonho da população do mais antigo bairro da cidade, e a sua localização do mais antigo bairro da cidade. Essa localização não poderia ter sido melhor, já que está num dos pontos mais elevados do bairro. A nova praça será denominada “Praça do pioneiro”, numa justa homenagem àquele que *desbravou* nosso *sertões*, transformando esta região numa das mais prósperas do Estado” (p. 12, [grifos nossos]).

É importante destacar que esse monumento é baseado numa fotografia – que consta neste trabalho no item 3.3, foto 4 – sendo portanto um “recorte da realidade”, especificamente do período da migração gaúcha e catarinense para o Paraná. Ao lado está uma extensa legenda que esclarece ao expectador, a mensagem a ser incorporada:

Oriundos principalmente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, vindos a cavalo, carroças ou caminhões, abrindo picadas, transpondo rios e pontilhões, enfrentando poeira e atoleiros.

Aqui chegaram famílias inteiras amparadas pela CANGO e deram início à efetiva colonização desta terra.

Com determinação e iniciativa de pioneiros plantaram aqui seus sonhos, que logo floresceu – singela Vila Marrecas.

Hoje colhemos os frutos – próspera e acolhedora cidade de Francisco Beltrão.

A eles, nossos heróis pioneiros, modelos de fé, coragem e esperança, aos quais devemos tudo o que temos e somos, aqui deixamos nossa gratidão (DEPARTAMENTO DE CULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO, 2002).

O monumento e a legenda explicativa acionam e burilam um conjunto de símbolos a serem fixados pela memória coletiva do ser beltroense desse território. Texto e imagem se correlacionam num esforço de constituir uma “verdade” a ser absorvida. Entre as características destes migrantes que vieram para o território destacou-se na legenda o arrojo e o destemor no enfrentamento dos obstáculos naturais (selva, rios e intempéries), o apoio do Estado paternalista através da CANGO que deu “início à efetiva colonização desta terra”, o ímpeto de colonizar e a sensibilidade de sonhar que fizeram nascer “singela Vila Marrecas”. Homens e mulheres com esse perfil (modelo) são os heróis fundadores que instauraram a civilização num território considerado anteriormente “selvagem”, “terra de ninguém”. Ou seja, foram os “*pioneiros*”. Em Francisco Beltrão mas também em boa parte do Paraná a evocação desse substantivo-adjetivo

é capaz de suscitar reverências e sentimentos honrosos, valores morais “superiores” para esses sujeitos e seus filhos que legitimaram a “naturalização” da produção de uma considerada “verdadeira” história e geografia de um período: o da migração e da colonização gaúcha e catarinense. No entanto, os “pioneiros” dessa história e geografia “verdadeira” não foram e nem são considerados todos iguais, são aqueles que tiveram e tem um maior poder econômico e político e/ou até mesmo de prestígio frente ao território como médicos, comerciantes, donos de indústrias, grandes proprietários de terra, dentre outros. Por isso, a prefeitura municipal estando na mão de “pioneiros” e/ou de filhos destes, aparece como “administradora da memória oficial” do território, selecionando aqueles atores que podem falar de uma determinada “verdade”, construída, inventada, acionada e burilada constantemente para “naturalizar” um determinado caminho para o território, um *projeto* que foi e é traçado constantemente pela classe hegemônica local.

A legenda ainda expressa bem a atitude de valor moral “superior” diante dos “pioneiros”: se a eles “devemos tudo o que temos e somos”, não é inadequado dizer que todos os habitantes do município lhes devem a própria existência. Sendo assim, os pioneiros representam o que há de mais sagrado “pois tanto os indivíduos quanto a coletividade territorial lhes deve tudo”. Esse discurso histórico-geográfico de caráter ufanista, voltado à heroização e sacralização de personagens ou grupos sociais busca dar maior poder para os detentores desse poder simbólico: os “pioneiros” e seus descendentes que acionam sempre quando necessária essa condição para mobilizar ações em torno de projetos. Também, esse discurso tem por objetivo produzir um imaginário-territorial “verdadeiro” acerca das origens e, paralelamente, construindo uma identidade adequada ao *status* dos que exercem o poder simbólico desse território.

O monumento ao pioneiro é uma faceta da espacialidade e da temporalidade humana do município em função do processo de migração, ocupação e colonização que é visto e dito por um discurso *hegemônico*, enquanto um *ato* heróico, nobre e que confere distinção ao território e aos

“detentores” do poder local, que utilizam do título, da marca territorial de “pioneiro”. O monumento marca a paisagem (e assim a vida das pessoas) através da materialização de um geosímbolo carregado de significados que *re-significam* o espaço e a consciência coletiva, formando, em parte, a identidade territorial do beltronense, que escamoteia e mascara conflitos, contradições, hegemônicos e hegemonzados no processo histórico de migração e colonização. Segundo Corrêa (2005), os monumentos são intencionalmente dotados de sentido político, capazes de condensar complexos significados em torno de valores, práticas e visões de mundo que são acionados e “revivemorados” para atuar como mecanismos regulatórios de informações, e que buscam re-inventar, administrar e controlar significados

Outra fonte de representação espacial é a *religiosidade*. Esta é elemento presente nas relações estabelecidas no território de Francisco Beltrão demarcando, visões de mundo e valores a partir da visão holística cristã da Igreja Católica que administra o “certo” e o “errado”, o “bom” e o “mal”. Jacques D’Adesky (2001, p. 51) considera que “a religião é uma importante referência de identidade. Governa a vida espiritual dos indivíduos e mantém, na ordem do particular, um conjunto de práticas e deveres”. O catolicismo, portanto, “encarnou” o credo dos colonizadores e das suas relações materiais e imateriais no e com o território de Francisco Beltrão no período da migração. O território foi o símbolo de uma afirmação existencial em torno de uma concepção religiosa. A religião foi historicamente um sistema gerador de *sociabilidade* e de *identificação* através dos geossímbolos no município.

A construção histórica-geográfica da identidade territorial beltronense esteve ligada intimamente aos valores da Igreja Católica. A *materialização* dessa fé, e das suas relações político-ideológicas que foram territorializadas em uma estátua do Cristo Redentor em Francisco Beltrão (foto 11), que além de valores cristãos que comporta serve, também, de forte *identificação* no espaço criando uma referência simbólica e afetiva (no caso religiosa) a uma dada coletividade, na mediação das relações cotidianas. A estátua do Cristo Redentor, que tem domínio de um dos pontos “morros” mais altos da cidade de Francisco Beltrão, é exemplo de imagem valoriza-

da (sagrada) e produtora de uma paisagem específica. A estátua pelo seu tamanho e localização estratégica, além de comportar um conjunto de valores, fez com que a cidade passasse a se identificar e a ser identificada com o Cristo Redentor através de várias atividades religiosas ligadas a Igreja Católica como, as peregrinações em datas importantes (“sextas-feiras santas”), realizações de missas, lugar tornado sagrado para aqueles que vão realizar pedidos a Deus e/ou agradecer, lugar de orações, de passeio e de turismo. As práticas ligadas ao catolicismo de boa parte dos moradores de Francisco Beltrão (e do Sudoeste paranaense) passaram a ocorrer no Cristo Redentor.¹⁶²

Foto 11: Morro do Cristo



Foto: Marcos Leandro Mondardo, 22/03/2008.

162 Nele também se reconhece uma divergência e/ou *sobreposição* identitária territorial que comprova as numerosas utilizações dos símbolos para fins tanto religiosos quanto profanos, pois esse lugar identifica aquele que o frequenta enquanto católico e aquele que não o frequenta enquanto não-católico criando, também, no interior do município, lugares sagrados e lugares profanos.

O sentimento de pertencimento e de identificação em Francisco Beltrão criou-se, necessariamente, ligado a uma referência territorial material e simbólica, claramente definida e delimitada que supõe, portanto, que tal grupo pode definir-se por um *elo material* e/ou por *representações* coletivas que tomam *forma* e conteúdo em um território onde, também, estão em jogo interesses econômicos, culturais e políticos.

O município de Francisco Beltrão é prenhe de símbolos e de relações religiosas materializadas através dos seus monumentos que criaram representações do/no território. Jacques D'Adesky (2001, p. 54) considera que as representações do espaço delineiam as identidades (territoriais), pois os indivíduos compreendem o espaço como uma coleção de *formas* que constituem representações comuns da coletividade da qual se consideram membros. Essa produz identificação territorial construída através do amor, da filia, do apego a “terra”, ou, na acepção de Tuan (1980), do laço e/ou apego afetivo com o lugar, que “prende” o sujeito a um lugar, isto é, a topofilia. Terra que foi motivo da migração, da colonização e da transformação. De um apego e amor *sobrevalorizado* em função da “terra”, que também é materializado e simbolizado através de um monumento fundado em 1972 em Francisco Beltrão e que foi constituindo no geosímbolo da “regularização da propriedade da terra” (foto 12).

Foto 12: Regularização da propriedade da terra



Foto: Marcos Leandro Mondardo, 13/01/2008.

Esse monumento exibe na sua parte superior um mapa do Sudoeste paranaense e dentro um “título de propriedade” da terra emitido pelo GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná – apresentando a regularização da posse da terra legitimada “oficialmente” pelo Estado, enquanto propriedade particular, através da representação no monumento “pelo braço do Estado vestido de terno” que entrega simbolicamente ao agricultor, representado pela “outra mão que recebe o título”. Ou seja, o monumento representa o Estado paternalista que regulariza e “entrega o Sudoeste paranaense” por meio do “título de propriedade”. Abaixo, o monumento produz também a representação da ideologia do

projeto de colonização através das crianças (filhos de agricultores) indo à escola e mais abaixo o agricultor trabalhando na propriedade particular – representada pela cerca branca – com seu trator (símbolo da modernização).

Esse monumento representou com isso um determinado território em pleno funcionamento e em consonância com os “sonhos/objetivos dos migrantes que vieram em busca de terras”. O Sudoeste paranaense nessa representação simbólica foi apresentando enquanto o território em que, através da “regularização da propriedade privada”, tudo passaria a funcionar idealizadamente, com o agricultor trabalhando na terra com seu trator e tendo conseqüentemente seus filhos estudando na escola. Ora, é preciso desmistificar o papel paternalista do Estado que veio por meio de seu órgão – o GETSOP – regular as relações dando seu apoio, expedindo e legitimando o título de propriedade de terra. Isso mascara e tenta “naturalizar” as inúmeras contradições que estiveram inerentes ao processo de apropriação da terra antes da expedição dos títulos de propriedade, e também, os conflitos que ocorreram após a emissão dos mesmos, pois nem todos tiveram as mesmas condições para se manter e reproduzir na terra, de ter seu trator para trabalhar – como foi representada na imagem –, porque no “meio do caminho” ocorreram também inúmeras expropriações, migrações e proletarizações.

Outro elemento de identificação do beltronense está relacionado às “práticas culturais gaúchas”. Sendo o município formado, em sua maioria, por migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, construiu-se uma forte ligação com os “hábitos gaúchos” através das práticas culturais que foram re-territorializados. Ao migrar, o gaúcho levou consigo muitos costumes e “hábitos culturais” como o linguajar¹⁶³, os trajés, a comida,

163 O Jornal Tribuna do Sudoeste, de 18 de Abril de 1981, trazia a seguinte informação so-

a festa, a música etc. Ao se re-territorializar reconstruíram/reinventaram sua identidade em novas bases materiais e simbólicas, como forma de auto-afirmação e pertencimento ao novo território. No entanto, como a maioria desses gaúchos que migraram foram, também, descendentes de italianos e/ou alemães, foi comum a *fusão* dos valores, hábitos e práticas da cultura gaúcha com a ítalo-germânica. Através da re-territorialização, deste modo, encontramos em Francisco Beltrão e no Sudoeste paranaense o chimarrão, a cuca, o churrasco, a polenta, o macarrão caseiro, o salame e o queijo, dentre outros elementos oriundos da *hibridização* (como na acepção de Canclini [2003]) da cultura gaúcha e da cultura de descendentes da imigração europeia para o Sul do Brasil.

Como afirma Haesbaert (2006a, p. 127), a desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis. Por meio da incorporação dos hábitos e costumes gaúchos ocorre a produção de um “novo território” e de uma “nova identidade” pelo processo de reterritorialização, criando e re-criando visões de mundo e *representações* que passaram a regular o modo de vida desses sujeitos. Castoriadis (1982, p. 27) assinala que o homem cria – inventa – a sociedade; ele a institui, criando as normas, valores, visões de mundo, imagens, formas que compõe e que dota a práxis humana de todo o seu significado a partir de um *imaginário*. Por isso, para o autor, o *imaginário* é um verdadeiro universo de conteúdos e símbolos que constrói histórica e permanentemente a vida da sociedade e, portanto, podemos afirmar que também produz um território. É desse modo,

bre o linguajar de origem gaúcha praticado em Francisco Beltrão: “O professor Francisco Filipak realizou pesquisa em Francisco Beltrão no sentido de elaborar um vocabulário Sudoestino, onde foram registrados os termos mais usados na região, normalmente os gauchismos não encontráveis em outras partes do Paraná. A pesquisa aponta que grande parte dos termos comuns à língua padrão são comuns à região Serrana do Rio grande do Sul, Alto Uruguai, etc., de onde vieram milhares de gaúchos, povoadores desta região, além de catarinenses, seja de origem italiana, sejam de origem alemã ou polonesa. Alguns exemplos do regionalismo são: furupa; divardi, tchê, bá, né, inté, daí, tu, né” (p. 5).

através de um imaginário intimamente vinculado aos “hábitos gaúchos” participantes da cultura migrante européia, que o território beltronense foi construído.

Por isso, a re-territorialização das “práticas culturais gaúchas” no “novo território” também se deram pela criação e materialização de um CTG (Centro de Tradições Gaúchas).¹⁶⁴ É pela territorialização de um CTG, enquanto espaço de *representação* e *expressão cultural* da identidade gaúcha, que os migrantes gaúchos apropriam-se do território simbólica, imaginária, política e economicamente para a reterritorialização de suas relações sociais. O primeiro CTG¹⁶⁵ criado em Francisco Beltrão remonta a década de 1960, e seu surgimento esteve ligado a um grupo de migrantes, descendentes de italianos, que buscavam re-territorializar as “práticas culturais gaúchas” no município. O objetivo da criação do CTG em Francisco Beltrão¹⁶⁶ (como em outras cidades do Sudoeste paranaense que foram surgindo com a migração) foi o de re-territorializar a “cultura gaúcha” através das festividades, dos encontros, das músicas, das bebidas e das comidas típicas, ou seja, constituíram um símbolo e uma ideologia do retorno às raízes. Em nosso trabalho de campo entrevistamos Iduir Bortot, que é sócio do CTG “Recordando os Pagos” e considerado um dos fun-

164 O Jornal Tribuna do Sudoeste, de 24 e fevereiro de 1967, informava em matéria o interesse em se criar um CTG no município: “Cresce dia a dia o interesse por parte de diversas pessoas ligadas ao nosso mundo social, no sentido de fazer a criação de um centro de tradições gaúchas. (...) achamos que a criação de um CTG deve receber por parte de toda a população a melhor acolhida. Não será somente durante os fandangos que irá refletir em nossa gente o amor ao passado e aos grandes feitos de nossos antecedentes, pois um Centro de Tradições, quando bem organizado, todos os momentos estará prestando sua colaboração no sentido de auxiliar o estudante em conhecer a história do Brasil” (p. 2). 165 Em 1995 foi fundado o “CTG Raízes”, e, em 2004 foi fundado o “CTG Herdeiros da Tradição” em Francisco Beltrão.

166 O Jornal de Beltrão informa, ainda, em uma de suas matérias que: “A entidade, fundada em 1967, teve 23 patronagens, mas quatro conseguiram se reeleger. O primeiro foi o proprietário do jornal Tribuna do Sudoeste, Aldori Luiz Fernandes, falecido há pouco tempo no Mato Grosso do Norte” (26/11/1991, p. 16).

dadores do Movimento Tradicionalista Gaúcho no Sudoeste paranaense. Iduir nos recebeu na sede do CTG com muita receptividade, interessado e disposto a ajudar, falando sobre o processo histórico da criação e desenvolvimento do Centro de Tradição.

Foi em meio a um ensaio de dança gaúcha da invernada artística do CTG, que Iduir nos relatou os primeiros “tempos-espacos” do Centro de Tradições Gaúchas em Francisco Beltrão:

Começou em 1967 como CTG, porque antes tinha a Sociedade Esportiva Torino que surgiu aqui no Bairro Vila Nova, lá onde é hoje o Parque de Exposições; então, lá era um time de futebol; isso foi em [19]60; (...) eram italianos, a maioria, pessoal aqui do Bairro Vila Nova no começo. Então, vinha muita gente nessa época pra [Francisco] Beltrão, meu pai veio em [19]60 pra cá. Mas, a equipe de futebol era uma forma do pessoal conviver, né? Se divertir e tal, então, mantinha a união dos italiano. E, então o CTG surgiu com um programa de rádio – foi a primeira atividade do CTG – que se chamava Piquete Crioulo, e que tá no ar até hoje; a emissora da rádio da época, era a emissora Colméia (...). Então, começou esse programa na rádio Piquete Crioulo pra divulgar as músicas do Sul, os conjuntos do Sul, os costumes, o Tradicionalismo; no início o CTG era feito aqui nessa rua Londrina, aqui no Bairro Vila Nova (Iduir Bortot).

Segundo Iduir, o CTG foi criado a partir de um clube social que era ligado aos descendentes de italianos. A partir da criação de um programa de rádio para difundir a cultura gaúcha, surgiu o CTG Recordando os Pargos. Criou-se, assim, um *simulacro*¹⁶⁷ de valores trazidos pelos migrantes em

167 Como afirma Araújo (2007, p. 11), “simulacro é aquilo que é e não é”; logo, na re-territorialização das “práticas culturais gaúchas” através de um CTG, houve, a reprodução da “cultura gaúcha” no novo território que foi, *a priori*, uma “cópia fiel” dos CTGs do Rio Grande do Sul. Entretanto, as novas relações que foram sendo desenvolvidas no novo território, em Francisco Beltrão, fizeram com que esse CTG se tornasse, em alguma medida, diferente em algumas características, pois mudaram-se os contextos e, em grande parte,

suas lembranças, ou seja, a um desencaixe (GIDDENS, 1991) e, portando, a desterritorialização das relações culturais e políticas de um território para o outro; porém, estas relações sofrem interferência do e no novo território e das novas relações que foram estabelecidas *no* e *com* este território.

No processo de re-territorialização, a criação do CTG buscou voltar ao passado de vivência, sobretudo, por alguns migrantes que tinham as práticas culturais gaúchas em sua identidade para a reconstrução e, até mesmo, para sobrevalorização da “cultura gaúcha” no novo território criando, com isso, um *elo territorial*, cultural e político de inter-relação entre os migrantes. Entretanto, essa re-territorialização da “cultura gaúcha” não foi à mesma daquela praticada no Rio Grande do Sul e/ou no território de origem, pois se constitui em um *simulacro*, sendo uma cópia, mas nunca a original, as relações passaram a ser outras e, por extensão, o território re-produzido foi outro. Por isso, essa tradição gaúcha resgatada e re-territorializada pelos migrantes *pode*, também, ser considerada uma *tradição inventada* (HOBBSBAWN, 1997, p. 9), pois “visa inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”.

O CTG foi criado para, como afirma Iduir Bortot, “a difusão da cultura gaúcha, dos valores, dos hábitos e é uma forma de lazer e de cultura para a sociedade”. Nesse sentido, segundo Oliven (1992, p. 88), “um CTG é caracterizado pelas várias atividades que executa, compreendendo a área ‘social’ (festas, ‘fandangos’, isto é, bailes), as atividades ‘campeiras’ (rodeios, gineteadas)”, dentre outras “tendo uma sede que funciona também como um centro de entretenimento e lazer”. Tentou-se através da

as relações. Durante entrevista com Iduir Bortot, por exemplo, soubemos que uma das comidas típicas do CTG Recordando os Pagos é o “macarrão caseiro”; ora, o “macarrão caseiro” é oriundo da cultura de descendentes de italianos que se instalaram em Francisco Beltrão. Isso demonstra, portanto, a *fusão* e/ou hibridização das práticas da cultura “gaúcha” e “italiana” no território.

criação do CTG, *reinventar* a identidade e a identificação do *ser* gaúcho, especialmente para aqueles migrantes gaúchos e catarinenses que tentavam se re-territorializar em Francisco Beltrão e em muitos outros municípios do Paraná. Esse CTG buscou difundir a cultura gaúcha “re-criando” o *mito* do *gaúcho* em terras paranaenses. Como observa Oliven (1985, p. 79), a sociedade gaúcha estruturou-se à base de hierarquia e dominação, porém, as aparências permitiram *escamotear* as desigualdades e forjar a ideologia do Tradicionalismo gaúcho¹⁶⁸ que prega a democracia social. Durante a entrevista no CTG em Francisco Beltrão, Iduir Bortot nos disse que o “patrão compartilha o modo de vida do empregado”. Como se ao tomar o mesmo chimarrão o patrão se transformasse em povo. Iduir nos disse, também, que a “preponderância do patrão se deve as suas ‘qualidades naturais’ morais e culturais (e não ao fato de ser proprietário)”. Constituiu-se, portanto, essa relação no *mito* do *gaúcho* uma história sem conflito de classe. A relação patrão-empregado foi paternal escondendo-se a brutalidade de uma dominação em nome de *camaradagem*. Na prática, impede-se a construção de uma crítica que desmistifique e até mesmo desconstrua essa relação de dominação de classe e/ou de grupos que se apresenta no interior de uma organização social como essa que, buscou manter em Francisco Beltrão, pequenos agricultores e aqueles que migraram do campo para a cidade em estado de *submissão* e “naturalização” das relações sociais.

Segundo Golin (1983), a ideologia do gauchismo está acentuada sob a idéia do Tradicionalismo. A tradição é inventada e re-inventada e orientada para devidos objetos e fins de uma elite territorial local constituída, por exemplo, por políticos, comerciantes, latifundiários, donos de

168 Segundo Oliven (1985, p. 80), “o tradicionalismo é visto como uma ideologia destinada a manter a massa rural e as camadas populares que migraram para as cidades em estado de submissão. O fato de a *Carta de Princípios* no Movimento Tradicionalista Gaúcho enfatizar a harmonia social, o bem coletivo, a cooperação com o Estado, o respeito às leis e o espírito cívico reforçam a posição de encará-lo como um movimento ideológico”.

indústrias, médicos dentre outros. O Tradicionalismo se expressa como força de classe dominante; a seu nível executa todas as visões de mundo correspondentes ao seu suporte ideológico. Segundo Oliven (1992), a difusão de Centro de Tradições Gaúchas fora do estado do Rio Grande do Sul esteve e está ligada intimamente às *migrações*, e à difusão da “fabricação” e da identidade do gaúcho enquanto elemento de distinção cultural e de identificação territorial com a estância gaúcha. Assim, “a *representação* da figura do gaúcho serviu também de minifúndio, onde nunca houve o complexo pastoril, e para os emigrantes do Rio Grande do Sul que foram para Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul” e “outros estados brasileiros, onde criaram centros de tradições gaúchas” (p. 10).

Em Francisco Beltrão houve a “fabricação/invenção do gaúcho” fora de seu tempo e de seu espaço (a estância ou “campanha gaúcha”), calcado em valores da elite agrária do Rio Grande do Sul e que acionou, constantemente, o retorno a um passado idealizado por uma elite territorial local composta, sobretudo, por grandes donos de terras, pelos comerciantes e políticos. Contudo, desde a década de 1960, quando foi fundado o CTG Recordando os Pagos em Francisco Beltrão, houve transformações substanciais no modo com que o Centro de Tradições Gaúchas influenciava a vida dos beltronenses. Por isso, Iduir Bortot relatou as transformações que o CTG passou historicamente, desde a sua criação:

Na década passada, na década de 1990 o CTG chegou a ter 850 sócios aí, e hoje [2008] tem 160. Na década de 1990 chegou a ter então mais de 3.000 famílias participando, porque cada sócio é um indivíduo que tem uma família, o sócio abrange então uma família. (...) São diversos fatores aí que ajudaram a diminuir o número de sócios. Acontece que as alternativas que a sociedade, a sociedade beltronense, a comunidade foi dando pra população foram sendo diversificadas. Então quando começou, eram dois clubes na cidade mais o CTG, daí começaram a surgir outros clubes, né? Surgiu o Santa Fé, daí o Marrecas que foi a união de outros três clubes; daí, o próprio Tradicionalismo pela evolução da sociedade não é

mais tanto atrativo; então, a juventude começou a se distanciar do Tradicionalismo, nesse meio tempo surgiram outros atrativos; antes nós tínhamos o CTG como forma de atrair a juventude, porque, eles dançavam, tinha os grupos de dança, a cultura nossa aqui também era mais voltada para a cultura do Sul, então, com a disseminação da própria televisão, de outras músicas, então foi tomando mais corpo e, logicamente o pessoal vai migrando para outras atividades; isso, com a própria evolução da sociedade, dos costumes, novos hábitos, novas influências. Também, além disso, houve uma redução em virtude do distanciamento da juventude, das pessoas, das famílias, isso por que, até então, não se tinha outras alternativas de lazer. Então, o CTG fazia um rodeio, era o acontecimento da cidade, como em cidades pequenas que o rodeio ainda hoje é o grande acontecimento da cidade, de envergadura do município. Aqui em [Francisco] Francisco Beltrão nós fizemos ainda um grande rodeio, mas, não é o acontecimento da cidade. Então, nós fizemos um rodeio no final de semana, nós temos “n” atividades aí; nós temos os clubes de dança que atrai a juventude e as famílias mais jovens; nós tivemos o surgimento do kart aqui em [Francisco] Beltrão, tivemos o surgimento do motocross, tivemos o surgimento de outras atividades esportivas como o futvôlei de areia; então, a nossa cidade foi dando alternativa para esse público, mesmo as famílias que freqüentavam o CTG no final de semana, que não tinham outra alternativa; daí, por incrível que pareça, o surgimento das usinas [hidroelétricas] aqui próximas fez com que parte das pessoas que freqüentavam e, que gostam e que tavam com uma idade mais avançada, também, nos finais de semana eles tem outras formas de lazer; eles vão lá pro alagado, uns tem casa, outros vão pra lá com amigos. Então, tudo isso acabou, mudou completamente o ambiente que o CTG tinha para trazer pessoas, pra freqüentar, pra tá aqui no dia a dia, houve uma evolução da sociedade que você não consegue conter e trazer o pessoal. Então, nós temos aí o CTG se mantendo com um grupo pequeno de associados, apesar de a gente perceber que tem um grande número de família interessado em se associar. (...) Hoje a maioria dos freqüentadores e sócios do CTG são da cidade, alguns tem ligações com a agropecuária, que tem ligações com o campo, que moram na cidade e que tem vínculos com o campo, tem poucos que são do campo. (...) Nas primeiras época do CTG tinha bastante do interior, era bem abrangente (Iduir Bortot).

O que podemos perceber são as transformações espaço-temporais que ocorreram em Francisco Beltrão, no Sudoeste paranaense e por que não dizer no mundo, que acabaram mudando as relações que o CTG mantinha com a população do município. Com o processo de mundialização, como ressalta Ortiz (2006, p. 31), as relações sociais passam a ser permeadas por um conjunto de manifestações culturais extraterritoriais. Com a emergência de uma “sociedade globalizada”, a totalidade cultural remodela, portanto, os territórios, os lugares onde se encontravam as múltiplas particularidades. Há novas relações que tornam, por exemplo, cada vez mais híbridos os lugares e os territórios, ou, como na expressão de Dorrey Massey (2000), o *lugar* passa a ter, também, um *sentido global*.

Assim, as transformações na “cultura gaúcha” e, portanto, das relações culturais que o CTG estabelecia quase que hegemonicamente com os beltronenses foi, em parte, transformada pelas novas transformações espaciais que o município passou a ter com novas atividades para lazer, com novas festas (com a instalação dos clubes e com a difusão das músicas estrangeiras, sobretudo, oriundas da Europa e dos Estados Unidos), com alagados e suas “praias artificiais”, com o surgimento de novos clubes sociais com normas e atividades flexíveis para o público em contraposição a valores e práticas do Movimento Tradicionalista Gaúcho muitas vezes enrijecidas na tentativa de manutenção da tradição. E também, porque foram transformadas pelo processo de globalização com a difusão de novos hábitos e de novos costumes trazidos pelo mundo moderno, pela televisão, pelo rádio, pela influência de centros culturais com grande poder de difusão de “modas” como aquelas vindas dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Boaventura de Sousa Santos (2006), assinala que as transformações impostas nas culturas locais fazem parte do processo de globalização trazida pela universalização das práticas sociais, que buscam uma pretensa homogeneização de lugares, de territórios. Entretanto, esse processo tam-

bém tem seu lado antagônico e/ou, minimamente, complementar, pois em meio a essa pretensa homogeneização cultural, os “gritos” identitários defensivos, como aponta Bauman (2005, p. 83), frente ao processo de globalização e de universalização de valores, de costumes, de “tradições”, se fazem cada vez mais presentes nos lugares e/ou territórios.

Outro aspecto que também vale a pena apontar é que um outro possível motivo do não interesse dos mais jovens pelo CTG, pela “cultura gaúcha”, como informou Iduir Bortot, está vinculado ao aspecto geracional. As novas gerações, nascidas em território paranaense, como em Francisco Beltrão, negam a identidade gaúcha em contrapartida a uma afirmação identitária “mais” paranaense. Desenvolve-se, portanto, uma relação de *disputa* no interior do processo de construção da identidade territorial beltronense, de uma identidade gaúcha, sobretudo, afirmada pelos gaúchos oriundos do período da migração para o Paraná e entre os nascidos no município que buscam afirmar sua identidade paranaense negando, assim, algumas relações e práticas oriundas da “cultura gaúcha” como, por exemplo, a participação nas atividades desenvolvidas junto ao CTG. E, aliado a isso, é que a partir da década de 1970, cada vez mais pessoas foram saindo do campo passaram para a cidade e num processo muitas vezes de precarização foram em desencontro ao CTG: ao mesmo tempo em que boa parte das pessoas que saíram do campo passou a ter um modo de vida mais precário e dependente de salários cada vez mais baixos, o CTG foi se tornando uma organização social cada vez mais elitizada e de um grupo hegemônico em Francisco Beltrão composto por médicos, dentistas, políticos, donos de indústrias, comerciantes, grandes proprietários de terras dentre outros.

Esse processo de forte identificação cultural, embora com a assimilação de muitos traços impostos e propostos pelo mundo moderno em Francisco Beltrão, foi ressaltado por Iduir Bortot quando perguntamos: “Qual o peso, ainda, da cultura gaúcha em Francisco Beltrão em meio a todas essas transformações?”. Segundo ele:

Aqui em Francisco Beltrão, na sociedade beltronense pega seguramente 70% que tá de acordo com os valores que é pregado no Tradicionalismo, mesmo não sendo sócio, já por herança de família, dos valores do Sul; até se tu colocar isso vai 80 até 90%, porque é muito pouca gente que não são ligados à cultura gaúcha. Mesmo a juventude, as novas gerações embora não participem ativamente do CTG, eles convergem com a cultura, com os hábitos, com os valores que são herdados dos seus pais, que vem da família, né? (Iduir Bortot).

A partir da migração gaúcha e catarinense em 1940, a re-territorialização da “cultura gaúcha” esteve e está muito presente na construção da identidade territorial beltronense. É claro que houve transformações como a assimilação de muitos aspectos de uma cultura urbana, vinculada, especialmente, a um mundo moderno e industrial. Contudo, como narrou Iduir Bortot, mesmo as novas gerações “convergem com a cultura, com os hábitos, com os valores que são herdados dos seus pais, que vem da família”, mesmo não participando das atividades do CTG.

Entrevistando outro gaúcho que migrou para Francisco Beltrão no período da colonização, ele comentou as transformações que passou a “cultura gaúcha” no Paraná e a re-territorialização de vários traços dessa cultura nas novas gerações:

Hoje, a gente tá perdendo aquele ritmo de fala do gaúcho, aquela fala típica do Rio Grande do Sul, de peito estufado, de fala alto, tá perdendo. Das expressão: “E, daí tche! Como é que tá?, Índio velho bueno”, “barbaridade tche!”. Então, isso tá sumindo um pouco. Mas, o paranaense pegô o costume de gaúcho. Hoje o paranaense toma chimarrão igual ao gaúcho. São Paulo, por exemplo, ali é do café, e café forte (...). Então, o paranaense nasceu aqui, mas que é filho dos gaúchos que vieram do Rio Grande do Sul, então, ele já puxa um pouco a tradição, né? Tá no gosto pelas músicas, nos hábitos, então ele pegou um pouco do gaúcho. Então, herdou dos costumes dos pais, desde a própria comida, do churrasco, da polenta, do arroz carreteiro, do trabalho, da hospitalidade (Salvador Verdi da Costa).

Construiu-se, deste modo, através da re-territorialização da “cultura gaúcha”, o sentimento de pertencimento coletivo e de identificação territorial em Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense que transcendeu, em alguns aspectos, as gerações. A identificação territorial dos beltronenses está ligada ao sentimento de *pertencimento* que é um fator de identidade coletiva à determinada parcela do espaço referencial e de consciência espacial. Essa relação pode ser percebida, por exemplo, quando o sujeito afirma “eu sou de Francisco Beltrão e/ou do Paraná” (pertencimento) e “eu sou beltronense e/ou paranaense” (identificação). Assim, a “cultura gaúcha” aliada aos elementos culturais étnicos italo-germânicos (sobretudo), compõe o sistema-mundo cultural da qual o beltronense faz parte, reconhecendo o eu e o outro. Nesse sentido:

A imposição de princípios de divisão (demarcação e representação) do espaço ocorre através da incorporação, por parte de indivíduos e grupos, de uma “estrutura de diferenças objetivas”. Estas são expressas geograficamente, por exemplo, pela posse ou pelo domínio de fontes de reprodução social como a terra, ou através da correlação entre os valores auto-atribuídos a um grupo social e a re-produção de um ambiente local. À medida que essa visão de mundo passa a ser partilhada individualmente por todos os agentes, estes irão estruturar suas percepções e valores sociais a partir do ponto de vista e dos referenciais materiais da cultura dominante (HAESBAERT & BÁRBARA, 2001, p. 6, [grifos nossos]).

A materialização da “cultura gaúcha” se expressa em Francisco Beltrão também através de um monumento construído na praça central da cidade, no qual está representado a identificação do território à cultura gaúcha pelo monumento ao tradicionalismo gaúcho: uma grande cuia de chimarrão que é considerada o geosímbolo de hospitalidade (foto 13).

Foto 13: Homenagem aos Tradicionalistas



Foto: Marcos Leandro Mondardo, 13/01/2008.

Podemos perceber a materialização de um símbolo gaúcho que *significa* a re-territorialização da cultura hegemônica que foi trazida pelos migrantes chamados de “pioneiros”.¹⁶⁹ O que se verifica, portanto, é a

169 No ato da inauguração, o Jornal de Beltrão trouxe a seguinte matéria sobre a construção do monumento: “Foi inaugurado terça-feira (14/12/1993), dia do município, mas já tem vândalos destruindo. Até o prefeito João Arruda se pilchou para a inauguração da cuia em homenagem ao tradicionalista no calçadão. (...) A obra com 3 metros de altura representa a tradição do Sul, presente na comunidade beltronense. Uma homenagem pioneira ao tradicionalista, ao desbravador de Francisco Beltrão. Esta reivindicação há muito vinha sendo feita pelos tradicionalistas, partindo a iniciativa do Grupo Tarca do Tempo. Ao se pronunciar o incentivador à construção do monumento, Adão Borda, frisou a importância desta homenagem. ‘Este marco hoje fica para sempre, simbolizando a pujança do tradicionalismo trazido pelos pioneiros da nossa terra. Isto enche de orgulho ao tradicionalismo

construção de um geosímbolo que se cristaliza como referencial para uma elite local na cidade constituída por prefeitos, comerciantes, latifundiários e donos de indústrias, sobretudo. Esse geosímbolo materializou, também, a estruturação histórica de percepções, de costumes, de representações e de valores sociais a partir de pontos de vista e de referenciais territoriais e materiais da “cultura gaúcha” que busca, no interior de uma disputa, ser a dominante nesse território paranaense.¹⁷⁰

O *ser beltronense* (e/ou paranaense) implica na admissão de que este espaço, esta condição de nascimento ou pertença, é definidora da *verdade interior*, do segredo mais íntimo, é atribuidora de diferenças *ontológicas* em relação a quem não nasceu ou não pertence a esta parcela do espaço. É interessante assinalar que durante as entrevistas com os migrantes gaúchos ou catarinenses, a maioria se identificou – mesmo após muitos estarem no Paraná a mais de cinquenta anos – enquanto gaúchos ou catarinenses. Entretanto, demonstraram um grande apego e/ou pertencimento a Francisco Beltrão, ao Paraná, ao território da morada, ao território onde estão seus filhos e amigos, onde gostam do clima e da vegetação, por

do Sul”. Nas palavras do prefeito a homenagem, através da cuia aos gaúchos e em nome de todos os prefeitos anteriores. “Isto simboliza a amizade, a paz e harmonia que aprendi a admirar nestas pessoas tradicionalistas quando cheguei em 1970. Sem distinção de raça, idade, cor ou partido a cuia era passada de mão em mão representando a hospitalidade deste povo” (Jornal de Beltrão, 18/12/1993, p. 17).

170 Entretanto, é importante perceber os *conflitos* em torno da construção da identidade gaúcha no município e, portanto, do geosímbolo materializado e que referencia essa cultura como o símbolo da cuia territorializado no centro da cidade de Francisco Beltrão. Verificamos que o Jornal de Beltrão de 19/12/1993 trazia uma pequeníssima nota sobre a rápida depredação do símbolo recém inaugurado da cultura gaúcha. A matéria trazia o seguinte texto: “Vândalos – ou invejosos? Estão arrancando as letras da cuia inaugurada nesta semana no calçadão” (p. 20). Ou seja, o processo de construção da identidade territorial gaúcha, também esteve/está permeado por resistências que se expressaram por *oposições* à territorialização material e simbólica de uma cultura, de um modo de vida, de visões de mundo, de uma “política” das relações sociais. Há outras identidades subalternas e/ou silenciadas que emergiram (e emergem) através da resistência, através da contraposição como nessa ocasião.

exemplo. Portanto, embora tenham sua condição territorial de nascimento o Rio Grande do Sul ou Santa Catarina, o sentimento de pertencimento a Francisco Beltrão e, por extensão, ao Paraná, é muito grande. É inerente a sua condição de *ser territorial*, de ter uma identidade que o identifica como “gaúcho paranaense”, “gaúcho criado no Paraná”. Também, aqueles descendentes de migrantes gaúchos e catarinenses (uma nova geração nascida no Paraná) se identificaram com a identidade paranaense, mas que está permeada pelo processo histórico de re-territorialização de seus pais e avós, pela “cultura gaúcha” e com forte descendência étnica italiana, alemã e polonesa.

Assim, podemos dizer que a identidade beltronense (e paranaense) é uma identidade territorial *híbrida*, pois convergem, contrastam, *interagem*, hibridizam e *fundem-se* elementos da “cultura gaúcha” re-territorializada no Paraná durante o período de migração/colonização, e das novas relações estabelecidas no novo território, isto é, da *fusão* dos “hábitos gaúchos” participantes da cultura imigrante européia e das novas relações econômicas e políticas que foram sendo estabelecidas nesse pedaço do Paraná. De acordo com Haesbaert (2006a, p. 71), “o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono. Ela supõe redes múltiplas, refere-se a geossímbolos mais que a fronteiras, inscreve-se nos lugares e caminhos que ultrapassam os blocos do espaço homogêneo e contínuo da ‘ideologia geográfica’”.

O território beltronense é, portanto, permeado por “geossímbolos”, como aqueles que apresentamos através do símbolo do trabalho e do “pioneiro”, da religiosidade, do apego à terra, do *mito* do gaúcho, além das ideologias que sustentam e são sustentadas por esses símbolos, pelos discursos que são materializados nas práticas materiais e encarnados nos sujeitos pelas representações, das visões de mundo, dos valores etc. É, amiúde, a partir dessa rede de múltiplos geossímbolos e de múltiplos discursos que foi e é construída a identidade territorial beltronense.

TERRITÓRIOS MIGRANTES: transterritorialidades, redes sociais e identidades

Através de um recorte temporal de um pouco mais de cem anos (1900-2008), discutimos a produção de um território tendo como elemento central as migrações e as mudanças significativas tanto para a atração, o reordenamento e a expulsão de população. Por um lado, o recorte temporal e espacial permitiu construir uma análise com maior abrangência, demonstrando as continuidades, as des-continuidades e as múltiplas dimensões da mobilidade espacial da população, com diferentes sujeitos, com condicionantes e motivações singulares, com funcionalidades distintas do território que participaram em cada pedaço de espaço e de tempo, isto é, em cada período, dos contextos e das relações de solidariedades e de conflitualidades. Por outro lado, essa duração de tempo e de espaço pode não proporcionar uma visão mais detalhada e com maior ênfase sobre alguns aspectos da migração, como, por exemplo, um maior desdobramento de compreensão da transterritorialidade migratória, que um estudo com “pequeno” recorte temporal e espacial talvez pudesse proporcionar. Fica aí, uma dentre outras possíveis possibilidades que essa pesquisa potencializou a problematizar para outro estudo.

Assim, consideramos que Francisco Beltrão e o Sudoeste paranaense tiveram, ao longo deste último século, diferentes formas de uso, apropriação e dominação do território que, conseqüentemente, resultaram em distintas formas-conteúdos de produção/organização sócio-territorial atraindo, reordenando e expulsando população através das migrações. A dinâmica populacional se apresentou, desse modo, enquanto elemento

inerente à transformação territorial ao longo desse *grande período* percorrido (1900 a 2008) que, para a sua compreensão, realizamos subdivisões (períodos menores) para demonstrar as migrações e a re-funcionalização das relações sociais do território por meio das técnicas, da divisão territorial do trabalho e dos *projetos* geopolíticos do Estado, *projetos* econômicos do capital e *projetos* de vida dos migrantes, que produziram diferentes *tessituras* e com isso novas disposições espaciais em cada momento histórico.

No primeiro período, de 1900 a 1940, a mobilidade dos caboclos ocorreu circunscrita no interior do deslocamento territorial da frente de expansão dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para o Sudoeste paranaense e Paraná, processando-se, através da apropriação, domínio e uso do território por um *tempo lento*. Houve, assim, um período hegemônico da natureza onde os caboclos desenvolveram relações de complementaridade com a dinâmica da floresta, utilizando seus recursos pela caça, da coleta e da pesca, por meio de uma economia de subsistência apoiada no cultivo de pequenas roças, através de uma agricultura de subsistência à alimentação, configurando o mínimo vital. Os caboclos desenvolveram, também, nesse período, as “safras de porcos” criados fundamentalmente soltos na floresta o que proporcionou contatos com o “mundo exterior” ao território, e também da inserção do capital comercial nas relações sociais que circunscreveram.

Representações “negativas” feitas por homens do Estado (como, por gerais) e intelectuais (geógrafos, historiadores, sociólogos, economistas dentre outros) inventaram uma “região inóspita” onde os caboclos eram vistos de maneira pejorativa. Por isso, o Sudoeste paranaense foi inventado no início do século XX enquanto representação do espaço por um conjunto de enunciados e clichês que buscavam enclausurar e classificar essa parcela contígua do espaço como dotado de “qualidades inferiores” para legitimar, com isso, os interesses do Estado-Nação. Essa representação deixava transparecer a necessidade de deslocamento populacional para

a colonização, definindo *outra função* para esse espaço. A representação dessa região foi uma maneira do Estado-Nação começar a projetá-la a partir de certas “necessidades” criadas: deslocar pessoas “dispostas” a colonizar e integrar essa região ao corpo geográfico da nação, com novas relações econômicas, políticas e culturais para o território brasileiro, especialmente, aquelas vinculadas ao projeto de modernização do país.

O segundo período, que compreende de 1940 a 1970, foi quando houve um grande volume de deslocamentos de gaúchos e catarinenses de seus estados de origem para o Paraná, através do avanço territorial da frente pioneira. Esse deslocamento se inseriu na política estadista de Getúlio Vargas que tinha como objetivo ocupar/colonizar apropriando e dominando as áreas, discursiva, simbólica e ideologicamente consideradas “vazios demográficos” e legitimando, assim, as ações para a materialização do novo projeto para a nação – de um novo projeto do Estado-Nação. O território nacional foi produzido enquanto um *projeto* do Estado, do qual o Sudoeste paranaense e Francisco Beltrão fizeram parte histórica e geograficamente, com ações extremamente planejadas e planejadoras. Buscou-se “descentralizar” o poder através da criação, num primeiro momento, de Colônias Agrícolas Nacionais na faixa de fronteira a Oeste do Brasil, surgindo, neste contexto, a CANGO no Sudoeste paranaense e, num segundo momento, a criação de inúmeros municípios, quando foi criado Francisco Beltrão. Esse processo se desenvolveu de maneira ambígua, pois objetivou a “efetiva nacionalização” das fronteiras do Estado-Nação com um projeto político-disciplinar de colonização, como a expansão territorial da fronteira agrícola e, portanto, com vistas ao desenvolvimento econômico racional dessas regiões, em que, o Sudoeste paranaense se constituiu como uma delas.

Para isso, deslocavam-se migrantes e com eles novas relações foram sendo estabelecidas no território, criando uma nova forma de produção/organização sócio-territorial amalgamando novas normas, objetos e ações. Inseriu-se, também, o capital monopolista e uma “nova racionalidade”

eminentemente capitalista no território. O Estado mediava o deslocamento dos migrantes criando representações do lugar “Francisco Beltrão” e da região “Sudoeste paranaense”, inferindo “positividades” como forma de atrair os gaúchos e catarinenses. A propaganda da doação de terras (nem sempre de fácil acesso e nem sempre doadas) representada por um discurso simbólico e mobilizador, aguçava o sonho/desejo/necessidade desses migrantes em busca de terras, de recursos, de novas oportunidades, de reprodução social enquanto produtores rurais, mas também que aparecia enquanto “fuga” de um território em busca de esperança em outro, de “destruição” de um território para a “reconstrução” de outro. Essas relações, nesse sentido, fizeram parte de um conjunto de motivações gerais das quais participaram, nas trajetórias individuais e/ou familiares com maior ou menor ênfase, condicionantes econômicos, políticos e culturais que se deram no interior de uma multidimensionalidade, multiterritorialidade e multitemporalidade na mobilidade gaúcha e catarinense.

Durante a análise das trajetórias socioespaciais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para Francisco Beltrão, constatamos que as motivações foram múltiplas tais como: de doença, familiares, de amizade, de emprego, de “fuga” do lugar de origem, de interesses/recursos econômicos como madeira e terras, de aspectos culturais para a reprodução da cultura da uva em “terras de morros”, de aventurar, do sonho etc. No entanto, essas motivações e/ou interesses que despertaram a mobilidade estiveram, como tentamos apreender e demonstrar, permeadas por redes sociais, teias de relações reticulares entre familiares, entre amigos, entre migrantes e não migrantes que possibilitaram ou não a inserção do migrante no novo território: no auxílio financeiro, na indicação do novo lugar para morar, da nova cidade para migrar, na ajuda durante a travessia, nas estratégias e recursos disponibilizados sejam eles financeiros e/ou simbólicos, nas relações familiares no novo território que possibilitaram a re-territorialização. Contudo, essas redes sociais na migração também ajudaram a compreender/demonstrar os conflitos nas relações em função

de terras, para problematizar os sujeitos e grupos hegemônicos no processo, das intencionalidades/interesses nas ações, das relações de poder que permearam as relações sociais entre migrantes e não migrantes, entre os territórios de origem e de destino na migração.

Logo, a transterritorialidade se apresentou como uma dimensão tensa na mobilidade em que o migrante não se reconhece mais com o território de origem e nem com o de destino. Há uma tensão, como demonstramos a partir de alguns depoimentos, em que o migrante não sabe mais se é “deste” ou “daquele” território. Parece que é uma condição em que o sujeito pertence a dois territórios (na ausência e na presença) ao mesmo tempo que não pertence a nenhum deles, a partir do embaralhamento das referências espaciais e dos vínculos que foram acionados/destruídos/re-construídos entre os vários territórios percorridos/perpassados. A transterritorialidade implicou, nas trajetórias socioespaciais que analisamos, na perda de território e de relações que acabaram embaralhando as referências espaciais dos sujeitos, se constituindo como uma dimensão *tênue* de pertencer entre o aqui e o lá, de viver e experimentar a dimensão *fronteiriça* entre os territórios de origem e de destino na migração.

Nesse período, ocorreram também encontros e desencontros identitários entre *estabelecidos* (gaúchos e catarinenses) e *outsiders* (caboclos) através da expansão de novas relações sociais, sobretudo, com o encontro de duas “racionalidades” distintas. Como procuramos demonstrar, na frente pioneira tivemos a inversão de valores e *posições* sociais e territoriais em relação ao território em disputa, pois os *estabelecidos* (que em nosso caso eram os caboclos) viraram *outsiders* e os *outsiders* (em nosso estudo, os migrantes gaúchos e catarinenses) se tornaram *estabelecidos*. Com isso, a mudança de *posição* no território é importante para legitimar e materializar determinadas relações de força, de poder e determinados *projetos*. Os novos projetos, sobretudo, impostos pelo Estado, pelo capital e desenvolvidos em parte pelos gaúchos e catarinenses no território, acabaram criando hierarquias entre os grupos e sobrepondo relações sociais e territoriais em que, em

pouco tempo, o padrão sócio-territorial baseado na produção para subsistência, através da relação de complementaridade com a floresta, foi substituído pelo novo padrão sócio-territorial territorializado pelos novos atores que se impuseram (numa correlação de forças) como hegemônicos, como “superiores”, com valores morais, culturais, políticos e econômicos “acima” daqueles praticados pelos caboclos. Foi a partir desse “encontro de dois mundos” que o caboclo foi perdendo seu território e suas relações cada vez mais foram sendo transformadas passando a participar de um dos pólos de uma oposição, normalmente, como pólo “inferior”. Isso desencadeou encontros identitários, étnicos e de visões de mundo construídas em torno de preconceitos, de novas estéticas, da centralização de uma concepção e prática de trabalho.

No terceiro período, que abrange os anos entre 1970 a 2008, desenvolveram-se as crises territoriais oriundas da “crise agrícola” que se processava com a inserção da “modernização da agricultura” em Francisco Beltrão, Sudoeste paranaense e Paraná. Foi nesse momento que ocorreram profundas alterações no uso e na apropriação do território a partir de intencionalidades (novas dominações) com o desdobramento da “modernização da agricultura” que, na maioria das vezes se impôs para os pequenos agricultores de maneira perversa e seletiva, resultando em muitas e múltiplas migrações e des-territorializações. Através da “territorialização” de uma nova técnica e de uma nova divisão territorial do trabalho, houve uma re-funcionalização do território que colocou em *marcha* muitos pequenos agricultores através da precarização e da desterritorialização de suas relações sociais no campo em Francisco Beltrão, como em parte importante do Sudoeste paranaense e também em boa parte do Paraná.

Assim, nesse período, houve também o desdobramento concomitante da industrialização em Francisco Beltrão que acabou absorvendo muitos pequenos agricultores e os transformando em mão-de-obra urbana. A cidade cresceu, novas funções foram sendo criadas e um novo modo de vida se territorializou como hegemônico, isto é, o modo de vida

urbano-industrial, mas, que não deixou de contar com elementos também participantes de um “mundo rural” trazidos pelos migrantes do campo para a cidade. Por isso, a cidade se tornou *híbrida* a partir de um imbricamento das relações oriundas do campo, trazidas pelos migrantes, e das novas relações desenvolvidas a partir da urbanização e da industrialização. Também houve, a partir disso, muitas migrações de origem rural e de destinos rural e urbano, como para a região metropolitana de Curitiba, para os estados do Rio Grande do Sul (especialmente para a cidade de Porto Alegre), para Santa Catarina (sobretudo, para Joinville e Florianópolis), para o estado de São Paulo (cidade de São Paulo, especialmente) e para as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, sendo que estas tiveram fluxos migratórios com destinos principalmente rurais em função da expansão da fronteira agrícola.

Esse movimento desencadeou uma multipolarização e/ou “dispersão” das migrações e dos fluxos migratórios, dos quais participaram como pontos de atração cidades pólos de industrialização e em regiões onde a fronteira agrícola avançava sob a mediação do Estado, que nesse momento se dava pela política intervencionista/expansionista do regime militar visando, ampliar, com a migração também de sulistas, a integração espacial e econômica do país nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Por isso, foi neste contexto que se inseriu a migração de paranaenses de Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense para Apuí, no estado do Amazonas. Procuramos compreender que para além de elementos gerais do mercado de trabalho para a atração (como cidades pólos de industrialização), e em regiões de expansão da fronteira agrícola, estiveram presentes as redes sociais, tramas de relações de solidariedades, de conflitualidades e de poder que acabaram construindo vínculos, contatos e apoios territoriais que possibilitaram a mobilidade.

Através da teia social, migrantes de Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense se deslocaram para Joinville, em Santa Catarina, e foram trabalhar em indústrias, construindo novas relações e mantendo outras com

o território de origem. Essa mobilidade produziu um território-rede pelo volume de influências, de fluxos de informações e da mobilidade temporária que ocorre anualmente por meio das visitas e das confraternizações que são feitas entre parentes e amigos pelos jogos de futebol. Foi perceptível, por esse fluxo migratório, a construção duradoura de relações entre os dois territórios (Francisco Beltrão e Joinville), demonstrando os vínculos territoriais fortes que envolvem familiares e amigos entre o território de origem e de destino.

Também, procuramos compreender um fluxo migratório direcionado pelo Estado, através do papel exercido pela prefeitura municipal de Francisco Beltrão e pelo INCRA que, tentando aliviar tensões no interior da “crise agrícola” que se desdobrava no território a partir da inserção da “modernização da agricultura”, acabou expropriando e desterritorializando muitos pequenos agricultores que foram “convencidos” e/ou mobilizados a migrar para a fronteira agrícola da Amazônia, mais precisamente para a localidade de Apuí, que estava com projeto de colonização. Foram prometidas terras, financiamentos e ajuda na instalação. No entanto, tendo apenas conseguido ganhar a terra e devido à falta de ajuda, a maioria dos migrantes acabaram retornando. Como demonstramos durante a análise, essa migração – deslocamento de ex-agricultores e/ou agricultores em face perversa de expropriação – fazia parte de interesses específicos de pecuaristas e de madeireiros na Amazônia interessados em mão-de-obra para “limpar” essas terras. Para isso, Estado e capital agiam e convergiam interesses, aliviando tensões, ocupando, usando e desmatando a Amazônia para a reprodução dos seus projetos políticos e econômicos, sobretudo, no regime militar.

Ainda, nesse período, foram construídos em Francisco Beltrão monumentos e mobilizados recursos ideológicos, simbólicos e materiais para a construção da identidade territorial beltronense, acionando discursos que procuravam impor “verdades absolutas”, “inquestionáveis”, em torno

do trabalho, da religiosidade (sobretudo, apoiada na ideologia da Igreja Católica) e do “gaúcho”, formatando a figura do “pioneiro”, sujeito de “elevado valor moral” no interior do território. Essa construção imagético-discursiva reproduziu interesses específicos do grupo hegemônico local, composto por médicos, dentistas, grandes proprietários de terras, comerciantes, donos de indústrias, dentre outros, que procura(va)m materializar e simbolizar “naturalizando” uma determinada ordem e impondo um caminho “certo”, o do “progresso” e do “desenvolvimento econômico” para o município. Ora, a identidade territorial beltronense foi construída no processo histórico-geográfico da migração para mobilizar determinadas ações dos sujeitos e “naturalizá-las”. Ademais, houve disputas pela legitimidade e pela hegemonia identitária entre a identidade de “pioneiros”, “gaúchos” e “paranaenses”. É claro que elas convergem e contrastam de acordo com os interesses em jogo, mas que buscam também, no interior de uma disputa, apresentar-se como a identidade hegemônica no processo de exercer o poder simbólico do território, de impor uma determinada forma de ver e de ser dos habitantes, controlando, agenciando e modelando o sujeito territorial e a produção do território.

Ainda no período que se inicia em 1970, transformações, em nível cultural, com influências da globalização, com novos valores sendo difundidos num mundo urbano-industrial e moderno, acabaram modificando as relações desenvolvidas, por exemplo, pelo CTG “Recordando os pagos”, em Francisco Beltrão, que acabou sendo deslocado e perdendo, em parte, sua hegemonia, pela força de atividades que foram sendo criadas e que passar a atrair maior público. A partir dessas transformações externas e internas ao e no território, a ideologia do gaúcho – com o mito do gaúcho – também acabaram sendo modificadas no contexto e perdendo um pouco da sua afirmação e identificação cultural e política com o município. Desencadearam-se disputas entre a identidade gaúcha dos migrantes que chegaram ao município com as novas gerações nascidas em território

paranaense; a identidade gaúcha perde em parte a afirmação identitária, sendo negada, pela reivindicação de uma identidade “mais paranaense”, dos jovens, por exemplo, que busca(va)m afirmar uma identidade territorial do Paraná. Assim, no interior do processo identitário beltronense, construíram-se disputas e foram mobilizados recursos simbólicos que acabaram produzindo e destruindo fronteiras simbólicas e materiais no território, demonstrando que as identidades estiveram sempre presentes e participam diretamente da produção do território, da forma e do conteúdo que este foi e é re-produzido e mobilizando constantemente.

Sobretudo, podemos dizer que cada período apresentou *sentidos* para migrar, condicionantes, motivações e significados múltiplos que foram se desenrolando a partir dos contextos socioespaciais das trajetórias, da produção *dos territórios, das identidades*, dos projetos, das técnicas e porque são dos sonhos. A mobilidade espacial da população foi sendo *grafada* no território geográfica e historicamente a partir de vários sentidos. Para isso, optamos na análise, ouvir os migrantes e apreender os significados que os motivaram e que os moveram para realizar mudanças de relações e de territórios em suas vidas desconstruindo/reconstruindo suas identidades, na ausência e na presença, à luz dos processos de mobilidade da força do trabalho, des-re-territorialização, multi e *transterritorialização*.

O que apreendemos no decorrer da pesquisa é que a mobilidade de homens e mulheres implica um conjunto de elementos que vão dos mais gerais aos mais específicos, numa trama de relações sociais-territoriais que faz de cada migrante um indivíduo inserido num conjunto de situações que podem possibilitar ou impossibilitar a mudança de lugar. A análise e a discussão dos contextos em que Estado e Mercado de Trabalho acabam atraindo ou expulsando os migrantes, faz parte de uma grande teia de funções e de inter-relações que levam, movem e deslocam os sujeitos a partir das relações de interdependência de um migrante com um não migrante, com um familiar, com um amigo, com um ou mais territórios...

Cada “Território Migrante” possibilitou compreender a trama entre Estado, Mercado e Migrantes, caracterizando as diferentes relações, territórios e identidades circunscritas em um tempo e um espaço.

O desenvolvimento deste trabalho possibilitou *reaprender* que toda migração deve ser apreendida/problematizada como uma rede em constante movimento, em que operam forças externas (Estado, capital) e forças internas (amigos, familiares), que possibilitam e/ou impossibilitam o deslocamento e que interagem com o sujeito inserido e interdependente na teia social-territorial, com sua função social (como o trabalho), com os lugares (de origem e de destino), mas também com seus anseios e com seus sonhos, que podem ser ou não realizados através da mobilidade espacial. Assim, não há na vida/trajetória/travessia do(s) migrante(s) um espaço “absoluto” que é “dominado” pelo capital(ismo), e nem um tempo (linear) do “progresso” prometido pela “modernização conservadora”; na migração, co-existem vários tempos e vários espaços que se mesclam, que se juntam, que inter-agem, que se separam, que se amalgamam para a (re) produção de um modo de vida que busca sempre a sobrevivência sobre diferentes territórios, com diferentes relações (*entre* des-re-territorialização e transterritorialidade). São vários espaços-tempos, criados e re-criados em uma dialética que se circunscreve nas estratégias de reprodução e de sobrevivência de vida dos migrantes na diversidade territorial da *mudança*.



REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o sudoeste do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 1981.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 2 ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Preconceito contra origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTI, Alessandro JP. (Orgs.). *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003, pp. 71-88.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. *Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio*. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A rosa do povo*. São Paulo: Círculo do livro, 1945.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação Social*. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ARAUJO, F. G. de. “Identidade” e “território” enquanto simulacros discursivos. In: ARAUJO, F. G. de. HAESBAERT, R. (Org.). *Identidade territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000.

_____. Narrativas e imagens da transformação da natureza, territórios e fronteiras. In: ARRUDA, Gilmar. ARRUDA, Gilmar (org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Edel, 2005, pp. 6-20.

ASSESOAR. *História do ASSESOAR*. Grafit: Francisco Beltrão/PR, 1998.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Nova Cultural: São Paulo, 1988, (Coleção: Os Pensadores).

BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. 7 ed. São Paulo: Difel, 1976.

BAUMAM, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999a.

_____. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999b.

_____. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BECKER, Bertha K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. K. et al (Org.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ/Departamento de Geociências, PPG, 1983, p. 1-21.

_____. *Amazônia*. Ática: São Paulo, 1990.

BECKER, Olga Maria Schild. O significado das migrações em sociedades periféricas: comentários a partir do caso brasileiro. *Revista Geográfica*. México, n. 104, julho/dezembro, 1986.

BENSA, Alba. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 39-76.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das “Frentes Pioneiras” no estado do Paraná. In: CARVALHO, Márcia Siqueira de.; FRESCA, Tânia Maria. (Orgs.) *Geografia e norte do Paraná: um resgate histórico*. Londrina: Edições Humanidades, 2007.

BERRY, John W. Migração, aculturação e adaptação. In: DEBIAGGI, Sylvia Dantas; PAIVA, Geraldo José de. (Orgs.). *Psicologia, e/imigração e cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, pp. 11-25.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BÍBLIA. Segunda Epístola aos Tessalonicenses 3, 7-12. São Paulo: s.n., 1958.

BITTENCOURT, Gilson Alceu; BIANCHINI, Valter. *A agricultura familiar na Região Sul do Brasil*. DESER - Departamento Sindical de Estudos Rurais. Santa Catarina, 1996.

BLOEMER, Neusa M. Sens. *Brava Gente Brasileira: migrantes italianos e caboclos nos Campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BOLLNOW, Otto Friedrich. *O homem e o espaço*. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.

BONETI, Lindomar Wessler. *O significado histórico do levante armado dos colonos do Sudoeste do Paraná Ocorrido em 1957*. 2. ed. UNIJUI: Ijuí, 1997. (Cadernos UNIJUI).

_____. A exclusão social dos caboclos do sudoeste do Paraná. In: ZARTH, Paulo (Org.). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Editora Unijui, 1998.

_____. Formação e apropriação do espaço territorial do sudoeste do Paraná. In: ALVES, Adilson Francelino; FLAVIO, Luiz Carlos; SANTOS, Roseli Alves dos (Org.). *Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOSI, Ecléa. *Memória & sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: SP. T.A. Editor, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Efeitos do lugar. In: _____ (Coord.). *A miséria do mundo*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2001, pp.159-175.

_____. *O poder simbólico*. 2. ed. Lisboa; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOYER, Véronique. O pajé e o caboclo: de Homem a Entidade. *Revista Mana – Estudos de Antropologia Social*. Rio de Janeiro, v. 5, n-1, p. 29-56, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRUM, Argemiro Jacob. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

_____. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. IPEA: Rio de Janeiro, 1999. (Texto para Discussão n° 621).

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4 ed. São Paulo: EdUSP, 2003.

CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 4 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARNEIRO, David. *O Paraná na história militar do Brasil*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1972.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.
_____. *O poder da identidade*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Perseu Abramo, 2006.
_____. *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- CLAVAL, Paul. *Espaço e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
_____. O território na transição da pós-modernidade. *Geographia*, nº 2, Ano I. Niterói: Pós-graduação em Geografia, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O Sudoeste paranaense antes da colonização. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, n.1, p.87-98, jan./mar. 1970a.
_____. Cidade e região no Sudoeste Paranaense. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 3-155, 1970b.
_____. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.
_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 5 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, pp. 77-116.
_____. Monumentos, política e espaço. *Geo Crítica / Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidade de Barcelona, 15 de fevereiro de 2005, vol. IX, núm. 183. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-183.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2007.
- CÔRTEZ, Geraldo de Menezes. *Migração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958.
- COSTA, Licurgo. *O continente das lagoas: sua história e influência no sertão da terra firme*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

- CTG Recordando os Pagos. *Histórico de fundação*. Francisco Beltrão, 2000. (mimeo).
- CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.
- D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismo e anti-racismos no Brasil*. RJ: Pallas, 2001.
- DAMATTA, Roberto. Nação e região: em torno do significado cultural de uma permanente dualidade brasileira. SCHULER, F. L.; BORDINI, M. da G. (Orgs.). *Cultura e identidade regional*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 21-36.
- DEBIAGGI, Sylvia Dantas. Introdução. In: DEBIAGGI, Sylvia Dantas; PAIVA, Geraldo José de. (Orgs.) *Psicologia, e/ imigração e cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, pp. 11-25.
- DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. Rio de Janeiro, Editora 34, 1997.
- DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso; ou processo como ideologia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.
- _____. O mito do progresso. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 77, março 2007, pp. 73-89.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a.
- _____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Vol I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994b.
- _____. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- FAZITO, Dimitri. A Análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. In: XIII Encontro nacional de estudos populacionais. *Anais...* Ouro Preto: ABEP, 2002.
- FERES, João Bosco. *Propriedade da Terra. Opressão e miséria: o meio rural na História social do Brasil*. Amsterdam: CEDLA, 1990.
- FERREIRA, Ademir Pacelli. *O migrante na rede do outro*. Rio de Janeiro: Te Corá, 1999.
- _____. O imigrante no espaço urbano: impasses, estranheza e psicose. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2001, n. 94, v. 24. Disponível em <<http://www.ub.es/>>. Acesso em: 01 set. 2008.

_____. A psicanálise no terreno do outro. In: NETO, Helion Póvoa; FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, pp. 155-162.

FERREIRA, Assuéro. Migrações internas e subdesenvolvimento: uma discussão. *Revista de Economia Política*, v. 6, n.1, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Isto não é um cachimbo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Em defesa da sociedade: curso do Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Vigiar e punir*. 29 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

_____. *A ordem do discurso*. 14 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3 ed. São Paulo: Kairós, 1983.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GALETTI, Lyli da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo-USP: São Paulo, 2000.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

GERHARDT, Marcos. Imagens, natureza e colonização no Sul do Brasil. In: ARRUDA, Gilmar. ARRUDA, Gilmar (Org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005, pp. 77-96.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

_____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GNACCARINI, José César. O rapto das donzelas. *Tempo Social: Revista de Sociologia*. São Paulo, vol.1, n. 1. p. 149-168, 1989.

GOETTERT, Jones Dari. A festa: espaço de múltiplos tempos. *Caderno Prudentino de Geografia*. Presidente Prudente: AGB, n. 21, 1999, pp. 135-145.

_____. “O voo das pandorgas”: migração sulista para Rondonópolis – MT. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNESP, Presidente Prudente, 2000.

_____. Aos “vadios”, o trabalho: considerações em torno de representações sobre o trabalho e a vadiagem no Brasil. *Revista Formação*. Presidente Prudente: PPGG-UNESP, n. 9, v. 2, 2002a, pp. 251-286.

_____. Migrantes, trabalho e representações. In: GOETTERT, Jones Dari; FERREIRA, Ivanildo José (Orgs.). *Migrantes em Rondonópolis: o fazer, o lembrar e o falar*. Rondonópolis: Centro de Direitos Humanos Simão Bororo, 2002b, pp. 149-169.

_____. Lugares amaldiçoados, perdidos e tristes: “Pedaços” de uma Geografia das migrações no Brasil. *Revista Cosmos*. Presidente Prudente: FCT – Unesp, ano I, v. I, n. 1. 2003, pp. 14-16.

_____. *O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou*. Tese (Doutorado em Geografia) – Unesp, Presidente Prudente, 2004.

GOLIN, Tau. *A ideologia do gauchismo*. Porto Alegre: Tchê, 1983.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOMES, Iria Zanoni. *1957: a revolta dos posseiros*. Curitiba: Criar, 1986.

GOMES, Paulo Cezar da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. & HAESBAERT, Rogério. O espaço na modernidade. *Terra Livre*. São Paulo, Ano 5, v. 1, n. 1. Jan-Jun/1988, pp. 21-45.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. Campinas: IE/UNICAMP, 2002.

GREGORI, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço & debates*, n.16, v. 5, 1985, p. 109-120.

HAESBAERT, Rogério. *Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto Editora, 1988.

_____. “Gaúchos” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. *Revista Território*, ano III, nº 4, jan./jun. 1998a, pp. 55-71.

_____. Região e redes transfronteiriças em áreas de migração brasileira nos vizinhos de Mercosul. In: STROHAECKER, T. M. *et al.* (Orgs.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre, AGB (Seção Porto Alegre), 1998b, pp. 59-68.

_____. Identidades territoriais. In: ROSENDHAL, Z. CORRÊA, R. (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, pp. 169-190.

_____. Território, cultura e des-territorialização. In: ROSENDHAL, Z. CORRÊA, R. (Orgs.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001b, pp. 115-144.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D., SPÓSITO, E. S., SAQUET, M. (Orgs.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Unioeste: Francisco Beltrão, 2004.

_____. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005a, pp. 6774- 6792.

_____. Migração e Desterritorialização. In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005b, pp. 35-46.

_____. Desterritorialização, Multiterritorialidade e Regionalização. In: OFICINA SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL. *Anais...* Brasília, 13-14 de novembro de 2003/ Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: MI, 2005c.

_____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton *et al.* *Território, territórios*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006b.

_____. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP, 2006c.

_____. Questões sobre a (Pós) modernidade. In: _____. *Territórios alternativos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006d, p. 51-76.

_____. *Territórios alternativos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006d.

_____. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F. G. de. HAESBAERT, R. (Org.). *Identidade territórios*: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007, pp. 33-56.

HAESBAERT, Rogério & BÁRBARA, Marcelo de Jesus Santa. Identidade e migração em áreas transfronteiriças. *Geographia*, Niterói, v. 5, pp. 45-65, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: EdUFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. pp. 103-133.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

_____. *A produção do espaço capitalista*. São Paulo: Annablume, 2005.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. *Além do latifúndio*: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: EdUFRGS, 2000.

HISSA, Cássio Eduardo V. *A mobilidade das fronteiras*: inserções da Geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006, p. 49-111.

HOBSBAWN, Eric. Introdução: A invenção das tradições. HOBSBAWN, Eric. RANGER, Terencer. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 9-24.

_____. RANGER, Terencer. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário da língua portuguesa*: dicionário eletrônico Houaiss. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979a.

_____. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979b.

_____. *A luta pela terra*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *Estado e capitalismo*. 2 ed. Brasiliense: São Paulo, 1989.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Leituras regionais: mesorregião Geográfica Sudoeste Paranaense*. Curitiba: IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social): BRDE, 2004.

_____. *As migrações e as transformações na estrutura produtiva e fundiária no Paraná*. Secretário de Estado do Planejamento. Curitiba: Fevereiro, 1983.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KAYSER, Bernard. O Geógrafo e a pesquisa de campo. *Seleção de Textos*, n. 11. São Paulo: Teoria e Método. Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1985.

KLAUCK, Samuel. A fronteira do Oeste do Paraná: narrativas de desbravamento, imaginários e representações. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005, pp. 243-278.

KLEINKE, Maria de Lurdes *et al.* Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. In: 2º ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO – Perspectivas regionais da dinâmica migratória no Brasil. *Anais...* Ouro Preto, 1999.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e radiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KRUGER, Nivaldo. *Sudoeste do Paraná: história de bravura, trabalho é fé*. Posigraf: Curitiba, 2004.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. *Seleção de Textos*. São Paulo: Teoria e Método, n. 11, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1985.

LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

LANGER, Protasio Paulo. Conhecimento e Encobrimento: o discurso historiográfico sobre a Colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no Sudoeste paranaense. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 11, n. 3, p. 71-93, 2007.

LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse da terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed. Francisco Beltrão: Editora Grafite, 1998.

LEÃO, Igor. Os anos 80 e o Paraná. *Análise Conjuntural*. Curitiba: IPARDES, v. 13, n. 7-8, p. 17-20, jul./ago. 1991.

LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia*: contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil*: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986a.

_____. *Sacralização da política*. 2. ed. Papirus: São Paulo, 1986b.

LENIN, Vladimir Ilich. *O Estado e a revolução*: o que ensina o marxismo sobre o estado e o papel do proletariado na Revolução. São Paulo: Hucitec, 1983.

LA BLACHE, Vidal de. *Princípios de Geografia Humana*. 2 ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

LOBATO, Monteiro. *Jeca Tatú*. 35 ed. LR Editores: São Paulo, 1973.

_____. *Urupês*. 28 ed. Brasiliense: São Paulo, 1982.

LE BRAS, Hervé. *A invenção das populações*: biologia, ideologia e política. Lisboa: Instituto Piaget, 2000, pp. 11-62.

MAACK, Reinhard. *Geografia física do estado do Paraná*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: T. M. Strohaecker, A. Damiani, N. O. Schaffer, N. Bauth, V. S. Dutra (Org.). *Fronteiras e espaço global*. AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, pp. 41-49

MAESTRI, Mário. A aldeia ausente: índios, caboclos, nativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STEDILE, J. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. pp. 231 - 232.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos*: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. *Sobre o nomadismo*: vagabundagens pós-modernas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *O instante eterno*: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. São Paulo: Zouk, 2003.

MAGALHÃES, Marisa Valle *et al.* O Paraná e a versão do crescimento populacional: o papel da migração. IV ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Águas de São Pedro, 1984, v.4, p. 1989-2016.

_____. *O Paraná e as migrações*: 1940 a 1991. Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, CEDEPLAR.

_____. *O Paraná e suas regiões nas décadas recentes: as migrações que também migram*. Belo Horizonte, 2003. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais.

MARIANO, Neusa de Fátima. *Fogão de Lenha – Chapéu de Palha*: jauenses herdeiros da rusticidade no processo da modernização. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARTINE, George. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Rio de Janeiro: IPEA, janeiro de 1994. (Texto para Discussão, 421).

_____; BESKOW, Paulo R. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. (Org.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987, pp. 19-39.

MARTINS, Dora; VANALLI, Sônia. *Migrantes*. São Paulo: Contexto, 1994.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Não há terra para plantar nesse verão*. Petrópolis: Vozes, 1986a.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. 3. ed. Vozes: Petrópolis, 1986b.

_____. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. Hucitec: São Paulo, 1997.

_____. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, Paulo Sodero. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. In: VIEIRA, Célia Guimarães *et al.* (Orgs.). *Diversidade biológica da Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001, pp. 369-384.

MARTINS, Rubens da Silva. *Entre jagunços e posseiros*. Curitiba, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã* (I-Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1987.

MASSEY, Doreen B. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). *O espaço da diferença*. SP: Papirus, 2000, pp. 176-185.

_____. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATOS, Ralfo; BRAGA, Fernando. Redes sociais, redes territoriais e migrações. XIV Encontro nacional de estudos populacionais, ABEP. *Anais...* Caxambú-MG – Brasil, de 20-24 de Setembro de 2004.

MENDES, José Manuel Oliveira. O. O desafio das identidades. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 503-540.

MENEZES, Frederico Lucena. Migração: uma perspectiva psicológica, uma leitura pós-moderna ou, simplesmente, uma visão preconceituosa. In: CUNHA, M. J. C.; GURAN, M.; HASSE, G.; MENEZES, F. L.; STEVENS, C. M. T.; *Migração e identidade: olhares sobre o tema*. São Paulo: Centauro, 2007.

MONBEIG, Pierre. *O Brasil*. 5 ed. Tradução de Hélio de Souza e Gisela Stock de Souza. São Paulo: Difel, 1975. (Coleção “Saber Atual”).

MONDARDO, Marcos Leandro. *As migrações e as transformações territoriais na Comunidade de Barra do Rio Tuna – Francisco Beltrão – PR*. Francisco Beltrão/PR, 2005. Monografia (Bacharelado em Geografia), Unioeste, Francisco Beltrão, 2005.

_____. Uma Caracterização Geral do Processo de Urbanização do Sudoeste do Paraná - Brasil. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales*. Barcelona: Universidade de Barcelona, vol. XI, núm. 239, 15 de maio de 2007a. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-239.htm>

_____. & GOETTERT, Jones Dari. Frente de expansão e frente pioneira no Brasil: espaços e tempos da migração, do conflito e da alteridade. *Revista OKARA: Geografia em debate*, v.1, n.2, p. 1-128, 2007b. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br>>.

_____.; BACKES, Thaine Regina. As migrações e as transformações territoriais no Sudoeste do Paraná. *Faz Ciência*, v. 9, p. 35-58, 2007c.

_____. Estudos migratórios na modernidade e na pós-modernidade: do econômico ao cultural? *Terra Livre*, v. 2, p. 51-74, 2007d.

_____. Faces e contra-faces da relação campo-cidade no município de Francisco Beltrão/PR. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v.3, n. 5, p. 114-137, fev. 2008a. Disponível em: <www.campoteritorio.ig.ufu.br>.

_____. A mobilidade gaúcha e catarinense para o Paraná: das redes de relações sociais à transterritorialidade. I Seminário regional de pesquisas e programas de pós-graduação em geografia – centro oeste e triângulo mineiro. *Anais...* Goiânia: PPGG/UFG; ANPEGE, 2008b.

MOREIRA, Ruy. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: _____. (Org.). *Geografia: teoria e crítica*. Vozes: Petrópolis-RJ, 1982.

_____. A diferença e a geografia: o ardil da identidade e a representação da diferença na geografia. *Geographia*. Revista do Departamento de Geografia da UFF, Niterói: ano I – n° 1, 1999.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: Eduem, 1994.

NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d'a República, 1903.

NASCIMENTO, Flávio. Antônio da Silva. *Aceleração temporal na fronteiras: estudo de Rondonópolis – MT*. São Paulo, 1997. 326f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro (1870/1920)*. São Paulo: Annablume, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Apresentação ou de “na prática a teoria é outra” para a teoria na prática não pode e não deve ser outra. *Seleção de Textos*. São Paulo: Teoria e Método, n11, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1985.

_____. *A agricultura camponesa no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. BR – 163 Cuiabá – Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Maurício (Org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR – 163*. Brasília: CNPq, 2005, pp. 60-169.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, São Paulo, 1999.

OLIVEN, Ruben George. A fabricação do gaúcho. *Cadernos CERU*. São Paulo: USP, n.1, 1985, pp. 79-91.

_____. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec: Curitiba, 1981.

PAULA, Zueleide Casagrande de. A relação antagonista entre homem e natureza no processo de colonização/(re)ocupação no Norte Paranaense. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005, pp. 279-312.

PEDONE, Claudia. El potencial del análisis de las cadenas y redes migratorias en las migraciones internacionales contemporáneas". CATANO, J. G; LÓPEZ, C, M. (Eds). III CONGRESO SOBRE LA INMIGRACIÓN EN ESPAÑA. CONTEXTOS Y ALTERNATIVAS. *Actas...* Granada: Laboratórios de Estudos Interculturales, Vol. II, 2002, pp. 223-235.

_____. El trabajo de campo y los métodos cualitativos: necesidad de nuevas reflexiones desde las geografías latinoamericanas. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n.57, 1 de febrero de 2000a. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-57.htm>> acesso em: 25 set. 2008.

_____. Globalización y migraciones internacionales: trayectorias y estrategias migratorias de ecuatorianos en Murcia, España. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n.69, v.49, 1 de agosto de 2000b. Disponível em: <<<http://www.ub.es/geocrit/sn-69.htm>>. Acesso em: 25 set. 2008.

_____. "Tu siempre jalas a los tuyos": cadenas y redes migratorias de las familias ecuatorianas hacia España. Tese de Doutorado. Universidade Autônoma de Barcelona: Barcelona, 2003.

PELIANO, José Carlos. *Acumulação de trabalho e mobilidade do capital*. Brasília: Ed. da UNB, 1990.

PERROT, Michele. *Corpos Subjugados*. In: _____. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: FAISSOL, Speridião. *Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975, pp. 97-110.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Geografia está em crise. Viva a Geografia! In: MOREIRA, Ruy (Org.). *Geografia: teoria e crítica*. Vozes: Petrópolis-RJ, 1982.

POULANTZAS, Nico. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

PÓVOA NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. *Experimental*, n. 2, p. 11-24, março, 1997.

_____. As migrações no mundo globalizado: recentes mudanças e tendências. XIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. *Anais...* João Pessoa, 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

_____. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado (Org.). *Território sem limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, María; OTERO, Hernán (Orgs.). *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995, pp. 9-21.

RANDOLPH, Rainer. *Sociedade em rede: paraíso ou pesadelo?* *Geographia*, ano 1, n. 2, Departamento de Geografia, Niterói, 1999.

RATZEL, Frederic. Geografia do homem. In: MORAES, A. C. R. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.

RAVENSTEIN, E. G. *As leis da migração*. In: MOURA, Hélio. A. de (Org.). *Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise*. Fortaleza: BNB-ETENE, 1980. pp. 19-88. Tomo. 1.

RECH, Maria Helena Bortolon; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. No fio do discurso: análise do discurso sobre o trabalho no artigo opinativo do Jornal correio riograndense. *Linguagem em (Dis)curso* - LemD, Tubarão, v. 5, n. 2, p. 267-293, jan./jun. 2005.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 15-38.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

ROCHA, Márcio Mendes. A (in)determinação da noção de mobilidade nas ciências humanas. *Boletim de Geografia*. Universidade Estadual de Maringá. Ano 16, v. 1, 1998, pp. 06-16.

SACK, Robert David. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SALIM, Celso A. "Migração: o Fato e a Controvérsia Teórica". In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* São Paulo, ABEP, v. 3, 1992. pp.119-144.

_____. A questão dos brasiguaios e o Mercosul. In: PATARRA, Neide (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, 1995, pp. 144-159.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.

_____. *Pensando o espaço do homem*. Hucitec: São Paulo, 1982.

_____. O retorno do Território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. A. de; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 15-20.

_____. *Espaço e método*. 4 ed. Nobel: São Paulo, 1997a.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico - científico informacional*. 3 ed. Hucitec: São Paulo, 1997b.

_____. *et al. O papel ativo da Geografia: um manifesto*. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000.

_____. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. *et al. Território, territórios*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Redes e território: reflexões sobre a migração. In: DIAS, L. C. SILVEIRA, R. L. da. *Redes, sociedades e territórios*. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, pp. 51-78.

SADER, Emir. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto alegre/RS: EST Edições, 2003.

_____. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A (Orgs.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Fco Beltrão: Unioeste, 2004, pp. 121-147.

_____. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. In: SPOSITO, Maria, E. B.; WHITACKER, Arthur M. *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 157-186.

_____. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARAMAGO, José. *As pequenas memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EdUSP, 1998.

_____. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia - Revista do Migrante*, São Paulo : CEM, ano XIII, número especial, jan./2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C. SILVEIRA, R. L. da. *Redes, sociedades e territórios*. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, pp. 29-50.

SILVA, Armando Corrêa da. *O espaço fora do lugar*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. O território da consciência e a consciência do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. A. de; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 257-260.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. *Grupo André Maggê: corporação e rede em áreas de fronteira*. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

SILVA, Maria Augusta da. O desenraizamento e a memória nas práticas, ações e representações do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST. *Agora*. Universidade de Santa Cruz do Sul; Departamento de História e Geografia, v. 2, n. 2, jul./dez 2006, pp. 67-86.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. pp. 73-102.

SILVEIRA, María Laura. *Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina*. São Paulo: FAPESP; LABOPLAN-USP, 1999a.

_____. Uma situação geográfica: do método à metodologia. *Território*. Rio de Janeiro: Garamond, LAGET/UFRJ, n.6, jan./jun. 1999b, p. 21-28.

_____. Diferencias regionales en el territorio brasileño: perspectiva diacrónica y sincrónica. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XI, n. 244, 15 de julio de 2007. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-244.htm>>. Acesso em: 15 out. 2008.

_____. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. (Org.). *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003, pp. 408-427.

_____. *Brasil: mão-de-obra, mãos e obras*. Conferência apresentada no XVI Encontro Sul-Mato-Grossense de Geógrafos e XVI Encontro Sul-Mato-Grossense de Geógrafos. UFGD, Dourados, 2008.

SINGER, Paul. *Economia Política da urbanização*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1981.
SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Porto, n. 48, v. 1, p.11-32, 1997.

_____. *Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E para além de um e outro*. Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de Setembro de 2004. Disponível em: <www.ces.uc.pt>. Acesso em: 12 set. 2007.

_____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora UFG, 1997.

SOUZA, Marcelo José Lopez de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 5 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, pp. 77-116.

SOUZA. Itamar de. *Migrações internas no Brasil*. Vozes: Petrópolis, RJ, 1980.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. *História do Paraná: do século XVI à década de 1950*. Londrina: ed. UEL, 2002.

SUERTEGARAY, Dirce M. A. Pesquisa de campo em Geografia. *Geographia*. Revista de Pós-Graduação em Geografia. Niterói, ano IV, n. 7, 2002.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SWAIN, Tânia Navarro. *Fronteiras do Paraná: da colonização à migração*. IPARDES, Curitiba, 1992, pp. 19-37.

TAVARES DO SANTOS, José Vicente. *Colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Matuchos: exclusão e luta: do Sul para a Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. Da raça à doença em Casa-grande e senzala. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, v. IV, n.2, pp. 231-43, 1997.

TRINDADE, E. M. de C.; ANDREAZZA, M. L. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 20, n. 1, 2008, pp. 199-218.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VAINER, Carlos B. A violência como fator migratório: silêncios teóricos e evidências históricas. *Revista Tróica*. São Paulo, pp. 05-14, maio/agosto/1996.

_____. Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade. In: POVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares*: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005, pp. 251-274.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, v.10, 27 de janeiro de 1944a, p. 271.

_____. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, v. II, p. 117.

VÁZQUES, Adolfo Sanches. *As idéias estéticas de Marx*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

VELHO, Gilberto. Trajetória individual e campo de possibilidades. In: VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose*: antropologia das sociedades complexas. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1994.

VELHO, Otavio. *Frente de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

WACHOWICZ, Ruy Chistovam. *Paraná, Sudoeste*: ocupação e colonização. 2 ed. Editora Vicentina: Curitiba, 1987.

_____. *História do Paraná*. 6 ed. Editora Gráfica Vicentina. Curitiba, 1988.

WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano XI, n. 2, 1949, pp. 159-217.

WOODWARD, Kaathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2007. pp. 7-72.

WOORTMANN, Klass. *Migração, família e campesinato*. Série Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, n. 87, 1990.

_____. *Herdeiros, parentes e compadres*: colonos no sul e sitiantes no nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: EDUNB, 1995.

ZAAR, Miriam H. A migração rural no oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos “brasiguaios”. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. n. 94, v.88, 1 ago. 2001. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94.htm>>. Acesso em 15 maio 2008.

Jornais

Jornal de Beltrão. Francisco Beltrão/PR.

Jornal Tribuna do Sudoeste. Francisco Beltrão/PR.

Jornal do Paraná. Pato Branco/PR.

Relatórios da CANGO (Disponibilizados por Jahyr de Freitas Júnior).

Relatório da CANGO. Divisão de terras e Colonização. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1941.

Relatório da CANGO. Divisão de terras e Colonização. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1941.

Relatório da CANGO. Divisão de terras e Colonização. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1942.

Relatório da CANGO. Divisão de terras e Colonização. Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1942.

Relatório da CANGO. Divisão de terras e Colonização. Conselho de segurança Nacional. Comissão Especial de Fronteiras. Rio de Janeiro, 22 de Outubro de 1942.

Relatório da CANGO. Divisão de terras e Colonização. Colônia Agrícola General Osório, maio de 1955.

Relatório da CANGO. Divisão de terras e Colonização. Rio de Janeiro, 15 de abril de 1955.

Carta (Disponibilizada por Jahyr de Freitas Júnior).

Jahyr de Freitas. Barracão, 2 de Março de 1944.
Censos do IBGE

IBGE. *Censo industrial de 1960*: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1966. v. 3 – Tomo 7.

- _____. *Censo comercial e dos serviços de 1960: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. v. 6 – Tomo 10.
- _____. *Censo agrícola de 1960: Paraná e Santa Catarina*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. v. 2 – Tomo 12.
- _____. *Censo demográfico – Paraná – 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. v. 1 – Tomo 19.
- _____. *Censo industrial – Paraná – 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. v. 4 – Tomo 19.
- _____. *Censo agropecuário – Paraná – 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. v. 3 – Tomo 19.
- _____. *Censo comercial – Paraná – 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. v. 6 – Tomo 19.
- _____. *Censo dos serviços – Paraná – 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. v. 7 – Tomo 19.
- _____. *Censo agropecuário – Paraná – 1975*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. v. 1 – Tomo 18.
- _____. *Censo agropecuário – Paraná – 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. v. 2 – Tomo 3.
- _____. *Censo demográfico – Paraná – 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. v. 1 – T. 4, 5 e 6.
- _____. *Censo comercial – Paraná – 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. v. 4 – N° 20.
- _____. *Censo dos serviços – Paraná – 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. v. 5 – N° 20.
- _____. *Censo industrial – Paraná – 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. v. 3 – N° 20.
- _____. *Censo agropecuário – Paraná – 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. N° 22.
- _____. *Censos econômicos de 1985 – municípios: Região Sul – Indústria, Comércio e Serviços*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. v. 4.
- _____. *Censo demográfico – Paraná – 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. N° 20.
- _____. *Censo agropecuário – Paraná – 1995/96*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. N° 20. (CD ROM).
- _____. *Censo demográfico – Paraná – 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. (CD ROM).
- _____. *Censo demográfico – Paraná – 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (CD ROM).
- _____. *Censo demográfico – Paraná – 1960*. Rio de Janeiro: IBGE, s/d. v. 1. Tomo 14.